

Nº

01750



**ESTADO DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

**DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES A:**

GREVES - 1980

PT 1073.131

*Classificação de Serviço*

*ST. 111701*

*ST. 111701*

*ST. 111701*

*ST. 111701*

## Greve em São Paulo reprimida pelo desemprego, diz Ministro

BRASÍLIA — (AG/GP) — “A situação de emprego em São Paulo e, em particular, no ABC, está muito difícil.

Isto deve reprimir, em grande parte, o ímpeto de greve entre os trabalhadores do ABC”. Esta foi a conclusão a que chegou o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, após analisar a situação dos trabalhadores da Firestone, que acertaram com a empresa uma estabilidade de um ano. Este prazo refere-se ao de duração da portaria ministerial, que autorizou a empresa a funcionar aos domingos.



Murilo Macedo

Segundo o Ministro, embora a amostra pesquisada não seja representativa (foram contratados cem novos empregados da Firestone), “é inegável, porém, que a situação é grave e está a exigir estímulos de investimentos e geração de mais empregos”. Na última terça-feira, em despacho no Palácio do Planalto, o Ministro Murilo Macedo transmitiu a sua preocupação com o desemprego em São Paulo, ao General Golbery do Couto e Silva, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. De acordo com o seu relato, os contatos mantidos com empregados da Firestone chegaram aos seguintes “fatos preocupantes”: o emprego está difícil, o desemprego atinge a família, o desemprego não é devido à educação, e sim à falta de vagas no ABC.

Segundo o Ministro do Trabalho, dez por cento dos cem trabalhadores recém-admitidos na Firestone ficaram desempregados por mais de um ano, 40 por cento, por mais de seis meses, 40 por cento de três a seis meses e, dez por cento, por menos de três meses. Do total, cerca de 60 por cento são casados e 40 por cento solteiros, sendo que cer-

Paulo, contra a sua portaria do dia 25 de janeiro último, que autorizou a Firestone a trabalhar aos domingos, por um prazo de dois anos.

A empresa pediu a autorização alegando criar cerca de 600 novos empregos e estar com seu equipamento saturado.

Os trabalhadores, no entanto, disseram ao Ministro que o trabalho aos domingos visava, na verdade, admitir uma turma nova que viria a apresentar nível mais alto de produtividade sendo que, uma vez testados e selecionados os melhores trabalhadores, haveria uma dispensa dos empregados mais antigos e, mais velhos, aumentando assim a rotatividade.

ca de 30 por cento tem três filhos ou mais.

Mas o desemprego, segundo o Ministro Murilo Macedo, não se deve à educação dos trabalhadores, já que, cerca de 80 por cento tem quatro anos de escola ou mais, sendo que 40 por cento chegaram a fazer o “antigo ginásio” e outros dez por cento concluíram este curso. O que existe mesmo, acrescenta o Ministro, é a falta de vagas no ABC. Todos os cem trabalhadores indicaram dificuldade de encontrar emprego na região, atualmente.

Dos empregados contratados, cerca de 73 por cento havia trabalhado no Estado de São Paulo e cerca de 63 por cento trabalharam pela última vez no próprio ABC e adjacências. Todas estas conclusões sobre a situação do emprego em São Paulo foram tiradas pelo Ministro Murilo Macedo após um protesto que lhe foi levado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha em São

Segundo o Ministro, enquanto a empresa assegurava que não haveria dispensa futura, os trabalhadores “traziam indícios” de que a Firestone vem elevando suas exigências de produtividade “e que estava ficando muito difícil para os mais velhos acompanharem tais exigências dado o esforço físico necessário”. Para os trabalhadores, após o treinamento, os jovens admitidos com respaldo na portaria ministerial “seriam os seus substitutos amanhã”.

Após discutirem a questão, a empresa e os empregados, segundo informou o Ministro Murilo Macedo, decidiram fazer um estudo conjunto das exigências de produtividade e que a portaria terá pequena validade e então será feita uma avaliação com a presença do Ministério do Trabalho. Além disso, nesse período não haverá dispensa, exceto por justa causa e o trabalho aos domingos será implantado na base do voluntariado por parte dos trabalhadores.

# Metalúrgicos ameaçam parar em 1.º de abril

Assembléia durou uma hora; fundo já tem arrecadação

ULISSES CAPOZOLI

Se não receberem até o próximo dia 30, uma resposta que considerem satisfatória, os 150 mil metalúrgicos de São Bernardo e Diadema entrarão em greve geral já no dia 1.º de abril, paralisando completamente o trabalho nas fábricas de automóveis, nas de auto-peças e em outras indústrias metalúrgicas da região.

A decisão de negociar com as empresas até o dia 30, e, em caso de frustração recorrer à greve, foi tomada em assembléia realizada na manhã de ontem no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, com a presença de aproximadamente 60 mil metalúrgicos. Na verdade, se os metalúrgicos de São Bernardo forem à greve, todo o ABCD deverá ficar paralisado, pois os trabalhadores de São Caetano e Santo André, também se reuniram em assembléias e estão dispostos a cruzar os braços se as empresas não atenderem a seus pedidos, que incluem reajustes salariais 15% acima do fixado pelo INPC, semana de 40 horas de trabalho e representante sindicais nas fábricas, entre outras reivindicações.

Na assembléia de ontem, que durou apenas uma hora e foi suficiente para se discutir a situação, o presidente do sindicato metalúrgico de São Bernardo, Luis Inácio da Silva, Lula, explicou que trabalhando até o dia 30 os operários dão um prazo razoável para as empresas estudarem suas reivindicações e em caso de greve já têm garantido os vales que começam a ser pagos no próximo dia 25, além do salário que vão receber em março. Com isto, acrescentou Lula, "já teremos pelo menos 25 dias garantidos de greve". Independentemente desta precaução, entretanto, ele convidou os trabalhadores a participarem do Fundo de Greve e aconselhou suas esposas a não fazerem gastos supérfluos, "para podermos resistir, caso a greve realmente seja decretada".

## ORGANIZAÇÃO

Segundo os diversos oradores que ocuparam os microfones do início ao final da assembléia, ao contrário dos outros anos, desta vez a organização para enfrentar uma greve é bastante grande e além disso a decisão a ser tomada no ABCD conta com o apoio dos metalúrgicos de Campinas, Taubaté, Jundiaí e Santa Bárbara do Oeste. Ontem, a comissão de organização, uma equipe formada por 450 pessoas, identificadas por crachás, deu a primeira prova de organização e eficiência. Os sanitários femininos do estádio de futebol foram transformados rapidamente em creches onde os filhos dos trabalhadores puderam ser atendidos. O prefeito de São Bernardo, Tito Costa, que abriu a assembléia, também ordenou o envio de ambulâncias para o local, para casos de emergência. Faixas colocadas em pontos estratégicos convidavam os trabalhadores a aderirem ao Fundo de Greve com uma contribuição mensal de Cr\$ 30,00. O próprio desenvolvimento da assembléia foi bastante dinâmico, com cada orador se preocupando em dar as orientações da sua área e sem repetições.

O ponto comum entre eles, entretanto, foram as duras críticas ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, tanto por suas



Lula: "já podemos parar 25 dias".



60 mil metalúrgicos votaram pela greve.

mesmo obriga os metalúrgicos a morarem em favelas, sem terem condições de dar assistência a seus filhos".

## HORA-EXTRA

O vice-presidente do sindicato, Djalma Bom, explicou aos trabalhadores a importância de não se fazer hora-extra "que é o fundo de greve do patrão". Para este dirigente "cada trabalhador que faz hora-extra está tirando o pão da boca de seus companheiros, desempregados". Minutos depois Lula acusaria a Ford de estar insuflando seus funcionários a fazerem horas-extras alegando estar autorizada pelo sindicato, o que ele garantiu ser mentira. Segundo Lula, "em 1976 os trabalhadores da Volkswagen fizeram 7 milhões de horas-extras e no ano passado este tempo deve ter dobrado". Por isso — disse ele — precisamos pôr fim a estes abusos". Lula enfatizou também a necessidade de se fazer a "operação tartaruga" como forma de pressionar as empresas.

Lula, que foi obrigado a interromper seu pronunciamento mais de uma vez para re-

PT 1073. 131

do ele enfatizou as virtudes do reajuste semestral dos salários. Para Emil Simões, o "Alemãozinho" da comissão de organização, o ministro fez um "pronunciamento demagógico, com o sentido de esvaziar a mobilização dos trabalhadores". Também o general João Batista Figueiredo foi criticado pela sua concepção de democracia, que os trabalhadores entendem ser desvirtuada. Para Gilson Correia de Menezes, presidente do Fundo de Greve, "enquanto o governo fala em democracia tenta sabotar de todas as formas a manifestação e livre organização dos trabalhadores". No seu pronunciamento, Menezes pregou o "fim do capitalismo selvagem, que espalha a fome e a miséria a milhões de trabalhadores e em São Bernardo

recebeu a solidariedade dos milhares de metalúrgicos que lotavam os assentos e o gramado do campo de futebol. Momentos antes começara a circular pelo estádio um folheto reproduzindo uma reportagem de jornal onde se dizia que a mãe de Lula residia num miserável barracão, sem que ele lhe desse a mínima assistência, "preocupado em frequentar restaurantes sofisticados". O folheto negava a greve como instrumento de ação dos trabalhadores e criticava o "PT divisionista". Lula atribuiu o documento "a algum grupo de direita" e desmentiu seu conteúdo acrescentando que sua mãe "não mora em nenhum barracão e no momento está hospitalizada, vítima de câncer".

## Macedo tem esperança no acordo

PAULO VALLÉ

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, disse ontem não acreditar que os metalúrgicos do ABCD entrem em greve a partir de 1.º de abril, caso não seja atendida a reivindicação de um aumento de 15% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, a ser fixado no próximo dia 25. Ele classificou o pedido da categoria como "uma proposta sem cabimento", mas tem esperanças que até o fim do mês as duas partes cheguem a um acordo.

As declarações de Murilo Macedo foram feitas em sua casa de campo, em Atibala, onde ofereceu um almoço em homenagem à sua mulher, que aniversariou neste fim de semana. Mostrando-se bastante tranquilo, o ministro disse que na atual conjuntura está apenas preocupado com o desemprego do trabalhador. "É 's sou filho de operário que um dia também ficou sem emprego. Agora, como ministro, tenho como obrigação voltar a atenção para esse lado".

Para ele, o fato de o estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, estar lotado, com a participação de cerca de 60 mil metalúrgicos na assembléa que decidiu deflagrar greve a partir de 1.º de abril, não forem atendidas as reivindicações, não significa que a categoria esteja realmente disposta a parar de trabalhar. "O que importa nesses casos — disse — é o ânimo de cada um e não o número de pessoas presentes, pois como no domingo eles não têm muito o que fazer, lotar o estádio é uma das opções encontradas".

Outro motivo que, segundo disse, o deixa bastante tranquilo, é que desde a implantação da nova política salarial que estabeleceu aumentos semestrais aos trabalhadores, nenhuma categoria entrou em greve, a não ser por falta ou atraso nos pagamentos.

"Acredito num "happy-end" para esse caso. Se os metalúrgicos fizerem os cálculos direitinho, vão perceber que uma pequena diferença entre suas reivindicações e as propostas a serem apresentadas pelos patrões, será mais compensador que os prejuízos que terão com os dias parados, no caso de uma eventual paralisação", assegurou Murilo Macedo.

Mas se realmente a categoria deflagrar uma greve, conforme ficou deliberado na assembléa de ontem, em São Bernardo, Macedo disse que o seu Ministério não irá inter-

vir, "a não ser na hora adequada, quando as partes solicitarem a nossa mediação". Na sua opinião, a atual política salarial oferece "grandes vantagens" para o trabalhador, que, de certa forma pensará duas vezes antes de iniciar uma greve.

"Tomemos como exemplo o índice de 40,9% fixados pelo INPC para os trabalhadores com data-base de março. O próprio Dieese reconheceu que, nos últimos seis meses em São Paulo, o aumento do custo de vida foi da ordem de 35 a 36%, portanto, inferior aos fixados pelo INPC. Isso comprova que os trabalhadores terão aumento acima da elevação do custo de vida, pelo menos em São Paulo."

Depois de reiterar que está aberto ao diálogo e, caso seja procurado pelos líderes sindicais, dará toda a atenção, Murilo Macedo finalizou acrescentando que "no momento o que lhe está causando preocupação são os portuários e não os metalúrgicos, que certamente chegarão a um acordo colocando um ponto final no movimento".

## Poucos fizeram extras

Apesar do esquema montado pelos metalúrgicos do ABC para impedir os operários de realizarem horas extras durante a assembléa no estádio da Vila Euclides em São Bernardo, poucas indústrias convocaram os trabalhadores das unidades de produção para o serviço. Aparentemente as próprias empresas desistiram do plano de boicotar a assembléa através da convocação para horas extras.

Os metalúrgicos de São Bernardo formaram 10 pequenos piquetes de até 10 pessoas para percorrer as principais fábricas. Mas apesar de chegarem na Brastemp às 5h30 da manhã, cerca de 100 empregados já haviam entrado. Também na indústria Conforja e na Faé os piquetes não conseguiram impedir a entrada dos operários da linha de produção. Mas, conforme admitiram os piqueteiros, em nenhuma fábrica foram molestados pela polícia.

No final dos piquetes, os metalúrgicos que participaram, consideraram muito pequeno o número dos que entraram para trabalhar. Nas grandes indústrias, como a Volkswagen, Mercedes Benz, Villares, Chrysler, não houve horas extras. E apenas a Schuling organizou uma festa para seus operários no clube da empresa, em Ribeirão Pires, como uma forma de impedi-los de comparecer à assembléa. PT 1073 131

PT 1073 131



# Assembléia em São Bernardo reúne 40 mil trabalhadores

## Assembléia de classe não tem infiltrações

São Paulo — Extremamente bem organizada, a assembléia dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo rechaçou interferências alheias à classe, proibiu a entrada de vendedores de jornais de variadas tendências políticas e só permitiu faixas sobre as reivindicações salariais.

A Prefeitura de São Bernardo forneceu a infra-estrutura de atendimento — vários postos de água potável no estádio, creche, equipes médicas e ambulâncias. Apesar do sol forte, só houve dois problemas: um operário com crise epilética e uma moça que desmaiou. O sistema de som funcionou bem e na espera da assembléia ouvia-se Gal Costa e Maria Bethânia.

### EXPECTATIVA

**Hora do Povo, Companheiro, Tribuna da Luta Operária, Jornal da Convergência Socialista** eram alguns dos jornais proibidos de ser vendidos dentro do estádio. O grupo de vendedores não gostou, passando a gritar alto as manchetes, com os membros do sindicato alertando aos metalúrgicos que chegavam: "Ao invés de comprar esses jornais, reservem dinheiro para o fundo de greve".

## Oito oradores dão força para greve

São Paulo — Depois de Lula, o orador mais aplaudido na assembléia foi o tesoureiro do Sindicato, Djalma de Souza Bom, um dos prováveis sucessores do presidente. Todos os oito oradores afirmaram a disposição de fazer a greve e criticaram o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, em discursos curtos.

O tesoureiro Djalma Bom revelou: "O Ministro Murilo Macedo mandou um recado para a diretoria do ABC, avisando que este ano vai ser diferente, que vai intervir no sindicato e a diretoria não vai voltar. Mas, acima da intervenção, está a identificação da diretoria do Sindicato com a luta dos trabalhadores de São Bernardo e Diadema".

### ATÉ A VITÓRIA

O primeiro a discursar foi o Prefeito de São Bernardo, Tito Costa (PMDB), assegurando que o estádio de Vila Euclides estará à disposição dos trabalhadores, "para ajudá-los na sua luta, até a vitória final. Esse movimento maravilhoso está transformando a face do Brasil. Não saia de casa para suas re-

un metalúrgico exibindo um quadro a óleo retratando Lula.

Ma depois, aumentou o público. Muita gente subiu nos muros e o tesoureiro do sindicato, Djalma Bom, advertiu pelo microfone: "Procurem um lugar seguro, que esse muro é um perigoso muro está que nem o Muro de Berlim, mais para lá do que para cá. Pode cair a qualquer hora". Todos riram.

### PANFLITO

A esta altura, surgiu um panfleto apófito mostrando uma foto de Lula com a camiseta da boate Gabry, e ao lado uma notícia aibuida ao jornal **Mongaguá Notícias** "Mãe de Lula mora um barraco". Dirigida aos "companheiros metalúrgicos", o panfleto acusa Lula de "pequeno burguês", "traidor dos operários", "pelego das multinacionais", frisando que ele "só está interessado em utilizar-se dos metalúrgicos para seu jogo pessoal do PT — movimento divisionista da oposição brasileira".

Várias palavras de ordem encerram o panfleto — "pela unidade sindical", "não a greve que favorece o patrão", "abaixo o PT divisionista", "Embora Lula tenha atribuído a autoria, em seu discurso, ao patrão ou Governo, no palanque, em conversa informal com jornalistas, observou que pode ter sido obra de alas de oposição do sindicato.

Os discursos mantiveram o tom. "Nós vamos parar e quem não parar entra no pau", assegurou o Sr Osmar Mendonça, da Comissão Salarial. Outro membro, Hemilson Simão de Moura, o Alemão, acrescentou: "O Governador Paulo Maluf vai colocar a polícia inteira para combater nossa greve"; lembrou operários mortos nas últimas greves no país e advertiu: "O General Figueiredo será o único responsável se um cão raivoso da Polícia Militar disparar uma arma contra o trabalhador".

O responsável pelo Fundo de Greve, Sr Gilson Correia de Menezes, apelou para que todos os trabalhadores ajudem com Cr\$ 30 mensais, "única forma de responder ao capitalismo selvagem".

OS Sindicatos de Metalúrgicos de Taubaté, Santa Barbara d'Oeste, Campinas e Jundiaí mandaram representantes à assembléia e aderiram à campanha junto com o ABC. Pertão do palanque, ficaram presentes do PT (Partido dos Trabalhadores), articulado por Lula, como o Deputado federal Aurélio Perez e os estaduais Geraldo Siqueira e Eduardo Suplicy, mas ne-

São Paulo — Cerca de 40 mil trabalhadores lotaram ontem o estádio de futebol de São Bernardo do Campo aplaudindo a proposta de Lula para uma greve em 23 de abril, a ser decidida no dia 30, caso não haja acordo com os empresários. Hoje começa operação-tanque para impedir a produção e a campanha contra horas extras. A organização impediu faixas e a venda de jornais de tendências políticas.

Marcada para 10h, a assembléia no estádio de Vila Euclides começou às 11h, com discurso do Prefeito local, Tito Costa (PMDB). Ao todo foram oito oradores, que apoiaram a disposição de greve e fizeram críticas ao Ministro do Trabalho, Murilo Macedo. O último a falar foi o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Inácio da Silva.

Após uma noite mal-dormida, temendo uma participação menor dos trabalhadores e com muita dor de cabeça, Lula fez um discurso rápido, como os outros, e durou. A gente é obrigado a ser agressivo, porque a gente não pode permitir tanta irresponsabilidade por parte do Governo. A gente não pode permitir que os trabalhadores sejam massacrados 24 horas por dia".

Lula deu grande importância ao papel da mulher no movimento sindical ("é a nossa melhor aliada"), repetiu várias vezes que a liderança está melhor preparada do que no ano passado, relatou ameaças que recebera por telefone (com vários palavrões) e apresentou a estratégia de lutar trabalhar até o fim do mês, para garantir o salário de março e ter condições de enfrentar pelo menos 25 dias de greve.

Também criticou o trabalhador que faz hora-extra, "um pedaço de pão que a gente tira da boca de um companheiro que está desempregado" e aconselhou: "Evitem gastos inúteis, façam economia e colaborem com o fundo de greve". E definiu objetivos: "O que nós queremos, efetivamente, é que, além do custo de vida, nós precisamos pagar 15% de aumento real".

## Líder faz discurso curto e agressivo

"Eu queria agradecer, em nome dos metalúrgicos, a posição assumida por nosso prefeito de ceder o campo e de vir aqui dizer que o campo é dos metalúrgicos, enquanto os metalúrgicos quiserem. Em segundo lugar, dizer aos trabalhadores aqui presentes que tinha muita gente duvidando na nossa capacidade de luta.

E vocês, metalúrgicos, vocês que sofreram durante 12 meses, vocês que foram espezinhados durante tantos meses, dão hoje uma demonstração de que se alguma coisa tiver de mudar neste país, vai mudar a partir dos metalúrgicos do ABC.

Vocês sabem o quanto nós sofremos nesses 12 meses. Vocês sabem quantas calúnias o patrão e o Governo levaram contra nós. Vocês sabem quantos companheiros nós perdemos dentro das fábricas. E vocês sabem de quantas mentiras nós fomos vítimas, depois de nossa campanha salarial do ano passado. E ontem quem leu os jornais, via o recado de que a polícia não admitia que aqui tivesse mais de 10 ou 15 mil pessoas. E que os patrões e o Governo estavam apostando que os trabalhadores tinham-se amedrontado e não iam topar ir pra briga outra vez.

Vocês viram, na sexta-feira à noite, o Ministro Murilo Macedo mentindo na televisão. Vocês viram ele fazendo uma média com a política salarial que veio arrasar com os trabalhadores. Vocês viram ele dizer que os trabalhadores tinham que ficar atentos àquilo que os seus dirigentes queriam. E vocês deram a resposta ao Murilo Macedo. Vocês sabem o que os dirigentes sindicais aqui querem. Querem o bem-estar de cada um dos trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema.

Vocês viram que as calúnias já começaram. Vocês viram dizer aí, o Alemão (integrante da Comissão de Salário) já denunciou, de um boletim que eu acredito feito ou pelo patrão ou pelo Governo, de que a mãe do Lula mora num barraco. Se a minha mãe morasse num barraco, podem ter a certeza de que eu estaria no barraco junto com ela. O cara que escreveu o boletim, dizendo que a minha mãe mora num barraco, é porque a mãe dele mora na (impúblicável) e não num barraco.

Companheiros, vocês sabem da nossa disposição de luta para este ano. Todos nós adquirimos um pouco de consciência do que no ano passado. E as nossas mulheres sabem o quanto elas sofreram este ano, para ir na feira, para ir no supermercado, para ir nas cooperativas, para ir nas padarias, para ir no açougue comprar aquilo que ela não podia. O Governo comprou a Light e hoje a Light dá luz mais cara do que dava há 12 meses atrás.

As vezes, a gente é obrigado a ser agressivo, porque a gente não pode permitir tanta irresponsabilidade por parte do Governo. A gente não pode permitir que os trabalhadores sejam massacrados 24 horas por dia.

E ontem à noite, eu recebi um telefonema anônimo. Eram duas horas da manhã, e o telefone da minha casa tocou. Eu atendi e um cara dizia: "Se você fizer greve este



Theobaldo de Nigris



Luiz Eulálio Bueno Vidigal

## Ameaça de greve une empresários

São Paulo — "Na luta pela defesa dos nossos interesses, principalmente com o objetivo de evitarmos a greve, não existe oposição. Estamos unidos contra as reivindicações absurdas dos trabalhadores", assegurou o empresário Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, um dos dirigentes do Grupo 14 (empresários metalúrgicos da FIESP).

Os trabalhadores terão que discutir as reivindicações com o Grupo 14 acrescentou o empresário. "Enquanto o Sr Theobaldo de Nigris for o presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), nós, candidatos da oposição à Federação, estaremos de seu lado." O Sr Theobaldo de Nigris concordou que o momento é de união.

### Greve remota

"No momento estamos todos unidos nessa luta", comentou o Sr de Nigris. "A presidência da Federação a gente discute e luta depois. Agora precisamos chegar a um acordo com os metalúrgicos e evitar a deflagração de uma greve que, apesar de remota, não é impossível".

"Não existe ambiente para greve dos metalúrgicos e, se ela se consumir, será pelo esgotamento das negociações com o Grupo 14, pois empresários e sindicatos

# Líderes portuários de Santos procuram Delfim

São Paulo — Numa tentativa de última hora para apresentar algum fato novo à assembléia de ontem à noite, os dirigentes portuários conseguiram a intermediação do Prefeito de Santos, Paulo Gomes Barbosa, que os levou de manhã a São Paulo para um encontro com o Ministro Delfim Neto.

O Ministro do Planejamento respondeu à comitiva que um índice de produtividade de 15% exigiria o repasse para o consumidor, através de reajuste tarifário no porto — e isso contraria a política antiinflacionária.

### Política

Segundo o Prefeito de Santos, o Ministro Delfim Neto ponderou que a ameaça de greve transformou a questão em tema político e só o Presidente da República poderá resolvê-lo. "Conclamamos dirigentes portuários a esperar até amanhã, a reunião que haverá em Brasília, quando se poderá chegar a um entendimento, mas hoje nada posso resolver", afirmou o Sr Delfim Neto, que disse estar disposto a continuar as negociações mesmo com greve.

A tarde, o superintendente da Companhia Docas, em Santos, José Menezes Berenguer, foi chamado às pressas a Brasília pela direção da Portobrás. A última esperança das lideranças sindicais era a de que até a assembléia da noite ele informasse a aceitação de um índice de produtividade mais elevado que a proposta inicial, de apenas 3%.

Até a noite de sexta-feira, as lideranças sindicais que estavam em Santos não tinham dúvidas de que conseguiriam o aval da classe para o prazo de 24 horas, solicitado pelo Governo como condição para negociações mais amplas e definitivas. Até se comprometeram com o Ministro Delfim Neto que a assembléia de domingo seria transferida para amanhã, permitindo uma reunião esta tarde em Brasília entre representantes dos Ministérios do Trabalho e do Planejamento, entidades sindicais, Portobrás e Companhia Docas.

Mas, na assembléia conjunta dos quatro sindicatos do porto, que reuniu mais de 4 mil trabalhadores sábado à noite, as lideranças logo perceberam que o plenário não permitiria a dilatação do prazo. Na abertura dos trabalhos, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalha-

dores em Transportes Marítimos, Fluviáveis e Aéreos, Rômulo Augustus Pereira de Souza, ainda tentou defender o adiamento.

### Recusa

A resposta do plenário veio através de quase todos os oradores, repudiando a proposta, e por várias manifestações do plenário, gritando, de pé, "para, para, para". Até o final da sessão, que terminou por volta das 23 h, tanto o Sr Rômulo de Souza, como o secretário-geral da Federação Nacional dos Portuários, Arlindo Borges Pereira, e o presidente do Sindicato dos Operários Portuários, Nelson Batista, tentaram reverter o quadro sem sucesso.

Primeiro, o Sr Nelson Batista argumentou que apenas pouco mais de mil associados haviam assinado o livro de presenças e que, portanto, seria mais representativo tomar uma decisão na assembléia de domingo, quando a participação seria maior. Como não deu certo, arriscou seu prestígio pessoal:

"Não vou levar minha classe a uma aventura louca. A greve deve ser consciente e não é isto que estou vendo aqui. Peço em meu nome que deem o prazo pretendido pelo Governo. Se na segunda-feira não voltar de Brasília com uma boa proposta, terei coragem de decretar a greve, pois entendo que esse é o papel da liderança. Mas, se for o caso, também terei a responsabilidade de renunciar. Portanto, quero de vocês um voto de confiança".

Não teve, e mal conseguiu terminar o discurso. Diante de um plenário inflamado, o presidente da Confederação colocou em votação a proposta do adiamento, rejeitada praticamente por unanimidade. Dessa forma, as lideranças sindicais, o Governo e as autoridades portuárias passavam a ter apenas o dia de ontem para encontrar uma fórmula que impedisse a paralisação do porto à zero hora de hoje. Pois, até mesmo a possibilidade de se realizar assembléias separadas nos sindicatos, a fim de votar a greve e marcar a sua data, acabou descartada.

Como afirmou um portuário ao final de reunião de sábado: "De qualquer forma eles vão dizer que a greve é ilegal. Então, o melhor é parar imediatamente para mostrar nossa força e atrasar a mobilização da repressão".

## Última greve foi no início de 64

São Paulo — A última paralisação geral no porto de Santos durou apenas um dia, a 22 de fevereiro de 1964, devido a um incidente entre o delegado da Polícia Marítima e Aérea, Marcelo Alencar Aranha, e um vigilante portuário e um fiscal aduaneiro, o delegado mandou prender os dois funcionários, alegando que haviam pedido Cr\$ 1 mil para deixá-lo entrar na faixa portuária, quando a taxa era de Cr\$ 3, destinados ao Touring Clube.

Os funcionários negaram a acusação, mas acabaram ficando presos a partir das 19h do dia 21 de fevereiro. Ao saberem disso, os trabalhadores do porto foram paralisando suas atividades, entre eles os agentes fiscais federais.

### Mobilização

60, praticamente todas as classes promoveram greves em Santos, à época dos dissídios coletivos. E quase todas, também, paralisaram uma ou outra vez em solidariedade a outros movimentos. No porto, por sua mobilização e organização, os trabalhadores obtiveram seguidas vantagens, o que lhes valeu o apelido de marajás. Com isso, as demais classes se animavam a exigir cada vez maiores índices salariais ou melhores condições de trabalho.

Com a Revolução de Março, a liderança sindical da região foi praticamente extinta, com a prisão ou a fuga dos principais dirigentes. Os sindicatos tiveram devassa policial e pouquíssimos não sofreram intervenção, determinada pelo então Delegado do Trabalho Marítimo, Capitão Júlio de Sá Bierrenbach.

PT 1043-131

## As difíceis horas que antecederam a reunião

São Paulo — Poucas horas foram tão difíceis para o fermenteiro Luiz Inácio da Silva, o Lula, como as que antecederam a assembléia. Além da tensão, do medo de um processo e de ameaças por telefone, havia a infecção de um dente (sábado pensou em extrair-lo, mas desistiu pois poderia ficar impossibilitado de falar na assembléia).

Lula passou o sábado em reuniões com a Comissão de Salários, encarregada da mobilização e de todos os preparativos para a assembléia. Foi deitar pouco depois da 1h de domingo, mas por volta das 2h levantou para atender o telefone, ouviu e ficou quieto, contou sua mulher, Marisa. Só no estádio ela ficou sabendo dos insultos e ameaças.

### SONO DIFÍCIL

"Pensei que fosse engano ou coisa parecida, mas só agora soube do que se tratava", comentou Maria perto do palanque, onde cuidava dos filhos Sandro, Fábio e Marcos, enquanto o marido narrava o telefonema, com insultos e ameaças pessoais.

Uma hora depois do telefonema, às 3h, Lula levantou de novo, preocupado com o tempo — chovera o sábado todo e não parecia melhorar. Daí para frente, inquietação, dor-de-dente, sono sobressaltado. Pouco depois de 8h Lula chegava ao estádio, com a camiseta azul com o João Ferrador, símbolo do metalúrgico de São Bernardo e Diadema.

Todas as forças se concentravam no estádio, o sindicato ficava fechado. Lula acompanhava de perto o trabalho dos 425 membros da Comissão de Salários. Durante todo o tempo, ele e os integrantes da comissão recebiam queixas de que havia estudantes e jovens sem aparência de trabalhador vendendo jornais com manchete do tipo "Governo quer esquarterar

o Brasil", como reclamou um metalúrgico.

### A FESTA, AFINAL

No palanque, enquanto aguardava a vez de falar, Lula passou boa parte do tempo ao lado do Prefeito Tito Costa. Assediado pela imprensa, se dividia entre cumprimentar trabalhadores na platéia e dar entrevistas. Houve um momento em que, cansado, sentou-se ao chão, arregaçou as calças até os joelhos e descalçou os chinelos.

No final, Lula permaneceu no campo por mais de 30 minutos, dando entrevistas e autógrafos para trabalhadores. Marisa aguardava com paciência, enquanto seus filhos brincavam num canto do estádio.

Arrastado pelos colegas, Lula deu uma nota de Cr\$ 100 para Marisa "comprar sorvete pras crianças" e pediu um pouco mais de paciência, enquanto ia "tomar um mé ali no boteco". Era aguardado por um grupo de trabalhadores, que puxaram um samba que acabava de ser composto pelo metalúrgico Severino Ferreira da Silva, o Jacaré, operário da linha de montagem da Mercedes Benz. Falava de patrões, do Lula e de salário.

No bar, Lula continuou dando autógrafos e, já longe da imprensa, não escondia a ansiedade por sair logo dali, ir embora com a família. O grupo de jovens vendedores de jornais assistia, à distância e pouco à vontade, a festa dos trabalhadores.

Muito depois, despediu-se e foi ao encontro da mulher e filhos, que o aguardavam ao lado do Fiat branco da família. Lula saiu do estádio por volta do meio-dia e foi almoçar num restaurante. Antes, confidenciou que sua alegria, naquele momento, tinha muita razão de ser: por alguns momentos, duvidara da participação dos trabalhadores; temeu que o estádio ficasse lotado. Era indistintamente seu ar de alívio.

## Um dia normal em toda a região metalúrgica

São Paulo — Sem os anunciados piquetes nas fábricas para impedir as horas extras, nem policiamento ostensivo, a vida correu normal em todo o ABCD, ontem. Até o trânsito na área do estádio de São Bernardo estava normal para um domingo, com a grande quantidade de carros estacionados lembrando uma tarde de futebol.

PT 1073-431

A PM destacou um número reduzido de homens para o policiamento ostensivo, visando em princípio a segurança das indústrias metalúrgicas do ABCD. Desde a zero hora de sábado o DOPS manteve aquartelado seu grupo de choque, mas não houve incidentes. O delegado Romeu Tuma definiu a situação como "clima de tranquilidade".

ano, seu (impúblicável), e essas palavras eu vou repetir e aqui tem mulher. E minha mulher também está aqui no campo. E é bom que ela escute, porque eu disse para ela do telefonema. O cara dizia o seguinte: "O", seu (impúblicável), se você fizer greve esse ano, você vai (impúblicável). E essas palavras, quem sabe, foi um patrão quem telefonou. Quem sabe foi um dono da Volkswagen ou um dono da Mercedes ou um dono da Ford. Mas eu acho que tem o seguinte: se os patrões não atenderem, quem vai se (impúblicável) são eles e não a gente.

Companheiros, eu sei que todo mundo tem compromisso hoje. Mas eu queria dizer pra vocês uma coisa: este ano, a gente vai programar a coisa muito mais bem programada no ano passado. Neste ano, escutem bem, nós vamos dar uma colher de chá para os patrões. Nós vamos trabalhar até o dia 30 para garantir o pagamento inteiro do mês de março. Todos os trabalhadores vão receber dia 20, dia 25. Trabalhando até o dia 30, até o dia 31, nós vamos garantir o pagamento do dia 10 de abril. Ai, os trabalhadores só vão precisar do dinheiro do pagamento dia 25 de abril e a gente já garante de cara 25 dias de greve.

Nós vamos fazer uma assembléia dia 30, um domingo, de manhã. Se até lá não tiverem os patrões feito uma proposta pra gente, a gente decide aqui que segunda-feira à meia-noite nenhum trabalhador liga a máquina e pára o serviço de uma vez por todas.

E temos algumas palavras de ordem a serem dadas: primeiro que as empresas vão começar a explorar a hora extra. E vocês sabem que a Volkswagen fez 7 milhões de horas extras em 1976 e deve ter feito o dobro em 79. E cada hora extra que a gente faz, cada hora extra que o trabalhador faz, é um pedaço de pão que a gente tira da boca de um companheiro que está desempregado. Nenhum companheiro poderá fazer nenhuma hora extra. Nós estamos brigando por uma jornada de trabalho de 40 horas. Então, é importante que vocês, dentro da fábrica, vigiem aqueles companheiros safados que querem fazer hora extra, que não permitam que ele faça hora extra.

Cuidado com as notícias falsas. Só acreditem nas palavras de ordem do Sindicato. Não façam hora extra, porque ela só interessa ao patrão. Converse com a sua esposa sobre a nossa luta, pois ela é a nossa melhor aliada. Façam um trabalho para evitar os fura-greves. Evitem gastos inúteis, façam economia e colaborem com o fundo de greve.

Companheiros, essas palavras de ordem têm uma razão de ser. Primeiro, porque eu disse agora há pouco que nós estamos muito mais conscientes. Eu disse agora há pouco que os trabalhadores estão muito mais preparados do que no ano passado, que a diretoria do Sindicato está muito mais preparada do que no ano passado. E este ano os patrões vão ter de ajoelhar nos nossos pés para atender nossas reivindicações.

Marquem bem esta data. Guardem bem esta data. Nós vamos correr as portas de fábricas daqui pra frente. Vocês viram o Murilo Macedo dizer na televisão que o custo de vida já está a 80 e poucos e dando 40% a gente vai pegar apenas 70. Já estão nos roubando 12% a menos. E nós estamos pedindo 15% e é preciso entender a diferença. Nós não queremos discutir o custo de vida. Esse é dívida que os patrões têm com a gente, é dívida que o Governo tem com a gente. Aquilo que foi custo de vida é obrigação deles nos darem. O que nós queremos efetivamente é que, além do custo de vida, nós precisamos pegar 15% de aumento real, ou seja, aumentar o nosso poder de compra 15 por cento.

Companheiro, é importante vocês levarem isso para dentro das fábricas. A Ford está fazendo um cartãozinho para esse pessoal que trabalha até sábado e descansa no domingo e na segunda. Ela está dizendo que aquele cartãozinho tem autorização do Sindicato. É mentira. Algumas empresas andam dizendo que determinados departamentos não trabalham, porque o Sindicato está autorizando. O Sindicato não autorizou nenhum trabalhador a fazer hora extra. O cara que fizer hora extra tem que ser brecado pelos trabalhadores. E nós vamos nas portas da fábrica fazer isso.

Companheiros, nesse boletim que vocês receberam tem a resposta do Sindicato ao Murilo Macedo. Guardem na cabeça essa data: se até a assembléia do dia 30, os patrões não tiverem feito uma proposta que atenda às nossas reivindicações, dia 1º de abril nós estaremos em greve geral aqui em São Bernardo e Diadema. Nós temos que trabalhar para garantir o pagamento do dia 10 de abril. E depois do dia 1º nós vamos precisar do pagamento dia 25 de abril.

Então, saiam daqui com o seguinte pensamento: nenhuma hora extra; vamos ter de fazer operação-tartaruga dentro das fábricas; vamos ter de produzir muito menos do que produzíamos. E dia 30, todo mundo vai encher o campo pra a gente decretar greve geral em São Bernardo do Campo e Diadema. Muito obrigado, companheiros. Assembléia decisiva, dia 30".

Enquanto isso, o Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima, poderosas entidades que lideravam o movimento sindical da região, marcavam assembléia para votar a realização de uma greve geral, já no dia seguinte, e que envolveria praticamente todas as atividades na cidade, até mesmo hospitais e transportes coletivos.

A greve geral não ocorreu, porque os presos foram liberados às 12h do dia 22, graças à ação de seus advogados. Mas ficava a cicatriz de um novo combate entre o movimento sindical e a Polícia Marítima e Aérea do então Governador Ademar de Barros, normalmente encarregada de policiar a área marítima e reprimir manifestações de rua.

A guerra, porém, seria ganha pelos trabalhadores: em 25 de fevereiro, a Polícia Marítima e Aérea foi federalizada pelo Governo e perdeu a autonomia. O fato foi intensamente festejado numa assembléia que reuniu 2 mil trabalhadores no Sindicato dos Operários Portuários.

Naqueles primeiros anos da década de 70, o movimento sindical de antes da Revolução com o de agora: "As lideranças e as bases trabalhadoras de agora são mais conscientes, estão mais maduras." No seu entender, o sindicalismo, hoje, só terá sentido se contar com direito de greve, liberdade sindical e independência das categorias trabalhistas.

### Abrandamento

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos e do Sindicato da Indústria e Equipamentos de São Paulo, Einar Kok, os conflitos trabalhistas de 1980 ocorrerão "de forma mais circunscrita, posto que já houve correção substancial nas deformações salariais advindas da aplicação de índices inadequados."

"Os reajustes semestrais, previstos na legislação salarial recentemente promulgada, deslocaram os pontos críticos de discussões para os índices de produtividade, dos quais resultam aumento não repassáveis aos preços e, portanto, particularmente sensíveis para o setor patronal, que sentir-se-á impedido de fazer concessões liberais".

Na sua opinião, reivindicações de natureza não-salarial se formarão pontos difíceis de entendimento.

"Naturalmente, pode-se prever que as negociações se tornarão mais fáceis se a época já se fizerem palpavelmente sentidos os efeitos da política antiinflacionária; e, ao contrário, se os índices apresentados não corresponderem com exatidão à sensibilidade geral quanto ao aumento do custo de vida".

## Murilo e Delfim se reúnem hoje

São Paulo — O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, viajará hoje cedo para Brasília, para se reunir com o Ministro Delfim Neto, no Palácio do Planalto, quando analisará a situação dos portuários. "Nós já estamos estudando o problema e pedimos que eles aguardassem o resultado de nossos estudos".

Sem comentar a situação, o Ministro Murilo Macedo informou que telefonara, ontem, ao Sr Delfim Neto, marcando a reunião para hoje. afirmou que sua maior preocupação, no momento, é com os portuários. Quanto ao movimento no ABC, depois da assembléia de ontem, comentou: "Estamos apenas observando o ABC. Vamos aguardar o que vai acontecer". O Sr Murilo Macedo passou o fim de semana em seu sítio, em Atibaia.

Enquanto isso, o Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima, poderosas entidades que lideravam o movimento sindical da região, marcavam assembléia para votar a realização de uma greve geral, já no dia seguinte, e que envolveria praticamente todas as atividades na cidade, até mesmo hospitais e transportes coletivos.

A greve geral não ocorreu, porque os presos foram liberados às 12h do dia 22, graças à ação de seus advogados. Mas ficava a cicatriz de um novo combate entre o movimento sindical e a Polícia Marítima e Aérea do então Governador Ademar de Barros, normalmente encarregada de policiar a área marítima e reprimir manifestações de rua.

A guerra, porém, seria ganha pelos trabalhadores: em 25 de fevereiro, a Polícia Marítima e Aérea foi federalizada pelo Governo e perdeu a autonomia. O fato foi intensamente festejado numa assembléia que reuniu 2 mil trabalhadores no Sindicato dos Operários Portuários.

Naqueles primeiros anos da década de

## Trabalhadores de Minas fazem ato em 1º de maio

Belo Horizonte — A execução imediata da reforma agrária no país; um código de trabalho no lugar da CLT; o direito de greve e o fim da intervenção em cerca de 800 sindicatos de empregados serão as principais bandeiras que os trabalhadores mineiros pretendem defender em manifestação pública no próximo 1º de maio.

Na sua primeira reunião, anteontem, o Movimento pelo Boicote dos Trabalhadores às Solenidades Oficiais e por um Encontro entre as Diversas Categorias, reuniu 35 sindicatos do Estado, dos quais 25 rurais. A luta dos sindicalizados mineiros será também por um salário mínimo unificado, de Cr\$ 11 mil 582, e pela recondução dos líderes sindicais afastados no ano passado pelo Ministério do Trabalho.

### Solenidades

Os trabalhadores mineiros, que pretendem excluir do 1º de Maio Unificado toda conotação de luta político-partidária, defenderão ainda a liberdade

O ressurgimento do movimento sindical santista, considerado o mais importante e o pioneiro no Brasil, levanta a questão do retorno dos idos de 60. Um depoimento importante é o do atual presidente do Sindicato dos Operários Portuários, Néilson Batista: "Depois de 16 anos, nós nos levantamos outra vez. Estivemos mortos durante esse tempo em que a palavra greve era um palavrão que ninguém ousava pronunciar. Hoje, com a nossa união, mostramos que temos força novamente. Mas não cairemos num erro de antigamente: impediremos qualquer manipulação política do nosso movimento. Aqui, vereador, deputado, senador, não vai ter vez para fazer demagogia".

Para ele, não se pode comparar o movimento sindical de antes da Revolução com o de agora: "As lideranças e as bases trabalhadoras de agora são mais conscientes, estão mais maduras." No seu entender, o sindicalismo, hoje, só terá sentido se contar com direito de greve, liberdade sindical e independência das categorias trabalhistas.

O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, ameaçou os trabalhadores de desemprego e apenas fez um pedido aos patrões. Ele não tem moral para ameaçar patrões, porque é um deles", disse ontem o presidente do Sindicato dos Petroleiros, Wagner Benevides, ao reivindicar a reintegração do presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Olívio Dutra.

Segundo ele, o Ministério do Trabalho não conseguiu provar nada contra o líder classista gaúcho, mas persiste em mantê-lo afastado, simplesmente porque propõe a organização política independente dos trabalhadores. Disse que, ao invés de ameaçar os trabalhadores, o Governo deveria preocupar-se mais com o desemprego.

JORNAL: *do Brasil*  
*Recortes de jornais*  
Data *19/03/80* Estado *PI*

## Escola ilegal promete fácil acesso à carreira militar a 2 mil jovens em Fortaleza

Fortaleza — Cerca de dois mil jovens acreditam que estão prestes a ingressar nas Academias do Exército, Marinha e Aeronáutica. Eles passaram a pensar assim depois de ouvirem, sábado, às 16h, no ginásio do Colégio Santa Cecília — um dos maiores da Capital — uma mirabolante palestra do professor Rubens Ferreira, diretor das Escolas Reunidas das Armas Brasileiras, que estão sendo investigadas pela polícia de todo o país porque é uma entidade ilegal.

O Sr Rubens Ferreira, eufórico com o ginásio lotado, ficou preocupado quando viu jornalistas. Além das informações que dava sobre a importância das Forças Armadas, ressaltava sempre o salário inicial da carreira militar, segundo ele de Cr\$ 25 mil. Junto com ele estavam os irmãos Miguel e Valdemar Bernardino dos Santos.

### HOJE TEM MAIS

Nenhum dos candidatos que ouviram a palestra sabia que a escola está sendo investigada e nem deve saber ainda, porque só ontem os jornais de Fortaleza começaram a divulgar notícias sobre as investigações policiais em Salvador.

O Sr Rubens Ferreira prometeu que falará, hoje às 10h, no mesmo local, aos mesmos jovens, explicando as vantagens da carreira militar, para a qual vende um curso por correspondência, do Centro Brasileiro de Ensino, por Cr\$ 400 na inscrição e igual quantia por mês.

Na palestra de sábado, no Colégio Santa Cecília, no bairro de Aldeota, ele distribuiu centenas de fichas de inscrição, com uma condição: na palestra de

hoje, cada candidato deverá entregar-lhe a ficha preenchida e Cr\$ 400. Ontem à tarde, seu paradeiro era desconhecido.

O curso foi promovido por ampla campanha publicitária e distribuição de cartazes e panfletos. Rubens Ferreira, falando com entusiasmo e com uma grossa corrente de ouro no pescoço, disse aos jovens que "quando vocês entrarem para a FAB, poderão tirar a barriga da miséria, porque o Governo federal paga bem."

Ele relacionou os cursos que Exército, Marinha e Aeronáutica promovem em todo o país e citou, como vantagens, bom salário, assistência médico-dentária e hospitalar, escola gratuita, fardamento, viagens, alojamentos higiênicos, alimentação farta, promoção social.

PT 1073.131

ESTADO DA PARANÁ  
CAMPUS DE CURITIBA  
RUA DE ABRIL, 1100 - 13050-000

Órgão de Comunicação Social

PR - ASSUNTO

ASSUNTO: 1  
CATEGORIA: 2  
CATEGORIA: 3  
CATEGORIA: 4

# Metalúrgicos dispostos à greve

SANTO ANDRÉ (AE) — A disposição de greve foi manifestada por unanimidade dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (entre 50 e 60 mil), reunidos em assembleia no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo na manhã de ontem. A sugestão da diretoria do Sindicato da categoria, no entanto, e para a realização de "operação tartaruga que marcha lenta a partir de zero hora de hoje em todas as fábricas". A greve - discutida por nove dos dez oradores, com exceção do prefeito Tito Costa - durante uma hora de assembleia, será decidida na próxima reunião, marcada para o dia 30 deste mês. A sugestão de greve foi feita por Osmar Mendonça, da comissão de salário e mobilização e respondida imediatamente com braços levantados unanimemente pelos metalúrgicos presentes. Mas foi o próprio Osmar que, em seguida, propôs a operação tartaruga, ou marcha lenta, em todas as seções de todas as fábricas da base do Sindicato, para reduzir em 50 por cento a produção diária. A assembleia começou com uma hora de atraso, período em que, por diversas vezes, foi anunciada a chegada do presidente do Sindicato Luiz Inácio da Silva e do prefeito Tito Costa. Os pronunciamentos, de curta duração e contendo severas

críticas à política salarial, aos ministros Murilo Macedo e Delfim Neto e ao próprio presidente da República, levaram, num crescendo, a um clima de tensão, aliviado com intensos aplausos para cada orador. A abertura coube a Tito Costa e o encerramento ao presidente do Sindicato que prometeu continuar a mobilização nos próximos 15 dias nas portas de fábricas, até a próxima assembleia.

Entre os dirigentes do sindicato, era impossível disfarçar "a satisfação" pelo resultado das assembleias-relâmpagos, realizadas nas duas últimas semanas. "Trabalhamos bastante, mas o resultado táí. Veja que beleza: veio mais gente do que esperávamos. Parece que até São Pedro colaborou" - disse Expedito Soares Batista, diretor de base do sindicato, mostrando o estádio repleto e a manhã de sol. A tônica dos oradores, representando os sindicatos do ABC, Campinas, Taubaté, foi de crítica ao pronunciamento do ministro Murilo Macedo, feito sexta-feira na televisão. Luiz Inácio da Silva, o único que não usou palavras contra o ministro, disse que "às vezes a gente é obrigado a ser agressivo, porque não podemos admitir tanta irresponsabilidade do governo". Chamou de mentirosa a mensagem de Murilo Macedo que "veio fazer média da

política salarial na televisão, mas vocês deram hoje uma resposta ao Murilo Macedo, lotando este estádio e confirmando que os dirigentes do Sindicato querem o bem-estar dos trabalhadores".

Luiz Inácio foi mais contundente quando se referiu a um panfleto apócrifo distribuído entre os metalúrgicos durante a assembleia, que transcrevia matéria de um jornal de Mongaguá, de outubro de 79 - segundo a qual a "mãe de Lula mora em Mongaguá, num barraco - e uma foto de Luiz Inácio com a camiseta do Gallery, restaurante de luxo de São Paulo. "Se minha mãe morasse num bairro, eu estaria lá, com ela. Isso deve ter sido escrito por quem tem a mãe na...". E denunciou ainda um telefonema anônimo que recebera na madrugada de ontem em que lhe era feita ameaça pessoal, caso fosse deflagrada a greve. A essa ameaça, respondeu com sonoros palavrões contra "os patrões e outras pessoas interessadas em deturpar o movimento da categoria". "Mas nós vamos dar uma colher de chá aos patrões e trabalhar até o dia 30 para garantir o pagamento do dia dez de abril" - disse. "Se não tivermos uma proposta decente até o dia 30, entraremos em greve no dia 1.º de abril e garantimos a paralisação pelo menos por 25 dias".



# Metalúrgicos unânimes em se manifestar a favor de greve

**SANTO ANDRÉ — (AE-GP)** — A disposição de greve foi manifestada por unanimidade dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (entre 50 e 60 mil), reunidos em assembléia no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo na manhã de ontem. A sugestão da diretoria do sindicato da categoria, no entanto, é para a realização de "operação tartaruga" que marcha lenta a partir de zero hora de hoje em todas as fábricas".

A greve - discutida por nove dos dez oradores, com exceção do prefeito Tito Costa - durante uma hora de assembléia, será decidida na próxima reunião, marcada para o dia 30 deste mês.

A sugestão de greve foi feita por Osmar Mendonça, da comissão de salário e mobilização e respondida imediatamente com braços levantados unanimemente pelos metalúrgicos presentes. Mas foi o próprio Osmar que, em seguida, propôs a operação tartaruga ou marcha lenta, em todas as seções de todas as fábricas da base do sindicato, para reduzir em 50 por cento a produção diária.

A assembléia começou com uma hora de atraso, período em que, por diversas vezes, foi anunciada a chegada do presidente do sindicato Luiz Inácio da Silva e do prefeito Tito Costa. Os pronunciamentos, de curta duração e contendo severas críticas a política salarial, aos Ministros Murilo Macedo e Delfim Neto e ao próprio Presidente da República, levaram, num crescendo, a um clima de tensão, aliviado com intensos aplausos para cada orador. A abertura coube a Tito Costa e o encerramento ao presidente do sindicato que prometeu continuar a mobilização nos próximos 15 dias nas portas de fábricas, até a próxima assembléia.

Entre os dirigentes do sindicato, era impossível disfarçar "a satisfação" pelo resultado das assembléias-relâmpagos, realizadas nas duas últimas semanas. "Trabalhamos bastante, mas o resultado táí. Veja que beleza: veio mais gente do que esperávamos. Parece que até São Pedro co-

laborou". — disse Exedito Soares Batista, diretor de base do sindicato, mostrando o Estádio repleto e a manhã de sol.

## CRÍTICAS

A tonica dos oradores, representando os sindicatos do ABC, Campinas, Taubaté, foi de crítica ao pronunciamento do Ministro Murilo Macedo, feito sexta-feira na televisão. Luiz Inácio da Silva, o unico que não usou palavras contra o Ministro, disse que "as vezes a gente é obrigado a ser agressivo, porque não podemos admitir tanta irresponsabilidade do governo". Chamou de mentirosa a mensagem de Murilo Macedo que "veio fazer média da política salarial na televisão, mas vocês deram hoje uma resposta ao Murilo Macedo, lotando este estádio e confirmando que os dirigentes do sindicato querem o bem-estar dos trabalhadores".

Luiz Inácio foi mais contundente quando se referiu a um panfleto apócrifo distribuído entre os metalúrgicos durante a assembléia que transcrevia matéria de um jornal de Mongágua, de outubro de 79 - segundo a qual a "mãe de Lula mora em Mongágua, num barraco - e uma foto de Luiz Inácio com a camiseta do Gallery, restaurante de luxo de São Paulo. "Se minha mãe morasse num bairro, eu estaria lá, com ela. Isso deve ter sido escrito por quem tem a mãe na...". E denunciou ainda um telefonema anônimo que recebera na madrugada de ontem em que lhe era feita ameaça pessoal, caso fosse deflagrada a greve. A essa ameaça, respondeu com sonoros palavras contra "os patrões e outras pessoas interessadas em deturpar o movimento da categoria".

"Mas nós vamos dar uma colher de chá aos patrões e trabalhar até o dia 30 para garantir o pagamento do dia dez de abril" - disse. "Se não tivermos uma proposta decente até o dia 30, entraremos em greve dia 1 de abril e garantimos a paralisação pelo menos por 25 dias".

## Sindicatos do ABC e empresários se reúnem

**SANTO ANDRÉ — (AE-GP)** — Em Assembléia que reuniu cerca de 500 operários, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André anunciou, ontem, um encontro entre os sindicatos do ABC e um grupo de empresários "dos mais representativos", amanhã às 17 horas, na Fiesp. Foram convidados para a reunião de debate da campanha salarial dos metalúrgicos da região - desvinculada do grupo 14 da Fiesp - os empresários Cláudio Bardella, Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho, Alberto Villares, Mário Garnerio e Cláudio Rubens, este presidente da Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas, entidade que já se mostrou favorável a um aumento de 7 por cento acima dos índices do INPC.

Ao dar a informação, o deputado Benedito Marcílio, presidente do Sindicato, confirmou, também, reuniões sucessivas nesta semana com os trabalhadores. Segundo ele, "a intenção do governo após o pronunciamento do Ministro Murilo Macedo, é apenas afastar os trabalhadores da participação sindical e da luta por melhores condições de vida e por melhores salários". Após ressaltar que os operários presentes não representavam sequer 5 por cento da categoria em Santo André, Benedito Marcílio frisou que "temos 15 dias para recuperar o terreno perdido, ou seja, os trabalhadores têm de se organizar nas bases para, efetivamente, conseguir um aumento de salário".

## DECISÃO

De acordo com Marcílio, nada será decidido pela diretoria do sindicato, mas pela categoria. "Não estamos aqui para trazer imposições e sim para acatar as decisões tomadas pelos trabalhadores. Mas para isso, é preciso que todos estejam conscientes daquilo que realmente querem. Assim, ou partimos para a organização das bases, visando conquistar o aumento de salário ou ficaremos pura e simplesmente expostos a reposição salarial, que ninguém saberá de quanto vai ser e, acima de tudo, será calculada sobre o salário do mês de novembro".

Em seguida, um assessor da diretoria do sindicato explicou como funciona a produtividade das empresas, criticando o Ministro Murilo Macedo por ter declarado que o salário dos metalúrgicos é calculado em cima do lucro obtido pelos empresários durante o ano. Segundo ele, a Cofap, em 1979, vendeu Cr\$ 4.815.000,00, por cada trabalhador, obtendo lucro líquido de 61,9 por cento; disse ainda que "até mesmo a laminação nacional de metais, que alegou prejuízo no ano passado e dispensou 300 operários, terminou o ano com um lucro líquido de Cr\$ 600,00, sobre cada operário".

JORNAL: Folha de São Paulo

P. Gomes

Data 18 03 180 Estado RJ

7

## Governo declara ilegal a greve dos portuários

"O Governo não negocia com grevistas" — afirmou o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, no Palácio do Planalto, pouco antes de assinar o ato declarando a ilegalidade da greve dos portuários de Santos, atividade considerada essencial para o desempenho normal da economia do país.

Já o ministro do Planejamento, Delfim Neto, disse encarar com naturalidade a greve dos portuários e a decisão tomada pelos metalúrgicos do ABC paulista de realizarem uma operação tartaruga, pois "estamos num processo de aperfeiçoamento político e é natural que haja movimentos dessa natureza".

Mostrando grande preocupação com a paralisação dos portuários de Santos, "pelas consequências negativas que o movimento poderá acarretar à economia do país", o ministro Murilo Macedo lembrou que estava marcada para ontem uma reunião dos ministros do Planejamento e dos Transportes, além dele próprio, com os dirigentes do Sindicato dos Portuários para tratar das reivindicações salariais da categoria.

Os dirigentes do Sindicato não conseguiram conter os trabalhadores e, agora, "só nos resta esperar que prevaleça o bom senso e os operários retornem ao trabalho" — comentou. Segundo o sr. Murilo Macedo, ainda não ocorreu ao Governo a adoção de medidas extremas contra os portuários, a não ser a aplicação da legislação em vigor.

Os trabalhadores da Companhia Docas de Santos estão pleiteando um aumento de 15 por cento, além do percentual fixado pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC). A empresa, contudo, só ofereceu 6 por cento acima do INPC, como taxa de produtividade.

O ministro Delfim Neto explicou que "o Governo respeita a lei e espera que os outros também", numa referência indireta aos portuários. De sua vez, explicou o ministro do Trabalho que o Governo vai aguardar o retorno dos portuários às suas atividades, para somente depois continuar as negociações.

Sobre a ameaça dos metalúrgicos do ABC paulista de entrarem em greve a partir de 1o. de abril, e do imediato início de uma operação tartaruga nas fábricas, o ministro Murilo Macedo não quis entrar em pormenores. Preferiu manifestar mais uma vez seu otimismo em relação ao movimento trabalhista (em São Bernardo, São Caetano e Santo Amaro), acreditando que "tudo terminará bem, num verdadeiro happy end entre trabalhadores e empresários".

Disse que o Governo está acompanhando com atenção toda a movimentação sindical no ABC, e acrescentou: "Não acredito que vá haver greve. Acredito no bom senso e no equilíbrio do operário que vai receber o seu INPC e negociar, naturalmente, o seu aumento real".

# Greve portuária ilegal

BRASÍLIA (AE—O ESTADO) — O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, disse anteontem que o governo “não negocia com grevistas e vai aguardar que os portuários de Santos terminem seu movimento para então continuar as negociações”. Fora disso, somente trataremos do assunto na Justiça, acrescentou o ministro, após a cerimônia comemorativa do primeiro ano do governo Figueiredo, frisando que iria logo em seguida assinar decreto reconhecendo a ilegalidade da greve, ainda sem pensar na possibilidade de intervenção no sindicato.

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, disse por sua vez que o governo encara o problema com naturalidade, “porque estamos num processo de aperfeiçoamento político e é natural que haja movimentos dessa natureza”. Em relação à possibilidade de adoção de medidas punitivas contra os operários, frisou que “o governo respeita a lei e espera que os outros também a respeitem”.

O ministro Murilo Macedo revelou-se surpreso com a decretação da greve pelos portuários de Santos, comentando que estava inclusive prevista uma reunião para ontem, em Brasília, entre os dirigentes sindicais e os ministros do Trabalho, Planejamento e Transportes, mas disse acreditar que os dirigentes não tenham conseguido sustar a greve, diante da maioria favorável da assembleia, na noite de domingo.

Murilo Macedo informou que o Ministério está acompanhando a situação entre os trabalhadores do ABC, mas não acredita que vá haver greve, em função dos níveis de aumento salarial a serem decretados já de acordo com a nova legislação e baseado no índice nacional de preços ao consumidor. “Acredito no bom senso e no equilíbrio do operário do ABC, que vai receber o INPC e negociar, naturalmente, com as duas partes, o seu aumento real” acrescentou o ministro, frisando que em sua opinião “haverá um “happy end” no final”.

Sobre a realização de uma “operação tartaruga” entre os trabalhadores do ABC, Murilo Macedo disse que não acredita e não está informado sobre o início de movimento desse tipo, além do que frisou - “não gosto de trabalhar sobre hipóteses, principalmente as pessimistas”.

## EM SÃO PAULO

O governador Paulo Salim Maluf afirmou ontem que, se a greve dos portuários de Santos for considerada ilegal, irá tomar providências, “mesmo porque já atingiu um ponto além do desejado”.

Acrescentou que já tem um esquema pronto para ajudar os estivadores quanto ao embarque, proteção para os que desejarem trabalhar e total repressão nos piquetes.

Maluf disse ainda que vai se entender com o ministro do Trabalho para saber da legalidade da greve, mas não acredita que possa prejudicar o escoamento da produção, afirmando categoricamente que “essa hipótese não existe”.



.....  
 .....  
 .....  
 .....  
 .....

# Greve em Santos beneficiará Paranaguá

"O Porto de Paranaguá, que não se constitui numa alternativa do Porto de Santos, porém, coloca-se entre os seus concorrentes, deverá ser amplamente beneficiado caso permaneçam os impasses entre os operadores portuários e a Administração daquele terminal, uma vez que grande parte de sua movimentação poderá ser desviada ao Paraná, nos próximos dias."

A afirmação foi dada ontem em Curitiba, pelo Administrador dos Portos de Paranaguá e Antonina, Luiz Antonio Amatuze Pinho, a propósito da repercussão em nosso Estado da greve portuária que paraliza o Porto de Santos desde a última segunda-feira, com sérias consequências para a economia brasileira e

com prejuízos, também, aos exportadores nacionais, que de uma forma ou de outra, terão que arcar com parte dos prejuízos sofridos.

## CAPACIDADE OCIOSA

Segundo afirma Amatuze Pinho, o Porto de Paranaguá, pela grande infraestrutura que possui, podendo manipular diariamente, cerca de 130 mil sacas de café e cuja grande parte encontra-se ociosa em virtude do desestímulo oferecido pelo governo federal, no tocante ao diferencial por libra-peso, bem como pelas facilidades de acesso ao Porto, o que já não ocorre no Rio de Janeiro, deverá ser o grande beneficiado com a indefinição existente atualmente no Porto de Santos.

Aquele Superintendente esclareceu ainda, que um navio parado no Porto acarreta despesas na ordem de 10 mil dólares por dia ao armador e que este, por sua vez não arcará totalmente com esta despesa adicional, devendo repassá-la ao exportador brasileiro, visto que em sua grande parte os contatos de exportação são fixados com preços da mercadoria entregue no destino.

Desta forma, caso perdurem as indefinições entre os operários grevistas e a Administração do Porto de Santos, grande contingente de exportação deverá ser direcionado ao Porto de Paranaguá, principalmente no tocante ao café, visto que existem prazos para a entrega e a própria política governamental exige que

não haja uma quebra nos montantes diários de exportação.

A este respeito, Amatuze Pinho afirmou, inclusive, que já tem conhecimento de empresários que mantêm contatos junto ao Instituto Brasileiro do Café, para a obtenção do respectivo registro, para a utilização do Porto de Paranaguá, devendo já nos próximos dias, chegarem os primeiros carregamentos.

## OPINIÃO GENERALIZADA

Os benefícios citados pelo Superintendente dos Portos, de Paranaguá e Antonina, foram ainda confirmados pelo Presidente do Centro de Comércio de Café do Paraná, Joci A. Silva, e pelo Prefeito Municipal José Vicente Elias, que mani-

festaram sua opinião no tocante ao intrínscado conjunto de interesses.

Para o primeiro, o Instituto Brasileiro do Café somente possui duas alternativas frente ao problema: prorrogar as exportações previstas para março, com sérios prejuízos a nação ou transferir para o Porto de Paranaguá, o grande contingente de exportação de café existente no Porto de Santos, onde até mesmo as condições de armazenagem já estão precárias. Acreditando na segunda hipótese, Joci Alves da Silva afirma que a ociosidade da rede armazenadora em Paranaguá é um fato conhecido de todos os exportadores, devendo o nosso Porto ser lembrado como a principal alternativa de exportação, oferecendo, ainda o diferen-

cial de 2 cents por libra-peso.

Já o Prefeito, José Vicente Elias, não esconde sua euforia a respeito da concretização desta possibilidade, citando que "os benefícios ao Porto de Paranaguá e a todo o município seriam incontáveis, uma vez que além do natural aumento na arrecadação municipal e incremento comercial, os próprios trabalhadores da estiva, que se encontram com a atividade restringida pela desestímulo na exportação de café, teriam maiores rendimentos, o mesmo acontecendo com relação a toda a infra-estrutura, conhecida como retro-Porto, que assim voltaria a viver tempos de intensa movimentação, lamentando-se apenas, que isto seria de caráter temporário.

# Em Joinville, param 10 mil

**D**EZ mil trabalhadores das indústrias de plástico estão em greve desde domingo em Joinville (Santa Catarina). O movimento provocou a paralisação, ontem pela manhã, das indústrias dos grupos Hansen e Tupi, duas das maiores empresas brasileiras no ramo de fabricação de equipamentos plásticos. Não compareceram ao trabalho os empregados da Tigre Tubos e Conexões, Xavantes, Cipla, Fibra e Apag (do grupo Hansen), a Tupiniquim, (da Tupi, que tem a maior indústria metalúrgica da América do Sul) e a Ambalit.

A greve foi deflagrada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Joinville, presidido por Ary Shubert, às 23 horas de domingo depois de rejeitada em assembléia uma contraproposta patronal de aumento salarial da categoria.

## Audiência de dissídio

Comunicado só ontem à tarde do movimento paredista pelo delegado do Trabalho de Santa Catarina (Airton Mignoglio do Nascimento), o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Luiz José Guimarães Falcão tratou de marcar às pressas a primeira audiência de conciliação, com pedido de dissídio coletivo ex-officio (pela Procuradoria Regional do Trabalho). A discussão para

acerto começará hoje, a partir das 10 horas, no Tribunal.

## 30% de produtividade

Os operários das indústrias plásticas decidiram pela greve só depois da terceira assembléia geral da categoria. O reajustamento salarial dos trabalhadores tem data base em 1º de abril e a paralisação foi decidida por cerca de dois mil empregados. A categoria quer em sua reivindicação, aumento de 45% como reposição salarial pela perda do poder aquisitivo desde 1973; e um aumento real, como índice de produtividade, de 30%; mais a taxa do INPC de abril.

Quanto ao piso salarial, há exigência de um mínimo de três salários mínimos regionais (que atinge Cr\$ 8.100,00). A contraproposta patronal foi significativamente inferior aos percentuais reivindicados, razão porque os trabalhadores votaram e foram à greve. Nas negociações diretas os empregadores concordaram apenas com um piso salarial de Cr\$ 4.080,00 e um índice de produtividade inferior até aos que "induziu" o ministro Delfim Netto, que foi de 3,5%. As indústrias de plástico de Joinville abriram mão de 2% de produtividade aos empregados, ou seja 28% a menos do que o operariado quer.

## Acerto na polícia

Depois de tomarem conhecimento da decisão da greve no domingo à noite, os industriais mandaram chamar os trabalhadores para uma tentativa de acerto na madrugada de ontem, na sede da Polícia Civil de Joinville. Os representantes do sindicato compareceram para dizer que sob pressão não haveria negociação. A adesão aos piquetes nas portas da fábrica foi acentuada. Alguns minutos após o início do horário de trabalho, como os empregados não passaram do portão, a empresa Xavantes, do grupo Hansen, distribuiu comunicado dando prazo de 15 minutos para o retorno sob ameaça de demissão. A intimação não foi acatada.

## Fundamento

Há algumas contradições em relação ao pedido do índice de produtividade dos operários em greve. O TRT foi comunicado de que a reivindicação é de 30% enquanto que as informações que chegam a Joinville, dizem que é de 26%. Para esse pedido, os empregados se basearam nos dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, levantados no ano passado, que apontam um crescimento bruto nas indústrias brasileiras de 26 por cento. Esse percentual foi publicado numa edição da revista "Conjuntura Econômica".

## Primeiro dissídio

O dissídio dos trabalhadores das indústrias plásticas de Joinville será o primeiro julgado pelo TRT depois da regulamentação da dos reajustes semestrais. O presidente do TRT se manteve on instrução do dissídio.

É certo que o TRT terá algumas dificuldades para levantar um percentual de produtividade, já que a tentativa de conciliação é urgente e não há tempo para uma perícia nas empresas. Segundo o presidente Guimarães Falcão, quando não há outra saída, a fixação de um índice de produtividade será resultado da criatividade dos trabalhadores, empresários, advogados ou do juiz do trabalho que julgar o dissídio.

O movimento grevista mesmo depois da lei dos reajustes semestrais é visto por Guimarães Falcão como totalmente normal. "Não cabe aqui criticar ou elogiar a política do governo. O que precisamos é nos acostumar com esse tipo de reação do trabalhador". Segundo Guimarães Falcão, "as dificuldades são arbitrar um conflito me é honrosa, principalmente sabendo da responsabilidade de que um determinado índice de produtividade, decidido pelo Tribunal pode beneficiar o trabalhador e representar um risco ao combate da inflação".

JORNAL Correio de Notícias  
F. J. J. J.  
Data 25/03/76 Estado de SC

PT 1073.13A

JORNAL: *do Brasil*

*P. Gomes*

Data: 25-03-80 Estado RJ

## Greve Premeditada

O clima tenso respirado, na região do ABC paulista, não autoriza ilusões: haverá greve. A não ser que a maioria desperte, em tempo, do efeito hipnótico da última assembleia e readquirir condições de libertar-se da liderança messiânica praticada pelo Sr Luís Inácio da Silva. Desde que malogrou no exercício de liderança política, quando pretendeu fundar o PT, a greve dos metalúrgicos passou a ser uma questão de honra para o dirigente sindical que não conseguiu identificar seu frustrado Partido com os trabalhadores.

A greve passou a ser, portanto, o programa de ação política ao alcance do Sr Luís Inácio. A última assembleia dos metalúrgicos aceitou como se fosse sua a deliberação de paralisar o trabalho se não houver acordo. O pressuposto da decisão tida como aprovada é só o desacordo: a liderança metalúrgica trabalha para que não haja possibilidade de acordo. Não há uma escala de reivindicações para negociar, mas um conjunto de exigências que, se não forem aceitas, submetem a classe à obrigação de fazer a greve. E como essas pretensões foram deliberadamente formuladas por serem inaceitáveis, passou a decorrer o prazo para a greve.

A margem de negociação é a produtividade. A liderança sindical, no entanto, insuflou o espírito de intransigência na assembleia, para conseguir comprometer a maioria com a greve. E conseguiu. Em nenhum momento se cogitou da via de negociação. Trata-se de manobra para impor às empresas uma rendição que seria a suprema vitória política de Luís Inácio. A própria convocação da assembleia dos metalúrgicos fixou como valor decisivo o comparecimento: a presença de 25 mil trabalhadores implicaria a autorização para a greve.

O Sr Luís Inácio da Silva proclamou o ato de presença dos metalúrgicos como um voto que lhe

confere poderes absolutos para fazer acordo ou declarar a greve. E como a negociação, para seu estilo de liderança carismática, é uma forma de derrota, no mesmo momento ele interpretou o comparecimento como concordância com a greve. E para provar que não estava fazendo apenas retórica sindical, recomendou desde logo a queda do ritmo de trabalho para intimidar as empresas.

Não há, portanto, como esperar comportamento compatível com as necessidades e responsabilidades do momento econômico nacional. Nem com as possibilidades políticas do país. Não houve, sequer, o cuidado de disfarçar o método impositivo, nem o estilo de liderança que pretende utilizar os metalúrgicos como massa de manobra.

Mais uma vez o sindicalismo brasileiro se expõe à ameaça de uma perigosa contaminação política. Depois do peleguismo, o messianismo. Mais uma vez se evidencia também a necessidade de uma regulamentação que tenha em vista proteger os sindicatos do assédio de ambições estranhas aos interesses de classe. Não é compatível com os tempos da abertura a realização de assembleias sindicais em que o número possa substituir as decisões. Em que não se pratique o voto individual e secreto para as decisões mais graves, como é o caso de uma greve. Em que possa ocorrer, como vem ocorrendo invariavelmente, a infiltração de minorias alheias à classe para incendiar as assembleias e submetê-las emocionalmente a um controle carismático.

É preciso considerar com toda urgência um estatuto para que a atividade sindical seja libertada da tutela de líderes que se arrogam o direito de pensar e decidir por todos. As decisões sindicais, para serem legítimas, precisam ser a soma da vontade de cada um, e não a vontade de um imposta a todos.

# Agora linha dura contra greve

BRASÍLIA (AE) — O governo não vai contemporizar com greves ilegais ou articuladas como uma espécie de desafio, como é o caso da que estaria sendo preparada no setor metalúrgico do ABC paulista ou da que se registra no setor portuário, acarretando prejuízos considerados relevantes para as exportações do País. Essa é a informação que se colhe junto aos mais qualificados assessores do presidente da República, que reafirmam a posição firmemente tomada pelo governo de não negociar com participantes de greves ilegais e de não autorizar o pagamento de dias parados.

No caso dos portuários, portanto, não haverá transigência do governo em relação a esses dois pontos. Enquanto persistir a greve, enfatizou a fonte palaciana, os grevistas devem saber que suas reivindicações não serão examinadas e que, além de estarem sujeitos às penalidades impostas por greves ilegais, estarão também perdendo os dias parados. No caso do movimento articulado na área do ABC, o Palácio do Planalto o encara como um desafio e é assim que vai enfrentá-lo. O governo não assistirá assim a um tipo de movimento como esse com a mesma tolerância que demonstrou no ano passado, quando viu suceder pelo País uma cadeia de greves. Acredita que desta vez as reivindicações dos trabalhadores estão basicamente atendidas pela nova política salarial, que determina reajustes semestrais.

## OCUPAÇÃO

SANTOS (AE) — A ocupação do Porto de Santos começou bem cedo: às 5 e 30 policiais militares foram distribuídos pela faixa portuária, principalmente nos postos fiscais, por onde os trabalhadores entram. As 12 horas essa operação foi

completada com a atração do contratorpedeiro Santa Catarina. Dele desembarcaram 150 fuzileiros navais com uma emissão específica: garantir o equipamento do Porto. Segundo explicações do capitão dos Portos e delegado do Trabalho Marítimo, Antônio Cesar de Andrade, essa ocupação tem por objetivo manter em segurança todo o equipamento portuário, além de assegurar o direito de trabalho aqueles que fizerem essa opção. Disse também o capitão que, se houver necessidade, outros fuzileiros navais poderão ser transferidos do Rio de Janeiro. Caso contrário, uma parte retornará.

Dizendo que não tem condições de entrar no mérito do problema dos trabalhadores, o capitão de Mar e Guerra, Antônio César Andrade disse apenas que o movimento dos operários portuários "pode ser resolvido com um simples acordo entre empregados e empregadores". As 5 e 30 de ontem tropas da PM ocuparam a faixa externa do Porto, procurando, de imediato, desfazer a aglomeração dos estivadores que compareceram à "parede" (pontos onde são escolhidos os estivadores para o serviço de bordo). Mas, como no dia anterior, os operários portuários não compareceram ao trabalho, o que provocou, naturalmente, a dispersão. No Porto, ficaram apenas os PMs.

## ESTRADAS BLOQUEADAS

SÃO PAULO (AE) — "Todas as estradas paulistas estão bloqueadas, desde ontem, pois estão esgotadas todas as possibilidades do estacionamento nas imediações do Porto de Santos". A informação é do secretário de Comunicação do governo, Blota Júnior, que, no entanto, não soube dizer se a ordem para a formação das barreiras partiu

do próprio governador de São Paulo ou se foi uma iniciativa da Polícia Rodoviária. "Há mais de mil caminhões parados no porto, causando um congestionamento inútil nessa área, e, se eles não forem impedidos de continuar descendo a serra, até mesmo a vida de Santos pode ser afetada", disse o secretário, acrescentando que os caminhões não são impedidos, mas apenas "desaconselhados a prosseguir viagem".

Bloqueios foram formados principalmente nas estradas que dão acesso direto ao Porto, mas o objetivo da Polícia Rodoviária é reter os caminhões nas suas cidades de origem. Por isso, mais barreiras estão sendo formadas em todas as estradas de São Paulo, como a Anhanguera, Castelo Branco, Dutra e Regis Bittencourt. Segundo Blota Júnior, os caminhões que não transportam cargas destinadas à exportação não são retidos.

## POSIÇÃO DO GOVERNO

SÃO PAULO (AE) — O secretário do Trabalho, Sebastião de Paula Coelho, considerou as reivindicações dos trabalhadores do Porto de Santos "justas e merecedoras de atenção por parte dos órgãos vinculados ao setor portuário, para a solução da questão". Coelho disse também não acreditar num desdobramento do movimento grevista, "embora tudo seja possível", e aconselhou os portuários a fazerem um pouco mais de sacrifício, "porque o que está em jogo, além do interesse desses trabalhadores que consideramos sagrados, é a própria economia nacional". O secretário, que ontem esteve no Palácio dos Bandeirantes, disse ter mantido encontro com líderes portuários durante a madrugada e garantiu que "o ambiente é tranquilo, embora exista uma

paralisação em diversos setores". Também considera impossível prever o posicionamento dos governos federal e estadual, diante de qualquer modificação no movimento "pois é necessário aguardar o desenrolar dos acontecimentos".

## PREJUÍZOS

PORTO ALEGRE (AE) — O presidente da Associação de Exportadores Brasileiros e membro do Concex, Laerte Setubal Filho, informou ontem em Porto Alegre que "é de oito mil dólares o prejuízo por dia de cada navio parado no Porto de Santos em vista da greve dos estivadores. Como existem 43 navios ancorados, é só calcular o prejuízo de cada armador, pois este valor refere-se apenas aos armadores, já que o dos exportadores é muito maior".

O empresário paulista lembrou que, "como não se registram há muito tempo greves neste setor (no Porto de Santos isto não ocorria desde 1964), os contratos, em geral, aqui no Brasil, não prevêm multas para atraso por este tipo de paralisação". "Nós acrescentou - estamos apenas observando; pois tanto exportadores como importadores não podemos fazer nada. A questão deve ser resolvida entre governo e trabalhadores". E acrescentou: "Parece-me que tanto governo como trabalhadores estão sendo prejudicados com esta situação: o governo, pela paralisação e os operários pelo que deixarão de ganhar". Para Setubal Filho, contudo, "não é o caso de se usar a Lei de Segurança Nacional, pois a greve legítima é um direito do trabalhador. Nós esperamos que governo e trabalhadores se entendam e logo o impasse seja superado".

Journal de Brasil  
15 de Junho  
1964

13



Por aclamação, os quase nove mil portuários rejeitaram a contraproposta da Docas de Santos

## Portuários de Santos rejeitam acordo e prosseguem em greve

São Paulo — Cerca de 9 mil 500 trabalhadores portuários — 1 mil 500 dos quais do lado de fora do Ginásio de Esportes — rejeitaram ontem, às 21h, a contraproposta que lhes foi feita pela Companhia Docas de Santos, numa tentativa de sustar o movimento grevista começado por eles esta semana.

A rejeição foi por aclamação e tomada imediatamente depois da leitura da contraproposta patronal. O documento da Companhia Docas de Santos foi escrito numa linguagem técnica, de difícil compreensão, e não foi suficientemente claro para os portuários, que continuam exigindo um aumento de Cr\$ 3 mil 300 sobre seus salários.

### Contraproposta

A Companhia Docas de Santos propôs aos trabalhadores do Porto de Santos

um aumento de 33,2% sobre o Ganho Individual de Produtividade (GIP) — uma espécie de prêmio mensal, que atualmente gira em torno de Cr\$ 639,57 para os portuários. Esse prêmio é rateado entre todos os funcionários do porto e, caso fosse aceita a contraproposta patronal, os portuários passariam a receber Cr\$ 852,23, correspondente ao rateio entre eles da produtividade do movimento mensal do porto.

Além disso, foi proposto o pagamento de um índice mensal de produtividade de Cr\$ 1 mil 147,97. O documento argumenta que se somando esse índice ao GIP, os trabalhadores teriam um aumento de aproximadamente Cr\$ 2 mil mensais. Mas os líderes sindicais dos trabalhadores afirmam que o aumento real seria de apenas Cr\$ 1 mil 360,63, ou seja, o índice proposto mais os 33,2% ao aumento do GIP.

A assembléia, num clima tenso, mas sem qualquer tumulto, prosseguia, às 21h30m, sem que se tivesse votado a proposta de continuar ou paralisar o movimento paredista. Mas se estava certo de que a greve continuaria hoje, pois todos os participantes gritaram "não, não, não" — Cr\$ 3 mil 300 até a vitória — depois da leitura da contraproposta patronal.

Todos cantaram forte o Hino Nacional, aplaudiram e continuaram gritando slogans como "trabalhador unido jamais será vencido". O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Aéreos, Fluviais e Marítimos, Sr Rômulo de Souza, leu o documento, em que a Companhia Docas de Santos se compromete a não punir os grevistas, mas já adianta que, por determinação governamental, não terá condições de deixar de descontar as horas paradas.

### Unidade Portuária discute com Docas

As 11h, a comissão de negociações da "unidade portuária" — formada por quatro sindicatos que congregam 12 mil e 500 portuários em greve — reuniu-se, a portas fechadas, na superintendência geral da Companhia Docas, discutindo a contraproposta com representantes da empresa, e com o Capitão dos Portos que é também o delegado do Trabalho Marítimo, Comandante Cesar de Andrade.

A contraproposta foi mantida em sigilo durante todo o dia, para ser revelada à noite na assembléia, no ginásio de esportes, esse sigilo aumentou a expectativa dos grevistas, concentrados no sindicato dos portuários, sede do comando geral da greve. As 18h a tendência era de só aceitar Cr\$ 3 mil 300 além do salário de acordo com a proposta inicial dos trabalhadores.

A comissão de negociações, encabeçada pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Aéreos, Marítimos e Fluviais, Rômulo Augusto de Souza, não chegou a se encontrar com os trabalhadores, antes da reunião na Superintendência da Companhia. Um de seus membros limitou-se a telefonar ao comando geral da greve, adiantando os termos da nova proposta.

Durante toda a noite, a reunião prosseguiu na superintendência, sob a proteção de fuzileiros navais.

No final da tarde, o dirigente sindical Nelson Batista, que também integra o comando geral da greve, assegurou que a classe não abriria mão de suas reivindicações em troca de outras vantagens. "A

categoria não vai aceitar nenhuma proposta longe dos Cr\$ 3 mil. Se nos apresentarem algo muito próximo dos Cr\$ 3 mil, poderemos voltar ao trabalho e continuar as negociações. Se não se aproximarem, não há o que pensar: a greve continua."

Se a greve prosseguir a possibilidade de intervenção nos quatro sindicatos não amedronta o comando geral da greve. "Intervenção já não apavora. Entramos no movimento com consciência dos nossos direitos. Os patrões têm de aprender a respeitar o trabalhador. E, se vier uma intervenção e tomarem nossos sindicatos, vamos para a oposição e continuamos a paralisação. Intervenção não vai dar a solução que eles desejam", garantiu o Sr Nelson Batista.

Pr 1073.101

**Brasília** — Uma hora antes de os portuários iniciarem a assembleia, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, procurando demonstrar otimismo e confiança, acreditava que a proposta levada à categoria seria aprovada. A proposta teve sua concordância e a dos Ministros do Planejamento, Delfim Neto, e dos Transportes, Eliseu Resende.

Ele a discutiu na terça-feira à noite com os Ministros, enquanto no Ministério do Trabalho os representantes dos portuários, da Portobrás e assessores e secretários ministeriais acertavam pequenos detalhes da proposta com a Companhia Docas de Santos, por telefone e telex. O Sr Murilo Macedo, contudo, negou que "o Governo tenha mediado ou negociado com os grevistas".

### CNPS presente

E explicou: "O CNPS (Conselho Nacional de Política Salarial) tinha que participar das conversações, pois a Docas de Santos e os portuários estão vinculados a eles. E a proposta só poderia ser apresentada com a aprovação do CNPS. Nestes casos, deve haver a concordância dos Ministérios do Trabalho e do Planejamento e do Ministério a que o

setor pertence, no caso o dos Transportes".

E justificou a ida, ontem, a Santos, do chefe de sua assessoria econômica, Sr Flavio Gori, e do consultor jurídico, Pedro Luis Ferronato, para prestar qualquer tipo de esclarecimento aos portuários e a Docas. Eles acompanharam os dirigentes sindicais que anteontem negociaram a proposta em Brasília.

O Sr Murilo Macedo, embora admitindo que a questão pudesse acabar na Justiça do Trabalho (o que parece que ocorrerá com a recusa dos portuários), preferiu não comentar tal hipótese. Disse: "Vamos torcer para que seja aceita. Atende a várias reivindicações dos portuários".

Ele passou então a explicar a proposta. Disse que a Gratificação Individual de Produtividade (GIP) passou de Cr\$ 639,96 para Cr\$ 2 mil (incluindo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor e a produtividade). Não houve, segundo o Sr Murilo Macedo, aplicação da produtividade no reajuste salarial.

O Ministro do Trabalho destacou que reivindicações consideradas importantes pelos portuários, como aumento do adicional noturno, foram atendidas pela Docas. O adicional noturno era de 25% e o proposto foi 25% até às 23h, 50% das 23h às 4h e 70% das 4h às 5h.

Outra reivindicação atendida em parte foi a da convenção coletiva, que poderia começar a vigorar em 90 dias. As duas partes, a partir da data do acordo, teriam 90 dias para discutir a forma de convenção coletiva. Ela, contudo, é proibida pela legislação trabalhista para determinadas classes, entre as quais os portuários.

Mas o Sr Murilo Macedo admitiu que a questão poderá ser contornada, pois a mudança da legislação trabalhista está em estudo no Governo. A convenção coletiva é um dos principais pontos em debate no Ministério do Trabalho.

### Greves absorvidas

O Sr Murilo Macedo defendeu a política salarial, dizendo ser "um dos instrumentos mais eficazes" e citou como exemplo a redução do número de greves, depois que a política salarial entrou em vigor. Disse que as "poucas greves atuais estão sendo absorvidas com tranquilidade pelo país".

Especificamente sobre a greve dos portuários, afirmou: "Fatos como este estão sendo bem digeridos. São normais. Se a greve dos portuários tivesse outra conotação, que não reivindicatória, poderíamos nos preocupar. Foi uma greve quase sem influências ideológicas".

## Policimento ostensivo aumenta muito

O aparato policial começou a se tornar mais ostensivo em Santos, onde 35 mil trabalhadores estão com suas atividades paralisadas em decorrência da greve dos portuários. As viaturas policiais aumentaram o número de "passeios ostensivos" e ontem chegaram à cidade mais 40 carros da rota-rondas Ostensivas Tobias de Aguiar — quatro caminhões de tropas (com um número não revelado de policiais) e 12 jipes anfíbios da Polícia Militar. No porto, persistiu a cena observada desde as primeiras horas da deflagração do movimento: policiais sozinhos ou em duplas rondando e os armazéns e outras instalações portuárias guarnecidas por fuzileiros navais.

Enquanto aumentava o reforço poli-

cial na cidade, os portuários lembravam que ontem fez 16 anos e 14 dias chegou a Santos o navio da Marinha de Guerra, comandado pelo então Almirante Candido Aragão, para substituir as tropas da polícia Marítima que haviam reprimido "com violência excessiva", como diziam os trabalhadores, o último movimento grevista dos portuários, em 1964.

No 3º dia da greve e a exemplo do que vem fazendo desde a primeira hora do movimento, cerca de 3 mil portuários permaneceram concentrados na sede de seus sindicatos, seguindo a orientação do comando geral para que guarnecam as instalações da entidade. Mesmo não permanecendo em sua totalidade ali concentrados, a maioria dos 12 mil 500 por-

tuários também compareceu, pelo menos por alguns momentos, a sede do sindicato.

Para passar o tempo e vencer as madrugadas em que mantem permanente guarda no sindicato, os portuários jogam cartas, dominó, assistem televisão, ouvem discos, proferem palavras de ordem e cantam músicas que eles mesmos compuseram com letras alusivas ao movimento.

Muitos dormem algumas horas no chão, enquanto os 16 membros do Comando Geral da Greve — constituído basicamente por diretores dos quatro sindicatos — se revezam, dormindo um por vez, durante uma hora, na maca do posto médico da entidade.

## Portuários em greve são de 4 sindicatos

**São Paulo** — Quatro sindicatos de trabalhadores fizeram a greve no Porto de Santos: os operários portuários, os empregados da administração portuária, os condutores de veículos rodoviários e os motoristas de guindastes e empilhadeiras. Participam de sindicatos diferentes, mas seus problemas são parecidos e estão unidos pela reivindicação salarial.

Os cerca de 6 mil 500 operários portuários trabalham em turmas distribuídas em horários quase ininterruptos, das 7h às 19h, com duas horas para almoço, e das 19h às 6 ou 7 da manhã, com uma hora para lanche. A folga semanal varia de acordo com a extensão das horas extras mas o sindicato acusa a Cia Docas de Santos de estar impondo a escala segundo seus interesses exclusivos. Nos últimos meses a Companhia tem admitido mais operários, em razão do aumento de serviço, mas normalmen-

te não há grande rotatividade no emprego.

Quanto aos salários, a média mensal é de Cr\$ 10 mil, mas no mês passado, um trabalhador de carga e descarga recebeu Cr\$ 8 mil 800 líquidos. "O dinheiro é pouco, mas o pior é que o tipo de trabalho e o horário não deixam a gente conseguir um bico por fora" reclama ele.

O pessoal da administração portuária, cerca de 3 mil, sendo 2 mil 500 sindicalizados, cuida da parte burocrática do porto. A maioria trabalha nos escritórios, mas há uma parte nos armazéns e outra no setor de capatazias (junto às turmas de operários no cais). O horário dos escritórios é de 7 às 18h, tendo os sábados e domingos livres. Mas, pelas condições de horário do porto fazem muita hora extra.

E uma categoria heterogênea, compreendendo desde chefes de departamento até serventes. Requer diploma de primeiro grau, pelo menos, porém conta

com gente formada em Direito, Economia, Administração de Empresas, Jornalismo, Engenharia, já que há algum tempo o emprego era uma boa alternativa para as áreas saturadas. Um escrivão classe A, que é funcionário de escritório em início de carreira, ganha Cr\$ 8 mil, mas a média da classe, onde o pessoal de capatazia recebe mais, é de Cr\$ 15 mil.

Os trabalhadores em veículos rodoviários e os motoristas de guindastes e empilhadeiras têm situação parecida. Os primeiros são cerca de 550, e os últimos mais de 1 mil. A média salarial é de Cr\$ 10 mil e o horário de trabalho é igual ao dos operários portuários. Queixam-se de que há falta de trabalhadores nos seus setores, acusando a Cia Docas de Santos de ter feito grande dispensa em 1975 e, apesar de algumas admissões nos últimos meses, não ter repostado a mão-de-obra na mesma proporção do aumento de produção.



# Macedo otimista com desfecho da greve de Santos

BRASILIA — (AE-GP) — Murilo Macedo, ao sair, ontem às 20 horas do Ministério do Trabalho para a sua residência, na Península dos Ministros estava tranquilo e confiante. Ele se referia à greve dos portuários como coisa do passado, dizendo: "foi absolutamente ordeira e pacífica. Havia poucos ideólogos e quase nenhuma infiltração de movimentos políticos. Os próprios dirigentes sindicais procuraram evitar essas influências".

Ao contrário de outras ocasiões, em que se limita a dar aos setoristas que cobrem a área respostas vagas sobre assuntos fundamentais da economia, Murilo Macedo, conversou em "off", durante mais de uma hora, sobre os mais contraditórios problemas de sua pasta e sobre suas implicações político-econômicas. Relatou com detalhes o desenvolvimento das negociações ocorridas no dia anterior, no seu gabinete e que se prolongaram até às 23 horas, com a presença dos dirigentes sindicais, representantes da Portobrás e do Conselho Nacional de Política Salarial, contou sobre o encontro que teve, posteriormente, com os Ministros Delfim Neto, do Planejamento, e Eliseu Rezende, dos Transportes, para obter a aprovação final do aumento

certado pelos dirigentes com a Companhia Docas de Santos, sob a supervisão do CNPS. Explicou, a razão do envio para Santos do Secretário Executivo do CNPS. Flávio Gori: "eles poderiam querer fazer alguma modificação no acordo e precisariam da aprovação do CNPS".

No decorrer da conversa, um de seus assessores chegou com um telex com informações sobre a proposta que estava sendo levada à assembléia.

Na opinião do Ministro do Trabalho, a volta à ação de uma das categorias profissionais mais combativas da época do Presidente João Goulart, não terá o mesmo significado político daquela época: "o país está realmente absorvendo com tranquilidade esses problemas, vivemos uma hora em que as interpretações de fatos como este vão sendo bem dirigidos".

No final da conversa o Ministro foi indagado:

— E se a assembléia não aceitar a proposta?

— Vai para a Justiça concluiu fatigado e secamente o Ministro já seguindo para sua residência onde seria informado, ininterruptamente, sobre a assembléia no Porto de Santos.

## Infiltração comunista

SÃO PAULO (AJB/GP) — O comandante do II Exército, general Milton Tavares de Souza, depois de considerar "inocente" a pergunta de um repórter sobre a infiltração no movimento de greve em Santos, comentou: "você acham que os comunistas iriam perder esta oportunidade?". Ele observou porém, que não quis dizer que o movimento é comandado por comunistas, "mas eles estão infiltrados em todos os movimentos de greve".

O general Milton Tavares disse que a greve "é um instrumento justo desde que não seja político e que antes tenham sido esgotados todos os canais de diálogo. O diálogo é fundamental hoje em dia". Sobre a preocupação do Exército com a greve dos portuários, em área considerada como de segurança nacional, o general disse: "Não é só o II Exército que está preocupado. Santos é o nosso maior porto e estamos em época de escoamento da safra de café".

## Em busca de solução

SÃO PAULO (AJB/GP) - Às 11 horas, a Comissão de Negociações da "Unidade Portuária" - formada por quatro Sindicatos que congregam 12 mil e 500 portuários em greve - reuniu-se, a portas fechadas, na Superintendência Geral da Companhia Docas, discutindo a contraproposta com representantes da Empresa, e com o Capitão dos Portos que é também o Delegado do Trabalho Marítimo, Comandante Cesar de Andrade.

A contraproposta foi mantida em sigilo durante todo o dia, para ser revelada a noite na Assembléia, no Ginásio de Esportes. Esse sigilo aumentou a expectativa dos grevistas, concentrados do Sindicato dos Portuários, sede do governo geral da greve. Às 18 horas, a tendência era de só aceitar Cr\$ 3 mil e 300 além do salário, de acordo com a proposta inicial dos trabalhadores.

A Comissão de Negociações, encabeçada pelo Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Aéreos, Marítimos e Fluviais, Rômulo Augusto de Souza, não chegou a se encontrar com os trabalhadores, antes de se reunir na Superintendência da Companhia Docas. Um de seus membros limitou-se a telefonar ao Comando Geral da Greve, adiantando os termos da nova proposta.

Durante todo o dia, a reunião prosseguiu na sede da Superintendência, sem acesso da imprensa e sob proteção de fuzileiros navais.

## Tropas de prevenção

BRASILIA (AJB-GP) - "As tropas do Corpo de Fuzileiros Navais se encontram no porto de Santos apenas como prevenção e não para reprimir os grevistas", foi o que assegurou ontem, no final da tarde, o Ministro da Marinha, Almirante Maximiano da Silva Fonseca, pouco depois de admitir ter sido ele quem autorizou o deslocamento de tropas para o porto.

Respondendo rapidamente as perguntas dos repórteres que o aguardavam na saída do Ministério, o Almirante Maximiano Fonseca disse que o Porto de Santos é muito importante, além de se constituir num fator de segurança nacional. Afirmou ainda que as tropas estão ali para garantir aqueles que querem trabalhar.

O Ministro Maximiano da Fonseca repetiu que o grupamento de Fuzileiros Navais, sediado no Rio, no 1.º Distrito Naval, foi autorizado a permanecer no local da greve por ser o porto área de administração da Marinha.

## ABC: sem hora extra

SÃO PAULO (AJB-GP) - As indústrias automobilísticas da região do ABC decidiram suspender a convocação de seus operários para horas extras, "devido ao momento crítico que se atravessa, com a discussão de reajuste salarial". Apenas a Ford Brasil havia tomado essa iniciativa logo no início da semana.

As empresas não comunicaram oficialmente essa resolução por entenderem que isto seria interpretado como um ato de provocação pelos sindicatos metalúrgicos.

Quando a operação tartaruga, as fábricas automobilísticas informaram ontem que há uma diminuição no ritmo de produção nos turnos da noite, mas que pela manhã e a tarde, "o ritmo é normal".

## Alerta para atrasos

SÃO PAULO (AJB/GP) - Exportadores e corretores de café estão sendo alertados pela Associação Comercial de Santos para que atrasem seus embarques e negócios, esperando uma breve solução para a greve. A estocagem de café aumentou para 2 milhões 100 mil sacas, num acúmulo diário de 100 mil sacas.

O problema de espaço para algumas cargas — 300 mil sacas de café — que já deviam ter chegado ao Porto foi contornado, ontem, como a liberação de uma área de 10 mil metros quadrados, e de mais dois grandes armazéns da Sosipa — Companhia Siderúrgica Paulista. O presidente do Departamento de Armazéns Gerais, da Associação Comercial de Santos, Cicero Brandão Junior, admitiu que apenas se contornou uma dificuldade: "o que preocupa é a grande quantidade de café pronto para embarque".

A liberação de armazéns vazios, que pertenciam a Companhia Fidelidade de Armazéns Gerais, já fechada, e dos dois armazéns da Cosipa permitiu que os caminhões carregados descessem ao porto. O diretor da Associação Comercial explicou que esses veículos estavam retidos na estrada.

Os armadores de Santos informaram que, em três dias de greve, os seus prejuízos atingiam a cerca de 1 milhão 500 mil dólares, sem incluir o faturamento dos navios parados.



## Greve dos estudantes da Universidade de Viçosa

BELO HORIZONTE, - Os quase cinco mil alunos da Universidade Federal de Viçosa entraram em greve ontem e não irão frequentar aulas até receberem resposta da Reitoria às suas reivindicações, que incluem o congelamento de todas as taxas, o fim da prova final e a modificação do regulamento dos alojamentos do campus, onde moram cerca de 2.500 estudantes. Parte dos estudantes já havia entrado em greve desde segunda-feira e a extensão do movimento a toda Universidade foi decidida em Assembléia Geral realizada na noite de anteontem e que teve a presença segundo o DCE, de cerca de 3 mil alunos.

Na Faculdade de Ciências Médicas, onde cerca de 400 dos 703 matriculados não pagaram a parcela de março da anuidade, o diretor José Elias Urad informou que o assunto será debatido sexta-feira, pela congregação. Murad disse que o déficit previsto para este ano é da ordem de 5 milhões de cruzeiros e que, se não houver ajuda do governo federal, a escola só terá três opções: fechar, impedir ou não pagantes de continuarem frequentando aulas ou decretar um recurso até que o governo federal resolva o problema.

Os alunos da Universidade Católica Mineira, que iniciaram o movimento de boicote às mensalidades no Estado, vão solicitar ao ministro Eduardo Portella uma audiência para quarta-feira de manhã, quando irão reivindicar a liberação das verbas necessárias ao funcionamento da Universidade, sem repasse aos estudantes. O DCE ainda espera que um representante da Reitoria participe dessa caravana que irá ao MEC, mas ontem o vice reitor Gamalhel Herval informou que a Reitoria já está solicitando ajuda do MEC desde 1978 e que o reitor Dom Serafim Fernandes de Araújo não deverá acompanhar os estudantes, embora ache justas as reivindicações por mais verbas para a educação.

A União Estadual dos Estudantes, os DCES e diretórios Acadêmicos

de Belo Horizonte promoverão as 18 horas de hoje na Praça Afonso Arinos, um ato público contra o aumento excessivo das anuidades, por mais verbas para a educação, por melhores condições de ensino e pelo ensino público e gratuito para todos. Esta será a primeira grande manifestação estudantil deste ano em Belo Horizonte e até ontem à tarde os organizadores não haviam recebido qualquer comunicado proibindo sua realização.

### SC O MIOPE

- A introdução do ensino pago nas Universidades públicas representa uma solução míope, individualista e comercial, que contribuiria apenas para tornar o ensino ainda mais elitista. Essa é a posição adotada pelo Conselho Diretor da Universidade Estadual de Campinas em vista da intenção do governador Paulo Salim Maluf de introduzir ensino pago nas Universidades paulistas, adotada depois de uma reunião da qual participaram os diretores de institutos e faculdades da Unicamp, além de representantes de professores, funcionários e alunos.

Em um documento aprovado durante a reunião, a implantação do ensino pago é considerada mais uma ameaça por parte do governo, inserida numa contínua e sistemática campanha pelo enfraquecimento e desmoralização das Universidades estaduais, que estaria evidenciada pelo aviltamento dos salários dos professores e funcionários, o drástico corte de recursos para obras e materiais de ensino e pesquisa, as manifestações depreciativas e incompatibilizar as universidades com a população em geral.

O argumento de que as Universidades públicas são frequentadas apenas por pessoas vinculadas às camadas de alta renda, de acordo com o documento aprovado pelo Conselho Diretor da Unicamp, não pode ser generalizado e, mesmo que a afirmação fosse verdadeira, tal fato seria apenas o reflexo da situação de indigência do ensino público anterior ao universitário.



Foto Mario Leite

Gritando frases contra o governador, os estudantes percorreram o centro

## Estudantes mineiros ampliam greve para reduzir as taxas

### Da sucursal de BELO HORIZONTE

Os quase 5 mil alunos da Universidade Federal de Viçosa entraram em greve ontem e não irão frequentar aulas até receber uma resposta da Reitoria às suas reivindicações, que incluem o congelamento de todas as taxas, o fim da prova final e a modificação do regulamento dos alojamentos do campus, onde moram cerca de 2.500 estudantes. Parte dos alunos já havia entrado em greve na segunda-feira, e a extensão do movimento a toda Universidade foi decidida em assembleia-geral realizada na noite de anteontem e que teve a presença, se-

gundo o DCE, de cerca de 3 mil alunos.

No Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira, em Belo Horizonte, continua a greve dos estudantes de Psicologia, em protesto contra a direção do estabelecimento que não tem permitido o acesso às aulas dos que estão em débito com a escola. Os alunos dos demais cursos estão estudando a possibilidade de ampliar o movimento grevista, com a finalidade de pressionar o instituto a congelar o aumento da anuidade este ano em 35%. Hoje à tarde haverá reunião entre uma comissão de estudantes e a direção do Instituto.

Na Faculdade de Ciências Médicas, onde cerca de 400 dos 703 matriculados não pagaram a parcela de março da anuidade, o diretor José Elias Murad informou que o assunto será debatido amanhã, pela congregação.

Enquanto isso, os alunos da Universidade Católica Mineira, que iniciaram o movimento de boicote às mensalidades no Estado, vão solicitar ao ministro Eduardo Portella uma audiência para quarta-feira, quando irão reivindicar a liberação das verbas necessárias ao funcionamento da Universidade, sem repasse aos estudantes.

### Do serviço local e das sucursais

Cerca de 1.500 estudantes, carregando faixas cartazes e gritando slogans contra o governador Paulo Maluf realizaram ontem, a partir das 18 horas, uma passeata pelas principais ruas do centro da Capital, em protesto contra a intenção do governador de implantar o ensino pago nas universidades estaduais. Outros 1500 estudantes, das duas universidades de Campinas, também promoveram passeata de protesto contra o projeto seguida de uma concentração no largo do Rosário.

Em São Paulo, em sua segunda grande manifestação deste ano, os estudantes gritavam, em coro e com muito entusiasmo, palavras de ordem do tipo "Um, dois, três... Maluf no xadrez"; "Um, dois, três, quatro, cinco, mil... queremos que Maluf vá para fora do Brasil"; "Nem Maluf, nem João... mais arroz e mais feijão", além de outras pedindo mais verbas para a Educação e Saúde. Surgiram até defensores ecológicos e da moralidade política, como um estudante, que levava um cartaz, onde, de um lado, protestava contra a instalação de usinas nucleares e, do outro, dava a Maluf o título de "Ídolo da corrupção".

A manifestação dos estudantes estava marcada para as 17 horas, no largo São Francisco, mas só começou uma hora depois, com, aproximadamente, mil universitários. Eles ini-

ciaram a passeata no largo São Francisco em direção à praça da Sé, através da rua Benjamim Constant.

Na praça da Sé, foram surpreendidos por policiais do DSV, que paravam o trânsito para que a passeata prosseguisse. Instalados nas escadarias da Catedral da Sé, os universitários conseguiram reunir uma pequena multidão de populares, aos quais explicaram "o crime que o governador Maluf pretende cometer contra nossos interesses e contra os interesses do povo".

A manifestação continuou através da rua Direita e rua São Bento até atingir novamente o largo São Francisco, com rápidas paradas para a reorganização da passeata. O policiamento praticamente não existiu, limitando-se apenas a algumas viaturas e agentes do Deops infiltrados entre os estudantes. Também não houve esquema especial de trânsito.

Ainda ontem, em resposta a recentes declarações do governador do Estado, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo — Adusp — divulgou um manifesto reiterando a existência de uma grave crise na USP — o que foi negado por Paulo Maluf — e demonstrando que seu número de professores não é excessivo em relação à quantidade de alunos, ao contrário dos dados fornecidos pelo governador e o secretário da Educação.

"O governador paulista — diz o documento — levanta o

problema do ensino pago, e toda a comunidade acadêmica desvia sua atenção para a defesa do problema não menos grave do ensino público e gratuito, deixando de lado os seríssimos problemas com que a universidade se defronta hoje", tais como: verbas reduzidas, entre 1975 e 1980, de 3% para 1,89% do orçamento estadual; os atuais salários dos professores só dão para pagar metade dos bens e serviços que podiam adquirir em 1974/75; e a falta de condições para a pesquisa.

A entidade conceiui sua resposta, acusando as autoridades estaduais de distorcer "a imagem da universidade perante a opinião pública".

### INTERIOR

Em Campinas, a introdução do ensino pago nas universidades públicas foi qualificada de uma solução "míope, individualista e comercial", que contribuiria, apenas, para tornar o ensino "ainda mais elitista", pelo Conselho Diretor da Universidade Estadual de Campinas. A posição foi tomada depois de uma reunião da qual participaram os diretores de Institutos e faculdades da Unicamp, além de representantes dos professores, funcionários e alunos. Em um documento aprovado durante a reunião, a implantação do ensino pago é considerada "mais uma ameaça, por parte do governo, inserida numa contínua e sistemática campanha pelo enfraquecimento e de desmoralização das universidades estaduais.

Em Ribeirão Preto, um ato público, seguido de passeata, reuniu cerca de 600 estudantes, além de representantes de outros setores, na esplanada do Teatro Pedro II, no Centro. O ato foi iniciado às 17h30, com um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao estudante Alexandre Vanuchi Leme, morto há sete anos quando se encontrava preso. Nas faixas, panfletos e discursos, as críticas eram bastante severas tanto à tentativa de implantação do ensino pago como também às autoridades federais. Mas o principal alvo foi o governador Maluf.

Em Botucatu, 500 estudantes das faculdades de Medicina, Zootécnica, Biologia e Veterinária decidiram, ontem, paralisar todas as suas atividades para protestar contra o ato do governo do Estado, que fez um corte de verbas de cerca de Cr\$ 20 milhões, o que equivale a cerca de 40% da renda bruta da Unesp-Botucatu. Os universitários também realizaram uma passeata para esclarecer a população sobre os motivos que os levaram a tomar essa atitude.

Depois de vários dias trabalhando na organização da passeata contra o governador Pau-

lo Maluf, os estudantes da Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, de Piracicaba, ficaram decepcionados com os contratempos de última hora, que acabaram atrasando a manifestação. O primeiro imprevisto foi com o carro de som, que não funcionava, motivando vaias e protestos, até que um estudante gritou "O homem roubou o nosso alto-falante", provocando risos e animando o grupo (cerca de 300 alunos).

A segunda decepção dos estudantes foi a não participação dos professores da Esalq na manifestação, prometida durante a semana. Mas, em compensação, as pessoas que foram até a praça para assistir à passeata acabaram cantando as músicas contra Maluf, atraídas pelas faixas que condenavam a construção da nova Capital e o ensino pago.

9/27/64  
A. Gomes  
10/12/64

22

## Estudantes ameaçam greve

Os universitários de todo o Estado poderão entrar em greve geral, caso algum estudante de Rio Claro ou São Carlos seja preso por ter participado das manifestações contra o governador Paulo Salim Maluf. A afirmação foi feita ontem em São Paulo pelo presidente da UEE, Israel Walgora, acrescentando que, no sábado e domingo, todos os diretórios e centros acadêmicos e DCEs do Estado vão-se reunir para discutir as formas de repúdio ao processo aberto contra os estudantes que protestaram contra o governador durante a visita que fez às cidades de São Carlos e Rio Claro, na sexta-feira.

Na opinião do presidente da UEE, essa atitude do Deops, tomada a pedido do governador, "vem comprovar que a abertura anunciada pelo presidente Figueiredo não passa de uma farsa", razão pela qual os estudantes "irão prosseguir na luta pela conquista da ampla liberdade de organização e manifestação".

Ele revelou também que na assembléia realizada terça-feira, em Rio Claro, ficou deliberado que qualquer estu-

dante que seja obrigado a comparecer ao Deops para prestar depoimento será acompanhado por todos os universitários da cidade, já que "a manifestação não é de responsabilidade de um estudante, mas de todos que lutam contra os cortes de verbas em suas escolas".

Em Rio Claro, o presidente do Diretório Acadêmico da Unesp, Walter Malagutti, e uma estudante do curso de Biologia prestaram ontem depoimento na delegacia de polícia local, acompanhados pelo professor Hamilton Ferreira e pelo advogado Djalma Hofling. Malagutti conversou durante uma hora com o delegado Renato Bello sobre os acontecimentos da sexta-feira na cidade, quando da visita de Maluf, mas não reconheceu as duas fotos que o delegado lhe apresentou, em que apareciam pessoas que a polícia quer identificar.

Durante o depoimento da estudante de Biologia, várias pessoas telefonaram para a delegacia pedindo informações sobre os depoentes: eram os alunos que estavam reunidos em assembléia geral no **campus** da universidade, aguardando a chegada de seus colegas. Um dos telefonemas foi atendido pelo próprio delegado Bello, que ficou irritado com o que foi dito.

O professor Ferreira ga-

rantiu, por outro lado, que vai acompanhar "quaisquer consequências" geradas pelos incidentes que envolveram Maluf na cidade. Hoje, a partir das 14 horas, mais dois estudantes vão depor sobre o caso.

Já em São Carlos, investigadores do Deops pediram ontem à secretaria da USP local o endereço do aluno Carlos Augusto Betarelli, ex-diretor da União Municipal de Estudantes, fato que levou a diretoria do centro acadêmico a encaminhar ofício à direção do Instituto de Física e Química, indagando se houve autorização para que as investigações se realizassem dentro do **campus**.

Os estudantes da USP e da Universidade Federal realizaram assembléias, passeata e ato público no final da tarde, em frente ao mercado central da cidade, denunciando a falta de condições de ensino nas escolas e repudiando a atitude do governador.

Em São Paulo, o secretário de Informação e Comunicação do governo, Blota Júnior, confirmou que é por determinação de Paulo Maluf que o Deops está intimando para depoimento os envolvidos nas manifestações. "O governador deseja saber se realmente todos eram estudantes" — justificou.

Ar 1072.131

## Notas e informações

# Greves e partidos políticos

É difícil dizer se a greve no porto de Santos é mais danosa para a economia nacional do que a anunciada paralisação dos metalúrgicos do ABC, como declara alto e bom som o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos. Seja ou não, representa perigoso desafio para a política econômico-financeira, traduzido na possibilidade de, premidos pela paralisação dos serviços portuários, a Companhia Docas e o governo consentirem em um aumento a título de produtividade maior do que o acusado pelo crescimento do Produto Interno Bruto. A empáfia e a rudeza das palavras do sr. Rômulo de Souza antes de conferenciar com o ministro do Trabalho dão a exata medida da certeza que tem de sua posição de força e da fraqueza do governo, a qual se acentuou ainda mais a partir de sexta-feira última, quando o decreto de regulamentação da Lei nº 6.708/78 devolveu claramente à Justiça do Trabalho a competência normativa de fixar os índices de produtividade no caso de malogro das conversações entre as partes.

Felizmente, para o governo, os grevistas de Santos parecem mais preocupados com questões salariais do que com problemas político-partidários e ideológicos. Outra fosse sua postura e a greve, como no período que antecedeu 1964, teria graves repercussões, na medida em que poderia servir de ponto de partida para articulações partidárias. A preocupação de não servir de instrumento a interesses político-partidários, no entanto, parece, **até o momento**, ser a tônica das declarações do dirigente sindical que se atribui o papel de coordenador e líder da greve dos portuários. Coisa que, convenhamos, denota relativa firmeza de espírito, tantas e tão variadas são as manifestações de apoio que sua greve vem recebendo da oposição, especialmente do PMDB, de orga-

nizações parassindicais como este movimento Unidade Sindical, além do estímulo indireto dos políticos governistas, como o secretário do Trabalho do governo paulista, sr. Paula Coelho.

Um dos problemas maiores que a nascente democracia brasileira deverá aprender a resolver é o da voracidade com que os políticos se lançam sobre os movimentos grevistas à busca de simpatias, que mais tarde se traduzam em votos. Dir-se-ia, a este propósito, que, se os trabalhadores portuários de Santos fazem questão de retirar qualquer conotação política de seu movimento, os políticos não aprenderam as lições do passado e, à falta de outra clientela, vão buscar apoio nos operários, dos quais se lembram nestes momentos e nas vésperas das eleições. Sinal evidente de que os tempos não mudaram, como quer o presidente, mas continuam os mesmos — ao menos para aqueles que vivem no poder e dele auferem prestígio que de outra maneira não teriam.

Não são apenas os políticos, porém, que buscam aproveitar-se dos movimentos reivindicatórios (corretos ou não da perspectiva da economia brasileira); há também lideranças sindicais que, comprometidas com movimentos partidários, agem retoricamente em defesa dos interesses dos trabalhadores, mas, na realidade, buscando o confronto com o governo para dele tirarem vantagens eleitorais. Não somos nós quem o afirmamos, é o sr. Rômulo de Souza quem faz questão de dizer a Luiz Ignácio da Silva que faça seu movimento no ABC, mas não procure servir-se dos portuários e doqueiros de Santos para fins partidários, isto é, do PT.

Se houve momento em que Luiz Ignácio da Silva aparecia como liderança sindical autêntica a contrapor-se aos "pelegos" herdados do Estado Novo e cevados ao longo dos anos de 1946 a 1964, hoje já não se pode

dizer o mesmo. A atitude em que se coloca diante dos empregadores e do governo é típica de quem pretende fundar um partido que não deseja o poder para não ter de "administrar as crises do capitalismo", mas quer destruir o sistema; é a atitude de quem deseja criar o confronto para dele se aproveitar em 1982. Afinal, se em consequência de suas descabidas exigências houver desemprego, pouco se lhe dá; sua massa de manobra é constituída dos que estão empregados e consideram que a política salarial do governo "rouba" (sic) os trabalhadores e que o governo deve (sic) a diferença entre o custo de vida e os salários percebidos pelos metalúrgicos, como declarou em seu discurso de domingo último em São Bernardo. A conjuntura política geral não existe para ele, muito menos a crise do petróleo, nem o protecionismo dos países industrializados aplicado contra o Brasil — ainda ontem se confirmavam as restrições à exportação de ferro gusa para os Estados Unidos —, nem muito menos as dificuldades não apenas dos metalúrgicos, mas também de toda a população, especialmente as daqueles que não conseguiram acesso ao mercado de trabalho o ano passado e com certeza também não o terão este ano. O que lhe importa é derrotar o governo para fazer proselitismo. Nada mais.

Por mais que diga ser apenas líder sindical, seu nome e sua atuação estão ligados a um partido político — e, no instante em que a luta sindical se torna partidária, ela perde eficácia e corre o perigo de dividir os trabalhadores. O presidente da Confederação dos Marítimos percebeu o perigo da adesão de Luiz Ignácio da Silva e a rejeitou. Dentro em breve, no ABC, o líder do PT poderá mostrar se realmente deseja acordo que atenda aos interesses econômicos dos trabalhadores, ou se irá jogar mais uma cartada para fortalecer sua liderança dentro do PT no confronto com o governo.

Obt. de Laranos

P. Gomes

20 07 80 PR

51

## Metalúrgicos do ABC ameaçam parar amanhã

SANTO ANDRÉ (AE—O ESTADO) — Reunidos em assembleias simultâneas hoje cedo, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, que somam 225 mil operários, decidem se aceitarão ou não os cinco por cento de aumento acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), oferecidos pelo "Grupo 14" da Fiesp, como contraproposta aos 15 por cento reivindicados pelos sindicatos da região do ABC. Caso não aceitem, a greve poderá ser decretada e suas atividades paralisadas a partir de meia-noite de segunda-feira, quando termina o prazo do acordo coletivo deste ano.

Nos cinco encontros mantidos por representantes sindicais e a comissão do "Grupo 14", além da reivindicação de redução da jornada de trabalho para 40 horas e da instituição do delegado sindical - itens descartados logo de início pelos empresários - o que mais dificultou um acordo entre as partes foi, sem dúvida, a questão do índice de produtividade.

Roberto Della Manna, um dos componentes do "Grupo 14" da Fiesp, não concorda com a proposta dos sindicatos, alegando que um aumento

de 15 por cento, acima do INPC representa, na realidade, "reajuste real de 103 por cento sobre o salário de abril do ano passado".

Reunidos na manhã de ontem na sede do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, os 425 representantes da comissão de salário decidiram adiar para hoje as deliberações que deverão ser tomadas durante a assembleia a se realizar a partir das 10 horas no estádio da Vila Euclides. Segundo Expedito Soares Batista, diretor do sindicato, "ainda resta uma esperança: o prazo concedido aos patrões vence à zero hora de sábado".

Durante o encontro de ontem, os participantes riram da contraproposta patronal de conceder cinco por cento de aumento acima do índice do INPC contra o pedido de 15 por cento feito pela categoria. Segundo Luiz Inácio da Silva, "se persistir esse impasse até vencimento do prazo concedido aos empresários a greve

se torna inevitável. A má vontade dos patrões foi tanta que depois de negarem os 15 por cento sobre os índices do INPC saíram dizendo que os trabalhadores recusaram 84 por cento de aumento, o que não é verdade". Para Luiz Inácio, "essa foi a forma que o governo encontrou de jogar a opinião pública contra o sindicato".

Luiz Inácio falou também sobre a possibilidade de uma intervenção no sindicato: "Se ela ocorrer o governo vai demonstrar apenas que o processo de abertura é falso. A intervenção virá provar que o trabalhador está à margem do processo de democratizar esse País. Para mostrar coerência, o governo deveria intervir também no sindicato patronal".

Concluindo, Lula acrescentou: "Como presidente terei que ler essa contraproposta patronal na assembleia de amanhã. Se ficasse ouvindo, como trabalhador, levantaria meu braço a favor da greve".

JORNAL: *Est. de Parauari*

*P. Recortes de jornais*

Data *21/03/80* Estado *PR*

## Pedreiros iniciam campanha salarial

Os trabalhadores do setor de construção civil, em assembleia hoje à noite, dão início a sua campanha salarial, visando aumento a vigorar a partir de 1º de junho. A categoria, que em novembro do ano passado não aceitou os percentuais do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - item que começava a ser aplicado como base para reajustes salariais semestrais - e que enfrentou uma greve por mais de oito dias, apresentará hoje à noite as condições para firmar sua convenção coletiva.

Além do reajuste salarial semestral com base no INPC, os operários querem um percentual de compensação da perda do poder aquisitivo a partir de 1973. A recomposição reivindicada é de 30 por cento sobre os salários vigentes a partir do próximo dia 1º de junho - após a correção determinada pelo fator INPC.

Como aumento salarial real, baseado no fator produtividade, a proposta a ser apresentada pelos empregados é de um aumento na ordem de 15 por cento sobre os salários reajustados pelo INPC e aumentados pela recomposição. Outra reivindicação básica é de que o salário profissional seja superior ao novo salário mínimo que vier a ser decretado pelo governo, com acréscimo de 10 por cento para os serventes, 15 por cento para o meio profissional, 20 por cento para os profissionais e 25 por cento para contramestre, feitor ou mestre de obra.

### 30 ÍTENS

A proposta a ser discutida e aprovada hoje à noite durante a assembleia dos empregados, apresenta 30 itens reivindicatórios. Entre eles, dois se destacam como apreensão dos trabalhadores quanto a represálias por parte da categoria econômica sobre os empregados que venham a desenvolver papéis de importância durante as negociações: eles solicitam garantia de emprego, por 90 dias, para os que participarem da comissão salarial, e também

que não haja punições a estes participantes. Um item de improvável aceitação por parte dos patrões é o de delegado sindical, por grupo de cem empregados e por empresa, que será solicitado na convenção.

Os demais itens da proposta dos empregados são: inclusão do pessoal de escritório nas categorias profissionais instituídas pela convenção coletiva, com salário igual ou superior ao do profissional; garantia de emprego a partir do primeiro dia de trabalho. O empregado somente poderá ser despedido mediante comprovação de falta grave; garantia de emprego à gestante a partir do início da gestação e até 180 dias após o parto; jornada de trabalho de 40 horas semanais; adicional por tempo de serviço em 5 por cento sobre a remuneração para o empregado que completar um ano de serviço na empresa; estabilidade por um ano para o empregado acidentado; 200 por cento sobre a remuneração da hora extra.

Constam ainda da proposta: prazo máximo de cinco dias para quitação dos direitos após a data da rescisão do contrato, sob pena de multa de um salário mínimo em favor do empregado; refeitório e fornecimento de alimentação nas obras com mais de 30 empregados; instalação sanitária completa nas obras; fornecimento gratuito de condução; garantia ao empregado estudante quando da prestação de exames escolares, com abono de falta ao serviço, comunicado o empregador no prazo de 72 horas; garantia ao empregado substituto de salário igual ao do empregado substituído; equivalência entre FGTS e indenização; fornecimento obrigatório e gratuito de uniforme; comissão de fiscalização das condições de segurança no trabalho; exames médicos gratuitos para admissão ou demissão; complementação de auxílio doença; multa no caso de descumprimento de qualquer cláusula da convenção.

JORNAL <i>Sentença do Paraná</i>
<i>P. Neves</i>
<i>De 22 03 80</i> <i>PK</i>

## Dirigentes sindicais iriam para a prisão

SANTOS (AE) — O primeiro secretário do Sindicato dos Operários Portuários de Santos, Graziane de Oliveira, admitiu na noite de ontem a prisão de toda a diretoria do seu sindicato após o término da greve dos portuários de Santos: "Continuamos defendendo os nossos pontos de vista e talvez em 48 horas após o término deste movimento toda a diretoria será presa. Talvez não, eu tenho quase toda a certeza, pois numa reunião onde compareceram os militares das três armas eles já não tinham dito isso. Se formos presos, encaro a prisão com tranquilidade, "pois cumprimos com o nosso dever de líder sindical", declarou ele. Graziane de Oliveira afirmou mais. Que trabalha no Porto de Santos há 20 anos e que o movimento grevista registrado em Santos, "nada mais foi do que uma revolução mental dos trabalhadores, por estarem cansados de sofrer. Achou que tinha que dar um basta e partiu para unidade sindical, consciente e firme".

O primeiro secretário do Sindicato dos Trabalhadores Portuários disse também que o seu Sindi-

cato ficou sob uma administração situacionista durante 12 anos e que, nesse período, as diretorias sempre manipularam informações, mentiram e enganaram o trabalhador. Por essa razão é que nossa diretoria, com chapa única, venceu as eleições espetacularmente".

Graziane de Oliveira declarou que o escrutínio secreto para a decisão sobre a proposta apresentada ontem pelo Sindicato para o retorno ou não ao trabalho, deverá ser anulada, pois observou-se que existem mais assinaturas nos livros do que o número legal de associados do Sindicato: "Temos no nosso quadro associativo 6.907 sindicalizados e apareceram mais assinaturas do que o nosso quadro. Vamos fazer uma recontagem e ver o que fazer depois". E Graziane justificou essa falha devido a participação de elementos estranhos ao quadro associativo: "nós sempre tivemos neste movimento uma preocupação enorme com os problemas ideológicos, coisa maléfica ao trabalhador.



JORNAL: <i>Diário de Santos</i>
P. <i>Graves</i>
Data <i>28/03/70</i> Estado <i>SP</i>

28

## Os portuários de Santos traídos pelos sindicatos

SANTOS - Traição. Foi com esse sentimento que os portuários santistas voltaram ao trabalho e todas as críticas convergiram para o mesmo alvo: a diretoria dos sindicatos. Através de expedientes bem coordenados, os dirigentes sindicais conseguiram o que antes parecia impossível, o fim da greve.

No Sindicato dos Motoristas Rodoviários, a corda começou a romper: aproveitando-se de um tumulto, a diretoria sindical conseguiu em poucos segundos a aprovação do retorno ao trabalho. Não muito distante dali, encarregados e fiéis da Companhia Docas informavam aos seus colegas de setor da administração que voltariam ao trabalho qualquer que fosse o resultado da assembléia. Novo tumulto e os grevistas se dividiram, sendo que metade dos presentes recusou-se a votar.

De posse dessas duas informações, o esquema montado começou a dar certo. Rapidamente elas chegaram ao Sindicato dos Operários Portuários, o mais importante, e as regras do jogo foram mudadas. Até então, discutia-se a validade da votação secreta: segundo dirigentes sindicais, havia mais votos do que sindicalizados inscritos. Com essa argumentação, bom tempo foi ganho, o suficiente para que, com os dados das duas assembléias paralelas, os portuários fossem convidados pelo presidente a voltar ao trabalho. Os votos foram esquecidos nas urnas (cerca de 80 por cento favoráveis à manutenção da greve) e, por aclamação, a greve acabou.

O jogo de informações continuou eficiente, e, em poucos minutos, os grevistas do Sindicato dos Guindasteiros tomavam conhecimento do fim da greve nos três sindicatos. Aquela altura, a apuração dos votos dos empregados da administração havia cabado e, sem alternativas, o último sindicato entregava os pontos.

Pelo menos no Sindicato dos Guindasteiros as informações foram transmitidas diretamente pelo capitão dos Portos e delegado do Trabalho Marítimo, Antonio César Eduardo de Andrade. Todos sindicatos deixaram constantemente um telefone livre para ligações do capitão.

Mas se o militar teve grande influência na decisão de acabar com a

greve, igualmente sua importância foi sentida durante as conversações. Foi ele, por exemplo, quem mediou o último encontro entre os sindicatos e a Companhia Docas, vencendo a disposição da concessionária dos serviços portuários de só conceder os 6 por cento fixados pela Justiça como taxa de produtividade. Desse encontro, a sistemática de distribuição dos 21 milhões de cruzeiros autorizada pela União foi modificada, atendendo melhor os trabalhadores.

A sexta-feira, decretada como fatal para o fim da greve pelo governo federal, foi marcado pelo grande número de reuniões. Depois do acordo com a Companhia Docas, dirigentes sindicais reuniram-se para determinar a estratégia a ser seguida nas assembléias, enquanto o comando da greve procurava um desfecho honroso para o movimento.

Mesmo os integrantes mais radicais do comando entendiam que as negociações tinham chegado ao fim e que deveriam aceitar a proposta. Discordavam, entretanto, da divisão dos grevistas por sindicatos por entender que esse procedimento quebraria a união mantida desde o início e daria margem a retaliações. Diante disso, pediram ao capitão dos Portos o adiamento da assembléia para ontem, garantindo o fim do movimento. Não conseguiram.

Terminada a aclamação dos portuários, as retaliações esperadas aconteceram: os operários, ao invés de manter um minuto de silêncio em protesto contra a posição dos demais sindicatos, preferiram utilizar esse tempo todo para dirigir, em coro, palavras aos colegas ligados a outros sindicatos.

Encerradas as assembléias, o balanço do movimento não apresentava apenas o aumento efetivo de 1.700 cruzeiros aos portuários. O saldo maior foi uma greve que recebeu inclusive elogios por parte do Ministro do Trabalho, justamente pela sua serenidade, e a união de quatro categorias, fato que pode complicar a vida dos atuais dirigentes sindicais. Afinal, comentou um grevista, eles pegaram o bonde andando, assumiram a direção e pararam quando bem entenderam, não se importando com os passageiros. Na eleição, a gente acerta isso.

## Metalúrgicos de Sorocaba unem-se à campanha do ABC

SOROCABA (do Correspondente) — Os metalúrgicos de Sorocaba decidiram ontem, depois de uma longa assembleia, desligar-se da Federação dos Trabalhadores e conduzir sua luta salarial ao lado dos Sindicatos do ABC, inclusive entrando em greve com eles se isso for necessário.

A proposta de juntar-se aos trabalhadores do ABC foi aprovada contra a vontade de Sidnei Soares, presidente do sindicato local. Ele achava que os metalúrgicos de Sorocaba deveriam conduzir sua reivindicação salarial sozinhos, desligando-se da Federação mas não tomando parte da luta deflagrada no ABC. "Tudo vai ser passado pelo mesmo funil, não vai adiantar nada", dizia ele tentando justificar sua proposta.

Mas ela foi voto vencido. Sob gritos de "abaixo pelegos", e acusações de que Sidnei estaria tentando esvaziar a assembleia, os metalúrgicos sorocabanos decidiram aprovar a proposta apresentada pela oposição sindical, o que não deixou de ser encarado como sinal de enfraquecimento do atual presidente, que há 12 anos ocupa o cargo e que já foi candidato a vice-prefeito pela extinta Arena e hoje é um dos articuladores do Partido dos Trabalhadores, em Sorocaba.

De acordo com a proposta aprovada ontem, ainda hoje uma comissão formada por oito trabalhadores deverá formalizar seu desligamento da Federação e anunciar em São Bernardo a adesão ao ABC.

### CAMPINAS

As pressões exercidas pelas empresas de Campinas, convocando os trabalhadores para o trabalho em regime de horas extras, foi a justificativa do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, Cid Ferreira de Souza, para o baixo comparecimento da categoria na assembleia de ontem, no teatro de Arena.

Cerca de 800 metalúrgicos participaram da assembleia que durou pouco mais de cinquenta minutos e que, ao ser encerrada, às pressas, por Cid Ferreira de Souza, — porque a oposição sindical insistia em usar a palavra para criticá-lo — não apresentou nenhuma proposta concreta para a esquematização da última semana da campanha salarial da categoria.

Cid Ferreira disse que tinha consciência de que a assembleia de ontem seria mais de caráter ordinário, "para reforçarmos as posições quanto as operações tartaruga e marcha lenta e mobilizarmos a categoria com vistas à assembleia do próximo domingo, que será sem dúvida, a decisiva".

Durante a assembleia que teve início às nove e meia da manhã, Cid pediu aos oitocentos metalúrgicos que não aceitassem fazer horas extras. Ele salientou que houve uma campanha de amedrontamento contra a

categoria, tanto por parte das empresas locais, como do próprio ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que "foi a televisão para falar em desemprego".

A categoria, por seu lado, usou de palavra mais como forma de pressionar seu presidente e isso gerou alguns transtornos. Cid Ferreira de Souza chegou a cassar a palavra de alguns trabalhadores, alegando que estavam excedendo no tempo de uso do microfone. Mas eles insistiram em falar até as dez e vinte, quando CID, inesperadamente deu por encerrada a assembleia. Muitos saíram descontentes com "o clima antidemocrático" com que o presidente manobrou a assembleia.

### Trabalhadores elegem novos líderes em BH

BELO HORIZONTE (Sucursal) — Três dos quatro membros mineiros da Comissão Executiva Nacional do Conselho de Unidade Sindical foram eleitos ontem em Belo Horizonte, em uma reunião que reuniu mais de quarenta Sindicatos de Trabalhadores Urbanos e Rurais. João Paulo Pires de Vasconcelos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade, Didimo de Paiva, diretor do Sindicato dos Jornalistas, e João Silveira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, foram os eleitos sendo que a quarta vaga foi destinada a um Sindicato Rural a ser escolhido posteriormente, em reunião dos Sindicatos Rurais de Minas.

Uma das funções da Comissão será organizar os Sindicatos do Estado para a Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a ser realizada de 26 a 30 de setembro, conforme informou o presidente do Sindicato dos Professores da Rede Oficial de Ensino, Guilherme Tell, escolhido para a Comissão de Divulgação da Executiva Regional do Conselho, os sindicatos deverão realizar congressos para eleger os delegados que participarão do Conclat, além de debater os quatro temas principais da conferência: direito de trabalho, previdência social, reforma agrária e política econômica. Além disso os quatro sindicalistas deverão cuidar principalmente da unidade sindical no Estado, buscando o fortalecimento dos trabalhadores.

Também foram eleitos os 17 membros da Comissão Executiva Regional do Conselho, que deverá organizar o primeiro de maio unificado no Estado. Os temas do Dia do Trabalho serão salário mínimo unificado, campanha nacional contra a carestia, garantia no emprego e reforma agrária.

A semana será decisiva para a campanha dos metalúrgicos do ABCD e interior do Estado de São Paulo que deram prazo até domingo para que os empresários apresentem uma proposta satisfatória sob ameaça de entrarem em greve a partir de primeiro de abril. No domingo, os trabalhadores voltarão a se reunir no estádio Vila Euclides, em São Bernardo do Campo para votarem as propostas.

## Grupo de Lula acredita que obtém 7% - 8% de produtividade

São Paulo — Embora o Grupo 14 da FIESP tenha oferecido aumento de 3,63% por produtividade, os metalúrgicos do ABC, Campinas e Santa Bárbara do Oeste acreditam que a contraproposta chegará a 7% ou 8%. Foi a primeira reunião, em local neutro e os empregados estavam convencidos de que já existe um clima melhor para as negociações.

A possibilidade de greve a partir de 1º de abril continua, afirmou o representante do Sindicato de S. Bernardo e Diadema, Deputado e advogado Almir Pazzianotto, que admitiu um escalonamento do índice de produtividade, embora os metalúrgicos prefiram a taxa única. "Acho que os contatos evoluíram de forma satisfatória, os empresários já estão mais flexíveis", comentou.

### POUCO TEMPO

Empresários e metalúrgicos só têm quatro dias para nego-

ciar diante da promessa de greve. Ontem discutiram quase sete horas (em dois períodos) no Hotel Merak, bairro do Campo Belo; hoje voltam a se encontrar lá, às 8h. Os metalúrgicos pedem 15% por produtividade e os empresários repetiram a contraproposta feita à Federação dos Metalúrgicos do Estado na segunda-feira: 3,63%.

Enquanto o Sr Almir Pazzianotto garantia que não haverá retrocesso na exigência de 15%; os empresários afirmavam que os 3,63% foram bem aceitos pelos metalúrgicos, achando que a possibilidade de um acordo hoje era grande. Apostavam, ainda, que o INPC para abril será de 39%, aproximadamente.

Entretanto, no geral as negociações pareciam muito atrasadas. De todas as reivindicações, o Grupo 14 só aceitou a obrigatoriedade da apresentação do envelope de pagamento. Ainda

assim, o empresário Roberto Della Manna assegurou que nada fora aprovado: "E o que se refere à redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais não será aprovado em hipótese alguma".

Ao se especular sobre um índice de 6,6% (como o TRT fixou para os portuários de Santos), advertiu: "As conseqüências seriam imprevisíveis, havendo possibilidade de este índice gerar desemprego".

O empresário Nildo Mazzini negou a existência de negociações diretas entre empresas e sindicatos: "O Grupo 14, pelo menos até o momento, é quem responde pelas empresas. A partir de amanhã, não sei como será. Acredito, no entanto, que mesmo com a greve, o Grupo 14 continuará respondendo pelos empresários". Há a hipótese de que a campanha para a direção da FIESP favoreça as negociações diretas.

## Ação em fábricas é maior em S. Bernardo

Assembléias-relâmpagos nas portas das fábricas de São Bernardo e Diadema foram intensificadas, ontem, pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Seu presidente, Luiz Inácio da Silva, o Lula, voltou a denunciar a presença ostensiva de policiais à paisana nas proximidades do sindicato e de sua casa.

A porta da Mercedes Benz, Lula afirmou: "Os operários merecem mais respeito. Essa proposta (3,63% por produtividade) não pode ser feita aos trabalhadores que produziram

220% de lucro para a Mercedes em dois anos, e que produziram 5 mil 517 caminhões a mais no ano passado, e não receberam nenhum tostão por isso".

### MÁQUINAS PARADAS

Ainda em frente à Mercedes, o tesoureiro do sindicato, Djalma Souza Bom, disse aos trabalhadores que a semana é decisiva: se as empresas não derem 15% acima do índice oficial, "as máquinas vão parar". Foram realizadas assembléias-

relâmpagos também nos portões da Ford e da Equipamento Villares.

Na noite de segunda-feira o sindicato começou a colocar faixas convocando para a assembléia de domingo: as duas do viaduto da Via Anchieta que dá acesso à Volkswagen foram arrancadas ontem de madrugada. Para reclamar da vigilância de policiais, Lula voltou a telefonar ontem para o diretor do DOPS, delegado Romeu Tuma, que reafirmou desconhecer algum esquema de policiamento.

## Piquetes mantêm greve em Joinville

Florianópolis — Os 7 mil empregados das indústrias químicas e de material plástico de Joinville prosseguiram ontem a greve iniciada segunda-feira, por melhoria salarial. Piquetes impediram a entrada dos operários e as fábricas ficaram paradas.

Dois chefes de seção da Fábrica de Conexões Tigre tentaram entrar escondidos e acionar as máquinas, mas foram descobertos pelos grevistas,

que não os deixaram sair e impediram que recebessem comida; um deles se queixou de problema cardíaco, mas o médico não pôde entrar.

### PREFEITURA AJUDA

As ameaças de demissão e o corte na água da companhia Hansen não foram suficientes para desanimar os piquetes (fez 35 graus, um calor insuportável para Joinville. O Corte na água

nos locais onde estavam os piquetes foi logo superado, pois a Prefeitura (do MDB) colocou um carro-pipa à disposição dos grevistas.

Até o final da tarde, os trabalhadores não haviam recebido notícia do dissídio coletivo em discussão na DRT da 9ª Região, em Curitiba. Os trabalhadores pediram aumento de 150%. E a contraproposta máxima foi de 80,54%.

## Macedo define maturidade sindical

Brasília — O sindicalismo brasileiro estará amadurecido quando a saúde aparecer em primeiro lugar, na lista de suas reivindicações periódicas, afirmou ontem o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, em palestra na 7ª Conferência Nacional de Saúde. Considerou a educação e a saúde como fatores básicos para o desenvolvimento nacional.

"Os líderes do sindicalismo brasileiro estão aprendendo rapidamente que, assegurada a correção pela inflação, lhes sobra mais tempo e energia para negociar as outras condições de remuneração do trabalho humano", observou o Ministro.

É difícil "conversarmos sobre saúde dissociadamente da educação na área do Trabalho", comentou o Ministro. "Os países que mais avançaram no mundo contemporâneo percebem rapidamente que, para o pleno desenvolvimento da sociedade, mais relevante do que o estoque do capital físico é a quantidade e a qualidade do capital humano" (...). Não qualquer tipo de homem, mas o homem educado, hábil". "O desafio que se apresenta ao pessoal de saúde, portanto, é promover estímulos educacionais suficientemente fortes para promoverem a reversão preten-

dida, induzindo o trabalhador a se engajar em negociações de remuneração do trabalho que visem eliminar os fatores comprometedores de sua saúde," acrescentou.

Citou vários programas do Ministério do Trabalho, na área de segurança e higiene, afirmando que o objetivo de todos eles é um só: "Tudo fazer para preservar a saúde do trabalhador e alongar a sua vida útil." Mais adiante informou que o Brasil conta com mais de 60 mil especialistas na área de saúde ocupacional, "com a finalidade de reduzir o risco do trabalhador".

JORNAL: O Zé do  
Ab-So - P. Soares  
Data 26/03/80 Est. 100

25

# Metalúrgicos do ABC fazem assembléia e voltam a ameaçar

SANTO ANDRÉ (AE/GP) — “Quando menos o governo esperar, paramos de novo São Bernardo do Campo e Diadema”. A declaração é de Luís Inácio da Silva, presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. ao dirigir à assembléia da categoria, ontem, à tarde, no Estádio de Vila Euclides, com cerca de 15 mil pessoas. Toda pauta sobre a importância de uma luta pela reconquista do sindicato, colocado sob intervenção é de não permitir o desmembramento da entidade em nove, como pretendeo Ministério do Trabalho. A assembléia — que não foi deliberativa — teve ainda a afirmação do operário Osmar Mendonça, um dos presos pelo DEOPS, de que “Lula vai se recandidatar novamente à presidência da entidade”.

O presidente destituído do sindicato confirmou tal possibilidade: “Diante da intervenção, a minha disposição é brigar pela conquista do sindicato e até para provar que somos os legítimos representantes dos trabalhadores, vamos nos candidatar outra vez” afirmou Lula. Rojões saudaram a entrada de Luís Inácio no estádio, por volta das 14 e 30, quando alguns metalúrgicos o carregaram nos braços, enquanto a maioria gritava seu nome. Os cumprimentos a ele e a outros metalúrgicos que foram presos, se seguiram durante toda a assembléia, ouvindo-se no início coros de “o Lula é nosso líder”, “o sindicato é nosso” e “um dois, três, Macedo no xadrez”. Assim, 38 dias depois, os metalúrgicos voltaram a se reunir no estádio, que teve seu uso proibido pelo DEOPS durante a greve. E nova assembléia de avaliação foi marcada para o dia 8 de junho, um domingo.

## Comissão fará pedido a João Figueiredo

SANTO ANDRÉ (AG-GP) — Os metalúrgicos de Santo André elegeram ontem uma comissão de cinco membros, liderada pelo deputado federal Benedito Marcílio, presidente afastado do sindicato, para ir a Brasília. A comissão vai pedir ao presidente Figueiredo o arquivamento do processo contra os líderes sindicais do ABC, o fim da intervenção nos sindicatos de Santo André e São Bernardo e a garantia de emprego.

Marcílio pretende solicitar a audiência com o presidente Figueiredo por intermédio do deputado Nelson Marchezan, líder do governo na Câmara, que terá apenas dez dias para conseguir este encontro com os trabalhadores, pois, conforme decisão aprovada ontem pela manhã em assembléia realizada na Igreja do Bonfim, com cerca de 200 metalúrgicos, após este prazo os trabalhadores desistirão da audiência com o presidente Figueiredo.

Além de Marcílio, participam da comissão mais dois membros da diretoria afastada do sindicato, João Albuquerque e José Cicotte, e dois da comissão de salário, José Maria de Almeida e Saulo Roberto Garipe.



Murilo Macedo afirma que Lula é irrecuperável.

“A luta continua”, foi uma das principais palavras de ordem da assembléia. “Ficou patenteado com nossa greve uma grande vitória”, comentou Luís Inácio da Silva. Sabemos agora, mais do que nunca, de que lado o governo está e quanto nossos patrões são ditadores e opressores. Ficou patenteado que o governo está subordinado ao poder econômico e que somente a ele representa. A nossa disposição de luta continua. Talvez ainda este ano voltemos a fazer, com muito mais organização, tudo de novo, para conquistarmos o que não conseguimos. Nós demos ao Brasil e ao mundo uma demonstração de coragem”.

Lula informou aos trabalhadores que diariamente a diretoria deposta fará plantão na igreja matriz de São Bernardo, das 8 às 20 horas, e que, a partir desta semana, ela voltará às portas das fábricas. “Nossa luta teve apenas uma trégua e nossa força agora é muito maior. Sei que existem alguns companheiros achando que amanhã é dia de fazer nova greve. Mas não podemos precipitar nossa luta. No momento certo, vamos nos reunir aqui novamente e começar tudo outra vez, para conquistarmos tudo aquilo que não conseguimos por causa do governo e da repressão”.

Para Luís Inácio da Silva, o governo com suas atitudes, simplesmente despertou uma coisa sagrada: o desejo de liberdade, “depois de ficar preso 31 dias, a minha sede de liberdade é muito maior. E tenho certeza que a de vocês também. Nós não tivemos ganho econômico, mas tivemos ganho moral. Ninguém neste país tem o direito de andar de cabeça erguida como vocês”.

Durante a assembléia, também foi discutido o desmembramento dos sindicatos do ABC, proposto pelo Ministro do Trabalho, Murilo Macedo. Todos os oito oradores manifestaram-se contrários à medida, e alertaram os trabalhadores para impedir que dentro das fábricas sejam organizadas listas de adesão a eventuais associações que, posteriormente, seriam transformadas em sindicatos.

Para protestar contra o desmembramento dos sindicatos, pedir o fim da intervenção e o arquivamento do processo contra os líderes sindicais do ABC, foi aprovada a realização de um ato público unitário com os metalúrgicos de São Bernardo. Ainda não foi definida a data do ato público, mas provavelmente o local deverá ser São Bernardo.

Em relação a organização dos metalúrgicos de Santo André foi aprovada a criação de comissões por fábrica. O fundo de greve foi transformado em fundo de solidariedade para ajudar os 622 demitidos por justa causa, após o final da greve. A assembléia também decidiu que cada metalúrgico empregado deve dar uma hora de trabalho de seu salário para o fundo de solidariedade.

## Lula “irrecuperável”

BRASILIA (AE-GP) — O Ministro Murilo Macedo, do Trabalho, afirmou, em entrevista exclusiva publicada ontem no jornal “Estado de S. Paulo”, que Luís Inácio da Silva, presidente afastado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, não voltará mais ao sindicalismo, porque “é irrecuperável”. Ele afirmou que a estabilidade de 12 meses, como pretendiam os metalúrgicos do ABC, foi encarada pelo governo como uma tentativa de impor a volta do regime de estabilidade no emprego e o fim do regime de FGTS, este, uma conquista da revolução de 1964.

Murilo Macedo disse que o governo decidiu adotar uma posição dura diante da greve dos metalúrgicos do ABC, porque a paralisação poderia levar o resto do país a promover movimentos semelhantes com reivindicações descabidas e injustas.

PT 1073-131

# Murilo reúne-se duas vezes com o 2.º Exército

JUAREZ PIRES

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, reuniu-se ontem por duas vezes com o comandante do 2.º Exército, general Milton Tavares de Souza, e todos os oficiais gerais da área. A primeira reunião, realizada pela manhã, durou aproximadamente uma hora e a segunda estendeu-se das 16:30 às 18:30hs. Estiveram presentes também o secretário de Segurança Pública de São Paulo, desembargador Octávio Gonzaga Jr., o comandante da Polícia Militar, coronel Arnaldo Braga, o diretor-geral do Deops, Romeu Tuma, o Chefe da DSI do Ministério do Trabalho, Cel. Raimundo Távora e o superintendente do SENAC, Carlos Barbieri.

O ministro do Trabalho chegou ao QG do 2.º Exército às 16h30, seguindo direto para a sala de reuniões. Um dos assessores do comandante do 2.º Exército pediu à imprensa que não tentasse entrevistar o ministro e nem o comandante, dizendo que Murilo Macedo estava ali "para tratar de assunto de interesse do Ministério do Trabalho".

Consultado sobre o assunto, o ministro Murilo Macedo alegou desconhecer por completo a realização das reuniões. "Eu só fui lá tomar café e conversar amenidades; toda vez que venho a São Paulo faço uma visita de cortesia ao comandante do 2.º Exército. Disse o ministro. Ele atribuiu a presença de todos os outros participantes da reunião no Ibirapuera a "pura coincidência".

Informado de que não era comum estarem reunidos ao mesmo tempo para receber um ministro, além do comando do 2.º Exército, o chefe do Estado-Maior, general Leo Etchegoyen, o comandante da 2.ª Divisão de Exército, general Henrique Beckmam, e o comandante da 2.ª Região Militar, general Túlio Chagas Nogueira, o ministro fez um ar de surpresa e acrescentou: "Então eu me sinto lisonjeado, se fizeram isto só por minha causa".

### DISSÍDIO

Na área do judiciário, após intensas conversações, admitia-se ontem a possibilidade de, no caso da greve ser



Ministro Murilo Macedo, quando saía de uma das reuniões com o comandante do 2.º Exército.

decretada no domingo, a Fiesp entrar com o pedido de dissídio na segunda, o TRT colocá-lo em regime de urgência e julgá-lo, no máximo, na terça ou quarta-feira, quando a greve poderá ser declarada ilegal. A partir daí, "a lei será cumprida em toda sua extensão", informou-se.

Quarta-feira à noite o ministro do Trabalho reuniu-se com o coordenador das negociações do grupo 14 da FISP, Alberto Villares e o empresário Milton Mazini e "apelou para que os empresários aumentassem o índice de aumento real a ser concedido aos metalúrgicos", apelo que foi renovado ontem. Ainda o aumento a ser concedido não deverá ultrapassar sob hipótese alguma os seis por cento.

No final da palestra realizada ontem pelo ministro no Palácio dos Bandeirantes, um empresário segurou nervosamente o braço de Murilo Macedo e indagou discretamente se podia mesmo aumentar a proposta. A um aceno positivo de cabeça ele chegou quase a gritar: "Até quanto?, até quanto?" Recebeu um afago tranquilizador de Murilo Macedo que se afastou rápida e

discretamente do descontrolado interlocutor.

Às 21h30 de ontem o ministro do Trabalho saiu para uma nova reunião, mas se negou terminantemente a revelar onde e com quem.

Todavia, chegaram ontem a São Paulo, vindos de Brasília, o chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Trabalho, e o presidente do CNPS, Flávio Gori, e o secretário de Relações do Trabalho, Alencar Rossi, o que transfere para São Paulo todo o "primeiro time" da Pasta, já que aqui se encontram o assessor jurídico, Pedro Luís Ferronato, e o secretário de Promoção Social, José Campelo Nogueira.

Murilo Macedo negou que tenha sido debatido durante as reuniões a que compareceu um plano de repressão aos metalúrgicos, caso a greve venha a ser decretada. "Eu continuo confiante na assinatura de um acordo, insistiu o ministro, acrescentando que "já fiz um apelo aos empresários para que melhorassem a sua proposta e agora à tarde, pela Rádio Bandeirantes, pedi também ao Lula para baixar o nível de suas reivindicações.

## Possibilidade de greve é tema diário da Segurança

EDSON FLOSI

Todas as manhãs, o secretário da Segurança Pública, desembargador Otávio Gonzaga Jr., reúne-se, em seu gabinete, com o delegado Romeu Tuma, diretor do Deops (Departamento Estadual de Ordem Pública e Social), para despachos administrativos.

cientes para dispersar os grevistas, que recuaram, por um momento, mas logo depois tomaram a praça de novo. A Tropa de Choque da Polícia Militar, que tinha mil homens fortemente armados, acabou desfazendo o cerco, por ordem do comando, o que evitou uma batalha campal entre operários e sol-

## Diálogo tenso entre Lula e o ministro

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, e Luis Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, conversaram ontem durante vinte minutos através dos microfones da Rádio Bandeirantes, no programa "Jornal do Meio Dia". O ministro estava no Palácio dos Bandeirantes, onde havia feito uma palestra a membros do Governo e empresários e preparava-se para almoçar com o governador, e Lula em São Bernardo, onde havia se reunido com dirigentes sindicais.

O ministro só soube que falaria com Lula no ar na hora do diálogo. A tensão cresceu no decorrer da conversa, e quando Lula perguntou sobre a honestidade dos índices do Dieese, o ministro anunciou que teria que sair.

Lula continuou no ar por mais de dez minutos, dizendo-se magoado porque o ministro se retirou para almoçar. "O ministro prefere sentar-se num banquete com o governador do que prosseguir esse debate com os trabalhadores", afirmou Lula, acrescentando: "Quero que vocês percebam minha angústia. Nunca ouvi um ministro falando em intervir num sindicato patronal, mas ele pensa a todo momento na intervenção no sindicato dos trabalhadores."

Abaixo, um resumo da conversa entre o ministro Macedo e Lula:

Lula — Tenho lido nos jornais e ouvido a palavra intervenção. O senhor alega que os metalúrgicos estão precipitando a greve. O senhor não acha que também por parte do Ministério do Trabalho está havendo uma precipitação em usar a palavra intervenção antes do dia decisivo?

Macedo — Eu gostaria de dizer que tenho falado em respostas a jornalistas. Tenho acima de tudo me pronunciado sobre hipóteses, mas o que eu tenho dito é que continuo torcendo e acreditando no acordo, que acima de tudo pressupõe negociação. Quando me perguntam se acontecer a infringência da lei, se alguém incitar a greve, é evidente que a resposta só pode ser uma: a lei será aplicada, mas não quer dizer que eu deseje aplicar.

Lula — Ministro, minha preocupação é uma só. Primeiro, porque nós estamos pedindo 15% de produtividade, que eu acho um pedido modesto diante do que nós padecemos nos últimos 16 anos. Os empresários oferecem 3,63%. O senhor acha que seria melhor o

do para a opinião pública, porque ele na verdade é o responsável pela alta taxa de inflação que estamos enfrentando hoje. Ora, Olivio Dutra está afastado. Não seria justo que também o Teófilo fosse afastado?

Macedo — Veja bem, Olivio Dutra está acusado de ter incitado uma greve. Foi afastado e existe um processo e um inquérito contra ele. Na hora em que nós tivermos o fim desse processo, nós teremos o julgamento. Dentro da lei, não tem nada que eu possa dizer que o Teófilo infringiu. Eu tenho que usar a lei.

Lula — Ministro, os trabalhadores nunca farão greve se a proposta for justa e razoável. Uma vez que o presidente da Federação dos Empregadores se tornou radical, a ponto de não atender sequer em 30% a proposta dos trabalhadores, o senhor não acha justo que da mesma forma como considerou o dirigente sindical radical, o senhor tem que achar o empresário radical e intervir também no seu sindicato?

Macedo — Veja bem, intervenção só se pode fazer de acordo com a lei.

Lula — Ministro, a infringência da lei não é apenas de quem pede, é também de quem nega.

Macedo — Você, Lula, infelizmente encaminha a sua argumentação para um lado que é muito mais emocional, não tem sustentação legal. Eu não posso, como ministro do Trabalho, usar do emocional. Eu sou obrigado, como todo brasileiro dentro do processo democrático, a usar a lei.

Lula — Ministro, só existe lei para os trabalhadores?

Locutor — Essa é uma pergunta dura, Lula, como é que o ministro vai responder?

Macedo — Lula, se a lei não está satisfazendo a sociedade, nós temos que mudar a lei. Por isso é que nós estamos colocando a CLT para que todos sugiram reformas. Você já fez a sua sugestão?

Lula — Já fizemos a proposta, junto com os outros sindicatos, de um Código de Trabalho, e o senhor deve ter recebido.

Macedo — Essa eu recebi. E mais de duas mil sugestões que estão sendo examinadas. No momento em que houver sido examinado tudo, nós vamos, aí sim, promover a instituição legal baseado naquilo que a sociedade como um todo quer.

Lula — Porque nós não fomos caçados a falar sobre a nova política salarial?



que duram, em meia-meia hora.

Esta semana, porém, por causa da possível greve dos metalúrgicos, no ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema), a rotina foi quebrada: as reuniões diárias entre o secretário da Segurança Pública e o diretor do Deops têm durado mais de uma hora e a maior parte do tempo dedicada à anunciada greve no ABCD.

É claro que estas reuniões são feitas a portas fechadas, mas fontes ligadas ao gabinete do desembargador Otávio Gonzaga Jr., asseguram que ele tem ouvido, diariamente, os relatórios do delegado Romeu Tuma, deixando de lado os despachos administrativos e os problemas de menor importância.

O diretor do Deops, por sua vez, leva todos os dias ao secretário da Segurança Pública os relatórios que contêm as últimas informações sobre a anunciada greve no ABCD, que poderá ser decretada no próximo domingo no Estádio de Futebol da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, onde, calcula-se, de 40 a 80 mil metalúrgicos estarão reunidos.

Os metalúrgicos, que até agora não chegaram a um acordo com os industriais, ameaçam decretar a greve domingo para iniciá-la à meia-noite de segunda-feira, quando o ABCD poderá amanhecer fortemente policiado por causa dos inevitáveis piquetes.

Há um ano, aconteceu a mesma coisa no ABCD, e, durante o movimento grevista, muitos operários foram presos e espancados pela Tropa de Choque da Polícia Militar que, uma tarde, cercou o Paço Municipal de São Bernardo do Campo, onde 20 mil metalúrgicos estavam reunidos.

Bombas de gás lacrimogênio, naquela mesma tarde, não foram sufi-

PT 1073. 131

ciados.

É por isso que uma greve de metalúrgicos no ABCD preocupa as autoridades mais do que qualquer outro movimento grevista em São Paulo. No ABCD há cerca de 200 mil metalúrgicos, dos quais Luis Inácio da Silva é o principal líder.

Romeu Tuma, diretor do Deops, esteve reunido anteontem em São Paulo, com o ministro Murilo Macedo, do Trabalho. O secretário da Segurança Pública, desembargador Otávio Gonzaga Jr., esteve reunido, ontem, com o comandante do 2.º Exército, general Milton Tavares de Sousa. Estas reuniões, de alguma forma, estão relacionadas com a anunciada greve dos metalúrgicos, apesar dos desmentidos.

O Deops, com os seus policiais paisanos (delegados e investigadores), acompanha de perto as reuniões dos metalúrgicos, o que já foi denunciado por Luis Inácio da Silva, que se queixou das infiltrações dos policiais nas reuniões sindicais.

A Tropa de Choque da Polícia Militar, com seus oficiais e soldados, caberá a repressão, se esta se tornar necessária, como aconteceu no ano passado.

O Deops investiga e faz relatórios, cujas cópias chegam à Polícia Militar para o planejamento da ação que executará contra os piquetes violentos.

O coronel Arnaldo Bastos de Carvalho Braga, comandante da Polícia Militar, também tem-se reunido, todos os dias, com o secretário da Segurança Pública (em tempos normais ele fica, às vezes, uma semana sem aparecer no gabinete do desembargador Otávio Gonzaga Jr.). E todos os dias o assunto tem sido este: Anunciada greve dos metalúrgicos no ABCD.

senhor mediar as duas partes? E por que o senhor não intervém nos dois sindicatos? Segundo o conceito que estou vendo na imprensa, de que nós estamos pedindo demais e os empresários oferecendo de menos, porque não intervirmos nos dois sindicatos?

Macedo — Ontem mesmo eu me encontrei com os empregadores do Grupo 14 e fiz um apelo a eles no sentido de que melhorassem a proposta. Quero aproveitar para também fazer esse apelo a você. Vamos ver se nós chegamos, nas negociações, ao chamado denominador comum.

Locutor — O ministro fugiu da pergunta. O que o Lula quer saber é se o ministro, uma vez que vai intervir no sindicato dos trabalhadores, por que não intervém também no sindicato patronal?

Lula — No ano passado, o ministro interveio no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. E eu sei que constantemente um tal de Teófilo, que é presidente da Federação Nacional dos Bancos, vem à televisão mentin-

Macedo — Alguns dirigentes sindicais foram chamados. Não todos, porque você sabe que nós temos 7 mil sindicatos.

Lula — Que alguns?

Macedo — Principalmente as Confederações.

Lula — Temos visto através dos jornais que o senhor tem se respaldado muito no Dieese para oferecer 39,9%. O senhor disse que o Dieese estabeleceu um custo de vida de 33,95%. O senhor acredita que os índices do Dieese são verdadeiros?

Macedo — Não tenho motivo para dizer que qualquer índice seja falso. A única coisa que procurei dizer foi que o índice estabelecido pelo IBGE, que de acordo com a lei pode ser examinado por qualquer sindicato, deu para o corrente mês 39,9% de INPC. O Dieese deu 33% e pouco e a conclusão disso é que o índice nacional é mais alto que o de São Paulo, tão só e unicamente. Lula, eu estou sendo chamado pelo governador. Eu agradeço e até uma nova oportunidade.

## Sem acordo, os metalúrgicos paulistas continuam a greve

**SANTO ANDRÉ** - A primeira assembleia, após o início da greve, dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema reuniu cerca de 40 mil operários na manhã de ontem no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo. A redução do número de participantes, em relação as duas últimas assembleias, segundo os dirigentes sindicais, ocorreu porque muitos operários que trabalharam até a meia-noite passaram a madrugada no sindicato e foram dormir em seguida. Não compareceram a assembleia, porque já foram informados no sindicato aquilo que seria dito na assembleia.

De qualquer forma, Djalma de Souza Bom, tesoureiro do sindicato, informou a assembleia, que a adesão a greve já somava 90% da categoria, nas primeiras horas da manhã de ontem, o que tornou os piquetes dispensáveis. O que nos surpreendeu - disse - foi a adesão dos mensalistas, que não ocorreu no ano passado. Para a tranquilidade dos pessimistas, posso informar que todas as indústrias do setor automobilístico estão completamente paradas.

Luiz Inácio da Silva, presidente do sindicato, também manifestou sua surpresa pela adesão dos mensalistas. Está provado, em primeiro lugar, para quem duvidava da greve dos trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema, que todos estão aqui, enquanto as máquinas estão enferrujando dentro das fábricas; em segundo lugar, outra prova para quem duvidava que fizéssemos greve sem piquete. O nível de consciência dos trabalhadores é tão grande que paramos 90% da categoria sem um piquete sequer; em terceiro, uma novidade, os mensalistas aderem ao nosso movimento.

Tudo isso mostra que a gente aproveitou a experiência de 78 e 79. Portanto, vocês não precisam se preocupar com as negociações. Fiquem em casa e aguardem que os patrões virão nos procurar.

A seguir Luiz Inácio colocou em votação a assembleia diária, que foi imediatamente aprovada com a manifestação já tradicional dos braços levantados. Considero a assembleia diária importante porque, se algum companheiro está desanimado, vem a

assembleia e se sente motivado. A assembleia serve também para exibir a grandeza do nosso movimento, o que pode ser visto também pelo governo, que fica gastando gasolina de helicóptero, sobrevoando o estádio. Enquanto o campo continuar lotado é sinal que as fábricas continuam paradas (um helicóptero azul e branco sobrevoou o estádio durante dez minutos durante a assembleia).

Luiz Inácio leu as dez recomendações de um boletim com timbre do sindicato e distribuído na porta do estádio, que já haviam sido feitas na assembleia de domingo, entre elas, a de que não devem comparecer as portas das fábricas, a acreditar apenas nos boletins do sindicato, a evitar gastos supérfluos e a buscar apoio da família para o movimento.

Luiz Inácio frisou para que as dúvidas devem ser levadas ao sindicato que mantém um setor de informações em plantão permanente. Alertou para o perigo dos policiais que frequentam o sindicato. É comum um deles fazer uma rodinha e convidar os trabalhadores para fazer piquete. Não obedecem, não estamos fazendo piquete. Isso é mais uma manobra para levar vocês para apanhar da polícia.

O presidente do sindicato disse que não importa o julgamento do índice de produtividade decretado pelo Tribunal, nem se a greve foi votada ilegal. O mais importante é vocês continuarem com os braços cruzados. Hoje durmam até às 9 horas e as dez estejam novamente no estádio.

### SÃO CAETANO

Cerca de 600 pessoas compareceram a assembleia dos metalúrgicos de São Caetano, no Ginásio Lauro Gomes, que a princípio estava marcada para ser realizada na sede do sindicato. Logo depois de aprovarem que haverá assembleias diárias a partir das dez horas, sempre no mesmo local, os metalúrgicos passaram a ouvir as explicações de João Lins, presidente do sindicato, sobre a mesa redonda de anteontem no Tribunal Regional do Trabalho.

Os patrões - iniciou Lins - mostraram-se mais uma vez intransigentes em suas posições. Além disso, fizeram um jogo sujo com os dirigentes sindicais,

pois, enquanto estavam nos oferecendo 3,42%, diziam nas fábricas que o aumento seria de 4,5%. Posteriormente, quando chegaram aos 5%, nas fábricas, através dos chefes de seções, informavam que já haviam oferecido 7%. Jogo sujo e má fé foi o que os patrões usaram desde o início das negociações. Enquanto houver intransigência por parte dos empresários, nossa greve vai continuar.

Em seguida, falou o diretor Luis Pinto, que defendeu o movimento dos metalúrgicos, acentuando tratar-se de uma greve justa por melhores salários. Lins, antes de anunciar o próximo orador, informou a assembleia: companheiros, vejam como nosso movimento é importante: a Brasinca, onde a paralisação é total, telefonou para o sindicato pedindo que fosse liberado para o trabalho pelo menos alguns funcionários da segurança e a equipe de manutenção. Lins respondeu que não poderia resolver esse problema sozinho.

Coloco agora a questão para a assembleia. O que vocês acham? A resposta foi não. O dirigente acrescentou então: estamos prontos para negociar com qualquer empresa, basta que nos procure. Criticou depois os metalúrgicos que vão as assembleias de São Bernardo ou Santo André. Se vocês saem daqui e vão para um desses dois municípios, ficam sem saber o que está ocorrendo aqui em São Caetano. Companheiros, mais uma vez eu digo a vocês, cada sindicato tem autonomia para negociar em separado. São Bernardo ou Santo André não podem se responsabilizar pelos problemas que ocorrerem em São Caetano.

Ao final da assembleia compareceram dois fiscais do Posto Regional do Trabalho de São Caetano e informaram ao presidente do sindicato que estavam apenas coletando dados a respeito da assembleia e das paralisações nas fábricas e que passariam essas informações ao subdelegado regional do Trabalho em Santo André, Celso Gaballi. Nas portarias das principais fábricas de São Caetano, policiais ficavam de guarda portando fuzis, enquanto a área industrial contava com vigilância de táticos móveis.



JOHN Correia de Notícias  
P. Gomes  
04 04 80 PR

# Greve não recua

Com a presença de 50 mil trabalhadores em Vila Euclides os metalúrgicos decidiram pela continuação da greve por mais trinta dias

Santo André - Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema votaram ontem pela continuidade da greve por até trinta dias, "se necessário", durante assembleia no Estádio de Vila Euclides, que reuniu cerca de 50 mil operários sob garoa, seguida de chuva fina e constante. A aprovação foi feita com as mãos erguidas sustentando bandeirinhas do Brasil, distribuídas pelo sindicato na entrada do estádio.

Os helicópteros do Exército não sobrevoaram ontem a assembleia, mas a presença no dia anterior foi duramente criticada por todos os oradores. Osmar Mendonça, da Comissão de Salários, disse que "os trabalhadores tiveram sua honra e brio profundamente ofendidos ao verem o Exército brasileiro passando de helicópteros sobre a cabeça dos metalúrgicos para defender as multinacionais que não têm pátria e nem têm mãe".

Luiz Inácio da Silva, presidente do sindicato recebeu durante a assembleia um lembrete de um advogado que alertava sobre a transgressão do Código Brasileiro do Ar (decreto-lei 31/66) e do artigo 35 da lei de contravenções penais pelos oficiais do Exército ao sobrevoarem a assembleia. O presidente do sindicato disse à imprensa, após a assembleia, que discutiria com seus assessores a possibilidade de invocar esses dois preceitos legais que prevêm a identificação, processo pelo ministério público e punição de 15 a 30 dias para os oficiais que pilotavam os helicópteros.

Em entrevista à imprensa após a assembleia, disse que procurou sem sucesso manter contato anteontem com o comandante do II Exército e que tentaria novamente ontem, porque - explicou - "O general Milton Tavares precisa saber que não estamos subvertendo a ordem e sobre o perigo que representa para

cem mil trabalhadores seus helicópteros sobrevoarem a assembleia, mesmo que seja para um alegado treinamento. Isso pode provocar uma tragédia sem precedentes".

### O discurso de Lula

O discurso de Luiz Inácio durante a assembleia, foi mais demorado ontem, ocasião em que fez um desafio público ao empresariado nacional: "Sabemos que uma empresa de fundo de quintal não tem os mesmos recursos de uma multinacional. Por isso, convoco o empresariado nacional a fazer um acordo em separado com os metalúrgicos e denunciar de uma vez por todas o capital multinacional. Para as multinacionais façam um desafio ainda maior: nacionalizar o capital multinacional".

Ao empresariado nacional disse também: "Tirem a máscara e deixem de morar em palacete, enquanto os seus empregados moram em favela; deixem de andar de carro de último tipo, enquanto os trabalhadores andam a pé; tirem a máscara e deixem de comer peru, enquanto o trabalhador come ovo; deixem de andar com sapato de couro alemão, enquanto o trabalhador não tem dinheiro sequer para sandália havaiana".

O pronunciamento do ministro Murilo Macedo, do Trabalho, na televisão, alertando sobre desemprego e não-pagamento dos dias parados, teve a seguinte resposta de Osmar Mendonça "Convidamos o ministro para almoçar na casa de qualquer trabalhador daqui, para mostrar a ele que não falta comida".

"É bom que o ministro saiba - disse - que fome passamos desde que nascemos e nunca as autoridades se preocuparam com isso e não vai ser agora que o ministro venha a

TV para mostrar preocupação. É necessário que o ministro venha de Brasília, saia de seu palacete para conhecer o que eles chamam de "a capital dos marachas" (São Bernardo), para ver metalúrgico morando em favela, ganhando salário mínimo. Mas temos certeza que fome durante a greve não vamos passar. Tem muita gente neste país disposta a colaborar com um quilo de feijão e de arroz".

A nova assembleia está marcada para segunda-feira às 10 horas no Estádio de Vila Euclides. "Vamos ter folga sexta e sábado, mas domingo às 10 horas vamos fazer Missa Pascal aqui, celebrada pelo bispo dom Cláudio Hummes. Quem estiver disposto a vir à missa levante o braço". Todos levantaram as mãos e acenaram as bandeirinhas. "Venham, traga a mulher, os filhos, os vizinhos".

O presidente do sindicato de São Bernardo solicitou aos operários que não façam rodinhas em bares, comentando a greve, mas que procurem as casas dos companheiros que continuam trabalhando para os convencerem a engrossar o movimento.

Em entrevista à imprensa, o advogado Almir Pazzianotto, assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, disse que na tarde e noite de anteontem procurou em vão os empresários do grupo 14 da Fiesp na tentativa de reiniciar as negociações. Só conseguiu falar com o advogado da Fiesp, Benjamim Monteiro, que lhe transmitiu a decisão do grupo de não reiniciar as negociações e acatar a decisão da justiça.

No ano passado eles também fizeram isso, em 78 também - disse Luiz Inácio da Silva. "Deixa a greve aguentar mais uns dias que eles aceitam conversar".

## Estuda-se a formação de piquetes

Santo André - O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luiz Inácio da Silva, anunciou na assembleia de ontem que a categoria poderá estudar, para segunda-feira, um esquema efetivo de "piquetes" que ampliem a adesão à greve dos metalúrgicos de sua área, "que se mantém em 90 por cento". Embora descaracterizados, porque não foram realizadas barreiras para impedir a entrada de trabalhadores, foram realizados "piquetes" na madrugada de ontem nas principais empresas tanto de Santo André como de São Bernardo. Membros das comissões de mobilização dos sindicatos se limitavam, porém a conversar com os trabalhadores e a distribuir boletins sobre a paralisação.

Apesar de presente, com homens e veículos, a Polícia Militar não interveio na atuação das comissões de mobilização. Somente em Mauá, próximo a estação ferroviária, "dois metalúrgicos foram detidos, às 5h30, colocados dentro de um táxico móvel, e, após várias voltas, soltos numa área deserta de Mauá - segundo denúncia do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

Na delegacia de Mauá, contudo, o investigador de plantão, João Andrade, disse desconhecer qualquer incidente desse tipo. O presidente do sindicato de Santo André, Benedito Marçílio, disse que os metalúrgicos presos, em versão própria, estavam tomando café numa padaria, antes de ir conversar com metalúrgicos da Brosol, de Ribeirão Pires, que tomam condução nas proximidades da estação de Mauá, quando os policiais chegaram.

Em Santo André, os "piquetes" foram na Cofap, Phillips, Elevadores Otis, Alcan, General Electric e algumas outras firmas de porte médio e grande. Em São Bernardo, integrantes da comissão de mobilização conseguiram convencer mensalistas da Volkswagen a não entrarem, a exemplo do que

88

## Sorocaba

O final da greve dos metalúrgicos em Sorocaba já tem até dia marcado: será no sábado. Na segunda-feira próxima, os 12 mil trabalhadores que se encontram parados devem voltar a trabalhar. Pelo menos foi o que ficou evidente ontem durante a assembléia realizada com cerca de dois mil metalúrgicos no Ginásio de Esportes. Quando foi proposta a votação para decidir se seriam aceitas as vantagens até agora oferecidas pelo TRT, ou se o movimento continuaria poucos trabalhadores levantaram o braço. Foram necessárias duas votações para que se definisse pela continuidade do movimento, ainda assim por uma margem quase imperceptível de vantagem por parte dos que queriam a greve. O próprio presidente do sindicato, Sidney Soares, deixou patente que o que foi tido até aqui "já constitui uma excelente vitória". No sábado será realizada a nova assembléia quando o movimento poderá ser encerrado.

## Ribeirão Preto

Três mil dos quase cinco mil metalúrgicos de Ribeirão Preto não trabalharam ontem. Mas não se pode assegurar que seja o quadro real da greve, como admite o presidente do sindicato da classe, João Gonçalves dos Santos, observando que algumas empresas simplesmente decidiram dispensar os seus trabalhadores até segunda-feira, "quando verificaremos se o movimento está realmente se ampliando".

Várias empresas pequenas, com até 30 metalúrgicos, trabalharam normalmente, não sendo atingidas pelos piquetes. A situação de trabalho foi normal em Orlândia, Batatais e outras cidades abrangidas pelo sindicato de Ribeirão Preto, enquanto em Cravinhos e Sertãozinho a paralisação é quase total, não sendo permitida a entrada de alguns trabalhadores que insistiam em comparecer à Zanini (de Sertãozinho), que é a maior indústria metalúrgica da região. Diretores dessa empresa decidiram não fazer nenhuma declaração sobre a greve e manifestam "solidariedade à posição oficial, de acatar a decisão do tribunal regional do trabalho".

## Santo André

A presença de metalúrgicos na assembléia realizada pelo sindicato da categoria, em São Caetano do Sul, foi menor do que na véspera, quinhentos trabalhadores compareceram ao ato no ginásio "Lauro Gomes de Almeida" onde decidiram por unanimidade que a categoria (25 mil metalúrgicos) deverá se manter em greve até segunda-feira, quando nova assembléia será realizada, segundo o presidente do sindicato João Lins Pereira. Apesar da fraca presença de trabalhadores no ato, Lins sustentou que oitenta por cento dos metalúrgicos de São Caetano continuam em greve.

Todos os oradores, nessa assembléia, alertaram os metalúrgicos sobre "a campanha que os empresários estão desenvolvendo no rádio, televisão e jornais", através de "matérias pagas", pedindo aos "operários que voltem ao trabalho" e alertando sobre "o que eles perderão se continuarem em greve". Lins declarou que a categoria "está enfrentando uma verdadeira guerra psicológica. Mas o trabalhador politizado pode vencer qualquer guerra psicológica - disse - e até mesmo as guerras de susto ou de medo, como as que o Exército desenvolve em São Bernardo, através de helicópteros, que fazem vôos razantes no Estádio de Vila Euclides".

## Fundo de greve

O bispo diocesano Dom Cláudio Hummes distribuiu ontem a todos os padres vigários e coordenadores de comunidade do ABC, carta solicitando que aceitem em suas paróquias mantimentos e ofertas para o fundo de greve dos metalúrgicos da região. No documento, o bispo pede aos padres também que ajudem a conscientizar o povo sobre esse movimento grevista que tem como objetivo principal "mudar as estruturas econômicas e sociais do país".

Justificando seu pedido, Cláudio Hummes alega que, "a igreja por ter se colocado sempre ao lado dos pobres deve esclarecer a população sobre a greve justa e pacífica dos metalúrgicos. Essa não é uma luta só dessa categoria, mas de todos os trabalhadores".

Dom Cláudio entende que "o governo e Exército estão demonstrando claramente seu apoio aos empresários, pois as negociações de greve são uma farsa completa. Já antes que o tribunal declarasse a greve ilegal - alega - helicópteros do Exército circularam em vôos razantes sobre as assembléias pacíficas dos metalúrgicos, numa clara provocação a violência". Lembra ainda o bispo que o Ministério do Trabalho nunca interveio no Sindicato dos Patrões, que estão sempre infringindo a lei no dia a dia do tratamento dos trabalhadores nas indústrias. "O Sindicato dos Trabalhadores começa a mover-se - acentua ainda - e já o Ministério do Trabalho ameaça a intervenção".

Finalizando, Dom Cláudio afirma: "é necessário educar o povo a participar e apoiar todas as greves justas e pacíficas, pois, enquanto o governo fala em abertura política e de direito de greve, declara as paralisações ilegais e entrega os grevistas ao arbítrio da repressão". Essa carta deverá ser lida em todas as igrejas do ABC durante as missas marcadas para os próximos dias, segundo a diocese.

# Litígio por área de Cumbica

**Brasília** - O governo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, na próxima semana, um projeto de lei, para ser examinado em regime de urgência, designando a União como proprietária das terras da região de Cumbica, de modo que ela possa indenizar os seus moradores e doar uma parte da área ao Ministério da Aeronáutica para construção do novo aeroporto de São Paulo.

A necessidade de fazer uma lei estabelecendo a União como proprietária das terras deve-se ao fato de o Estado de São Paulo achar que a área lhe pertence por considerá-la devoluta, visto, no passado, ter sido habitada por indígenas. A União, por sua vez, entende que todas as terras que foram aldeamentos indígenas são suas. Ainda na administração do governo Paulo Egídio, o serviço do patrimônio da União (SPU), ligado ao Ministério da Fazenda, enviou uma comunicação ao governador informando-lhe que estava preparando um projeto de lei para se apossar definitivamente da área. Segundo técnicos do ministério, a consulta foi feita apenas por uma questão de "cortesia", mas até hoje não obteve resposta. O procurador geral da Fazenda e técnicos do Ministério da Aeronáutica reuniram-se no Ministério da Fazenda com o secretário geral, Eduardo Carvalho, e com o diretor geral do Serviço de Patrimônio da União (SPU) para estudar a melhor forma de resolver o litígio existente entre o Estado e a União, visto estar o Ministério da Aeronáutica pressionando o SPU para a imediata liberação da área a fim de começar a construção do

novo aeroporto.

Após a reunião chegou-se à conclusão que a maneira mais viável será definir a União como proprietária da área, pois, assim, ela poderá indenizar os atuais moradores como seus reais proprietários, pagando a desapropriação previamente em dinheiro. Caso o estado ficasse como o dono desta região, considerando as terras, como devolutas, estaria desobrigado à indenização pela terra, ressarcindo os seus moradores apenas pelas benfeitorias feitas. Com apenas esta parcela de recursos, de acordo com avaliação dos técnicos do Ministério da Fazenda, os moradores que serão deslocados da região não teriam condições de adquirir novas moradias e, segundo afirmam, o governo não deseja criar um problema social. O governo ainda não sabe exatamente em quanto ficará o total da indenização pela desapropriação.

A União como proprietária da região, não apenas da área onde será construído o novo aeroporto, fica também resolvido o problema do restante das terras que, no passado, constituíam a sesmaria dos índios das aldeias de São Miguel e Guarulhos, pertencente ao padroado real.

Depois que o congresso aprovar a lei designando a União sua legítima proprietária, o SPU começará a fazer a demarcação da área e a distribuirá entre o estado e os municípios vizinhos. Feito este trabalho, o órgão concederá títulos de propriedade aos particulares e doará as partes dos municípios gratuitamente, bem como os seus projetos de urbanização.

## Aumentos concedidos pelo TRT

**São Paulo** - Os metalúrgicos paulistas, de acordo com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho, terão os seguintes percentuais de aumento sobre o salário que recebiam em novembro do ano passado: aqueles que em abril de 79 ganhavam até Cr\$ 8.798,40 terão aumento de 53,96 por cento, os que recebiam de Cr\$ 8.798,41 até Cr\$ 29.328,00 ganharam 48,30 por cento mais um valor fixo de Cr\$ 372,10; e os que ganhavam acima de Cr\$ 328,00 em abril de 79 sofreram reajuste de 39,83 por cento mais um total fixo de Cr\$ 2.852,92.

Dessa forma, o aumento integral sobre o salário de abril de 79, computando-se o reajuste de 22 por cento concedido em novembro, atingirá: 87,83 por cento para os trabalhadores que ganhavam até 3 salários mínimos (Cr\$ 8.798,00) naquela época; 80,92 por cento mais fixo de Cr\$ 372,10 para os que estavam na faixa de Cr\$ 8.798,41 até Cr\$ 29.328, e 70,60 por cento mais Cr\$ 2.852,92 para os que ganhavam em abril de 1979 acima de Cr\$ 29.328,00.

## Greve prejudica multinacionais

**São Paulo** - A indústria automobilística, nos três dias da greve dos metalúrgicos, deixou de produzir e faturar mil unidades, e está ameaçada de prejuízos nas exportações, conforme afirmou o presidente da Volkswagen do Brasil, Sr. Wolfgang Sauer. Sua empresa tem embarques diários de ônibus e motores para os Estados

A greve dos metalúrgicos também está preocupando a Fiat Automóveis, de Betim, Minas Gerais, que depende de autopeças produzidas pela Gemmer e outras empresas instaladas na região industrial do ABC. As indústrias automobilísticas deixaram de faturar pouco mais de 1 bilhão 500 milhões de cruzeiros.

havia dois caminhões com policiais, mas não houve qualquer incidente) e na Commander, de Diamema.

Na Equipamentos Villares, onde ainda havia horistas trabalhando, cerca de 30 trabalhadores integrantes da comissão, se distribuíram em postos estratégicos de chegada dos empregados para convencê-los a não trabalhar, conseguindo muitas adesões, segundo um membro da comissão, João Batista.

## Em Campinas 25 mil estão parados

**Campinas** - Os metalúrgicos de Campinas e cidades vizinhas entraram ontem em seu segundo dia de greve, com diversos incidentes com a polícia em portões de fábricas, quando realizavam piquetes. Ao fazer um balanço da paralisação, o presidente do sindicato, Cid Ferreira de Souza, disse que havia conseguido "resultados bastante positivos". O levantamento indicou várias indústrias paradas, outras apenas parcialmente, e um total de 25 mil trabalhadores em greve, o que representa um pouco mais da metade da categoria na região, que possui 45 mil em Campinas, Americana, Sumaré, Indaiatuba, Valinhos, Paulínia, Nova Odessa e Monte Mor. Em Indaiatuba ocorreu a maior adesão em toda a área - cerca de 4.200 dos 4.500 operários estão paralisados.

Em assembléia na sede do sindicato, 1.500 operários decidiram ontem que continuarão em greve, mantendo a proposta de 15 por cento como índice de produtividade, estabilidade funcional pelo período de um ano e salário-piso de oito mil cruzeiros. Sábado, será realizada uma assembléia de avaliação dos resultados e para o domingo de manhã, no centro de convivência cultural, está sendo convocada uma "assembléia-monstro", quando as lideranças esperam conseguir a presença de pelo menos 10 mil pessoas.

### Polícia agride

Ontem, às 5 horas, cerca de 100 policiais militares do Pelotão de Choque dissolveram com violência um piquete que se formava de frente à Robert Bosch do Brasil. Os metalúrgicos, em número de 400, foram agredidos fora da empresa, nas proximidades da estrada estadual que liga Campinas a Monte Mor. Pelo acostamento, os policiais, armados com escudos e cassetetes, perseguiram os "piqueteiros" em fuga por cerca de 330 metros. Na confusão, o metalúrgico Milton Pinheiro, integrante da Comissão Salarial do Sindicato, feriu-se gravemente e foi internado no hospital Irmão Penteado com suspeita de fratura de uma costela.

# ABC quer reiniciar as negociações

Na 2.<sup>a</sup>-feira, Lula irá procurar contato com o Grupo 14, mas a greve continua até a reabertura do diálogo

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luís Inácio da Silva, o Lula, afirmou ontem que a greve só será suspensa "quando forem reiniciadas as negociações" e que sua preocupação principal no momento é retomar os contatos com os empresários do Grupo 14 da Fiesp. Ele disse que será difícil qualquer contato neste fim de semana, mas que na segunda-feira voltaria a procurar os empresários. Ele ainda não sabe quais serão os procurados, mas diz que "os nomes viáveis aparecerão no momento certo".

Lula reuniu-se durante três horas na manhã de ontem com toda a diretoria do sindicato para fazer um balanço dos primeiros dias de greve. "A greve está perfeita", foi a conclusão do balanço, e a orientação de não fazer piquetes e de realizar assembléias diárias no estádio da Vila Euclides será mantida a partir de segunda-feira.

O sindicato deverá divulgar amanhã um comunicado ao público para explicar porque a categoria continua em greve, apesar da sentença do Tribunal Regional do Trabalho que fixou índices de produtividade de 7% e 6%, aceitos pelos metalúrgicos na reunião de negociação com os empresários realizada na DRT na segunda-feira passada. A aceitação destes índices pelos metalúrgicos, segundo Lula, estava condicionada à concessão da estabilidade no emprego durante doze meses, e "como ela foi negada pelos patrões, tudo voltou à estaca zero". O documento deverá ser distribuído durante a missa campal que será realizada amanhã às 10 horas no estádio de Vila Euclides.

Lula rejeitou as afirmações de que a estabilidade impediria as empresas de dispensarem empregados em caso de crise. "Na garantia de emprego estariam previstos critérios para dispensas em caso de

crise. Isso poderia ser discutido nas negociações e o sindicato sempre previu demissão por justa causa. O que queremos é que o trabalhador não seja despedido sem critérios, indiscriminadamente, apenas porque determinado chefe não foi com sua cara", afirmou.

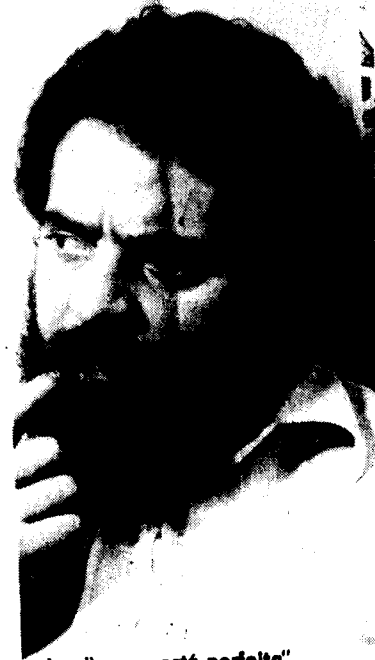
Os metalúrgicos querem, segundo Lula, reabrir a discussão não só sobre a estabilidade mas sobre toda a pauta de reivindicações, incluindo o representante sindical e outros itens que não foram atendidos. Sobre o índice de 7% de produtividade ele diz que "valla para segunda-feira, mas agora pode ser de 8 ou 9%".

Lula respondeu às afirmações do ministro Murilo Macedo de que houve violência nos piquetes em São Bernardo, e que um operário da Volkswagen foi ferido no primeiro dia da greve. "Eu gostaria que Murilo Macedo provasse", afirmou. "Num Estado que tem 300 a 400 mil trabalhadores em greve e não está havendo piquete, é uma irresponsabilidade falar que uma pessoa foi machucada por um piquete."

## SÃO CAETANO

Dos 25 mil metalúrgicos que trabalham no município de São Caetano do Sul, 80%, ou seja, 20 mil trabalhadores, permanecem paralisados em função da greve da categoria que entrou no seu quarto dia consecutivo, segundo informa o sindicato da categoria.

Ontem foi um dos dias mais tranquilos no Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul. Atendendo às recomendações feitas pelos dirigentes, os trabalhadores passaram o dia em casa, reunidos com suas famílias. O movimento, no entanto, deverá crescer, a partir de hoje, quando a diretoria do Sindicato marcou uma assembléia-geral para as 10 horas, na sede da entidade, a fim de manter os tra-



Lula: "greve está perfeita".

balhadores informados dos acontecimentos.

Segundo revelou Luis Pinto, um dos diretores, amanhã também será realizada uma outra assembléia no mesmo local e horário e na segunda-feira está prevista uma concentração bem maior dos trabalhadores, no estádio Lauro Gomes, para que se possa fazer uma ampla avaliação do movimento grevista.

"A luta de nossa categoria é exclusivamente de reivindicações trabalhistas, com garantia no emprego. Só os índices dados pelo Tribunal não são suficientes, isto porque, dentro de poucos meses os patrões aplicam a rotatividade em cima dos trabalhadores, absorvendo o minguado salário". Este é um

trecho do comunicado distribuído ontem, convocando os trabalhadores às assembléias.

O comunicado fazia, ainda, a seguinte advertência aos metalúrgicos: "Tenha cuidado, não compareça à empresa, nem aceite orientações de terceiros. Cuidado com notícias pagas na imprensa falada e escrita. Qualquer informação procure o seu sindicato neste fim de semana, pois é importante estarmos juntos".

João Lins, presidente do sindicato de São Caetano do Sul não pôde ir ontem à tarde à sede da entidade. Mas Luiz Pinto, que faz parte da diretoria, afirmava não temer uma possível intervenção do governo para acabar com a greve: "Olha, no ano passado já tivemos uma intervenção. Este ano isso também poderá ocorrer, mas nós estamos respeitando a decisão da categoria. Se ela optar pela greve nos manteremos paralisados, acatando a preferência da maioria, até o fim".

Contudo, Luis Pinto disse estar convicto de que a solução para a greve não virá por intermédio de medidas arbitrarias: "Tenho absoluta certeza de que chegaremos a um acordo pelas negociações a serem mantidas com os patrões." O dirigente revelou ainda que, provavelmente, a partir de segunda-feira, os metalúrgicos tomem a iniciativa de reiniciar os entendimentos com os empresários na tentativa de uma solução para a greve: "Mas isso ainda não está certo, pois tudo vai depender da evolução dos acontecimentos."

## SANTO ANDRÉ

No quarto dia da greve que paralisa aproximadamente 90% dos 60 mil metalúrgicos de Santo André, segundo informa o sindicato, comissões ligadas ao comando do movimento começaram ontem a coletar alimentos junto às feiras

livres e ao comércio em cada bairro da cidade, para garantir a paralisação em caso de frustração nas negociações com os empresários e representantes do governo.

Paralelamente a esta atividade, também foram distribuídos folhetos e cartazes em locais estratégicos como pontos de ônibus e igrejas pedindo o apoio da população à greve. Pela manhã, o presidente do sindicato dos metalúrgicos, o deputado federal Benedito Marçilio, percorreu as igrejas da cidade pedindo o respaldo da população ao movimento dos trabalhadores.

Na sede do sindicato, à rua Dona Gertrudes Lima, o movimento foi mínimo. Apenas membros do Comando da Greve se ocupavam em atender um ou outro trabalhador que buscava informações sobre, por exemplo, a próxima assembléia geral, que deverá ser realizada na segunda-feira — data de aniversário da cidade — às 16 horas, no estádio Jacatuba. Os membros do comando distribuíam folhetos com orientações e esclarecimentos e um mapa para se chegar ao estádio, tomando por referência as principais indústrias localizadas nas proximidades. O folheto repete as recomendações que vêm sendo feitas desde a eclosão da greve, como a de "não ir às portas das fábricas em hipótese alguma", pois "nas portas das fábricas o trabalhador só vai levar cacetada da polícia ou mesmo dos piqueteiros".

Segundo Saulo Roberto, do Comando da Greve, hoje deverão ser organizados alguns piquetes para deter o trabalho nas pequenas empresas que não fizeram compensação na semana passada para prolongar os feriados, aproveitando a data de aniversário da cidade. Ele disse que até o final da tarde de ontem não houvera nenhum choque entre grevistas e policiais, ou mesmo entre fura-greves e piqueteiros.

## Fiesp admite que saída para impasse é difícil

Depois que o Tribunal Regional do Trabalho declarou-se incompetente para julgar a legalidade da greve dos metalúrgicos, os empresários ficaram numa situação extremamente difícil e delicada, segundo admitiu o assessor jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Jaime Borges

publicação do acórdão do primeiro julgamento no "Diário Oficial". E, devido aos feriados da Semana Santa, o acórdão só deverá ser publicado dentro de uns cinco dias, assim mesmo, se houver muito empunho do relator. Depois disso, as duas partes ainda teriam um prazo de oito dias para se manifesta-

## Desde 3.<sup>a</sup> feira já ocorreram 16 detenções

O advogado Luís Eduardo Greenhalgh, do Comitê de Solidariedade à Greve dos Metalúrgicos, afirmou, ontem, que 16 pessoas — entre elas 9 metalúrgicos — foram presas, desde o início do movimento, nas imediações de fábricas de São Bernardo, Santo André e Mauá. Todas as prisões, segundo Greenhalgh, foram efetuadas por agentes de viaturas do

## Denunciada infiltração

RIBEIRÃO PRETO (Do Correspondente) — O prefeito de Sertãozinho confirmou ontem a participação de integrantes do movimento "Convergência Socialista" na greve dos metalúrgicos daquela cidade. Waldir Trigo, o prefeito, manteve ainda um encontro com o comando geral da greve que, segundo ele, estaria sendo dirigido pelos integrantes da "Convergência Socialista".

Segundo as acusações do prefeito, o comando geral da greve propôs aos metalúrgicos, durante as as-

balhadores de Indústria de Material Elétrico de Ribeirão Preto.

Por outro lado, os metalúrgicos de Sertãozinho decidiram continuar em greve, após reunião realizada ontem no Estádio Municipal de Futebol. Na próxima segunda-feira, representantes dos trabalhadores buscarão um encontro com representantes dos empresários na tentativa de reiniciar as negociações para um acordo.

Em Ribeirão Preto, onde as indústrias estão paradas desde quarta-feira passada, a expectativa é

to grevista se encontra — disse — só existem duas alternativas: tentar renegociar com os dirigentes sindicais ou apelar para a Justiça.”

A primeira hipótese é muito difícil, na opinião de Gamboa, que acha a posição dos metalúrgicos inflexível o que, conseqüentemente, dificulta os entendimentos. A segunda hipótese é pior ainda, porque recorrer à Justiça exigiria dos empresários um prazo muito dilatado e que não seria conveniente pelos prejuízos incalculáveis que a demora poderia acarretar.

A única solução viável, a seu ver, seria a intervenção direta do Poder Executivo sobre a questão: “O fato de o TRT ter declarado incompetência para resolver o problema não significa sinal verde para os metalúrgicos permanecerem paralisados por tempo indeterminado. Agindo dentro da lei, se o Executivo constatar que o movimento contraria os interesses econômico-sociais do País, pode perfeitamente decretar a sua ilegalidade.”

O assessor-jurídico da Fiesp entende que não seria recomendável, agora, os empresários buscarem uma saída, através da Justiça. E explica: “Em primeiro lugar, para ingressar com qualquer recurso, será necessário aguardar a

tempo que se perde com a espera dos trâmites legais é muito longo e não compensa os prejuízos financeiros que o movimento grevista causa”. O assessor lembra ainda que não há nenhuma medida judicial que obrigue o Tribunal Superior do Trabalho a julgar o processo em tempo hábil, e mesmo que se pedisse regime de urgência para apressar o exame da matéria, seria preciso esperar uns trinta dias, aproximadamente.

“Se o TST fizesse o julgamento — afirma Gamboa — a sua sentença poderia ser a de que o TRT reúne condições para fazer o julgamento e o processo, então, voltaria novamente a São Paulo. Assim, não é aconselhável impetrar recurso na Justiça, a fim de solucionar a greve.”

O assessor-jurídico da Fiesp acha que se não houver intervenção do Poder Executivo, os trabalhadores grevistas deveriam aceitar imediatamente o índice de produtividade aprovado pelo Tribunal Regional de Trabalho, voltar às suas atividades e continuar negociando as demais reivindicações, ainda dentro do processo, com o Grupo 14. “Desse jeito, pelo menos, a situação voltaria à normalidade e ficaria mais fácil de haver um entendimento entre as duas partes.”

Tático Móvel da Polícia Militar. Greenhalgh, cuja função “é dar assistência jurídica e libertar os que forem presos por motivo da greve”, relatou à imprensa as circunstâncias das detenções. Afirmou que em nenhum caso se comprovou ação de piquetes, mas sim a observação de “comissões de vigilância” dos sindicatos.

No primeiro dia da greve, terça-feira passada, duas pessoas, que não são metalúrgicos, foram detidas nas proximidades da indústria Villares de São Bernardo. Uma terceira pessoa se feriu ao tentar saltar um muro, fugindo dos policiais.

#### CINCO DA VOLKS

Na quarta-feira, cinco metalúrgicos da Volkswagen foram detidos no Jardim Cláudia, em São Bernardo. A Polícia compareceu atendendo denúncia de que um piquete esvaziava pneus de automóveis. Não encontrou o piquete, mas prendeu os cinco operários “que conversavam sob uma árvore”. Levados ao 1.º Distrito Policial, os trabalhadores foram ouvidos e em seguida liberados.

Na quinta-feira, outras cinco pessoas foram detidas diante da empresa Cofap, em Santo André.

Na madrugada de ontem, dois metalúrgicos foram detidos em Mauá. Depois de “darem voltas” no interior do Tático Móvel foram soltos em Ribeirão Pires. Ainda na manhã de ontem, mais dois metalúrgicos foram detidos em Santo André quando distribuíam panfletos sobre a greve.

Greenhalgh participou da reunião de três horas, ontem em São Bernardo, entre Lula e os diretores do sindicato dos metalúrgicos dessa cidade.

José Gregori, presidente interino da Comissão de Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo participou da reunião da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ontem, das 10 às 13h15.

“Vim saber porque a greve não terminou”, disse Gregori. “A greve dos metalúrgicos ganhou prioridade dentro das preocupações da Comissão de Justiça e Paz, e viemos trazer nossa solidariedade porque estamos preocupados com eventual violação dos direitos humanos.”

Acrescentou que a Comissão colocou-se à disposição do sindicato para atuar numa eventual intermediação e retomada de diálogo com os empresários. Os metalúrgicos manifestaram gratidão pelo interesse da Cúria, mas segundo informações teriam dispensado, pelo menos por enquanto, o papel de mediação da Comissão de Justiça e Paz.

José Gregori comentou inexistirem, na decisão do TRT, “garantias de que as reivindicações atendidas sejam cumpridas pelos empresários” e acrescentou que os metalúrgicos receberam “um pudim mas sem o garfo e a faca para comê-lo”.

semeleiras, que ignorassem a existência do sindicato local, que é extensão de base do Sindicato dos Metalúrgicos, Mecânicos e Tra-

acordo “viável”, segundo o presidente do Sindicato, João Gonçalves dos Santos.



# Ao povo brasileiro

*Metalúrgicos paulistas enviam uma carta aberta ao povo brasileiro explicando porque ainda continuam em greve*

**São Bernardo** - O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema divulgou, na tarde de hoje, nota oficial explicando os motivos por que a categoria continua em greve. O comunicado vem em forma de livreto tendo na capa a figura de João Ferrador com as mãos para cima, como se estivesse declamando; em baixo do desenho, o título "ao povo brasileiro", "porque continuamos em greve". Eis a íntegra do comunicado:

"Os metalúrgicos continuam em greve apesar de considerarem a decisão da justiça do trabalho coerente e imparcial. Por que então continuamos em greve?"

"Há muitos anos vimos denunciando aos ouvidos moucos das autoridades que a classe patronal, através de toda sorte de manobras, fraudava a aplicação dos reajustes e aumentos salariais. A mais comum dessas manobras consiste na rotatividade da mão-de-obra, através da qual o empregado mais antigo, beneficiado com o reajuste é dispensado sem qualquer motivo, e, em seu lugar, outro é admitido, mas com salário menor. Assim, de nada adianta a luta por reajustes, tanto mais porque as empresas, alegando aumentos salariais que impediram pela rotatividade, conseguem elevar os preços de seus produtos onerando o bolso do consumidor.

"Por outro lado, como se já não bastasse a estrutura sindical que mantém as entidades de classe atreladas ao governo, sem autonomia e sem liberdade, frequentemente sujeitas as odiosas intervenções federais, a atividade sindical é sistematicamente reprimida pelas empresas com a dispensa sumária do trabalhador que demonstre liderança ou que participe da vida de sua entidade de classe. A diretoria do sindicato, com poucos elementos desligados da produção, não pode fazer frente a tanto trabalho, principalmente se levar em conta o crescente número de empresas e trabalhadores. Segundo dados da fundação Getúlio Vargas, órgão do governo, a inflação nos últimos doze meses atingiu a assustadora cifra de 83,8 por cento, índice muito próximo do maior reajuste oferecido pela classe patronal que, na primeira faixa, mal ultrapassou os 84 por cento incluídos aí os 7 por cento, situa-se abaixo da crescente inflação. Como se vê o tal reajuste generoso e

exagerado situa-se poucos décimos acima da inflação.

## Bases

"Estão aí as bases do raciocínio que levaram os metalúrgicos à continuidade da greve. Queremos segurança no emprego, o poder de direção do empregador não deve ser absoluto. A ele, se opõe o dever comum e os interesses da comunidade. Não aceitamos mais o jogo hipócrita da fraude dos reajustes. Não toleramos mais que profissionais experientes e úteis percam seus empregos pela ganância do empregador que quer reduzir sua folha de pagamento e aumentar os lucros. Não achamos justo que se lute por aumentos que o patrão fraudará através da rotatividade, que a opinião pública perceba bem:

"Não estamos em greve somente por alguns pontos a mais de aumento. Estamos em greve para assegurar a aplicação do próprio aumento. Se os patrões e o governo não querem ceder no que diz respeito à garantia de emprego e pela simples e boa razão de continuar dispensando seus empregados, desatentos aos problemas e dramas sociais que provocam, tendo a nortear-lo tão somente a sede de lucros. Na mesa de negociações, atendendo a uma proposta de Jundiaí concordamos com os 7 por cento desde que viessem acompanhados da estabilidade por 12 meses.

É isso que os comunicados oficiais escondem, sem estabilidade, nossa reivindicação de aumento salarial continua sendo de 15 por cento.

"Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema atingiram um nível de consciência mais agudo. Eles sabem que não é possível qualquer progresso social duradouro sem sindicatos fortes e atuantes. E o sindicato só pode atingir seus objetivos se estiver presente dentro da fábrica através de delegados com estabilidade. A posição das empresas, principalmente das multinacionais só se explica pelo desejo de continuar explorando seus empregados sem qualquer peia ou fiscalização. Nota-se que o atendimento de tal reivindicação não acarreta um centavo de despesa e a abstinção do patronado e do governo tem na base a preocupação retrograda de

impedir um sindicalismo sadio e verdadeiramente atuante.

## Aumento

"É evidente que desejamos um aumento mais compensador, principalmente tendo em conta as perdas do passado motivadas pelas manobras patronais, mas isso não afasta a novidade e principalmente a característica de nossa greve:

Pela primeira vez na vida desse país acontece uma greve pela estabilidade no emprego e pelo fortalecimento sindical.

"Esse é o fato que carrega de valor moral esse movimento, tirando dele qualquer conotação de radicalismo ou de política. Nossas reivindicações principais atacam pela base o capitalismo selvagem que nos explora. Não estamos pedindo somente uns cruzeiros a mais, aos quais evidentemente temos direito. O que queremos ameniza a vida das empresas, fortalece o povo na sua longa luta contra a marginalização e tem mais uma vantagem: não causa inflação. Os radicais estão do outro lado, desmascarados e contra a parede. São os mesmos que advogam uma solução de força já que contra eles estão a lei e a moral. O trabalhador pede pão e nos mandam metralhadoras em helicópteros. A possibilidade de intervenção não nos assusta. Não seria a primeira nem a última vez. O governo fala que a lei está ultrapassada, reconhece sua origem fascista, mas teima em aplicá-la. O que não podemos aceitar é ficar de braços cruzados esperando a mudança da lei. O que o governo na realidade pretende é manter os sindicatos calados e subservientes, cheios de pelegos desprezíveis comprados com favores e mordomias oficiais. De nos jamais conseguirão isso. Enquanto estivermos à frente do sindicato ele será livre porque não aceitamos a canga. É por tudo isso que continuamos em greve. Somos uma cabeça erguida contra qual se voltam a raiva e intransigência do regime. Lutaremos até o fim. Cairemos, se preciso, mas de pé. Contamos com a compreensão e a ajuda de todos os brasileiros que pensam como nós e lutam pelas mesmas causas.

A Diretoria

JORNAL...  
P. Gomes  
07 04 80  
Rf

# Lula garante que a greve do ABC continua sem piquetes

## DOPS do Pará apura quem foi responsável pelo tumulto na hidrelétrica de Tucuruí

**Belém** — O Delegado Brivaldo Soares, da DOPS, seguiu ontem para Tucuruí a fim de instaurar o inquérito que vai apurar as causas e a identidade dos principais responsáveis pelos incidentes de sexta-feira, quando cerca de 1 mil trabalhadores braçais da Construtora Camargo Correia, encarregada das obras da hidrelétrica, se rebelaram, depredaram várias instalações da empresa e entraram em choque com a segurança.

As informações de que houve seis mortes, entre elas a de uma criança, foram desmentidas pelo secretário de Segurança Pública, Sette Câmara, e também pela Camargo Correia e Eletronorte. Eles confirmaram, porém, que há dois feridos (José Carlos Ferreira, com um balaço na barriga, e Isaias Frões, com um corte no braço). Ambos estão internados no Hospital da empresa e fora de perigo.

### O CONFLITO

O conflito, que provocou a mobilização de tropas da Polícia Militar e notícias desencontradas sobre a existência de mortes, começou com um Judas feito pelos braçais, que aproveitaram a oportunidade para criticar a direção da Camargo Correia.

No Judas, com um capacete da guarda de segurança da empresa, eles colocaram frases reclamando contra a localização do seu alojamento, isolado dos demais, e a má qualidade da alimentação e a violência dos elementos da segurança. E foi precisamente a ação de dois guardas de segurança, destruindo o Judas e prendendo nove trabalhadores, que provocou a rebelião.

Segundo se conseguiu apurar em Tucuruí, tão logo circulou a notícia da prisão dos nove braçais — Marcelino Neto, Alcir Oliveira, Domingos Dutra, Luís Carlos Percílio, Jerônimo Conde, Ednardo Silva, Francisco Santos, Lourenço Chaves e João Batista Mendes — os trabalhadores começaram a se concentrar diante do prédio da guarda de segurança, que chamou a polícia e lhe entregou os presos. Os trabalhadores, cerca de 1 mil, passaram a reivindicar a libertação dos companheiros e, de repente, não se

sabe como, explodiu a violência, com a destruição de três carros da empresa. Em seguida, depredaram e incendiaram o prédio da segurança e saquearam o supermercado.

Houve o choque entre seguranças e soldados da polícia e foi aí que teriam morrido seis pessoas. Essas mortes porém, foram desmentidas pelo secretário de Segurança, pela Construtora e pela Eletronorte.

Como a rebelião se alastrasse, havendo ameaça de tomada do paiol de dinamite da empresa — o que poderia causar uma catástrofe — foi solicitado reforço policial e controlada a situação. Diante da tensão existente, porém, os braçais presos foram libertados e a Construtora, através dos engenheiros Fabio Moraes, Francisco Marçal e Ednardo Barbosa, resolveu dialogar com os trabalhadores e ouvir suas reivindicações.

Entre outras coisas eles reclamam a construção de novo alojamento na vila, junto dos demais (o atual fica distante dois quilômetros, o que foi encarado como uma discriminação seja punido. A empresa prometeu atender todas as reivindicações e a situação, ontem era de calma em Tucuruí.

São Paulo — O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio da Silva, disse durante a missa de Páscoa celebrada no Estádio de Vila Euclides que a greve continuará sem piquetes nas portas das fábricas. "Enquanto os patrões não concederem o que estamos reivindicando, nossa greve prosseguirá, segunda, terça, até sexta-feira e, quem sabe, muito mais que isso."

O Bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes, reafirmou, no sermão, seu apoio aos metalúrgicos e insistiu na necessidade de organização do povo. "Cristo não veio ajeitar as coisas. Não veio harmonizar. Não veio fazer média entre a justiça e a injustiça." Vinte mil trabalhadores e suas famílias compareceram ao estádio.

Dom Cláudio advertiu: "A Igreja nunca decidirá se vocês devem fazer ou parar a greve. Vocês é que devem decidir. A Igreja se põe a serviço de vocês, mas esta decisão é de grande responsabilidade." Muito aplaudido, Dom Cláudio manifestou a solidariedade do Cardeal Evaristo Arns.

O líder sindical Lula, que falou no fim da missa, comentou: "Enquanto muitos metalúrgicos não têm sequer o que comer em casa, o Sr. Ministro do Trabalho, sexta-feira, depois do jantar, tomava uma champanhe que custa Cr\$ 4 mil. Este mesmo homem tem a coragem de ir à televisão ameaçar os trabalhadores e o sindicato."

Disse Lula que muita gente deve ir à concentração de hoje, segunda-feira: "O Governo e os patrões ameaçam descontar os dias parados, mas se enganam se pensam que poderão intimidar, porque a classe trabalhadora tem vergonha, moral e dignidade e só voltará ao trabalho quando os patrões resolverem conversar em igualdade de condição com os trabalhadores."

Referindo-se à possibilidade de intervenção, repetiu o apelo para que ninguém acredite "nos boatos e na propaganda do Governo e dos patrões": "Aconteça o que acontecer, vocês só deverão voltar ao trabalho depois de abertas as negociações e depois de ganhar alguma coisa a mais. Se eles fizeram a intervenção, se prenderem a diretoria do Sindicato, e se vocês voltarem ao trabalho, de nada valeu nosso movimento."

## Ex-juiz critica legislação restritiva

O professor e ex-Juiz do Trabalho Cid José Sitrângulo disse que a atual legislação trabalhista torna difícil resolver as controvérsias coletivas. "Não só por causa de uma legislação restritiva, mas também porque as próprias partes, empregadores e empregados, não têm familiaridade com este tipo de solução de controvérsia."

O professor Sitrângulo, que leciona na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, e é especialista em Direito Trabalhista, admite que a legislação "é um sapato que ficou apertado para um pé que cresceu" e precisa ser modificada para se adaptar à nova realidade do país. Mas afirma que qualquer movimento grevista que prossiga depois da sentença da Justiça do Trabalho é ilegal e não tem razão de ser.

### O que é produtividade

Concordando com o ponto-de-vista do Ministro Luiz Roberto Rezende Puech, do Tribunal Superior do Trabalho, o professor Sitrângulo considera que o decreto regulamentador da matéria é insatisfatório, especialmente porque não definiu produtividade, "que é um conceito econômico e não jurídico".

Por esta razão, observou, é que os tribunais do trabalho usam em dissídios coletivos o princípio da equidade, ou seja, procuram remunerar o trabalho ao mesmo tempo em que se preocupam em dar justa retribuição às empresas. "O fato é que mudaram os fatos e a lei precisa mudar sob pena de não ser respeitada. O próprio Estado não deseja ver desprestigiado o seu Poder Judiciário."

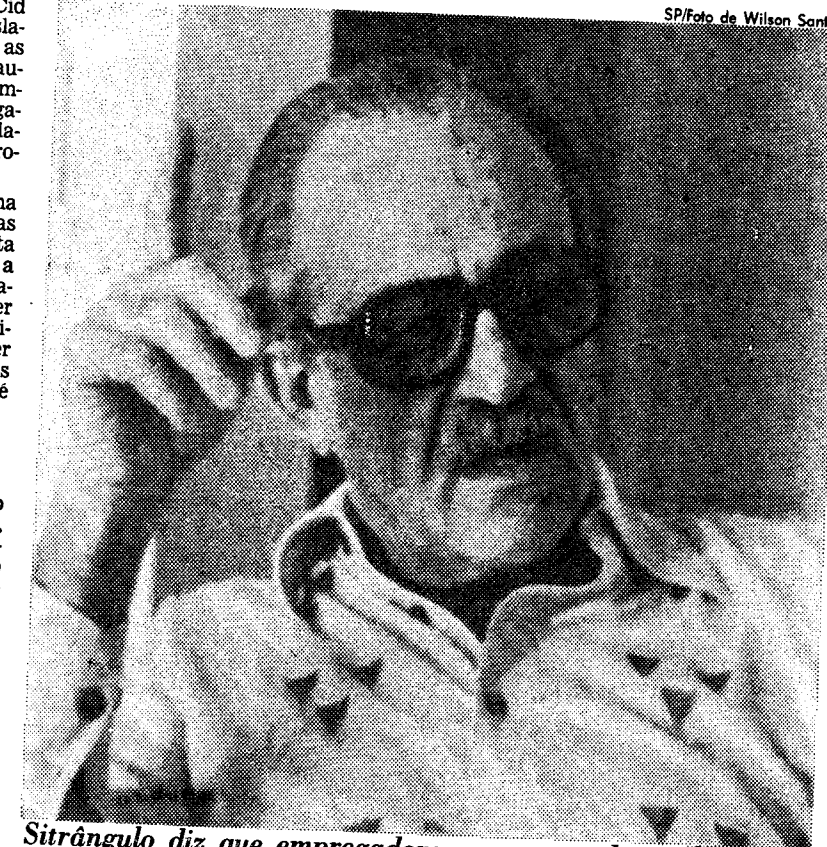
Para o ex-juiz, a Lei 4 330 prevê que os tribunais do trabalho julguem reivindicações dos grevistas e não as greves, considerando por isso acertada a posição do TRT paulista no julgamento recente do dissídio dos metalúrgicos. A seu ver, entretanto, desde que não incluído no rol das greves proibidas (setores fundamentais), o movimento grevista se torna automaticamente ilegal a partir do julgamento pelo Tribunal destas reivindicações.

### Equilíbrio de forças

Considera válido o direito de greve como fator de equilíbrio de forças, mas defende a prevalência da convenção coletiva como instrumento de solução das controvérsias trabalhistas: "Os conflitos coletivos têm de ser solucionados pelas partes interessadas, empregados e empregadores, tendo em vista o interesse da economia." Por essa razão, acha que deve ser elaborada uma nova lei para que os interessados pratiquem negociação coletiva e reforcem a economia de mercado, em lugar das majorações decorrentes do planejamento econômico.

Quanto ao quadro brasileiro atual, diz que se está querendo fazer a negociação coletiva sem ter vivido o processo de negociação coletiva, e ao mesmo tempo querendo que os tribunais do trabalho solucionem controvérsias coletivas em momento de greve.

Para justificar a posição dos tribunais de trabalho, quando deixam de declarar a legalidade ou ilegalidade dos movimentos grevistas, o professor Sitrângulo lembra que, em primeiro lugar, se deve aten-



SP/Foto de Wilson Santos

### Sitrângulo diz que empregadores e empregados não estão ainda acostumados à controvérsia sobre a produtividade

tar para a origem do poder normativo da Justiça do Trabalho (poder de estabelecer novas condições de trabalho):

"Quando se conferiu esse poder aos tribunais, previu-se ao mesmo tempo um trabalho jurídico e econômico, mas, ao mesmo tempo, proibiu-se a greve (1937). Com o reconhecimento da greve, em 1946, subsistiu a vigência do Decreto-Lei 9070, proibindo greve em atividades fundamentais. Agora, quando se estabelece a negociação coletiva, tem-se de admitir a greve, como ameaça ou fato consumado, ou como fator de equilíbrio para a barganha".

### Como todos apregoam

Dentro desse seu raciocínio, a greve tem de ser regulamentada a partir da premissa se é conveniente ou não a convenção coletiva, "como todos apregoam".

Observou que os tribunais foram esvaziados em seu poder normativo, a partir de 1965, face à política econômica e financeira adotada pelo Governo. Não podiam estabelecer salários cujos índices de reajustamento já vinham decretados mês a mês. As convenções coletivas, por outro lado, não podiam ser feitas porque a lei não permitia acordo que superasse os índices salariais oficiais.

Recentemente a situação, no seu entender, se alterou: algumas greves foram toleradas e a lei que regulamenta o direito de greve se tornou praticamente inócuo, porque, não havendo acordo no processo de greve, o Ministério do Trabalho

estabelece o dissídio coletivo de ofício, os tribunais julgam a controvérsia em horas e "daí para a frente a greve é ilegal, independentemente do setor".

Mudou-se na realidade a política social, mas a lei não mudou. "Os tribunais têm por missão aplicar as normas de acordo com a realidade presente e por isso é que o juiz dá uma valorização à norma velha para adequá-la à realidade nova."

### Aumento real

Lembra o professor que, pela sistemática de reajustamento automático semestral dos salários, o aumento anual, baseado na produtividade, segundo o decreto, depende do trabalho em cada setor e não a outros fatores. Com isso o Governo deixou de decretar o aumento real de salários porque quis incrementar a negociação coletiva.

Passaram então a coexistir, na legislação brasileira, três institutos: o dissídio coletivo, a greve e a convenção coletiva. "A compatibilidade entre greve e dissídio coletivo, nos termos da Lei 4 330, teve seus objetivos ultrapassados. É preciso criar outra forma de compatibilização para os Tribunais do Trabalho poderem agir sem risco de desprestígio. O que não se pode é querer que os Tribunais usem um poder declarativo adjetivo para dizer se um processo foi cumprido ou não, quando deles lhes foi tirado o poder substantivo, com a redução de seu poder normativo. É preciso, portanto, uma legislação adequada".



JORNAL O Estado de São Paulo  
P. 1ª  
08 04 80 SP

32

# METALÚRGICO: NINGUÉM PAGA O QUE VOCÊ ESTÁ PERDENDO COM ESSA GREVE

TRT DEU MAIS DO QUE SE NEGOCIOU. VEJA ALGUNS EXEMPLOS:

FUNÇÕES	SÁLARIO MÉDIO EM ABRIL/79	SÁLARIO MÉDIO EM ABRIL/80 (TRT)
Montador de Produção	Cr\$ 9.006,00	Cr\$ 16.847,00
Funileiro	Cr\$ 10.640,00	Cr\$ 19.623,00
Mecânico de Produção	Cr\$ 13.730,00	Cr\$ 25.214,00
Ferramenteiro Especializado	Cr\$ 19.582,00	Cr\$ 35.799,00
Técnico Mecânico	Cr\$ 26.326,00	Cr\$ 47.765,00

**SÁLARIO MÉDIO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA.**

A ordem era acatar a decisão do Tribunal Regional do Trabalho.  
Ela já veio e nós acatamos.

Não haverá novas negociações.

Até hoje você já perdeu 15 dias.

Acabe com essa GREVE IRRESPONSÁVEL.

Fique tranquilo: gente boa não será despedida.

Pode voltar ao trabalho.

**COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO — FIESP.**

C.D.O.S. 23  
25/03/80

Cidade

# PEDREIROS

## A primeira assembleia depois da greve

**D**EPOIS de quatro horas de uma tumultuada assembleia que conseguiu reunir 600 pedreiros no Colégio Estadual, os trabalhadores da construção civil aprovaram 31 propostas que serão negociadas em convenção coletiva de trabalho, dia 15 de junho.

O resultado da votação foi a soma das propostas trazidas já prontas tanto pela diretoria do sindicato como pela oposição. Este segundo grupo, formado logo após a greve de novembro, trouxe idéias que avançaram os argumentos do sindicato. Mas não conseguiu, além da aprovação de parte de suas propostas, o apoio dos companheiros. Mesmo assim, trouxe consigo a primeira demonstração de que a greve criou, senão um começo de união, pelo menos um grupo preparado para combater a diretoria que há 15 anos dirige a entidade de classe.

O grupo não conseguiu, entretanto, mobilizar os companheiros na hora da votação. Atendendo aos apelos insistentes do presidente da entidade, Agnaldo Forbeci, os peões acataram decisões consideradas fundamentais para a assembleia de ontem. O sindicato continuará no comando das negociações, com a promessa que só aprová-las em assembleia. Mesmo assim, foi eleita uma comissão de cinco membros de construtoras diversas, que acompanhará os trabalhos até junho.

Das 31 propostas aprovadas com rapidez e sem que se dissipassem as dúvidas, 15 vieram do movimento oposicionista. As outras 15 partiram do sindicato e uma do confronto.



- As principais deliberações são as seguintes:
- 1 - Alimentação a preços baixos em obras com mais de 30 empregados.
  - 2 - Transporte gratuito.
  - 3 - Estabilidade de um ano para aquele que retornar de licença por acidente de trabalho.
  - Adicional de horas extras e salário superior ao mínimo regional.
  - 4 - Empregados de escritório equiparados nos reajustes gerais.
  - 5 - A cada ano de empresa, um adicional automático de 5%.
  - 6 - Exames médicos para admissão pagos pelos patrões.

- 10 - Garantia de estabilidade por 90 dias para quem participar da campanha salarial em comissão.
- 11 - Equivalência entre FGTS e indenização no caso de dispensa sem motivo.
- 12 - Multa de 60% sobre os depósitos no FGTS por dispensas sem justa causa.
- 13 - Multa de 20% no valor de referência do empregado quando o patrão desobedecer as cláusulas aprovadas em acordo.
- 14 - Validade de pedido de demissão e dispensa de aviso prévio por iniciativa do empregado, só se for no sindicato.
- 15 - Validade do atestado médico fornecido pelo sindicato no abono de falta,

- 18 - Os pagamentos semanais devem ser efetuados até sexta-feira, em dinheiro, no local de trabalho.
- 19 - Se o salário for por tarefa, que se comprove no recibo a quantas tarefas equivale o dinheiro pago pelo patrão.
- 20 - Direito de afixar boletins em obras e acesso da diretoria do sindicato nas obras.
- 21 - Delegado sindical.
- 22 - Em caso de falta de pagamento do acerto na rescisão, deve ser em dobro na Justiça.
- 23 - Fim ao desconto das faltas nas férias.
- 24 - Comissão de negociação com 5 membros.
- 25 - Roupas e botas de graça.

agitada. As 19 horas foram apresentados os itens a serem discutidos em meio a gritos de: "estamos passando fome" e "só Deus pode ajudar a esse povo". A direção do sindicato pediu a todos os que tinham proposições a fazer a se apresentar. Durante a primeira hora não houve condições de ninguém assumir a palavra devido à balbúrdia geral no plenário. Pode-se sentir um clima de grande insatisfação com a direção do Sindicato e a falta de controle tanto da liderança sindical como da oposição em colocar uma ordem nas discussões. Houve até mesmo comentários entre os assistentes de que a própria direção do Sindicato tinha interesse na confusão para que a assembleia esvaziasse. E isso começou a acontecer: Não se entendia nada e os trabalhadores começaram a abandonar o plenário.

### Quem tumultuava

Não houve possibilidade de identificar exatamente quem gritava contra o sindicato, contra o governo e contra a fome, como provocadores. Só viam-se trabalhadores. Gente que havia tido a experiência de uma greve anterior e que "não viu o resultado para tantos dias de luta e de barriga vazia" como comentou um pedreiro. Um deles, o que mais tumultuou, com a camisa aberta e a voz revoltada gritava: "Tenho só 22 anos e vivi pouco e sofri pouco. Mas um amigo meu, na greve passada ficou 5 dias sem comer e não morreu. Foi Deus! Pois só Deus é capaz de fazer isso. O governo é que não!" Um outro tentou tomar o microfone para denunciar a diretoria do sindicato. Dizia "o sindicato quer negociar em nosso nome e não podemos deixar, pois fizemos isso durante 15 anos". Como

da Indústria e da Construção Civil do Paraná. "Este - disse um dos presentes - humilhou o companheiro, dizendo que ele não sabia usar o microfone nem falar". Passada essa primeira hora de confusão generalizada, as discussões continuaram normalmente. Foram aprovadas 31 proposições, Entre elas formuladas pelo sindicato apresentadas pela oposição sindical. O sindicato conseguiu que a assembleia lhe concedesse o direito a negociar, junto ao sindicato patronal. Isso constitui uma derrota da oposição sindical.

### Pedreiro foi barrado na porta

Apesar dos 40 anos de profissão, o pedreiro Alfredo Stein teve a entrada barrada na assembleia. O argumento apresentado por Irineu Horbatiuk, que além de ser fotógrafo também é diretor no sindicato dos Pedreiros sem exercer a profissão, foi a falta da carteirinha. Alfredo Stein, 53 anos, está desempregado. E não se lembrou de trazer sua carteira do sindicato nem mesmo a trabalhista. Sem discutir, virou as costas e foi comer pipoca. Esperou durante horas por um amigo que o trouxera, insistentemente. - Eu só queria ir lá dar minha opinião. Mas se não deu agora, deixa pra outra oportunidade. Os seus 53 anos tem impedido a obtenção de novo emprego, para ele, a aposentadoria seria o fim: "eu não quero me aposentar, tenho saúde, posso

movimento paracetista de novembro, que mobilizou 15 mil trabalhadores da construção civil em Curitiba.

Vigorou o índice de produtividade de 25% proposto pela oposição, contra os 15% do sindicato, acrescido de outros direitos.

condições de segurança no trabalho.

8 - Fornecimento de comprovante de pagamento pelo patrão.

9 - Garantia de emprego à gestante durante a gravidez e 180 dias após o parto.

16 - Proibição de despedir funcionários casados e com filhos, com mais de 45 anos ou com maior tempo de serviço da função.

17 - Supressão do período de 10 dias de antecedência no pedido do pagamento das férias em dinheiro.

## revolta na assembléia

A assembléia dos pedreiros começou

na tarde de 19 de novembro, quando o presidente lia as reivindicações do Sindicato. Soube-se mais tarde que o grapo que se formou em frente a mesa, indiferente às tentativas de continuar os trabalhos tirava satisfações com o Presidente da Federação dos Trabalhadores

na tarde de 19 de novembro, quando o presidente lia as reivindicações do Sindicato. Soube-se mais tarde que o grapo que se formou em frente a mesa, indiferente às tentativas de continuar os trabalhos tirava satisfações com o Presidente da Federação dos Trabalhadores

# Ainda se ouve o grito: 80%

**N**A segunda-feira, 19 de novembro de 1979, eram apenas 500. No dia seguinte, 4 mil. Na quarta, 15 mil operários da construção civil de Curitiba estavam em greve. O crescimento do movimento, que surgiu sem comando, foi espantoso. Mesmo tendo contra ele a justiça do trabalho, a polícia e o próprio sindicato da categoria, que só aderiu quando as autoridades perceberam que era necessário um intermediário de confiança para negociar com uma massa que invadiu o centro da cidade expondo sua revolta contra os salários de fome.

Dos bairros para o centro foi crescendo a massa que se dirigia à Praça Zacarias, sede do Sindicato. Por onde passavam iam aliciando companheiros, que não necessitavam de muitos argumentos para se convencer de que a vida é impossível com o que ganham e que chegara a hora de fazer algo para modificar essa situação.

Existem em Curitiba 30 mil trabalhadores na construção civil e apenas seis mil deles são associados ao sindicato, que nestes últimos dez anos vem sendo dirigido pelo senhor Agnaldo Ramos Forbecci, destas figuras do sindicalismo gestadas e conservadas pelo arbítrio. Tão preocupado quanto os empregadores, as autoridades trabalhistas e a polícia, ele procurou demover os trabalhadores. Invocou a ilegalidade da greve, os riscos que ela envolvia e se declarou omissivo. Como resposta ouviu que passar fome também não é legal e mais uma série de insultos e declarações sobre o seu caráter. A greve continuou e Agnaldo aderiu como moderador, pouco eficiente, aliás, diante de 15 mil pessoas que queriam no mínimo 80% de aumento e que não estavam dispostas a levar em conta a data do dissídio - maio - da categoria.

Os patrões, diante das evidências e dos números, foram obrigados a reconhecer que seus empregados ganham muito pouco. E repassaram a responsabilidade ao governo. Seria ele o único culpado pela crise financeira das empresas e só com benesses oficiais seria possível aumentar os salários. Uma tese muito gasta para um setor habituado aos bons negócios respaldados pela verba popular do Sistema Financeiro da Habitação que, aliás, opera com recursos que são dos trabalhadores (depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

A polícia, chamada para garantir a ordem e o patrimônio apresentou um esquema ostensivo. Batalhões de choque acompanharam o movimento, mas nenhum trabalhador mostrou-se intimidado. Todos continuaram a gritar pelos 80%. Mesmo diante das declarações ao Secretário de Segurança, que lembrou a ilegalidade da greve e a possível presença de "elementos estranhos" para garantir a participação ativa de seus comandados na repressão de um movimento que continuava a crescer. Alguns trabalhadores foram presos e a polícia procurava identificar os líderes para cortar pela cabeça a manifestação. Mas as cenas de violência não provocaram o recuo. Dizia um operário: "a isso estamos acostumados, a polícia faz o mesmo todos os dias onde eu moro".

No penúltimo dia de greve, quando as autoridades se preparavam para receber o presidente João Batista Figueiredo, a polícia decidiu aplicar todo seu esquema repressivo para acabar de uma vez com o movimento. E as cenas de violência foram frequentes no



**VIOLENCIA**  
"Paga por nós", dizem os peões...



dia 27 de novembro. Algumas ruas se transformaram em campos de batalha, com a polícia, bem aparelhada e armada, levando grande vantagem sobre operários que apenas dispunham das pernas para correr. No dia



seguinte o movimento esvaziou. E as reivindicações mais importantes, não atendidas, ficaram arquivadas. São retomadas agora, na primeira assembléia geral da categoria depois da greve de novembro.

## Movimento abalou a classe média

**M**UITOS dos operários que participaram da assembléia geral da categoria, ontem, no auditório do Colégio Estadual, são os mesmos que em novembro do ano passado participaram ativamente da greve que paralisou a construção civil por dez dias. Uma greve importante, que demonstrava o nível ainda limitado de organização e consciência dos trabalhadores, mas que representou um primeiro momento, depois de muitos anos, de mobilização geral de uma categoria profissional em torno de reivindicações que ainda estão em pauta.

Depois de muito tempo, Curitiba foi surpreendida por um movimento geral em crescimento que marcou definitivamente uma mudança em seu caráter. De cidade cartorial, pacata, reprimida, onde o peso do setor de serviços e das atividades ligadas ao estado sempre foi predominante, transformou-se em cidade dos trabalhadores.

Até 1968, as principais manifestações trabalhistas eram de categorias profissionais da classe média. A mais importante, nesse período, foi a dos bancários e depois a dos professores. O resto era o silêncio imposto por uma dura repressão que impediu a livre organização e o surgimento de qualquer processo reivindicatório, por mais justo que fosse. Em 1979, em novas condições, ressurgiu o movimento popular com a força de quem descobre que há muitos direitos a conquistar. E Curitiba descobriu que mudou sua composição social. Hoje, em sua periferia, vive uma massa de trabalhadores, a maioria expulsa do campo e ainda procurando a integração. É a mão-de-obra barata, não qualificada, que minimiza os custos da construção civil. Mas cresceu também o número de operários qualificados, exigência do tímido processo de industrialização. Esta é a classe que mais cresceu nestes dez anos e que agora passa a exercer sua pressão sobre o conjunto da sociedade constituindo-se, pouco a pouco, no principal pólo das relações sociais.

Impedidos de se organizarem em seus sindicatos, ainda atrelados e dirigidos por fiéis prepostos patronais, os trabalhadores reproduziram aqui as experiências bem sucedidas de outros lugares. Surgiram as Associações de bairros, em torno de lutas pelas condições de vida e ligadas ao local de moradia. Daí a discussão sobre o arrocho salarial foi um passo. Outra foi a organização da oposição para levar à frente a luta que o sindicato não assumiria. E Curitiba, que uma semana antes da greve dos pedreiros, conheceu a greve dos metalúrgicos, passou a fazer parte da geografia política da classe operária.

JORNAL *Sabana de Paraná*

P- *Opus*

Data: *10 04 80* Estado *PR*

34

EDICION 1073-131 DO DIA 10 DE ABRIL DE 1980

REDAÇÃO: AV. BRASIL, 100 - JARDIM BOTANICO - CURITIBA - PR



**OPERAÇÃO DE FURTO**

INVESTIGAÇÃO

- 1. ...
- 2. ...
- 3. ...
- 4. ...
- 5. ...

**Grevistas punidos com demissão em SC**

Cerca de 200 operários que participaram da greve no setor de plásticos das indústrias de Joinville, no final do mês de março, já foram demitidos pelas empresas do grupo Hansen, fabricante dos tubos e conexões Tigre, embora o acordo firmado entre patrões e empregados, no Tribunal Regional do Trabalho, em Curitiba, previsse a não punição dos grevistas. Além disso, outros funcionários, que participaram da greve, estão sendo pressionados pela empresa para que deixem de ser associados do sindicato, sob pena de demissão.

A denúncia foi feita pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas, que ontem fez um apelo ao ministro Murilo Macedo, do Trabalho, e ao governador do Estado, Jorge Konder Bornhausen, para que tomem providências para sustar as punições. O delegado regional do Trabalho, Airton Nascimento, ao tomar conhecimento das punições da empresa, marcou uma reunião com o sindicato, para hoje à tarde, com o objetivo de estudar que medidas podem ser tomadas.

# Oposição solidária com a luta dos metalúrgicos

BRASILIA — Os presidentes do PMDB, PP, PTB e do PT, em nota oficial conjunta, denunciaram ontem que, no caso da greve dos metalúrgicos, a intransigente interrupção nas negociações "decorre da certeza de que o Governo está contra os interesses dos trabalhadores, ameaçados, agora, com a volta explícita da política do arrocho salarial".

O documento, divulgado, ontem a imprensa pelo deputado Edgard Amorim, da "tendência popular" do PMDB, afirma, ainda, que não há sociedade democrática sem liberdade e autonomia sindical, assim como não há liberdade e autonomia sindical nas sociedades não organizadas democraticamente.

Os srs. Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PTB), Tancredo Neves (PP) e Jacob Bittar (PT) hipotecaram apoio e solidariedade a luta dos metalúrgicos de São Paulo, considerando o movimento "pacífico, legítimo e justo". Segundo eles, esta luta há de representar um avanço pela construção de uma sociedade livre, democrática e justa".

## A NOTA É A SEGUINTE:

"O PMDB, o PT, o PTB e o PP, representados pelos presidentes de suas comissões nacionais provisórias que esta subscrevem, diante do pacífico, legítimo e justo movimento grevista dos metalúrgicos do ABC e do interior paulista, expressam de público o seu apoio e solidariedade a luta daqueles trabalhadores, que há de culminar com a conquista de expressivas vitórias no rumo da democracia e da justiça.

A política do regime, de manutenção da tutela do movimento sindical operário afronta a liberdade e a autonomia sindical, conquista dos trabalhadores de todo o mundo, hoje consagrada pelo Direito Internacional (convenção no. 87, da OIT, de 1948), e põe a descoberto a sua verdadeira face e objetivo: a perpetuação de uma ordem social injusta e inóqua através da manutenção do poder nas mãos de uma minoria privilegiada, que se beneficia dos sacrifícios impostos a grande maioria, representada pelos trabalhadores e assalariados em geral. Não há sociedade democrática sem liberdade e autonomia sindical, assim como não há liberdade e autonomia sindical nas sociedades não organizadas democraticamente.

Na tramitação, no Congresso Nacional, da mensagem de que se originou a vigente lei de política salarial, o Governo permaneceu insensível as críticas e reivindicações dos trabalhadores, expressas pela representação oposicionista. Os fatos, hoje, comprovam a sua procedência. O critério do acréscimo da taxa de produtividade como determinante exclusivo dos aumentos reais de salários revela-se, agora, para todos, impreciso e insuficiente. A necessidade da adoção e da compatibilização dos institutos da convenção coletiva ampla e abrangente, das negociações diretas que lhes dão origem, do direito de greve e do dissídio coletivo, regulando-se melhor o processo de intervenção de ofício da Justiça do Trabalho, não pode ser, de boa fé, recu-

sada, e imperativa a adoção de mecanismos que impeçam a alta rotatividade da mão-de-obra, pedra de toque do movimento dos metalúrgicos paulistas. Tudo isto foi posto pelos trabalhadores e pela oposição no Parlamento, naquela ocasião. Mas o Governo se colocou na sua costumeira postura de dono da verdade e do poder tutelar da nação.

É preciso que os brasileiros saibam que o impasse, para o qual se encaminhou a greve dos metalúrgicos paulistas, deve-se a posição de intransigência do regime, cúmplice dos grandes interesses econômicos e das classes ricas, diante de reivindicações de natureza exclusivamente sociais que não onerem, economicamente, as empresas e nem se constituem em fatores inflacionários; a postulação da estabilidade, busca a adoção de mecanismos a serem incluídos nas convenções coletivas de trabalho que impeçam aos patrões, a seu único e exclusivo critério, mediante dispensa em massa, fraudarem os aumentos penosamente conquistados pelos trabalhadores. O acréscimo pleiteado, de 100 por cento nas horas extras, não tem o propósito de elevar o salário dos trabalhadores do ABCD. Sua finalidade é dupla: impedir prática habitual e abusiva dos empresários, obrigando os trabalhadores a jornadas excessivas de trabalho e criar novas oportunidades de emprego. Razões que inspiram também a exigência da redução das horas semanais de trabalho.

Esse elenco de reivindicações — a que se deve somar o direito de representação sindical dentro da empresa, principalmente através do delegado sindical — revela o alto grau de solidariedade social dos metalúrgicos para com seus irmãos trabalhadores.

Não procedem assim, as acusações oficiais de que essas reivindicações tenham qualquer caráter inflacionário. Deve ser repelida a "chantagem" governamental de colocar diante da nação, como desculpa para postergar, indefinidamente, o enfrentamento da questão social — o falso dilema: ou a hiperinflação ou a recessão econômica; ou o arrocho salarial ou a escalada dos preços. São sofismas grosseiros de economistas monetaristas fracassados. A responsabilidade pela alta do custo de vida é exclusivamente do regime autoritário, estruturalmente comprometido com os interesses dos grandes grupos internacionais e seus aliados, e por isso incapaz de atacar a inflação em suas verdadeiras origens: a orgia especulativa nos mercados financeiros e imobiliário e uma política fiscal que discrimina em favor dos ricos.

No caso da greve dos metalúrgicos, a intransigente interrupção das negociações decorre da certeza de que o governo está contra os interesses dos trabalhadores, ameaçados, agora, com a volta explícita da política do arrocho salarial.

Aqui fica esta denúncia. E a certeza de que a luta dos metalúrgicos paulistas e de todos os que os apoiam, por não estarem comprometidos com a exploração e a opressão, há de representar um avanço da luta maior de todo o povo brasileiro, pela construção de uma sociedade livre, democrática e justa".

## Metalúrgicos decidem continuar com a greve

SANTO ANDRE - Ao contrário da assembleia de terça-feira no Estádio de Vila Euclides, em que o discurso de Djalma de Souza Bom, diretor do sindicato, em tom patético, demonstrou demonstrou um certo pessimismo, a assembleia de ontem foi caracterizada pelo entusiasmo dos metalúrgicos, que durante hora e meia interromperam os discursos com slogans como a greve continua, "trabalhador unido jamais será vencido", além de palmas durante os pronunciamentos do advogado Almir Pazzianotto, de Osmar Mendonça (da Comissão de Mobilização e Salários), de Djalma de Souza Bom e de Luiz Inácio da Silva, presidente do sindicato.

Na realidade, os discursos foram organizados de tal forma a levantar os ânimos que, proventura, tivessem baixos. Assim, João Paulo Pires de Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), abriu a assembleia, reunindo cerca de 50 mil operários, anunciando a campanha a nível nacional de apoio financeiro aos grevistas, ao mesmo tempo apresentando o movimento do ABC como redentor da classe trabalhadora. O que se decidir aqui terá reflexos em todo o Brasil. Se não conquistarmos a democracia dentro das empresas, continuaremos para sempre subjugados a um governo espúrio que não foi escolhido por nós, um governo que é preposto dos grupos multinacionais.

Em seguida, Osmar Mendonça - da Comissão de Mobilização e Salários - começou chamando o ministro do Trabalho Murilo Macedo de mentiroso, porque disse que os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema estariam voltando ao trabalho. É mentira porque os patrões estão desesperados, reunindo-se diariamente com o ministro, e nós aqui tranquilos na assembleia e anteontem pescamos na Billings. Nesse momento, foi interrompido com palmas. Chamou de mentirosa e sem vergonha a declaração do ministro do Planejamento, Delfim Neto, que responsabilizou os aumentos salariais pela alta da infla-

ção, quando na realidade os responsáveis são o aumento de 50% do leite, 100% do queijo, 100 por cento dos transportes, entre outros. Cabe ao governo mudar essa política econômica, disse.

Colocou mais uma vez em votação a continuidade da greve, por até 40 e não mais 30 dias, se for necessário e obteve a pronta resposta da unanimidade dos braços erguidos. Para concluir pediu a renúncia do ministro Murilo Macedo, para Osmar Mendonça um ministro do Capital e dos empresários e não do Trabalho.

Luiz Inácio da Silva encerrou a assembleia em longo discurso inflamado e pleno de gestos, que impediu o assédio dos gravadores das estações de rádio. Começou lendo a carta da esposa de um operário da Mercedes Benz que recebeu a folha de pagamento com descontos que totalizavam o seu salário. Será que o senhor Murilo Macedo já recebeu zero de salário, será que depois de trabalhar 240 horas, fazer horas extras, o trabalhador precisa receber zero de salário? - indagou.

Vocês sabem que o governo e os patrões mudaram a tática e resolveram não intervir no sindicato, mas anunciaram um modo mais sórdido de acabar com nosso movimento, pelo cansaço. Mas se tem alguém que vai se cansar primeiro, serão os patrões e o governo, que já se reuniram seis vezes. Se eles pensam que a greve é fruto podre que cai sózinho, se eles pensam que os trabalhadores vão acreditar nas mensagens mentirosas da Fiesp estão enganados. Vão ver que quem vai se desmoralizar em tudo isso é o próprio governo e os patrões e não os trabalhadores.

Com a voz rouca, Luiz Inácio acrescentou: não estamos brincando. Esta greve não é uma brincadeira. E convocou todos os metalúrgicos presentes a barrarem os ônibus hoje para esvaziar todas as fábricas. Vamos nos pontos de ônibus, nos botecos, nas igrejas, nas sociedades amigos de bairros, nos vizinhos. Nenhuma fábrica vai funcionar. E convocou os metalúrgicos para a nova assembleia sábado, às 10 horas, na Vila Euclides.



## Ameaça de bombas a Ministro provoca evacuação de prédio

SAO PAULO — (AG-GP) — Dois telefonemas, em horários distintos, ameaçando a explosão de bombas no interior do SENAD, onde está localizada a representação do Ministério do Trabalho, nesta cidade, provocaram ontem, tumulto e evacuação do prédio. O Ministro Murilo Macedo, que não abandonou o local em nenhuma das duas vezes, considerou o fato, inicialmente, uma "guerra psicológica".

Ao ser indagado a que atribuía as ameaças, o Ministro do Trabalho respondeu: "hein? sei lá". Posteriormente, explicando porque permanecera no prédio — inclusive não interrompendo a reunião com empresários do setor metalúrgico —, ele afirmou: "Tenho recebido tantos telefonemas de ameaças de morte e de um punhado de coisas que, não quero dizer que eu seja muito corajoso, mas é bobagem isso". Acrescentou "são riscos do ofício", e não quis atribuir as ameaças a ninguém, afirmando apenas que "deve ter sido uma brincadeira".

O primeiro aviso de que havia uma bomba no segundo andar do prédio, onde está localizado o gabinete do Ministro, foi recebido pelo DOPS, que transmitiu a informação ao coronel Raimundo Távora, chefe da Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Trabalho. Por volta das 10h30m o Ministro Murilo Macedo foi até a sala de espera do seu gabinete, onde estavam os repórteres, e pediu-lhes que deixassem o local, informando-os do telefonema, e afirmando que "estava acostumado a enfrentar bombas". Rindo, acrescentou: "a maior bomba que eu tenho é o ABC".

A segunda ameaça — recebida, às 12 horas, pela telefonista do SENAD, informava que uma bomba explodiria em algum lugar do prédio, meia hora depois. Imediatamente, todas as pessoas que estavam no edifício — inclusive os assessores do Ministro — receberam ordem para abandonar o local. Novamente a equipe do DOPS fez uma vistoria e, como da primeira vez, nada encontrou.

## Piquetes dificultados com presença da PM

SANTO ANDRÉ — (AE/GP) — Embora tenha conseguido parar alguns ônibus e convencer seus ocupantes a não proseguirem viagem até a fábrica, o "Comando de Vigilância" do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema encontrou muitas dificuldades na madrugada de ontem, quando um grande contingente do Pelotão de Choque da Polícia Militar, armado de fuzis e ocupando inclusive carros particulares, impediu que a operação fosse feita nos pontos de ônibus ou perto da entrada das fábricas.

A "Operação Vigilância" — que descaracteriza a formação de piquetes propriamente ditos — é baseada na conversa dos grevistas com os operários que se dirigem ao trabalho, procurando então convencê-los "a engrossar o movimento". Os comandos começaram a atuar por volta de 4h30min, com a Comissão de Mobilização e Salários, se dividindo em vários grupos. As empresas escolhidas se situavam entre pequenas e médias, conforme disposição da diretoria do Sindicato, manifestada na última Assembléia, em paralisar 100 por cento da categoria. No ponto de ônibus localizado a cerca de 200 metros da entrada da Polimatic os grevistas foram advertidos pelos policiais do Tático Móvel 065-209, de que ali não poderiam permanecer. Como insistissem, imediatamente surgiram dois caminhões do Pelotão de Choque, o que fez com que o grupo se retirasse, reunindo-se novamente a um quilômetro da fábrica.

Novamente um caminhão e duas radiopatrolhas se aproximaram, alegando que ali era proibido ficar, pois a parada dos ônibus estava prejudicando o trânsito, segundo o Comandante da operação, que não quis se identificar. Manoel Anísio, Diretor de Base do Sindicato, ainda tentou, inutilmente, explicar ao Comandante que a greve "era pacífica" e que o grupo queria apenas "pedir a colaboração" dos demais operários que continuavam trabalhando. "Trabalhar é um direito do indivíduo, por isso estamos aqui" — contrargumentou o oficial.

As mesmas cenas se repetiriam mais tarde na indústria Pressas Schuller, onde, entretanto, um reduzido número de operários entrou para trabalhar. Na Nakata, que se utiliza de ônibus particulares para transportar os funcionários, o "Comando de Vigilância" conseguiu parar cinco veículos e fazer descer todos seus ocupantes. Na Commander, assim que a operação vigilância teve início, a portaria da empresa

foi cercada por duas peruás kombis de policiais, uma das quais — placas MB-3802, de São Bernardo do Campo — particular.

Enquanto nas indústrias automobilísticas — a exemplo da Volkswagen, Mercedes e Ford — o "Comando de Vigilância" não precisou ficar mais do que alguns minutos, já que o número de operários que descia dos ônibus era insignificante, na Villares, a operação foi mais difícil de ser realizada tendo em vista que, além da presença maciça da polícia, a quantidade de interessados em trabalhar era bastante grande. Ao tentar conversar com um deles, um membro do "Comando" e operário da própria Villares, foi abordado pelos policiais, ocasião em que um dos soldados encostou o revólver engatilhado em sua barriga. A ordem de circular, o operário permaneceu parado, respondendo, apenas: "Podê atirar. Se eu morrer, meu corpo será carregado por todas as ruas de São Bernardo".

Em Santo André, o "Comando de Vigilância" começou a atuar principalmente em frente à COFAP, às 3h30min. As quatro horas, quando o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, Benedito Marcílio, chegou o policiamento era discreto e os membros da comissão de mobilização e salários puderam distribuir boletins informativos e tentar convencer os metalúrgicos a não entrar em serviço na frente da principal portaria, onde havia apenas uma viatura de Tático Móvel.

Meia hora depois, quando chegou o Secretário do Sindicato, José Cicorri, o policiamento era mais intenso: Chegou ao local mais um Tático Móvel, três caminhões do pelotão de choque e uma radiopatrolha. Oito policiais armados de fuzil foram deixados no interior da fábrica e na portaria permaneceram os PMs do Tático Móvel. Até às sete horas, quando o "Comando de Vigilância" resolveu encerrar os trabalhos, apenas cerca de mil operários (estimativa feita por Benedito Marcílio) haviam entrado na fábrica, que tem cerca de cinco mil e 500 horistas. Os "Comandos de Vigilância" atuaram também na General Electric, em Santo André; Phillips, em Mauá; e Constanta e Brosol, em Ribeirão Pires. Mas em nenhum dos casos os grevistas e as intervenções dos policiais eram apenas para afastar das portarias os membros dos "Comandos de vigilância".

## FIESP se recusa a negociar com grevistas

SAO PAULO — (AE/GP) — "Estamos aqui apenas para cumprir uma formalidade legal. Não existe negociação de espécie alguma. Nós nos recusamos a discutir qualquer aspecto que pressupõe a negociação. Entendemos que conciliação é o retorno ao trabalho". Esta afirmação foi feita ontem pelo advogado da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Benjamin Monteiro, durante audiência de conciliação na Delegacia Regional do Trabalho.

A audiência convocada pela DRT, segundo o advogado patronal, faz parte das disposições legais da petição encaminhada pela FIESP na segunda-feira, pedindo o enquadramento dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC na lei de greve. De acordo com esta lei, após a decisão do TRT, os metalúrgicos deveriam ter retornado ao serviço, o que não aconteceu.

Para o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São André e de São Bernardo, a afirmação do advogado patronal foi uma surpresa, porque uma audiência de conciliação pressupõe disposição das partes em se chegar a um ponto comum. "É contraditório que a parte que instaurou este processo diga que não veio disposta a um acordo, a um diálogo e a uma negociação. Ao que parece, os representantes patronais vieram para impor sua conveniência aos sindicatos". Almir Pazzianotto disse também que o processo movido pelos representantes patronais está irregular, pois as atas das assembleias não deram poderes para que os advogados movessem uma ação contra os sindicatos. Além disso, Pazzianotto afirmou também que, já que os patrões invocavam a lei de greve, seria necessário que essa mesma lei fosse adotada por inteiro e não apenas no que convém aos empresários. Isto porque — afirmou ele — nos comunicados distribuídos à imprensa, a FIESP se recusa a pagar os dias parados e diz também que os bons trabalhadores não

serão dispensados. Mas de acordo com a lei, nenhum trabalhador poderá ser punido ao cessar a greve e também que os dias parados deverão ser pagos quando as reivindicações dos trabalhadores forem atendidas total ou parcialmente pela justiça do trabalho.

Durante a audiência de conciliação, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, anunciou um acordo entre o órgão representante dos trabalhadores e a indústria termomecânica — que tem cerca de 1.900 empregados —, garantindo um aumento real de 12 por cento nos salários para os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos. Para os metalúrgicos situados entre cinco e oito salários mínimos, o percentual de aumento é de 8,5 por cento e para aqueles que recebem acima de oito salários o aumento deverá ser de 6 por cento. Além dos percentuais de aumento, segundo Luiz Inácio, a empresa concedeu as garantias de que nenhum grevista será punido e também que na empresa será adotado um critério toda vez que a empresa decidir dispensar 0,5 por cento do corpo de funcionários. Este critério de dispensa determinado pelo sindicato prevê que serão demitidos primeiramente os trabalhadores que tiverem menos encargos sociais e familiares e os trabalhadores com menor tempo de casa. Outros 16 itens da pauta de reivindicações foram atendidos pela empresa, dentre eles o piso salarial de 12 mil cruzeiros.

Ao final da audiência, o presidente do sindicato de São Bernardo afirmou que diante da posição dos advogados da FIESP, não haveria a possibilidade de os metalúrgicos decidirem pelo fim da greve, pois os representantes dos trabalhadores vieram dispostos a negociar. "Nós não somos intransigentes, sabemos a hora de reconduzir a categoria ao trabalho como o fizemos ontem após quatro horas antes de celebrar o acordo com a termomecânica".

## Processo do irmão de Lula contra comissão

SANTO ANDRÉ — (AE-GP) — José Ferreira da Silva, apelidado de "Frei Chico", pretende processar na Justiça a comissão de negociação da FIESP, que utilizou "indevidamente" seu nome em anúncio publicado ontem no "Jornal da Tarde" e foi divulgado por emissoras de rádio, com o título "faça como o irmão de Lula: acabe com essa greve". O anúncio diz que durante a assembleia, José Ferreira da Silva, que é irmão de Luiz Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, "colocou em votação o fim da greve em São Caetano do Sul e foi aplaudido".

"Não fui eu que decretei o fim da greve. Foi a assembleia

que chegou a essa conclusão depois de cinco votações. Eu assumi o comando na quarta votação, porque o presidente João Lins Pereira, do Sindicato de São Caetano, estava afônico e ninguém conseguia entender o que ele dizia. Mesmo assim, apenas 60 por cento das pessoas presentes nessa assembleia votaram pela volta ao trabalho. Minha proposta real, quando falei como orador inscrito, era para que meus companheiros da CONFAB, onde trabalho, voltassem ao serviço, uma vez que de dois mil horistas apenas 300 se encontravam em greve.

O fim do movimento em geral foi proposto por outros oradores que me antecederam".

PT1073-131

# Lei de greve para punir os metalúrgicos do ABCD

SÃO PAULO - Estamos aqui apenas para cumprir uma formalidade legal. Não existe negociação de espécie alguma. Nós nos recusamos a discutir qualquer aspecto que pressupõe a negociação. Entendemos que conciliação é o retorno ao trabalho. Esta afirmação foi feita ontem pelo advogado da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Benjamin Monteiro, durante audiência de conciliação na Delegacia Regional do Trabalho.

A audiência convocada pela DRT, segundo o advogado patronal, faz parte das disposições legais da petição encaminhada pela Fiesp na segunda-feira, pedindo o enquadramento dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC na Lei de Greve. De acordo com esta lei, após a decisão do TRT, os metalúrgicos deveriam ter retornado ao serviço, o que não aconteceu.

Para o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santo André e de São Bernardo, a afirmação do advogado patronal foi uma surpresa, porque uma audiência de conciliação pressupõe disposição das partes em se chegar a um ponto comum. É contraditório que a parte que instaurou este processo diga que não veio disposta a um acordo, a um diálogo e a uma negociação. Ao que parece, os representantes patronais vieram para impor sua conveniência aos sindicatos. Almir Pazzianotto disse também que o processo movido pelos representantes patronais está irregular, pois as atas das assembleias não deram poderes para que os advogados movessem uma ação contra os sindicatos. Além disso, Pazzianotto afirmou também que, já que os patrões invocam a Lei de Greve, seria necessário que essa mesma lei fosse adotada por inteiro e não apenas no que convém aos empresários. Isto porque - afirmou ele - nos comunicados distribuídos à imprensa, a Fiesp se recusa a pagar os dias parados e diz também que os bons trabalhadores não serão dispensados. Mas de acordo com a lei, nenhum trabalhador poderá ser punido ao cessar a greve e também que os dias parados deverão ser pagos quando as reivindicações dos trabalhadores forem atendidas total ou parcialmente pela Justiça do Trabalho.

Durante a audiência de conciliação, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, anunciou um acordo entre o órgão representante dos trabalhadores e a Indústria Termomecânica - que tem cerca de 1900 empregados - , garantindo um aumento real de 12 por cento nos salários para os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos. Para os metalúrgicos situados entre cinco e oito salários mínimos, o percentual de aumento é de 8,5% por cento e para aqueles que recebem acima de oito salários o aumento deverá ser de 6 por cento. Além dos percentuais de aumento, segundo Luiz Inácio, a empresa concedeu as garantias de que nenhum grevista será punido e também que na empresa será adotado um critério toda vez que a empresa decidir dispensar 0,5 por cento do corpo de funcionários. Este critério de dispensa determinado pelo sindicato prevê que serão demitidos primeiramente os trabalhadores que tiverem menos encargos sociais e familiares e os trabalhadores com menor tempo de casa. Outros 16 itens da pauta de reivindicações foram atendidos pela empresa, dentre eles o piso salarial de 12 mil cruzeiros.

Ao final da audiência, o presidente do Sindicato de São Bernardo afirmou que diante da posição dos advogados da Fiesp, não haveria a possibilidade de os metalúrgicos decidirem pelo fim da greve, pois os representantes dos trabalhadores vieram, dispostos, a

negociar. Nós não somos intransigentes, sabemos a hora de recrudescer a categoria ao trabalho como o fizemos hoje após quatro horas antes de celebrar o acordo com a Termomecânica.

## OPERAÇÃO VIGILÂNCIA

SANTO ANDRÉ - Embora tenha conseguido parar alguns ônibus e convencer seus ocupantes a não prosseguirem viagem até a fábrica, o comando de vigilância do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diademá encontrou muitas dificuldades na madrugada de ontem, quando um grande contingente do pelotão de choque da Polícia Militar, armado de fuzis e ocupando inclusive carros particulares, impediu que a operação fosse feita nos pontos de ônibus ou perto da entrada das fábricas.

A operação vigilância - que descaracteriza a formação de piquetes propriamente ditos - é baseada na conversa dos grevistas com os operários que se dirigem ao trabalho, procurando então convence-los a engrossar o movimento. Os comandos começaram a atuar por volta de 4,30 horas, com a comissão de mobilização e salários se dividindo em vários grupos. As empresas escolhidas se situavam entre pequenas e médias, conforme disposição da diretoria do Sindicato, manifestada na última assembleia, em paralisar 100 por cento da categoria. No ponto de ônibus localizado a cerca de 200 metros da entrada da Polimatic os grevistas foram advertidos pelos policiais do tático móvel 065-209, de que ali não poderiam permanecer. Como insistissem, imediatamente surgiram dois caminhões do pelotão de choque, o que fez com que o grupo se retirasse, reunindo-se novamente a um quilômetro da fábrica.

Novamente um caminhão e duas rádioparulas se aproximaram, alegando que ali era proibido ficar, pois a parada dos ônibus estava prejudicando o trânsito, segundo o comandante da operação, que não quis se identificar. Manoel Anísio, diretor de base do sindicato, ainda tentou inutilmente, explicar ao comandante que a greve era pacífica e que o grupo queria apenas pedir a colaboração dos demais operários que continuavam trabalhando. Trabalhar é um direito do indivíduo, por isso estamos aqui - contrargumentou o oficial.

As mesmas cenas se repetiram mais tarde na Indústria Prensas Schuller, onde, entretanto, um reduzido número de operários entrou para trabalhar. Na Nakata, que se utiliza de ônibus particulares para transportar os funcionários, o comando de vigilância conseguiu parar cinco veículos e fazer descer todos seus ocupantes. Na Commander, assim que a operação vigilância teve início, a portaria da empresa foi cercada por duas peruas kombis cheias de policiais, uma das quais - placas MB-9802, de São Bernardo do Campo - particular.

Enquanto nas indústrias automobilísticas - a exemplo da Volkswagen, Mercedes e Ford - o comando de vigilância não precisou ficar mais do que alguns minutos, já que o número de operários que descia dos ônibus era insignificante, na Villares, a operação foi mais difícil de ser realizada, tendo em vista que, além da presença maciça da polícia, a quantidade de interessados em trabalhar era bastante grande. Ao tentar conversar com um deles, um membro do comando e operário da própria Villares, foi abordado pelos policiais, ocasião em que um dos soldados encostou o revólver engatilhado em sua barriga. A ordem de circular, o operário permaneceu parado, respondendo, apenas: pode atirar. Se eu morrer, meu corpo será carregado por todas as ruas de São Bernardo.

JORNAL: *Diário de Londrina*  
*P. Queses*  
Data *15-04-80 Estado PR*

39

## Greve é declarada ilegal, mas continua

Num julgamento que durou menos de três horas, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, por 15 votos a onze, decretou ontem a ilegalidade da greve dos metalúrgicos de São Bernardo, Diadema e Santo André. Em preliminar, o Tribunal reformulou sua posição anterior, tomada em 10. de abril, decidindo conhecer da competência para julgar a legalidade de greve em dissídios coletivos.

Desta feita compareceram todos os 27 juizes, inclusive os dois juizes classistas patronais, que, por motivos de doença, estiveram ausente do julgamento anterior, em que 13 juizes, contra onze, negaram a competência para julgar a legalidade ou ilegalidade.

A reunião foi de certo modo tensa, com a formulação de varias preliminares de ordem jurídica, sendo assistida por grande número de empresários e poucos representantes dos trabalhadores. O presidente da IIESP, Theobaldo de Nigris, acompanhou todo o julgamento.

À saída, ele considerou que essa decisão vai apressar o retorno dos grevistas ao trabalho, e disse que já esperava este resultado. Admitiu que o Grupo dos 14 poderá, após o retorno dos trabalhadores, negociar o desconto dos dias parados, o que foi negado, logo a seguir, pelo porta-voz do Grupo, empresário Walter Sacca. Este garantiu que todos os 21 dias serão descontados de uma só vez.

### GREVE CONTINUA

A manutenção do movimento grevista, que paralisa todo o setor metalúrgico do parque industrial instalado nas cidades de São Bernardo do Campo e Diadema, foi decidida ontem por 40 mil trabalhadores reunidos.

A decisão foi tomada apesar da decretação da ilegalidade do movimento, pelo Tribunal Regional do Trabalho. Esses oradores denunciaram a nova reunião do TRT como sendo "uma manobra dos patrões e do Governo, cujo objetivo, mais uma vez, será o de defender o interesse do empresariado, principalmente o estrangeiro".

O advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Mauricio Soares de Almeida, foi o primeiro a falar, afirmando que "a Justiça do Trabalho demonstra mais uma vez que só é lenta para tratar dos interesses dos trabalhadores. Esse processo é mais uma vitória dos patrões". O caráter da esperada intervenção no sindicato é, na opinião do orador, "meramente fascista".

Falarão também o militante João Batista e o tesoureiro do sindicato, Djalma de Souza Bom, que garantiu: "A greve continuará". Podem dizer que somos subversivos. Se ser subversivo é lutar contra a fome e a exploração das multinacionais, então nós somos subversivos". Nesse momento, a plateia que se mantinha totalmente fria passou a gritar: "A greve continua, a greve continua".

JORNAL: *Correio da Pátria*  
P. *Queres*  
Data *15/04/80* Estado *PR*

## Tribunal declara greve ilegal

**Santo André** - A decretação da ilegalidade da greve pelo Tribunal Regional do Trabalho, na audiência de ontem à tarde em São Paulo, e a posterior intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema eram tidas como certas ontem de manhã tanto pela diretoria do sindicato, como pelos oradores durante a assembléia do Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, reunindo cerca de 40 mil operários.

Assim é que o sindicato distribuiu e leu durante a assembléia um boletim com as orientações a serem seguidas após a intervenção e a tônica dos discursos foi a de que, "haja o que houver, a greve deve continuar até que as reivindicações sejam atendidas".

A assembléia foi aberta, após o Hino Nacional, pelo advogado Maurício Soares de Almeida, que criticou "o acomodamento da justiça do trabalho para o julgamento de processos que interessam aos patrões e a lentidão dos processos dos empregados que levam de quatro até sete anos para serem julgados". Lembrou que em 1978 e no ano passado, os processos impulsionados pelos empresários foram julgados em 24 horas e que o mesmo deveria ocorrer ontem, mas - disse - "Alimento esperanças de que o Tribunal que, há pouco mais de uma semana, considerou-se incompetente para julgar o mérito da greve, desconheça esse processo e mantenha com dignidade a decisão anterior, francamente favorável ao nosso movimento".

João Batista, da Comissão de Salários, disse: "O TRT vai julgar a greve sob pressão do governo, mas ilegal é a miséria da classe trabalhadora, ilegal é esse governo, que não foi eleito pelo povo, ilegais estão os patrões que se recusam a nos dar garantia de emprego e aumento de salário".

Por sua vez, Djalma de Souza Bom, diretor do sindicato lembrou: "Quando iniciamos o movimento, sabíamos dos obstáculos que viriam pela frente. Podem nos chamar de subversivos, de agitadores, mas o fazemos contra a miséria dos trabalhadores e contra a mordomia do governo. O que nos importa é a vontade de cada um e a nossa greve, independente de qualquer julgamento, deve continuar". Em coro os operários repetiram: "A greve continua, porque nosso movimento é justo e legítimo".

Da Comissão de Salário, Cleliwau de "vergonhoso o novo julgamento pelo TRT do nosso movimento grevista. Isso tem que ficar claro - afirmou. Há uma conspiração contra os trabalhadores. Os patrões, usando seu poderio econômico, pressionaram os juizes. Mas nós não vamos aceitar, nem hoje nem nunca esse jogo de cartas marcadas. Já sabemos o que querem o governo e os patrões, mas sabemos mais ainda o que nós queremos. Se a justiça quiser garantir sua honra, deve manter sua sentença, porque nós não acataremos nada que vem de cima e que não represente nossos interesses".

Osmar Mendonça denunciou ainda "pressões da CIA sobre o governo e os patrões, com objetivo de acabar com o movimento sindical de São Bernardo do Campo e Diadema. Mas nós não aceitaremos a intervenção - disse - porque o sindicato representa cada um de

nós. Para acabar com o sindicato será preciso acabar com cada um de nós e com isso acabar com o progresso da nação. Se acabar o sindicato, acabará também a Volkswagen, que representa o Congresso e não ficará pedra sobre pedra nesse Brasil" (nesse momento Luiz Inácio da Silva, presidente do sindicato, deu-lhes um sinal, como que pedindo calma). Por fim disse que quem está sozinho são o governo e os patrões e enumerou as entidades de apoio à greve e as contribuições que vêm sendo feitas.

Luiz Inácio da Silva leu os sete pontos do boletim para orientação em caso de intervenção: "a greve continua, se voltarmos a trabalhar perderemos tudo. Paralisados, venceremos. Só saia de casa para a assembléia. Só confie nas palavras do sindicato. Se membros da diretoria forem presos, mais firmeza ainda. Outros companheiros assumirão a direção da luta. Não acredite em notícias de que a greve acabou; se o sindicato for cercado pela polícia, procure a matriz de São Bernardo onde funciona o fundo de greve; se o Estádio de Vila Euclides for ocupado por tropas militares, nossas assembléias serão realizadas no Paço de São Bernardo; se o Paço for ocupado, procure as igrejas centrais do ABC. Faremos assembléias por bairros; não aceitem provocações. Agitadores da repressão vão se infiltrar em nosso meio para tentar quebrar o caráter pacífico de nossa luta. Eles querem que a gente jogue uma pedra para poderem jogar bombas na gente; visite seus colegas metalúrgicos. Mantenha os firmes; não tenha medo. Pode prender dez, mas somos cem mil. Não há prisão para tanto trabalhador e nem repressão capaz de vencer nossa decisão de lutar até a vitória". O boletim termina com esta frase: "da vitória dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema depende o futuro dos trabalhadores de todo o Brasil".

Em seu discurso, o presidente do sindicato voltou a falar em guerra: "Vamos enfrentar a guerra, porque é mais fácil o Murilo Macedo cair que os trabalhadores caírem". E anunciou a disposição de outras empresas, que, a exemplo da Termomecânica, manifestaram-se dispostas a estabelecer acordo em separado, mas não quis divulgar os nomes, enquanto não forem concluídos os acordos, alegando que as indústrias correriam o risco de serem pressionadas pela Fiesp e pelo governo para não celebrarem os contratos. E lançou um desafio: "O sindicato está mostrando que não é intransigente e aceita negociar com qualquer empresa, em qualquer lugar".

Por fim convocou nova assembléia para amanhã, às 10 horas, "porque - disse - é importante que vocês saibam os resultados do julgamento do TRT e para demonstrar nossa disposição de continuar o movimento".

O número de presentes à assembléia caracteriza uma queda de frequência de metalúrgicos no Estádio de Vila Euclides, em relação à média de 50 mil, registrada na semana passada. Os metalúrgicos de Santo André e São Bernardo do Campo iniciaram ontem a terceira semana de movimento, totalizando 14 dias em greve, nove efetivamente sem trabalho.

PT 1073-131

# Apesar de ilegal, continua a greve de metalúrgicos

Das sucursais e do serviço local

Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema decidiram ontem, em assembleia geral, não aceitar a decisão do TRT, que, na véspera, julgara ilegal a paralisação da categoria, em greve desde 1º de abril. Os operários resolveram, por unanimidade, manifestada com os braços levantados, continuar em greve. Apesar da chuva fina e da ilegalidade decretada pelo TRT, aproximadamente 40 mil metalúrgicos — cerca de 30 mil, nas previsões mais restritas — compareceram à assembleia.

A tônica dos discursos foi de crítica ao TRT, pela "mudança de posição em 15 dias, pressionado pelos patrões e pelo governo". Enilson Simões de Moura, da comissão de salários, atribuiu a "mudança de atitude do tribunal à corrupção pelo ministro Macedo dos Juizes do Trabalho".

"A partir de hoje acabou a pescaria, acabou o descanso. Todos têm de assumir de vez a responsabilidade pela greve, porque pode haver intervenção e prisão dos dirigentes e da comissão de salários. Não temos de temer intimidação ou ameaça. Só voltaremos ao trabalho depois de atendidas nossas reivindicações de 15% de aumento, além do INPC, estabilidade de um ano, entre outras", disse o orador.

Enilson Simões de Moura disse também: "Diante desse julgamento, diante da mais estúpida intransigência dos patrões e da incompetência do Estado, é necessário dizer que a greve a partir de agora é política e nossa disposição tem de dobrar para conseguirmos 15% de aumento, estabilidade no emprego, o delegado sindical. Porque poderão cassar a diretoria, prender os membros da comissão de salários, mas a greve não pode terminar por isso. A

greve só pode acabar depois de conquistado tudo aquilo que reivindicamos".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, deputado federal Benedito Marcílio, presente pela primeira vez na assembleia de Vila Euclides, disse que depois do julgamento do TRT "verificamos onde está a autonomia e independência do Poder Judiciário. Depois disso tudo, pergunto: em quem podemos confiar?". Ele mesmo respondeu: "Temos de confiar na força e organização da classe trabalhadora. Temos de confiar em vocês reunidos aqui em Vila Euclides e em nós, em Santo André".

Referindo-se a Luís Ignácio da Silva como líder nacional e internacional, Benedito Marcílio disse que "temos de lutar contra tudo e contra todos, sob a liderança de homens como o Lula. Temos de mostrar à Nação que o ABC tem 186 favelas e 200 mil favelados; que São Paulo tem 1.200 favelas e o País 20 milhões de crianças abandonadas. A importância da nossa luta está na busca da liberdade e autonomia sindical, na mudança da política salarial imposta por Murillo Macedo, em busca da Central Única de Trabalhadores. Vamos prosseguir na luta até as últimas consequências, mesmo que para isso seja necessário uma greve a nível nacional".

Luís Ignácio da Silva leu documento "Ao Povo Brasileiro", de 115 linhas, em que explica as razões da continuidade da greve. Começa dizendo que os patrões, a polícia, o governo, os tribunais, o rádio, a televisão, os jornais, tudo é utilizado para massacrar homens e mulheres que pacificamente lutam por reivindicações reconhecidas justas. O documento denuncia o movimento e "lamenta tanta incoerência", quando

se refere às duas decisões do TRT. Repudia "o comportamento dos juizes classistas representantes dos trabalhadores, Henrique Vitor, Afonso Teixeira Filho e Antonio Pereira Magaldi, que traíram os trabalhadores. Se eles tivessem votado conosco teríamos vencido mais uma vez".

Mais abaixo afirma que "com sua intransigência os patrões estão cavando sua própria derrocada, juntamente com o capitalismo selvagem que oprime a Pátria. Com suas armas, o governo demonstra sua fraqueza frente aos conflitos sociais e sua incompetência frente aos problemas econômicos. Neste país só não há intransigência e armas para criminosos de terno e gravata, a corrupção que sustenta as mordomias oficiais, o derrame de ações da Vale do Rio Doce, a entrega da Amazônia, a especulação financeira através do aviso prévio da maxidesvalorização do cruzeiro, aumento desenfreado dos juros bancários e dos lucros das empresas".

Termina dizendo que "é inútil tentar nos deter, nos calar, nos abater. Somos multidão. Estamos nas cidades e nos campos, renascemos em nossos filhos. Sabemos que, no futuro, estará em nossas mãos a riqueza que agora produzimos".

Luís Ignácio referiu-se ao ministro do Trabalho, Murillo Macedo, chamando seu sorriso de "mafioso", como que dizendo "agora eu ferro os trabalhadores de São Bernardo e Santo André". Todos os trabalhadores — enfatizou — que estão aqui sabem que a decisão de 140 mil é mais importante que a de 26 pessoas. Vamos continuar parados porque não somos verme, somos seres humanos que temos família e queremos futuro melhor para nossos filhos.

A chuva e os fortes ventos que ocorreram no ABC,

ontem, contribuíram para que fosse bem menor a atuação dos "comandos de vigilância" — piquetes caracterizados —, segundo explicações de diversos diretores de base. Em São Bernardo do Campo, porém, o policiamento foi bem mais intenso que em Santo André. Houve 12 detenções, posteriormente relaxadas, em Santo André e Mauá.

## SANTO ANDRÉ

"É possível que nosso direito de lutar tenha como resposta do governo e dos patrões a intervenção, no sindicato, a prisão de companheiros e o terrorismo da repressão. Paramos as máquinas para que nos ouçam! E continuaremos parados até que parem de usar a força e venham dialogar e democraticamente buscar soluções negociadas." O trecho é de um boletim distribuído pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, aos 5 mil trabalhadores presentes ontem à tarde na assembleia do estádio Jacatuba.

## ALIMENTOS

Cerca de seis toneladas de alimentos foram distribuídas ontem na Igreja Matriz, aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que entram hoje em seu 16º dia de greve. O maior problema enfrentado pela direção do fundo de greve foi o grande número de operários que compareceu à praça da igreja, chegando a formar filas de mais de 500 metros de comprimento. Até às 17 horas, mil famílias haviam sido atendidas.

Em Santo André, com a distribuição sendo feita na Cúria Diocesana, na praça do Carmo, e na Igreja Matriz de Mauá, cerca de 400 famílias de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra já retiraram alimentos arrecadados pelo fundo de greve.

## Macedo já admite a intervenção

Enquanto em São Paulo a Polícia Militar e o Depes entravam em regime de prontidão, em Brasília, ontem à noite, o ministro do

Trabalho, Murillo Macedo, afirmou ao falar do INPC, devido ao fator de acidentalidade, as maiores dificuldades sofridas pelo petróleo no mercado internacional. "Eu nem sei o que isso

PT 1073.131



Trabalho, Murillo Macedo, reuniu a imprensa para admitir a possibilidade de intervenção nos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André. Apesar de a intervenção fazer parte de suas preocupações, Macedo insistiu em que "o que eu quero é o fim da greve e intervenção não se usa para acabar com greves". O contato do ministro do Trabalho com a imprensa ocorreu após ele ter estado com os ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, aos quais apresentou os resultados da decisão do TRT paulista e o quadro do movimento grevista.

Ontem de manhã o ministro do Trabalho estava em São Paulo, depois seguiu para Brasília, sendo que seu plano inicial era regressar a São Paulo, onde manteria novo encontro com empresários. Porém, preferiu permanecer em Brasília, convocou e desconvocou a imprensa; anunciou-se que hoje às 8h30 é que ele concederia entrevista aos jornalistas, no Palácio do Planalto, para finalmente resolver falar ontem à noite mesmo.

Se ocorrer intervenção nos sindicatos do ABC, será, segundo Macedo, resultado da auditoria que mandou proceder, através do DRT, a fim de comprovar se houve ou não incitamento à greve, por parte dos dirigentes sindicais. E revelou que hoje mesmo retornará a São Paulo, onde pretende continuar acompanhando o movimento grevista; só voltará definitivamente a Brasília com o término da greve dos metalúrgicos.

Na opinião do ministro do Trabalho, a greve deverá terminar em Santo André até o final da semana, em virtude do reforço de policiamento e da proteção àqueles que querem trabalhar. Relativamente a São Bernardo, Macedo não fez previsões, lamentando apenas que as conquistas dos trabalhadores com relação à produtividade e também ao INPC venham a ser perdidas em poucos dias, com a continuidade do movimento pavidista ilegal.

"É triste ver como determinadas lideranças conduzem seus liderados de forma que só prejudica a categoria. Eles, os dirigentes, sabem que os dias parados não serão pagos", comentou.

#### POLÍTICA SALARIAL

Até o final da tarde, o ministro do Trabalho não conhecia, segundo ele próprio disse, a proposta do ministro Delfim Netto de re-

significar em termos quantitativos e numéricos com relação ao INPC, afirmou o ministro do Trabalho.

Murillo Macedo continua achando que a atual política salarial veio "ajudar muito ao trabalhador, entre outras coisas, porque estimula a negociação". Continua com o pensamento de que a atual greve não é consequência da nova política salarial, uma vez que as reivindicações salariais foram resolvidas por meio de negociações e que os trabalhadores agora se batem por questões políticas relativas à estabilidade no emprego. Apesar de a estabilidade ser um assunto importante, disse Macedo, mais importante no momento é cumprir a lei.

#### EM SÃO PAULO

"Tirem vocês mesmo as suas conclusões", respondeu irritado o ministro do Trabalho, Murillo Macedo, ao ser solicitado ontem cedo pelos jornalistas a explicar melhor sua afirmativa de que "os líderes sindicais do ABC estão defendendo causas que não são as dos trabalhadores". Em seguida, dando por encerrada a entrevista, ele deixou seu gabinete em São Paulo, onde chegara pouco antes das 10 horas, e foi para Brasília, já por volta das 12h30.

Embora continuasse insistindo que ainda não havia pensado sobre a possibilidade de intervenção dos sindicatos de Santo André e São Bernardo, Macedo admitiu que tal hipótese não estava afastada e criticou os dirigentes sindicais: "Eles estão agindo como no ano passado, quando insistiram em continuar uma greve ilegal e os trabalhadores praticamente perderam o aumento conquistado, com o desconto dos dias parados."

Para o ministro, não resta dúvidas de que, diante da última decisão da Justiça, os dias parados não serão pagos pelas empresas. Quanto à possibilidade de demissões, garantiu que não as permitirá em massa, acrescentando que esse temor dos trabalhadores é infundado, já que o ABC tem "carência de mão-de-obra metalúrgica". O índice de rotatividade na região, segundo o ministro, é de 0,5%, isto é, "praticamente a rotatividade não existe".

Indagado sobre o reforço do policiamento no ABC, o ministro afirmou estar tranquilo, pois "o policiamento será maior agora para garantir a entrada nas fábricas dos que desejarem voltar ao trabalho". Repressão, segundo Macedo, não haverá, mas, sim, "proteção ao trabalhador" através de um "policiamento ordeiro e tranquilo".



Foto Clovis Cranchi Sobrinho

Nas assembleias do ABC, intervenção é tida como certa

## De Nigris anuncia medidas punitivas

"A comissão de negociação do Grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp — deverá reunir-se hoje à tarde com os presidentes dos 22 sindicatos patronais dos setores mecânico, metalúrgico e de material elétrico da indústria paulista, para analisar a situação da greve e possivelmente estudar medidas punitivas aos grevistas." Esta informação foi dada ontem pelo presidente da Fiesp, Theobaldo De Nigris. Segundo ele, "haverá punições, mas sem injustiça, isto é, serão punidos os mentores do movimento e não os que apenas aderiram a ele."

O representante do Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo na comissão de negociação, Walter Sacca, desmentiu a informação do presidente da Fiesp, afirmando que a reunião será apenas para "um contato com os presidentes de sindicatos" — a primeira desde o início da greve — e também para "algumas orientações a determinados sindicatos, que têm problemas específicos em seu setor".

Walter Sacca disse ainda que "a comissão do Grupo 14 continuará tentando, por meio de anúncios em jornais, demover os trabalhadores da idéia de continuarem em greve, pois tratar-se de um movimento político, irresponsável e cuja causa é a projeção pessoal de seus líderes". De acordo com o empresário, a orientação da comissão "é apenas com relação ao não pagamento dos dias parados e de pedir aos órgãos competentes segurança para aqueles que quiserem trabalhar, pois a incidência de piquetes está aumentando".

#### FIAT

A greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Santo André ainda não afetou a produção da Fiat, em Betim (MG), mas a empresa admitiu que se a paralisação continuar a produção poderá ser prejudicada, por falta de peças. A Fiat se preparou para enfrentar a greve dos metalúrgicos do ABC e reforçou os seus estoques de autopeças, mas atualmente não está havendo reposição de peças. PT 1073.131



Comitê de Notícias  
p. Operários  
16 04 80  
Trabalho

## Operários de convés ameaçam

Brasília - Os marítimos ameaçam parar suas atividades, caso os armadores, num prazo de 30 dias não passem a pagar o adicional de insalubridade, igual a 20% do valor do salário. Os marítimos sustentam a exigência em parecer assinado pelo próprio ministro do Trabalho, Murilo Macedo, baseado em pesquisas da Fundação Centro de Higiene e Segurança do Trabalho - Fundacentro - sobre as condições de trabalho do pessoal de convés.

Romulo de Almeida, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, esteve ontem reunido com o secretário de relações humanas, Alencar Rossi, a quem transmitiu a disposição da categoria e pediu a atuação do Ministério junto aos armadores, que, segundo ele, "estão dizendo que o parecer do ministro Murilo Macedo é confuso".

Os marítimos já tiveram direito ao adicional de insalubridade em 1963 e, posteriormente, em 1965, perderam este direito por decisão do Tribunal Superior do Trabalho, que julgou a conquista do adicional baseado em pressão e não em constatação técnica de condições de insalubridade.

## Comissão de trabalho protesta

Brasília - Os integrantes do "Grupo de Trabalho" dos partidos de oposição não pretendem aceitar pacificamente a "decisão política" do senador Luiz Viana, presidente do Congresso, de assegurar a ordem cronológica anterior às emendas que perderam o apoio de um terço de cada casa para ser formalizada.

"O prazo de uma semana para a recomposição já não é correto e a preservação no lugar de registro demonstra à falta de isenção da presidência do senado" - disse o deputado Pimental da Veiga (PMDB-MG).

Os líderes da oposição não discordam da permissão para que os autores das emendas constitucionais se reapresentem, depois de completar o quorum de um terço.

# Greve agora é política

A decisão do TRT semeou revolta entre os metalúrgicos. A greve persiste, e agora é política, diz Lula em seu manifesto

Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema decidiram hoje, em assembléia geral, não acatar a decisão do Tribunal Regional do Trabalho, que considerou ilegal a paralisação da categoria, em greve desde 1º de abril. Os operários resolveram, por unanimidade, manifestada com os braços levantados, continuar o movimento.

Apesar da chuva fina e da ilegalidade decretada pelo TRT, aproximadamente 40 mil metalúrgicos - cerca de 30 mil



LULA  
"Líder nacional e internacional"

nas previsões mais restritas - compareceram à assembléia e por diversas vezes pronunciaram em coro palavras de ordem favoráveis ao prosseguimento da paralisação, como "a greve começa hoje", dita pelo presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva, "a greve continua e Murilo Macedo tem que ir pra rua", "trabalhador unido jamais será vencido", "Lula, Lula, Lula", "a greve continua", foram os slogans mais repetidos durante uma hora de assembléia, em vez que a tônica dos discursos era de crítica ao TRT pela "mudança de posição em quinze dias, pressionado pelos patrões e pelo governo". Enilson Simões de Moura, da Comissão de Salários, atribuiu a "mudança de atitude do Tribunal à corrupção pelo ministro Macedo dos juizes do trabalho".

Quando Osmar Mendonça iniciou a assembléia anunciando o julgamento da greve - "sob pressão do governo e dos patrões" - houve uma vaia geral. A seguir convocou os grevistas a julgarem ilegal o ato do TRT e obteve como resposta a unanimidade dos braços erguidos. "A partir de hoje acabou a pescaria, acabou o descanso. Todos têm que assumir de vez a responsabilidade pela greve, porque pode haver intervenção e prisão dos dirigentes e da

comissão de salários. Não temos que temer intimidação ou ameaça. Só voltaremos ao trabalho depois de atendidas nossas reivindicações".

### Santo André

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, deputado federal Benedito Marcílio, presente pela primeira vez à assembléia de Vila Euclides, disse que, depois do julgamento de ontem do TRT, "verificamos onde está a autonomia e independência do poder judiciário. Depois disso tudo, pergunto: Em quem podemos confiar? Ele mesmo respondeu: "temos que confiar na força e organização da classe trabalhadora. Temos que confiar em vocês reunidos aqui em Vila Euclides e em nós, em Santo André".

Referindo-se a Luiz Inácio da Silva, como líder nacional e internacional, Benedito Marcílio disse: "temos que lutar contra tudo e contra todos, sob a liderança de homens como o Lula. Temos que mostrar à Nação que o ABC tem 186 favelas e 200 mil favelados, que São Paulo tem 1.200 favelas e o país 20 milhões de crianças abandonadas. A importância da nossa luta está na

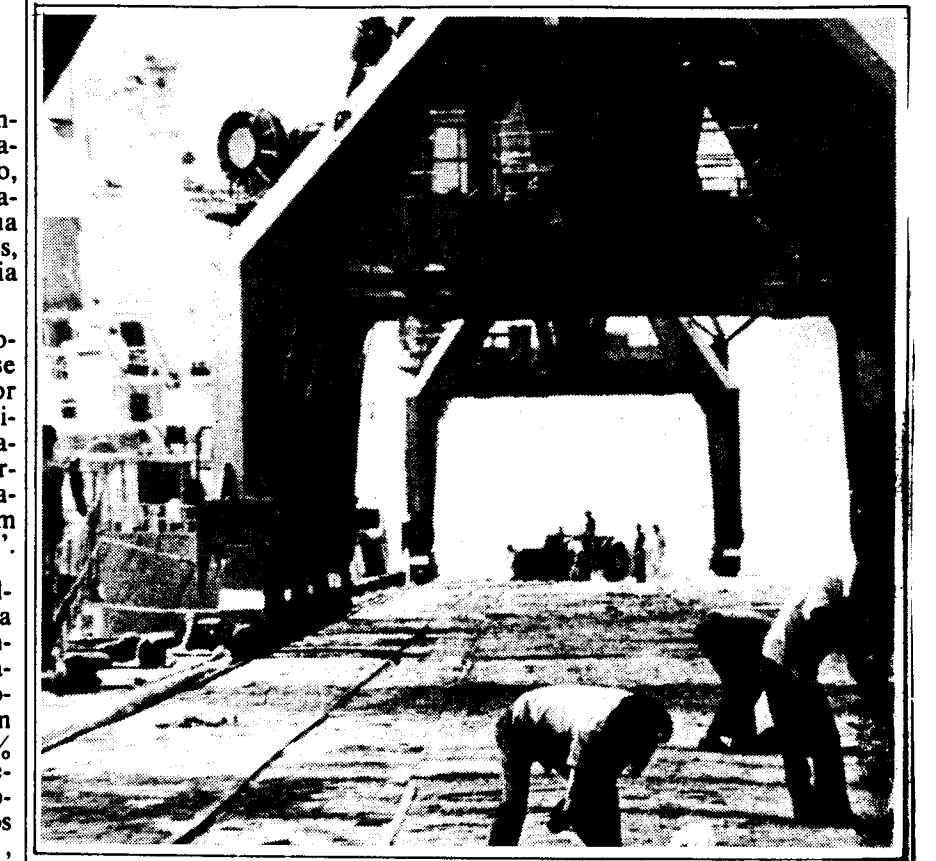
busca da liberdade e autonomia sindical, na mudança da política salarial imposta por Murilo Macedo, em busca da Central Única de Trabalhadores. Vamos prosseguir na luta até as últimas consequências, mesmo que para isso seja necessária uma greve a nível nacional".

Enilson Simões de Moura, da Comissão de Salários disse: que, "se São Paulo tivesse um governador responsável, pediria a ele que explicasse a presença de policiais armados de fuzis com baionetas nas portas das fábricas, para ferir trabalhadores que procuram conversar com seus companheiros sobre a greve".

E acrescentou: "Diante desse julgamento, diante da mais estúpida intransigência dos patrões e da incompetência do estado, é necessário dizer que a greve a partir de agora é política e nossa disposição tem que dobrar para conseguirmos 15% de aumento, estabilidade no emprego, o delegado sindical. Porque poderemos cassar a diretoria, prender os membros da Comissão de Salários, mas a greve não pode terminar por isso. A greve só pode acabar depois de conquistado tudo aquilo que reivindicamos".

Luiz Inácio da Silva, presidente do sindicato leu documento "Ao Povo Brasileiro", de 115 linhas, em que explica as razões da continuidade da greve. Começa dizendo que "os patrões, a polícia, o governo, os tribunais, o rádio, a televisão, os jornais, tudo é utilizado para massacrar homens e mulheres que praticamente lutam por reivindicações reconhecidamente justas. Estão jogando tudo contra nosso movimento, como se fôssemos inimigos da pátria, ladrões, assassinos". O documento historia o movimento e "lamenta tanta incoerência", quando se refere às duas sentenças do TRT. E "repudia o comportamento dos juizes classistas, representantes dos trabalhadores, Henrique Victor, Afonso Teixeira Filho e Antonio Pereira Magaldi, que traíram os trabalhadores. Se eles tivessem votado conosco teríamos vencido mais uma vez". "Frente à aberração do Tribunal e à traição dos pelegos, nossa assembléia tomou uma decisão, a única que poderia tomar".

## Porto de Santos pode parar de novo. E logo



PORTUARIOS  
Podem parar em Santos

São Paulo - Uma nova greve poderá paralisar o porto de Santos ainda neste mês. Essa possibilidade foi reconhecida ontem pelo presidente do sindicato dos motoristas e guindastes do porto, Antonio Germano Nascimento Filho, em razão do descontentamento demonstrado pela categoria quanto as datas de pagamento das diferenças do reajuste salarial dos meses de janeiro, fevereiro e março.

"O documento de acordo salarial, assinado ao final da greve, no mês passado, determina que essas parcelas serão pagas em três vezes consecutivas, a partir de 20 de maio. Mas o pessoal parece não ter prestado atenção a esse detalhe e está querendo receber a partir do próximo dia 20. Não adianta mostrar o documento, nem explicar que o acordo está feito, pois muitos deles já falam em paralisar novamente as atividades, se não receberem até aquela data", explicou o dirigente sindical.

As diretorias dos quatro sindicatos, que fizeram a greve de março, especialmente as dos sindicatos dos portuários, motoristas em guindastes e dos condutores de veículos rodoviários, têm atendido, diariamente, a centenas de associados que vão reclamar o pagamento das diferenças e contar que existe muita insatisfação no cais.

Por causa disso, Antonio Germano Nascimento Filho decidiu colocar o assunto em discussão numa reunião que houve ontem à noite entre os quatro sindicatos.

Ele afirma que "é preciso tomar uma posição, pois de um lado há a pressão dos trabalhadores e, do outro, a Companhia Docas, que já informou que o pagamento só sairá no mês que vem. O acordo tem que ser cumprido, mas precisamos estar preparados para uma solução no caso de acontecer um movimento de greve partido das bases".

JORNAL: *Justiça do povo*  
P. *Opções*  
16.04.82

433

# Novo diretor para o Goethe Institut sairá esta semana

Ainda esta semana o Paraná conhecerá o novo diretor do "Goethe Institut", que virá nomeado pelo organismo sediado em Munich na Alemanha. Substituirá ao senhor Helmut Liede, que neste domingo viajou, às 17 horas, para Buenos Aires e de lá para o Canadá, onde já está indicado para dirigir o Instituto na cidade de Ontário.

Helmut Liede, que teve na linguista Heidede Liede (sua mulher) a principal assessora durante os anos que serviu no Paraná, deixa muitos amigos e constituiu-se entre os que ajudaram a melhorar o panorama cultural, especialmente em Curitiba. Por isso mesmo, sai desta Capital festejado e até com o título de cidadania honorária.

mesmo outras entidades congêneres locais e nacionais. A base das contribuições apresentadas é sempre no sentido de mostrar algo de vanguarda e que se constitua atração mundial; auxiliar na preparação de recursos humanos para os diversos setores da sociedade e projetar também os grupos que se revelam no Brasil.

O trabalho desse instituto cultural brasileiro-germânico é estabelecido previamente e representa um programa anual com raras mudanças. Por isso mesmo o novo diretor que poderá assumir o cargo esta semana desempenhará a execução de projetos pelo que se sabe até os próximos meses. Está prevista a vinda de diversas orquestras e grupos musicais de vanguarda, lançamento de filmes e exposições.

### IMPORTANTE

Hoje em dia o Goethe Institut representa o organismo que mais promoções realiza no cenário cultural, tanto em qualidade como em número, superando

A primeira realização após a saída de Liede será a partir de quarta-feira próxima, dia 16 de abril, até o dia 30, a exposição de Dierk Engelken. Apresentará 50 trabalhos de gravuras, serigrafias e desenhos, no Museu de Arte Contemporânea.

# Engelken expõe 50 obras no Museu de Arte Contemporânea

Bico de pena e lápis são dois instrumentos que Dierk Engelken, um artista alemão de 39 anos emprega para elaborar cerca de 50 quadros de gravuras, serigrafias e desenhos que a partir desta quarta-feira estarão expostos no Museu de Arte Contemporânea, à Rua Desembargador Westphalen n.º 15, em Curitiba. A amostra já vem sendo exibida em diversas capitais do Brasil e transmite entre outras mensagens um estímulo a todo iniciante ou admirador das artes.

### ARTE ALEMÃ



De segunda a sexta-feira os curitibanos poderão apreciar os trabalhos de Engelken natural da Prússia Ocidental. O horário costumeiro será de 8h30min às 18 horas mas domingo também o Museu ficará aberto das 14 às 18 horas. O que prova o artista é que com esses instrumentos simples é possível criar uma variação quase interminável de expressões assim como o faz deixando registrados momentos da própria vida que leva na Alemanha.

### O ARTISTA

Engelken é de 1941 e nos anos 1960 frequentou a Universidade de Bonn e a Academia de Arte de Dusseldorf. Em 1969 recebeu distinção naquela Academia por méritos como pintor e escultor. Esboços e notas que fazia para praticar a escultura e a pintura foram o motivo principal de ter se despertado para o desenho e as demais manifestações que o evidenciam agora.

Os claro-escuros, moldes e contornos são detalhes que completam a expressividade da obra desse artista alemão. Diz o autor que "pinta com lápis afiado e pincel de ponta bem fina" para poder encontrar o grande número de tons, que normalmente só conseguiria usando o pincel. Usando a pena intermitentemente, assim como se fizesse traços, chega à precisão das formas e riquezas de tonalidade, transparecendo o trabalho artesanal que dá o produto a ser observado na exposição à disposição dos curitibanos.

No MAM, a partir de hoje, as obras de Dierk Engelken.

# Novo Pró-Reitor

# Palestras enfocam

mil, até o fim do ano.

PT 1073.13J

# Sindicatos afirmam que a greve no ABC subiu para 90%

Santo André, SP — Foto de Ariovaldo dos Santos

**São Paulo** — A greve dos metalúrgicos do ABC aumentou ontem, informaram os sindicatos de São Bernardo e Santo André, com confirmação da maioria das grandes fábricas (embora tenham divulgado dados com redução na greve). A indústria automobilística e outras de grande porte continuam paradas, com aumento da adesão também nas pequenas e médias empresas.

O sindicato de São Bernardo verificou o aumento da greve de manhã, o que se repetiu no turno vespertino, o que elevou o cálculo da adesão a 90% nas 670 empresas da região, com apoio até de mensalistas. Uma explicação: reação à demissão de grevistas que estavam voltando ao trabalho.

## Assembléia

Em Santo André, 9 mil metalúrgicos decidiram manter a greve, em assembléia no Estádio Jacatuba. O presidente do Sindicato, Benedito Marcílio (deputado federal do PTB) afirmou: "A greve continua com um nível de adesão de 70% e com tendência a crescer. Isso prova que o Sr Murilo Macedo está mal-informado ao dizer que o nosso movimento será esvaziado. Nós só vamos

voltar ao trabalho quando conseguirmos o aumento e a garantia de emprego".

Os metalúrgicos mostraram disposição de manter a greve por mais 20 ou 30 dias", com propostas para a formação de grandes piquetes, capazes de garantir uma paralisação de 90%. A região de Santo André tem 800 indústrias; a maior é a Cofap, que tem em greve 90% de seus 7 mil 500 operários. A paralisação foi de 90-100% na Elevadores Otis, General Electric, Isan, Chrysler e Philips.

O Sr Benedito Marcílio informou que foi procurado e mantém entendimentos com quatro empresas, para a realização de acordos separados, mas só divulgará os nomes delas hoje ou amanhã. Os acordos, acrescentou, serão idênticos aos firmados com a Termomecânica e o Sindicato de São Bernardo.

Segundo os sindicatos, a produção está paralisada nas seguintes empresas: Ford (12 mil operários, 10% trabalhando); Mercedes (16 mil 500, 15% trabalhando), SAAB-Scania (2 mil 800, 26,6%), Chrysler (1 mil 200 horas, 9% trabalhando), Volkswagen (37 mil, 20%), Equipamentos Villares (2 mil 695, 25%), Brastemp (4 mil 665, 10%).

## Lula não sabe o que o DOPS quer

O dirigente sindical Luís Inácio da Silva disse, ontem, desconhecer os motivos pelos quais os integrantes do fundo de greve foram intimados pelo DOPS. "Eu acho que se for para prestar contas, esta deve ser feita à diretoria e não à polícia" comentou.

"Assim como não foi quebrado o sigilo da maxi-desvalorização do cruzeiro, também não temos porque revelar o dinheiro que o fundo de greve tem", observou. Dois diretores do sindicato, Srs Djalma de Souza Bom e Gilson Dias Medeiros, fazem parte do fundo de greve.

## Prisões

Com relação à prisão de 22 metalúrgicos, ontem à tarde em São Bernardo, Lula disse que vai tentar um contato com o Secretário da Segurança, Desembargador Octávio Gonzaga Júnior, para expor sua preocupação quanto à violência da polícia.

"Com a violência que a polícia vem agindo contra os trabalhadores, isso poderá provocar uma reação incontrollável. E a forma, sem nenhum critério dos policiais, prendendo nas ruas inclusive quem se encontra próximo aos metalúrgicos, tem por objetivo insinuar a existência de pessoas estranhas ao movimento. Até parece que estamos em estado de sítio, pois a polícia deveria preservar o patrimônio das empresas e não ficar espancando trabalhadores na rua."

O policiamento nas fábricas aumentou ontem, dobrando o número de PMs diante das de pequeno e médio porte (até então ficavam quatro ou cinco). Aumentou também o número de prisões, ainda na madrugada.

A polícia, por exemplo, deteve 14 metalúrgicos, de um grupo de 30 (a maioria da Mercedes, Volkswagen e Borg Werner), que estavam perto de uma lanchonete do Jardim Calux, em São Bernardo, organizando um piquete. Dois metalúrgicos contaram aos advogados do sindicato que foram encosta-

O sindicato de São Bernardo informou que os 14 metalúrgicos detidos pela manhã foram liberados nas primeiras horas da noite de ontem. Para livrar o metalúrgico Narruda Paulo Valadares, o sindicato pagou fiança de Cr\$ 8 mil no 1º Distrito Policial, pois fora instaurado inquérito e lavrado flagrante.

Segundo a polícia, o operário estava bloqueando a entrada de trabalhadores em fábricas no bairro de Piraporinha, configurando incitamento à greve. No final da tarde de ontem, o sindicato de São Bernardo recebeu uma intimação da Delegacia Seccional do DOPS solicitando o comparecimento dos integrantes do fundo de greve para prestarem depoimento hoje.

O Secretário de Segurança de São Paulo, Desembargador Octávio Gonzaga Júnior, considerou o dia de ontem "menos tenso que o anterior", e duvidou que o desenvolvimento da greve venha a exigir "medidas anormais por parte do policiamento preventivo".

"O comportamento da polícia acompanhará o comportamento dos grevistas, e muitos dos assuntos que interessam aos jornalistas que me procuram estão ligados às atividades do Ministério do Trabalho, e não a mim", acrescentou.

O diretor do DOPS, delegado Romeu Tuma, ainda na manhã de ontem afirmou: "Os incidentes em São Bernardo do Campo não exigiram mais que o envio de um delegado do DOPS, a fim de acompanhar as providências de praxe por parte da autoridade policial de São Bernardo do Campo".

## Fundo de greve

No terceiro dia de atuação, o fundo de greve dos metalúrgicos de São Bernardo distribuiu gêneros alimentícios para aproximadamente 750 famílias. Instalado na Igreja Matriz, o fundo dispôs ontem de mais trabalhadores para os serviços de triagem e distribuição.

Até à noite, os organizadores não sabiam informar quanto já fora gasto da verba de



O aumento do policiamento diante da Sermar, como em toda a região grevista, dificultou o pagamento dos operários

## Empresário afirma que faltou diálogo

O presidente da Ford do Brasil, Lindsay Halstead, disse ontem que "a greve dos metalúrgicos do ABC ocorreu devido à falha de comunicação, tanto do lado empresarial, quanto dos sindicatos operários. A falha existiu e está causando a atual situação".

Explicou que a indústria automobilística não tem seguro contra os prejuízos do movimento grevista, nem contra lucros cessantes. "O único seguro é a paralisação da greve e o reinício imediato das atividades".

## Prejuízo

Lembrou que, se os operários voltarem a trabalhar ainda nesta semana, "haverá condições de se recuperar o que deixou de ser produzido. Caso contrário, o prejuízo será total, mesmo para a indústria. Não há seguro algum a nosso favor, só o trabalho nos salvará de prejuízos maiores".

O Sr Lindsay Halstead, ex-presidente da Ford do México, relacionou a greve atual com as que assistiu naquele país, comentando: "Não há nada comparável, nos seis países pelos quais passei, com o que ocorre por aqui. Nunca vi algo como o que se sucede no Brasil".

"Só posso culpar a falta de diálogo como a responsável pela situação atual. Houve uma conversa que não redundou em nada; posteriormente, a greve é decretada ilegal, e os sindicatos fazem novas reivindicações".

Para ele, "em país algum do mundo há estabilidade de um ano. Imagine que nem eu tenho estabilidade; tenho que trabalhar para me manter na atual posição. Não há estabilidade desse tipo em lugar algum".

## II Exército acha que Lula deve parar greve

"Lula teve um momento feliz para parar a greve, quando o Tribunal Regional do Trabalho julgou-se incompetente para determinar a legalidade ou não do movimento. Poderia ainda fazê-lo agora, quando foi decretada a ilegalidade. Não o fazendo, demonstra inabilidade ou segundas intenções. Então, o problema será dele, não nosso.

A declaração foi dada ontem pelo Comandante do II Exército, General Milton Tavares de Souza. Como passou a tarde fora do QG do Ibirá-

puera, logo apareceram boatos de que estaria tratando com autoridades a greve dos metalúrgicos. Mas, às 17h, o General voltou a seu gabinete e declarou:

"Não tenho mantido reuniões com o Ministro Murilo Macedo, ou qualquer outra autoridade, tendo como objetivo a greve dos metalúrgicos. Mais uma vez esclareço a vocês ser aquele um assunto de alçada do Governo estadual. Se houver tumulto, caos, assim, solicitados, poderemos atuar. Por enquanto, o Exército apenas acompanha a greve, como observador".

## Macedo vê movimento no fim em Santo André

"A greve em Santo André está acabando, mas em São Bernardo não houve alteração", anunciou ontem à noite o Ministro do Trabalho, Muri-

- 1) A greve é ilegal. E o operário passar fome é ilegal?
- 2) Por que todas as greves são consideradas ilegais?
- 3) Eu gostaria que o Sr des-

## Trabalhadores vão recorrer

**São Paulo** — Publicado ontem o acórdão sobre a ilegalidade da greve dos metalúrgicos no Diário Oficial do Estado, as partes envolvidas no processo 1064/80 terão agora oito dias para a entrada de recursos. Os sindicatos dos trabalhadores recorrerão, anunciou o advogado Almir Pazzianotto.

Os advogados do Grupo 14 não recorrerão, já que partiu deles a petição que originou o julgamento da greve dos metalúrgicos. A Procuradoria Regional do Trabalho, nesse processo, não deverá recorrer.

Já no processo original, nº 058/80, que julgou o dissídio coletivo, empregados e a Procuradoria recorreram, enquanto a FIESP anunciou que o fará, já que os embargos declaratórios apresentados foram deferidos apenas em parte pelo TRT.



estavam 10 soldados armados de ruzis) e para a Veraneio do Tático Móvel nº 213.

As 17h, 22 metalúrgicos foram presos na Av. Castello Branco, também em São Bernardo, sob acusação de organizarem piquetes. Operários contaram no sindicato que a polícia espancou o grupo e transeuntes, além de dar tiros para o alto. Diretores do sindicato estiveram no 3º Distrito Policial, que só liberará os detidos após depoimento e comprovação de que não tiveram comprometimento com piquetes.

## Intervenção foi apenas um susto

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e seu presidente, Sr Luis Inácio da Silva, viveram momentos de tensão na madrugada de ontem, depois que a Rádio Tupi de São Paulo noticiou às 3h40m que o Ministro do Trabalho decretara intervenção na entidade, após reunião com os Ministros Golbery do Couto e Silva e Delfim Neto, encerrada uma hora antes em Brasília.

A notícia não se confirmou, mas enquanto buscava informações em redações de jornais, rádios e televisões, o sindicato viveu horas de grande agitação. A polícia era aguardada e, às 4h20m, Lula se reuniu, a portas fechadas, com parlamentares e membros da Comissão de Salários e do Comitê de Solidariedade a Greve.

### Intervenção

Pouco mais de 100 pessoas estavam no sindicato na madrugada, jogando truco, buraco e dominó ou conversando em pequenos grupos. Lula jogava buraco em sua sala, com o coordenador nacional do PT, Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, e com dois jornalistas.

O rádio estava em sua mesa. Ao ouvir a notícia, Lula se manteve impassível. Não fez comentário e prosseguiu o jogo por mais uma mão. "Estou nervoso à beça," ironizou, tentando disfarçar o nervosismo.

A sala já fora invadida por 28 jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas. Sempre brincando, mal escondendo a tensão, concordou em posar, em sua mesa, "com a cabeça levantada", "com cara de bravo". Depois comentou que se ganhasse Cr\$ 0,50 por fotografia, "estaria rico".

### Esvaziar gavetas

Em seguida ele começou a brigar com companheiros da diretoria do sindicato, recomendando-lhes que arrumassem a sala. "É preciso botar isso aqui em ordem, para quando o interventor chegar. Se não, que

impressão ele vai ter da gente?". Ato contínuo, começou a esvaziar os cinzeiros, guardar os baralhos e jogar no lixo os copos de plástico em que tomara café.

Seu assessor de imprensa, Sr Julio de Gramont, telefonou para uma redação em Brasília e não conseguiu confirmar a intervenção, mas soube que havia "realmente algo no ar". Lula pediu então aos jornalistas que deixassem sua sala e se reuniu com o Deputado federal Antônio Carlos (PT-MS), o Deputado estadual Geraldo Siqueira (PT), o Sr Jacó Bittar, Júlio de Gramont, dois membros da Comissão de Salários e com uma representante da UEE e quatro diretores do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que integram o Comitê de Solidariedade a Greve.

A reunião durou uma hora e às 5h20m, quando havia praticamente a certeza de que a intervenção não fora decretada, Lula dormiu em sua sala. Às 7h30m foi para casa, mas antes mostrou uma pasta de executivo aos jornalistas, dizendo: "Esta pasta já levou papéis que fizeram misérias em Brasília."

### Expectativa na DRT

A DRT-SP passou um dia de expectativa ontem, diante da possibilidade de o Ministro do Trabalho decretar intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, pois, neste caso, teria de tomar as providências administrativas.

As 19h30m, ao deixar seu gabinete, o delegado regional do Trabalho, Ricardo Nacim Saad, garantiu não ter recebido orientação do Ministro Murilo Macedo sobre intervenção: "A preocupação do Ministro e também a minha é uma só, acabar com o movimento grevista".

Quanto ao relatório da Comissão de Sindicância da DRT — concluído na semana passada e que pode indicar o incitamento da greve dos metalúrgicos, o delegado reiterou que ainda não o encaminhou ao Ministro, e "isso só o farei oportunamente".

Brasília — Os estoques das revendas de automóveis estão esgotados, mesmo com a transferência dos veículos que sobraram no mês passado, em razão da paralisação da produção na indústria automobilística, disse ontem o presidente da Abrave (Associação Brasileira de Distribuidores de Veículos), Renato Ferrari.

Essa situação fez com que a rede revendedora deixasse de faturar, apenas nos primeiros 10 dias de greve, Cr\$ 5 bilhões 750 milhões, equivalente ao adicional de 15% correspondente à margem de lucro das revendas sobre os preços de fábrica, disse o Sr Ferrari, que não se arriscou a fazer uma estimativa dos prejuízos globais.

## FIESP pede crédito para cobrir débito

A FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) solicitou ontem ao Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que encaminhe aos Ministros da área econômica, o pedido de criação de créditos especiais para as pequenas e médias indústrias afetadas pela greve no ABC, assim como a operação por promissórias em substituição às duplicatas.

A entidade pediu também que o Governo escalone o pagamento de impostos, pois as empresas menores estão sem recursos. Dis 18 haverá pagamento de vales aos empregados, o que deixará os empresários em má situação, pois o capital de giro praticamente inexistente. A FIESP prometeu ao Governo continuar estudando formas para auxiliar as indústrias do ABC, grandes ou pequenas.

### Sem punição

São Paulo — A possibilidade de punição aos grevistas chegou a ser levantada ontem na reunião do Grupo 14, mas foi rejeitada para não acirrar os ânimos. O empresário Roberto Della Manna, membro da Comissão de Negociação, assegurou: "Não haverá punições, todos os empregados serão muito bem recebidos".

A Comissão de Negociação se reuniu por duas horas com representantes dos 22 sindicatos que integram o Grupo 14, para esclarecimentos e uma avaliação. O presidente da FIESP, Theobaldo de Nigris, que levantara na véspera a possibilidade de punição, disse que fora "mal interpretado". Um membro da Comissão garantiu: "Não há espírito de revanchismo; não haverá dispensa em massa, não haverá castigo".

"Infelizmente, sou obrigado a desmentir o presidente da Federação, se ele disse isso. Não haverá punição", afirmou o Sr Nildo Mazini, membro da Comissão de Negociação, ao ser indagado sobre as declarações do Sr Theobaldo de Nigris, que, em seu gabinete, retificava as afirmações: "Fui mal interpretado. A punição se aplica a quem não cumprir a lei. Mas não cabe à FIESP tomar nenhuma decisão. Essa é um problema de cada empresário, isoladamente."

Reafirmando a posição de que não serão reabertas as negociações, nem pagos os dias parados, os empresários comentaram, também, os anúncios feitos ontem por algumas indústrias automobilísticas, sobre a existência de vagas: "É um direito das empresas, dentro da rotina normal de recrutamento. Como as indústrias perderam produção, talvez tenham de contratar mais gente", afirmou o Sr Della Manna.

Enquanto o empresário Claudio Robles lembrava que a rotatividade na área, em 1979, foi 20% inferior a de 1978, "apesar da greve", o Sr Roberto Della Manna insistia: "A posição da Comissão é de que os trabalhadores voltem ao trabalho, pois serão muito bem recebidos". "Não temos interesse em dispensar mão-de-obra especializada. Não podemos negociar a sentença do Tribunal. Os líderes é que estão incitando à greve e não podemos negociar com eles. Não queremos fazer confronto. Talvez eles estejam fazendo".

### Intransigência

"Lula foi intransigente", afirmou ontem o presidente do Grupo Votorantim, José Ermírio de Moraes Filho, ao comentar o movimento grevista do ABC. Observou, porém, que "em si, a greve é uma instituição que deve ser respeitada. Ela só não existe em países comunistas. Na greve atual, há muita intransigência por parte dos trabalhadores".

Disse ainda: "Se os trabalhadores somarem o que ganharam, verão que tiveram vantagens e que qualquer decisão da Justiça do Trabalho não repará o que estão perdendo com os dias parados".

cidade, deu índices de comparecimento de duas empresas: 65% na Cofap e 99% na Eaton.

O Ministro chegou a São Paulo às 11h15m e foi para seu gabinete no início da tarde, negando que no intervalo estivesse se reunindo com o Comandante do II Exército. Em dois contatos com a imprensa negou estar demissionário ("já estou cansado de desmentir isso") e que não pensava em intervenção nos sindicatos, hipótese que admitiu como válida.

### DÚVIDAS OPERÁRIAS

Após concordar em responder a perguntas de 13 metalúrgicos, gravadas em São Bernardo pela TV Globo, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, mudou de disposição. À noite explicou: "Não vi as perguntas. Mas estou sempre aberto a respondê-las. Hoje (ontem), não tive mesmo tempo".

As perguntas foram colhidas pela equipe do programa Bom dia São Paulo na fila de mantimentos do sindicato, para a edição de hoje. O Ministro gostou da ideia e até convocou emissoras de rádio para divulgar a resposta. Assessor explicou que ele iria respondê-las porque "está disposto a acabar com a greve".

As perguntas foram:

1) Se o Sr tivesse uma filha com Cr\$ 5 mil e 100 por mês?

4) Quando some o leite e o óleo, os patrões estão em greve. Por que essa greve nunca é decretada ilegal?

5) Seu Murilo! Se o Sr fosse metalúrgico como eu e ganhasse Cr\$ 8 mil como eu, o Sr furaria a greve ou acompanharia a maioria?

6) O Sr sabe que nós estamos em greve para garantir o pão dos nossos filhos?

7) Eu ganho Cr\$ 4 mil por mês. Pago aluguel. Dá para viver?

8) Se o Sr tivesse uma filha da minha idade, que ganhava Cr\$ 4 mil, trabalhava 11 horas por dia, o que o Sr fazia: era contra ou a favor da greve?

9) Como o Sr faria, se tivesse faltado alimento em sua casa para dar a seus filhos?

10) O Sr aceitaria um convite para participar de uma assembléia no sindicato, explicando aos trabalhadores por que é ilegal a greve?

11) Seu Murilo, o Sr foi para a FIESP. Por que não vai ao sindicato?

12) O Sr disse que os operários de São Bernardo ganham muito bem. Quer trocar o seu salário com o meu?

13) Se o Sr recebesse no dia 10 um envelope a zero, assim, e os seus filhos estivessem em casa pedindo arroz, feijão, o que o Sr faria?

## Procuradoria força parecer final do TST

Brasília — A Procuradoria do Trabalho em São Paulo recorreu ontem ao TST da decisão original do TRT no dissídio dos metalúrgicos, declarando-se incompetente para julgar a legalidade da greve. O objetivo é forçar um pronunciamento final do Tribunal Superior do Trabalho sobre a competência da Justiça Trabalhista nestes casos.

O Procurador Geral da Justiça do Trabalho, Marco Aurélio Prates de Macedo, acrescentou que também houve recursos contra aspectos secundários do primeiro acórdão do TRT-SP, mas não se tratou dos índices de produtividade. O recurso deverá chegar a Brasília na próxima se-

mana, esperando-se um julgamento rápido.

O TST continua preocupado com a participação de juizes de 1ª Instância nos julgamentos do TRT, substituindo juizes togados, motivo pelo qual determinou o Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Barata Silva, que apure o ocorrido. Houve substituição nos dois julgamentos do dissídio dos metalúrgicos e, por isso, caso haja recurso específico nessa parte, poderão ser anulados pelo TST, por ser essa convocação de magistrados vedada expressamente no Art 118 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

## Lucro maior aos postos

Brasília — Secretaria Especial de Abastecimento e Preços se recusou ontem a atender reivindicação dos proprietários de postos do Rio de Janeiro para um aumento de Cr\$ 1,55 a Cr\$ 1,84 nas margens de revenda do litro da gasolina, sob o argumento de não poder estudar o pedido sem antes ocorrer o dissídio salarial dos trabalhadores do setor, este mês.

Os proprietários dos postos afirmaram aos técnicos da SEAP que não podiam arcar com os reajustes dos salários se, antes, não houvesse aumento nas suas margens de revenda.

### ACORDO EM BREVE

Os presidentes da Federação Nacional de Postos de Gasolina, Fábio Brandão, e do Sindicato dos Trabalhadores de Mi-nérios e Derivados de Petróleo do Rio de Janeiro, Ronaldo Cabral Magalhães, depois de encontro com o presidente do Conselho Nacional de Petróleo, General Oziel de Almeida, informaram que o acordo salarial poderá sair em breve.

Disseram que o General Oziel de Almeida informou que há cinco dias encaminhou ao Ministério das Minas e Energia os estudos que propõem medida para que o reajuste seja concedido. Segundo o Sr Ronaldo Cabral Magalhães, o presidente do CNP garantiu que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) já está assegurado.

### O NOVO PISO

O piso de Cr\$ 5 mil à categoria tem, também, possibilidade de ser aprovado pelo Governo. A categoria reivindica Cr\$ 6 mil de piso salarial, mas, segundo o Sr Ronaldo Cabral Magalhães, "os Cr\$ 5 mil são uma proposta razoável, que, se concretizada, será levada à assembléia, que tomará a decisão final, talvez dia 24".

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Postos encaminhou ao presidente do CNP documento denunciando a existência de pontos ilegais de revenda de gás liquefeito de petróleo em todo o Estado Rio de Janeiro. Entre esses pontos, cita ele, estão armazéns, boteco- quins e birosacas, o que é ilegal, pois para trabalhar com derivados de petróleo os pontos revendedores precisam ser credenciados pelo CNP.

Quarta do Livro  
P. Gueres  
12 04 80 Estado RR

95

# Aumenta adesão à greve dos metalúrgicos na região ABC

SÃO PAULO (AJB/GP) — A indústria automobilística continuou paralisada e a adesão dos operários das pequenas e médias empresas à greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema aumentou ontem segundo estimativa de um dos diretores do sindicato, Nelson Campanholo. Em Santo André, conforme revelou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, deputado federal Benedito Marcílio (PTB-SP), 80 por cento da categoria continuavam paralisados.

A greve dos metalúrgicos de Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema atingia ontem seu 17.º dia. Anteontem, dois dias após a declaração pelo TRT da ilegalidade do movimento, o policiamento se manteve inalterado nas grandes indústrias e foi reforçado nas pequenas e médias. De acordo com denúncias dos operários, às 6h25min de anteontem, a polícia prendeu 15 metalúrgicos que organizavam um piquete de persuasão.

Depois de observar a entrada dos operários no primeiro turno

da manhã — quando entra o maior contingente de metalúrgicos — Nelson Campanholo, por volta das 8 horas assegurou que, em São Bernardo do Campo e em Diadema, a adesão à greve nas grandes indústrias permaneceu inalterada, registrando significativo aumento nas pequenas e médias, simultaneamente ao fato de estas terem reforçado o policiamento.

Indústrias como a Ardeb e outras de pequeno e médio porte, que até a terça-feira mantinham em suas pórtarias 4 ou 5 policiais militares, anteontem tinham de 8 a 10. Na área da grande indústria em São Bernardo do Campo, verificou-se uma alteração na Equipamentos Villares que até segunda-feira, vinha recebendo uma média diária de mais de 2200 empregados no primeiro turno e anteontem, segundo Campanholo, recebeu apenas 34 empregados.

Em Santo André, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, deputado Benedito Marcílio comandou as "comissões de vigilância" que visitaram al-

gumas fábricas, mas às 6h30min, em frente à COFAP, enquanto um grande número de metalúrgicos ingressava nessa empresa, reconhecia que não estava obtendo sucesso na tentativa de persuadir os trabalhadores a não entrarem nas fábricas.

Cerca de 30 metalúrgicos — em sua maioria da Mercedes Benz, Volkswagen e Borg Werner — que se encontravam nas imediações de uma lanchonete do Jardim Calux em São Bernardo do Campo, organizando um piquete, foram revistados pela polícia que levou 14 deles presos, conduzindo parte numa Kombi particular na qual se encontravam 10 soldados armados de fuzis, e parte numa Perua Veraneio do Tático Móvel n.º 213.

Segundo contaram dois metalúrgicos que se encontravam no grupo, aos dois advogados do sindicato de São Bernardo do Campo que foram tratar da liberação dos presos, eles foram abordados pela polícia que os encostou a uma parede, revistou-os dispensando

uma parte e prendendo 15 operários.

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e seu presidente, Luís Inácio da Silva, Lula, viveram momentos de tensão na madrugada de ontem, depois que a Rádio Tupi de São Paulo, às 3h40min, num boletim noticioso, informou que o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decretara intervenção na entidade, após sua reunião que terminara uma hora antes, com os Ministros Golbery do Couto e Silva e Delfim Neto, em Brasília.

A notícia, depois não se confirmou, mas enquanto assessores da entidade buscavam informações ligando para redações de jornais, rádios e televisões, o sindicato viveu horas de grande agitação. A polícia era aguardada e num certo momento — às 4h20min — convicto de que a intervenção fora decretada, Lula se reuniu, a portas fechadas com parlamentares e membros da comissão de salários e do comitê de solidariedade à greve, para estudar

o que fazer.

Pouco mais de 100 pessoas estavam no sindicato na madrugada, jogando truco, buraco e dominó ou conversando em pequenos grupos. Lula jogava buraco em sua sala, com o coordenador nacional do PT, Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, e com dois jornalistas.

O rádio se encontrava em sua mesa e, ao ouvir a notícia, Lula se manteve impassível. Não fez nenhum comentário. Fez questão de prosseguir a partida de buraco, jogou mais uma mão e segundo seu adversário, "roubou o morto". "Só dava para abaixar com 75 pontos roubando o morto", admitiu Lula diante da acusação dos adversários.

—Estou nervoso a beça — disse Lula, irônico, tentando disfarçar o nervosismo que realmente sentia. Sua sala então já fora invadida por 28 jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas. Sempre brincando com os jornalistas, mal escondendo seu nervosismo, ele concordou em posar para fotos, em sua mesa "com a cabeça levantada".

## Política salarial

SÃO PAULO (AG-GP) — O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, desmentiu ontem que o governo já tenha definido as reformulações que serão feitas na política salarial, e repetiu que existem apenas estudos nesse sentido. Ele não quis, no entanto, comentar a informação do Ministro do Planejamento, Delfim Neto, de que os reajustes de salários serão reduzidos para pagamento do imposto de petróleo, limitando-se a afirmar que "não analisou a sugestão". O Ministro deu essas declarações ao chegar ao seu gabinete, às 12h30, uma hora e dez minutos após ter desembarcado no aeroporto (vindo de Brasília), onde driblou a imprensa que o aguardava desde cedo, saindo direto do avião para o hangar da Vasp, num carro da empresa. Tenso, sem o sorriso que lhe é característico, negando estar aborrecido, o Ministro desmentiu que estivesse demissionário e atribuiu a sua demora ao trânsito.

Indagado se tinha conhecimento das sugestões para uma nova lei salarial, anunciadas pelo Ministro Delfim Neto, o Ministro do Trabalho afirmou: "eu estou aqui cuidando da greve no ABC e os meus rapazes estão todos permanentemente estudando de maneira que não quer dizer que eu, especificamente, esteja inteiramente a par. Eu hoje estou voltado para a greve no ABC".

— "O que não se pode é compactuar com o descumprimento da lei", disse o Ministro depois de afirmar que "se houver necessidade" intervirá nos sindicatos que ainda permanecem em greve. Segundo ele, se o relatório da Delegacia Regional do Trabalho comprovar o incitamento por parte de dirigentes sindicais "é bem possível que qual-quer hora pode aparecer" o relatório da DRT, que está desde a semana passada, com o delegado Ricardo Nacin Sad.

O Ministro disse ainda que vai continuar acompanhando os acontecimentos. A pergunta se estaria recebendo pressões da FIESP e das grandes empresas automobilísticas, no sentido de decretar a intervenção ele rebateu: "eu não sou homem para receber pressões de ninguém".

## 12 detenções

SANTO ANDRÉ (AE-GP) - Doze operários foram detidos ontem em São Bernardo do Campo pela PM, nas imediações das fábricas, e um deles, Narrudem Paulo Valadares, em flagrante delito, foi enquadrado no artigo 197 do Código Penal, por atentar contra a liberdade do trabalho. À tarde todos estavam liberados. Para isso o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo pagou fiança de Cr\$ 8 mil. A detenção dos doze operários - José Alves dos Santos, Osias Pereira de Souza, Valdivino Souza Cabral, Jorge Ives da Silva, Lázaro Lúcio, Lormindo Pereira da Silva dos Santos Neto, Nelson Ribeirão dos Santos, José Antônio e Narrudem Paulo Valadares - ocorreu por volta de 7 horas, na Avenida Humberto de Alencar Castelo Branco, no bairro Assunção, pela viatura 213 do Tático Móvel, comandada pelo tenente José Maria. Os detidos foram enquadrados no artigo 29 da Lei 4.330 (Lei de Greve).

Segundo o boletim de ocorrência, feito no 1.º Distrito de São Bernardo, "os indiciados estavam parando os coletivos que transportam funcionários de várias firmas e seus ocupantes convidando socialmente a deixarem o veículo". No momento em que eram indiciados, compareceu à delegacia José Cicero Irmão, proprietário da Kombi de placas LI-2673, para "reclamar danos materiais em seu veículo por piqueteiros, na Avenida Castelo Branco". Acompanhado por duas testemunhas, Rubens de Oliveira e Angelo Dalla Costa, José Irmão reconheceu entre os detidos Narrudem Valadares, um dos três elementos que atiraram pedras contra sua perua.

Os doze operários foram liberados, depois de indiciados e das comunicações de praxe (DEOPS, DARE - Departamento de Arquivos e Registros Especiais - e DVC - Divisão de Vigilância e Captura). Narrudem Valadares, no entanto, foi indiciado em inquérito policial depois de lavrado o flagrante e solto mediante pagamento de fiança. Segundo o delegado Francisco de Michelis, em caso de condenação, o indiciado poderá cumprir pena de um mês a um ano de prisão ou pagamento de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 10 mil.

Pr. 1074.131

JORNAL da Manhã  
F. Soares  
17/09/80

### A greve dos metalúrgicos

# Macedo continua negando que planeja a intervenção

O ministro Murilo Macedo viveu ontem, em São Paulo, um dos dias mais agitados desde que assumiu a pasta do Trabalho. Visivelmente tenso e abatido, era a primeira vez, segundo assessores que o acompanham em Brasília, que Macedo mostrava o nervosismo exibido durante os poucos minutos em que a imprensa pôde vê-lo, na tarde de ontem.

Macedo retornou pela manhã de Brasília, onde manteve um encontro com o ministro Delfim Neto, o chefe da Casa Civil, Golberi do Couto e Silva, e o líder do governo no Senado, senador Jarbas Passarinho. Como faria durante todo o resto do dia, o ministro driblou a imprensa, partindo de Congonhas através de um hangar particular, enquanto sua esposa e o chefe de gabinete saíam do aeroporto pelo saguão.

Os boatos de que Macedo estaria demissionário foram comentados pela esposa e pelo assessor. Segundo eles, o ministro voltava de Brasília "mais forte ainda", ao mesmo tempo em que afastavam a possibilidade de intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos no dia de ontem. O assessor do ministro, ainda frisou que "hoje (ontem) não haverá intervenção."

Ele foi apenas por uma questão de horas que o ministro voltou a desmentir a intervenção, ao responder: "Intervenção? Hoje não."

"E amanhã, ministro?" — perguntaram os repórteres.

"Não sei" — foi a resposta de Macedo, que voltou a repetir as mesmas afirmações que vem fazendo há dias, segundo as quais "não estou pensando em intervir, estou preocupado com a volta do trabalhador ao emprego, para que ele perca menos dias parados".

#### MOVIMENTADO

Ao retornar do almoço, às 15h45, o ministro continuava tenso e ao contrário do que sempre fazia em São Paulo respondeu de forma praticamente monossilábica às perguntas. Recusou-se a discutir as mudanças na política salarial, dizendo apenas que "se houver alguma coisa melhor para o trabalhador e para o País eu estarei disposto a estudar com o maior interesse". Desmentiu também que tivesse mantido um encontro ontem, com o comandante do 2.º Exército.

A reunião do Grupo 14, na Fiesp, que segundo se comentava, trataria das punições aos empregados grevistas, foi motivo de um lacônico comentário do ministro, que disse desconhecer o motivo da reunião, mas ressaltou que "eu disse que não concordaria, não deixaria haver demissões em massa".

Murilo Macedo permaneceu até o início da noite trancado em seu gabinete, e não atendeu a qualquer apelo para conceder entrevistas. A movimentação na ante-sala de seu gabinete foi intensa durante toda a

perguntas dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. As 17h30, o mesmo assessor perguntava pelos repórteres de rádio, e ao saber que muitos já haviam ido embora, diante da falta de informações, resolveu convocá-los novamente ao gabinete.

Especulava-se, na ante-sala do ministro, a possibilidade de vir a ser decretada a intervenção. Emissoras de rádio e tv começaram a chegar ao gabinete, perguntando pela "coletiva, marcada para às 18 horas". Ninguém duvidava de que alguma coisa grave deveria ser comunicada à imprensa pelo ministro.

Foi apenas às 16h15 que Eduardo Figueiredo, assessor de imprensa do ministro, resolveu informar aos repórteres que "o ministro mandou desmobilizar todo mundo. Não haverá mais nenhuma entrevista, porque ele está sem tempo".

Ao protesto de todos contra a brusca mudança de atitude do ministro, seguiram-se as especulações. Do assessor de Macedo, a única explicação, depois do ministro ter passado quase uma hora estudando o teor das perguntas foi a seguinte:

"O ministro achou que poderia aproveitar as perguntas dos metalúrgicos, trazidas pela emissora de tv, para serem utilizadas também pelo pessoal das rádios. Ele achou que essa matéria poderia ir para o ar pela manhã, quando os trabalhadores estivessem retornando do trabalho, pois o ministro está fazendo todo esforço para terminar com a greve. E isso poderia ajudar."

#### SEM RESPOSTAS

Os comentários ouvidos na ante-sala, depois deste episódio, eram quase unânimes: o ministro chegara à conclusão de que as perguntas dos metalúrgicos eram muito contundentes para serem respondidas. Algumas das perguntas eram estas:

"Ministro, o sr. disse que a greve é ilegal. E o operário passar fome é ilegal também?"; "Por que todas as greves são consideradas ilegais?"; "Seu Murilo. Se o sr. fosse metalúrgico como eu e ganhasse 8 mil cruzeiros como eu ganho, o sr. furava a greve ou acompanhava a maioria?"; "Quando some o leite e o óleo, os patrões estão em greve. E por que esta greve nunca é decretada ilegal?"; "Se o sr. tivesse uma filha da minha idade que ganhasse 4 mil cruzeiros, trabalhasse 11 horas por dia, o que o senhor fazia? Era contra ou a favor da greve?"; "Seu Murilo. O senhor foi à Fiesp. Por que o senhor não vai ao Sindicato?"; "O senhor disse que os operários de São Bernardo ganham muito bem. Quer trocar o seu salário com o meu?"

Depois de cancelar a entrevista que normalmente concedia no final da tarde aos

## A movimentada vigília dos metalúrgicos

RICARDO KOTSCHO

O grupo de teatro "Galo de Briga", estava se apresentando no auditório do terceiro andar, quando se ouviu um forte barulho. Muitos se levantaram e correram para as janelas e escadarias, os atores engasgaram seu canto, todos pensando que a polícia havia chegado. Mas era apenas, logo se veria, um jogador de "truco", mais entusiasmado, que havia dado uma forte pancada na mesa. Faltavam dez minutos para a meia-noite — e foi assim a noite inteira.

Pouco antes, um repórter da rádio "Bandeirantes", havia telefonado para a casa de Nelson Campanholo, diretor do sindicato, perguntando se era verdade que Lula fora assassinado (ele estava no sindicato jogando baralho). Os dois episódios mostram bem o clima de guerra de nervos e pânico que tomou conta do sindicato a partir do momento em que o ministro Murilo Macedo admitiu em várias entrevistas a possibilidade de decretar a intervenção.

Até que, às 3h41 da madrugada, a paranóia chegou ao ápice: em meio ao programa de um certo Chico Plaza, a rádio "Tupi" anunciou que a intervenção fora decretada após uma reunião entre os ministros Golberi, Delfim e Macedo. O único que não se abalou com a notícia foi o próprio Lula, que prosseguiu normalmente seu jogo de "buraco" com Jacó Bittar e dois jornalistas. "Jacó, você dá o morto que eu dou as cartas", foi o seu único comentário.

As duas da manhã, Lula dera uma entrevista, por telefone, a esse mesmo programa da rádio "Tupi". Por isso, os jornalistas estavam com o único radinho de pilha que animava a vigília sintonizado nesta emissora e entraram correndo na sala de Lula para dar a notícia. "Está havendo alguma coisa em Brasília...", comentou um repórter. "Tá", disse Lula secamente e, virando-se para seu fiel guardião Satanás, recomendou: "Fecha a porta, Satanás, que assim não dá para jogar."

Mais práticos, alguns jornalistas resolveram tirar seus carros das imediações do sindicato, lembrando que no ano passado a tropa de choque cercou todas as ruas vizinhas. "Que é isso? Só tem greve"

## Deops intima a diretoria do Fundo de Greve

A Delegacia de Sindicatos e Associações de Classe do Deops intimou ontem a diretoria da Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, responsável pelo Fundo de greve, para depor hoje, às 14hs.

A diretoria do sindicato, que recebeu a intimação, decidiu à tarde que irá mandar todos os 15 intimados para depor, acompanhados de seus advogados.

"Como advogado, não estou entendendo se essa intimação é uma providência jurídica ou uma coação política, porque todas as 15 pessoas foram convocadas para comparecer no Deops no mesmo dia e horário, para serem atendidas pelo mesmo escrivão, o que é meramente impossível. Além disso, dois dos convocados — Djalma Souza e Gilson Menezes — são também tesoureiros e diretor, respectivamente, do sindicato", afirmou o deputado federal Airtton Soares.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luiz Inácio, o Lula, declarou "não saber o motivo da intimação". "Se porventura quiserem saber qual o montante que possuímos, se exigirem a quebra do sigilo bancário, não daremos. Se o banco der, exigiremos também a quebra do sigilo em relação às contas dos que ganharam com a maxidesvalorização, porque se existe uma lei é para ser cumprida por todos. Não vejo porque temos que prestar contas ao Deops, mas vamos comparecer lá pois não temos nada a esconder."

## Desmentida ameaça de demissões

"Os empregados podem voltar a trabalhar que não sofrerão nenhuma espécie de punição. Não haverá demissões de forma alguma", disse ontem o empresário Roberto Della Mana, integrante da comissão de negociações do Grupo 14, desmentindo que a reunião realizada na Fiesp tenha estudado formas de punição aos grevistas. Segundo explicou, a reunião foi para fazer um balanço, aos representantes dos sindicatos que compõem o Grupo 14, do que ocorrera até então nas negociações e no Tribunal Regional do Trabalho.

Na reunião, os empresários decidiram continuar com a mesma atitude até então assumida, ou seja, não voltarão de forma alguma a negociar com os sindicatos dos metalúrgicos de Santo André e São Bernardo, e é ponto pacífico que os dias não trabalhados serão descontados.

Indagados sobre os anúncios que foram publicados ontem por algumas indústrias automobilísticas, procurando empregados, os empresários disseram que se trata de um procedimento normal. "As indústrias vinham recrutando pessoal antes da greve e não teriam razão para interromper com a greve", disse Roberto Della Mana.

Eles não quiseram falar sobre os prejuízos sofridos, alegando não ter previsões de até quando a greve pode se prolongar. Confirmaram, porém, os entendimentos que estão mantendo com o ministro do Trabalho para que o problema financeiro das empresas atingidas pela greve seja resolvido. Uma das soluções seria a aceitação, pelos bancos comerciais, de notas promissórias, ao invés de duplicatas, ou aumento no limite de crédito e adiamento dos vencimentos das dívidas.

Protestos



tarde. O ministro recebeu o procurador geral do Trabalho, Nicolau Santos Neto, para, segundo afirmou, entregar a cópia do acórdão do TRT a Macedo, o presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, e segundo seus assessores, estava "ocupadíssimo" atendendo inúmeros telefonemas, entre eles o de Domicio Pinheiro, presidente da Confederação Nacional da Indústria, que apenas "oferecera sua solidariedade a Macedo".

No meio da tarde, um dos assessores do ministro concordou que uma repórter da TV Globo o entrevistasse, respondendo a

## Prisões e violência no ABC

As indústrias automobilísticas de São Bernardo permaneceram com a produção completamente parada ontem, 15.º dia (11.º útil) da greve dos metalúrgicos. O comparecimento dos trabalhadores horistas das montadoras permaneceu no mesmo nível dos dias anteriores, e até diminuiu na Scania e na Chrysler, segundo as informações das empresas. A atuação da polícia foi mais intensa ontem, e 34 pessoas foram detidas em São Bernardo.

Doze metalúrgicos foram detidos pela manhã, sendo um deles autuado por transgredir o artigo 97 do Código Penal, que trata de atentado contra a liberdade de trabalho, e mais 22 pessoas, à tarde, sendo que cinco não eram metalúrgicos, todos na avenida Humberto Castelo Branco, no bairro de Vila Assunção. O Sindicato dos Metalúrgicos deverá fazer uma representação contra o tenente da PM Nagami, responsável pela última operação, por abuso de autoridade. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luis Inácio da Silva, afirmou que iria tentar falar com o secretário da Segurança, Otávio Gonzaga Júnior, por achar que "a forma acintosa e provocativa como a Polícia tem agido em relação aos trabalhadores poderá provocar uma reação incontrolável".

Cerca de 70 policiais participaram da operação da tarde, e houve tiros e agressões com socos e pontapés segundo os relatos recolhidos pelo deputado federal Ailton Soares. Ele permaneceu todo o dia de plantão no Sindicato dos Metalúrgicos, e chegou ao local da operação quando a PM recolhia os detidos aos camburões, "com muita violência", segundo informou. A alegação da Polícia era de que estava havendo desordem na rua, quando um grupo dos trabalhadores tentava parar os ônibus que passavam para fazer descer os metalúrgicos que se encaminhavam ao trabalho.

Alguns dos detidos estavam apenas passando pelas proximidades, segundo testemunhos de familiares e amigos que dirigiram-se ao 3.º Distrito Policial de São Bernardo para esperar a liberação. Dois metalúrgicos que moravam na proximidade foram detidos no jardim da casa onde moram, o empregado da Volkswagen, Arlindo Candido da Silva, que está afastado do trabalho por doença, foi detido quando ia até a padaria e José Delson de Oliveira quando voltava do trabalho na Setel, uma empresa de instalações elétricas, fora do ramo metalúrgico.

"Se tiver nessa greve um outro Santo Dias da Silva (operário morto em choque com a polícia na greve dos metalúrgicos de São Paulo) a responsabilidade será do secretário da Segurança. Ele está informado dessa violência, e espero que recomende à tropa da Polícia Militar que atue com moderação e não porte armas", afirmou Ailton Soares.

Todos os detidos foram liberados até a noite de ontem. Para a liberação de Narruden Paulo Valadares, o metalúrgico autuado, o Sindicato teve que pagar uma

fiança de Cr\$ 8 mil. Acusado por um trabalhador de ter jogado pedras no veículo de sua propriedade para tentar impedi-lo de trabalhar, Valadares será submetido a julgamento, e se condenado poderá pagar multa de Cr\$ 1 mil a 10 mil ou ter uma pena de um a dez anos de cadeia.

### COMPARECIMENTO

O índice de comparecimento dos trabalhadores horistas da Scania ontem foi de 25,6%, inferior ao de 28,5% verificado na véspera. Na Chrysler também o comparecimento baixou, de 10 para 9% dos horistas. Os números da Mercedes Benz (15%), da Volkswagen (20%) e da Ford (10%) mostram estabilidade no comparecimento dos horistas em relação aos dias anteriores.

A paralisação da produção da Ford de São Bernardo está prejudicando a fábrica da empresa no Bairro do Ipiranga, onde são produzidos 200 carros/dia. A jornada de trabalho foi reduzida a metade para evitar que a falta de componentes interrompa o andamento da produção.

Os dados de comparecimento de horistas fornecidos pelas empresas são superiores aos cálculos dos diretores do sindicato, que dizem que somente 5% dos horistas do setor automobilístico não aderiram à greve.

### 2.º EXÉRCITO

O general Milton Tavares de Souza negou ontem, que mantivesse ou pretendesse manter nova reunião com o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, ou outra autoridade, tendo como assunto a greve dos metalúrgicos. O comandante do 2.º Exército voltou a afirmar que acompanha aquele movimento trabalhista apenas como observador. "O assunto é de competência exclusiva do governo estadual. Somente em caso de tumulto ou caos é que o Exército poderia atuar, se solicitado."

Quando retornou ao QG do Ibirapuera, às 17 horas, após ter passado toda a tarde ausente, o general Milton comentou a greve: "Lula teve um momento feliz para terminar a greve, quando o TRT julgou-se incompetente. Não o fez. Poderia fazê-lo agora, decretada a sua ilegalidade. Dessa forma, demonstra inabilidade ou segundas intenções e, então, o problema será dele, não nosso."

### Marcello critica

### plano do governo

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Benedito Marcello, criticou ontem a mudança na política salarial, com correções inferiores ao custo de vida e regionalização do INPC, — que está sendo estudada pelo Governo — afirmando que "não é com varinha mágica que se vai resolver as contradições entre capital e trabalho".

Fora da sala de Lula, no saguão do primeiro andar, a rotina não foi abalada: os 60 ou 70 metalúrgicos que vararam mais uma noite em vigília prosseguiram em seus jogos de "truco", decididos aos berros, enquanto "Satanás" zelava pelas ordens da diretoria de não deixar entrar bebidas alcoólicas no sindicato.

Instalado na cadeira da presidência, "Satanás" interrompeu novamente a partida do chefe: "Você não pode sair desta cadeira, Lula."

Os comentários de "Satanás" e a olímpica indiferença de Lula quebraram um pouco o ambiente de tensão criado pela notícia da rádio Tupi e pelos jornalistas que participavam de mais um "plantão da intervenção". Alguns deles chegaram a ver caminhões e peruas Veraneio da PM se aproximando do sindicato, mas tudo não passou de miragem. Mesmo assim, Lula resolveu guardar o baralho às 4h05 da manhã. Arrumou a mesa, limpou os cinzeiros, recolocou os telefones no lugar: "Temos que entregar esse sindicato em ordem. Se não, que impressão o interventor vai ter da gente?"

Antonio Carlos, deputado federal pelo PT de Mato Grosso do Sul, pegou um cartaz da campanha da CNBB sobre as migrações e o ergueu com as mãos, chamando a atenção de Lula: "Olha aqui, quero ver na hora em que o interventor chegar..." E apontou para o título do cartaz, que diz: "Para onde vais?"

O outro deputado presente, Geraldo Siqueira, do PT de São Paulo, desta vez estava de terno e com uma gravata no bolso, pois, no ano passado, de roupa esporte, acabou apanhando da polícia na hora da intervenção como qualquer mortal. Finalmente, Lula resolveu colocar os jornalistas para fora da sua sala, explicando, em tom de brincadeira:

"Agora eu tenho que confabular com meus assessores parlamentares." Antes, porém, abriu uma pasta 007 e disse aos jornalistas: "Vou mostrar uma cobrinha para vocês." "Satanás" correu para ver o que era e, assim, foi passando o tempo, num misto de nervosismo e gargalhadas. Ao consultar o relógio, quase 4h30, Lula concluiu que a polícia não chegaria mais: "Vocês já viram intervenção à luz do dia? Eles só fazem essas coisas na calada da madrugada..." Um fotógrafo ainda pede que Lula faça "uma cara bem bonita" antes de deixar a sala, que é trancada.

Nas outras salas do primeiro andar, a cada barulho estranho repete-se a pergunta: "Chegaram?" Quando a quarta-feira já estava clareando, surgiu uma procissão de peruas da Rota na via Anchieta, mas elas se dirigiram para a Volkswagen. As 7 da manhã, Lula dormiu no sofá. Completava-se assim o 16.º dia de greve e vigília no sindicato, com um desfile de veículos da polícia por São Bernardo, mas sem intervenção.

JORNAL: *Obs. São Paulo*  
*P. Gomes*  
Data: *17-04-80* Estado S. P.

48

## Crise na PM baiana pode

### chegar a uma greve geral

Da sucursal de  
**SALVADOR**

Caso o governo baiano não adote, a curto prazo, medidas concretas para melhorar os níveis salariais dos policiais militares do Estado, o movimento iniciado anteontem no 7º Batalhão da PM, em Salvador — quando 72 militares foram expulsos por terem faltado, deliberadamente, ao serviço — poderá resultar numa greve geral programada, em princípio, para o próximo dia 21, encerramento da Semana da PM e Dia de Tiradentes, patrono da corporação.

O movimento vem sendo articulado, sigilosamente, em vários quartéis, por oficiais de diferentes patentes, todos eles insatisfeitos com os atuais salá-

rios e preocupados com a quebra de hierarquia que pode resultar de um movimento reivindicatório, deflagrado sob a liderança de cabos e soldados.

Enquanto alguns oficiais e praças organizavam uma caixa-nha para ajudar, provisoriamente, as famílias dos policiais excluídos, uma primeira reunião estava marcada para ontem à noite, no Clube dos Sargentos e Suboficiais da PM, no bairro dos Dendezeiros. Confirmou-se, também, uma reunião dos inativos da Polícia e os oficiais ficaram de se reunir à noite, na sede do clube da categoria, anexo à Vila Militar. Nessas reuniões, além da situação específica dos militares excluídos, será discutida a situação salarial dos policiais militares baianos.

JORNAL: Folha do Leste
P. Queres
Nº 1709180 1250 SP

## Em Minas, oito mil estudantes em greve

**BELO HORIZONTE** (Sucursal) — Enquanto quase oito mil estudantes continuam sem assistir aulas em protesto contra o aumento das taxas e das mensalidades escolares, a reunião entre o subsecretário da Secretaria de Ensino Superior do MEC, Ronaldo Braga, e as diretorias da Universidade Católica de Minas, Faculdade de Ciências Médicas, Fundação Mineira de Educação e Cultura e do Instituto Cultural Newton de Paiva foi transferida para hoje. O enviado do MEC discutirá a situação financeira destas entidades, pois todas estão em crise principalmente devido ao boicote ao pagamento das mensalidades efetuado pelos estudantes.

A crise atingiu principalmente a Universidade Federal de Viçosa, que está com as atividades paralisadas há

um mês, e com os seus 4.500 estudantes reprovados por falta de frequência às aulas. Nova tentativa de acordo entre a Reitoria e os estudantes será feita hoje, pois será realizada uma reunião conciliatória na seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil, que está mediando a questão. Na última reunião entre estudantes e a Reitoria, realizada na noite de terça-feira, nenhuma nova proposta foi apresentada e a reprovação em massa não foi discutida.

Mas o assessor de imprensa da Universidade Federal de Viçosa, Antônio Araújo, acha que esse assunto deverá constar da pauta da reunião de hoje, e acredita também que poderá ser feito o acordo. Mesmo porque, se isso não ocorrer, a OAB se retirará das negociações, conforme afirmou o presidente da Ordem, Aristóteles Alencar.

49

# Apesar do policiamento aumentam as adesões à greve do ABC

**São Paulo** - A indústria automobilística continuou paralisada e a adesão dos operários das pequenas e médias empresas à greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, aumentou, segundo estimativa de um dos diretores do sindicato, sr. Nelson Campanholo. Em Santo André, conforme revelou o presidente do sindicato dos metalúrgicos, deputado federal Benedito Marcellio (PTB-SP), 80% da categoria continuava paralisada.

A greve dos metalúrgicos de Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema atingiu ontem seu 17º dia. Anteontem, dois dias após a declaração pelo TRT da ilegalidade do movimento, o policiamento se manteve inalterado nas grandes indústrias e foi reforçado nas pequenas e médias. De acordo com denúncias dos operários, às 6h25 de anteontem, a polícia prendeu 15 metalúrgicos que organizavam um piquete de persuasão.

Depois de observar a entrada dos operários no primeiro turno da manhã quando entra o maior contingente de

metalúrgicos - o sr. Nelson Campanholo, por volta das 8 horas assegurou que, em São Bernardo do Campo e em Diadema, a adesão à greve nas grandes indústrias permaneceu inalterada, registrando significativo aumento nas pequenas e médias, simultaneamente ao fato de estas terem reforçado o policiamento.

Indústrias como a Ardeb e outras de pequeno e médio porte, que até a terça-feira mantinham em suas portarias 4 ou 5 policiais, anteontem tinham de 8 a 10. Na área da grande indústria em São Bernardo do Campo, verificou-se uma alteração na Esquipamentos Villares que anteriormente, vinha recebendo uma média diária de mais de 2200 empregados no primeiro turno e ontem, segundo o sr. Campanholo, recebeu apenas 34 empregados.

Em Santo André, o deputado Benedito Marcellio comandou as "comissões de vigilância" que visitaram algumas fábricas, mas às 6h30, em frente a Cofap, enquanto um grande número de metalúrgicos fazia sua entrada na empresa, reco-

nhecia que não estava obtendo sucesso na tentativa de persuadir os trabalhadores a não entrarem nas fábricas.

Cerca de 30 metalúrgicos - em sua maioria da Mercedes Benz, Volkswagen e Borg Werner - que se encontravam nas imediações de uma lanchonete do Jardim Calux em São Bernardo do Campo, organizando um piquete, foram revistados pela polícia que levou 14 deles presos, conduzindo parte numa Kombi particular na qual se encontravam 10 soldados armados de fuzis, e parte numa perua veraneio do táxico móvel NR 213.

Segundo contaram dois metalúrgicos que se encontravam no grupo, aos dois advogados do sindicato de São Bernardo do Campo que foram tratar da liberação dos presos, eles foram abordados pela polícia que os encostou a uma parede, revistou-os dispensando uma parte e prendendo 15 operários. A diretoria do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e seu presidente, Luis Inácio da Silva, Lula, viveram momentos de tensão na madru-

gada de ontem, depois que a Rádio Tupi de São Paulo, às 3h40, num boletim noticioso, informou que o ministro do Trabalho, Murillo Macedo, decretara intervenção na entidade, após sua reunião que terminara uma hora antes, com os ministros Golbery do Couto e Silva e Delfim Netto, em Brasília.

A notícia, depois não se confirmou, mas enquanto assessores da entidade buscavam informações ligando para redações de jornais, rádios e televisões, o sindicato viveu horas de grande agitação. A polícia era aguardada e num certo momento - às 4h20 - convicto de que a intervenção fora decretada, Lula se reuniu, a portas fechadas com parlamentares e membros da comissão de salários e do Comitê de Solidariedade à greve, para estudar o que fazer.

Pouco mais de 100 pessoas estavam no sindicato na madrugada, jugando truco, buraco e dominó ou conversando em pequenos grupos. Lula jogava buraco em sua sala, com o coordenador nacional do PT, Jacó Bittar, presidente do sindicato dos petroleiros de Campinas, e com dois jornalistas.

Em seguida Lula começou a "brigar" com companheiros da diretoria do sindicato, recomendando-lhes que arrimassem a sala. "E preciso botar isso aqui em ordem para quando o interventor chegar. Se não, que impressão ele vai ter da gente?". Ato contínuo, começou ele mesmo a esvaziar os cinzeiros, guardar os baralhos e jogar no lixo os copos plásticos em que se servira de café durante a noite.

Seu assessor de imprensa, Júlio de Gramont, telefonou para uma redação em Brasília e não conseguiu a confirmação da intervenção, mas obteve a informação de que "há realmente algo no

ar". Lula pediu então aos jornalistas que deixassem sua sala e se reuniu reservadamente com o deputado federal Antonio Carlos (PT-MS), do deputado estadual Geraldo Siqueira (PT), o coordenador nacional do Partido, Jacó Bittar, o assessor de imprensa, Júlio de Gramont, dois membros da Comissão de Salários e com uma representante da UEE e 4 membros da diretoria do sindicato dos bancários de São Paulo, que

integram o comitê de solidariedade à greve.

A reunião durou uma hora e às 5h20 quando então há praticamente a certeza de que a intervenção não fora decretada, ele passou a dormir em sua própria sala. As 7h30 dirigiu-se para sua casa, mas antes mostrou uma pasta de executivo aos jornalistas, dizendo: "essa pasta já levou papéis que fizeram misérias em Brasília".

A greve dos metalúrgicos

# Ministério intervém nos dois sindicatos

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, anunciou ontem a intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos de Santo André e São Bernardo do Campo. Assinou a portaria às 18h35 de ontem, diante das câmeras de TV e emissoras de rádio. Ao lado de seu gabinete, cinco representantes do movimento Unidade Sindical, entre eles Joaquim dos Santos, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, esperavam para pedir ao ministro que não tomasse essa medida. Chegaram tarde.

Pouco antes, o deputado estadual Eduardo Suplicy e Rubens Teodoro de Arruda, da diretoria do Sindicato de São Bernardo, haviam trazido a Macedo o convite dos metalúrgicos para comparecer à assembleia da categoria no próximo sábado, às 10 horas, para "dialogar com os trabalhadores". Ambos acreditaram que o ministro havia aceito o convite.

"Seeu fosse intervir no sindicato, não estaria recebendo vocês" — disse o ministro a Rubens Teodoro, respondendo à indagação do dirigente sindical. Apesar de tudo, toda a imprensa já havia sido convocada ao gabinete para um "assunto urgente e muito importante". Muitas emissoras de rádio já havia noticiado a iminência da intervenção.

"Venho trazer-lhe duas janelas abertas, sr. ministro" — disse, pouco antes, o deputado: "Uma delas, expressa por Luís Inácio na assem. bléia, através de sua disposição em dialogar. A outra, o convite de 50 mil metalúrgicos para conversar pessoalmente, na casa dos trabalhadores". O apelo foi recebido pelo ministro, mas ficou sem resposta.

### "INCITAMENTO"

A portaria assinada ontem por Murilo baseia-se nas conclusões do relatório da Comissão de Sindicância instituída pela Delegacia Regional do Trabalho, segundo as quais houve "inequivocamente o incitamento à greve" por parte dos dirigentes dos dois sindicatos.

O documento ainda explica a medida com base na "ocorrência de circunstâncias que, perturbando o funcionamento daqueles sindicatos, implicam também em irreparável prejuízo para seus associados e para a categoria por eles representada". Para administrar o sindicato de Santo André, o ministro nomeou o interventor Guaracy de Souza Sampaio, inspetor do trabalho da DRT. Para o de São Bernardo, foi designado como interventor Oswaldo Pereira D'Aguiar Bap-

## A volta na Volks será 'termômetro'

BRASILIA (Sucursal) — A decisão de intervir nos sindicatos foi tomada numa reunião realizada ontem entre ministros e empresários, inicialmente prevista para a sede da Fiesp, mas que terminou ocorrendo no prédio da avenida Prestes Maia, onde fica situado o escritório do ministro do Planejamento, Delfim Neto, em São Paulo.

Iniciada às nove horas da manhã, a reunião teve a participação dos ministros Murilo Macedo, do Trabalho, Delfim Neto, do Planejamento, e os empresários do grupo 14 da Fiesp que participaram das negociações desde o seu início, inclusive todos os presidentes de montadoras de automóveis e veículos automotores em geral.

Segundo uma alta fonte oficial — que relatou a reunião — "foi uma decisão de governo, embora o ato de intervenção seja de competência do ministro do Trabalho". Essa mesma fonte manifestou "Surpresa" ao ser informada da decisão, isto porque, até o início da reunião o ministro Murilo Macedo mantinha seu ponto de vista de que era melhor esperar o fim do movimento para adotar eventuais medidas punitivas, já que agir de outro forma "seria transformar o Lula em mártir e sedimentar a idéia de que só a interferência governamental acaba com as greves no País".

A expectativa existente no governo é de que a greve não acabará imediatamente após a intervenção mas, pelo contrário, poderá até ganhar um novo, porém curto, avanço, devido à "indignação que causará". Todavia, com o correr dos próximos dias, quando as empresas da região iniciarem o pagamento dos mensalistas, a "descrença e as necessidades" dos operários da produção forçarão um aumento gradativo do retorno ao trabalho.

O comportamento na Volkswagen, maior empresa da região, será o principal termômetro para as autoridades, que consideram o "efeito demonstração" dessa unidade fundamental para influenciar o comportamento do operariado do ABC em geral.

Santo André, que estão, a partir de agora, "definitivamente impossibilitados de exercer cargos de liderança na vida sindical do País", segundo assegurou o ministro,

venção. "Naturalmente, antes disso, é preciso fazer uma auditoria, verificar o que existe no sindicato e, se for possível, nós substituiremos esses interventores, quem sabe por uma junta governativa. Depois convocaremos as eleições."

### RETROCESSO

Apesar dos protestos dos líderes sindicais presentes, e de sua opinião unânime que a intervenção significa um retrocesso no sindicalismo brasileiro, Murilo Macedo não concordou: "eu não acredito que se possa chamar a intervenção de retrocesso, mas o que lamento é que determinados líderes sindicais ainda não cumpram aquilo que é o dever mais elementar de todo democrata, que é pura e simplesmente cumprir a lei".

O ministro desmentiu ainda que fosse contra a intervenção, e que renunciaria ao cargo, argumentando que "se eu fosse contra, não assinaria. Não há nenhuma hipótese de eu pedir a renúncia, nenhuma". Macedo desmentiu, também, que o longo encontro havido entre ele e o ministro no Planejamento, Delfim Neto, empresários do Grupo 14 e da indústria automobilística, na manhã de ontem, tivesse influido em sua decisão.

Macedo foi questionado, também, com relação a suas afirmações, durante os últimos 17 dias, em que assegurava ser a volta ao trabalho sua principal preocupação. "Continuo pensando no retorno, mas na verdade, houve por parte do Ministério do Trabalho toda a tolerância, todo equilíbrio, coisa que não aconteceu por parte dos dirigentes. O prejuízo que eles impuseram aos empregados foi muito grande. O incitamento à greve foi muito grande. Eles não cumpriram aquilo que foi uma decisão do TRT. Diante de tudo isso não restava outra alternativa que não a de cumprir a lei, coisa que eu cumpri".

### PROTESTOS

Seis representantes da Unidade Sindical tiveram que esperar o anúncio da intervenção nos sindicatos para conversar com o ministro Murilo Macedo, Joaquim Andrade, dos metalúrgicos de São Paulo, Agrimerson Cavalcanti, dos Médicos, Edmilson Neri, dos metalúrgicos de Guarulhos, Moisés da Rocha, dos radialistas, Raimundo Rosa de Lima, dos padeiros e Rubens Randini, dos eletricitários.

"É uma provocação" — afirmou Joaquim — "E levará a um recrudescimento da greve".



Na Vila Euclides, 60 mil na última assembleia antes da intervenção.

# A última entrevista de Lula como presidente

A intervenção no sindicato não fará com que os metalúrgicos voltem ao trabalho, garantiu Lula ontem à noite, em sua última entrevista como presidente: "O governo não pode intervir nas casas de 142 mil metalúrgicos para obrigar os operários a voltarem ao trabalho." Como no ano passado, o comando da greve se transferirá para a igreja matriz de São Bernardo. Lula confirmou que se o estádio de Vila Euclides estiver ocupado pela polícia a assembleia de amanhã será no Paço Municipal. Caso o Paço também esteja ocupado, as assembleias serão feitas nas paróquias do ABC.

Calmo, medindo cada palavra, Lula revelou que manteve um encontro até as duas e meia da madrugada de ontem com um importante empresário, cujo nome não quis revelar. Nesta reunião, o líder sindical sentiu a possibilidade de um acordo e foi marcado um novo contato para ontem, que acabou não se efetivando: "A decisão do Murilo Macedo já estava tomada", explicou Lula.

"Os metalúrgicos já sabem como proceder agora, pois desde a primeira assembleia nós já contávamos com a possibilidade da intervenção e preparamos os trabalhadores para isso. A intervenção não muda o quadro, nem altera o ânimo dos trabalhadores" — foram suas primeiras palavras ao dar início à entrevista.

Lula teve confirmada a notícia da intervenção pouco depois das seis da tarde, quando chegou ao sindicato o deputado e advogado Almir Pazzianoto, trancando-se em seguida em sua sala, juntamente com vários diretores e dirigentes sindicais. Mas disse que, na verdade, esperava por essa notícia desde o primeiro dia da decretação da greve, já que a imprensa anunciava diariamente a intervenção.

Para ele, a intervenção no sindicato apenas

antecipou o fim da sua carreira como presidente, pois de qualquer maneira entregaria o cargo no dia 24 de abril do próximo ano, como havia anunciado no dia de sua posse em 78. "A nova arbitrariedade do governo somente antecipou os fatos, mas a minha vida como trabalhador continua. Vou apenas sair do cargo, mas vou continuar sendo o mesmo Lula".

Repetindo seguidamente que "sem um acordo decente os trabalhadores não voltarão às fabricas" Lula lembrou suas próprias recomendações durante as assembleias de Vila Euclides. "Aconteça o que acontecer, os trabalhadores têm que continuar o movimento". Sobre a possibilidade de ocorrerem violências policiais Lula disse que na verdade ela já está havendo: Ontem a televisão mostrou trabalhadores ensanguentados e por isso eu recomendei que eles ficassem em casa. Agora, se invadirem também a casa do trabalhador, aí já é abuso demais".

Para ele, a intervenção nos sindicatos de São Bernardo e Santo André não afetará o movimento sindical como um todo. "Eu sempre disse que iria chegar o dia em que os dirigentes sindicais teriam que fazer uma opção. Ou ficar fazendo assistência médica ou partir para a luta. Não existe outra escolha. Ou se aceita de cabeça baixa fazer o papel de INPS, ou se corre o risco de uma intervenção, fazendo aquilo que os trabalhadores determinam."

Um novo momento de humor na entrevista foi quando se perguntou a Lula sobre o convite feito — e aceito — a Murilo Macedo para comparecer à assembleia marcada para amanhã em Vila Euclides. "Ele aceitou o convite só para parecer simpático aos trabalhadores, tentou uma jogada política que ele deve achar hábil, mas eu acho inábil. Ele apenas mentiu mais uma vez para os trabalhadores".

Convite entregue antes da punição

Pela tv colorida, a nota do Ministro

# "Governo está forte para fazer cumprir a lei"

BRASILIA (Sucursal) — "O governo está forte para fazer cumprir a lei, quem analisar de forma diferente e desta forma agir que arque com as consequências". Esta era uma declaração repetida em gabinetes próximos ao do presidente João Batista Figueiredo, ontem, quando o ministro Murilo Macedo, do Trabalho, anunciava em São Paulo a intervenção.

Ao que se dizia, nos episódios da intervenção e exoneração do general Serpa o governo tinha chegado ao "limite de paciência". Primeiro frente à grande preocupação no combate à inflação, preocupação que a greve só faz aumentar. Segundo com a insistência de Serpa em desobedecer ordens superiores.

Na nota oficial lida no início da noite, pelo porta voz presidencial, ministro Said Farhat, em nome do chefe de governo, este clima está implícito: "O governo — diz a nota — tudo fez para evitar a greve, procurando inclusive aproximar as partes. Entretanto, depois da decisão da Justiça do Trabalho só nos restava cumprir a lei — o que as diretorias do sindicato recusavam-se a fazer, mantendo o incitamento da greve".

Qual o canal que o governo utilizará agora para continuar as negociações com os metalúrgicos?, perguntaram a Farhat. "Os mesmos sindicatos — disse — que continuam a representar os trabalhadores através dos interventores. O governo foi obrigado a intervir pela ilegalidade em que se colocavam os líderes incitando à greve."

Pelas conversas nos corredores palacianos pode-se deduzir que a ordem de intervenção partiu da própria Presidência da República, fato que não é reconhecido oficialmente. Na verdade, o ministro Macedo já estava de posse desta determinação quando se avistou com o vice-presidente do Sindicato de São Bernardo do Campo, o "Rubão". Mas o ministro Said Farhat não parecia muito à vontade para falar neste assunto ontem. Primeiro ele disse que não é do seu costume comentar assuntos da intimidade do Poder. Como esta afirmação não confirmava mas também não desmentia a mão decisiva do presidente nesta medida, ele procurou corrigir: "A decretação de intervenção é um ato da competência do ministro do Trabalho."

Segundo lembraram ontem as fontes do Planalto, Serpa foi notificado duas vezes antes de ser exonerado e o governo aguardou três dias de greve ilegal para decretar a intervenção. "Nos dois casos — comentam — ocorrerão desdobramentos, mas serão absolutivos sem abalar a força do governo".

Estas duas atitudes teriam um sentido claro. O governo pretende assumir uma posição mais agressiva diante das dificuldades que vem enfrentando. "A principal preocupação do governo é a inflação — afirmavam ontem. Não sabemos o que pretendiam os sindicatos metalúrgicos, ou uma pessoa como o Lula, na sua intransigência, mas sabemos que o governo está forte para fazer cumprir a lei."

Punição foi a mais severa da legislação



deverão assumir, segundo o ministro, a partir do meio-dia de hoje.

A medida ainda aplica pena de perda do cargo de todos os diretores dos dois sindicatos, entre eles Luis Inácio da Silva, o "Lula", de São Bernardo, e Benedito Marcilio, de

## Não afeta a abertura, diz Jarbas Passarinho

**BRASÍLIA (Sucursal) —** Ao anunciar aos repórteres a intervenção, o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, negou que a providência adotada pelo governo possa comprometer a abertura política:

"Pelo contrário, o que se faz é cumprir a lei a partir da decisão do tribunal que considerou ilegal a greve."

Afirmou ainda o senador Passarinho que as eventuais demissões de grevistas seriam compensadas com a admissão de desempregados:

"Nas portas das fabricas estão milhares de pessoas querendo o lugar dos grevistas."

O PMDB, através de seu vice-líder, Orestes Quêrcia, protestou contra a intervenção enfatizando que a medida representa "mais uma violência do arbitrio". Lamentou, também, que o governo não tenha agido com sensibilidade, ao optar pela força ao invés de reconduzir o empresariado à mesa de negociações.

## Sindicalistas protestam

A decisão do governo de intervir nos sindicatos provocou indignação das principais lideranças sindicais do País, para quem "a abertura para os trabalhadores não passa de uma farsa, já que o governo continua tomando medidas escandalosamente parciais a favor do capital", conforme declarou José Vilar, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade, em Minas Gerais.

Para o ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Olivio Dutra, que também foi destituído do cargo, o "direito de livre organização dos trabalhadores está sendo brutalmente violentado com a intervenção".

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves, também assegurou que "a Unidade Sindical continuará dando e inclusive intensificando todo o seu apoio moral e material aos grevistas do ABC". O líder sindical santista também repudiou "mais esta atitude do governo e dos ministros para beneficiar o capital em detrimento dos trabalhadores".

penalidade que "na eximia a apuração, pelo órgão próprio, das responsabilidades penais, acaso ocorrentes". Esses dirigentes deverão estar recebendo a intimação da DRT hoje pela manhã.

Murilo Macedo não soube responder quanto tempo duraria a inter-

O líder do PT, Henrique Santillo, que anunciou ao plenário a intervenção, disse que "é um retrocesso político e uma guinada do regime para a direita."

Antes de ser anunciada a intervenção, o senador Marcos Freire (PMDB-PE) sugeriu ao presidente Luis Viana Filho, em nome da liderança do PMDB, que fosse examinada a possibilidade da designação de uma comissão interpartidária de senadores para se dirigir a São Paulo e, após ouvir operários e empresários no ABC, tentar encontrar uma solução para por fim à greve. O presidente do Senado informou que a proposta do PMDB seria examinada.

Ná Câmara, antes do encerramento da sessão de ontem, o deputado Adhemar Santillo (PT-GO) foi à tribuna para denunciar que era iminente a intervenção e disse:

"Os trabalhadores, conscientizados da justiça de suas reivindicações, não voltarão às fábricas pela força".

## Show de domingo está ameaçado

O show que Chico Buarque e outros artistas dariam em São Bernardo, no Estádio de Vila Euclides, domingo, poderão não ser realizado por falta de cumprimento dos dispositivos legais previstos na legislação sobre diversões públicas. O Departamento de Polícia Federal de São Paulo, em ofício encaminhado ao prefeito de São Bernardo, Tito Costa, solicita o cumprimento da legislação censória e alerta para as irregularidades de dispositivos legais do show anunciado. A medida baseia-se no decreto 61.123, de 1967.

## Em Santo André, cinco mil decidem continuar parados

Cerca de cinco mil trabalhadores metalúrgicos de Santo André decidiram ontem, em assembleia, continuar em greve e realizar uma nova assembleia hoje, às 16 horas. O clima da assembleia foi normal, uma vez que a diretoria do sindicato local não estava informada da intervenção.

Os oradores procuraram alertar os trabalhadores para que não retornem ao trabalho, dando continuidade ao movimento, embora uma grande parcela da classe venha sofrendo forte pressão das empresas, segundo informaram.

Um comunicado distribuído aos metalúrgicos, anunciando que a Cofap está disposta a contratar 1.000 empregados, dos quais 700 ser-ventes e 300 operadores de máquinas, foi comentado pelos oradores na assembleia de ontem, alertando os empregados daquela indústria para que não se intimidem diante desse comunicado. Segundo declararam, outras indústrias já tomaram providência idêntica, justamente com o objetivo de assustar seus empregados.

## Balanço da Fiesp mostra situação

De acordo com dados fornecidos pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o índice de comparecimento nas fábricas ontem foi o seguinte:

São Bernardo do Campo: Volkswagen — 19%; Mercedes — 8%; Ford — 12%; Chrysler — 9%; Kamangia — 18%; Brastemp — 19,5%; Fabrilni — 40%; Gemmer — 21%. Santo André: Pierre Saby — 50%; Nordon — 40%; Fischet — 20%; Confab — 68%; GE — 55,5%; Gemmer — 82%; Philips — 26%; Chrysler — 19%; Isam — 46,7%; Cesfon — 30%; Mollins — 8,9%. Mauá — Ibrape — 26%; Fundação Eden — 100%; Eaton — 96%; Gemmer — 77%. Ribeirão Pires: Constanta — 48,6%; Brazol — 62%. Rio Grande da Serra — Poloni — 100%.

Os empresários que fazem parte do Grupo 14 da Fiesp não tiveram nenhuma reunião ontem, ao contrário dos dias anteriores. Walter Sacca, porta-voz do Grupo 14, disse apenas que os empresários estão aguardando a volta dos trabalhadores, "que está ocorrendo mais lentamente do que pensamos que iria ocorrer".

de São Bernardo na manhã de ontem, de convidar o ministro Murilo Macedo para discutir sobre a política salarial, acabou chegando tarde. O convite foi entregue ao ministro apenas cerca de quinze minutos antes da intervenção.

Cerca de 50 mil metalúrgicos compareceram à assembleia de ontem, e aprovaram a proposta do convite oficial ao ministro levantando o braço. Luis Inácio da Silva, o Lula, presidente do sindicato, afirmou que Murilo Macedo deveria comparecer à assembleia dos metalúrgicos "para tentar convencer os trabalhadores de que eles, Governo e patrões, estão certos e nós estamos errados".

Lula informou aos metalúrgicos que a greve, ontem no seu 17.º dia, já havia batido o recorde de duração da paralisação do ano passado, que durou 15 dias. "Nós em São Bernardo estamos preparados para ficar em greve até o dia em que os empregadores quiserem fazer um acordo que atenda aos nossos interesses", afirmou.

O ambiente estava calmo na sede do sindicato até as 16h30, quando os jornalistas que estavam em São Bernardo começaram a receber informações das redações de que a intervenção seria anunciada ainda durante a tarde. Poucos diretores estavam na sede, e receberam a notícia com descrença.

Lula só chegou ao sindicato às 17h25, vindo de sua casa, onde havia tentado inutilmente conversar pelo telefone com o secretário da Segurança Pública, Otávio Gonzaga Júnior, e o diretor do Deops, Romeu Tuma. Lula afirmou que não sabia de nada sobre a intervenção, mas iniciou o trabalho de esvaziar as gavetas de sua mesa, que só interrompeu para atender a repórteres e fotógrafos.

"Coloca no Zé Bêtio pra ver se tem alguma informação mais séria", disse Lula para os repórteres que estavam com o rádio ligado, esperando a confirmação da notícia da intervenção.

Cercado de jornalistas, Lula tentou descontraído ambiente brincando com a máquina fotográfica de um deles. E fez "Satanás", um metalúrgico piauiense que tem sido seu guardião desde o início da greve, posar sentado na sua cadeira, fazendo o papel do interventor. Mas logo depois ele telefonava preocupado, procurando informações no Deops sobre os diretores que haviam sido chamados para prestar depoimento.

As 18h30 um grupo de metalúrgicos lotava o salão do sindicato, assistindo televisão, e viajava o empresário Osvaldo Palma, secretário da Indústria e Comércio, que apareceu em um anúncio pedindo o fim da greve. Em São Paulo, a intervenção era anunciada. O deputado Almir Pazianoto e os presidentes do Sindicato dos Jornalistas, David Moraes, e do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, Jacob Bitar, chegaram logo depois ao Sindicato de São Bernardo e fecharam-se com Lula e outros diretores na sala da presidência.

As 19 horas, um grande número de metalúrgicos reuniu-se no salão para acompanhar o noticiário da televisão. Uma grande maioria acompanhou a notícia final: o lacônico anúncio de que o ministro do Trabalho havia acabado de assinar a intervenção.

As mais fortes saudaram a leitura da portaria da intervenção pelo ministro, na televisão, às 20h13. Mas no final os metalúrgicos passaram a gritar repetidamente "A greve continua..."

diretoria. No Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, mostra as últimas cenas do "Jornal Nacional": o ministro Murilo Macedo, olhos pendurados no nariz, assina o ato de intervenção nos dois Sindicatos do ABC ainda em greve. Ospeões concentrados diante do aparelho explodem em vaia e gritos alusivos à mãe do ministro. E, imediatamente, sobem todos para o terceiro andar — onde fica o auditório — gritando sempre "a greve continua". Lá de fora, vem o som de outro coro: "Com Lula ou sem Lula, a greve continua." E assim, sem sinais de desânimo nos rostos duros, que os trabalhadores de São Bernardo tomam conhecimento da intervenção.

No auditório, Expedito Soares da Silva, segundo-secretário do Sindicato, começa a dar as ordens da diretoria "cassada": manda os "trabalhadores de vanguarda" (ou seja, o pessoal que faz os piquetes) irem para casa, descansar. "A diretoria e o restante do pessoal vão ficar, tranquilos como sempre, porque sabemos daquilo que queremos". Classifica de "covardia" e "jogo sujo" o ato de intervenção.

Severino Alves Batista, o secretário, toma o microfone e pede "cabeça fria para não aceitar provocações, que é isso mesmo que eles estão querendo". Prevê que os interventores só chegarão ao Sindicato no dia seguinte: "Funcionário público só chega às nove da manhã".

Expedito volta ao microfone e dá novas instruções: a partir do momento em que não for mais possível reunir-se no Sindicato, o pessoal deve dirigir-se ao Paço Municipal. "Se o Paço estiver interditado — prossegue —, temos a Igreja Matriz e, se não der também na Matriz, temos todas as igrejas, tanto do ABC como de São Paulo. Vamos fazer as reuniões lá. A greve continua."

Aplausos, muitos aplausos. E um ensaio de vaia para o pessoal das duas mesinhas do mezanino, que, apesar de tudo, prosseguem com o jogo de dominó, falam alto, batem com as peças na mesa, atrapalhando a reunião. Expedito anuncia que Lula deverá também falar aos companheiros, mas o presidente do Sindicato ainda está na sua sala, no andar de baixo, recebendo a solidariedade de dom Claudio Hummes, bispo diocesano de Santo André.

Pelo saguão do sindicato, circulam os líderes sindicais que foram dar apoio aos metalúrgicos. Arnaldo Gonçalves, dos metalúrgicos de Santos, e Jacó Bittar, dos Petroleiros de Paulínia, dizem que "tudo vai depender da continuidade do movimento". E Jacó, também presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), lembra que, desta vez a Unidade Sindical — uma CGT embrionária, que se movimentava nas horas de crise — reagiu um pouco tarde: só ontem é que seus componentes iriam discutir um Edital-Padrão de convocação de assembleias para discutir não apenas a greve de São Bernardo, mas também a reivindicação de estabilidade por um ano de emprego. O líder dos petroleiros conta também a sua dúvida em aceitar ou não convite de entidades sindicais internacionais para ir a Iugoslávia: ele deveria embarcar no sábado e aproveitaria a viagem para tentar obter um apoio internacional que servisse de contra-pressão à esperada intervenção nos dois Sindicatos do ABC. "Gora, não sei se vou ou não".

dirigentes sindicais do ABC a mais severa das punições previstas no artigo 553 da CLT, que prevê multa, suspensão ou destituição de dirigentes sindicais que forem enquadrados nas situações previstas no artigo 724 do mesmo documento legal. "Quando a suspensão dos serviços ou desobediência a decisões dos tribunais do trabalho foi ordenada por associação profissional, sindical ou não, de empregados ou empregadores."

Além da perda do cargo, os líderes sindicais ficam sujeitos ainda às penas "cominadas na lei penal (6 meses a um ano de prisão)" e a entidade pode ser fechada e sua carta sindical cassada, nos termos do mesmo artigo 724.

O artigo 528 autoriza o ministro do Trabalho a intervir nas entidades classificadas "ocorrendo dissídio, circunstância que prejudique o funcionamento do sindicato, ou motivos relevantes para a segurança nacional". O ministro é autorizado a nomear junta interventora ou delegado para substituir a direção afastada.

O primeiro dos artigos mencionados na portaria que determinou a destituição, o 514, prevê na sua letra "A" que é "dever do sindicato colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social"; e na letra "C", que "cabe ao sindicato promover a conciliação no dissídio do trabalho".

## Dirigentes prestaram depoimento no Deops

Foram liberados às 18 h e 40 de ontem os 9 diretores e 2 suplentes da Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, ouvidos pelo delegado encarregado de assuntos sindicais, dr. Edsel Magnotti, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). Segundo o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Djalma de Sousa Bom, um dos ouvidos ontem, foram apresentados ao delegado os estatutos da entidade e seus objetivos. Também ficou esclarecido que o fundo de apoio aos metalúrgicos em greve vem sendo formado "por doações espontânea do povo paulista".

Logo após serem liberados pelo Deops, os metalúrgicos ficaram sabendo pelo rádio da intervenção em seu sindicato. Na opinião de alguns deles, o governo procurou, com esta medida, "atemorizar os trabalhadores", mas que "a maioria continuaria a paralisação, até que as reivindicações básicas fossem atendidas".

Na opinião do deputado Airton Soares, que acompanhou os trabalhadores até o Deops, todos os fundos e alimentos encaminhados aos trabalhadores de Santo André e São Bernardo foram doados pela população da Grande São Paulo, "que conhece as dificuldades daqueles que lutam por salários mais dignos". A seu ver, a intimação do Deops pode ser uma das formas legais para pressionar as lideranças do movimento a retornar ao trabalho. Mas alertou:

— Com medidas desse tipo e, agora, com a intervenção, os trabalhadores se sentirão ainda mais compelidos a manter a greve.

Participaram da cobertura Odilon Guimarães, Ulisses Capozoli, Ceclia Pires, Enéas Macedo Filho, Ricardo Kotscho, Clovis Rossi, Jair Borin, Isabel Dias de Aguiar, sucursais e "Agência Folhas".

# Lula e demais presidentes sindicais são afastados, mas a greve não cessa

Lula, Benedito Marcilio e outros líderes sindicais foram afastados ontem de seus cargos pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que decretou intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

O Ministro justificou a intervenção face à greve dos metalúrgicos, "considerada ilegal pela Justiça do Trabalho e que permanece mesmo após a decisão do Poder Judiciário".

Segundo o Ministro, as sindicâncias efetuadas comprovam que houve "inequivocamente o incitamento à greve por parte dos integrantes das diretorias e demais órgãos de administração e representação sindical". Afirma, ainda, que houve "descumprimento da CLT, tudo de sorte a caracterizar a ocorrência de circunstâncias que, perturbando o funcionamento dos sindicatos", implicam em prejuízos para seus associados.

Para interventor no sindicato de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, o Ministro nomeou o inspetor de trabalho Guaracy de Souza Sampaio, e para o de São Bernardo do Campo e Diadema, Oswaldo Pereira D'Aguiar Baptista.

O decreto da intervenção determina que, "restabelecidas as atividades normais dos sindicatos", os interventores providenciem a eleição de novas diretorias.

Antes da intervenção o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, deputado federal Benedito Marcilio Alves da Silva (PTB-SP), garantiu a 5 mil trabalhadores, presentes à assembleia-geral da categoria em greve, no estádio de Jacatuba, no fim da tarde: "Estamos em condições de continuar em greve, mobilizados e ordeiros, enquanto os patrões e o Governo quiserem que prossigamos".

Num discurso inflamado o líder operário disse que, "com sua intransigência, eles é que nos forçam a prosseguir com a paralisação".

A necessidade de continuar a greve foi defendida pelo orador como "a única forma de se forçar a reabertura das negociações com os empresários. Na Assembleia, marcada pelas já habituais críticas às empresas estrangeiras e agora também pela solidariedade dos oradores ao general Antonio Carlos de Andrada Serpa contra a participação das multinacionais no Proálcool, os operários decidiram manter a greve.

## O GOVERNO FEZ TUDO

"O Governo tudo fez para evitar a greve, procurando inclusive aproximar as partes. Entretanto, depois da decisão da Justiça do Trabalho, só nos restava cumprir a lei, o que as diretorias dos sindicatos recusavam-se a fazer, mantendo o incitamento à greve".

Foi o que disse o presidente João Figueiredo, em nota lida no início da noite, pelo ministro da Comunicação Social, Sérgio

Quércia (SP), protestou contra a intervenção, assinalando que a medida representa "mais uma violência do arbítrio", e lamentou que "o Governo não tenha agido com sensibilidade".

O líder do Partido dos Trabalhadores, Henrique Santilo (GO), que anunciou no plenário a intervenção, disse que ela representa "um retrocesso político e uma guinada do regime para a direita". Francisco Leite Chaves (PR), do Partido Trabalhista Brasileiro, manifestou que "não se justificava tanta pressa de parte do Governo".

## AS CONSEQUÊNCIAS

Após 17 dias de greve, a paralisação das 670 empresas metalúrgicas de São Bernardo do Campo e Diadema atingiu ontem seu maior índice — 95 por cento — segundo informações fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores.

O setor automobilístico amanheceu totalmente parado e registrando um fato novo: mensalistas da Mercedes-Benz e Volkswagen aderiram ao movimento, em índices que o sindicato revelou estar entre 40 e 50 por cento.

Segundo o (até então) presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, "a Mercedes-Benz, em Campinas, já está trabalhando apenas meio período, por falta de peças; a Ford, em São Paulo, está quase parada, pelo mesmo motivo; a Fiat, em Betim, (Minas Gerais), diminuiu sua produção em quase 50 por cento, igualmente por falta de peças, fornecidas principalmente pela TRW Gemmer Tompson, com fábricas em São Bernardo do Campo e Santo André; a Ford em Taubaté, General Motors em São Caetano e São José, e a Volkswagen em São Paulo e Taubaté, também diminuíram suas atividades, por razão idêntica.

## UM CONVITE AO MINISTRO

Na maior assembleia já realizada na campanha salarial deste ano, 60 mil metalúrgicos em greve reunidos ontem aprovaram fazer um convite ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, para que compareça ao Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, e explique aos trabalhadores a política salarial do Governo.

Várias vezes, na assembleia, os metalúrgicos aprovaram, com os braços levantados, a continuidade da greve, até que suas reivindicações sejam atendidas. Todos os oradores repudiaram os incidentes registrados nas últimas 48 horas, em decorrência da atuação da Polícia, que segundo eles, intensificou o número de prisões e tem agido com violência.

Osmar Mendonça acentuou que "os metalúrgicos derrotaram as leis ordinárias e a política salarial do Governo em 78, 79 e 80, e vamos derrotar também essa nova política salarial que vem sendo anunciada pelo minist-

PT 1073.131

O governo tudo fez para evitar a greve, procurando inclusive aproximar as partes. Entretanto, depois da decisão da Justiça do Trabalho, só nos restava cumprir a lei, o que as diretorias dos sindicatos recusavam-se a fazer, mantendo o incitamento à greve". Foi o que disse o presidente João Figueiredo, em nota lida no início da noite, pelo ministro da Comunicação Social, Said Farhat, a propósito da intervenção. Farhat não quis responder perguntas a respeito da intervenção, alegando estar a questão sob a responsabilidade direta do ministro do Trabalho.

Sobre se a decisão de intervir nos sindicatos tinha sido tomada pessoalmente pelo presidente Figueiredo, o ministro Farhat disse não ter "o costume de comentar aquilo que acontece na intimidade do palácio do Planalto".

#### LIDER DO GOVERNO DEFENDE EMPRESAS, OPOSICÃO DEFENDE TRABALHADORES

O líder do Governo, Jarbas Passarinho, fez um histórico dos acontecimentos em São Paulo, dizendo que o percentual pleiteado para índice de produtividade "é excessivo, superior ao de muitas nações mais desenvolvidas que o Brasil".

O PMDB, pela palavra do senador Orestes

pudiam os incidentes registrados nas últimas 48 horas, em decorrência da atuação da Polícia, que segundo eles, intensificou o número de prisões e tem agido com violência.

Osmar Mendonça acentuou que "os metalúrgicos derrotaram as leis ordinárias e a política salarial do Governo em 78, 79 e 80, e vamos derrubar também essa nova política salarial que vem sendo anunciada pelo ministro Delfim Neto". Criticou a convocação dos dirigentes do Fundo da Greve para deporem no DOPS, na tarde de ontem, assinalando que, "quem deve ser convocado para depor lá é o ministro Murilo Macedo". O sr. Osmar Mendonça garantiu que "a greve vai continuar, ordeira, por mais 30, 40, 60 dias, e convidamos o Ministro para vir a este estádio discutir conosco e provar o que vem dizendo nos jornais, no rádio e na Televisão, provar que ele e sua política estão certos".

Em seu discurso, Lula (até então ainda não deposto) alertou os trabalhadores para a campanha que os empresários passarão a desenvolver, através dos jornais, rádio e televisão, anunciando novas vagas em suas empresas. Disse que "os operários não precisam se preocupar com isso, pois quero ver eles contratarem 140 mil trabalhadores para tocarem suas empresas" - observou. As próximas assembleias foram marcadas para amanhã e terça-feira.

# Intervenção nos sindicatos metalúrgicos

*O ministro do Trabalho decretou ontem à noite a intervenção nos sindicatos metalúrgicos paulistas alegando a ilegalidade da greve e o incitamento por parte dos líderes*

**São Paulo** - O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decretou ontem à noite intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra e São Bernardo do Campo e Diadema, nomeando, ao mesmo tempo os interventores.

Luiz Inácio da Silva, o Lula, Benedito Marcilio e outros líderes sindicais foram afastados hoje de seus cargos pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que decretou intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

O ministro justificou a intervenção com a greve dos metalúrgicos, "considerada ilegal pela justiça do trabalho e que remanesce mesmo após a decisão do Poder Judiciário".

Segundo o ministro, as sindicâncias efetuadas comprovam que houve "inequivocamente o incitamento a greve por parte dos integrantes das diretorias e demais órgãos de administração e representação sindical". Afirma, ainda, que houve "descumprimento da CLT, tudo de sorte a caracterizar a ocorrência de circunstâncias que, perturbando o funcionamento dos sindicatos", implicam em prejuízos para seus associados.

Para interventor no sindicato de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, o ministro Murilo Macedo nomeou o inspetor de trabalho Guaracy de Sousa Sampaio, e para o de São Bernardo do Campo e Diadema, Oswaldo Pereira D'Sguar Baptista.

O decreto da intervenção determina que, "restabelecidas as atividades normais dos sindicatos", os interventores providenciem a eleição de novas diretorias.

Antes da intervenção, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, deputado federal Benedito Marcilio Alves da Silva (PTB-SP), garantiu a 5 mil trabalhadores, presentes à assembleia-geral da categoria em greve, no estádio de Jacatuba, no fim da tarde, que "estamos em condições de continuar em greve, mobilizados e organizados, enquanto os

patrões e o governo quiserem que prossigamos".

Num discurso inflamado, o líder operário disse que "com sua intransigência, eles é que nos forçam a prosseguir com a paralisação". A necessidade da continuidade da greve foi defendida pelo orador como a única forma de se forçar a reabertura das negociações com os empresários. Na assembleia, marcada pelas já habituais críticas às empresas estrangeiras e agora também pela solidariedade dos oradores ao general Antonio Carlos de Andrada Serpa contra a participação das multinacionais no Proálcool, os operários decidiram manter a greve.

## Macedo foi convidado a explicar

**São Paulo** - Na maior assembleia já realizada na campanha salarial deste ano, 60 mil metalúrgicos em greve, reunidos onde haviam aprovado o convite ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, para que comparecesse ao estádio da Vila Euclides - em São Bernardo do Campo - e explicasse aos trabalhadores a política salarial do governo.

O convite ao ministro foi proposto pelo membro da comissão de salários e mobilização, Osmar Mendonça, quando discursava, sendo reiterado pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luiz Inácio da Silva, Lula, no encerramento da assembleia no estádio da Vila Euclides. Nas duas vezes em que foi apresentado, o convite obteve a aprovação unânime dos trabalhadores.

Várias vezes na assembleia de ontem os metalúrgicos aprovaram com braços levantados, a continuidade da greve até que suas reivindicações sejam atendidas. Todos os oradores - os militantes João Batista, Osmar Mendonça e Enilson Simões de Moura ("Alemão"), o tesoureiro, Djalma de Souza Bom, e o presidente do sindicato, Lula - repudiaram os incidentes registrados nas últimas 48 horas em decorrência da atuação da polícia, que segundo eles, intensificou o número de prisões e tem agido com violência.

Osmar Mendonça acentuou que os metalúrgicos "derrotaram as leis ordinárias e a política salarial do governo em 78, 79 e 80 e vamos derrubar também essa nova política salarial" que vem sendo anunciada, pelo ministro Delfim Netto. Ele criticou a convocação dos dirigentes do fundo de greve para deporem no DOPS na tarde de ontem, assinalando que "quem deve ser convocado para depor lá é o ministro Murilo Macedo". Osmar Mendonça garantiu que "nossa greve vai continuar ordeira por mais 30, 40, 60 dias e convidamos o ministro Murilo Macedo para vir a este estádio, para discutir conosco e provar o que vem dizendo nos jornais, no rádio e na televisão, provar que ele e sua política estão certos".

Em seu discurso, Lula alertou os trabalhadores para a campanha que os empresários passariam a desenvolver hoje, através dos jornais, rádio e televisão, anunciando novas vagas em suas empresas. Disse que "os operários não precisam se preocupar com isso, pois quero ver eles contratarem 140 mil trabalhadores para tocarem suas empresas". As próximas assembleias foram marcadas para sábado e terça-feira, data em que, segundo ele, os empresários esperam que a greve termine.

## Lula: eles não vão aguentar

Luiz Inácio da Silva enumerou os movimentos grevistas anteriores que venceram pela insistência, o que, segundo ele, motiva os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema a continuarem paralisados: "em 1951 os bancários fizeram 69 dias de greve e retornaram ao trabalho com vitória; em 53, os metalúrgicos de São Paulo, os marceneiros, vidreiros e gráficos aguentaram 29 dias e saíram vitoriosos. Nós já batemos nosso próprio recorde do ano passado, quando fizemos 12 dias de greve. Já chegamos aos 17 e só vamos voltar quando os patrões resolverem fazer um acordo decente".

Luiz Inácio referiu-se à classe empresarial "como a mulher paquerada, que fica fazendo charminho, mas que não vai aguentar a uma cantada maior. Eles estão zangadinhos - disse - fazendo birra, mas

logo vão deixar a bronca de lado e virão conversar com a gente".

E citou o caso das filiais da Volks e da Ford em Taubaté, a Mercedes Benz, de Campinas, a Volks de São Paulo, a GM de São Caetano e de São José, que, segundo ele, estão quase parando por falta de peças, enquanto as pequenas e médias empresas de autopeças estão querendo dar férias coletivas porque não têm mais onde colocar seus estoques. "Eles não vão aguentar muito tempo mais. O prejuízo deles com a greve ficou mais caro que se tivessem dado 15% de aumento. Depois dizem que nós é que somos radicais".

## Dez cuidados

O presidente do sindicato enumerou dez cuidados que os metalúrgicos devem tomar em caso de serem presos ou para evitar as detenções. Criticou a violência policial que, "ao invés de ficar protegendo o patrimônio das empresas, prendem quem encontra na rua, até quem foi à padaria comprar pão e nada tem com a greve". À tarde Lula compareceria à Secretaria de Segurança Pública para uma audiência com o secretário Octávio Gonzaga Jr., para denunciar a violência e pedir moderação à polícia.

Luiz Inácio disse também que, se for necessário, procurará o comandante do 11 Exército ou até em Brasília o presidente da República. "O governo escuta 24 horas por dia os patrões e nunca os trabalhadores. É necessário que se diga que o trabalhador não é objeto que a polícia trate como se fosse filho dela. Subversivo é o patrão que deixa de pagar 15% de aumento e tem prejuízo de mais 30%. Vou tentar contato até com o Papa. Eles vão ter que nos ouvir e respeitar os trabalhadores".

"Ao presenciar prisões, anote o número da viatura, se for carro particular, anote a placa e avise imediatamente o sindicato; não ande sem documento; não fique em bares ou na rua à toa; não vá à porta da fábrica, a não ser com orientação da comissão de salários; em caso de prisão, exija a presença do advogado (o sindicato mantém 15 advogados solidários e vários deputados à disposição) e não preste depoimento sem a presença do advogado e do diretor do sindicato; em caso de violência policial exija que conste do depoimento as violências sofridas; exija exame de corpo de delito para responsabilizar a polícia; procure a sala de imprensa do sindicato e denuncie aos jornalistas as agressões

sofridas; não ande armado, nem de canivete, nossa arma é a voz; evite andar sozinho porque a polícia está prendendo todo mundo na rua". Estas são as orientações, mas Enilson Simões de Moura disse mais uma: toda vez que tiver um grupo parando os ônibus, alguém procure ficar à distância para identificar a polícia.

## Violência policial

Osmar Mendonça, da comissão de salários, também criticou a violência policial: "o governo enche o ABC de polícia, enquanto os trombadinhas, ladrões e corruptos continuam sentados nos sofás em São Paulo e vocês sabem muito bem quem é". Nesse momento gritaram: "Maluf, Maluf". Referiu-se ao ministro Delfim Netto, como o "Gordinho trambiqueiro que quer outra vez baixar o arrocho salarial em cima da gente. O mesmo gordinho trambiqueiro que quer mudar a política salarial para pior é o mesmo que vende a Amazônia para o capital estrangeiro; é o mesmo que envidou o país e a gente que tem que pagar. Mas nós não vamos pagar nada. Os patrões é que devem pagar".

"O governo - disse Osmar Mendonça

- quer ganhar o campeonato sem fazer nenhum jogo. Mas nós vamos fazer todos, derrotá-los em todos e levar a taça para casa, porque nós estamos aqui no estádio e as máquinas enferrujando nas fábricas".

Um operário foi agredido na madrugada de ontem próximo ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. José Afonso Dias disse que saía do sindicato, após assistir uma peça de teatro, quando foi interceptado por uma viatura da Rota. Os policiais perguntaram de onde ele vinha e, ao ouvirem a palavra sindicato, imediatamente colocaram o metalúrgico dentro da viatura. "Me levaram até uma pracinha aqui perto, me tiraram pelo colarinho da camisa, perguntaram o que eu fazia no sindicato. Ai um deles falou que ia me dar uma pancada e me deu. Depois me soltou e eu caí no chão. Ai me chutou e foi embora", contou José Afonso.

Durante a manhã, os piquetes foram mais intensos na maioria das fábricas. O policiamento também aumentou e um pelotão de choque chegou a ser deslocado para a porta da Brastemp, em São Bernardo. Outro piquete que exigiu um policiamento maior foi o da estrada das Lágrimas, que liga São Paulo a São Bernardo.



JORNAL *Estado de São Paulo*  
*P. Quarta*  
Data *19/04/80* Estado *SP*

# Empossados dois interventores em sindicatos

SÃO PAULO—(AJB-GP)—Numa cerimônia formal, que durou 15 minutos, o delegado regional do Trabalho, Ricardo Nacin Saad, empossou os dois interventores dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, na própria sede da DRT, no centro, em que Oswaldo Pereira D'Aguiar Baptista e Guaracy de Souza Sampaio assinaram, num livro, o tempo de posse e compromisso. Feita a posse simbólica, os dois interventores, acompanhados do delegado Regional do Trabalho, seguiram para o ABC apreensivos, diante da informação de que os metalúrgicos continuavam na frente dos sindicatos. A frente de dois carros oficiais da DRT, havia a escolta de uma viatura do DOPS, com policiais. A co-

mitiva deixou a DRT às 15h10m, com a finalidade de fazer a posse física nos dois sindicatos.

Desde as primeiras horas da manhã, dezenas de jornalistas fizeram plantão na DRT, aguardando as medidas administrativas da intervenção. Os dois interventores, da própria DRT, ficaram escondidos até a hora da posse. O delegado Ricardo Nacin Saad explicou que, "destruída toda a diretoria dos dois sindicatos, os interventores exercerão funções administrativas. Terão a missão de realizar um levantamento completo nos sindicatos e, num curto prazo, promover eleições de uma nova diretoria ou a constituição de uma junta governativa".

—Quanto aos dirigentes agora afastados eles estão definitivamente fora. Não poderão voltar a seus cargos—destacou Ricardo Nacin Saad, que comentou: "eu gostaria de que tudo tivesse sido resolvido de outra forma, com a observância da decisão do Poder Judiciário. Houve tentativa de negociação mas como não houve acordo, após a decisão da Justiça, diria que não houve observância ao Judiciário."

O delegado substituto Fernando Montenegro esclareceu que "a intervenção nos sindicatos de São Bernardo do Campo e Santo André é temporária e, a curto prazo, os interventores farão o levantamento completo da situação dos sindicatos para depois prepararem

eleições de uma nova diretoria. No levantamento serão examinadas as contas, os bens em geral. É uma espécie de um inventário". Explicou que "os interventores não mexerão na categoria. Eles não vão exercer politicamente os cargos. Quando a situação estiver normalizada, além de eleições, que é uma hipótese, poderão ser constituídas juntas governativas, com elementos só do Governo, mistas ou só de trabalhadores".

Quanto aos dirigentes afastados, a DRT informou que eles poderão continuar como associados do sindicato, "mas apenas para se utilizar de seus serviços e benefícios. Cargos eles não podem ter mais".

## Crítica à abertura

SÃO BERNARDO DO CAMPO — (AG — GP) — "A abertura política, tão propalada pelo governo, não atingiu os trabalhadores", disse ontem Luis Inácio da Silva, o Lula, após ter sido destituído de sua função de presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Em entrevista concedida ao sindicato, às 12h30min, já como presidente afastado, Lula, com os olhos vermelhos após ter passado à noite em claro, afirmou que "não vai ser intervindo no sindicato que o governo conseguirá que os metalúrgicos voltem ao trabalho. E argumentou: "A greve é o resultado de um estágio de consciência das classes trabalhadoras, e a direção do sindicato nada mais fez do que levar adiante essa luta".

Como já havia sido anunciado anteriormente, Lula reafirmou que as assembleias dos grevistas serão realizadas no Estádio de Vila Euclides. Ele informou que ontem pela manhã havia recebido confirmação do prefeito de São Bernardo, Tito Costa, cedendo o local. Mas, na eventualidade do estádio ser interditado, o ponto de reunião é a Igreja N. S. da Boa Viagem, matriz da cidade, e finalmente as paróquias de cada bairro.

O líder sindical de São Bernardo garantiu que não pretende formar um sindicato paralelo, mas enquanto não for eleita livremente uma nova diretoria promete continuar na liderança.

"Durante o tempo em que houver intervenção os trabalhadores não devem confiar no interventor, disse acrescentando

## Lula dá entrevista

SANTO ANDRÉ (AE-GP) — "Não irei sentir saudades do sindicato. O problema não é a sala, o prédio, mas o contato com os

que "sindicato não é o prédio, mas o trabalho na porta da fábrica."

"Se o governo entende que somos os responsáveis pela greve, nós achamos que a FIESP é ainda mais responsável", afirmou, informando que havia esboços de acordo com quatro empresas, antes de ser decretada a ilegalidade da greve. Além disso, Lula não aceita o argumento de que o movimento grevista poderia ser decretado ilegal por ter desrespeitado uma decisão do TRT. E lembrou que, no ano passado, os empresários mesmo após a decisão do TRT fixando reajuste salarial ofereciam nas negociações, índices superiores. "E não aconteceu nada com eles", — disse.

Embora tenha lamentado a intervenção, Lula afirmou: "Para mim não é nenhuma novidade, pois no ano passado foi a mesma coisa". No entanto, ele ressaltou que "não é nada confortável para quem luta pela autonomia sindical ver o governo se dar ao luxo de mudar uma direção".

— E motivo de alegria quando sofremos intervenção porque significa que acompanhamos passo a passo os trabalhadores embora também seja motivo de tristeza. Os trabalhadores não podem ser tratados como animais, continuou, esclarecendo que uma campanha dos metalúrgicos pelo seu retorno ao sindicato "vai depender da decisão de cada trabalhador".

Ele afirmou contudo, que a luta dos metalúrgicos em greve continua a ser por melhoria salarial e garantia no trabalho.

## Marcílio

SANTO ANDRÉ (AE-GP) — Contradizendo o que afirmara na quinta-feira à noite, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Benedito Marcílio, confessou ontem que não esperava a intervenção. Logo depois de sua chegada ao sindicato, às 8 horas, comentou "ter sido uma noite triste para os trabalhadores brasileiros, porque - explicou - todos nós temos consciência da justiça contida em nossas reivindicações (15 por cento de aumento, além do INPC, estabilidade de um ano, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, entre outras)".

Quando a forma diferente como ocorreu a intervenção este ano, "sem a repressão com "brucutus", cães amestrados, cavalaria e policiais, existentes em 79", o presidente do Sindicato de Santo André, disse: "Até o momento (manhã de ontem) esta intervenção está me causando uma certa estranheza" (em Santo André, até o horário da assembleia, não houve qualquer tipo de policiamento). Sua estranheza refere-se aos critérios utilizados, agora, "na verdade, nada mudou. Os homens que decidiram em 79 e agora em 80 são os mesmos", explicou.

Disse ainda que, apesar de cassado como dirigente sindical, pretendia fazer uso da palavra na assembleia das 16 horas (marcada para o Estádio Jacatuba, ontem), salientando já existir dois comandos alternativos, cada um com 10 elementos, para dar continuidade ao movimento, caso a diretoria seja impossibilitada de funcionar. "Hoje vejo a categoria dos metalúrgicos muito mais conscientizada. Estamos mais conscientes

## Para Macedo, fim está perto

SÃO PAULO (AE-GP) — O Ministro Murilo Macedo, do Trabalho, viajou ontem para Brasília muito otimista quanto ao fim da greve dos metalúrgicos do ABC, após intervenção naqueles sindicatos. Na sua opinião, o movimento "vai acabar logo porque os trabalhadores chegar à conclusão inevitável de que compraram falsos sonhos e promessas e sofreram enquanto outros continuam sofrendo grandes prejuízos com a paralisação".

"Mais ainda - frisou o Ministro - eles vão sentir que foram tapeados na boa-fé por dirigentes que usaram os sindicatos para promoção política pessoal sem nenhuma preocupação em defender os interesses dos operários. A greve caminhará para o fim porque o bom senso deverá prevalecer". O Ministro embarcou às 11 horas para Brasília e dessa vez conversou descontraidamente com os jornalistas em Congonhas.

## PT solicita apoio para greve

BRASÍLIA (AG/GP) — Os representantes do Partido dos Trabalhadores (PT), no Congresso, divulgaram ontem nota conclamando a todos os setores da sociedade a contribuir financeiramente para o fundo de greve dos metalúrgicos do ABC.

A nota é, na íntegra, a seguinte:

"A representação do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional entende ser de extraordinária importância que toda a nação brasileira esteja conscientizada e solidária com os metalúrgicos do ABC paulista, cujos sindicatos sofreram intervenção do Governo em razão das pressões da



Murilo Macedo

De acordo com cálculos feitos pelo Ministro Murilo Macedo, os metalúrgicos que voltarem ao trabalho receberão os 7% de aumento concedidos pela Justiça acima do INPC, "que foi o reajuste mais eleva-

do obtido em São Paulo, porque representa cerca de 87% de aumento para as classes mais inferiores".

"Enquanto isso - continuou Murilo Macedo - aqueles que continuam em greve perderão não apenas esse 7% de aumento real, como também outros 13% do INPC. Portanto, para cada operário em greve isso significa a perda de 20% de aumento concedido. Diante desses números e da certeza de que foram iludidos com falsas promessas dos dirigentes sindicais - especialmente a de que receberíamos dias parados - acreditamos no bom senso e na volta ao trabalho", assinalou Murilo Macedo.

O Ministro evitou comentar a declaração do líder sindical Luiz Inácio da Silva de que continuaria comandando a greve mesmo com o sindicato sob intervenção, limitando-se a dizer que o governo "aguardará os acontecimentos".

buindo com o fundo de greve. Daí estamos chamando a atenção das oposições brasileiras, partidárias e populares, para que organizem, no âmbito de seus municípios, a arrecadação de fundos coletivos ou contribuições individuais que deverão ser enviados, com urgência, ao Bispo de Santo André, Dom Claudio Hummes, na igreja do Carmo, em Santo André, São Paulo.

Brasília, 18 de abril de 1980.

Senador Henrique Santillo  
Deputado Antonio Carlos de Oliveira  
Deputado Adhemar de Barros

## Violência nas ruas

SÃO PAULO — (AJB-GP) — Violento conflito entre soldados da tropa de choque da Polícia Militar e cerca de dois mil operários em greve aconteceu ontem nos quarteirões próximos à sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, depois que o interventor do Ministério do Trabalho, Oswaldo Pereira D'Aguiar Baptista, havia entrado no prédio.

Depois de várias tentativas de dispersão da multidão de manifestantes pelas tropas da polícia e apesar de constantes tiros em altura baixa, de dois helicópteros militares, com seus artilheiros apontando metralhadoras para a rua, registraram-se escaramuças nas quatro quadras próximas à Rua João Basso. A polícia avançava e recuava, usando cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo contra pedradas.

Cerca de 200 pessoas estavam na frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, na Rua João Basso, às 15h55 h, quando oito caminhões da tropa de choque e um "espinhão de peixe" (com bancos nas carrocerias e soldados sentados de costas um para o outro) se distribuíram nas quatro esquinas de acesso ao edifício.

As tropas começaram a avançar imediatamente e não atenderam sequer aos deputados estaduais Almir Pazianotto Pinto e Flávio Bierrembach, do PMDB, que se dirigiram a elas gritando que queriam falar com seu comandante. Os deputados e os reporteres tiveram de abrir caminho sob a ação de cassetetes.

As 16 horas, um trabalhador foi espancado na porta do sindicato e, cinco minutos depois, os metalúrgicos foram dispersados e se abriu o caminho para que, às 16h08 h, o interventor, o delegado Regional do Trabalho, Ricardo Nacin Saad, e o comandante da Polícia Militar, coronel Arnaldo Braga, conseguissem entrar no prédio. O interventor ocupou o prédio escortado por policiais civis e quatro soldados da tropa de choque, com escudos transparentes e cassetetes. Os deputados Almir Pazianotto Pinto e Flávio Bierrembach protestaram pelo fato de terem sido agredidos pela polícia apesar da identificação anterior. O comandante da PM pediu desculpas, mas acrescentou: "numa hora dessas, tudo pode acontecer". Naquele momento, foram presos 11 metalúrgicos que se recusaram a identificar-se. O interventor Oswaldo Pereira D'Aguiar Baptista e as tropas de choque, além de oito pessoas que, na hora da dispersão da multidão por essas tropas, conseguiram se refugiar em terrenos baldios, próximos ao prédio do sindicato.

As 16h12m, quando o Delegado Regional do Trabalho, o comandante da PM deixavam o prédio, explodiu um novo conflito entre operários e soldados na esquina das ruas Marechal Deodoro e João Basso. Os manifestantes atiravam pedras nos vidros das viaturas policiais, até serem dispersados a cassetetes, numa operação comandada pessoalmente pelo coronel Arnaldo Braga.

As 17h02 h, a multidão passou a ocupar a Rua Faria Lima, a quatro quadras do sindicato, mantendo as escaramuças com a PM. A essas alturas já havia mulheres e crianças envolvidas no conflito, uma verdadeira batalha campal e portas se abriam para o movimento popular, que gritavam: "Deus é justo, Lula volta". Os jornalistas não eram poupados nos avanços da polícia militar e uma reportagem da TV Bandeirantes sofreu um golpe contundente de cassetetes.



cerceado esse direito de conversar com os trabalhadores". A madrugada de ontem entrava em sua primeira hora, quando Luiz Inácio da Silva, presidente afastado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, fez o desabafo a um grupo de jornalistas, que queriam saber o que ele iria fazer e como estava se sentindo após a intervenção decretada pelo Ministro Murilo Macedo, do Trabalho.

Depois de horas e horas reunido com vários advogados e deputados da oposição, Luiz Inácio da Silva não demonstrava qualquer sinal de cansaço ou de desânimo. Ao contrário, suas palavras eram firmes e não deixavam escapar sinais de nostalgia: "sei que a Villares - de onde ele é torneiro mecânico desde 1975 - vai me demitir por justa causa. Mas não tem problema. Eu apenas vou contribuir para aumentar ainda mais o exército de desempregados que existe em nosso país. Mas uma coisa posso garantir: fome eu não vou passar. Já fiz outras coisas na vida e posso muito bem ser vendedor de papel, garrafas ou cocadas. Além disso, esse Brasil possui oito milhões de metros quadrados e dá para a gente se virar em qualquer canto, em qualquer lugar".

Luiz Inácio da Silva aproveitou para falar sobre o principal motivo que levou a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC ao impasse à que chegou. Segundo ele, isto aconteceu "porque só há bom senso por parte da classe trabalhadora. Em toda minha vida sindical - disse - nunca encontrei um empresário que tivesse bom senso. E, no ano passado, depois de 57 dias de intervenção; isso ficou mais do que provado. Este ano não poderíamos cair nos mesmos erros. Não poderíamos confiar em quem nunca mereceu a nossa confiança".

## Mandado de segurança

SÃO BERNARDO (AE-GP) - O afastamento de um dirigente sindical morto por assaltantes no decorrer da greve de 1979 e de um outro que já se demitiu no ano passado, ambos do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, poderá fazer com que os advogados do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema impetrem um mandado de segurança visando anular a intervenção, decretada pelo Ministério do Trabalho, nos dois sindicatos. Essa possibilidade começou a ser estudada pelos advogados na madrugada de ontem, na sede do sindicato, logo após o encerramento de uma assembleia improvisada no auditório da entidade, onde cerca de dois mil metalúrgicos ouviram a diretoria do sindicato pedir para que "a greve continuasse, aconteça o que acontecer".

No lugar da assembleia, estava programada a peça "Nave na Carne", de Plínio Marcos. O que os metalúrgicos viram e ouviram, porém, foi uma súplica de Luis Inácio da Silva, presidente do Sindicato: "Nós últimos dias, venho pedindo as coisas a vocês. Hoje, eu suplico que cada um de vocês entenda bem o que vou dizer agora. Não adianta enfrentar a polícia. Não adianta ficar aqui no sindicato para me proteger. Eu não preciso de proteção. Deus protege a cada um de nós. Talvez eles me prendam, mas se eu souber, dentro da cadeia que a greve acabou por causa de minha prisão, vou ficar com raiva de todos vocês. Mas se souber que a greve continuou até a vitória final podem me deixar na cela por dez anos, que eu sempre irei sentir orgulho de vocês. Por isso, quero suplicar a todos que ninguém fique perto do sindicato esta madrugada. Você são muito mais importantes nas portas das fábricas, nas ruas, tentando fazer com que ninguém volte ao trabalho enquanto os patrões não se ajoelhem aos nossos pés".

O clima era de tensão e emoção, após as suas primeiras palavras Luis Inácio da Silva colocou em votação, para saber quem queria ficar no sindicato e quem queria ir para casa dormir. "para acordar às 3 horas da manhã e ir para a porta das fábricas". A resposta dada com todos os braços levantados, levou o presidente do sindicato a uma outra afirmação: "Depois dessa decisão, vocês tem que ter consciência de que o governo pretende esvaziar o nosso movimento, desmoralizar a classe trabalhadora. Se vocês amanhã, ou, terça-feira, voltarem ao trabalho com a cabeça baixa, derrotados, talvez demorem mais 30 anos para fazer o que conseguimos erguer em 3 anos". Em seguida, o microfone foi passado a Djalma de Souza Bom, tesoureiro do Sindicato, que chorando, explicou: "Minhas lágrimas são pelas injustiças, injustiças. Quando vejo o Ministro falar que a intervenção foi porque a diretoria incitou a greve e vejo não acontecer intervenção nas empresas que incitam a miséria e a desgraça do trabalhador brasileiro, não consigo deixar de chorar".

Sob aplausos e gritos de que "a greve continua", mais dois oradores ainda falaram na assembleia. Ao final, Luis Inácio da Silva voltou ao microfone e pediu para que todos sorrissem, para que não ficassem com as caras "amarradas". "Devemos mostrar otimismo, que somos os mais fortes - disse. Após contar uma rápida piada sobre um fura-greve, Luis Inácio da Silva pediu que todos cantassem juntos a canção "Para não dizer que não falei das flores", de Geraldo Vandré, antes de irem para a casa dormirem. E os corredores do sindicato foram tomados pelo eco das vozes dos metalúrgicos, que desciam às escadas cantando o refrão: "Vem, vamos embora/ que esperar não é saber/ quem sabe faz a hora/ não espera acontecer".

### PMDB PROTESTA

Ao protestar ontem contra a intervenção decretada pelo Ministro do Trabalho nos sindicatos de metalúrgicos, a comissão executiva provisória do PMDB, paulista, em documento que divulgou na Assembleia Legislativa, anunciou que desencadeará "uma intensa luta em todos os níveis para substituir a presente legislação do trabalho, fascista e obsoleta, por outra que permita, de fato, a reivindicação operária. Esta será a resposta política ao arbitrio do governo". No documento, os dirigentes do PMDB deste Estado afirmam que, em vez de reconhecer "a dívida social que o país tem para com os trabalhadores que constroem sua riqueza, o governo preferiu ater-se a uma legislação discutível oriunda de leis que já estão sepultadas pela história e obtida pela coação sobre os tribunais, obrigando-os a desmoralizar-se perante a opinião pública, desdizendo hoje o que afirmaram ontem".

Para o partido de oposição, o problema entretanto, permanece, pois não basta falar em redistribuir a renda, sendo preciso dar consequência às palavras, a executiva do PMDB acrescenta que, sem que os trabalhadores organizadamente reivindiquem, não haverá aumento real dos salários.

Por último, após observar que desta vez intervenção naqueles sindicatos veio sem que "sequer houvesse os pretextos habituais", os opositoristas paulistas acusam as elites dirigentes, das empresas e do Estado, as quais "persistiram em não entender a ânsia popular de participação de luta por melhores condições de vida".

de levar a greve adiante, porque, enquanto no ano passado só tínhamos esta casa (o sindicato), este ano temos o campo e a Igreja do Bonfim, como alternativa. Embora seja um ato arbitrário, a retirada do prédio em nada vai alterar o movimento".

Benedito Marcílio colocou a culpa, de não ter havido um entendimento, muito mais sobre o governo do que sobre os patrões. "É lógico que estamos conscientes de que havia um acordo entre patrões e governo. Na verdade, queriam mesmo era a cabeça dos dirigentes sindicais. Mas não vão acabar com a cabeça de 200 mil metalúrgicos e, tampouco, acabar com a luta que se desenrola há 18 dias. Agora, uma coisa também sabemos: se o governo não tivesse pressionado, teria saído acordo antes da greve".

## Suicídio

SÃO PAULO (AE/GP) - Para o governador Paulo Salim Maluf o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva (Lula), cometeu o suicídio, ao persistir na greve da categoria, mesmo depois de julgado o dissídio e decretada a ilegalidade do movimento. Acha o governador que em três meses, quando deverão ocorrer novas eleições no Sindicato, Lula estará enterrado e novas lideranças surgirão, mesmo porque só estavam à espera da sua queda. Afirmou ainda que "Lula, hoje, é um líder morto".

Maluf alegou não entender como a greve continuou, se os metalúrgicos foram atendidos em suas reivindicações e receberam até mais do que deviam. Se era pelo delegado sindical e 12 meses de estabilidade, que não constam da legislação brasileira, não se pode pleitear aquilo que não consta na lei e não foi alvo de decisão do Tribunal do Trabalho. Acha Maluf que "é uma greve que não só é ilegal como sem inteligência, porque os líderes sindicais poderiam ter transformado o que conseguiram em ampla vitória, mas infelizmente levaram o assunto para uma verdadeira subversão de valores e do respeito ao estado de direito". Acrescentou que isso demonstra que "a greve não é econômica e sim política ou de vedetismo".

## D. Luciano

BRASILIA - (AE/GP) - O secretário geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, afirmou ontem em Brasília que a igreja teme, com a intervenção nos Sindicatos do ABC, a radicalização das posições tanto do governo como dos grevistas e o perigo de violência de ambos os lados, sobretudo pelo aparato repressivo a serviço das empresas. Para dom Luciano, "o lamentável desfecho da intervenção mostrou, mais uma vez, que a legislação trabalhista em vigor, ao mesmo tempo que privilegia os interesses empresariais, lesa injustamente os direitos dos operários".

Após uma forçada declaração de ilegalidade da greve que não obedeceu a uma justa tramitação na justiça - disse o bispo - o governo decidiu intervir no Sindicato dos Operários. A greve foi deflagrada pelos trabalhadores como recurso extremo para assegurar seus direitos e visando basicamente impedir a corrosão dos justos aumentos salariais conquistados com tanto esforço e luta".

Para o secretário da CNBB, há urgência, pela gravidade da situação, de uma solução rápida para o impasse, sem violência, com os menores custos sociais e integral respeito à justiça.

Greve

# Líderes sindicais presos

Desde as primeiras horas da manhã de ontem a polícia começou a prender dirigentes sindicais. Começou com Lula que foi levado por policiais armados de metralhadoras

São Paulo - Inúmeros dirigentes sindicais e outras pessoas foram detidas na manhã de ontem por diversos órgãos de segurança, e estão sendo interrogados no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), de São Paulo. A primeira prisão foi a de Luiz Inácio da Silva, o Lula, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que foi detido por volta de 6h30 da manhã, em sua residência.

A imprensa não está tendo acesso ao DEOPS, onde os detidos estão sendo ouvidos pelo delegado Edson Mangnoli, mas segundo se informa Lula foi mesmo enquadrado no artigo 36 da Lei de Segurança Nacional - incitamento à greve. Além de Lula, estão presos Devanir Ribeiro e Djalma Souza Bom, ambos ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo; Ernesto Feitini, José Cicotti, Isaias Urbano da Cunha e Orlando Francelino, ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André; e Francisco da Silva, o "Frei Chico", irmão de Lula e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, município onde a greve terminou na semana passada. O ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Benedito Marçilio, não foi detido porque, como deputado, tem imunidade parlamentar.

Foram detidos ainda Dalmo de Abreu Dallari e José Carlos Dias, da Comissão de Justiça e Paz, organismo ligado à cúria metropolitana de São Paulo; e o engenheiro Ricardo Zaratini Filho, ex-presos político que foi libertado há alguns meses. Em Santos, também por volta das 6h30 da manhã, foi preso o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Arnaldo Gonçalves, que foi trazido para São Paulo. Líderes sindicais da baixada santista decidiram manter plantão permanente, para acompanhar os acontecimentos. Informou-se também que os órgãos de segurança dirigiram-se a residência do presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, David de Moraes, mas sua detenção até o momento não foi confirmada. O deputado Eduardo Matarazzo Suplicy informou que telefonou para o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que se manifestou surpreso com as prisões. O ministro



LULA  
Preso e enquadrado na LSN



DALMO DALLARI  
Preso e depois solto



ARNALDO GONÇALVES  
Líder sindical de Santos

do informações a respeito das prisões dos advogados no prazo de 24 horas.

## Abi-Ackel "ignorava" prisões

São Paulo - Vinte minutos depois da prisão do presidente deposto do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio da Silva, o Lula, o deputado estadual Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT, telefonou para o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel.

As 6h50m, o telefonema foi atendido pelo filho do ministro. Quando o deputado informou a prisão de Lula, o rapaz preferiu chamar o pai, que, segundo o Eduardo Matarazzo Suplicy, lhe disse: "Agradeço a informação. Não sabia disso e até hoje o presidente da República recomendava que não houvesse prisão. Vou determinar diligências e me coloco à sua disposição".

Eduardo Suplicy contou esta história ontem, de manhã na frente do Dops, para onde foi acompanhado pelo presidente do Comitê Brasilei-

denado a quatro anos e, depois de ter saído da prisão, não teve mais qualquer militância política nem pertence a nenhum partido político. Ficamos assustadas mesmo, e quando chegamos aqui e vimos como são ilustres seus companheiros de prisão", explicou a esposa, Rita de Cassia Monteiro.

As 10h40 chegou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, Mário Duarte Garcia, acompanhado de alguns conselheiros da OAB, em seguida, compareceram o irmão do jurista Dalmo de Abreu Dallari, sr. Adilon Dallari, acompanhado pelo professor Carlos Guilherme Motta, representante da USP - Adusp. O irmão de Dallari estranhou a prisão de Dalmo, por ele ser o representante brasileiro no Comitê Internacional de Juristas: "Essa prisão vai ter muita repercussão internacional".

O sr. Mário Duarte Garcia, ao descer, informou à imprensa que teve um encontro, em sala separada, com os dois advogados presos, Dalmo de Abreu Dallari e José Carlos Dias.

Segundo ele, "o delegado Edsel Magnotti me disse que a prisão dos advogados foi feita por outros órgãos federais e iria estudar um meio de libertá-los logo".

O sr. Mário Duarte Garcia se dis-

infringiu alguma lei. Além do mais, prisões não me dizem respeito. A minha função foi até a intervenção e destituição. Sei porque os destitui e sei porque pratiquei a intervenção. O resto, não é com o Ministério do Trabalho".

Para o ministro Murillo Macedo, "é futurologia prever se a greve acaba agora", com a destituição e prisão dos líderes sindicais e explicou que "a greve só acabará quando os trabalhadores chegarem a conclusão de que voltar ao trabalho é melhor e que foram iludidos em sua boa fé por falsos profetas, falsos líderes". No entanto, recusou a nomear "os falsos profetas".

Depois de afirmar que "Lula está tirando proveito da situação para se promover politicamente", Murillo Macedo garantiu que "o Lula e os demais líderes sindicais nunca mais retornarão aos sindicatos e isso é definitivo".

Ele acredita que os trabalhadores, ao decidirem ontem de manhã manter a greve em São Bernardo, visem provocar o governo. "O que acontece é que os trabalhadores compraram sonhos de vendedores de sonhos, tapeadores da boa fé e que os venderam aos trabalhadores. Os líderes não se mostraram à altura de suas posições".

Murillo Macedo prometeu "para o mais rápido possível substituir os

PT 1073-131

encontrava-se reunido com seus assessores, em Brasília, e deverá receber a imprensa mais tarde.

Ao tomar conhecimento das prisões, o líder do PP na câmara, deputado Thales Ramalho, disse não acreditar que esses acontecimentos possam provocar um retrocesso político-institucional, o fim do processo de abertura democrática. Mas desabafou: "já é hora de o Delfim Netto e sua rapaziada serem afastados do governo", já que, para o deputado, o fato gerador do que está acontecendo em São Paulo e no resto do país "é a taxa de inflação devastadora".

Em São Bernardo do Campo, esta manhã, em assembleia dirigida por ex-líderes sindicais que não foram presos, os metalúrgicos que lotaram o estádio de Vila Euclides decidiram manter-se em greve. A assembleia foi realizada sem problemas, porque não houve policiamento ostensivo. Entretanto, as sedes dos dois sindicatos, em Santo André e São Bernardo, permanecem fechadas e cercadas pela polícia.

## Pedido de habeas-corpus

**São Paulo** — "O incitamento à desobediência coletiva às leis" é o que prevê o inciso II do artigo 36 da lei de Segurança Nacional, a lei 6620, de 17 de dezembro de 1978, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República. Neste inciso é que foram enquadrados os 15 presos pelo DOPS ontem em São Paulo.

Os incisos III e IV da mesma lei enquadram também quem "criar animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis" e "incitar à luta pela violência entre as classes sociais", respectivamente. As penas previstas são reclusão de dois a 12 anos e, "se o incitamento decorrer em lesão corporal grave ou morte, reclusão de 8 a 30 anos".

O advogado Arnaldo Malheiros Filho entrou com o primeiro pedido de habeas-corpus, em favor de seus colegas José Carlos Dias e Dalmo de Abreu Dallari. O pedido foi recebido pelo juiz de plantão do poder judiciário ainda ontem pela manhã.

O próprio Arnaldo Malheiros Filho, que é sócio de José Carlos Dias num escritório de advocacia, levou ao DOPS, ontem, às 12h25m, o ofício do juiz ao diretor geral daquela delegacia, Romeu Tuma, solicitando,

lo, Luís Eduardo Greenhalgh, que também disse ter estado com o Luís Inácio da Silva de meia-noite até 1h30m, visitando nove metalúrgicos feridos no Hospital Assunção, em São Bernardo do Campo. "Depois, Lula foi dormir e nós viemos para São Paulo", contou Greenhalgh, que, ao contrário de Eduardo Matarazzo Suplicy, não conseguiu entrar no Dops.

O deputado estadual não conseguiu ser recebido pelo governador do Estado de São Paulo, Paulo Maluf, mas, no Departamento de Polícia Federal, se avistou com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves, quando ele era transportado para o Dops. Já Luís Eduardo Greenhalgh recebeu a informação de que sua casa estava sendo cercada pela polícia e sumiu da frente do Dops, onde ficara até 10h30m.

O ator Carlos Zara, irmão do ex-preso político Ricardo Zaratini, acompanhado pelo advogado Paulo Gerade, foi outro entre os primeiros a aparecer na frente do Dops, na Praça General Osório, no bairro da Luz, em São Paulo. O deputado federal Airton Soares (SP), vice-líder do PT na Câmara, conseguiu ter acesso ao delegado Edsel Magnotti, titular da ordem política do Dops.

## A prisão de "Frei" Beto

As 9h15 o deputado estadual Fernando Moraes, do PMDB, vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, disse aos jornalistas, na frente do Dops, que o telefone de seu gabinete, onde funciona o comitê de solidariedade à greve, fora cortado. Cinco minutos depois, também subiu para conversar com o delegado Edsel Magnotti.

Ao descer, o deputado Airton Soares disse que viu os presos numa sala grande do segundo andar do prédio do Dops e recebeu do delegado Edsel Magnotti a informação de que todos, inclusive Lula, estão sendo bem tratados. Calculou-se então que a sala era do delegado Alcides Singilo, da Ordem Social.

As 10h10, a mãe e a esposa de Antônio Roberto Espinosa apareceram para dizer que ele fora preso por seis homens armados, estacionaram uma C-14 na Rua Ferreira Martins, em Butantã, onde mora o ex-preso político e funcionário da Editora Abril. "Ele foi preso, con-

se revoltado pela forma como foram detidos os advogados, "pois isso jamais aconteceu nem mesmo no auge da repressão. Essa é uma situação absurda em tempo de abertura. Meu encontro com Dalmo e José Carlos foi rápido, mas deu para perceber que eles estão tranquilos".

**Brasília** - O secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D. Luciano Mendes de Almeida, afirmou hoje que "a CNBB confia e espera que não haja, neste momento complexo, recursos à arbitrariedade", em relação às prisões efetuadas esta manhã em São Paulo.

Afirmando que "é preciso seguir com objetividade", D. Luciano alertou que a solução de uma tensão social "só pode surgir do pleno respeito a Justiça por parte de todos, especialmente da autoridade constituída para gerir o bem comum".

D. Luciano esclareceu que já estava ciente das prisões nas primeiras horas da manhã, mas que a CNBB "ainda espera a confirmação". O secretário-geral disse ainda que também estava ciente da ida do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, ao seu gabinete ontem de manhã, "e estamos aguardando uma resposta". D. Luciano, que seguiria para a capital paulista neste fim de semana, viajou nas primeiras horas da tarde de hoje, "porque, além de ser lá o meu lugar, vou, agora, com mais razão ainda". A CNBB não quis comentar particularmente a prisão dos membros da Comissão de Justiça e Paz, que atua junto a Igreja, "porque não há razão para discriminar, somos todos irmãos".

## Murillo Macedo "não sabe de nada"

**Maringá** - O ministro do Trabalho, Murillo Macedo, disse ontem em Maringá, acreditar que "existe infiltração comunista no movimento grevista do ABC", mas não soube dizer se essa seria a razão do enquadramento de Luís Inácio da Silva na Lei de Segurança Nacional: "não sei se o Lula foi ou será enquadrado na LSN".

Com relação à prisão dos líderes sindicais, ontem de manhã, em São Paulo, o ministro garantiu não saber "nada sobre as prisões. Estou chegando do Rio agora e o que sei me foi transmitido por jornalistas. Agora, se o Lula foi preso é porque

por uma junta de operários. Mostrou que as greves "não comprometerão o processo democrático e os trabalhadores podem continuar a fazer suas greves, desde que cumpram a lei".

Ele diz que está disposto a dialogar com os trabalhadores no estádio da Vila Euclides. "Só não fui hoje porque havia prometido vir a Maringá. Mas, tão logo possa e os trabalhadores queiram que eu vá, irei. Nunca me neguei a dialogar com os operários".

Murillo Macedo acha que os jornais estão "aumentando" as consequências da ação policial desenvolvida anteontem, em São Bernardo. "Não estava em São Paulo e, pelas informações que recebi, é que os incidentes foram de pequena monta e que não têm a significação e a extensão que foi dada. O que sei é que um determinado grupo de operários, estimulados sei lá por quem, não queria entregar o sindicato, com certa resistência, aos nossos interventores. Mas isso foi logo desfeito e os interventores entraram normalmente no sindicato".

Durante a visita que realizou à 8ª exposição agropecuária de Maringá, Murillo Macedo, cercado por empresários e diretores de sindicatos, ironizou ao ver dois jornalistas com barba cerrada: "Não posso ver mais barbudos na minha frente". Todos riram.

## Polícia proíbe o show

**São Paulo** — O show em benefício das famílias dos grevistas que vários artistas fariam hoje em São Bernardo do Campo, no estádio de Vila Euclides, com 60 mil ingressos já vendidos, foi transferido para o próximo domingo, diante da proibição imposta pela polícia federal. Ontem, na Assembleia Legislativa de São Paulo, o compositor Chico Buarque de Holanda, que também participaria da apresentação, explicou que a proibição teve como pretexto o não cumprimento de "certos trâmites burocráticos", o que segundo ele não acontecia há algum tempo. O novo local ainda não foi definido.

"Agora, no próximo domingo - segundo o cantor espera-se a presença de 100 mil pessoas, pois os ingressos continuarão sendo vendidos ao preço de 20 cruzeiros para os metalúrgicos e 100 cruzeiros para os demais assistentes".

do Brasil  
P. Neves  
Out 20 04 1964 Estado RJ

# Abi-Ackel diz que prisões foram ordem do Governo do Estado

Brasília — O Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, afirmou ontem que as prisões dos líderes sindicais em São Paulo foram determinadas pelo Governo do Estado e que seu Ministério não foi solicitado ou acionado no caso. "De minha parte tenho recebido informações fragmentadas", afirmou, recusando a comentar o enquadramento dos detidos na Lei

de Segurança Nacional. Explicou que os advogados Palmiro de Abreu Dallari e José Carlos Dias foram presos "por erro de execução" e que a ordem de detenção não partiu nem do Governador do Estado, nem da Secretaria de Segurança de São Paulo, nem do Comando militar". E afirmou: "Apesar de tudo, o Governo insiste em fazer deste país uma democracia.

## LIBERDADE IMEDIATA

"Assim que foi constatado o erro" — disse o Ministro Abi-Ackel — "os advogados foram imediatamente libertados". Ele não quis comentar a possibilidade de enquadramento dos líderes sindi-

cais na Lei de Segurança Nacional e não acha conveniente abordar o problema genericamente porque seu Ministério "não está envolvido nos acontecimentos e a Polícia Federal não foi acionada".

No Ministério do Exército informou-se que as Forças Armadas não foram mobilizadas para operação, pois isso só se poderia dar se houvesse pedido do Ministro da Justiça.

## PELO TELEFONE

Vinte minutos depois da prisão de Lula (às 6h50m) o Deputado estadual paulista Eduardo Matarazzo Suplicy telefonou ao Ministro Abi-Ackel, que ainda dormia. O telefonema foi atendido pelo filho do Ministro. Ao saber da prisão do líder sindical, decidiu acordar o pai.

Ao chegar ao telefone — contou o Deputado Matarazzo Suplicy — O Sr Abi-Ackel disse: "Agradeço a informação; não sabia disso e até ontem o Presidente da República recomendava que não houvesse qualquer prisão; vou determinar diligências; estou a sua disposição".

## Macedo nega ordem de prender

O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, negou que tenha mandado prender o Sr Luis Inácio da Silva e outros dirigentes sindicais. Garantiu ter "tomado conhecimento das prisões por informações de repórteres". "Se o Sr Luis Inácio da Silva foi preso, é porque infringiu alguma lei".

Alegando não ter maiores informações sobre a prisão, o Sr Murilo Macedo recusou-se a comentar se os dirigentes sindicais presos serão ou não enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Assegurou que o Ministério do Trabalho não manda prender ninguém. O Sr Murilo Macedo disse que "o regime democrático, mais do que tudo, é um regime de responsabilidade. A transgressão das leis traz consequência. Como Ministro do Trabalho, fiz o que me compete. "A transgressão, respondi com a intervenção e com a destituição dos dirigentes dos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e de Santo André".

No entender do Sr Murilo Macedo, "a intervenção e as prisões não comprometem, de nenhuma maneira, a abertura e o compromisso com a democracia assumido pelo Presidente

Figueiredo, porque, quando se cumpre a lei, robustece-se o processo democrático".

Sobre como o processo democrático pode ser fortalecido com o uso de leis, no caso as trabalhistas, feitas num regime de exceção, principalmente entre 1964 e 1972, o Ministro do Trabalho justificou: "Se não são adaptadas ao nosso estilo de vida, devemos, democraticamente, mudá-las. O caminho que estamos seguindo, de reformular a CLT, poderá fazer com que elas mudem".

## LULA NÃO VOLTA

O Sr Murilo Macedo reafirmou que "o Sr Luis Inácio da Silva não voltará à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos". E descartou a hipótese de que a intervenção e a prisão possam fazer crescer o prestígio político de Lula.

O Ministro negou, também, que a intervenção que praticou tivesse "a finalidade de acabar com a greve, ou fazê-la diminuir ou aumentar de intensidade".

Justificou-a, argumentando: "Se os dirigentes sindicais desviaram suas entidades das finalidades que têm, se incitaram os operários à greve, cabia a mim, como Ministro do Trabalho, depois de receber o relato-

rio da DRT, cumprir a lei. Eu a cumpri".

Recusou-se a fazer previsões sobre o término da greve, "porque não faço futurologia". Mas, sem explicar como, disse acreditar que "a greve de Santo André deve terminar logo e a de São Bernardo mais um pouco".

Sobre se o comparecimento à assembleia ontem, no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, de 40 mil metalúrgicos, não seria um indicio de que a greve continuava forte, o Sr Murilo Macedo observou: "Não tenho informações sobre a assembleia. Sai de manhã do Rio de Janeiro, passei por São Paulo, apenas, para pegar o Ministro Amauri Stabile. E com ele fui para Maringá, de onde cheguei agora". Eram 17h e o Sr Murilo Macedo acabava de desembarcar em Cumbica. De lá seguiu para seu sítio, onde ficará até terça-feira.

Informando que ficará em São Paulo até a greve acabar, o Sr Murilo Macedo disse não saber quando serão realizadas eleições dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André. "É muito cedo para fazer qualquer previsão. Como solução intermediária, gostaria de trocar os interventores por uma junta governativa de operários.

## Exército nega participação

"O Exército não tem nada com isso. Quem prende é o DOPS" — disse ontem o chefe da 5ª Seção do II Exército, que garantiu aos jornalistas credenciados junto ao Quartel-General que "nenhum preso se encontrava nas dependências do DOI-CODI, e que o assunto era de total competência do DOPS.

O Comando do II Exército não emitiu nota oficial a respeito das prisões efetuadas na manhã de ontem. A área militar, através de alguns oficiais, limitou-se a acompanhar a movimentação da polícia paulista. "O Governador do Estado está apenas aplicando a lei do que diz respeito ao artigo 36 da Lei de Segurança Nacional, que se refere ao incitamento à greve e agitação nos meios trabalhistas", limitavam-se a dizer os integrantes do II Exército.



# DOPS prende os líderes da greve dos metalúrgicos no ABC

**São Paulo** — Simultaneamente, apesar de em vários pontos da Grande São Paulo e em Santos, agentes policiais, que se identificavam como do DOPS prenderam ontem, todos às 6h30m, 15 líderes sindicais, advogados e ex-presos políticos. Luís Inácio da Silva estava entre eles. A tarde, foram presos mais dois líderes sindicais de Santo André.

Até às 18h, nenhum órgão de segurança havia assumido a responsabilidade pelas detenções e a única prisão explicada era a de Lula, enquadrado no artigo 36; inciso II, da Lei de Segurança Nacional, com comunicação prévia feita pelo DOPS à 2ª Auditoria da 2.a Circunscrição da Justiça Militar. Os dois advogados Dalmo de Abreu Dallari e José Carlos Dias e o engenheiro Ricardo Zaratini Filho foram liberados à tarde.

## Guardião

Os 17 presos foram conduzidos para o DOPS, na praça General Osório, mas o órgão da polícia estadual limitou-se a se apresentar como guardião. Policiais informaram que depois de depor quase todos logo serão postos em liberdade.

O presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, advogado José Carlos Dias, disse que, "pelas características da prisão, tudo fez crer que ela tenha sido feita por agentes do DOI-CODI". O ex-presidente da mesma comissão, professor Dalmo de Abreu Dallari, comentou que, "se a polícia estadual foi usada como instrumento, fica demonstrado que São Paulo está sob intervenção".

## Oito homens armados levaram Lula

O presidente deposto do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio da Silva, foi preso, ontem, às 6h30m, quando dormia, em sua casa, no Jardim Assunção, por oito homens armados, um dos quais de metralhadora.

Esses homens, segundo o Deputado Geraldo Siqueira, do PT, que dormia na sala de espera da casa, se identificaram como sendo do DOPS paulista e exibiram um mandado de prisão. Um deles declarou: "O Sr Luís Inácio da Silva está enquadrado na Lei de Segurança Nacional e temos ordem de prendê-lo".

## Motorista Preso

O motorista do Deputado estadual Geraldo Siqueira, Luís Blefari, informou, depois da prisão de Lula, que ele dirigia o opala preto da Assembléia Legislativa, usado pelo parlamentar do PT, à 1 hora da manhã, quando foi detido por homens que se diziam agentes do DOPS. Vinham num Opala azul, sem placa, pela Avenida Radial Leste, fecharam sua passagem, o encapuzaram e, conforme contou depois, perguntaram: "O que você faz perto do Lula? é um guarda-costas?".

Luís Blefari respondeu que trabalha para o Deputado Geraldo Siqueira, do Partido dos Trabalhadores ao qual também pertence o líder sindical. Os policiais, então, mandaram que encostasse o carro oficial e passasse para o seu. O motorista do Deputado obedeceu e ouviu de um agente: "Não se preocupe. Nada vai lhe acontecer. Só vai ficar conosco, por medida de segurança, até Lula ser preso".

O Opala azul ficou rodando pela cidade até às 7h, quando os policiais deixaram o motorista Luís Blefari nas proximidades de sua casa, no bairro da Penha, zona Leste de São Paulo.

## Dallari responsabiliza Maluf

Os advogados Dalmo de Abreu Dallari e José Carlos Dias não souberam explicar por que foram presos. O professor Dallari, contudo,

A Sra Maria Aparecida Cunha, mulher do ex-dirigente sindical de Santo André, Isaias Cunha, denunciou que os policiais ameaçaram de morte toda a família, caso o marido, que dormia, reagisse à prisão. A família de outro ex-dirigente de Santo André, José Cicotti, denunciou que sua casa foi invadida pela polícia, enquanto Cicotti dormia. Já Ernesto Sensine foi bem tratado pelos policiais que foram buscá-lo.

## Mais vigor

A polícia informou que, a partir de terça-feira, com a finalidade de pôr fim definitivamente ao movimento, abandonará a posição de prevenção e partirá para uma vigilância mais vigorosa nos bairros, em que se concentram as comissões de vigilância, piquetes pacíficos que tentam impedir que os metalúrgicos voltem ao trabalho, em suas próprias casas ou nos pontos de ônibus.

Assessores do Governador do Estado da área policial pressionaram o Prefeito de São Bernardo do Campo, Sr Tito Costa, a fechar o estádio distrital da Vila Euclides para a assembleia de terça-feira. O Sr Tito Costa, contudo, fez um contato telefônico com o Ministro da Justiça, Sr Ibrahim Abi-Ackel, pedindo ajuda no sentido de manter o campo aberto para os trabalhadores, "uma vez que, reunidos num local amplo e de maior segurança, eles deixarão automaticamente o estádio e irão para casa sem se repetirem os lamentáveis acontecimentos que marcaram a greve do ano passado".

Ainda lhe disseram para não olhar para trás e partiram em alta velocidade.

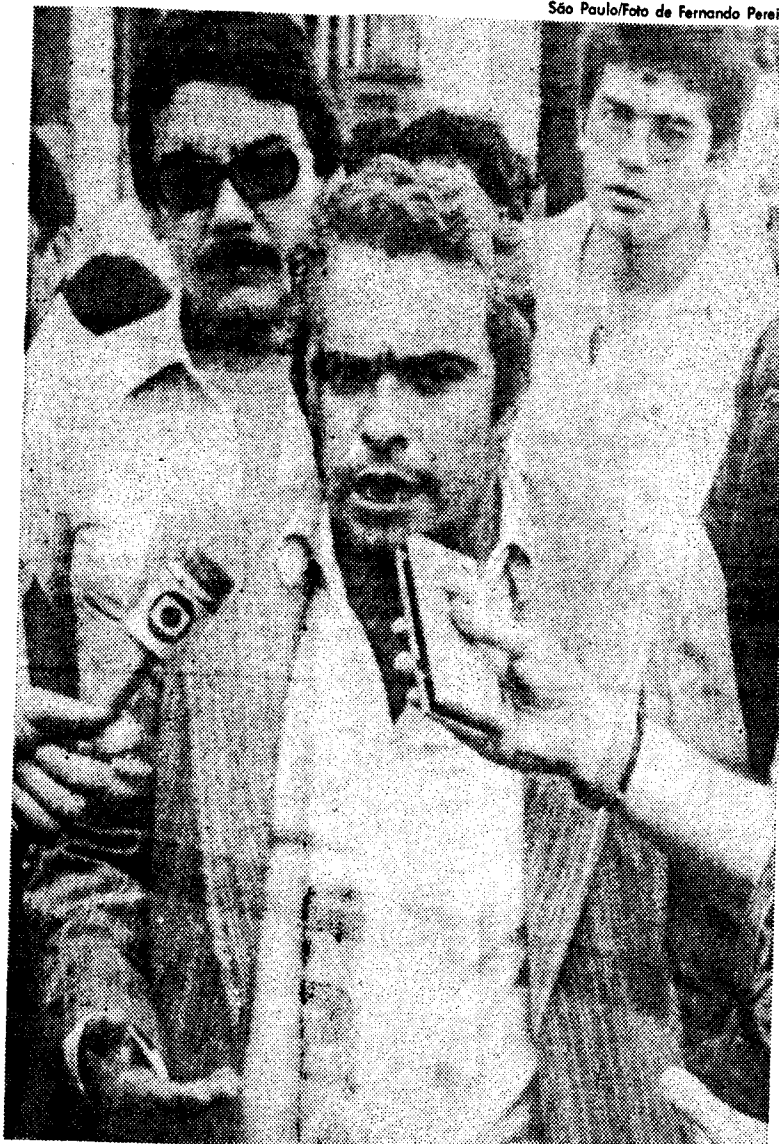
As 6h30m, oito homens, de blusão de couro, pararam uma camioneta Chevrolet C-14 na frente da casa de Luís Inácio da Silva, no Jardim Assunção. Um deles bateu a porta e foi atendido pelo Deputado estadual Geraldo Siqueira, que dormia na sala. Explicou que vinham prender Lula, que foi acordado pelo Deputado imediatamente.

O líder operário pediu tempo para escovar os dentes e tomar café e os agentes policiais lhe deram 10 minutos para isso. O tempo, contudo, foi insuficiente e os policiais começaram a ficar impacientes, gritando, do lado de fora: "Você está demorando demais. Devemos ir logo". Lula tomou apenas uma xícara de café puro e saiu.

O Sr Geraldo Siqueira pediu aos policiais para acompanhar o presidente deposto do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, mas lhe disseram que isso não era possível. "Se quiser, pode nos seguir", disse um agente, mas um dos policiais esperou que Luís Inácio da Silva subisse na C-14 e trancou o portão da casa.

Antes de ser levado pelos policiais, Lula recomendou a seu hóspede habitual, Frei Beto a tomar conta de sua mulher, Sra Marisa Letícia da Silva, e de seu filho menor, Sandro, de um ano e sete meses. Frei Beto havia dito: "fique tranquilo, daremos todo apoio necessário a você". Mas Lula preferiu que ele e Geraldo Siqueira ficassem com a família.

A mulher do líder sindical disse estar preparada para a prisão de seu marido, pois todo o noticiário dos últimos dias levava a esse desfecho. Mesmo assim, disse também estar preocupada por causa dos dois filhos maiores, muito apegados a Lula. Marcos Cláudio, de 10 anos, e Flávio Luis, de cinco, estão na casa de uma tia, no Jardim Assunção.



O advogado José Carlos Dias sai do DOPS depois de depor



Marisa, mulher de Lula, e Frei Beto (E) dão detalhes da prisão

## Irmão diz que Lula está incomunicável

Quase à mesma hora (6h30m), em diversos pontos da Grande São Paulo e de Santos, as 15 prisões realizadas por agentes do DOPS envolveram líderes sindicais e pessoas direta ou indiretamente ligadas ao movimento grevista dos metalúrgicos do ABC. Ao anoitecer, depois de terem sido libertados os juristas Dalmo de Abreu Dallari e José Carlos Dias, da Comissão de Justiça e Paz, José Pereira da Silva Frei Chico, anunciou que seu irmão, Lula, entrara em regime de incomunicabilidade. As 19h10m, duas camionetas chegaram ao DOPS transportando sete pessoas — algumas algemadas — e não foi possível, até às 22h,

### Frei Chico

José Ferreira da Silva, o Frei Chico, é o responsável pela entrada de seu irmão mais moço, Lula, na vida sindical.

Casado, dois filhos, operário da Cofap, Frei Chico, na assembleia-geral dos operários de São Caetano do Sul, apresentou a proposta pela volta ao trabalho, aprovada mais tarde, e o fato foi explorado em anúncio da FIESP. Ele, contudo, foi defendido pelo irmão e continua sendo o favorito às eleições de abril de 1980, quando será eleita nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul.

### José Carlos Dias

### José Cicotti

José Cicotti, casado, 42 anos, quatro filhos, era operador de máquinas da Pireli. Está licenciado há 8 anos por exercer função executiva no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

Embora não costume falar nas assembleias do sindicato, nos últimos dias vinha assumindo posição de liderança na condução do movimento grevista. Antes de ser deposto exercia a 2ª secretaria do sindicato; começou sua participação na diretoria como 3º secretário.

### Djalma de Souza

Mineiro de Medina, 40 anos, casado, dois filhos, Djalma de Souza Bom seria a melhor aposta para a sucessão de Luís Inácio da Silva nas eleições de abril de 1981 para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo até 1984, quando se

### Isaias da Cunha

Isaias Urbano da Cunha tem 40 anos e três filhos. É retificador-ferramenteiro da Cofap, empresa de autopeças de Santo André, há 13 anos. Presidente do Conselho Fiscal do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, por não ocupar função executiva licenciado da empresa, exercendo normalmente sua profissão.

Nunca falou nas assembleias e nem mesmo participava de todas elas. Está há 6 anos no Sindicato, onde começou como suplente de diretor.

### Afonso de Lellis

O Sr Afonso de Lellis presidiu o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo até 1981, quando se



vez que o agente se identificou com uma carteira de identidade do DOPS, que é um órgão estadual, e o Governador é a maior autoridade do Estado".

Lívido, ainda assustado, o presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Sr José Carlos Dias, advogado de presos políticos desta Capital, disse apenas: "Não sei por que me prenderam. Nem me disseram por quê. Prestei um depoimento que foi simplesmente a exposição de meu curriculum vitae. Não fui preso por agentes do DOPS, mas da Polícia Federal". Quando lhe perguntaram se a polícia já não conhecia sua vida, respondeu "sim", e partiu no carro de seu sócio no escritório de advocacia, Sr Arnaldo Malheiros Filho.

O advogado Dalmo de Abreu Dallari foi preso em casa, às 6h30m, por cinco agentes policiais. "Ninguém me explicou por quê. Simplesmente fui preso e conduzido com outras pessoas para uma sala no DOPS. Depois, fiquei em outra sala com José Carlos Dias. Os delegados não sabiam quem me prendeu e por quê", disse o professor de Direito da USP.

## "Foi tudo rápido", diz Dona Rose

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Sr Arnaldo Gonçalves, foi preso às 6h30m, em sua casa, no José Menino, por dois agentes federais que se identificaram. Em menos de 10 minutos, o principal dirigente sindical da Baixada Santista estava a caminho de São Paulo, onde se juntou a outros presos nas dependências do DOPS.

"Foi tudo muito rápido", contou Dona Rose, sua mulher. "Uma das crianças atendeu à porta e, quando me levantei, Arnaldo já estava se arrumando. Disse que estava tudo bem e saiu com os dois policiais".

Dona Rose contou que o marido conversara com ela na noite anterior sobre a possibilidade de prisões "porque a situação estava pretíssima". "Mas, esperávamos que só houvesse prisões no ABC, principalmente do Lula. Acho que a polícia queria evitar a presença dos líderes na assembleia do estádio de Vila Euclides".

Às 16h20m de ontem, Ricardo Zaratini, foi muito. Declarou que saía de casa por volta das 8h de ontem quando recebeu voz de prisão. Ele se dirigia a uma reunião no PMDB, de cuja comissão trabalhista faz parte.

Disse que no seu depoimento declarou que nunca teve relação alguma com a greve dos metalúrgicos do ABC, mesmo porque esteve

Dalmo Dallari disse que vai denunciar a prisão à Comissão, adiantando que "isso vai ter uma repercussão muito negativa".

Antes de tomar um táxi, acompanhado pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo, o professor Dallari disse que seu único pronunciamento público sobre a greve dos metalúrgicos do ABC foi dado anteontem à Rádio Excelsior, sobre aspectos meramente técnico jurídicos, sem entrar no mérito do movimento. Disse apenas que na decisão do Tribunal Regional do Trabalho houve duas falhas: reapreciar matéria já julgada e apreciar em sentido diferente quando não surgiu nenhum fato novo que justificasse isso".

Às 14h35m, o Bispo-Auxiliar de São Paulo, Dom Mauro Morelli, e o de Bauri, Dom Cândido Padim, foram aos DOPS, tentar uma explicação sobre as prisões dos membros da Comissão de Justiça e Paz Srs José Carlos Dias e Dalmo Dallari. Não conseguiram entrar, porque o diretor do DOPS, Sr Romeu Tuma, não estava e também seu substituto, Edsel Magnotti, havia saído.

viajando nesses últimos dias, a serviço do Partido.

### A 14ª prisão

"Foi a minha 14ª prisão", disse ontem às 17h, ao deixar o DOPS, o Sr Afonso de Lellis, antigo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

"Desta vez, porém, foram muito gentis. Eles se identificaram como agentes do DOPS e me levaram com muita calma. Da última vez, a 13ª, logo depois da manifestação contra o Presidente Figueiredo, em Florianópolis, eles foram violentos. Saí empurrado e algemado".

"Eles queriam saber se eu tinha alguma ligação com a greve dos metalúrgicos. Expliquei que como antigo dirigente sindical, tinha que torcer pelos meus camaradas. Mas não passou disso. Não atuei nessa greve", afirmou o Sr de Lellis.

Bispos de São Paulo reuniram-se no fim da tarde em casa do Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Na ocasião, o secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, comentou as prisões e as intervenções em sindicatos:

"Esses procedimentos arbitrários deixam todos apreensivos, particularmente a Igreja, que se tem empenhado em favor do respeito à Justiça".

## Dalmo Dallari

Professor de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dalmo de Abreu Dallari se tornou uma figura conhecida nacionalmente quando assumiu a presidência da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Atualmente faz parte da comissão, mas não tem cargo executivo.

Como assessor jurídico da Comissão Pró-Índio, tem atuação ampla na defesa da tese de que o Estado é obrigado a manter a tutela sobre o índio, sendo, portanto, um adversário da emancipação das populações indígenas do Brasil. Representante do Brasil na Comissão Internacional de Juristas, um de seus últimos trabalhos foi o substitutivo ao projeto de anistia, preparado para o MDB, excluindo dos benefícios da lei os torturadores, com a tese de que o torturador cometeu um crime comum e não político.

## Luís Inácio, Lula

Aos 34 anos de idade, casado, três filhos, o Sr Luís Inácio da Silva, Lula, é o mais importante líder sindical do Brasil hoje, mesmo tendo sido deposto da presidência do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, cuja base territorial é de 140 mil operários metalúrgicos, concentrados no importante parque industrial do ABC.

Pernambucano de Garanhuns, Lula veio para São Paulo ainda criança e trabalha desde cedo. Contra-mestre júnior da Equipamentos Villares, entrou no sindicalismo como suplente de uma chapa encabeçada por Paulo Vidal, quando era torneiro mecânico. Assumiu a presidência do sindicato em abril de 1975, foi reeleito em abril de 1978 e conduziu as greves dos braços cruzados em 1978, a geral de 1979 e comandou a começada no último dia 1º de abril, até ser preso.

Arquivo — 14/01-79



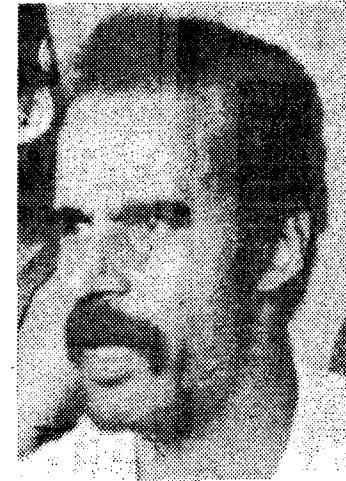
Ricardo Zaratini Filho

Arquivo — 15/04/79



Devanir Ribeiro

Arquivo — 15/02/80



Djalma de Souza

Arquivo — 12/09/78



José Cicotta

debates sobre sindicalismo e trabalhismo, mas não atua mais em sindicatos, limitando sua ação a tentativa de organizar a participação dos trabalhadores no âmbito do PMDB, segundo sua mulher, D Marcília de Lellis.

Desde 1964, o Sr Afonso de Lellis já foi preso 14 vezes, segundo sua mulher — "desta vez", comentou, "foi uma surpresa, quando os agentes do DOPS chegaram aqui às 6h30m da manhã". O Sr de Lellis, com 51 anos, tem três filhas e um neto. Mora atualmente no bairro de Sumarezinho, em São Paulo. D Marcília garantiu que ele não tem qualquer ligação com os sindicatos do ABC.

## Antônio Espinosa

Antônio Espinosa, casado, 42 anos. Foi da VAR-Palmares, organização considerada terrorista que agiu entre os anos 68 e 71, sendo condenado em 1977 pela 2ª Circunscrição da Justiça Militar a 3 anos 9 dias de prisão. Cumpriu a pena, saindo ao final de 1978, pois antes de ser julgado havia cumprido dois anos.

Atualmente é funcionário da Editora Abril no setor de livros didáticos.

## Arnaldo Gonçalves

Arnaldo Gonçalves, 42 anos, é natural de Vicente de Carvalho, distrito de Guarujá, na Baixada Santista. É formado em Direito pela Faculdade Católica de Santos, na turma de 1973. Casado com D Rose, tem um filho, Tiago Augusto, de oito meses. Tem mais dois filhos da primeira mulher: Heymar Maraci, 16 anos, e Helga Cristina, 12 anos. Entrou na Cosipa em 1961 e era assistente técnico em 1968, quando passou a diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, exercendo vários cargos até chegar à presidência em 1975, numa eleição em que foi apoiado e sucedeu a Marcelo Gatto, ex-Deputado federal pelo MDB, casado. Elogiado pelos seus companheiros por sua inteligência e capacidade de negociação com os empregadores, Arnaldo Gonçalves procura aperfeiçoar-se participando de cursos, congressos e seminários. Há duas semanas, voltou de uma viagem à Itália, onde foi conhecer o sistema sindical a convite da Federação Italiana dos Metalúrgicos.

## Ernesto Sensine

Ernesto Sensine, 51 anos, casado, um filho, escriturário da Pirelli, empresa onde trabalhou 20 anos antes de ser afastado do sindicato. Exercia o cargo de 1º tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Sempre exerceu essa função nos 12 anos em que atuou na diretoria do Sindicato.

Poucas vezes falava em assembleia e sempre tinha um discurso moderado. Seus companheiros explicam que ele se elegia tesoureiro sucessivamente por conhecer contabilidade, sendo considerado o "homem do dinheiro".

## Ricardo Zaratini

Irmão do ator de televisão Carlos Zara, o engenheiro Ricardo Zaratini Filho, paulista, 45 anos, dois filhos, acusado de terrorismo, foi preso em Recife, em 1969.

Expulso do país e banido, depois de trocado pelo Embaixador dos Estados Unidos da América, Charles Burke Elbrick, voltou depois de passar alguns anos na Argentina, clandestinamente, e foi novamente preso em 1978.

O então Presidente Ernesto Geisel anulou o decreto de banimento e foi anunciada publicamente sua prisão pelo DOPS paulista. Neto de italianos, sua prisão provocou protestos e interesse do Governo italiano. Ex-engenheiro metalúrgico da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), Ricardo Zaratini Filho foi acusado de pertencer a uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário — PCBR — no fim da década de 60. Atualmente, é membro da comissão trabalhista do PMDB em São Paulo.

# Lula e outros líderes são presos

**SÃO PAULO (AG-GP)** — Foram recolhidas, ontem cedo, ao Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), 14 pessoas, entre elas o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Djalma, Luis Inácio da Silva, o "Lula", os advogados Dalmo de Abreu Dalari, membro da Comissão Internacional de Juristas e professor de Direito da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, José Carlos Dias, presidente da Comissão de Justiça e Paz e o jornalista Antônio Roberto Spinosa, da Abril Cultural. O DEOPS, que desconhecia os motivos das prisões, assumiu apenas a detenção de Luis Inácio da Silva, que poderá ser

enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Com relação as outras treze pessoas, o DEOPS informou que elas foram detidas pela Polícia Federal. De acordo com os agentes, Benedito Marclio, presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, não foi preso por ser deputado federal.

Foram também recolhidos ao Deops os líderes sindicais José Ferreira da Silva, irmão de "Lula", Djalma Bom e Devanir Ribeiro, do Sindicato de São Bernardo, Afonso de Leles, advogado trabalhista, José Cicote, Orlando Francelino da Mota, Er-

nesto Sanini e Isaias Urbano da Cunha, pertencentes ao sindicato de Santo André, Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, e o engenheiro Ricardo Zaratini ex-exilado político.

O titular da Divisão de Ordem Social do DEOPS, delegado Edsel Magnotti não soube informar, ontem, os motivos das prisões, à exceção de Luis Inácio da Silva, detido em sua casa, pelo Deops, com mandado de prisão. Magnotti afirmou que "Lula" poderá ser enquadrado na Lei de Segurança

Nacional no artigo 36, incisos 2, 3 ou 4 por "incitamento à greve e ofensa à autoridade".

Recolhidos ao Deops em regime de incomunicabilidade, os detidos foram visitados pelos deputados Aírton Soares e Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT. Aírton Soares foi o único que manteve contato com os 14 presos e afirmou que todos passavam bem. Suplicy manteve contato telefônico com o Ministro da Justiça, Abi-Ackel, que manifestou estranheza pelas prisões, alegando que o Presidente João Figueiredo havia recomendado que não fossem efetuadas detenções em São Paulo.

## Tranquilidade na detenção

**SANTO ANDRÉ (AE-GP)** — Sr Luis Inácio da Silva. Mandado de prisão, enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Eram exatamente 6,30 quando oito homens que se identificaram como sendo do DEOPS, armados com uma metralhadora, chegaram à casa do presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Djalma, no bairro Assunção, em São Bernardo, segundo uma das testemunhas da prisão, deputado estadual Geraldo Siqueira. A voz que anunciou a prisão foi ouvida primeiro por Frei Beto, ex-preso político, que desde o início da greve está dormindo na casa de Luis Inácio.

"Lula saiu tranquilo, como alguém que esperava a notícia", contou Frei Beto, às 8,30 horas, na casa do próprio Luis Inácio. "Os caras, todos de blusão de couro, bem típico, estavam bem nervosos. Pediam pressa, ele se trocou rápido, escovou os dentes, acho que nem deu tempo de tomar o café, que estava querendo". Marisa, sua esposa, também na sala da casa, interfere rápido: "Não, café ele tomou, eu já tinha esquentado". O fato é que tudo durou 10 minutos. "Os homens o levaram para a Veraneio abóbora, de três bancos e sem chapa, e o colocaram no segundo banco entre dois deles, sem algemas", continua Frei Beto.

Geraldo Siqueira, então, interferiu, pedindo para ir junto. "Disseram-me que não podia, que se quiséssemos que seguíssemos com outro carro". Mas, "o esquema foi muito bem montado", conforme explicou Frei Beto. "Era para o motorista do Geraldinho, Luiz Blefani, dormir também na casa do Lula. Mas, conforme subimos agora pouco, prenderam-no anteontem a noite na Marginal da Via Anchieta, vedaram seus olhos e ficaram rodando a noite toda. Inclusive chegaram a lhe dizer que só o soltariam após o Lula ser preso, alegando que o motorista, que usava carro oficial, fazia parte de sua segurança".

Dessa forma, o único carro disponível no momento era o Fiat do próprio Lula Inácio. Acontece que Geraldo Siqueira não sabe dirigir e Frei Beto não poderia abandonar a família do presidente destituído no dia 17 último, conforme prometeu ainda no momento em que Luis Inácio era colo-

cado na Veraneio: "Não se preocupe com sua família que eu estarei por aqui" — foram palavras de Frei ao ex-dirigente sindical, fora isso, não dá para um Fiat seguir uma C-14" — lembrou.

No momento da prisão, estavam na casa Geraldo Siqueira, Marisa, Frei Beto e o filho caçula, Sandro. Como a primeira reação de Geraldo Siqueira foi pedir a identificação dos oito homens e para ver o mandado, todos se identificaram como sendo do DEOPS, e, sem lhe entregar na mão, mostraram a ordem de prisão.

Assim que Luis Inácio saiu, ligaram para Romeu Tuma, delegado diretor do DEOPS em São Paulo, que disse desconhecer o fato e que "não era pessoal do DEOPS". Falaram ainda com o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, que imediatamente ligou para o Ministro da Justiça, Abi-Ackel. "Segundo o que ele nos informou — comentou Frei Beto — o Ministro mostrou estranheza pela prisão e agradeceu a informação". O contato com o Ministro foi confirmado pelo próprio Suplicy durante a assembleia de ontem.

Ainda conforme informações de Geraldo Siqueira, a mesma Veraneio abóbora que prendeu Luis Inácio sexta-feira estava a noite em frente ao Hospital Assunção, na hora em que "Lula foi visitar os operários feridos pela polícia, na tarde que o interventor chegou no sindicato". Durante a madrugada de ontem, como nas outras noites, cinco carros, incluindo um Volkswagen e uma Brasília, permaneceram nas redondezas da casa do ex-dirigente sindical. "O esquema, pode ter certeza, estava todo montado" — acrescentou Geraldo Siqueira. "Tinha neblina pela manhã, não deu para ver direito. Mas, logicamente, estes carros estavam por perto e acompanharam a Veraneio".

Em contatos telefônicos que se seguiram ao de Romeu Tuma e Abi-Ackel, Marisa, Frei Beto e Geraldo Siqueira tomavam conhecimento que mais dois ex-diretores do Sindicato de São Bernardo, Djalma de Souza Bom e Devanir Ribeiro, quatro ex-diretores de Santo André, Ernesto Sencine, José Cicoti, Isaias Urbano da Cunha, Orlando Francelino Motta, além de Dalmo Dallari e o advogado José Carlos Dias.

## Macedo: infiltração comunista

**MARINGÁ (AE-GP)** — O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, disse ontem em Maringá acreditar que "existe infiltração comunista no movimento grevista do ABC", mas não soube dizer essa seria a razão do enquadramento de Luis Inácio da Silva na Lei de Segurança Nacional: "Não sei o Lula foi ou será enquadrado na LSN".

Com relação a prisão dos líderes sindicais, ontem de manhã, em São Paulo, o ministro garantiu não saber "nada sobre as prisões. Estou chegando do Rio agora e o que sei me foi transmitido por jornalistas. Agora, se o Lula foi preso é porque infringiu alguma lei. Além do mais, prisões não me dizem respeito. A minha função foi até a intervenção e destituição. Sei porque os destitui e sei porque pratiquei a intervenção. O resto, não é com o Ministério do Trabalho".

Para o Ministro Murilo Macedo, "é futurologia dizer se a greve acaba agora", com a destituição e prisão dos líderes sindicais e explicou que "a greve só acabará quando os trabalhadores chegarem à conclusão de que voltar ao trabalho é melhor e que foram iludidos em sua boa fé por falsos profetas, falsos líderes". No entanto, recusou a nomear "os falsos profetas".

Depois de afirmar que "Lula está tirando proveito da situação para se promover politicamente", Murilo Macedo garantiu que "o Lula e os demais líderes sindicais nunca mais retornarão aos sindicatos e isso é definitivo".

Ele acredita que os trabalhadores, ao decidirem ontem de manhã manter a greve em São Bernardo, visem provocar o governo. "O que acontece é que os

trabalhadores compraram sonhos de vendedores de sonhos, tapeadores da boa fé e que os venderam aos trabalhadores. Os líderes não se mostraram à altura de suas posições".

Murilo Macedo prometeu "para o mais rápido possível, substituir os nossos interventores nos sindicatos por uma junta de operários". Mostrou que as greves "não comprometerão o processo democrático e os trabalhadores podem continuar a fazer suas greves, desde que cumpram a lei".

Ele está disposto a dialogar com os trabalhadores no estádio da Vila Euclides. "Só não fui hoje porque havia prometido vir a Maringá. Mas, tão logo possa e os trabalhadores queiram que vá, irei. Nunca me neguei a dialogar com os operários".

Murilo Macedo acha que os jornais estão "aumentando" as consequências da ação policial desenvolvida anteontem, em São Bernardo. "Não estava em São Paulo e, pelas informações que recebi os incidentes foram de pequena monta e não têm a significação e a extensão que foi dada. O que sei é que um determinado grupo de operários, estimulado sei lá por quem, não queria entregar o sindicato, com certa resistência aos nossos interventores. Mas isso foi logo desfeito e os interventores entraram normalmente no sindicato".

Durante a visita que realizou a 8.ª Exposição Agropecuária de Maringá, Murilo Macedo, cercado por empresários e diretores de sindicatos, ironizou ao ver dois jornalistas com barba cerrada: "Não posso ver mais barbudos na minha frente". Todos riram.

## Deops: chegada e interrogatório

**SÃO PAULO (AE-GP)** — O movimento no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), começou pouco depois das 9 horas, por causa da chegada dos 12 primeiros detidos, entre eles Luis Inácio da Silva, Dalmo de Abreu Dalari, José Carlos Dias e ex-dirigentes dos sindicatos dos metalúrgicos de Santo André e São Bernardo do Campo. Por volta de 9,30 horas, os dois últimos detidos chegaram à DEOPS, o jornalista Antônio Roberto Spinosa, processado em 1969 por subversão e condenado a 4 anos. Os presos foram levados para a Divisão de Ordem Social, no segundo andar, onde começou o interrogatório. De todos os presos, soube-se que para um deles — Luis Inácio da Silva — os policiais tinham um mandado expedido pela Justiça Militar.

O delegado Romeu Tuma, chefe do DEOPS foi procurado por três deputados, Eduardo Suplicy Matarazzo, Aírton Soares e Fernando Moraes. A informação que receberam foi a de que Tuma estava num velório de um tio, que morrerá durante a madrugada. Os deputados falaram com Edsel Magnotti, titular da Divisão de Ordem Social e chefe de todas as investigações, e do processo contra os metalúrgicos. Segundo os deputados, o delegado informou que apenas Luis Inácio da Silva estava enquadrado na Lei de Segurança Nacional, artigo 36, incisos 2,3 e 4, acusado de incitar a greve.

As 10,30 horas, chegou ao DEOPS, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Mário Duarte Garcia, que conseguiu entrar no prédio, falou com o delegado Magnotti, conversou com os advogados Dalmo de Abreu Dalari e José Carlos Dias e 20 minutos depois, saiu do prédio dizendo que recebera a promessa da libertação dos dois advogados às 13 horas. As 11 horas, chegou a porta do DEOPS o advogado Arnaldo Malheiros Filho, sócio de escritório de José Carlos Dias e que entregou ao porteiro um ofício, assinado pelo juiz Dirceu da Rocha Lima, de plantão no fórum criminal, comunicando ao DEOPS da entrada na justiça de um pedido de "habeas corpus" para Dalari e José Carlos Dias, dando um prazo de 24 horas para informar sobre os dois detidos. Entre vários advogados que estiveram na porta do DEOPS, Luis Eduardo Greenhalg tentava saber de Luis Inácio da Silva e de outros presos, mas acabou sendo informado que a polícia procurava em sua casa, o que provocou rapidamente a sua fuga.

O trabalho para a prisão das 14 pessoas foi, segundo algumas autoridades, realizado pela Polícia Federal e pelo DEOPS, alguns dos detidos estavam dormindo, caso dos metalúrgicos Isaias Urbano da Cunha e Orlando Francelino, ex-diretores de sindicato dos metalúrgicos de Santo André.

As 14,10 horas, Dalmo de Abreu Dalari e José Carlos Dias foram liberados e deixaram o prédio do DEOPS acompanhados pelo presidente da OAB, Mário Duarte Garcia. Pálido, José Carlos Dias disse que foi sequestrado por cinco agentes da

Polícia Federal na Praça Panamericana, quando se dirigia a Comissão de Justiça e Paz com o objetivo de tentar liberar Dalmo Dalari e os metalúrgicos, pois fora avisado das prisões por volta das 6,30 da manhã. José Carlos Dias explicou que foi bem tratado no DEOPS e declarou sua atuação junto a Comissão de Justiça e Paz, onde é presidente, e teve de dar seu currículo. O advogado responsabilizou a Polícia Federal pela sua prisão.

Dalmo de Abreu Dalari disse que também não souberam explicar o porque de sua prisão. Ele estava dormindo quando cinco homens bateram a porta de sua casa, se identificaram como policiais do DEOPS e avisaram que estava preso e que deveria acompanhá-los. "Não reagi — disse ele — pois nada devo, nada temo, tenho residência fixa e nunca fui processado". Disse que foi interrogado durante hora e meia e explicou toda sua atuação como advogado e seu posicionamento diante do episódio da greve dos metalúrgicos. Explicou também que irá pedir um inquérito para responsabilizar os autores de sua prisão e responsabilizou o governador do Estado, Paulo Salim Maluf. "Ninguém no DEOPS conseguiu me explicar quem deu os ordens para minha prisão e para a prisão dos demais. Como Paulo Maluf é o governador do Estado e o chefe da Polícia de São Paulo, é quem deverá ser responsabilizado. E por isso, pretendo o quanto antes pedir a instauração de inquérito".

Os jornalistas não tiveram acesso ao prédio do DEOPS. A entrada principal ficou o tempo todo fechada e, para entrar no prédio, os próprios policiais do departamento tiveram que se identificar. Na portaria destinada à entrada das autoridades e do diretor, uma grande porta de ferro obstruía a passagem. Esta porta foi aberta duas vezes: A primeira, para possibilitar a entrada de um preso comum, chegado da casa de detenção, e a outra, para fazer com que o Brasília pertencente ao advogado José Carlos Dias, apreendida quando de sua prisão, fosse retirada da garagem.

Apesar da não informação da polícia quanto ao número de pessoas detidas, sabe-se que 14 pessoas foram levadas para a Divisão de Ordem Social: O ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luis Inácio da Silva, Djalma Souza Bom e Devanir Ribeiro, diretores do Sindicato de São Bernardo, os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Ernane Sencine, José Cicotti, Isaias Urbano da Cunha e Orlando Francelino, o irmão do Luis Inácio da Silva, José Ferreira da Silva, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves, o engenheiro Ricardo Zaratini, os advogados Dalmo de Abreu Dalari e José Carlos Dias, o jornalista da Editora Abril, Antônio Roberto Spinosa, e Afonso de Leles.

O primeiro a ser interrogado foi Dalmo de Abreu Dalari, o segundo, José Carlos Dias, e soube-se às 15 horas que Luis Inácio da Silva começou a prestar o seu depoimento.

## Governo federal acompanha

**BRASÍLIA (AE-GP)** — A intervenção já efetuada nos sindicatos, e tudo fará dentro da lei, cuidando também para que a lei seja cumprida. Essas foram as declarações feitas ontem, em Brasília, pelo porta-voz palaciano Alexandre Garcia. Segundo ele, o governo está vendo com tranquilidade o desenrolar dos acontecimentos da área do ABC. Nada se alterou, ontem, na rotina do

governo. O Presidente Figueiredo permaneceu, como de costume, na sua residência oficial, a Granja do Torto, e seus auxiliares mais diretos também se mantiveram em suas casas, não tendo sido convocada nenhuma reunião especial.

Os assuntos relacionados com a greve, ainda conforme o porta-voz, continuam sendo conduzidos pelo Ministro Murilo Macedo, e o governo confia em que o fim de semana, prolongado com o feriado de segunda-feira contribua para um serenamento de ânimos e que os grevistas, de cabeça fria, retomem ao trabalho a partir de terça-feira, pondo fim a uma "paralisação sem sentido".

Foi justamente por considerar que a greve não tinha razão de ser, por terem sido alcançados — "até generosamente" — os objetivos principais, de ordem econômica, que o governo federal decidiu determinar ao Ministro do Trabalho que tomasse as providências necessárias ao fiel cumprimento da lei. O governo, como assinalou um dos mais próximos assessores do Presidente Figueiredo, se convenceu de que os dirigentes sindicais, principalmente Luis Inácio da Silva (Lula), estavam fazendo uma greve de puro desafio, com prejuízos sérios para os próprios trabalhadores (que terão descontados todos os dias parados, questão, aliás de que o governo não abre mão), para os empresários e para a economia do país como um todo.

Posto do Lero  
P. Neves  
21 04 80

52

## “Habeas-Corpus” para Lula e outros líderes

SÃO PAULO (AJB/GP) — Um pedido de “habeas-corpus” em favor dos líderes sindicais Luís Inácio da Silva, Lula, Djalma de Souza Bom e Devanir Ribeiro, foi encaminhado ontem pelo advogado Luís Eduardo Greenhalg, presidente do Comitê Brasileiro de Anistia — Seção de São Paulo, ao presidente do Superior Tribunal Militar — STM, general Reynaldo Mello de Almeida.

É a seguinte a íntegra do pedido de “habeas-corpus”:

“Exmo sr. Presidente do STM

Luís Eduardo Greenhalg, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB-SP sob o número 38555, com escritório à travessa Brigadeiro Luís Antonio, 21, vem respeitosamente a presença de V.Excia. impetrar a presente ordem de “habeas-corpus” em prol de Luís Inácio da Silva, popularmente conhecido por Lula, Djalma de Souza Bom e Devanir Ribeiro, que se encontram presos ilegalmente, por ordem do sr. diretor do Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria da Segurança do Estado de São Paulo pelos seguintes motivos de fato e de direito: 1 — Os impetrantes exercem funções diretivas no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; 2 — No dia 17 de abril próximo passado, foi decretada a intervenção no sindicato, dirigido pelos impetrantes, que se consumou em data de ontem; 3 — Na manhã de hoje, os impetrantes foram presos por determinação da autoridade coatora, em suas próprias residências, sem que lhes fosse imputada a flagrância de qualquer crime; 4 — A prisão dos petionários desponta marcadamente ilegal, embora haja sido noticiado que seriam indiciados por infração do artigo trinta e seis, inciso I, II e III, da lei de Segurança Nacional; 5 — De um lado a própria previsão de prisão cautelar na LSN ofende preceito constitucional de vez que só a prisão em flagrante ou o decreto judicial de prisão podem validá-las; 6 — De outro lado ainda que se entenda harmônica com a constituição a possibilidade de prisão cautelar para que se concretize investigações e se elabore inquérito policial, essa não pode ser imposta desmotivadamente; 7 — O poder de polícia exercido descriteriosamente dirige-se em abuso e

seja coibida; 8 — Ainda que se estude aos indiciados provocação e coordenação de greve declarada ilegal, deve ser assinalado que a própria decisão judicial não transitou em julgado, sendo ainda recorrível; 9 — De outro lado, a prisão dos indiciados não traz nenhuma contribuição para as investigações, pois nunca se negaram a prestar depoimentos e inexistente a necessidade de qualquer prova que torne suas presenças nos cárceres indispensáveis; 10 — A prisão assim mantida equivale a ato claro de antecipação de pena, antes que seja judicialmente decretada e constitui vincada arbitrariedade; 11 — A se atribuir a própria autoridade policial o poder ilimitado de prender simples indiciados em inquéritos criminais, estaria o legislador convertendo em letra morta o mandamento constitucional esculpido no parágrafo 1.º do Artigo 53 da lei de Segurança Nacional e ainda que se admita como legítimo o dispositivo legal mencionado, e a prisão ilegal pois não alicerça em necessidade processual fundada e justificada e por desponder claramente como punição imposta que esteja demonstrada a autoria e a mentalidade de qualquer delito; 14 — Na realidade ocorre a ressurreição velhos tempos onde o poder público converte em simples capitães do mato do empresariado que tem seus interesses econômicos desatendidos. Diante do exposto, pede seja intimada a autoridade coatora a prestar as informações que entender necessárias, sendo por fim concedida a ordem de “habeas-corpus” pleiteada.

São Paulo, 19 de abril de 1980.

Mesmo advogado Luís Eduardo Greenhalg aditou a petição um pedido para que sejam concedidos “habeas corpus” também aos dirigentes sindicais Severino Alves da Silva e Expedito Soares Batista, presos ontem de manhã, por ordem do DOPS.

Situação das prisões no DOPS.

Dia	Prisões	Soltos	Indiciados
19	24	8	—
20	5	—	10
TOTAL	29	8	10

## Solidários com ABC

SANTOS (AG/GP) — Um grupo de dirigentes sindicais da Baixada Santista dirigiu-se à São Paulo, às 11 horas de ontem, para se reunir ao Comitê Parlamentar em sessão permanente na Assembleia Legislativa, para defesa dos dirigentes metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Santos detidos na madrugada de sábado.

Durante todo o dia, ontem, participantes das unidades sindicais da Baixada Santista prosseguiram em vigília permanente na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Continuarão ali até a liberação de todos os presos. Prosseguiu, ainda, a venda de bônus da unidade sindical, em

apoio do fundo de greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André. Ontem, os bônus foram vendidos nas portas de igrejas e na entrada do estádio Ulrico Mursa. Na véspera, sábado, a venda de bônus, na praia do Gonzaga, rendeu vinte mil cruzeiros. Para as 20 horas de anteontem, estava programada a apresentação da peça teatral “O crime contra a Amazônia”, pelo grupo Tema, com renda também destinada ao fundo de greve. No mesmo horário, estava prevista a realização de um ato público na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos pela liberação dos dirigentes sindicais presos.

## Faoro

RIO (AE/GP) — Como o Governo baseou-se no artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e este está revogado pela atual Constituição, a intervenção nos Sindicatos dos Metalúrgicos de Santo André, São Bernardo e Diadema é um ato inconstitucional.

A opinião é do jurista Raymundo Faoro, ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para quem, com a promulgação da Emenda Constitucional número onze, a intervenção nas entidades de classe só pode ser feita em circunstâncias especiais, caso seja decretada alguma das chamadas “salvaguardas do sistema”.

Pr do ABC



Arbana do Paraná  
P. Queres  
21/04/80

# Prisões e tensão em Santo André

SANTO ANDRÉ (AE) — Responsabilizando as "autoridades competentes" sobre as consequências do que vier a ocorrer, caso o estádio de Vila Euclides seja ocupado pela polícia amanhã, quando uma assembleia está marcada para às 10 horas, a diretoria deposta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema divulgou ontem nota oficial dirigida à população.

No documento, a diretoria atribui a violência verificada nas proximidades do sindicato, na última sexta-feira, quando a entidade foi cercada pela polícia durante a posse do interventor Oswaldo Pereira de Aguiar Batista, "as obras de provocadores, que tentam utilizar nosso movimento para fins inconfessáveis".

A nota oficial, na íntegra, é a seguinte: "A greve dos metalúrgicos está nas ruas, ela não precisa do sindicato e nem mesmo de sua diretoria, pois cada metalúrgico sabe exatamente o que quer. A melhor

prova disso foi dada após a intervenção no Sindicato e a prisão de alguns companheiros. Muita gente mal intencionada está tentando utilizar nosso movimento para fins inconfessáveis. Através de provocações, criam tumultos nas vias públicas, visando dar uma falsa idéia de greve, o que justificaria medidas repressivas extremadas e o fechamento do regime".

"Que não nos confundam com marginais e bandidos. Durante esses 19 dias de greve, demos a demonstração de que somos pacíficos. Assim, as violências ocorridas nas proximidades do Sindicato, são de todo injustificáveis. São obras de provocadores. Fica aqui nosso firme protesto contra as arbitrariedades cometidas. Desejamos continuar o movimento com a ordem e a disciplina de sempre. Para tanto, necessitamos continuar contando com o estádio de Vila Euclides".

"Essa massa descontente e ferida só ouvirá a voz de comando dos líderes por ela eleitos. Se o estádio nos for tirado, caíam sobre as autoridades competentes as consequências de tão impensada medida", conclui o documento.

## PRISÕES

SANTO ANDRÉ (AE) — Mais cinco pessoas foram presas na manhã de ontem, em São Bernardo do Campo, por policiais do Deops. Entre os detidos, estavam Severino Alves da Silva e Expedito Soares Batista, ambos da diretoria deposta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Os outros presos foram João Justino de Oliveira, operário da Ford e diretor do sindicato no período de 1967 a 1969, Fernando Samuel, operário da Volkswagen, e Miguel Palomares, presidente do Centro Cultural Guimarães Rosa, que vinha dando apoio à greve dos metalúrgicos do ABC.

## Padre foi preso diante da igreja e dos paroquianos

SANTO ANDRÉ (AE) — Às 17h40min. de ontem, o frei Nilson Cighaci, da Igreja do Bonfim, de Santo André, onde os metalúrgicos estão em plantão permanente desde sexta-feira à tarde, foi preso por seis policiais à paisana e colocado numa veraneio azul, sem chapa.

A informação foi prestada pelo advogado Hugo Ferreira da Silva, do comitê de apoio à greve dos metalúrgicos.

Da Ordem dos Franciscanos, frei Nilson estava sentado na escadaria defronte à igreja, conversando com uma garota, quando os policiais o prenderam. "Os metalúrgicos confirmaram que estas seis pessoas que o levaram fazem parte do grupo de policiais do Deops, que não abandonam as redondezas, abordando e pressionando a maioria das pessoas que entram e saem dos fundos da igreja. Foram vistas, ainda dentro da mesma veraneio, quatro pessoas deitadas" - explicou o advogado Hugo Ferreira.

Tinha-se ainda conhecimento de mais três prisões efetuadas na tarde de sábado: de dois estudantes pertencentes à tendência popular do PMDB, Dino Ricci e Maurício Prjani, que estavam ajudando os metalúrgicos na arrecadação e distribuição do fundo de greve; e de um metalúrgico, José Cantídio de Souza Lima, integrante da comissão de mobilização de greve, que foi solto ontem.

## Presidente da ABI vai relatar os incidentes

RIO (AE) — O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, confirmou ontem no Rio, que fará um relato de todos os incidentes ocorridos em São Paulo ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da qual é o vice-presidente. Para ele, a intervenção nos sindicatos, e a prisão de várias pessoas e enquadramento de algumas na Lei de Segurança Nacional são fatos que "comprometem o processo de abertura". Barbosa Lima Sobrinho lembrou que o programa do novo partido do governo, PDS, consagra todas as liberdades que, agora, estão sendo sacrificadas, como a liberdade sindical e a liberdade de os advogados defenderem seus clientes. Para ele, a Justiça

do Trabalho de São Paulo também não saiu nada bem dos episódios, porque se mostrou hesitante e alegou falta de competência para julgar a legalidade da greve dos metalúrgicos.

Para o presidente da ABI, "a greve é a arma do operário para reivindicar melhores salários, melhores condições de vida e mais oportunidade de trabalho". Temos que ver, disse Barbosa Lima Sobrinho, que num regime de inflação, as greves são inevitáveis. No tempo do presidente João Goulart havia muitas greves às quais atribuiu-se fundo político. Mas, como hoje, as causas estavam nas condições de vida criadas pela inflação, como temos enfrentado hoje.

## Movimentação quinta-feira

RIO (AE) — Na quinta-feira, às 18 horas, em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Rio, no centro da cidade, haverá uma manifestação pública de protesto contra as prisões em São Paulo, promovida pelo Conselho de Unidade Sindical. Reunidos neste final de semana, os dirigentes do Conselho decidiram, ainda, realizar a partir de

terça-feira, vários comícios-relâmpagos em diversos pontos da cidade, onde serão vendidos banners para o fundo de greve dos metalúrgicos do ABC. Vários panfletos, com uma nota oficial do Conselho, começaram a ser distribuídos ontem no Rio, contendo a nota oficial da entidade, que é a seguinte:

"O Conselho de Unidade Sindical do Rio vem a público repudiar os recentes atos de violência praticados contra dirigentes sindicais paulistas. Mais uma vez, o governo responde às lutas populares com repressão militar. Intervem nos sindicatos, destitui e prende dirigentes sindicais, procurando criar um clima político próprio ao exercício de prepotência e do arbítrio que marcaram o período de vigência do Ato Institucional n.º 5.

A prisão de Expedito Soares Batista aconteceu por volta das sete horas, em sua residência. Severino Alves da Silva e João Justino de Oliveira, foram detidos às 10 horas, quando saíam da Igreja Santíssima Virgem, no Bairro Jardim do Mar, e levados em um camburão ocupado por soldados à paisana. Fernando Samuel, mais conhecido por "Pablo", foi abordado por dois elementos em frente à Igreja Matriz de São Bernardo, às 9h45min., quando transportava uma caixa contendo 65 mil cruzeiros referentes à venda de ingressos para o show programado para a tarde de ontem no estádio de Vila Euclides, que não se realizou.

O dinheiro, entretanto, não foi levado pelos policiais, já que o metalúrgico atirou a caixa dentro do pátio da igreja, juntamente com sua carteira de identidade. Miguel Palomares, segundo testemunhas foi preso em uma feira livre de São Bernardo do Campo, quando fazia compras com sua mulher.

## Assembleia está confirmada para a tarde de hoje

SANTO ANDRÉ — (AE) — Em reunião realizada ontem pela manhã, na igreja do Bonfim, em Santo André, cerca de 40 membros do comando de mobilização da greve, decidiram manter a assembleia de hoje, para às 15 horas, no Estádio Jacatuba. A igreja permaneceu durante o tempo todo cercada por elementos do Deops, segundo informou o advogado Hugo Ferreira da Silva, tendo ocorrido a prisão do metalúrgico Manoel Gonçalves Pedro". Fora este caso, registrado por volta das 11 horas, o advogado ficou sabendo do desaparecimento de um operário, Raimundo Sodrê Costa, desde às nove horas de sábado.

Além de manter a assembleia de hoje, o comando decidiu rodar um boletim, assinado por ele próprio para ser entregue aos metalúrgicos. Suas palavras de ordem são: ninguém deve ir às portas das fábricas; permaneçam nos bairros desenvolvendo trabalhos de base, não ir trabalhar; não acreditam em boatos e evitar tumultos e provocações. Alguns operários estão fazendo plantão permanente na igreja do Bonfim. O vice-presidente deposto, Francisco das Chagas Barros, denunciou a infiltração, na tarde de sábado, de pessoas do Deops no salão da igreja onde estão se reunindo, "com provocações constantes, tentando provocar tumultos".

Por isso, o portão da igreja foi ontem fechado, só entrando pessoas que se identificassem. "Mesmo assim, apareceram dois elementos que mais tarde viriam a se identificar como sendo do Deops, sem que ninguém soubesse por onde." — informou ainda Hugo Ferreira, que faz parte da comissão jurídica do comitê de apoio aos metalúrgicos em greve, da Assembleia Legislativa. Benedito Marçilio, presidente destituído do Sindicato de Santo André e deputado federal conversou com os dois elementos, que lhe disseram "que queriam prender todos os barbudos e que o conheciam mais do que ele próprio".

## Reação da Ordem dos Advogados

RIO (AE) — O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Eduardo Seabra Fagundes, disse ontem no Rio, que o enquadramento dos líderes sindicais que, pacificamente "opõem-se aos patrões e não à autoridade constituída representa, sob o ponto de vista jurídico um desvirtuamento do conceito de segurança nacional".

"Considero a atitude do governo uma arbitrariedade, uma ilegalidade, e a interferência direta do Estado na liberdade do cidadão, uma liberdade já precária. Os poderosos usam a ordem jurídica como bem lhes convém, não se importando com o verdadeiro conceito de Justiça".

Seabra Fagundes considera os acontecimentos no ABC paulista como a prova definitiva do valor nulo da "abertura política", dando razão à sua própria opinião de que jamais houve verdadeiramente intenção de democratizar o país.

— E um governo de reacionários que fazem um jogo de faz de conta. Como podemos chamar de abertura esse processo que não resiste a uma greve pacífica feita na defesa dos interesses dos próprios operários.

O jurista Augusto Sussekind que esteve em contato permanente com a OAB, informou que espera informações mais detalhadas e objetivas de uma comissão da entidade que irá a São Paulo prestar assistência jurídica aos sindicalistas.

— Eu sou pela liberdade sindical e pelo direito de greve pacífica - disse Sussekind - essa greve não me parece ilegal mas não atribuo a ela assim tanta importância. Acho um fenômeno muito mais local do que federal e que não terá consequências maiores.

Augusto Sussekind não vê "provocação" do governo na greve dos metalúrgicos.

Augusto Sussekind não vê "provocação" do governo no enquadramento dos sindicalistas, e, mesmo fazendo restrições ao processo de abertura, acha que o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais continuará em sua marcha normal.

— Vamos analisar melhor os acontecimentos para ter uma opinião definitiva mas, na verdade, não estou pessimista com a situação - finalizou Sussekind.

## Movimento de apoio no Ceará

FORTALEZA — (AE) — O comitê de apoio à greve dos metalúrgicos do ABC distribuiu ontem uma nota de solidariedade aos líderes sindicais e advogados presos em São Paulo, ao mesmo tempo anunciou que já recolheu 50 mil para o fundo de greve. O dinheiro foi conseguido, segundo o sociólogo Dilmir Miranda, através de vendas de bônus e cobrança de pedágio em ruas do centro e bairros de Fortaleza.

A nota é assinada por 17 entidades que congregam estudantes, trabalhadores, mulheres e intelectuais trazendo slogans como "liberdade e autonomia sindical", "salário mínimo unificado", "estabilidade nos empregos", "luta contra a carestia".

## Ministro já admite a repressão

BELO HORIZONTE (AE) - O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, admitiu que a responsabilidade pelas prisões feitas em São Paulo é do governo federal, ao afirmar ontem, em Belo Horizonte, que está "inteiramente solidário com as ações desencadeadas pelo governo federal em São Paulo". Disse que "são falsas as declarações a ele atribuídas, de que o responsável seria o governo de São Paulo e que o presidente Figueiredo teria ficado contrariado com as detenções.

Ao responder a um repórter, que lhe perguntou se confirmava essas declarações, Abi-Ackel foi incisivo: "Quem tenha feito por mim tais declarações não tinha o menor direito de fazê-las, porque não disse isso a quem quer que seja. Portanto, essas declarações são falsas".

PT 1073.131



# Em Santo André, decisão é prosseguir com a greve

Numa assembleia tensa e indignada, cerca de 1.500 metalúrgicos de Santo André decidiram ontem à tarde continuar em greve "até que nossos companheiros presos sejam libertados e nossos pedidos de aumentos salariais e melhoria das condições de trabalho — incluindo a estabilidade por 12 meses — sejam atendidos".

O presidente destituído do sindicato — o deputado federal Benedito Marcílio — presente à assembleia, fez curas críticas às sanções adotadas pelo governo como intervenção no sindicato e prisão de líderes para pôr fim à greve. Refutando as acusações de "subversão e incitamento" feitas nos últimos dias pelo governo e empresários, Marcílio disse que o único responsável pela eclosão do movimento paredista "é a fome e miséria que grassa entre os trabalhadores".

Emocionado e bastante aplaudido pelos trabalhadores, que aclamavam alternadamente "Lula" e "Marcílio", odirigentesindicalponderou que "intervieram em nosso sindicato e nos locais em que fazemos assembleias, mas não intervieram em nossa consciência. Por isso, devemos continuar a luta".

Marcílio preveniu "os radicais, que buscam o endurecimento do regime, de que não passou pela cabeça dos trabalhadores nenhuma idéia de confronto com o governo. Queremos apenas — acrescentou — melhores condições de trabalho e de vida e isto é mais que justo". Argumentando que os trabalhadores continuam abertos ao diálogo, Marcílio disse que "de agora em diante todos os canais democráticos devem ser utilizados para a retomada das negociações,



No pátio da Igreja do Bomfim, os metalúrgicos de Santo André decidem: a greve continua.

pois se a greve não interessa aos metalúrgicos, muito menos interessa às empresas que a estas alturas já pensam em dar férias coletivas a seus trabalhadores de outros Estados, principalmente pela falta de peças para dar continuidade à produção".

## EXIGÊNCIAS

Marcílio — agora o único líder dos trabalhadores em liberdade — repetiu, entretanto, várias vezes que "os metalúrgicos só retornarão ao trabalho com o acordo nas mãos". Contudo, para que isso aconteça, apresentou uma série de exigências — aprovadas pela assembleia — e que são as seguintes: libertação de todos os metalúrgicos presos; pagamento dos dias parados; aumentos de salários como os já concedidos pela empresa Termomecânica, garantia de emprego, readmissão dos dispensados durante o movimento grevis-

ta; não punição de demais trabalhadores em virtude da greve; recuperação dos direitos já obtidos na mesa de negociações (como o piso salarial de Cr\$ 5.900,00); e eleições sindicais no prazo máximo de 90 dias.

Quanto às prisões, Marcílio procurou tranquilizar os trabalhadores ironizando: "Vai ser difícil para a polícia encarcerar 230 mil. Além disso — acrescentou — não devemos nos atemorizar pois a nossa luta é justa e para provar que não tememos a repressão vamos trazer na assembleia de amanhã e em todas as outras convidadas especiais: nossas mulheres e nossos filhos."

A assembleia de ontem foi realizada no pátio interno da Igreja do Bomfim, no Parque das Nações, pois o estádio Jacatuba, utilizado até a semana passada para as reuniões foi ocupado na manhã de ontem por tropas da Polícia Militar — segundo determinação do Deops. O

nativa para os grevistas também foi tomado pela polícia.

O bispo do ABC, dom Cláudio Hummes, ao explicar a cessão do local para a assembleia, disse que a Igreja "age com espírito cristão e a pedido dos trabalhadores". Ele garantiu ainda que "a Igreja faz isto desinteressada em outras questões. Iremos junto aos trabalhadores até o fim, pois a luta deles é justa e é a mesma que Cristo pregou: a libertação de todos os homens da opressão".

A Igreja também, segundo informou dom Cláudio, assumiu o controle do Fundo de Greve. A rede de recebimento de ajuda em dinheiro e alimentos incluiu todas as 75 paróquias do ABC. A distribuição dos alimentos está centralizada no número 28 da rua do Centenário, em Santo André, e na igreja Matriz, em Mauá.

Os metalúrgicos de Santo André, que segundo Marcílio, mantêm uma paralisação de 75% a 80% fazem nova assembleia hoje, às 16

## Assembleias vão para as igrejas

A assembleia dos metalúrgicos de São Bernardo será realizada às 10 horas de hoje na igreja matriz da cidade ou, no caso de este local estar cercado pela polícia, nas 23 igrejas da região. A decisão foi tomada ontem pela comissão de salários e membros da ex-diretoria do sindicato local, num encontro realizado no salão paroquial da igreja matriz de São Bernardo, já que o estádio da Vila Euclides e o Paço Municipal estão tomados por forças policiais.

Em nota oficial distribuída ontem à noite, o prefeito Tito Costa responsabilizou as autoridades federais e estaduais "caso a cidade de São Bernardo venha a se transformar, novamente, em praça de guerra". Segundo o comunicado, o fechamento do estádio de Vila Euclides e a proibição de reuniões na praça pública do Paço Municipal "representam alarmante recuo no anunciado processo de abertura democrática, assim como um total desrespeito à Constituição, que assegura a autonomia do governo municipal, principalmente quando, como no meu caso, eleito pelo voto direto da comunidade".

Tito Costa diz ainda que, diante desta situação, "cumpro o dever de pedir ajuda da nossa população para que, naquilo que dependa de nós, a ordem não seja conturbada. Peço, ainda, aos trabalhadores, que mantenham a serenidade já demonstrada em vários episódios de sua luta, e, às autoridades federais e estaduais para que não se olvidem de sua alta responsabilidade, perante toda a Nação brasileira".

## NOVOS LOCAIS

Logo após a reunião na igreja matriz, cuja praça estava fortemente vigiada por policiais em trajes civis, a comissão de greve distribuiu um comunicado informando os novos locais de encontros e informações em geral. As 100 mil cópias do documento desaconselham também os trabalhadores a se reunirem no Paço Municipal e na matriz, sob intenso poli-

## Bomba tira "fala" do mudo

Nordestina rija de seus 50 anos, Antonia Antunes da Silva ontem não foi visitar seus parentes em São Paulo, como costuma fazer nos dias de feriado. Ontem, Antonia foi ao Hospital Assunção visitar Paulo, seu único filho homem, torneiro mecânico, da Mercedes Benz, internado desde os choques de sexta-feira entre a polícia e os metalúrgicos em greve.

Havia outros metalúrgicos ainda internados nos hospitais da região, mas nenhuma outra história dessas que correm de boca em boca pelas praças foi capaz de comover tanto a repentinamente silenciosa São Bernardo do que o drama do filho de dona Antonia.

É que Paulo Antunes da Silva, 24 anos, há 4 trabalhando na Mercedes Benz, é surdo, mudo e canhoto. Os sinais que fazia para a mãe com a mão esquerda eram sua única forma de comunicação com o mundo. E a bomba que a Polícia Militar jogou dentro da sua casa decepcionou-lhe três dedos da mão esquerda.

Agora, deitado numa cama de hospital, com ferimentos nos olhos, na barriga e no peito, Paulo só faz olhar para a mãe, erguendo o braço esquerdo que já nada consegue lhe dizer. Até ontem, a única providência da polícia foi comunicar à portaria do hospital que era proibida a entrada de fotógrafos.

Paulo mora a poucas quadras da sede do sindicato, do outro lado do pontilhão da avenida Faria Lima, nos fundos de um bar da rua Odeon. Em greve desde o primeiro dia, ele não compareceu a nenhuma assembleia, ficava em casa, esperando dona Antonia. Era ela quem ia às assembleias para contar ao filho surdo-mudo o que aconteceu.

Na sexta-feira, ele estava em casa, trepado em cima de um muro, de onde podia ver os choques entre a polícia e seus colegas, quando estacionaram três viaturas da Rota em frente ao bar do "seu" Silvio. Havia duas pessoas dentro do bar jogando dominó. Os policiais prenderam os dois e deram ordens ao proprietário para fechar o bar. Em seguida, jogaram algumas bombas de gás lacrimogêneo.

Paulo nunca tinha visto aquelas bombas e resolveu pegar uma para mostrar à mãe. "Quando vi aquilo, minha mente me disse que aquela bomba estava cheia e fiz sinal pro menino sumir com aquilo. No que ele foi descer a escada, a bomba explodiu e jogou ele para baixo. Fez uma fumaceira e meu genro gritou: ele está morto!", lembra dona Antonia.

Dona Antonia e o genro jogaram vários baldes d'água na cabeça de Paulo, que custou a recobrar os sentidos. A bomba fez três buracos na parede e ninguém conseguia sair da casa, devido ao forte cheiro na escadaria. As sete pessoas que se encontravam na casa tiveram de descer por cordas e dona Antonia só voltou para lá três dias depois. No chão, encontrou um dos dedos decepados.

Sentada num muro em frente ao hospital, ontem à tarde, Antonia era aconselhada por parentes a não falar com o repórter, "para não complicar ainda mais a situação". Mas ela dispensou os conselhos: "Nós somos pobres mesmo, o que nós estamos pedindo é nosso. Se quiserem me prejudicar, podem



D. Antonia: "Eu não tenho medo".

não. Eu só tenho medo de perder meu filho".

A determinação de dona Antonia era a mesma dos poucos metalúrgicos que foram ontem à igreja matriz de São Bernardo, o novo ponto de encontro dos metalúrgicos após a intervenção. Como ontem não havia distribuição de mantimentos, e Lula havia recomendado que os metalúrgicos ficassem em suas casas, foi isso que eles fizeram.

Na praça em frente à igreja, havia mais policiais à paisana do que metalúrgicos. Os poucos que conversavam numa rodinha, sempre vigiados por agentes secretos com jornais debaixo do braço, aguardavam a chegada de alguém da comissão de salários para saber de Lula. Eles completavam ontem 21 dias em greve. Como sobrevivem, o que pensam estes homens hoje, após a intervenção, a prisão de Lula e a proibição de usar o estádio de Vila Euclides para suas assembleias?

Operador de máquinas da Ford, 38 anos, 3 filhos: "A gente vê na fisionomia de todos os trabalhadores a disposição de continuar com a luta. Nós não estamos preocupados com a ameaça de perder os dias e não tá medindo as consequências. O que o povo metalúrgico está prevendo é a vitória. Nem que seja para pedir dinheiro emprestado para parente, a gente não volta sem o Lula no sindicato."

Operário da Volkswagen, 37 anos, 5 filhos: "Eu até que não precisava fazer greve, estou melhor que os outros, não pago aluguel. Mas está o presidente contra nós, o ministro contra nós, a polícia contra nós e nossa única arma é não voltar para o trabalho. Nós não queremos briga com ninguém. Cada vez o pessoal está mais unido e até quem estava furando a greve agora parou. Um vizinho meu, fura-greve, só parou por causa da prisão do Lula. Ele me falou: "isso não pode acontecer. Até meu sogro e minha sogra, que eram a favor do governo, agora viraram contra, descobriram que o Murilo Macedo só quer judiar dos pobres."

Montador numa pequena metalúrgica, 27 anos, 4 filhos: "Quem perde 20 dias pode perder 90. Eu não pago aluguel porque moro em favela. As contas eu vou pendurando, um dia eu pago. Eu ainda não vim pegar ajuda aqui na Igreja, deixo para os outros que têm mais precisão. Com o último pagamento eu já fiz a despesa para o

DR. Folha de São Paulo  
P. Operey  
22 04 80 SF

## De Nigris não renegocia

O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Theobaldo de Nigris, disse ontem que não vê possibilidade de se reabrir as negociações entre empresários e trabalhadores, "pois a comissão do Grupo 14 foi taxativa: "só acatamos a decisão da Justiça". A informação foi transmitida pela Empresa Brasileira de Notícias (EBN), do Governo Federal.

A resposta de de Nigris, refere-se à tentativa feita anteontem — e reiniciada ontem — pelo senador Teotônio Vilela, de buscar o reinício das negociações para a superação da greve dos metalúrgicos.

Por sua vez, o empresário

Cláudio Cutri Robles, um dos integrantes do Grupo 14, da Fiesp, também declarou ontem que desconhecia qualquer iniciativa de retomada das negociações entre os líderes patronais metalúrgicos e o comando grevista do ABC.

Em reunião realizada ontem à tarde na Assembléia Legislativa, o comitê de solidariedade à greve, que reúne mais de 100 entidades profissionais e estudantis, emitiu nota protestando contra a criação de uma comissão de negociação formada por dirigentes da chamada Unidade Sindical e por parlamentares. "Esse é um direito único do trabalhador do ABC", justifica o comitê.

frontos como os que ocorreram nos últimos dias.

A Igreja Católica manifestou novamente seu apoio ao movimento, segundo declarações do padre Adair Bagatini. "A Igreja está aberta para os metalúrgicos o ano inteiro e não somente na greve. A Pastoral Operária, o Movimento de Defesa dos Favelados e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos dão assistência permanente aos metalúrgicos e na greve há apenas a continuidade de um trabalho. No momento em que a polícia prende os líderes metalúrgicos e proíbe assembléias em seus sindicatos e no estádio de Vila Euclides, a Igreja coloca suas paróquias à disposição. A Igreja não é do padre, nem do bispo, é do povo."

Indagado sobre que medidas a Igreja tomou em relação à segurança das suas paróquias, onde serão realizadas assembléias hoje, padre Bagatini respondeu: "Que medidas de segurança você quer que a gente tome? Chamar a polícia?"

### DIA TENSO

Segundo o comando de greve, ontem não houve nenhuma prisão de grevistas na região de São Bernardo.

O salão paroquial da Igreja Matriz de São Bernardo, onde a liderança se reuniu para discutir os novos passos do movimento, recebeu também trabalhadores que para lá se dirigiram buscando assistência do fundo de greve.

O deputado federal Aurélio Peres, que do lado de fora do salão paroquial conversava com alguns trabalhadores, falando sobre a possibilidade de serem retomadas as negociações, disse que "a disposição dos metalúrgicos tem sido no sentido de permanecerem em greve e a única forma de buscar seu fim será reiniciando as negociações e colocando em liberdade os líderes e os trabalhadores presos".

Segundo Aurélio Peres, "a assembléia vai ser realizada amanhã (hoje). Os trabalhadores já estão devidamente instruídos de como agir. Se o estádio estiver interditado, e aliás já houve proibição nesse sentido, todos deveriam dirigir-se para o Paço Municipal. Lá, porém, também a ordem proíbe que haja concentrações; então, a orientação é que todos se dirijam à igreja".

"Eu estive no Deops — Departamento de Ordem Política e Social — para informar-me a respeito da proibição de concentração. Fui informado de que o estádio e o paço seriam interditados. Com relação à igreja fui informado que não pesava nenhuma proibição e, como ela não comporta todo o pessoal, quis saber se a praça também estaria liberada, mas infelizmente não recebi nenhuma resposta."

## Diálogo só sem a greve, diz general

O comandante do 2.º Exército, general Milton Tavares de Sousa, disse ontem, em São Paulo, que não vê qualquer possibilidade de retomada das negociações entre empresários e trabalhadores "enquanto os metalúrgicos do ABC não retornarem às suas atividades" e afirmou que possui provas de que "há infiltração comunista no movimento grevista do ABC". Acrescentou que "poderia citar um monte de nomes, mas não posso fazer isso para não prejudicar as investigações policiais".

O general fez estas declarações em entrevista coletiva à imprensa, logo após ter recebido a medalha "Jorge Tibiriçá", por ocasião das comemorações alusivas ao "Dia da Polícia", realizadas na sede do Deic. Em seu discurso de agradecimento, o general afirmou: "Não é com a luta de classes e com reivindicações descabidas, muitas vezes a serviço de ideologias estranhas, que iremos construir a Pátria que todos almejamos. Democracia não é desordem, liberdade não é licenciosidade. É necessário que tenhamos responsabilidade pelos atos que praticamos". Segundo o general, "é preciso que todos tenhamos em mente que diante da Pátria, diante do Brasil, não há direitos, há somente deveres".

No entender do comandante do 2.º Exército, o reinício do diálogo entre empresários e trabalhadores só será possível na hora em que os trabalhadores voltarem às fábricas, mas disse que prevê que "a radicalização vai prosseguir, em prejuízo de todo o País e, mais ainda, dos trabalhadores e suas famílias, porque há uma insensatez. Se permitirmos que passe desse limite, haverá o caos no País".

Questionado se sabia de quem estaria partindo essa radicalização, o general declarou: "Houve radicalização dos dirigentes sindicais. Não sou guardião dos patrões, mas da lei, e quem desrespeitou a lei não foram os patrões e sim, infelizmente, os falsos líderes sindicais que estão se utilizando das reivindicações dos trabalhadores para satisfazer suas ambições políticas". O general fez questão de frisar que "não estou dizendo que Lula é comunista, mas que tem conselheiros comunistas".

O general reafirmou, ainda, que o 2.º Exército "não está envolvido nas operações policiais realizadas no ABC" e que "o governo do Estado é o responsável pela manutenção da ordem; eu sou, às vezes, uma espécie de conselheiro", admitindo ter aconselhado o governador Paulo Maluf.

### SEGURANÇA

O secretário de Segurança Pública do Estado, Otávio Gonzaga Júnior, reafirmou, também, que tem conhecimento de "infiltração comunista na greve do ABC": "Pelas informações que tenho da polícia, existe essa infiltração, mas pelo interesse das próprias investigações não posso revelar os nomes à imprensa", mencionando apenas a "Convergência Socialista como um dos elementos dispostos a alterar a ordem pública com interesse na agitação". Quanto à proibição do Deops de se realizarem assembléias nos estádios da Vila Euclides e Joaçaba, o secretário afirmou que "a ordem será cumprida, em decorrência natural da decretação da ilegalidade da greve".

"Qualquer reunião, em locais públicos, visando à sustentação do movimento, está proibida". Quanto às igrejas, observou que "cabe aos srs. padres decidir a quem recebem em suas igrejas".

Trabalharam nesta cobertura os repórteres Ana Maria Leopoldo e Silva, Carlos de Oliveira, Cecília Pires, Edson Flosi, Enéas Macedo Filho, Jane Soares, José Luis Teixeira, José Ortiz, Marco Antônio Zanfra, Odilon Guimarães, Ricardo Scho, Usses Capozoli, sucursais do Rio e Brasília e a Folha. Coordenação Geral de Clóvis Rossi.

## Desculpas pela prisão de Dalari

O jurista Dalmo de Abreu Dalari, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz e colaborador da "Folha", preso no último sábado, juntamente com lideranças sindicais do ABC, confirmou ontem ter recebido um telefonema do próprio secretário de Segurança Pública, desembargador Otávio Gonzaga Júnior, que pediu desculpas e disse ter sido sua detenção "um grande erro".

Dalari ainda insistiu quanto à responsabilidade pelo episódio, mas o secretário disse não saber de onde tinha partido a ordem de sua prisão.

Assim como Dalari, o atual presidente da Comissão, advogado José Carlos Dias, pretende tomar uma série de providências para esclarecer e punir os responsáveis pelas detenções de ambos, feitas em flagrante desrespeito à legislação. Essas medidas incluem o pedido de cassação de mandato do governador e a tentativa de processá-lo por crime de responsabilidade, além de promover a responsabilidade criminal do delegado Edsel Magnotti, por detenção ilegal, pois era ele o diretor interino do Deops no momento em que as prisões foram efetuadas.

José Carlos Dias ressaltou, entretanto, que não pretende tomar essas providências imediatamente, pois, "por ora, preocupe-me acompanhar o que ocorre em São Bernardo, esperando que se restabeleça a paz, através da justiça reivindicada pela classe trabalhadora".

O presidente da CJP revelou ainda estar muito preocupado "com a situação de Lula e de todos quantos estão sofrendo ou estão por sofrer violações à sua liberdade. O momento nacional é de suma gravidade e está a desafiar a nossa consciência responsável e a exigir a coragem da nossa prudência".

## Pena: reajuste alto prejudica a poupança

PARIS (Do Correspondente)— O ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Pena, declarou ontem em Paris que "não há democracia sem obediência à lei" e que os acontecimentos envolvendo grevistas e líderes sindicais de São Paulo foram provocados por "um grupo dissidente" que não aceitou a taxa já elevada de 7 por cento com que a Justiça do Trabalho havia calculado a produtividade da mão-de-obra.

Pena não aceita o argumento de que a estabilidade de emprego por 12 meses seja uma reivindicação realista, indagando aos repórteres que o entrevistavam se conheciam um único país no mundo em que o princípio estivesse em vigor. Os repórteres argumentaram que a falta de estabilidade era, em muitos países, compensada pelo seguro desemprego, ao que o ministro retrucou dizendo que esse seguro no Brasil era inviável porque diminuiria o volume de dinheiro injetado nos circuitos de poupança.

A poupança foi a palavra-chave de sua argumentação. Disse que os salários já representam dois terços do PNB. Com uma inflação de 60 por cento, os reajustes semestrais transferem uma nova parcela suplementar de um décimo do PNB para os assalariados. Mas como essa parcela se destina ao consumo imediato — afirma Camilo Pena — isso prejudicaria ainda mais a poupança, sem a qual é impossível criar novos empregos.

Qualificou os metalúrgicos de "núcleo elitista do operariado brasileiro", junto ao qual o governo faz bem ao aplicar a lei para promover uma "desconstrução de renda e os desniveis perigosos entre os assalariados".

## Afastado do sindicato, Lula já está inelegível

BRASÍLIA — O líder dos metalúrgicos de São Bernardo, Luis Inácio da Silva, o Lula, que está sob ameaça de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, "por incitamento a greve considerada ilegal", ficará inelegível para o resto da vida, se a denúncia contra ele for acolhida e a legislação política no País não sofrer mudanças.

Na verdade, Lula já está inelegível pela Lei Complementar n.º 5, de 29 de abril de 1970, que estabelece, em suas alíneas "P" e "M", que são considerados inelegíveis "os que tiverem sido afastados ou destituídos de cargos ou funções de direção, administração ou representação sindical" e aqueles que "tenham sido condenados ou respondem a processo judicial, instaurado por denúncia do Ministério Público recebida pelas autoridades judiciárias competentes, por crime contra a segurança nacional e a ordem pública e social, a economia popular, a fé pública e a administração pública, patrimônio ou pelo delito previsto no art. 22 desta Lei Complementar, enquanto não absolvidos ou penalmente reabilitados".

Esse problema foi objeto de conversas entre políticos, durante jantar comemorativo do 20.º aniversário de Brasília, realizado anteriormente no Clube do Exército, nesta Capital, em que compareceram o presidente Figueiredo, diversos ministros de Estado, o presidente da Câmara Federal, Flávio Marinho, o líder da maioria no Senado, Jarbas Passarinho, o vice-líder governista Murilo Badaró e os parlamentares oposicionistas

Epitácio Cafeteira e Lázaro Barbosa, entre outros.

### CONVERSAS

Em meio às conversas um jurista com assento em tribunal superior do País lembrou que a Lei Complementar n.º 5, de 29 de abril de 1970, continua em vigor e, por ela, quem foi condenado ou mesmo denunciado por violação à LSN, é inelegível.

Um dos políticos presentes, que estava ao lado do presidente, porém, ainda insistiu, dizendo que, no caso funcionava como advogado do diabo: "E se o Lula, embora não podendo candidatar-se, apoiar outras candidaturas, participando de comícios?". O mesmo jurista recordou que a lei não permitiria esse tipo de participação política e poderia determinar a cassação do registro de candidaturas apoiadas publicamente pelo líder metalúrgico.

A conversa a respeito de Lula se deu informalmente, quando se comentava a situação difícil pela qual passa o País, no momento, em razão "da inflação, da crise mundial de petróleo e de outros problemas". Acreditava-se, nessa roda, que a recente prisão do líder metalúrgico, ao ser decretada a ilegalidade da greve no ABC, fora um erro político. "Agora — comentou um parlamentar, em roda próxima ao presidente Figueiredo, Lula viu crescer suas perspectivas eleitorais e, no caso de se candidatar a um cargo eletivo, em São Paulo, seria, sem dúvida, um fenômeno eleitoral".

## Arnaldo Gonçalves é solto, mas 12 continuam no Deops

Arnaldo Gonçalves dos Santos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, que estava preso desde sábado no Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), foi solto ontem, às 15 horas, mas outros doze líderes sindicais continuam recolhidos às celas daquela repartição policial.

Entre os que continuam presos no Deops está Luis Inácio da Silva, "Lula", ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Além de Lula, continuam presos no Deops três ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo: Djalma Sousa Bom, Expedito Soares Batista e Devanir Ribeiro, junto com cinco ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André: José Cicoti, Orlando Francelino Mota, José Ernesto Sinferini, João Batista dos Santos e Isafas Urbano da Cunha; e com três operários que fazem parte da Comissão de Salários e do Fundo de Greve dos Metalúrgicos: Severino Alves da Silva, José Maria de Almeida e José Timoteo da Silva. todos foram presos no sábado passado.

### LIBERDADE

Arnaldo Gonçalves dos Santos saiu sozinho do prédio do Deops, ontem, no Largo General Osório, 120, nos Campos Eliseos, perto do centro da cidade de São Paulo. Eram exatamente 15 horas.

"Eu estava em casa quando fui preso, sábado, às 6 horas. Fui preso em casa, em Santos, por policiais do Deops de São Paulo. Quando cheguei, outros líderes sindicais já estavam presos. Depois foram presos mais alguns."

O líder sindical Santista disse aos jornalistas que o cercaram na porta do Deops que foi bem tratado nas 57 horas em que esteve preso. E afirmou ainda:

"Fui interrogado. Prestei declarações e expliquei que estive na Itália, de 23 de março a 6

de abril, este ano, participando do Congresso Sindical de Milão, em Roma. Por estar viajando não participei, de jeito nenhum, da greve dos metalúrgicos de São Paulo, que atingiu o ABCD e outras cidades do Interior do Estado."

"Quando fui solto — prosseguiu — deixei doze companheiros lá dentro, mas estão bem, não estão sendo maltratados. O moral é alto entre os presos. Os presos estão juntos, na carceragem, não são maltratados, mas não podem receber visitas."

### IMPRENSA

Nesse momento, na porta do Deops, o delegado Olavo Francisco do Reino interrompeu a entrevista, levando Arnaldo Gonçalves dos Santos de volta para dentro do prédio. Logo depois, entretanto, um Opala do Deops saía levando o sindicalista embora. Dois policiais o acompanhavam. A manobra do delegado Olavo Francisco do Reino impediu que os jornalistas continuassem entrevistando Arnaldo.

O Deops não informou sobre a situação legal dos presos e não se sabe se eles já foram ou não ouvidos em inquérito policial. Oficialmente não se sabe nem do que estão sendo acusados. Extra-oficialmente, porém, sabe-se que os presos estão sendo acusados de incitamento à greve ilegal.

### LULA

Quanto a Luis Inácio da Silva, o Lula, o Deops pretendia enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional. Inquérito presidido pelo delegado Edsel Magnoli seguiria, então, para a Justiça Militar, pedindo o enquadramento de Lula na Lei de Segurança Nacional por incitamento à greve ilegal e desrespeito às autoridades constituídas.

O incitamento à greve ilegal teria por base a atuação do líder sindical depois que o Tribunal

Regional do Trabalho julgou a ilegalidade do movimento. O desrespeito às autoridades se basearia em discursos de Lula, que teria "atacado, ofendido e desrespeitado as autoridades constituídas", entre outras Murilo Macedo, ministro do Trabalho.

Na Justiça Militar, um promotor poderia denunciar ou não o líder sindical e, depois, um juiz poderia ou não aceitar a denúncia. Pela Lei de Segurança Nacional, Luis Inácio da Silva pode ficar preso incomunicável por oito dias.

Para saber da situação legal de Lula e dos outros líderes sindicais presos, o advogado Luis Eduardo Greenhalgh e o deputado federal Airton Soares procuraram, ontem às 16 horas, o delegado Romeu Tuma, diretor do Deops. Romeu Tuma, porém, não estava.

### PROCURADOS

Soares e Greenhalgh também pretendiam solicitar ao diretor do Deops a revogação do "mandado de busca" de diversos integrantes da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, "que estão sendo procurados em suas casas pela polícia e que se encontram escondidos".

Segundo Airton Soares, estão sendo procurados o vice-presidente do Sindicato, Rubens Teodoro de Arruda; o segundo secretário Nelson Campanholo; os suplentes da diretoria José Joest Fontes, Manuel Anísio Gomes, Gilberto de Souza, José Venâncio, José Dilermando, Gilson de Menezes, Jaime Viana de Barros, Mariano Palma Vilalta, Mauro Mançani, Vasili Valkov, Juraci Magalhães, Cláudio Roberto Rosa e Celso (não se sabe ainda seu sobrenome).

Greenhalgh e Airton Soares também informaram que já foi impetrado "habeas corpus" em favor dos presos. O "habeas corpus" poderá ser julgado hoje e, se for concedido, os presos serão colocados em liberdade.

## Intervenção e prisões repercutem no Exterior

A União dos Trabalhadores na Indústria Automobilística dos Estados Unidos protestou ontem contra a intervenção nos sindicatos de São Bernardo e Santo André e convocou uma assembleia geral dos dirigentes sindicais de metalúrgicos empregados nas indústrias norte-americanas para propor aos sindicatos que pressionassem as empresas automobilísticas com matrizes nos Estados Unidos e

pondente da "Folha" em Paris, J.B.Natali.

Conforme o relato, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), através da Federação dos Trabalhadores da Metalurgia, enviou telegrama aos dois sindicatos sob intervenção, afirmando que "a atitude intolerável do governo" deve dar lugar a um clima de verdadeiras negociações, a cargo de dirigentes livremente escolhidos por

## Na Sé, D. Paulo pede o reatamento das negociações

O cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, durante ato litúrgico realizado ontem à tarde na catedral da Sé, lançou um apelo às lideranças patronais e metalúrgicas para que as negociações sejam retomadas imediatamente, "em nível de igualdade, para não haver vencedor nem vencido". O cardeal disse que formulava esse pedido "sob o olhar de Deus e na esperança da superação dos conflitos", acrescentando

representação no ABC, a forçar suas subsidiárias a reabrir negociações com os operários brasileiros, buscando um acordo.

A posição da União dos Trabalhadores na Indústria Automobilística dos Estados Unidos e Canadá foi comunicada ontem de manhã pelo seu presidente, Douglas Fraser, em telegrama dirigido ao advogado Luis Eduardo Grenhalg. O dirigente sindical norte-americano também informou ter enviado telegrama ao presidente João Batista Figueiredo protestando "vigorosamente contra a intervenção do governo brasileiro na greve dos metalúrgicos de Santo André e São Bernardo".

#### "TIMES"

O jornal londrino "The Times", conforme relata o correspondente Cláudio Abramo, dedicou quatro colunas de sua edição de ontem aos últimos acontecimentos de São Paulo, informando sobre as prisões de Lula e de outros dirigentes sindicais.

"A matéria e a forma em que foi publicada dão bem a idéia da importância que o tradicional jornal inglês atribui aos fatos" — observa Cláudio Abramo. "Ele não só dá um título de quatro colunas em duas linhas — "Prisão de líder grevista no Brasil provoca protestos de padres e advogados" — como abre a seção 'Overseas', ou seja Notícias do Exterior".

A matéria do "Times", com chamada de primeira página, traça um perfil de Lula, assinalando que a sua importância aumenta à medida em que "o PTB de Brizola não levanta vôo e também porque o Partido Comunista, que se vê como guardião dos interesses da classe operária, esta perplexo e irritado com Lula, a ponto de estar trabalhando ativamente contra ele".

O jornal observa que a prisão dos líderes sindicais ocorreu em seguida à demissão do general Andrada Serpa, que vinha fazendo "discursos acentuadamente críticos ao governo". O "Times" conclui dizendo que a situação econômica no Brasil não melhorou desde que o ministro Delfim Neto assumiu o controle e assinala que a inflação chegou a 6,6 por cento em março, enquanto "banqueiros internacionais parecem cada vez mais relutantes" em relação ao Brasil.

O "Guardian", outro importante jornal inglês, ocupou-se da situação brasileira com uma notícia de 30 linhas em três colunas sob o título "O Exército adota uma linha dura no Brasil", atribuindo ao Conselho de Segurança Nacional a ordem de prender Lula.

#### FRANCESES

As duas maiores confederações trabalhistas francesas — CGT e CFDT — lançaram ontem campanhas pela libertação de Lula e dos demais dirigentes sindicais detidos, informa o corres-

pondente em Paris, exprime "a profunda indignação dos trabalhadores franceses por uma medida de repressão que contraria princípios internacionais, definidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)".

"Por enquanto — observa J.B. Natali — a CGT não menciona nominalmente Luis Inácio da Silva, gesto compreensível porque, próxima do Partido Comunista, ela sempre reagiu com desconfiança em relação às novas lideranças operárias em nosso País. Isto não a impede, porém, de lançar a sua campanha".

#### "ANTIDEMOCRÁTICO"

A Confederação Francesa do Trabalho (CFDT) é bem mais explícita. Ela publicou ontem um enorme comunicado — o segundo desde o início dos incidentes — "denunciando categoricamente as prisões e o conjunto de medidas que se abatem sobre o movimento operário, e que confirmam o caráter antidemocrático e repressivo do regime brasileiro".

Os líderes da CFDT também solicitaram uma audiência ao embaixador brasileiro, Nascimento e Silva, para a qual pretendem se fazerem acompanhar de pelo menos uma centena de operários, protestando contra a intervenção nos sindicatos e a prisão de dirigentes sindicais em São Paulo.

#### MADRI

"Estamos acompanhando com preocupação os acontecimentos no Brasil" — disse em Madri o presidente do Instituto de Estudos Políticos da América Latina (IEPALA), Juan Carmelo Garcia, que se solidarizou com o movimento dos metalúrgicos e decidiu convocar, para os próximos dias, reunião especial a fim de discutir os acontecimentos brasileiros. Do IEPALA, segundo nosso correspondente em Madri, Mauro Santayana, fazem parte também representantes das principais centrais operárias da Espanha.

## Apoio da Igreja preocupa Ackel

O ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, expressou ontem, em Belo Horizonte, a sua "apreensão" com o apoio que a Igreja está dando aos metalúrgicos do ABC paulista, ressaltando, entretanto, que se trata de "alguns setores da Igreja". Segundo o ministro, "A Igreja universal e eterna não está absolutamente engajada em São Paulo". Abi Ackel aceitou, entretanto, que os religiosos dêem "aos ensinamentos da Igreja a interpretação que livremente devem dar a todos os textos. Evidentemente, outros, também comprometidos com o cristianismo, dão outra interpretação à Palavra de Deus".

presos devem ser libertados e que sejam garantidos locais onde os trabalhadores, "resguardados das violências e das infiltrações, possam discutir livremente a volta ao trabalho".

O apelo de dom Paulo foi feito durante a leitura da homilia, a um público calculado em seis mil pessoas, que lotou a catedral. De acordo com o cardeal, "às autoridades que decretaram a intervenção e prenderam tantas pessoas lembramos, no dia do mártir brasileiro da liberdade, Tiradentes, que essa liberdade é tão decisiva para cada homem e para a Nação, que se transforma em aspiração suprema para todos os que quiserem viver com dignidade. Em vez de tolher arbitrariamente a liberdade das pessoas que lutam por seus direitos, tentemos promover a comunhão de liberdades. A reconciliação, o diálogo, o compromisso, com honra e respeito".

Durante a leitura da homilia, dom Paulo fez ainda mais dois apelos, dirigidos aos empresários e aos trabalhadores. "Aos irmãos empresários — disse — lembramos que a pátria brasileira é maior que suas empresas. Na hora em que os trabalhadores saírem humilhados de um conflito, o bem comum, que é o da maioria, deixou de ser respeitado (...) o que pedimos não é demais, nem mesmo é muito: sentem-se à mesa para negociar, mas desta vez desarmados até da vitória aparente que obtiveram no tribunal, não, porém, na consciência do povo".

Aos trabalhadores dom Paulo disse: "Admiramos seu esforço de excluir toda e qualquer infiltração. E o momento histórico da consciência operária se manifestar com liberdade, sem extremismos. A Igreja lhes pede igualmente que continuem a manter o clima de não-violência, que sempre supõe a união de todos e a firmeza permanente. Lutaremos com todos os meios ao nosso dispor para que lhes seja assegurado o direito de defesa e do diálogo. E este o fundamento da paz social, do pacto verdadeiro, da reconstrução da unidade tão indispensável ao povo humilde e bom".

#### EMOÇÃO

Terminado o ato litúrgico no interior da Catedral da Sé, às 18 horas, os participantes começaram a deixar a Igreja em clima de muita emoção. Em coro, todos cantavam a música "Caminhando" de Geraldo Vandré, às vezes interrompida por aplausos.

Os milhares de participantes, porém, não queriam ir embora. Acabaram se concentrando na frente da Catedral, onde um grupo de manifestantes passou a exigir uma passeata pela cidade, pedindo para que todos seguissem uma faixa onde se lia "o povo no poder". Um outro grupo, porém, muito maior, pediu em coro que se evitassem provocações. E a passeata ficou para quinta-feira, dia de novo ato litúrgico na Sé.



Paraná  
R. Apresos  
22 04 80 PK

PT 1073 134

# Padre paranaense preso na greve

## Professores de Minas marcaram greve hoje

SÃO PAULO (AE) — Enquanto o governo do Estado de Minas garante, através de intensa campanha publicitária, iniciada domingo, nos jornais, rádios e TVs, que "as escolas permanecerão abertas e as aulas não serão interrompidas", a União dos Trabalhadores do Ensino de Minas confirma para hoje o começo da greve geral do magistério oficial, reivindicando aumento salarial de 104,1 por cento e a efetivação de 73 mil contratados.

A greve foi deflagrada no dia 12 e deveria ter sido precedida ontem de uma manifestação em Ouro Preto, cancelada pela categoria, que divulgou uma nota de esclarecimento, afirmando que suspendeu a homenagem a Tiradentes, porque "o governo mineiro implantou nos últimos dias, em Ouro Preto, um absurdo estado de sítio, um verdadeiro clima de execução", impedindo a entrada dos professores na cidade.

No Rio Grande do Sul, o medo da inter-

venção faz com que a maioria dos professores gaúchos que reúnem-se hoje, em assembleia geral, prefiram negar qualquer hipótese de greve: "É apenas um movimento de conscientização da classe". Com o interior mobilizado, o Centro de Professores do Rio Grande do Sul pretende lotar o auditório Araújo Viana, para protestar contra o índice de 56,25 por cento fixado pelo governo e pedir equiparação salarial com os cargos técnicos e científicos do Estado.

O presidente do centro, professora Gláucia Corrêa fez um apelo aos professores primários para que também participem da assembleia: "Nossas reivindicações alcançam automaticamente todos os níveis, já que existe o plano de carreira do magistério que estabelece os coeficientes de vinculação de todos os níveis salariais".

A principal reivindicação é equiparar os professores do nível aos técnicos-científicos do Estado.

SANTO ANDRÉ — (AE) — A prisão do frade franciscano José Lourenço Pectol, no Parque das Nações, em Santo André, foi a única registrada ontem na região do ABC, em relação ao movimento grevista dos metalúrgicos. O fato ocorreu por volta das 10 horas, quando frei José Lourenço saía de uma visita à comunidade de base do bairro, sendo cercado por cinco elementos, que o colocaram deitado sob o piso de uma perva veraneio, sem placas, levando-o para lugar ignorado. Três horas depois, o padre foi abandonado no bairro de Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo.

Após ser libertado, frei José Lourenço se dirigiu à igreja do Bonfim, em Santo André, onde relatou o ocorrido ao bispo dom Cláudio Hummes, à imprensa e aos advogados Hugo Ferreira e Cláudio Panisa, ambos da comissão de defesa dos direitos humanos, da diocese de Santo André. Ele contou que não conhecia a cidade, por ser paranaense e estar em Santo André apenas de passagem. Frei José Lourenço é vice-reitor do seminário Santo Antônio, localizado na cidade de Ibema, no Paraná.

Sobre sua prisão, o frade afirmou que os cinco elementos não se identificaram, ao chegarem em uma unidade do Deops (que ele não soube localizar), os policiais obrigaram-no a ficar nu e, com uma luz forte acesa sobre o seu rosto, deram início a um interrogatório sobre sua vida religiosa. Em seguida - contou o frei - ameaçaram de me pendurar, caso minha prisão fosse denunciada na assembleia dos metalúrgicos".

O advogado Hugo Ferreira, que integra também o comitê de solidariedade à greve, da Assembleia Legislativa, informou ter entrado em contato com o corregedor de Santo André, juiz Caetano Sorrentino, exigindo que aquela autoridade fosse à igreja do Bonfim dar explicações sobre as prisões "arbitrárias de membros da igreja". O juiz, entretanto, se negou a ir, alegando que recebeu ordens do desembargador de São Paulo para que não se envolvesse com as prisões, pois elas eram de inteira responsabilidade do Deops.

Ao término da assembleia realizada pelos metalúrgicos de Santo André, no pátio interno da igreja do Bonfim, várias pessoas foram interpelladas por elementos que se diziam agentes do Deops. Num

desses casos, o repórter Robson Moreira, de "O Estado", foi obrigado a mostrar seus documentos, com os policiais argumentando que ele era muito parecido com "a pessoa que estamos procurando". Momentos antes, um elemento foi visto num bar das proximidades, anotando em um pedaço de papel os nomes de Osmar Mendonça, Rubens Teodoro de Arruda e Gilson de Menezes, todos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

Além de Luiz Inácio da Silva e outros diretores depostos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, presos na madrugada de sábado, foram registradas mais 16 prisões neste final de semana, em Santo André e São Bernardo do Campo. Em Santo André, entre os detidos, no início da noite de domingo, estavam José Muniz e Etevaldo Araújo, ambos pertencentes à diretoria do sindicato. Nesse mesmo dia, pela manhã, policiais do Deops davam voz de prisão a Severino Alves da Silva e Expedito Soares Batista, também da ex-diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

### Um líder sindical já foi libertado

### Greve continua inalterada

SANTO ANDRÉ (AE) — Decidindo manter...



## Policiais da PM são ameaçados

RIO (AE) — Moradores da Cidade de Deus, um conjunto residencial do Rio, em Jacarepaguá, que estão acusando dois soldados da Polícia Militar pelo assassinato da menor Marluccia da Cunha Guimarães, de 10 anos, anunciaram ontem que os marginais da área "vão matar todo e qualquer PM do 18.º Batalhão que aparecer por lá. Isto porque este é o terceiro caso de policiais matando crianças em menos de duas semanas. No dia anterior, a menina Ana Cristina Rodrigues de Macedo, de dois anos, foi morta ao receber um dos tiros disparados por policiais militares que perseguiram três assaltantes, só que em Vaz Lobo.

Ontem, no enterro de Marluccia, suas amigas — que com ela conversavam na calçada de uma das ruas da Cidade de Deus — Tereza Cristina de Carvalho, de 16 anos e Cleyde Santos, de 17, voltaram a afirmar que os tiros foram disparados pelos PMs conhecidos como "Mão de Vaca" e "Portuguesinho", que agora alegam estar perseguindo três indivíduos suspeitos de integrarem a quadrilha de Ailton Batata, um dos muitos marginais que atuam na Cidade de Deus.

SANTOS (AE) — Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, recuperou a liberdade ontem à tarde, depois de ficar detido durante dois dias e meio, sem acusação formal, no Dops de São Paulo. Em sua cela, ficaram mais treze trabalhadores ligados à greve dos metalúrgicos, inclusive Luiz Inácio da Silva, o Lula, que permanece firme em sua posição de continuar o movimento, apesar de preso e incomunicável.

Fumando muito e com a barba por fazer, Arnaldo

mostrava ótimo humor, ao ser recebido na porta da sede dos metalúrgicos, às 18 horas de ontem, por membros da diretoria santista, líderes de outros sindicatos, estudantes e advogados, que o aplaudiram à chegada.

Preso em sua casa, às 6 horas de sábado, Arnaldo contou que passou por dois interrogatórios, e, em ambos, as perguntas, feitas por um delegado e sem agressão física, só se basearam em sua participação nas assembleias do ABC.

## Posição do Exército pode se definir hoje

BRASÍLIA — (AE) — A posição do Exército, particularmente, e das Forças Armadas, por extensão, em relação ao atual quadro político, agravado pela greve e pelas prisões de líderes metalúrgicos no ABC paulista, poderá ser definida hoje pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Ernani Ayrós, em discurso que pronunciará no Clube do Exército, na solenidade de entrega de espadas aos generais-de-brigada promovidos, no mês passado pelo presidente João Figueiredo.

É tradição no Exército o chefe do EME discursar nesta solenidade, que, pela primeira vez, será realizada no Clube do Exército, cujas instalações são bem mais amplas do que a cobertura do Quartel General, no setor militar. Normalmente, o texto do discurso é conhecido previamente pelo ministro do Exército. E o ministro Walter Pires, já confirmou sua presença na solenidade.

O discurso de Ayrós e aguardado no meio militar com certa expectativa, porque será o primeiro pronunciamento de um membro da alta cúpula do Exército (além do ministro, o chefe do EME, o secretário geral e o chefe do gabinete do ministro constituem um núcleo especial de decisões) depois das prisões

no ABC e no episódio de exoneração do general Andrada Serpa.

PT 1073.131

assembleias diárias na Igreja do Bonfim, em Santo André, sempre às 16 horas, dando portanto continuidade a greve deflagrada no último dia 1.º, metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra aprovaram, no pátio desta mesma igreja, só retornarem ao trabalho mediante negociação de oito itens, incluindo "a liberdade de todos os trabalhadores presos".

A proposta foi aprovada aos gritos de "Lula, Lula", sendo os outros sete itens os seguintes: pagamento dos dias parados; aumento salarial conforme acordo celebrado com a Termomecânica, de São Bernardo (12% acima do INPC, para quem ganha até 5 salários mínimos); garantia de emprego, readmissão dos metalúrgicos dispensados durante a greve; não punição ou dispensa por causa da paralisação; recuperação dos direitos conseguidos na mesa de negociação e perdidos com a decisão do TRT ( piso salarial de Cr\$ 5.900,00 e não de Cr\$ 5.100,00 e aumento igual para todos, independentemente da data de admissão) e, eleições no sindicato dentro de 90 dias.

As palavras de ordem foram três: assembleias diárias; manutenção da greve através de conversas em bairros e pontos de ônibus, para impedir que metalúrgicos vão trabalhar, cancelando-se portanto idênticos trabalhos em portas de fábricas onde "a máquina da repressão vai funcionar a toda" e, toda igreja é ponto de referência para

zação e greve.

Terminada aos gritos de "a greve continua", frase que por diversas vezes interrompeu a fala do deputado federal Benedito Marçílio, presidente distituído do Sindicato de Santo André, a assembleia durou menos de uma hora e só teve mais um orador, o bispo diocesano de Santo André d. Cláudio Hummes. Para iniciar, Benedito Marçílio comentou: "Não há dúvida de que em nosso meio tem vários daqueles elementos que estão a serviço da repressão, aqueles que querem um endurecimento maior. A eles, nosso desprezo".

Falando de sua imunidade como deputado, "única razão para não ter sido preso", Marçílio lembrou do ato de violência praticado "pelo sistema em que vivemos". "Intervieram em nosso sindicato, prenderam nossos companheiros, fecharam o estádio e o Paço Municipal. Mas não intervieram em nossa consciência. Nosso confronto é com os patrões. Só voltaremos quando for celebrado um acordo com eles".

Por outro lado, Benedito Marçílio destacou por diversas vezes que, com a intervenção, deixou de ser uma luta só entre o capital e o trabalho. "Agora mais do que nunca entrou no meio da nossa luta o sistema, o Estado, que não permite e não quer que os trabalhadores consigam melhores condições de vida e salário. Com seus atos de arbítrio, o sistema deixou claro que sua proteção é somente aos patrões, principalmente ao capital sem pátria das multinacionais".

Reza do livro  
L. Greves.  
22 04 70

63

## **Camilo Pena analisa prisões de grevistas**

PARIS (AFP-GP) - O governo brasileiro "acata a decisão da Justiça de São Paulo e, portanto, acredita que seu dever era prender os sindicalistas que mantinham o movimento ilegal de greve", afirmou ontem João Camilo Pena, ministro brasileiro da Indústria e Comércio.

Perguntado sobre a greve dos metalúrgicos no ABC paulista, Pena recordou que o índice de produtividade admitido judicialmente era 7 por cento no semestre atualmente em negociação, mas "uma minoria de dirigentes se empenha em exigir aumentos de 15 por cento".

"De qualquer forma, os empresários e as autoridades européias encontram nos problemas sociais que o Brasil enfrenta um claro sinal de vitalidade, que torna precisamente a dinâmica a economia de nosso país e do mundo livre", afirmou.

Por sua vez, um membro da comitiva de Camilo Pena assinalou que o movimento grevista "tem um significado de primeira grandeza no processo brasileiro, porque se trata de uma prova de força capaz de desequilibrar a abertura política do presidente João Figueiredo".

O ministro, consultado a respeito, não quis opinar pois "estando fora do país é impossível opinar com inteiro conhecimento de causa".

Por outro lado, assegurou que para o Brasil "como para os países que tem seu nível de desenvolvimento relativo, significa um prejuízo enorme o altíssimo preço alcançado pelo dinheiro, porque 20 por cento da taxa nos força a uma situação de penúria".

Sobre a utilização do álcool como combustível carburante, Pena afirmou que "se tenta produzir unicamente o necessário para cobrir a demanda interna. Em números, pode chegar a três bilhões de dólares sobre um total atual de importações da ordem de 11 bilhões de dólares".

Camilo Pena está em Paris para presidir o Seminário com dirigentes empresariais da França sobre as novas oportunidades de colaboração econômica entre os dois países, semelhante ao realizado na semana passada em Hamburgo.

O encontro, organizado pela entidade privada Índice - Banco Municipal de Dados Econômicos e a Federação Nacional de Bancos do Brasil, serve de veículo para apresentar aos empresários franceses propostas concretas de investimento em áreas precisas da indústria brasileira.

"Este encontro - admitiu o ministro - conta com menos empresários que o da Alemanha porque no final de maio viajarão ao nosso país duas missões de grande importância, uma do setor privado e outra do governo".

O ponto de partida da colaboração é o estatuto que assimila a empresa estrangeira a nacional, com iguais obrigações e direitos, e a possibilidade de combinar associações entre os setores financeiros, público e privado.

A7 1073.131

J. O. B. do Paraná  
P. Paves  
23 04 80 AR

69

# Metalúrgicos continuam em greve

SANTO ANDRÉ (AE-O ESTADO) - "Não vai ser a prisão dos dirigentes do nosso sindicato, nem a interdição do Estádio de Vila Euclides e do paço municipal, que irão diminuir nossa vontade de lutar. A greve vai continuar até que a gente consiga um decente com os patrões" - disse Osmar Mendonça, da Comissão de Salários, ao abrir a assembléia dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que reuniu ontem aproximadamente 40 mil operários na Igreja Matriz de São Bernardo e que lotou a praça fronteira e as ruas vizinhas - Marechal Deodoro, Padre Lustosa e Rio Branco.

O policiamento limitou-se a cercar todas as entradas do Estádio de Vila Euclides, a Praça do Paço Municipal e as imediações do Sindicato dos Metalúrgicos, usando, inclusive, tropa montada. As quadras próximas à Igreja Matriz foram fechadas ao tráfego de veículos

e São Bernardo conheceu pela manhã de ontem um dos maiores congestionamentos de trânsito já ocorridos. Algumas lojas baixaram as portas, mas a assembléia transcorreu sem incidentes.

Ao final, porém, um helicóptero da FAB, com soldados fardados, sobrevoou a praça da Matriz, fotografando com lentes de longo alcance. Pouco depois dezoito viaturas da Rota, a primeira delas levando o comandante da Polícia Militar, coronel Arnaldo Braga, e na segunda, o comandante da Rota, coronel Dauterdimas Rigonato, e mais dois brucutus - viaturas fechadas à prova de bala -, percorreram as ruas centrais de São Bernardo por três vezes.

A assembléia durou apenas 50 minutos e, como nas anteriores, começou com o Hino Nacional e terminou com o Hino da Indepen-

dência. Os discursos dos membros da Comissão de Salário e da diretoria destituída procuraram excluir das condições de retorno ao trabalho a soltura dos dirigentes sindicais presos e o fim da intervenção. Essas condições chegaram a ser colocadas na assembléia de sábado último. Desta vez, no entanto, ficou claro nos pronunciamentos que a proposta inicial permanece, ou seja: 15% de aumento salarial; 40 horas semanais; delegado sindical; permissão de ingresso dos dirigentes no interior das empresas, entre outros.

Posteriormente Osmar Mendonça esclareceu que a questão da prisão e destituição da diretoria não deve ser incluída na pauta de reivindicações, "porque não depende do grupo 14 a soltura dos dirigentes sindicais. Vamos, prioritariamente, reatar as negociações, celebrar o acordo. Posteriormente vamos pensar nisso". Dom Cláudio Hummes, bispo dio-

cesano de Santo André, por sua vez, reafirmou a posição da Igreja, de apoio aos metalúrgicos. "A Igreja continua considerando justa e pacífica a luta de vocês - explicou. Já

fomos denunciados como incitadores da greve. mas não nos preocupamos com isso. Continuamos apoiando a decisão de vocês porque existe o lado da justiça e o da injustiça; da liberdade e da opressão, da honestidade e da corrupção, da verdade e da mentira e Jesus Cristo sempre esteve do lado da verdade, da justiça, da liberdade e da honestidade e nós só podemos estar ao lado de vocês". Por fim, voltou a reafirmar que as igrejas continuam abertas para reuniões e para mantimentos para o fundo de greve. "A Igreja acolhe vocês, porque vocês estão realmente construindo o Brasil do futuro e continuaremos juntos até o fim".

## A lista dos presos

SÃO PAULO (AE/O ESTADO) - A polícia paulista confirmou a lista dos presos que ainda permanecem no DEOPS. São 13 pessoas: Luiz Inácio da Silva, João Batista dos Santos, Expedido Soares Batista, Severino Alves da Silva, Devanir Ribeiro, Djalma de Souza Bom, Ernesto Gencini, Isaias Urbano da Cunha, José Cicoto, José Maria de Almeida, José Timoteo da Silva, Orlando Francellino da Motta e Etevaldo Santiago de Araujo (este foi preso na noite do domingo).

O diretor da Divisão de Ordem Social do DEOPS, delegado Edson Magnotti, enviou os nomes dessas 13 pessoas à Auditoria Militar, pedindo o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional com base no artigo 36: desobediência coletiva à lei.

Por outro lado, a polícia anunciou ainda a lista de 21 nomes de detidos que já foram liberados. São estes: João Justino de Oliveira, Luiz Duardo Maele Arnaud, Pedro de Moraes Bento, Manoel Gonçalves Pedro, Miguel Palamarzuk, Roberto Issao, Vilma Paulino Iadonicco, José Cantídio de Souza Lima, José Carlos da Silva, Paulo Luksys, Gino Ricci, Antônio Roberto Spinoso, Edivaldo Azevedo de Barros, Afonso de Lellis, José Ferreira da Silva, Antônio Bonifácio de Oliveira, José Carlos Dias, Dalmo de Abreu Dallari, João Rodrigues de Mesquita, Ricardo Zaratini Filho e Arnaldo Gonçalves.

## Clima de golpe no ABC?

SANTO ANDRÉ (AE -O ESTADO) - "Se alguma coisa pode servir de indício para um golpe de estado é exatamente o que está acontecendo em São Bernardo do Campo", disse ontem o senador Teotônio Vilela, depois de acompanhar de perto a assembléia dos metalúrgicos e assistir aos desfiles do ostensivo aparato policial pelas principais ruas da cidade, durante toda a manhã de ontem. O senador e outros 14 políticos, entre eles o presidente nacional do PMDB, Ulisses Guimarães, mostraram-se surpresos com a movimentação e preocupados com o atual clima de tensão não só no ABC, como em outros lugares do País.

"Em diversos pontos do Brasil - disse o senador - podemos observar o exercício do arbítrio. inclusive com ostensivos aparatos militares para evitar o desenvolvimento das frações de liberdade conquistadas por todos nós. Mas não posso falar de golpe de extrema-direita - completou Vilela - porque não tenho argumentos precisos para assegurar isso. Mas se existe um fato que pode servir de indício para a modificação da atual situação política ele

certamente se encontra em São Bernardo do Campo".

Ulisses Guimarães, presidente nacional do PMDB, também afirmou que tem observado uma modificação de comportamento militar depois da demissão do general Andrada Serpa, chefe do Serviço de Pessoal do Exército. "Estive em Ouro Preto para prestar homenagem a Tiradentes - contou o deputado - e assisti à ocupação da cidade por tropas militares. Vi comícios pacíficos e ordeiros serem dispersos por gases, além da prisão de muitos estudantes. Chego a São Bernardo do Campo e deparo com situação semelhante, com tropas militares rondando a cidade e se apossando do paço Municipal", completou. Para Ulisses Guimarães, "essa sequência de fatos demonstra claramente que o governo, ao invés de tranquilizar a ação, está perturbando a ordem".

Tendo em vista esses fatos, Ulisses Guimarães pretende convocar a Comissão Nacional do PMDB para uma reunião hoje, quando serão discutidas as formas de ação do partido com relação ao problema.

## Igreja confirma apoio

BRASÍLIA (AE - O ESTADO) - A presidência da CNBB divulgou ontem nota sobre a greve dos metalúrgicos em São Paulo e o envolvimento de religiosos no movimento, afirmando que, através de sua hierarquia local, que vive de perto o desenrolar dos acontecimentos, a Igreja tomou uma posição sem compromissos com partidos, de apoio aos metalúrgicos. "Seu posicionamento despertou reações escandalizadas naqueles que desconhecem ou se recusam a reconhecer aquilo que de fato está em jogo nesta crise" - diz a nota assinada pelo presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter.

A CNBB considera que a crise social que o País vem atravessando criou uma situação grave, que preocupa a todos. "A Igreja ama sinceramente a todos - prossegue a nota - mas odeia a injustiça, a hipocrisia e a impostura. Nos momentos de intensa turbulência, a solução é ganhar altura, e na crise atual ganhar altura significa o caminhar para um pacto social que respeite a dignidade e aceite a participação do povo nas decisões que são vitais para o País". Para a CNBB, a paz só é possível com justiça e a justiça não se consolida com o jogo ambíguo das outorgas e capitulações, mas sim com a participação do povo".

Os bispos defendem que a pretensão dos grevis-

tas é justa e por isso "não há motivos para escândalo se a Igreja lhe dá o seu apoio".

Acentuando que, pelo fato de ser justa, "não há grandeza em pretender opor à justiça uma duvidosa legalidade", a CNBB ressalta que os operários aprenderam no sofrimento que a legalidade não é igual para todos.

"Eles sabem dos subornos, dos repasses secretos de custos ao consumidor, da captação de recursos e subsídios para as minorias. Para os favores do empreguismo e a ostentação das mordomias" - diz ainda a nota.

A CNBB afirma que "os autênticos líderes operários sempre repudiaram manobras de infiltração dos interessados em manipular o povo para objetivos estranhos à própria consciência popular e ao amor para com a Pátria".

"Não estão em jogo apenas o índice de produtividade - prossegue a nota -, o piso salarial e estabilidade que, em outro contexto, seriam objeto de negociações, sem o recurso da violência. O que está em jogo na crise é a própria organização dos mecanismos da política social do País. A verdade é que, até agora, ela foi outorgada na medida em que aliviava tensões, sem afetar os verdadeiros arbítrios das concessões".

## Lula não será demitido

das as prisões da manhã de ontem, pois ainda não foram confirmadas pelo DEOPS.

## Presos 9 grevistas em Minas

BELO HORIZONTE — (AE — O ESTADO) — O ministro Murilo Macedo assinou no início da noite de ontem, por solicitação do governador Francelino Pereira, despacho reconhecendo a "ocorrência de greve" do magistério público estadual mineiro, o que permitirá ao governo do Estado a aplicação de punições aos grevistas, que no primeiro dia da greve já eram 52 mil, segundo a União dos Trabalhadores no Ensino.

Ao mesmo tempo em que a Assessoria de Imprensa do governo do Estado divulgava a íntegra do despacho ministerial, o DOPS mineiro efetuava nove detenções de metalúrgicos, professores e estudantes que vendiam — na Praça Sete, a principal de Belo Horizonte — bônus para os fundos de greve dos professores mineiros e dos metalúrgicos do ABC. O diretor do DOPS, Ediraldo Brandão, disse que recebeu a determinação de impedir venda desses bônus e informou que os nove detidos seriam liberados ainda ontem, após serem ouvidos.

Os detidos foram os metalúrgicos Joaquim Ismael de Souza e Albencio Dias Carvalho, as estudantes Maria de Fátima Fagundes, Valeria Dias Diniz e Ana Eugenia Borges; e os professores José Carlos Cosme, Carlos Frederico Gusman Pereira, Hamilton Poloni e Sandra Maria Lima, esta última casada com o presidente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais, Guilherme Tell Quintão.

Duzentas das 300 escolas de Belo Horizonte e as escolas de cerca de 50 cidades do Interior de Minas ficaram sem aulas, ontem, primeiro dia da greve geral dos professores mineiros, que reivindicam aumento de 104 por cento e a efetivação dos 73 mil professores contratados. Esses números foram divulgados no final da tarde pela União dos Trabalhadores no Ensino de Minas Gerais, que coordena o movimento e acredita que até o final da semana pelo menos 80 por cento de toda a rede estadual de ensino de 1.º e 2.º graus estará paralisada.

O governo mineiro enviou policiais militares para as portas de todas as escolas e insistiu com boletins radiofônicos, pedindo aos pais que enviem seus filhos às escolas, porque o governo garantirá que eles terão aulas, mesmo contratando substitutos para os grevistas.

ESTADO) — O vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Walter Silva (RJ), esclareceu ontem serem improcedentes as notícias de que Luiz Inácio da Silva, Lula, seria demitido da empresa onde trabalha em São Bernardo do Campo, em decorrência do seu afastamento da direção do sindicato da categoria, "pois a lei veda a dispensa de empregado diretor de sindicato, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final do seu mandato".

A lei citada é a de número 5911, de 27 de agosto de 1973, nascida de projeto de autoria do parlamentar fluminense, em 1971. O dispositivo citado, entretanto, abre uma ressalva, permitindo a dispensa: "Salvo se cometer (o empregado dirigente sindical) falta grave, devidamente apurada nos termos da CLT".

Na opinião de Walter Silva, o líder sindical Lula não poderia ser demitido da empresa

## Condenando a intervenção

O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Ayrton Luiz Baptista, enviou ontem ao ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, nota oficial posicionando-se em relação à greve dos metalúrgicos do ABC paulista, bem como a prisão dos líderes sindicais. Na íntegra:

Tendo o governo federal responsabilizado-se pelas detenções no ABC paulista, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais vem manifestar o seu protesto face a uma medida que atinge diretamente à classe trabalhadora, tolhida mais uma vez em suas manifestações legítimas e pacíficas.

O recurso à greve, sabe Vossa Excelência, é de uso corriqueiro em países democráticos. Tais movimentos são naturalmente absorvidos, sem que os direitos dos cidadãos sejam feridos. E justamente o que se viu, em São Paulo, foi a volta do arbítrio, quando se julgavam tais métodos ultrapassados na vida brasileira. Os fatos recentes — e queira Deus não tenham consequências maiores — demonstram a necessidade de se rever com urgência a Lei de Greve, que não protege o trabalhador, ao contrário, e preocupada a sociedade de um modo geral. É de se rever, igualmente, a Lei de Segurança Nacional, que paira como uma

ameaça permanente a todos os brasileiros. E ai se estabelece o conflito entre os propósitos democratizantes manifestados constantemente pelo senhor presidente da República e as medidas que são colocadas em prática quando movimentos como o dos metalúrgicos, agora, são deflagrados.

ameaça permanente a todos os brasileiros. E ai se estabelece o conflito entre os propósitos democratizantes manifestados constantemente pelo senhor presidente da República e as medidas que são colocadas em prática quando movimentos como o dos metalúrgicos, agora, são deflagrados.

O que os jornalistas brasileiros esperam, senhor ministro, pelos seus sindicatos e a sua Federação Nacional, é que não mais se dê margem para que radicais de esquerda ou de direita tirem partido de medidas governamentais. E o que se constata, nesta oportunidade, é que a atitude do governo veio exatamente ao encontro dos propósitos daqueles que não querem ver o País na definitiva caminhada democrática.

Reafirmando o seu protesto pelos acontecimentos citados, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, manifesta a esperança e apela para que se encontre, no caso dos metalúrgicos, o caminho do diálogo, e, de um modo geral, medidas reformadoras capazes de fazer, realmente, a sociedade acreditar na execução dos planos enunciados pelo senhor presidente da República. Cordiais Saudações. Ayrton Luiz Baptista, presidente.

### VERDADE

"O general Milton Tavares falou com propriedade e segurança e suas informações são verdadeiras sobre infiltrações comunistas e não só no caso dos metalúrgicos, porque sempre ocorrem em movimentos semelhantes", afirmou ontem o chefe da Casa Civil do governo de São Paulo, Calim Eid, comentando o discurso e entrevista do comandante do II Exército na entrega das medalhas "Jorge Tibiriçá" realizada anteontem no Palácio da Polícia. E acrescentou: "O Lula não é comunista e nem o general disse que ele era, mas todo mundo sabe e o Exército e a polícia também que as informações de infiltração são corretas".

Folha de São Paulo  
23 04 80 PR

# CNBB dá apoio aos metalúrgicos

BRASÍLIA (AG-GP) - A presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou nota ontem sobre a greve dos metalúrgicos do ABC dizendo que o que está em jogo na crise atual é a própria organização dos mecanismos da política social do país que, até agora, foi outorgada na medida em que aliviava tensões, sem afetar os verdadeiros árbitros das concessões.

O presidente da CNBB, Ivo Lorscheider, disse que a hierarquia da Igreja nunca procurou substituir as lideranças locais ou especializadas observando que o que se pretende é apoiar o que considera legítimo dentro do momento. Disse ainda que a CNBB tem sido coerente durante todos os anos e gostaria que isto fosse entendido pela opinião pública e pelo governo.

O secretário-geral da entidade, Dom Luciano Mendes de Almeida, disse que a única solução para a greve dos metalúrgicos é a retomada das negociações em clima de lealdade onde, de princípio, ninguém tenha razão.

Nota oficial da presidência da CNBB:

"A crise social de que o Brasil vem atravessando criou

uma situação grave, que preocupa a todos. Através de sua hierarquia local, vivendo de perto o desenrolar dos acontecimentos a Igreja tomou posição, sem compromissos com partidos. Seu posicionamento despertou reações escandalizadas naquelas que desconhecem ou se recusam a reconhecer aquilo que de fato está em jogo nesta crise.

Os autênticos líderes operários sempre repudiaram manobras de infiltração dos interessados em manipular o povo para objetivos estranhos à própria consciência popular e ao amor para com a Pátria.

Não está em jogo apenas o índice de produtividade, o piso salarial e a estabilidade que, em outro contexto, seriam objeto de negociações, sem o recurso à violência. O que está em jogo na crise é a própria organização dos mecanismos da política social do país. A verdade é que até agora ela foi outorgada na medida em que aliviava tensões, sem afetar os verdadeiros árbitros das concessões. Agora acontece um fato novo que é simplesmente este: as centenas de milhares daqueles que são afetados pela política social, querem

participar das decisões que atingem diretamente sua vida, seu trabalho, sua família. Não querem impor, desejam negociar, querem participar, porque já compreenderam a inconsistência de uma política de concessões feitas em resposta a conflitos de altos custos sociais.

A pretensão é justa. É exigência elementar de uma democracia que se pretende não só política mas social e econômica.

Se a pretensão é justa, não há motivos para escândalos se a Igreja lhe dá o seu apoio. Se a apreensão é justa, não há grandeza em pretender opor à justiça uma duvidosa legalidade. Para além de uma legalidade formal, é preciso sempre visar aos imperativos da justiça. Os operários aprenderam no sofrimento que infelizmente a legalidade não é igual para todos. Eles sabem dos subornos, dos repasses secretos de custos ao consumidor, da captação de recursos e subsídios para minorias, para os favores do empreguismo e a ostentação de mordomias.

A Igreja ama sinceramente a todos, mas odeia a injustiça, a hipocrisia e a impostura.

## Liderança de padres

BRASÍLIA (AJB/GP) - O Ministro da Comunicação Social, Said Farhat, disse ontem que alguns padres estão assumindo a liderança do movimento grevista em São Paulo e que isto preocupa o Governo Federal.

Citou o pronunciamento do Papa João Paulo II para explicar que em determinadas ocasiões esses sacerdotes estão indo além de suas obrigações canônicas e lembrou que o Governo poderá vir a tomar medidas contra esses religiosos, embora não as tenha especificado.

Para o Ministro da Comunicação Social, a lei existe para ser cumprida, falando a propósito de enquadramento de líderes metalúrgicos na Lei de Segurança Nacional informou que a prisão desses líderes foi tomada pela Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, embora ele não conseguisse caracterizar se houve uma ordem do governador Paulo Maluf para as detenções.

Eximiu qualquer responsabilidade do Governo Federal nos casos de detenção de trabalhadores em São Paulo e também deu alguns dados sobre a evolução do movimento grevista ontem em São Paulo e afirmou que no caso de Santo André houve o comparecimento de 60 por cento dos trabalhadores horistas e em São Bernardo, segundo ele, houve também aumento de trabalhadores.

## Choque com policiais

SANTO ANDRÉ (AE/GP) - Havia cerca de 100 trabalhadores parados na esquina da Rua Marechal Deodoro com João Basso, a uma quadra do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, quando quatro rodas que desciam pela Rua João Basso brecharam repentinamente, a cinco metros dos operários e seus ocupantes, 20 policiais militares, deixaram os veículos e distribuíram casetadas entre os trabalhadores. Um deles, que não foi localizado nos hospitais das proximidades, ficou bem machucado. Sangrava pela boca quando o deputado federal Ayrton Soares o socorreu. Outro foi preso dentro de um supermercado, na mesma esquina, e levado para um táxi móvel.

Este foi o único incidente da manhã de ontem em São Bernardo, ocorrido exatamente uma hora após o encerramento da assembleia. Quando ela terminou, às 11h40, um grupo de metalúrgicos começou a subir pela Marechal Deodoro em direção ao sindicato. O trânsito, já bem prejudicado, foi fechado e os próprios trabalhadores começaram a orientar os carros. Na altura do número 1889 desta rua, metade do caminho entre o sindicato e a igreja, um metalúrgico, da diretoria do Fundo de Greve de São Bernardo, subiu num muro, pedindo a todos que fossem para suas casas. Durante 10 minutos insistiu:

"Ouçam as orientações do sindicato. Ninguém tem que entrar em choque com a Polícia Militar. Isto aqui é um movimento responsável. São os próprios provocadores da polícia e alguns estudantes que têm interesse em jogar vocês contra a PM.

## Posição ministerial

SÃO PAULO (AE-GP) - "A posição do Ministério do Trabalho é contrária à reabertura das negociações entre empresários e metalúrgicos", afirmou ontem Eduardo Godoy Figueiredo, um dos assessores do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo. Segundo Figueiredo, esta posição se justifica pelo fato de existir uma decisão da Justiça do Trabalho sobre a greve e, no caso da reabertura das negociações, o Ministério estaria passando por cima dessa decisão.

O assessor declarou que a participação do Ministro Murilo Macedo na greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André se encerrará a partir da assinatura do decreto de intervenção nos dois sindicatos de trabalhadores. Disse também que o Ministro não faria qualquer pronunciamento, alegando não haver novidades. Embora os repórteres insistissem em ser recebidos pelo Ministro, afirmando terem perguntas novas e fatos novos a repercutir, o assessor disse que isso não seria possível.

Eduardo Figueiredo disse ainda que as prisões de dirigentes sindicais e os conflitos entre grevistas e policiais não são problemas do Ministério do Trabalho, pois "este não tem poder de polícia". Ele informou ainda que durante todo o dia de ontem o Ministro esteve mantendo contatos telefônicos "com todas as pessoas que se pode imaginar".

## Situação do comércio

SÃO BERNARDO (AE-GP) - O forte aparato policial nas proximidades dos sindicatos e das Igrejas tem provocado intranquilidade entre os comerciantes de São Bernardo do Campo e Santo André. Os bares, padarias e mercearias que permaneceram abertos durante o feriado registraram uma queda no movimento de quase 50 por cento, o que não ocorre normalmente.

O Bar e Lanches Maracanã, localizado na Marechal Deodoro, em São Bernardo, por exemplo, está vendendo apenas refrigerantes, café e cigarros. "O nosso movimento que era de 20 mil cruzeros por dia caiu para dez mil" - acentua José Mauro da Silva, funcionário do estabelecimento. "As únicas pessoas que entram aqui são os próprios policiais".

A situação é idêntica na Lanchonete Alves e no Bar e Restaurante Imigrantes. "Chegamos a ficar dois dias fechados - diz o gerente Francisco Alves de Oliveira - porque não havia mais segurança para ninguém, fregueses ou funcionários. Abrimos anteontem porque notamos que o policiamento estava mais ameno".

Nas proximidades do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, todos os bares e restaurantes estavam fechados. Mas no Largo da Matriz, em São Bernardo, o Bar e Restaurante Aquarius, que permaneceu aberto, atende apenas jornalistas e moradores das proximidades, uma vez que, segundo o gerente Crispim da Silva, os metalúrgicos deixaram de aparecer desde que notaram a presença de policiais disfarçados: "Serviamos uma média de 80 refeições por dia, e agora não estamos vendendo mais do que 40 diariamente".

## Trabalhadores decidem continuar o movimento

SÃO PAULO - (AJB - GP) - Mesmo com o Estádio Distrital da Vila Euclides e o Paço Municipal de São Bernardo do Campo ocupados por tropas policiais, 40 mil operários metalúrgicos em greve conseguiram fazer ontem pela manhã sua assembleia-geral e, depois de ouvirem seus líderes em liberdade, decidiram pela continuidade do movimento.

A assembleia-geral, iniciada às 10h50min e com uma hora de duração foi realizada dentro da igreja-matriz de São Bernardo do Campo, na praça que fica em sua frente e nas ruas vizinhas, cujo trânsito foi desviado, por decisão da prefeitura do município. Em clima exaltado, seus participantes gritaram "a greve continua" "1, 2, 3, Macedo no Xadrez", "Lula, Lula, Lula", "O sindicato é nosso" e "olé olé, o Macedo vai dançar".

Os membros da comissão de salários e mobilização Osmar Mendonça e Enilson Simões de Moura (o "Alemão") foram carregados nos braços pela multidão, quando chegaram ao local.

O senador Teotônio Vilela, os deputados Ulisses Guimarães, Audálio Dantas, Fernando de Moraes, Edson Khair, Hélio Costa,

## Risco para abertura

RIO - (AE-GP) - O Ministro da Aeronáutica, Delio Jardim de Mattos, disse ontem no Rio que as prisões dos líderes sindicais do ABC Paulista não colocam em risco o encaminhamento do processo de abertura política pelo Governo Figueiredo. "Normalidade - disse o Ministro - não significa descumprir a lei e, se os líderes sindicais assim o fizeram, poderão ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Se não houver cumprimento da lei, é pior para todos nós democratas, que perderemos, assim, toda a segurança".

Delio Jardim de Mattos, que participou no Rio das solenidades do Dia da Aviação de Caça, afirmou ainda que, apesar de não querer comentar o problema da greve dos metalúrgicos paulistas, "é preciso lembrar das dificuldades de uma volta à normalidade. Há mais de dois anos - prosseguiu - pessoalmente me bato por essa volta, sabendo dos problemas que ela pode acarretar. O povo, todos os segmentos da sociedade, tem que compreender que a situação é difícil e será preciso sair disso com tranquilidade, botar os pés no chão, sem luta. Esperemos que haja um melhor entendimento entre todos os grupos políticos, como disse anteriormente, entre todos os segmentos de nossa sociedade".

Lembrou ainda que a greve é uma arma que a democracia permite ao trabalhador, dentro dos limites da lei. Só que a incompreensão, às vezes, leva ao exagero, provocando greves desnecessárias. O que é preciso - disse o Ministro - é uma melhor compreensão dos atos do governo".

"O Presidente da República - explicou - ainda ontem reafirmou que a greve do ABC não prejudicará a volta à normalidade. Sou membro do governo e garanto que está se fazendo tudo o que foi prometido anteriormente. Todos - inclusive muitos de vocês jornalistas que nem acreditavam na abertura - estão vendo hoje uma realidade, pois nós estamos voltando à verdadeira democracia".

Quanto à participação da igreja no movimento dos metalúrgicos, o Ministro disse apenas: "Isso é um problema deles e não meu. Acho, porém, que deveriam compreender melhor a situação do Brasil.

## Infiltração na greve

SÃO PAULO (AE-GP) - "Não só acredito, como tenho certeza de que o movimento dos metalúrgicos está infiltrado por elementos comunistas", afirmou o Secretário do Trabalho, Sebastião Paula Coelho, em São José do Rio Preto, ao responder indagação sobre pronunciamento do general Milton Tavares, comandante do II Exército, no qual denuncia que Lula está sendo assessorado por comunistas. O secretário fez entrega de vários equipamentos a sindicatos da região (ambulatorios médicos, raio-x, máquinas de costura e equipamentos odontológicos). "Não posso, porém, identificá-los, porque não tenho pendores para investigador, mas se a própria área de segurança afirma que há essa infiltração, forçosamente temos que acatar suas informações".

Asseverou, no entanto: "o Lula não é comunista, é de formação cristã e conheço-o bem, porque já fui seu advogado, trabalhei para o seu sindicato. Porém, ele está mal orientado e levou esse movimento a situação incoerente".

Para o Secretário do Trabalho, o movimento extrapolou da área meramente reivindicatória para a área política a partir do momento em que houve desobediência à legislação pertinente à greve e desrespeito ao poder Judiciário.

## Treze ainda presos

SÃO PAULO (AE-GP) - A polícia paulista confirmou a lista dos presos que ainda permanecem no DEOPS. São 13 pessoas: Luís Inácio da Silva, João Batista dos Santos, Expedito Soares Batista, Severino Alves da Silva, Devanir Ribeiro, Djalma de Souza Bom, Ernesto Gencini, Isaias Urbano da Cunha, José Cicoto, José Maria de Almeida, José Timóteo da Silva, Orlando Francolino da Motta e Etevaldo Santiago de Araújo (este foi preso na noite do domingo).

O diretor da Divisão de Ordem Social do DEOPS, delegado Edson Magnotti, enviou os nomes dessas 13 pessoas à auditoria militar, pedindo o seu enquadramento na lei de segurança nacional



Por outro lado, a polícia anunciou ainda a lista de 21 nomes de detidos que já foram liberados. São estes: João Justino de Oliveira, Luiz Duardo Maele Arnaud, Pedro de Moraes Bento, Manoel Gonçalves Pedro, Miguel Palamarzuk, Roberto Issão, Vilma Paulino Iadonico, José Cantídio de Souza Lima, José Carlos da Silva, Paulo Luksys, Gino Ricci, Antonio Roberto Spinosa, Edivaldo Azevedo de Barros, Afonso de Lellis, José Ferreira da Silva, Antônio Bonifácio de Oliveira, José Carlos Dias, Dalmo de Abreu Dallari, João Rodrigues de Mesquita, Ricardo Zaratini Filho e Arnaldo Gonçalves.

Nesta lista não estão incluídas as prisões da manhã de ontem, pois ainda não foram confirmadas pelo DEOPS.

## Sarney faz observação

BRASÍLIA (AE/GP) - O Presidente do PDS, Senador José Sarney, disse ontem que os acontecimentos no ABC paulista chegaram a um ponto delicado, unicamente porque os líderes sindicais não acataram uma decisão judicial, chegando mesmo a ironizar os juizes. Para ele, a greve deixou de ser legal no momento em que relevou a segundo plano as reivindicações de caráter econômico para fazer exigências de cunho político. Sarney argumentou que as reivindicações salariais dos metalúrgicos foram atendidas. Porém, os dirigentes sindicais foram mais adiante, tentando colocar toda uma categoria profissional como massa de manobras para seus interesses pessoais. O caso de Lula — disse — é típico. Agiu ele mais como político do que propriamente como líder sindical. Esquecendo-se de que a greve política só prejudica os interesses salariais dos trabalhadores.

Também nenhum líder sindical — acrescentou — tem o direito de fundir os interesses da classe com os seus pessoais, principalmente se estes são de cunho político.

## Assembléia em S. André

SANTO ANDRÉ (AE/GP) - Reunindo cerca de duas mil pessoas - 500 a mais do que no dia anterior - os metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra decidiram ontem permanecer em greve, em assembléia realizada na Igreja do Bonfim, no Parque das Nações. A assembléia não contou com a presença do deputado Benedito Marcílio, presidente deposto do sindicato, que havia viajado para Brasília. Em seu lugar, falou Francisco das Chagas Barros, ex-vice presidente da entidade. Hoje, às 16 horas, no mesmo local, será realizada nova assembléia. Ao contrário de anteontem quando a polícia se limitou a ocupar o estádio de Jacatuba e o Paço Municipal, hoje os metalúrgicos foram surpreendidos por tropas da polícia militar, que, desde às 15 horas, patrulhavam os pontos de ônibus e o calçadão em frente à Igreja do Bonfim. Com receio de que ocorresse qualquer incidente, o Bispo da Diocese de Santo André, Dom Cláudio Hummes, conversou com o comandante da operação, solicitando que ele mantivesse "os soldados em calma".

## CARLOS CHAGAS

### Nuvens negras...

BRASÍLIA (AE-GP) - Abertura, sim, porém, todavia, contudo... democratização? Também é claro, no entanto...

Mesmo não correspondendo às expectativas criadas pela assessoria palaciana, a respeito de excepcionais definições políticas que conteria o discurso do presidente João Figueiredo em Ouro Preto, segunda-feira, trouxe alguns parágrafos referentes ao processo de afirmação democrática, entre os quais terá sobressaído aquele em que S. Exa. acentuou "a abertura que, como candidato, me comprometi a promover, aí está, para todos verem". Não se cometeria a injustiça de supor diferente, pois da revogação do AI-5 à anistia, à absorção dos cassados na vida pública, ao livre debate verificado entre os partidos e à plena liberdade com que a imprensa desempenha a sua missão, tudo são fatos, mais do que intenções; ainda que um universo inteiro reste para ser completado. O problema é que, se a abertura está a vista de todos, também no campo visual da Nação podem ser detectados os seus contrários, ou seja, a perigosa escalada da fechadura. Em Ouro Preto, mesmo, a dicotomia se apresentou, expressa no aparato policial que cercou a presença do chefe de Governo em território mineiro. Viu-se, além dos conceitos exarados pelo General Figueiredo, soldados da polícia mineira colocados ao longo de toda a rodovia que separa Belo Horizonte da antiga capital, todos de costas para quem passasse, portando metralhadoras, como à espera de um iminente ataque de guerrilheiros saídos do mato. Dois helicópteros militares sobrevoavam a comitiva, em vôo baixo, durante o trajeto de ida e volta dos carros oficiais. Barreiras impediram os que estavam dentro de sair, os que estavam fora, de entrar, na medida em que nenhum auto de passeio ou ônibus de turistas pôde alcançar a cidade, muito antes do início das cerimônias que comemoraram mais um aniversário da morte de Tiradentes, ou seja, do nascimento do ideal de liberdade nacional. Mais ainda: cerca de 50 prisões foram feitas, de estudantes, assim como o povo permaneceu contido a dezenas de metros do palanque, guardado por forças policiais que na hora mesmo dos discursos efetuaram mais algumas detenções.

Toda a operação deveu-se à descoberta, dias antes, de bananas de dinamite e demais artefatos capazes de gerar uma bomba de fabricação caseira, no quarto de um professor de Ouro Preto, por sinal foragido, ou, em contrapartida, desendadeou-se como consequência do clima tenso das últimas semanas, responsável por apreensões quanto ao sucesso da abertura? No avião que o conduziu a Minas, o presidente manteve-se reservado, e apenas se descontraiu um pouco na viagem de volta, quando deputa-

O prefeito, que passou pela Igreja-matriz da cidade, pouco antes da realização da assembléia-geral dos metalúrgicos em greve, estranhou também as declarações do Comandante do II Exército, General Milton Tavares de Souza, de que as negociações só serão reabertas quando os trabalhadores retomarem ao trabalho. "O General disse o prefeito não é parte do litígio. Essa é uma questão que envolve patrões e empregados".

dos e ministros que o acompanhavam puderam chegar a seus aposentos privativos, para diálogos amenos.

A greve dos metalúrgicos de São Paulo estaria funcionando como um estopim de maus presságios, determinando um clima que não se esgotou no malogro de um possível mas fracassado atentado, pois se registrara antes de sua descoberta e permanência ainda ontem bastante carregado.

No próprio governo, há quem suponha o perigo do fechamento, mesmo se registrando a afirmação do presidente a um de seus ministros, dias atrás, sobre não admitir, de forma alguma, um retrocesso. Na oposição, não são poucos a imaginar a marcha de uma conspiração, incrementada a partir das dificuldades econômico-financeiras, caracterizada em seguida pela prisão de líderes metalúrgicos e cristalizada em aparatos inexplicáveis de segurança, em Ouro Preto e, especialmente, fora de Ouro Preto.

A crise atual não será pior do que muitas outras atravessadas pelo país, e nem fornecerá motivos reais para o exercício da sinistrose, mas é precisamente isso o que ocorre, certamente pela conjunção dos interesses das duas extremas radicais, da esquerda e da direita, sequiosas de elevar ainda mais a temperatura, por vicejarem e sobreviverem apenas em ambientes tumultuados.

Tudo isso ocorre, salvo engano, por não estarem as lideranças políticas oficiais fornecendo ao governo o respaldo imprescindível à redução dos acontecimentos inusitados a seus devidos termos. Faltaria uma cabeça executiva, logo abaixo do presidente, ele que possui extraordinários cérebros dedutivos e planejadores ao seu dispor.

#### COMO SERIA

Arguto observador oficial, ainda que não situado no Palácio do Planalto, observava ontem, a par com a falta de ação política por parte dos que há muito deveriam estar atuando: "As conquistas até agora alcançadas com a abertura não darão meia-volta, mas poderão esgotar-se nos atos já praticados pelo presidente".

Afinal, a permanecer o quadro de apreensões, poderá o governo rever a estratégia maior que se estende até a alternância no poder. Como? Primeiro, congelando a proposta das eleições diretas de governador em 82, depois impondo ao país uma drástica lei de imprensa, em seguida manobrando para que as eleições daquele ano não permitam o crescimento parlamentar das oposições. Nada de fechamento do Congresso, volta às cassações ou sucedâneos, mas, dentro da lei e das diretrizes atuais, a manutenção da mentalidade de que o poder não deve correr o risco de ser transferido para outras mãos, mesmo se elas exprimirem a vontade nacional.

## Atualidade Econômica

# Deops relata as prisões à Justiça Militar

## Marcílio explica greve da tribuna da Câmara

O deputado Benedito Marcílio (PTB), ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, ao discursar ontem, na Câmara Federal, pediu a renúncia do ministro Murillo Macedo e defendeu o reinício das negociações, mas sem o retorno dos operários ao trabalho.

"Estão enganados os que pensam que a nossa greve é de brincadeira" — acrescentou.

Marcílio admitiu o caráter político da greve, "pela intransigência do Ministério do Trabalho e dos empresários" e informou que manteria contatos com as lideranças políticas, ontem, antes de regressar a Santo André. Para Marcílio, o ministro Murillo Macedo quer que os trabalhadores voltem ao trabalho "desmoralizados, derrotados e de cabeça baixa".

### "IMPEACHMENT"

O deputado José Yunes (PMDB) dirigiu ontem representação ao presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Robson Marinho, denunciando o governador Paulo Salim Maluf por crime de responsabilidade e requerendo a instauração do competente processo legislativo visando ao seu "impeachment".

O líder do Partido Popular na Câmara, deputado Thales Ramalho, denunciou "os radicais de direita e de esquerda como ativadores da mais grave crise que o País enfrenta nos últimos anos" e previu que, se as forças políticas democráticas não se reunirem para superar o impasse que está à vista, não haverá como evitar o retrocesso institucional.

Thales Ramalho propôs uma reunião de representantes de todos os partidos políticos, sem exceção, para promoverem imediatamente "a remoção do entulho que sobrou dos tempos do arbítrio, especialmente com relação à Lei de Segurança Nacional, CLT e legislação sindical".

O dirigente oposicionista sustentou que a pergunta a ser feita neste momento não é se a

prisão e o enquadramento de Luís Ignácio tiveram base legal, mas se as leis em vigor estão adequadas à atual realidade social do País.

O deputado Alceu Collares, líder do PTB na Câmara Federal, propôs uma reunião entre as lideranças dos partidos oposicionistas. Para Collares, "assim como o Ministério do Trabalho exerceu influências ostensivas junto ao TRT e aos empresários para manter a intransigência diante do desdobramento da crise, deve ser agora pressionado para a retomada do diálogo entre empregado e empregador".

"O general Milton Tavares, comandante do II Exército, pode conhecer bem a ciência básica, mas não conhece a ciência social, a humana, a da fome, a da miséria e a da necessidade", afirmou em Londrina deputado federal Hélio Duque (PMDB-PR), comentando as declarações do comandante do II Exército, segundo as quais os comunistas assessoram Luís Ignácio.

O deputado João Cunha (SP) apresentou na Câmara, projeto-de-lei anistando todos os dirigentes sindicais cassados pelo Ministério do Trabalho, até esta data, com reintegração imediata nas direções das respectivas entidades, caso vigentes ainda seus mandatos.

Cerca de 500 pessoas realizaram ontem à noite, no largo 13 de Maio, em Santo Amaro (São Paulo) um ato público em solidariedade aos metalúrgicos do ABC. Idêntico fato ocorreu em Campinas. Em Curitiba, São Carlos, Santos e Salvador serão realizados atos públicos amanhã, para a arrecadação de fundos. No Rio, a ABI divulgou nota defendendo o direito de realização de reuniões e a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas criticou a atuação do TRT paulista.

Em São Paulo, dirigentes sindicais de quatro Estados estudam a possibilidade de pequenas greves de solidariedade.

## Afastados os diretores do sindicato de Betim

O delegado Regional do

substituído pelo interventor

**L**uís Ignácio da Silva, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, prestou depoimento ontem no Deops, das 14 às 18h30, perante o diretor da Divisão de Ordem Social, delegado Edson Magnotti. Luís Ignácio e os demais presos receberam visita médica e passam bem, segundo os policiais. Esposas e familiares dos presos estiveram no Deops, mas não puderam visitá-los, em virtude do regime de incomunicabilidade previsto pela Lei de Segurança Nacional, na qual estão enquadrados. No entanto, esposas e familiares foram recebidos pelo diretor do Deops, delegado Romeu Tuma. Por outro lado, o Deops enviou ontem o ofício 122/80 à Justiça Militar, informando que as 13 pessoas que lá se encontram presas — de acordo com o art. 53, « 1º, por infração aos artigos 33 e 36, incisos 2 e 3 da Lei de Segurança Nacional — estão indicadas no inquérito 15/80.

### "HABEAS CORPUS"

Os advogados Mario Simas, Idíbal Piveta e Luis Eduardo Greenhalg deram entrada, ontem, às 15h30, no Superior Tribunal Militar, nos pedidos de "habeas corpus" em favor dos dirigentes sindicais presos no Dops paulista, em função da greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André.

A propósito, o ministro Ruy de Lima Pessoa, do Superior Tribunal Militar, sorteado para relatar os pedi-

dos de "habeas corpus", afirmou que apenas na próxima semana os casos poderão ser examinados.

O ministro Ruy de Lima Pessoa disse ter sido "pego de surpresa": "Eu nem sabia que haviam sido distribuídos os pedidos e muito menos que eu havia sido sorteado como relator". O motivo de os "habeas corpus" não serem julgados agora é que o STM se encontra em recesso não oficial, segundo o relator.

### DETIDOS

Seis dirigentes sindicais do Rio de Janeiro e mais a companheira de um deles foram detidos ontem pelo Dops e conduzidos àquela repartição policial, em São Paulo, quando se preparavam para retornar à sua cidade de origem, após a assembléia de Santo André. Ontem à noite, eles estavam prestando depoimento no Dops.

Os detidos são: Reinaldo Cabral Magalhães, presidente do Sind. Trab. Derivados de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro; Osvaldo Pimentel, pres. Sind. Metalúrgicos RJ; Carlos Alberto Oliveira dos Santos, presidente do Sind. Jornalistas RJ; Sebastião Ataíde de Melo, pres. Sind. Cond. Veículos Rodoviários RJ; Eraldo Lírio de Azeredo, pres. Fed. Trab. Agricultura RJ; Ivan Martins Pinheiro, pres. Sind. Bancários RJ, e sua companheira, Maria Teresa Teixeira da Silva. Todos eles viajavam na Veraneio chapa NT-8710.

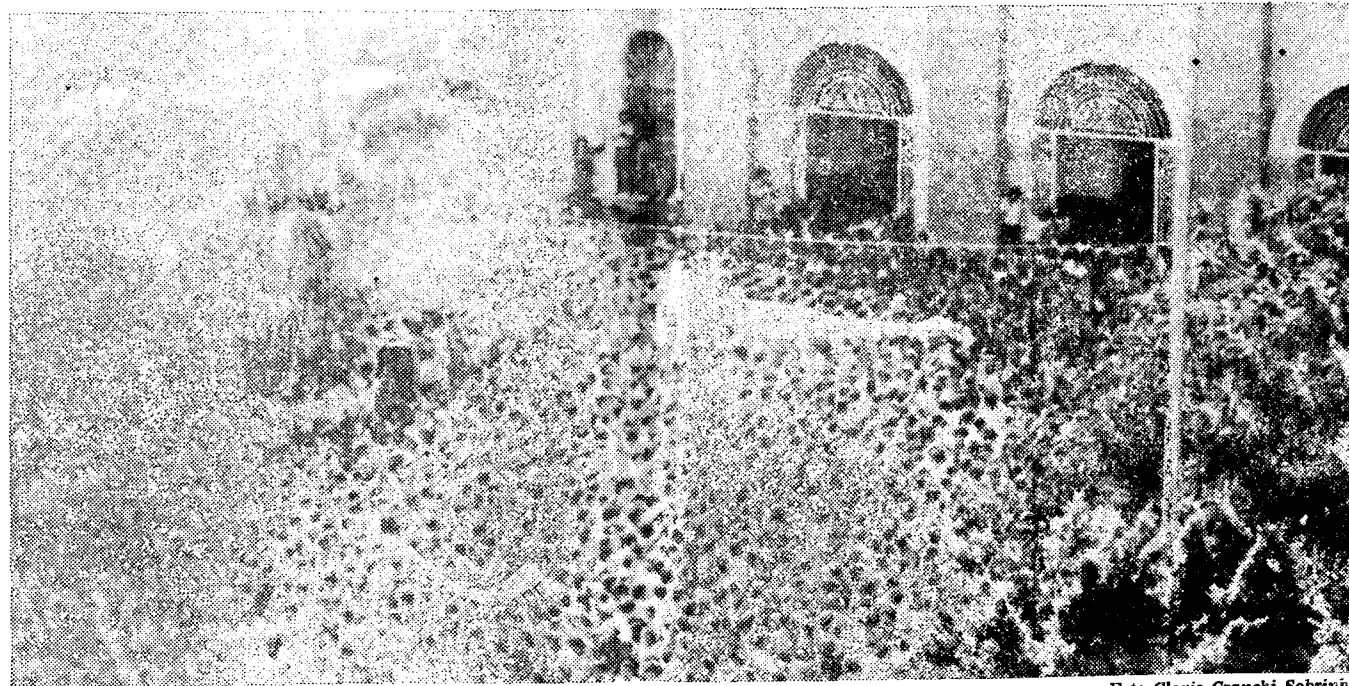


Foto Clovis Cranchi Sobrinho

Milhares de grevistas lotaram a igreja e também as ruas próximas

# 'Alguns sacerdotes' são os líderes, afirma Farhat

O ministro Said Farhat, da Comunicação Social, afirmou, ontem, que "alguns sacerdotes" estão assumindo a liderança do movimento grevista na região

ser cumprida; cada um deles conhecia previamente esta possibilidade". O chefe da Secom acrescentou ainda não ter conhecimento de iniciativa de

dos assessores do ministro do Trabalho, Murillo Macedo. Segundo Godoy Figueiredo, esta posição se justifica pelo fato de existir uma decisão de Justiça

do que o verificado na semana passada. A pesquisa foi feita por amostragem.

### EMPRESÁRIOS

## Ex-dirigente contesta denúncia sobre infiltração

"A única assessoria que o movimento tem é do Dieese, dos advogados do sindicato e dos próprios trabalhadores, a quem a diretoria tem obrigação de acatar", declarou o vice-presidente deposto do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Rubens Teodoro Arruda, respondendo a acusações do comandante do II Exército, general Milton Tavares de Souza, para quem existe infiltração comunista na greve. A afirmação do sindicalista foi feita ontem na assembléia dos metalúrgicos de São Bernardo, na igreja matriz daquele município, que não só lotou o templo, mas a praça fronteira e as ruas vizinhas (Marechal Deodoro, Padre Lustosa e Rio Branco). Milhares de grevistas compareceram ao ato público, resolvendo prosseguir em greve. Amanhã, às 10 horas, haverá novo ato público.

A assembléia de ontem transcorreu sem incidentes; o policiamento limitou-se a cercar todas as entradas do estádio da Vila Euclides, a praça do Paço Municipal, as imediações do Sindicato dos Metalúrgicos (sob intervenção) e as quadras próximas à igreja matriz. Ocorreu um imenso congestionamento de tráfego, em consequência, e muitas lojas não abriram.

Ao final, dois helicópteros militares, com soldados do Exército sobrevoaram a praça da matriz, fotografando a multidão. A assembléia durou apenas 50 minutos, começando como sempre com o Hino Nacional e terminando com o da Independência. Insistiu-se nas reivindicações básicas: aumento efetivo de 15%, 40 horas semanais de trabalho, delegado sindical, permissão de ingresso dos dirigentes sindicais no interior das empresas, etc.

Rubens Teodoro Arruda, o vice-presidente afastado, no final da assembléia disse: "Enquanto existir algum diretor livre, continuará comandando a assembléia, mas se todos forem presos, confiemos na comissão de salários; se prenderem a comissão, tomem vocês mesmos a direção do movimento; não aceitem provocação, saiam da assembléia direto para casa, não façam passeata, porque é isso que eles, os policiais, querem; não compareçam às portas das fábricas, nem à porta do sindicato, para

to militar pelas principais ruas de São Bernardo. Além de Vilela, havia outros 14 políticos, entre eles o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. "Em diversos pontos do Brasil, podemos observar o exercício do arbítrio, inclusive com ostensivos aparatos militares para evitar o desenvolvimento das frações de liberdade conquistadas por todos nós", acrescentou o senador.

Após Teotônio Vilela observar que "não posso falar de golpe de extrema direita, porque não tenho argumentos precisos", foi a vez de Ulysses Guimarães dizer que não ouviu falar "nada de golpe de estado", mas que notou uma modificação de comportamento militar, depois da demissão do general Andrada Serpa.

Após dizer que o PMDB assessora os advogados que tratam do caso da prisão dos sindicalistas, Ulysses Guimarães informou que "há um projeto de anistia na Câmara, que versa sobre a liberdade para esses dirigentes, que vamos estudar".

### INCIDENTE

Eram cerca de cem trabalhadores parados na esquina da rua Marechal Deodoro com João Basso, a uma quadra do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, quando quatro Rotas que desciam pela João Basso, brecharam repentinamente, a poucos metros dos operários. Vinte policiais militares deixaram os veículos e atacaram a cassete os trabalhadores. Um destes, que não foi localizado nos hospitais das proximidades, ficou bem machucado, sangrava pela boca quando o deputado federal Ayrton Soares o socorreu. Outro foi preso dentro do Supermercado Casas da Bahia, na mesma esquina, e levado para uma viatura.

Este foi o único incidente da manhã de ontem em São Bernardo, ocorrido exatamente uma hora após o encerramento da assembléia.

### SANTO ANDRÉ

Reunindo cerca de duas mil pessoas — 500 a mais que no dia anterior —, os metalúrgicos de Santo André decidiram ontem permanecer em greve, em Assembléia realizada na Igreja do Bonfim, no Parque das Nações. A Assembléia não

aplicação dos recursos do sindicato e de prática de irregularidades, como emissão de vales a favor dos diretores, de recibos com valores acima do real e outros.

O presidente do sindicato, Nadir Antonio Pinheiro, foi

(vários deles já haviam renunciado) já era esperado e não tem qualquer relação com a greve dos metalúrgicos do ABC. Os próprios associados do sindicato consideravam o presidente afastado conivente com as empresas metalúrgicas da região.

“as quais eu não pretendo comentar”. Frisou, entretanto, que “enquanto sacerdotes e cidadãos, todos devem obediência às leis vigentes no País”, sem especificar se o governo adotaria alguma medida contra essa participação ativa na greve.

O porta-voz do Palácio do Planalto disse não acreditar na retomada das negociações entre empresários e trabalhadores, pois a decisão judicial considerando a greve ilegal “é para ser cumprida.” As informações por ele recebidas de São Paulo e transmitidas aos jornalistas indicavam o retorno de 60% de trabalhadores horistas às suas atividades, em Santo André, verificando-se menor número em São Bernardo, embora com índice de comparecimento superior à semana passada.

O presidente Figueiredo, conforme ressaltou Farhat, “acompanha de perto todas as situações que requeiram sua atenção e confia que no caso do ABC certamente prevalecerá o bom senso”. afirmou que “a decisão judicial é o remédio jurídico existente para dirimir uma questão nitidamente de relação de trabalho”. Sobre o enquadramento dos dirigentes sindicais na Lei de Segurança Nacional, comentou que “ela está aí para

Descartando a possibilidade de aplicação do Código Penal, disse o ministro que “o incitamento à greve é uma situação prevista na Lei de Segurança Nacional. Se pareceu às autoridades que esse era o caso, o assunto será levado oportunamente ao tribunal, que dirá se o enquadramento foi próprio ou impróprio”. Sobre a origem da ordem para a prisão dos dirigentes sindicais, Farhat disse que ela partiu do secretário de Segurança de São Paulo, “conforme ele mesmo declarou”, e não quis comentar a eventual participação do ministro Abi-Ackel no episódio.

Sobre a repercussão do caso na imprensa internacional, Farhat afirmou que “o Palácio do Planalto vê as eventuais repercussões negativas da mesma forma que vê as eventuais repercussões positivas de seus atos. As opiniões do Exterior são lidas e apreciadas, mas o governo é dirigido por brasileiros investidos dos poderes constitucionais”.

#### TAMBÉM CONTRA

“A posição do Ministério do Trabalho é contrária à reabertura das negociações entre empresários e metalúrgicos”, afirmou ontem em São Paulo Eduardo Godoy Figueiredo, um

a participação do ministro Murilo Macedo na greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André se encerrara a partir da assinatura do decreto de intervenção nos dois sindicatos de trabalhadores. Disse também que o ministro não faria qualquer pronunciamento, alegando não haver novidades. Embora os repórteres insistissem em ser recebidos pelo ministro, afirmando terem perguntas novas e fatos novos a repercutir, o assessor disse que isso não seria possível.

Eduardo Figueiredo afirmou ainda que o problema das prisões de dirigentes sindicais e os conflitos entre grevistas e policiais não dizem respeito ao Ministério do Trabalho, pois “este não tem poder de polícia”.

Após informar a posição das empresas (índices de retorno ao trabalho), o assessor do ministro afirmou ter recebido informações dos dois interventores de que “dos 10 automóveis de propriedade do Sindicato de São Bernardo, somente quatro foram restituídos”. Já no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, apenas três dos 11 veículos foram devolvidos.

As estatísticas do Ministério do Trabalho dão conta de um retorno ao trabalho em Santo André e São Bernardo maior

do que os metalúrgicos. O encontro que haveria ontem às 9 horas, entre o advogado das empresas, Benjamim Monteiro, e o advogado dos metalúrgicos, Almir Pazzianotto, e que chegou a ser visto como uma possibilidade de reabertura das negociações, não se realizou, segundo De Nigris, porque Monteiro já tinha marcado uma viagem a Brasília.

Almir Pazzianotto informou ter recebido um telefonema em sua casa, às 7h30 de ontem, de Monteiro, cancelando o encontro porque “havia sido convocado para ir a Brasília”. O senador Teotônio Villela, que acertara com Theobaldo De Nigris a conversa entre os dois advogados, na esperança de reatar as negociações — solução que está sendo vista pela oposição como a única possível para o atual impasse no ABC —, mostrava-se ontem bastante irritado, não aceitando a viagem a Brasília como desculpa.

O porta-voz do Grupo 14, empresário Waiter Sacca, afirmava, por sua vez, que “não há e não haverá reabertura de negociações. Tem muita gente querendo se aproveitar da situação, mas isso não resolve nada”, acrescentou Sacca, dizendo ser esse o caso dos “Teotônios Villelas da vida”.

que “a Igreja continua considerando justa e pacífica a luta de vocês. Já fomos denunciados como incitadores da greve, mas não nos preocupamos com isso. Continuamos apoiando a decisão de vocês, porque existe o lado da justiça e o lado da injustiça, da liberdade e da opressão, da honestidade e da corrupção, da verdade e da mentira e Jesus Cristo sempre esteve do lado da verdade, da justiça, da liberdade e da honestidade e nós só podemos estar ao lado de vocês. A Igreja acolhe vocês, porque vocês estão realmente construindo o Brasil do futuro e continuaremos juntos até o fim”.

#### POLÍTICOS

“Se alguma coisa pode servir de indício para um golpe de estado é exatamente o que está acontecendo em São Bernardo do Campo”, declarou o senador Teotônio Villela, após acompanhar de perto a assembleia dos metalúrgicos e assistir ao desfile do apar-

#### FÉRIAS COLETIVAS

Em decorrência da greve em São Bernardo, a filial da Ford do Brasil, no Ipiranga, em São Paulo, decidiu conceder, a partir de ontem, férias coletivas a 460 dos seus quatro mil funcionários. Mil deles já vinham trabalhando somente meio expediente por falta de peças, resolvendo-se incluir nas coletivas os trabalhadores que tinham férias vencidas.

#### NOVA GREVE

Aproximadamente três mil funcionários da ZF do Brasil, em São Caetano do Sul, entraram em greve dentro da empresa, ontem, porque no pagamento do vale — que é feito no dia 20 de cada mês — foram descontados os nove dias de greve, segundo informou o presidente do sindicato daquele município, João Lins Pereira.

## CNBB explica seu posicionamento

A presidência da CNBB divulgou ontem em Brasília nota afirmando que por intermédio de sua hierarquia local a Igreja tomou uma posição de apoio aos metalúrgicos sem compromissos com partidos. “Seu posicionamento despertou reações escandalizadas naquelas que desconhecem ou se recusam a reconhecer aquilo que de fato está em jogo nesta crise” — diz a nota assinada pelo presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter.

“A Igreja ama sinceramente a todos — prossegue a nota — mas odeia a injustiça, a hipocrisia e a impostura. Nos momentos de intensa turbulência, a solução é ganhar altura e na crise atual ganhar altura significa o caminhar para um pacto social que respeite a dignidade e aceite a participação do povo nas decisões que são vitais para o País.” Para a CNBB a paz só é possível com justiça e “a justiça não se consolida com o jogo ambíguo das outorgas e capitulações, mas, sim, com a participação do povo”.

Os bispos defendem que a pretensão dos grevistas é justa e por isso “não há motivos para escândalo se a Igreja lhes dá o seu apoio” e acentuam que, pelo fato de ser justa, “não há grandeza em pretender opor à justiça uma duvidosa legalidade”. A CNBB afirma que os operários aprenderam no sofrimento que a legalidade não é igual para todos.

“Eles sabem dos subornos, dos repasses secretos de custos ao consumidor, da captação de recursos e subsídios para as minorias, para os favores do empreguismo e a ostentação das mordomias”, diz ainda a nota.

A CNBB afirma que “os autênticos líderes operários sempre repudiaram manobras de infiltração dos interessados em manipular o povo para objetivos estranhos à própria consciência popular e ao amor para com a Pátria”.

“Não estão em jogo apenas o índice de produtividade —

prossegue a nota —, o piso salarial e a estabilidade, que, em outro contexto, seriam objeto de negociações, sem o recurso da violência. O que está em jogo na crise é a própria organização dos mecanismos da política social do País. A verdade é que, até agora, ela foi outorgada na medida em que aliviaria tensões, sem afetar os verdadeiros árbitros das concessões”.

#### CARTA ABERTA

D. Jorge Marcos de Oliveira, ex-bispo de Santo André, divulgou ontem uma carta aberta ao presidente João Figueiredo, na qual pergunta:

“Como poderemos nós saudar felizes e risonhos o papa, convidado especial de v. exa, de-

pois dos crimes cometidos contra o povo que ele deseja abraçar? Não será melhor hoje pedirmos ao papa, o sacerdote da paz, que adie sua visita para melhores dias de justiça social?”. E acrescenta: “Mas há uma pergunta difícil que me faço: a quem interessa transformar a figura de v. exa, marcada pelo sincero esforço de se aproximar do povo, na figura de inimigo do trabalhador, perseguidor das classes humildes, endossante das torturas físicas e morais por que passamos todos nós? E nós somos trabalhadores, empregados e patrões, sindicatos e empresários, Igreja e intelectuais, classe média e artistas, brasileiros dos campos e das cidades, das casa ricas, médias e dos casebres”.



Nem o cerco policial impediu reunião

# POSIÇÃO IRREDUTÍVEL

SANTO ANDRÉ (AE) - "Não vai ser a prisão dos dirigentes do nosso Sindicato, nem a interdição do Estádio de Vila Euclides e do Paço Municipal, que irão diminuir nossa vontade de lutar. A greve vai continuar até que a gente consiga um acordo decente com os patrões" - disse Osmar Mendonça, da Comissão de Salários, ao abrir a assembléia dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que reuniu ontem aproximadamente 40 mil operários na igreja matriz de São Bernardo e que lotou a praça fronteira e as ruas vizinhas - Marechal Deodoro, Padre Lustosa e Rio Branco.

O policiamento limitou-se a cercar todas as entradas do Estádio de Vila Euclides, a Praça do Paço Municipal e as imediações do Sindicato dos

Metalúrgicos, usando, inclusive, tropa montada. As quadras próximas a igreja matriz foram fechadas ao tráfego de veículos e São Bernardo conheceu pela manhã de ontem um dos maiores congestionamentos de trânsito já ocorridos. Algumas lojas baixaram as portas, mas a assembléia transcorreu sem incidentes.

Ao final, porém, um helicóptero da FAB, com soldados fardados, sobrevoou a Praça da Matriz, fotografando com lentes de longo alcance. Pouco depois dezoito viaturas da ROTA, a primeira delas levando o comandante da Polícia Militar, coronel Arnaldo Braga, e na segunda, o comandante da ROTA, coronel Dauterdimas Rigonato, e mais dois brucutus - viaturas fechadas a prova de bala -

percorreram as ruas centrais de São Bernardo por três vezes.

A assembléia durou apenas 50 minutos e, como nas anteriores, começou com o Hino Nacional e terminou com o Hino da Independência. Os discursos dos membros da Comissão de Salário e da diretoria destituída procuraram excluir das condições de retorno ao trabalho a soltura dos dirigentes sindicais presos e o fim da intervenção. Essas condições chegaram a ser colocadas na assembléia de sábado último. Desta vez, no entanto, ficou claro nos pronunciamentos que a proposta inicial permanece, ou seja: 15% de aumento salarial; 40 horas semanais; delegado sindical; permissão de ingresso dos dirigentes no interior das empresas, entre outros.

## Vários feridos nos choques com a Rota

SANTO ANDRÉ (AE) - Havia cerca de 100 trabalhadores parados na esquina da Rua Marechal Deodoro com João Basso, a uma quadra do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, quando quatro Rotas que desciam pela Rua João Basso brecharam repentinamente, a cinco metros dos operários e seus ocupantes, 20 policiais militares, deixaram os veículos e distribuíram cassetadas entre os trabalhadores. Um deles, que não foi localizado, nos hospitais das proximidades, ficou bem machucado. Sangrava pela boca quando o deputado federal Ayrton Soares o socorreu. Outro foi preso dentro de um supermercado, na mesma esquina, e levado para um táxi móvel.

Este foi o único incidente da manhã de ontem em São Bernardo, ocorrido exatamente uma hora após o encerramento

da assembléia. Quando ela terminou, às 11:40, um grupo de metalúrgicos começou a subir pela Marechal Deodoro em direção ao Sindicato. O trânsito, já bem prejudicado, foi fechado e os próprios trabalhadores começaram a orientar os carros. Na altura do número 1889 desta rua, metade do caminho entre o Sindicato e a igreja, um metalúrgico, da diretoria do Fundo de Greve de São Bernardo, subiu num muro, pedindo a todos que fossem para suas casas. Durante 10 minutos insistiu:

"Ouçam as orientações do Sindicato. Ninguém tem que entrar em choque com a Polícia Militar. Isto aqui é um movimento responsável. São os próprios provocadores da polícia alguns e estudantes que têm interesse em jogar vocês contra a PM. Ninguém deve ir à porta do Sindicato". A maioria desistiu diante da insistência do metalúrgico.

## Prisões em Minas no início do movimento

BELO HORIZONTE (AE) — O ministro Murilo Macedo assinou no início da noite de ontem, por solicitação do governador Francisco Pereira, despacho reconhecendo a "ocorrência de greve" do magistério público estadual mineiro, o que permitirá ao governo do Estado a aplicação de punições aos grevistas, que no primeiro dia da greve já eram 52 mil, segundo a União dos Trabalhadores no Ensino.

Ao mesmo tempo em que a assessoria de imprensa do

governo do Estado divulgava a íntegra do despacho ministerial, o Dops mineiro efetuava nove detenções de metalúrgicos, professores e estudantes que vendiam - na Praça Sete, a principal de Belo Horizonte - bônus para os fundos de greve dos professores mineiros e dos metalúrgicos do ABC. O diretor do Dops, Ediraldo Brandão, disse que recebeu a determinação de impedir venda desses bônus e informou que os nove detidos seriam liberados ainda ontem, após serem ouvidos.

## Polícia confirma prisões

SÃO PAULO (AE) — A polícia paulista confirmou a lista dos presos que ainda permanecem no Deops. São 13 pessoas: Luiz Inácio da Silva, João Batista dos Santos, Expedito Soares Batista, Severino Alves da Silva, Devanir Ribeiro, Djalma de Souza Bom, Ernesto Gencini, Isaias Urbano da Cunha, José Cicoto, José Maria de Almeida, José Timóteo da Silva, Orlando Francelino da Motta e Etevaldo Santiago de Araújo (este foi preso na noite de domingo).

O diretor da Divisão de Ordem Social do Deops, delegado Edson Magnotti, enviou os nomes dessas 13 pessoas à Auditoria Militar, pedindo o seu enquadramento na Lei de Segu-

rança Nacional com base no Artigo 36: desobediência coletiva à lei.

Por outro lado, a polícia anunciou ainda a lista de 21 nomes de detidos que já foram liberados. São estes: João Justino de Oliveira, Luiz Eduardo Maele Arnaud, Pedro de Moraes Bento, Manoel Gonçalves Pedro, Miguel Palamarzuk, Roberto Issao, Vilma Paulino Iadonicco, José Cantídio de Souza Lima, José Carlos da Silva, Paulo Luksyk, Gino Ricci, Antônio Roberto Spinosa, Edivaldo Azevedo de Barros, Afonso de Lellis, José Ferreira da Silva, Antônio Bonifácio de Oliveira, José Carlos Dias, Dalmo de Abreu Dallari, João Rodrigues de Mesquita, Ricardo Zaratini Filho e Arnaldo Gonçalves.

## LSN para os sacerdotes

BRASÍLIA (AE) - O governo tem conhecimento de que alguns sacerdotes estão à frente do movimento grevista na região do ABC paulista - disse o ministro Saíd Farhat, aos jornalistas ontem à tarde, no Palácio do Planalto. Para ele, essa ação dos sacerdotes contraria as leis canônicas e a Lei de Segurança Nacional. Quanto às primárias, o governo nada pode fazer, mas quanto à segunda, lembrou o ministro que os sacerdotes podem ser nela enquadrados como qualquer cidadão. Disse ainda o ministro da Comunicação Social que os dirigentes sindicais da área do ABC

sabiam que estavam sujeitos a enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Se efetivamente forem enquadrados, portanto, isso não constituirá para eles nenhuma surpresa. Quanto ao movimento grevista, o ministro declarou que, pelas informações fornecidas de São Paulo pelo ministro do Trabalho (o ministro pediu para cancelar despacho rotineiro que teria ontem à tarde com o presidente Figueiredo), 60 por cento dos horistas de Santo André já voltaram ao trabalho. Em São Bernardo também houve volta ao trabalho, mas em número menor.

## Contrário a negociações

SÃO PAULO (AE) — "A posição do Ministério do Trabalho é contrária à reabertura das negociações entre empresários e metalúrgicos", afirmou ontem Eduardo Godoy Figueiredo, um dos assessores do Ministério do Trabalho. Segundo Figueiredo, esta posição se justifica pelo fato de existir uma decisão da Justiça do Trabalho sobre a greve e, no caso da reabertura das negociações, o Ministério estaria passando por cima dessa decisão.

O assessor declarou que a participação do ministro Murilo Macedo na greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André se encerrará

a partir da assinatura do decreto de intervenção nos dois sindicatos de trabalhadores. Disse também que o ministro não faria qualquer pronunciamento, alegando não haver novidades. Embora os repórteres insistissem em ser recebidos pelo ministro, afirmando terem perguntas novas e fatos novos a repercutir, o assessor disse que isso não seria possível.

Eduardo Figueiredo disse ainda que as prisões de dirigentes sindicais e os conflitos entre grevistas e policiais não são problemas do Ministério do Trabalho, pois "este não tem poder de polícia".

# Figueiredo acusa Cardeal Arns de incitar a greve no ABC

**BRASÍLIA** — O Presidente João Figueiredo mostrou-se ontem preocupado com a situação da Igreja no momento da greve do ABC paulista e disse que, embora tenha falado com o Padre Evaristo Arns, nem o conhece tem informações de que "ele está incitando a greve".

— Apesar de não pensar no momento em adotar as medidas de emergência para conter a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, o Presidente Figueiredo disse que não podia prever o futuro. "Eu não sei até onde eles irão. Espero que eles tenham juízo e retornem ao trabalho".

## Restrições à Igreja

Na sua rápida entrevista, no coquetel que antecedeu o almoço com os diplomatas no Itamarati, o Presidente Figueiredo deixou clara suas restrições ao comportamento da Igreja, em São Paulo, de apoio aos trabalhadores em greve.

Perguntado como via a atuação da Igreja naquele Estado, o Presidente disse que via "mal, muito mal". Depois, corrigindo sua afirmação, lembrou que "não é a Igreja, são só certos segmentos". Segundo o Presidente Figueiredo muitos bispos o tem procurado e manifestado posição contrária àquela assumida pela hierarquia da Igreja em São Paulo, dizendo mesmo "que não concordam com ela".

Os repórteres insistiram com o Presidente Figueiredo e quiseram saber se mantinha o seu ponto-de-vista mesmo depois de a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ter divulgado nota de apoio aos trabalhadores em greve. Ele respondeu: "A CNBB não é a Igreja". Completou em seguida seu raciocínio dizendo saber da existência de uma divisão dentro da Igreja Católica a respeito do apoio aos metalúrgicos do ABC.

## As prisões

Com relação às prisões de juristas e de líderes sindicais, efetuadas pelo DOPS paulista, no fim da última semana, o Presidente Figueiredo foi taxativo: "São estão presos os que estão infringindo a lei. Isto eu garanto." Esclareceu que o Governo não adotou qualquer medida repressiva enquanto a greve foi considerada legal. Mas, a partir do momento em que a Justiça do Trabalho decretou a ilegalidade, "ai sim, as prisões foram efetuadas".

Perguntado se o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luis Inácio da Silva, poderia ser solto pelas autoridades policiais de São Paulo, o Presidente Figueiredo lembrou que ele desrespeitou a Justiça, incitou a greve e fez "alguns dos discursos mais ofensivos que eu já ouvi".

## Enquadramento

O enquadramento dos líderes metalúrgicos na Lei de Segurança Nacional, considerado rigoroso por diversos setores da Oposição e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), também mereceu uma explicação por parte do Presidente Figueiredo.

"Eu não sou juiz. Foi a Justiça esta-

dual quem determinou o enquadramento. O Governo federal não participou".

Para o Presidente Figueiredo, "a democracia é feita de leis que precisam ser respeitadas". E, fazendo alusão ao uso de piquetes nas portas das fábricas, o Presidente da República mostrou-se convencido de que os piquetes dos grevistas são antidemocráticos. "Se todos querem a democracia por que não respeitam os direitos daqueles que querem trabalhar?"

Ainda com relação à participação da Igreja na greve, o Presidente Figueiredo esclareceu "não saber se os sacerdotes estão ou não liderando o movimento. A impressão diante da opinião pública é a de que se estão colocando contra a lei".

Justificando seu ponto-de-vista contrário à greve, o Presidente Figueiredo informou que a paralisação das fábricas no ABC já deram ao país um prejuízo de Cr\$ 19 bilhões. Entende o Presidente que, se a greve continuar, maiores serão os prejuízos para a nação.

## A entrevista

— Presidente, e as prisões em São Paulo?

— Só estão sendo presos os que estão infringindo a lei. Isto eu garanto.

— E o Lula?

— O Lula? Ele também infringiu a lei, eu acho que sim. Ele esteve incitando a greve e fez alguns discursos dos mais ofensivos que eu já ouvi.

— Como o Sr vê o papel da Igreja?

— Vejo mal, muito mal. Mas não é a Igreja, são só certos segmentos. Muitos bispos também tem me procurado e manifestado posição contrária àquela assumida pela Igreja em São Paulo, dizendo que não concordam com ela.

— Mesmo depois da nota da CNBB?

— A CNBB não é a Igreja".

— Então é uma parte da Igreja que apoia os metalúrgicos?

— É verdade, a Igreja está dividida.

— Os sacerdotes estão liderando a greve?

— Não sei se estão liderando ou não. Mas estão dando a impressão à opinião pública de que estão se colocando contra a lei.

— E D Paulo Evaristo Arns?

— Não conheço. Nunca tive contato com ele, mas pelas informações que tenho, ele está incitando a greve.

— A greve está causando prejuízos?

— Eles já deram mais de 19 bilhões de cruzeiros de prejuízo.

— O enquadramento na Lei de Segurança não foi muito rigoroso?

— Eu não sou juiz. Foi a Justiça estadual quem determinou. O Governo federal não participou.

— Poderão ser adotadas medidas de emergência?

— No momento não penso nisso, mas eu não posso prever o futuro. Não sei até onde irão os trabalhadores. Espero que eles tenham juízo e retornem ao trabalho.

— A greve prejudica a democracia?

— A democracia é feita de leis, que precisam ser respeitadas. Os piquetes que os grevistas fazem por exemplo, isso é anti-democrático. Se todos querem democracia porque não respeitam os direitos daqueles que querem trabalhar?



Dom Ivo foi com o assessor da CNBB, Afonso Hammes, para a conversa com Golbery no Planalto

## Golbery conversa com Dom Ivo

Durou 45 minutos o encontro entre o Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva, e o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D Ivo Lorscheiter. A saída, D Ivo recusou-se a falar dos detalhes, dizendo que somente comentaria a conversa "na hora certa". Ele próprio esclareceu que pediu a audiência ao General Golbery ontem pela manhã. O bispo de Santa Maria não quis nem mesmo confirmar formalmente se o encontro com o General Golbery foi para tratar da crise do ABC paulista. Acompanhava-o o assessor jurídico da CNBB, D Afonso Hammes.

aos repórteres para deixar este assunto para outra oportunidade.

Ele explicou que como membro da Igreja e presidente da CNBB, tinha toda a liberdade para abordar os assuntos discutidos com o Chefe do Gabinete Civil da Presidência. Segundo ele, a situação não é tão grave que não pudesse falar sobre a situação do ABC. "Eu acho que a gente tem liberdade não é? Mas prefiro não falar disso hoje."

## Visita Papal

Apenas sobre uma questão D. Ivo foi explícito: não acredita que as divergências entre a Igreja e o Governo possam afetar a próxima vinda do Papa João Paulo II ao Brasil. "A visita não está ameaçada por causa disso". Mas ele não

quis continuar a conversa e explicou que somente falaria na hora certa.

A propósito de uma nota de D. Paulo Evaristo Arns, reiterando o apoio da Igreja em São Paulo aos metalúrgicos D. Ivo disse apenas não ter lido ainda a nota. Mas esclareceu que a CNBB não "está aí, para julgar os bispos no que falam. De fato, não li e nem me tocara julgar".

Depois de muita insistência dos repórteres D. Ivo lembrou que o importante foi a nota da CNBB, divulgada na última terça-feira. Os dois religiosos chegaram às 17h de ontem no Palácio do Planalto e permaneceram cerca de 45 minutos na ante-sala do gabinete do Ministro Golbery esperando pela audiência. Participou do encontro o secretário particular do Presidente Figueiredo, Sr Heitor Ferreira.

## Declarações agitam a CNBB

versou quase uma hora. Quando a reunião da CEP terminou cerca de 11 bispos ficaram em frente à sede da CNBB aguardando a volta de Dom Ivo.

Os bispos conversavam e um deles, para provar que a CNBB é representativa da Igreja, mostrou um exemplar do livro CNBB — Comunhão e Responsabilidade.

O livro conta a história da entidade desde que foi criada, por Dom Hélder Câmara, em 1952, com apenas 20 arcebispos, no Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro. Hoje, ele conta com 20 membros.

Como Dom Ivo Lorscheiter, antes de partir para o Palácio do Planalto havia prometido uma entrevista coletiva para quando voltasse, repórteres ficaram à sua espera. Eram 19h30m quando um bispo-assessor informou que o presidente da CNBB havia chegado, mas entrara pela porta lateral e já estava no refeitório. Depois do jantar ele faria um relato do encontro no Palácio do Planalto ao Núncio Apostólico, para que este comunicasse ao Vaticano.

A esta altura, ninguém mais acreditava que Dom Ivo falasse, pois ele já havia

## Antonio Carlos contesta os bispos

**Salvador** — Ao comentar, ontem, a nota na qual a CNBB afirma que a Igreja como um todo está apoiando a causa dos metalúrgicos, o Governador Antonio Carlos Magalhães disse acreditar que o presidente da entidade, D Ivo Lorscheiter "não falou por todos os padres e muito menos por todos os católicos".

— Se eu fizesse uma declaração polêmica em nome da Bahia não estaria falando em nome de todos os baianos. Consequentemente pode ser que, em uma oportunidade, qualquer religioso não esteja falando em nome de todos os católicos. Os temas polêmicos, por sua natureza, dividem as opiniões" acrescentou.

## Sem uniformidade

"Não se deve confundir a Igreja e muito menos a religião com alguns padres", continuou o Sr Antônio Carlos Magalhães, para dizer, mais adiante, que "nós sabemos que o próprio clero, e ainda bem que assim seja, não tem o pensamento uniforme em relação às últimas questões que estão sendo discutidas".

Como exemplo, o Governador citou as diversas correntes existentes hoje no clero. Classificou D Ivo e D Evaristo Arns como expoentes da linha mais avançada e o Arcebispo de Salvador, D Avelar Brandão Vilela, como integrante da linha intermediária. Mas, no momento de exemplificar a chamada linha mais reacionária, apontou o Bispo francês Marcel Lefebvre.

Segundo o Sr Antônio Carlos Magalhães, as relações entre o Governo e a Igreja não deverão ser prejudicadas com o episódio no ABC paulista, "porque acredito que o propósito da Igreja não seja o de radicalizar e o Governo tem dado provas de que deseja a conciliação".

## Atraso na abertura

Sobre a situação em si do ABC paulista, o Governador frisou que "todos esses movimentos, direta ou indiretamente, atrasam a abertura porque prejudicam a economia do país. E nenhum país com uma economia débil se pode dar ao luxo de ser excessivamente democrático". Ele disse, ainda, acreditar numa reviravolta conciliatória no ABC:

"Acho que na medida em que autoridade não seja posta em dúvida é do seu dever procurar uma conciliação. É preciso, porém, ter-se coragem de afirmar que o Brasil precisa de ordem para o seu desenvolvimento, o que não quer dizer injustiça salarial, mas reivindicações feitas dentro da legalidade. Se todos se encolherem e deixarem os subversivos falarem sozinhos, será o fim".

O Governador falou, também, sobre a atual situação econômica, destacando que "o Brasil tem que se convencer que não é um país rico e, conseqüentemente, não só a área pública como a privada têm de fazer um esforço supremo contra o supérfluo e promover uma maior austeridade nos seus gastos. Precisamos, o mais rapidamente, vencer a batalha que esta-

## Maluf faz relato no Planalto

O Governador de São Paulo, Paulo Maluf, e o Comandante do II Exército

Com o Ministro Golbery do Couto e

do Brasil  
Jornal  
24/04/80

89



General Milton Tavares, estiveram ontem no Palácio do Planalto dando ao Governo um relato pormenorizado da evolução dos acontecimentos no ABC. A tese exposta ao Presidente João Figueredo, através dos Gabinetes Civil e Militar, e do SNI, é de que está ocorrendo um retorno gradativo dos trabalhadores às fábricas.

lhou a situação e o seu ponto-de-vista a respeito da greve em São Bernardo e Santo André. O Governador deu alguns dados e disse que, cada metalúrgico está perdendo em média, Cr\$ 3 mil por dia, e o país teve um prejuízo de Cr\$ 19 bilhões.

LUISO HAMMES, seu assessor particular.

## Organismo-chave

Logo depois que Dom Ivo saiu, chegou Dom Carmine Rocco à sua procura. Foi recebido por Dom Luciano Mendes, secretário-geral da CNBB, com quem con-

duz o processo.

Chamou-se atenção para o tópico do livro que diz: "Com o passar dos anos, a CNBB transformou-se no organismo-chave da Igreja no Brasil, com influência e atuação crescentes na vida das igrejas particulares que nela se congregam e no próprio país".

# Cardeal Arns diz que cristãos devem apoiar trabalhadores

São Paulo — O Cardeal Paulo Evaristo Arns e o Bispo de Santo André e São Bernardo, D Cláudio Hummes, divulgaram nota ontem, assegurando que os padres do ABC e de São Paulo "conhecem muito bem" os direitos canônicos e não os estão infringindo: "Os direitos que estão sendo violados neste momento são aqueles constantes da Constituição e das leis do país e não são os padres que os estão violando".

Sob o título *A Igreja, a greve e a lei*, a nota explica por que e como a Igreja apóia os grevistas: "A Igreja não seria cristã se não desse apoio para os trabalhadores poderem preservar sua dignidade, defender seus direitos, inclusive os trabalhistas, sem sofrer humilhações".

## Reação do Cardeal

"Desafio que me indiquem o nome de um bispo que esteja informado de nossa ação e não concorde com ela. Ele estaria contra o Evangelho e contra as normas de Puebla, assumidas em nome do Episcopado Latino-Americano e aprovadas pelo Papa. Respeito o pronunciamento de todos, mas gostaria que eles retificassem suas informações".

Assim reagiu ontem à noite o Cardeal D Paulo Evaristo Arns, depois que ouviu a entrevista do Presidente da República, na qual o General Figueredo disse que tem sido procurado por muitos Bispos que manifestam posição contrária àquela assumida pela Igreja paulista.

Quanto à declaração do Presidente de que D Paulo está incitando a greve, o Cardeal reafirmou: "Jamais participei de qualquer reunião de grevistas nem tive contato com seus líderes, a não ser um telefonema de Lula, muito antes da intervenção, pedindo que eu ajudasse a retomar o diálogo. Em seguida, só fui procurado, junto com outros bispos, por advogados em questões secundárias".

## A explicação

De nossa parte, não há nem tensão e muito menos o desejo de sermos mártires. Jamais tivemos atividade clandestina, tudo é feito à luz do sol e sempre dentro dos princípios da Constituição", assegurou o Cardeal Paulo Evaristo Arns.

"Estamos sempre prontos a manter o diálogo", afirmou D Paulo, observando que, da parte do Estado, "há diversas

pessoas muito bem intencionadas. Tenho recebido tanto mensagens de militares, como tenho sido procurado por autoridades estaduais. Não dramatizaria esse conflito, porque não é dele que nos ocupamos. Nós nos ocupamos é da solução do conflito entre operários e empregados metalúrgicos."

D Paulo revelou, em entrevista, que tem mantido "todos os contatos possíveis", com senadores, deputados, autoridades de São Paulo e empresários, cujos nomes não quis revelar: "Ontem (terça-feira), me reuni até altas horas da noite com o Prefeito de São Paulo e com um secretário do Governador, que peço licença para não dizer o nome, sempre na tentativa de abrir um caminho, falar às consciências em favor de uma solução que deve vir rapidamente, com dignidade e justiça".

Assegurando que "há um esforço dos dois lados", o Cardeal afirmou que não foi procurado, diretamente, "pela área militar: tivemos boas notícias em algumas fontes, outras menos boas, mas achamos que também lá vai haver colaboração, uma vez que se encaminharem os primeiros passos".

## A Igreja, a greve e a lei

"Por que a Igreja apóia os grevistas? A greve é um instrumento justo de reivindicação, que a própria Constituição afirma ser um direito dos trabalhadores.

Quando o seu ganho se torna insuficiente para que sua família viva com dignidade, quando necessita de melhores condições de trabalho e de segurança no emprego, quando deseja uma remuneração mais justa, adequada ao esforço que despende e ao lucro que proporciona ao empregador, o trabalhador faz suas reivindicações.

E nem sempre o empregador compreende e aceita desde logo a necessidade de fazer algumas concessões, só restando ao trabalhador o recurso de se negar a entregar sua força de trabalho, que é o único elemento de que dispõe. O povo muitas vezes não percebe que o industrial ou comerciante estão fazendo greve. Em muitas ocasiões, desejando receber mais dinheiro por suas mercadorias, negam-se a entregá-las, fazendo uma greve que a Constituição não permite. Por isso falta óleo, falta leite, falta carne, falta feijão.

A mercadoria do trabalhador é sua força de trabalho e sua greve é um direito reconhecido e assegurado pela Constituição.

Nos momentos de greve o trabalhador fica mais exposto, pois nem sempre é compreendido e, além disso, começa a sofrer privações. A Igreja, seguindo a Cristo, tem o dever de amparar e apoiar os que lutam pacificamente por objetivos

justos e que, nessa luta, sofrem as consequências de sua fraqueza econômica.

Como a Igreja apóia os grevistas?

A Igreja não propõe greves, não organiza greves, não procura orientar as decisões dos grevistas e jamais pretende o absurdo de decidir pelos trabalhadores.

Cumprindo sua missão espiritual, que se realiza no plano temporal, a Igreja oferece apoio espiritual e material, para que os trabalhadores possam decidir como homens livres, sem medo, sem coação e sem a pressão da fome sobre suas famílias. Além disso, a Igreja coloca à disposição dos trabalhadores a experiência e os conhecimentos de cristãos — leigos ou padres —, especialmente juristas, para que os trabalhadores possam decidir com pleno conhecimento dos fatos, das leis e das consequências das decisões.

Por que apoiar grevistas depois de declarada a ilegalidade da greve e decretada a intervenção nos sindicatos?

O apoio em tais circunstâncias não tem qualquer sentido de desafio "às autoridades ou de incentivo à prática de ilegalidades. Declarada ilegal a greve e decretada a intervenção nos sindicatos, os trabalhadores continuam sendo pessoas humanas, cujos direitos fundamentais, afirmados e garantidos pela Constituição, precisam ser protegidos.

Cedendo locais para reuniões, a Igreja dá condições para que os trabalhado-

res exerçam os direitos de reunião e de expressão que a constituição confere a todos os cidadãos. Além disso, nesse momento pesa maior ameaça sobre a liberdade de locomoção, o direito à integridade física, o direito à inviolabilidade do domicílio e o próprio direito à vida do trabalhador. Aumenta, portanto, a necessidade de proteção.

A Igreja não seria cristã se não desse apoio para os trabalhadores poderem preservar sua dignidade, defender seus direitos inclusive os trabalhistas, sem sofrer humilhações. É fato público e notório que não só a Igreja tem dado esse apoio, pois, de todas as partes do Brasil, pessoas de diferentes confissões religiosas, motivadas por sentimentos de solidariedade humana, vêm dando sustentação moral e material aos trabalhadores.

Quanto aos preceitos de Direito Canônico, os padres do ABC e também os de São Paulo os conhecem muito bem e sabem que não os estão infringindo, além de estarem plenamente seguros de não contrariarem a orientação do Papa João Paulo II. Os direitos que estão sendo violados neste momento são aqueles constantes da Constituição e das leis do país e não são os padres que os estão violando.

Reiterando seu apelo à boa vontade de todos e acreditando no diálogo como o caminho apropriado para encontro da solução, a Igreja permanecerá fiel à sua missão espiritual e ao seu compromisso com a dignidade humana.

## Núncio garante que Papa virá

Brasília — O Núncio Apostólico no Brasil, Dom Carmine Rocco, afirmou ontem que a crise criada nos últimos dias entre a Igreja e o Governo por causa da visita do Papa ao Brasil, prevista para julho próximo, porque "isso não pode durar mais do que três meses, se Deus quiser".

Dom Carmine Rocco chegou à sede da CNBB às 17 horas à procura de Dom Ivo Lorscheiter, mas este já havia saído na companhia de Monsenhor Afonso Hammes para o Palácio do Planalto. Informado por repórteres das declarações do Presidente Figueredo contrárias à CNBB, limitou-se a dizer: "Neste momento, muitas declarações saem por nervosismo. É preciso calma".

## Confissão

O Núncio Apostólico foi recebido pelo secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, com quem manteve encontro por quase uma hora. Na saída, os repórteres lhe abordaram mais uma vez e, apesar da interferência de Dom Luciano — "são todos gente boa" — não prestou nenhuma declaração. Disse apenas, em tom de brincadeira, que estava se confessando com Dom Luciano: "Final, os bispos também têm este direito".

Como o encontro foi muito demorado, o motorista não esperou e Dom Luciano o acompanhou, a pé, até a Nunciatura, que fica à 500 metros da CNBB.

## D Helder reclama do problema nº 1

Recife — "Para mim o problema número um do Brasil é a ideologia da segurança nacional, mantida como valor supremo", disse ontem o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, ao comentar a afirmação do líder do Governo no Senado, Senador Jarbas Passarinho, de que a Igreja é o "problema número um do Governo".

"Trata-se do ponto-de-vista do ex-Ministro Passarinho, mas minha opinião é outra. Quanto a dizer que o solidarismo cristão desapareceu repudiado por mim e por D Paulo Evaristo Arns, se Passarinho der a definição de solidarismo, nem preciso dar qualquer explicação", disse o Arcebispo.

Dom Helder Câmara, que viajou no último dia 17 para a Europa, visitou apenas a França, onde a convite do Cardeal Marty fez uma conferência no Séjours Catholique, cancelando sua viagem à Itália, onde ficaria até o dia 29 deste mês.

Preocupado com os acontecimentos em São Paulo, antecipou seu retorno e, ontem mesmo, comunicou-se com o Cardeal Arcebispo de São Paulo para apresentar sua solidariedade à Igreja paulista.

mo assim os repórteres encaminharam um pedido, por escrito, com nove assinaturas, mas a resposta foi negativa. Assesores informaram apenas que o presidente da CNBB estava com pressa para o encontro com Dom Carmine Rocco, e que hoje, às 15h, dará uma entrevista coletiva.

O Sr Antônio Carlos Magalhães disse, também, acreditar no sucesso do Ministro Delfim Neto no combate à inflação, mas destacou que "ele precisa ser ajudado por todos, mesmo porque a luta não é apenas dele e o seu sucesso será o do Brasil. Acontecendo o contrário o insucesso será nosso", concluiu.

## A Questão Religiosa no Império

A perseguição que os Bispos de Olinda, Dom Vital Gonçalves de Oliveira, e o de Belém, Dom Antônio Macedo, moveram contra seus diocesanos que insistiam em conciliar a religião católica com a maçonaria deu origem à Questão Religiosa, um ruído episódio que, fazendo ressurgir, a partir de 1873, o conflito entre o poder temporal e o poder espiritual, seria reconhecido pela história como decisivo para a precipitação da queda da monarquia.

O ultramontanismo, movimento iniciado pelo Papa Pio IX, de reação ao triunfante liberalismo do século XIX, com a exacerbação do dogma da infalibilidade papal, serviu como pano de fundo. Formados na Europa, Dom Vital e Dom Antônio voltaram para o Brasil impregnados do espírito missionário que o concílio de 1848 trouxera de volta à Igreja católica. A investida das "liberdades modernas", caberia aos católicos, segundo determinação do Vaticano, responder com a exaltação da fé e a disciplina.

Aplicando o ultramontanismo à risca, Dom Vital, em ofício de 23 de dezembro de 1872 dirigido ao Vigário da Freguesia de Santo Antônio, ordena que ao "Sr Dr Antônio José da Costa Ribeiro, notoriamente conhecido por maçom" seja ordenado "abjurar essa seita condenada pela Igreja" ou deixar a irmandade a que pertencia. Ante a reação da irmandade, o Bispo de Olinda recorre à excomunhão e passa a exigir que as confrarias religiosas de sua diocese promovam o expurgo dos maçons.

Pela Constituição de 1824, então vigente, o catolicismo era a religião oficial do Império. Cabia à Igreja o registro civil, o casamento civil e administração dos cemitérios; somente católicos poderiam exercer o magistério nas escolas superiores, ocupar cargo público e ter mandato parlamentar.

O que aparentemente seria uma questão religiosa, tornou-se assim uma questão de Estado, agravada quando, no dia 25 de março de 1873, Dom Antônio Macedo divulga uma carta pastoral proibindo os maçons de participarem das irmandades religiosas, de receberem sacramentos e de serem sepultados em cemitérios eclesásticos.

Para o Governo Imperial, não havia o que discutir, uma vez que o conflito estava restrito à esfera das liberdades públicas e as decisões do Imperador, neste campo, dispensavam o beneplácito da Igreja. Reunido a 12 de julho, o Conselho de Estado deu prazo de um mês para que Dom Vital suspendesse os interditos contra as irmandades que via infiltradas de maçons, determinando posteriormente o mesmo, com um prazo de apenas 15 dias, a Dom Antônio Macedo.

A decisão governamental não foi acatada e no dia 10 de outubro o



Dom Vital

Procurador da Coroa, Francisco Baltazar da Silveira, apresentou denúncia contra Dom Vital, que foi preso, acusado de fazer "guerra formal ao Governo Imperial, ao Código Criminal e à Constituição Política". Dois meses depois, Dom Antônio Macedo seria também preso.

Antes da condenação dos dois bispos, o Governo brasileiro mandara uma missão ao Vaticano, sob a chefia do Barão do Penedo. Embora tivesse propósito conciliatório declarado, a missão Penedo, que partiu para Roma no dia 21 de agosto de 1873, considerava o litígio iniciado por Dom Vital e Dom Antônio fato consumado a ser resolvido através das leis brasileiras.

No ofício reservado que dava a orientação a ser seguida pelo Barão do Penedo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconde de Caravelas, deixou isso bem claro: "Devo prevenir a V. Exa de que o Governo ordenou o processo do Bispo de Pernambuco e, se for necessário, empregará outros meios legais de que pode usar, embora sejam mais enérgicos, sem esperar pelo resultado da missão confiada ao zelo e às luzes de V. Exa. (...) Quanto à possibilidade do emprego de meios mais enérgicos, não será necessário que V. Exa a mantenha em reserva. Se for interrogado a este respeito, poderá dizer francamente o que lhe comunicar." A notícia da prisão de Dom Vital, pôs fim às negociações e o processo teve curso. Com a opinião pública dividida entre o que estava em confronto — o poder civil e a Igreja — Dom Vital recebe, a 24 de fevereiro de 1874, sua sentença: quatro anos de prisão com trabalho, conforme prescrevia o Artigo 96 do Código Criminal. Dom Antônio Macedo receberia, logo em seguida, a mesma pena, posteriormente comutada para prisão simples.

Volta de Londrina  
P. Juro  
24 de 10

69

# Figueiredo acusa cardeal de incitar a greve

BRASILIA — O presidente João Figueiredo manifestou ontem sua preocupação com o apoio dado pela Igreja ao movimento grevista do ABC paulista, afirmando que, embora nunca tenha falado com o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, e não o conheça, pelas minhas informações ele está incitando a greve.

Mesmo ressaltando que não pensa, no momento, em adotar as medidas de emergência para conter a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, o presidente Figueiredo disse não poder prever o futuro, pois "eu não sei até onde eles irão. Espero que tenham juízo e retornem ao trabalho".

Na sua rápida entrevista no coquetel que antecedeu o almoço com os diplomatas, no Itamaraty, o presidente Figueiredo deixou clara suas restrições ao comportamento da Igreja, em São Paulo, de apoio aos trabalhadores em greve.

Perguntado como via a atuação da Igreja, naquele Estado, o presidente disse ver "mal, muito mal". Depois, corrigindo sua afirmação, lembrou que não é a Igreja, são só certos segmentos. Segundo o presidente Figueiredo "muitos bispos" têm lhe procurado e manifestado posição contrária àquela assumida pela hierarquia da Igreja em São Paulo, dizendo mesmo "que não concordam com ela".

Os repórteres insistiram com o presidente Figueiredo e quiseram saber dele se seu ponto de vista era mantido mesmo depois de a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ter divulgado nota de apoio aos trabalhadores em greve. Ele respondeu: "A CNBB não é a Igreja". Completou em seguida seu raciocínio dizendo saber da existência de uma divisão dentro da Igreja Católica a respeito do apoio aos metalúrgicos do ABC.

Com relação às prisões de juristas e de líderes sindicais, efetuadas pelo DOPS paulista no fim da última semana, o presidente Figueiredo foi taxativo: "Só estão presos os que estão infringindo a lei. Isto eu garanto". Esclareceu que o Governo não adotou qualquer medida repressiva enquanto a greve foi considerada legal. Mas, a partir do momento em que a Justiça do Trabalho decretou a ilegalidade, "aí sim, as prisões foram efetuadas".

Perguntado se o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, sr. Luiz Inácio da Silva, poderia ser solto pelas autoridades policiais de São Paulo, o presidente Figueiredo lembrou que ele desrespeitou a Justiça, incitou a greve e fez "alguns dos discursos mais ofensivos que eu já ouvi". O presidente da República foi claro ao dizer que o Governo Federal não teve qualquer participação

nas prisões, porque toda a responsabilidade ficou por conta do Governo do Estado.

O enquadramento dos líderes metalúrgicos na Lei de Segurança Nacional, considerado rigoroso por diversos setores da oposição e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), também mereceu uma explicação por parte do presidente Figueiredo.

"Eu não sou juiz. Foi a Justiça estadual quem determinou o enquadramento. O Governo Federal não participou". Com esta explicação, o presidente Figueiredo eliminou as dúvidas existentes sobre quem teria mandado enquadrar os metalúrgicos na Lei de Segurança Nacional. Pelas suas palavras, o Governo Federal nada teve com o sistema repressivo empregado em São Bernardo e Santo André.

Para o presidente Figueiredo, "a democracia é feita de leis que precisam ser respeitadas". E, fazendo alusão ao uso de piquetes nas portas das fábricas, o presidente da República mostrou-se convencido de que os piquetes dos grevistas são antidemocráticos. "Se todos querem a democracia, por que não respeitam os direitos daqueles que querem trabalhar?"

Ainda com relação à participação da Igreja na greve, o presidente Figueiredo esclareceu "não saber se os sacerdo-

tes estão ou não liderando o movimento. A impressão diante da opinião pública é a de que estão se colocando contra a lei".

Justificando seu ponto de vista contrário à greve, o presidente Figueiredo informou que a paralisação das fábricas no ABC já deu ao País um prejuízo de Cr\$ 19 bilhões. Entende o presidente que, se a greve continuar, maiores serão os prejuízos para a Nação.

Em São Paulo, o cardeal D. Paulo Evaristo Arns e o bispo de Santo André e São Bernardo, D. Cláudio Hummes, divulgaram nota, ontem, assegurando que os padres do ABC e de São Paulo "conhecem muito bem" os direitos canônicos e não os estão infringindo: "Os direitos que estão sendo violados neste momento são aqueles constantes da Constituição e das leis do País e não são os padres que os estão violando".

Sob o título "A Igreja, a greve e a lei", a nota conjunta de D. Paulo e D. Cláudio explica porque e como a Igreja apoia os grevistas, ressaltando que "a Igreja não seria cristã se não desse apoio para os trabalhadores poderem preservar sua dignidade, defender seus direitos, inclusive os trabalhistas, sem sofrer humilhações".

## Paralisação causa prejuízos

SÃO PAULO — Ainda sem piquetes, a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema continuou ontem, em seu 23.º dia, com a adesão de 90 por cento dos trabalhadores, segundo cálculos divulgados pela Comissão de Salários e Mobilização do movimento.

Em algumas indústrias automobilísticas, caso da Scania e da Ford, a ausência ao trabalho chegou a ser total entre os trabalhadores horistas e, em outras indústrias do mesmo setor, casos da Volkswagen, Mercedes-Benz e Chrysler, há funcionários mensialistas que continuam a aderir ao movimento, segundo as mesmas fontes.

Um boletim distribuído ontem pelos membros da diretoria deposta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e de sua Comissão de Salários e Mobilização garantiu que os reflexos do movimento grevista extrapolaram o ABC: "A Ford de São Paulo está trabalhando apenas cinco horas por dia em razão de falta de peças".

O boletim informou: "Ford e a Volkswagen de Taubaté estão praticamente paradas; a Mercedes de Campinas parou suas atividades por falta de componentes da unidade de São Bernardo do Campo; as empresas de autopeças não sabem o que fazer com os estoques e o comércio não está vendendo, as prestações não estão sendo

pagas, os impostos também não. E só a gente aguentar mais um pouco que eles abrem o bico. Nós só voltaremos a trabalhar depois de conseguir um acordo decente".

Nas primeiras horas da manhã de ontem, mais de duas mil pessoas concentraram-se na portaria principal da Volkswagen para se candidatarem às vagas abertas pela empresa nos seguintes setores: ferramentaria, funilaria, pintura, inspetoria, mecânica de autos, manutenção e parte elétrica.

Por volta das 10 horas, funcionários da empresa passaram a avisar à quase mil pessoas que se encontravam na fila que a empresa não teria condições de atendê-las e solicitavam que os candidatos voltassem hoje de madrugada, para o preenchimento de fichas e exames médicos. Fontes da Volkswagen reconheceram que esse recrutamento não é normal e é feito para repor a mão-de-obra insuficiente, por causa da greve. No entanto, essas mesmas fontes sabem que "é difícil repor essa mão-de-obra, que é altamente qualificada e não se pode substituir de uma hora para outra".

Em outras empresas do setor automobilístico — Ford, Scania, Mercedes-Benz e Chrysler — a contratação de pessoal continua dentro dos padrões normais e não se registrou ontem a formação de filas.

juristas objetiva atemorizar a classe dos advogados. "O advogado é peça essencial na relação estado de direito e o arbítrio. Atemorizado, como a classe, o advogado não tem condições de cumprir fielmente a importante missão de defender os interesses e direitos do cliente oprimido".

A seu ver, a Associação dos Advogados de Londrina deve estar "constantemente vigilante no sentido de denunciar as pressões, partam de onde partirem, e prestigiar o colega coagido — no caso através de detenção ilegal — desagrvando-o publicamente. Foi o que fizemos e faremos sempre que isso acontecer". Acrescenta o presidente da entidade a certeza de que o presidente João Figueiredo "está empenhado decididamente em recolocar a nação brasileira na trilha da legalidade, do respeito à lei, o chamado retorno do estado de direito, onde mesmo o Governo se submete ao império da lei, o que efetivamente não vinha acontecendo de uns quinze anos para cá". Frisa, porém, que, "se as forças ponderáveis do seguimento social, não plenamente identificadas, mas facilmente detectadas, resolverem conturbar a situação — e prender ilegalmente é uma conturbação social — elas ("as forças") poderão frustrar as legítimas aspi-

## Fundo de Greve atende as famílias

SÃO PAULO — A direção do Fundo de Greve dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema informou ontem que, só com o que foi arrecadado até agora, há condições para que o movimento resista por mais dez dias, pelo menos. O fundo de greve mantém a média diária de atendimento de 1.400 famílias, às quais distribui 24 toneladas de gêneros alimentícios por dia.

Reunidos na sala onde normalmente funciona a Pastoral Operária da Igreja-Matriz de São Bernardo do Campo, os diretores do fundo de greve denunciaram ontem que policiais do DOPS apreenderam e levaram para local ignorado, anteontem à noite, na Via Anchieta, um dos tres caminhões de mantimentos, que, com verbas arrecadadas pelo fundo de greve, haviam adquirido em Minas Gerais.

Desde a apreensão, a direção do fundo de greve traçou

uma nova estratégia e agora, quando se aproximam da Capital e de São Bernardo do Campo os caminhões de gêneros alimentícios são escoltados por deputados da oposição que integram comitês de solidariedade à greve dos metalúrgicos.

Como os parlamentares estiveram ocupados em sucessivas reuniões nas últimas horas, somente ontem ao meio-dia, escoltado por um deles, chegou à Igreja-Matriz de São Bernardo do Campo, um caminhão com 12 toneladas e meia de mantimentos (batata, arroz, feijão, fubá, e sal), adquirido na zona cearense da Capital e que deveria ter chegado anteontem à noite.

De 14 a 18 deste mês, quando começou a funcionar, o fundo de greve atendeu a quatro mil famílias, distribuindo 60 toneladas de alimentos, numa média diária de 800 famílias atendidas e 12 toneladas distribuídas. A previsão de atendimento

de 22 a 25 passou a ser de 1.400 famílias, que recebem diariamente 24 toneladas diárias de alimentos. De forma que, de anteontem ao dia 25, o fundo de greve espera atender a 5.600 famílias, às quais deverá distribuir 96 toneladas de mantimentos.

A Comissão de Salários e Mobilização da Greve de São Bernardo do Campo informou ontem que já foram vendidos quase todos os 100 mil ingressos para o "show" de domingo na Vila Euclides, cuja renda irá para o fundo de greve. O "show" terá a participação de Chico Buarque, Gal Costa, Gonzaguinha e mais 40 artistas. Os ingressos estão custando Cr\$ 20 para 50 mil metalúrgicos e Cr\$ 100, cada, para 50 mil não metalúr-

gicos, de tal forma que, se forem vendidos todos os ingressos, o "show" renderá Cr\$ 6 milhões.

A atriz Rutinéa de Moraes, produtora do espetáculo "Navalha na Carne", doou a renda de duas sessões do espetáculo, sábado, em São Paulo, ao fundo da greve dos metalúrgicos do ABC, mesma atitude adotada pelos produtores da peça infantil "Os Saltimbancos", no espetáculo do próximo sábado.

## Advogados repudiam prisões

A Associação dos Advogados de Londrina, através de seu recém-empossado presidente, José de Alencar Soares Cordeiro, encaminhou ontem dois telegramas a São Paulo (um endereçado à Curia Metropolitana, Comissão de Justiça e Paz, e outro ao Secretário de Segurança Pública daquele Estado, Otávio Gonzaga Junior), nos quais hipoteca solidariedade aos juristas Dalmo Dallari e José Carlos Dias, presos juntamente com líderes operários da greve do ABC, e manifesta o temor da classe diante daquelas prisões, classificadas como ilegais e arbitrárias.

A decisão de se enviar as mensagens foi tomada em assembléia extraordinária da Associação, após a divulgação das prisões, "havendo unanimidade por parte da diretoria da entidade em manifestar solidariedade aos dois juristas", que já foram soltos. Explica Alencar Cordeiro: "o Secretário de Segurança de São Paulo já foi juiz e é também advogado, motivo pelo qual deve estar compenetrado da gravidade dos atos praticados pelo Governo paulista. Confio em sua ponderação para sensibilizar o Governo para agir com menos ímpeto e deixar que as partes envolvidas na questão resolvam o problema, sem necessidade de se usar cassetetes".

## Previstos novos choques para hoje

BRASILIA — O presidente do Congresso Nacional, senador Luiz Viana Filho, por volta das 13 horas de ontem, prometeu aos srs. Ulysses Guimarães, Paulo Brossard e Freitas Nobre, presidente e líderes do PMDB, que entraria imediatamente em contato com o Palácio do Planalto, levando a preocupação da oposição com a "possibilidade de um confronto sangrento", hoje, em São Bernardo do Campo, onde a PM decidiu cercar belicamente a praça defronte à Igreja Matriz, na qual seria realizada nova assembléia dos metalúrgicos em greve.

Os dirigentes opositoristas estiveram reunidos anteontem à

## Figueiredo afirma que alguns padres incitam metalúrgicos

BRASÍLIA - No momento o governo não pensa em adotar medidas de emergência para resolver a situação de São Paulo, "espero que os trabalhadores tenham juízo e retornem ao trabalho". Conforme afirmou ontem pela manhã o presidente João Baptista Figueiredo, para quem pelas informações que possui, "embora não o conheça, nunca tive contato com ele", o arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns está incitando a greve.

Essas revelações o presidente fez durante uma solenidade realizada no Itamaraty para entrega dos certificados aos novos integrantes da carreira diplomática. Assediado pelos repórteres, bastante descontraído, Figueiredo não conseguiu fugir das perguntas que lhe fizeram os jornalistas, aproveitando uma abertura de sua segurança, que ultimamente também um cerco reforçado.

- Presidente, e as prisões em São Paulo?

(A primeira pergunta pegou o presidente de surpresa, e antes de responder ele fez uma pausa)

- Só estão sendo presos os que infringiram a lei. Isto eu garanto.

- E quanto ao Lula?  
- O Lula? Ele também infringiu a lei, eu acho que sim. Ele estava incitando à greve e fez alguns discursos dos mais ofensivos que eu já ouvi.

- Como o senhor vê o papel da Igreja?

- (Figueiredo assumiu um ar de gravidade)

- Vejo mal, muito mal. (uma rápida pausa e corrigiu-se) Mas não é a Igreja, são certos segmentos. Muitos bispos também têm me procurado e manifestado posição contrária aquela assumida pela Igreja em São Paulo, dizendo que não concordam com ela.

- Mesmo depois da nota da CNBB?

(A resposta foi quase imediata)

- A CNBB não é a Igreja.  
- Então é uma parte da Igreja que apoia os metalúrgicos?

- É verdade...A Igreja está dividida.

- Os sacerdotes estão liderando a greve?

- Não sei se estão liderando ou não. Mas estão dando a impressão à opinião pública de que estão colocando-se contra a lei.

- E quanto a Dom Paulo Evaristo Arns, presidente?

- Não conheço. nunca tive contato com ele, mas pelas informações que tenho, ele está incitando a greve.

- A greve está causando prejuízos?

- Ela já deu mais de 19 bilhões de prejuízos, e pode dar mais, caso continue.

- O senhor acha que o enquadramento da LSN foi erro político?

- Eu não sou juiz. Foi a Justiça estadual quem determinou. O governo federal não participou.

- E podem ser adotadas outras medidas?

- No momento não penso nisso, mas eu não posso prever o futuro. Não sei até onde irão os trabalhadores. Espero que elcs tenham juízo e retornem ao trabalho.

- A greve prejudica a democracia?

- A democracia é feita de leis, que precisam ser respeitadas. Os piquetes que os grevistas fazem, por exemplo, isso é antidemocrático. Se todos querem a democracia por que não respeitam os direitos daqueles que querem trabalhar?

# Unidade Sindical acusa

*A Comissão Executiva da Unidade Sindical acusa os métodos de repressão aos metalúrgicos de dignos da Gestapo e responsabiliza Figueiredo e as Forças Armadas pelas prisões*

**São Bernardo** - A comissão executiva nacional da unidade sindical - representação de Minas Gerais - distribuiu uma nota classificando de "processos truculentos da Gestapo, as violências utilizadas pela polícia para prender os dirigentes sindicais". Na nota, os dirigentes responsabilizam o general João Baptista Figueiredo e as forças armadas pela prisão "ilegal e pela integridade física e moral dos presos". E denunciam "um plano arquitetado no Palácio do Planalto para radicalizar posições e eliminar lideranças autênticas dos trabalhadores, eleitos em pleitos livres e dignos, pelo voto dos associados".

O documento finaliza dizendo que "a alegação de que o governo age no estrito cumprimento da lei não mascara mais o autoritarismo e a clara opção de governo em favor da exploração capitalista. A lei só pode ser entendida como instrumento de realização do bem comum, nunca como arma de classe dominante para explorar os trabalhadores e acobertar a voracidade dos grupos que espoliam a nação brasileira".

Afirma também que tomará providências "para que este protesto chegue ao conhecimento de todas as entidades de trabalhadores de todos os países filiados à Organização das Nações Unidas". A nota é assinada por João Paulo Pires de Vasconcelos (Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade) Dídimo Paiva (do Sindicato dos Jornalistas de Minas) e João Soares Silveira.

## Intervenção decisiva

Em São Paulo, o conselho da Ordem dos Advogados do Brasil-SP ouviu o advogado José Carlos Dias e expôs as ocorrências que redundaram na sua prisão e do advogado Dalmo de Abreu Dallari. José Carlos Dias destacou "a conduta vigorosa" do presidente Mário Sérgio Duarte Garcia e de outros conse-



METALÚRGICOS EM GREVE

## Demonstrou-se a dimensão da abertura

lheiros, afirmando que a intervenção da ordem foi decisiva na libertação imediata. Após a apresentação e debate dos fatos, o conselho ressaltou o aspecto da prisão durante o exercício da profissão de advogado, como sendo um cerceamento e ofensa à mesa, e decidiu realizar um desagravo público aos advogados José Carlos Dias e Dalmo de Abreu Dallari, no dia 29, na sede da entidade. Também por unanimidade de votos, o conselho decidiu noticiar ao procurador geral do Estado os crimes de ação pública dos quais os dois advogados haviam sido vítimas, solicitando imediata instauração de procedimento criminal apto à apuração dos fatos e da autoria.

## Novo pacto social

O presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, defendeu hoje um "novo pacto social, com a criação de mecanismos amplos de participação dos trabalhadores nas decisões que a eles dizem respeito". Falando para uma emissora de rádio de Porto Alegre, dom Ivo defendeu também a participação do bispo de

ABC nas reivindicações dos metalúrgicos paulistas:

- O bispo do ABC está acompanhando os acontecimentos e tem condições de julgar. Então a CNBB faz uma clara defesa de sua competência para se pronunciar e agir em nome da Igreja".

Falando sobre a possibilidade de uma pressão do governo federal junto aos religiosos que atuam na região do ABC, o presidente da CNBB disse: "Estive na terça-feira com o ministro da Justiça, quando explicamos porque elementos da Igreja atuam como estão atuando no ABC. Parece-me que a conversa foi bem aceita e ao menos do ponto de vista do ministro da Justiça não há problemas.

Dom Ivo pede ainda "que se ultrapasse o episódio da greve" e comentando a visita do Papa e os problemas que poderiam existir com uma crise entre Igreja e governo afirmou: "Eu creio que a situação é complexa, mas a gente espera que sempre se encontrem saídas. Como brasileiros, gostaríamos que as negociações fossem retomadas para que se saia desse impasse".



Folha de Londrina  
P. Opções  
25/04/80 PR

72

# Novos confrontos entre policiais e metalúrgicos no ABC: 2 feridos

SÃO PAULO — Duas pessoas feridas — o jornalista Robson Moreira, da sucursal do jornal "O Estado de S. Paulo" no ABC, e o estudante Ermelindo Pereira Figueiredo, de 23 anos — foi o resultado do confronto ocorrido ontem, às 12h30m, entre policiais e alguns manifestantes, não identificados, na confluência das ruas João Bosco e Marechal Deodoro, nas proximidades da sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

O jornalista Robson Moreira e o estudante Ermelindo Pereira Figueiredo foram levados por populares para o Hospital Assunção, no qual foram medicados e liberados em seguida. Posteriormente, se dirigiram até o Primeiro Distrito Policial de São Bernardo do Campo, onde registraram queixa.

A manifestação, iniciada por duas mil pessoas, foi dissolvida por cerca de 40 policiais e nove cavaleiros, utilizando bombas de efeito moral e tiros de fuzil, dados para o ar. Na correria, o jornalista Robson Moreira sofreu uma queda e foi agredido pelos policiais com coronhadas de fuzis e baionetas. O estudante Ermelindo Pereira Figueiredo foi agredido quando se encontrava dentro da escola de primeiro e segundo graus "Cacique Tibiriçá".

Também o motorista do jornal "O Estado de S. Paulo", José Roberto, foi agredido a pontapés pelos policiais, apesar de ter se identificado com sua carteira funcional.

Apesar das palavras de ordem dadas pelo ex-vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, sr. Rubens Teodoro de Arruda, para que os operários não saíssem em passeata após a assembleia, realizada na praça da Igreja-Matriz de São Bernardo do Campo, algumas pessoas passaram a incitar os trabalhadores a se dirigirem até as proximidades do sindicato, visando retomá-lo das mãos do Governo aos gritos de "O Sindicato é nosso, O sindicato é nosso".

Ao se aproximarem da Rua João Basso, onde policiais guardam a entrada do Sindicato dos Metalúrgicos, os manifestantes passaram a ofender com palavrões os soldados, que imediatamente revidaram, atirando bombas e dando tiros de fuzil para o ar. O confronto durou cerca de 5 minutos. Ao contrário do que foi registrado na assembleia da última terça-feira, quando também ocorreu confronto entre policiais e trabalhadores, a polícia não mobilizou tropas de choque e brucutus, limitando-se a combater a manifestação com o efetivo responsável pela guarda do sindicato.

## EQUÍVOCOS

A acusação feita pelo presidente Figueiredo da responsabilidade da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC foi considerada ontem por um dos líderes da greve, o militante Enilson Simões de Moura, "Aleão", "mais um dos graves equívocos que o Governo vem cometendo". Outro equívoco grave, na sua opinião, foi a prisão do líder sindical Luis Inácio da Silva, Lula.

Acompanhado de políticos e de seu companheiro Osmar Mendonça, "Osmarzinho", da Comissão de Salários e Mobilização da greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Enilson Simões de Moura foi ontem à Cúria Metropolitana e, depois de seu encontro com o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, disse que "no final, o Governo terá de se responsabilizar por mais esse equívoco. O gesto mais decente do Governo agora seria soltar Lula, o que lhe seria vantajoso, uma vez que Lula é o interlocutor mais reconhecido pelos trabalhadores".

Os líderes metalúrgicos fizeram parte da comitiva que foi prestar solidariedade ao cardeal ontem, às 13h30m, na Cúria Metropolitana.

## D. Geraldo: Igreja não está dividida

O arcebispo D. Geraldo Fernandes afirmou ontem, em entrevista à Folha que a Igreja e o Episcopado estão divididos. Ao mesmo tempo ressaltou que a CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (da qual já foi vice-presidente) representa

tavam impedidos de se reunir em outros locais".

D. Geraldo afirmou diversas vezes que D. Cláudio Hummes, do ABC paulista, também é favorável à não interferência da Igreja. "Entendemos que ela deva agir nes-

atitudes cerceadoras que o aparelho repressivo vem tomando contra as atividades desse Comitê". Outra mensagem foi enviada à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, manifestando solidariedade "em virtude das prisões arbitrárias de diri-

Faziam parte dessa comitiva os senadores Franco Montoro (PMDB-SP) e Teotônio Vilela (PMDB-AL) e os deputados estaduais de São Paulo, Robson Marinho, Fernando Moraes, Antonio Resk, Sérgio dos Santos, Luis Máximo, Wanderley Macriz, Mário Ladeia, Oswaldo Doreto Campanari, José Eduardo Rodrigues (do PMDB) e Marco Aurélio Ribeiro (do PT).

## RECURSO

Depois da assembleia na Igreja-Matriz de São Bernardo do Campo, o deputado estadual Almir Pazzianotto (PMDB), advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, anunciou, em entrevista, que ingressaria com recurso, ainda na tarde de ontem, junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) contra a decisão do TRT paulista, que considerou ilegal a greve dos metalúrgicos do ABC.

No recurso, redigido em nove laudas, o sr. Almir Pazzianotto Pinto adiantou que apontaria "todas as nulidades do julgamento do Tribunal Regional do Trabalho — TRT — e a inaplicabilidade do enquadramento do Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema na lei 4.330 (lei de greve), que não vigora desde a emenda constitucional número 1, de 1969".

Após assegurar que telefonara ao ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, comunicando que compareceria à assembleia dos metalúrgicos ontem em São Bernardo do Campo, o deputado federal Francisco Rossi (PDS-SP) afirmou que, em sua opinião, "a Fiesp deveria ceder e retomar as negociações com os trabalhadores".

O deputado negou que estivesse na assembleia como observador do ministro da Justiça. Ao término da assembleia, ele conversou demoradamente com o vice-presidente deposto do sindicato, sr. Rubens Teodoro de Arruda, mas não quis confirmar se levaria as reivindicações dos metalúrgicos ao ministro Ibrahim Aki-Ackel. "Estou aqui — disse o deputado — porque acredito no que o presidente da República prega, uma democracia, que pressupõe o diálogo. Constatei que é isso que os trabalhadores querem. Vim como representante do povo, em caráter pessoal, não represento ninguém. Testemunhei que os trabalhadores querem o diálogo e diante disso acho que a Fiesp deveria ceder e retomar as negociações".

## Ato público em Curitiba

CURITIBA (Da sucursal) — Cinquenta e sete associações, sindicatos e clubes realizaram ontem, em Curitiba, ato público manifestando solidariedade aos trabalhadores em greve no ABC paulista e repudiando as medidas adotadas pelo Governo de intervenção nos sindicatos e prisão dos líderes. O movimento foi organizado pelo Comitê de Solidariedade, e o ato foi realizado na Praça Osório, e contou com a participação de centenas de pessoas. O documento, distribuído no ato, afirma o protesto contra as medidas repressivas, lembrando a declaração dos direitos humanos, no ponto em que afirma que deve "ser assegurada a ampla liberdade sindical e o completo direito de greve aos trabalhadores e que suas reivindicações por melhores salários e condições de trabalho e de vida devem ser atendidas". Entre as entidades que participaram do ato, destacam-se o Comitê Brasileiro pela Anistia, Comissão de Justiça e Paz, diretórios acadêmicos, associações nacionais de apoio ao índio, PMDB e outras.

## A greve continua

SÃO PAULO — Reunidos em assembleia-geral ontem, na Igreja-Matriz de São Bernardo do Campo e na praça em frente — liberada duas horas e 20 minutos antes do encontro — 40 mil metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema decidiram permanecer em greve até que os patrões concordem em reabrir as negociações.

Desde o início da greve, a assembleia de ontem foi a que contou com o maior número de parlamentares e transcorreu num clima de tensão, tanto pelos 17 sobrevôos resantes de um helicóptero militar — com portas abertas e soldados que, ao contrário do habitual, não portavam metralhadoras ostensivamente — quanto pelo fato de até poucas horas antes não se saber se a praça seria ou não liberada.

Após o discurso do bispo diocesano de Santo André, Dom Cláudio Hummes, primeiro orador da assembleia, os dois oradores seguintes, o militante Osmar Mendonça (Osmarzinho) e o vice-presidente da diretoria afastada, sr. Rubens Teodoro de Arruda, preocuparam-se em tranquilizar os metalúrgicos, diante do receio que muitos externaram de que, ao completarem nos próximos dias o 30o. dia de greve, serão desligados da empresa, sem direitos, por abandono de emprego.

O bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes, acentuou que as acusações feitas à Igreja e particularmente ao cardeal Dom Paulo Evaristo Arns estavam sendo respondidas pelos metalúrgicos ao comparecerem maciçamente à assembleia. Considerou essas acusações "manobras diversionistas, feitas para desviar a atenção da opinião pública e para evitar que continuem a se discutir as verdadeiras reivindicações de vocês".

Com dois caminhões brucutu e dezenas de veículos da Rota e do Tático Móvel, concentrados no quartel de bombeiros de São Bernardo do Campo, em meio à tensão dos metalúrgicos, receosos de que a praça da matriz fosse cercada, o orador seguinte, o líder de base Osmar Mendonça, "Osmarzinho", lembrou que "até há poucos momentos corria o boato de que não teríamos a praça. Insistimos e obtivemos a praça para o trabalhador. Isso é um exemplo de que não será baixando a cabeça que venceremos. Nossas conquistas só serão obtidas se mantivermos a cabeça erguida".

Disse: "Tentam através de mentiras criar um clima de tensão, de iminência de catástrofe. São os boateiros da catástrofe que mais de uma vez nos últimos dias acenam com a possibilidade de que a nossa greve faça correr sangue no Brasil. Isso é mentira. Enquanto depender do trabalhador de São Bernardo do Campo e Diadema, isso não vai acontecer".

O militante Osmar Mendonça e o vice-presidente deposto do sindicato, Rubens Teodoro de Arruda, puseram em votação e obtiveram aprovação unânime para a continuidade da greve. O vice-presidente deposto explicou aos trabalhadores que as empresas não poderão dispensá-los, "porque o abandono de emprego só se configura quando o trabalhador se afasta do emprego sem intenção de voltar. E todos sabem que não existe essa intenção de nossa parte. Estamos em greve e nela prosseguiremos. Mesmo que tenhamos de passar fome não voltaremos ao trabalho, enquanto as negociações não forem reabertas".

A assembleia de ontem compareceram os deputados federais Carlos Oliveira (PT-MS), Aírton Soares (PT-SP), e Aurélio Peres (PMDB-SP), o ex-deputado Lysâneas Maciel, o primeiro suplente de senador pelo PMDB, Fernando Henrique Cardoso, o deputado Francisco Rossi (PDS-SP), os deputados estaduais do PMDB, Luis Máximo, Antonio Resk, Fernando Moraes, Almir Pazzianotto, Vanderlei Macriz, Robson Marinho (presidente da Assembleia Legislativa), Franco Barucelli, Goro Hama e João Batista Breda e os do PT, Geraldo Siqueira, Irma Passoni, Eduardo Matarazzo Suplicy e Marco Aurélio Ribeiro.

## COMPASSO DE ESPERA

As principais empresas de São Bernardo do Campo e Diadema acusaram ontem um índice médio de comparecimento ao trabalho da ordem de 29,32 por cento, contra o de 27,15 por cento registrado

PR 10/3/80

... não se quando solicitada.

A prisão de líderes dos trabalhadores paulistas, a seu ver, não afetará o encaminhamento do projeto de abertura política do Governo, já que isso — segundo disse — é irreversível. "A Revolução se aguenta durante um certo tempo, depois não. A não ser à custa de sangue e violência. O Brasil, entretanto, não tem vocação para isso".

As afirmações de D. Geraldo foram feitas a propósito das declarações do presidente João Figueiredo sobre a participação da Igreja no movimento dos metalúrgicos do ABC paulista. O arcebispo frisou, porém, que não tinha conhecimento do teor da manifestação do Presidente. Mesmo assim, concordou em responder às perguntas. Figueiredo, como se sabe, além de dizer que o cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Ams, está incitando a greve, afirmou que a Igreja está dividida e que alguns sacerdotes dão a impressão de se colocar contra a lei no caso dos metalúrgicos. Além disso, declarou que a CNBB não representa a Igreja no Brasil.

#### NOME PRÓPRIO

"É preciso lembrar — afirmou o prelado — que uma coisa é a CNBB e outra são alguns de seus membros falarem sobre o assunto, pois, neste caso, eles estão falando em nome próprio e não em nome de todos os bispos. D. Paulo Evaristo só pode falar em seu nome, assim como eu e os demais".

D. Geraldo foi vice-presidente da entidade por um período de quatro anos (ele deixou o cargo no ano passado) e afirma que a Conferência "representa a Igreja no nosso país". E manifestou a certeza de que Figueiredo, ao se referir à CNBB, não procurou atingir a entidade em seu todo: "Ele estava falando apenas de alguns bispos". Além disso, "muitas das notícias publicadas são aproximativas: nem sempre os jornais refletem fielmente o que se diz" — afirmou D. Geraldo, que também é jornalista profissional.

Com relação à "divisão" dentro da Igreja, disse o arcebispo que o que existe, na realidade, são diferenças de idéias. "O modo livre de pensar é uma das coisas que Deus nos deixou: o que existe são maneiras diferentes de pensar. Cada um pensa como quer. Isso, porém, não significa divisão. Significa, sim, conscientização, liberdade, união. Não significaria isso se todos pensassem do mesmo modo — ou não pensassem".

#### OPERÁRIOS ADULTOS

Na opinião do arcebispo, os operários são suficientemente adultos para decidir sobre o destino de seus movimentos, sem necessidade de a Igreja interferir diretamente: "Temos que tratar os adultos como adultos. Não há por que prestar-lhes assessoria de fora".

D. Geraldo explicou que, como vice-presidente da CNBB, por diversas vezes ocupou o cargo de presidente (em substituição temporária ao titular) e foi nessa condição que visitou o ABC paulista na penúltima greve. "Quando daquele movimento os metalúrgicos botaram pra correr os jornalistas, os comunistas, os políticos — que queriam tirar suas casquinhas — e os estudantes. Isso porque eles só queriam os membros daquela categoria participando do movimento, sem nenhuma interferência". afirmou também que, naquela oportunidade, os operários não pediram mediação da Igreja. "Acharam desnecessário. A única coisa que pediram foi a utilização de igrejas para assembleias, já que es-

... não é de competência da Igreja. Outro aspecto que é preciso deixar claro — frisou — é que o fato, por exemplo, de cedermos locais para que eles se reúnam não significa um apoio. Não sei se D. Cláudio está apoiando; se D. Paulo apóia ou não".

Justificando várias vezes que, em decorrência de uma série de outros trabalhos que vem desenvolvendo — além de constantes viagens — não está podendo acompanhar o desenrolar do movimento grevista de São Paulo, diz D. Geraldo que, independentemente disso, "apoiar uma greve que for justa é um ato a que todos têm direito — inclusive a Igreja". Ele disse desconhecer também a nota divulgada pela CNBB na qual justifica o posicionamento da entidade em relação à greve, ao afirmar que "se a pretensão é justa, não há motivo para escândalos se a Igreja lhe dá apoio".

#### PRISÕES

Com relação às prisões, afirmou D. Geraldo não saber "se elas trarão vantagem ou desvantagem", acrescentando, porém, não acreditar que acontecimentos assim possam prejudicar a abertura, "que já é uma realidade". Ressaltou que "a Revolução só aguenta um certo tempo", acrescentando que o Brasil não tem clima para violências: "Se o Governo a utilizasse ele cairia sózinho. Aqui não há como ocorrer derramamento de sangue como em Cuba, na Rússia, no Afeganistão. Se tivéssemos um presidente que tomasse uma atitude violenta, o próprio Exército se levantaria contra ele".

Respondendo, porém, a uma pergunta sobre se nos últimos 15 anos nenhuma violência foi praticada no País pelo Governo, afirmou o arcebispo que "atos de violência há em toda parte: todos os governos reagem com violência diante da violência, visando controlá-la imediatamente. Os brasileiros, porém, não aceitariam de forma alguma prisões em massa ou derramamento de sangue".

Outro aspecto ressaltado pelo arcebispo é o de que — "durante toda a Revolução" — nunca houve desentendimento entre a Igreja e o Governo. "As divergências registradas ocorreram apenas entre membros do Episcopado e do Estado".

Na opinião de D. Geraldo Fernandes, a maior parte dos bispos brasileiros — "assim como eu" — não vem acompanhando o envolvimento da Igreja nos movimentos grevistas de São Paulo, por estar concentrando esforços "nos problemas de suas respectivas casas".

Por outro lado, também em Londrina, o PMDB, a Tendência Popular deste partido, o PT e o Movimento Contra a Carestia resolveram se unir com o objetivo de desenvolver uma forma mais organizada e eficaz de solidariedade aos metalúrgicos paulistas em greve. Membros do núcleo do Partido dos Trabalhadores lembram que essa atividade vinha sendo feita apenas pelo PT e pela Tendência Popular, que se juntaram aos demais visando uma expansão do trabalho.

Um dos objetivos principais é recolher fundos (até agora já foram enviados para os trabalhadores grevistas cerca de Cr\$ 7 mil), além de mostrar à população, principalmente aos trabalhadores, a "necessidade de mobilização" de toda a comunidade em solidariedade aos metalúrgicos, já que "da vitória deles depende a própria continuação das lutas e reivindicações por melhores condições de vida da classe trabalhadora do país".

Em nome da Comissão Diretora Municipal do PMDB, o médico Márcio José de Almeida enviou telegrama ao Comitê de Solidariedade à Greve, na Assembleia Legislativa de São Paulo, no qual repudia "as

#### SOLIDARIEDADE

Em Salvador, o coordenador do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) da Companhia de Jesus, padre Cláudio Perani, disse ontem não achar estranhas as reações do presidente Figueiredo e de ministros diante da atitude da Igreja de apoiar os metalúrgicos paulistas, "porque eles são defensores dos padrões e, consequentemente, não podem admitir uma Igreja que procura se colocar do lado da justiça e dos trabalhadores".

Em carta enviada ao cardeal Dom Paulo Evaristo Ams e a Dom Cláudio Humes, a Arquidiocese de Belo Horizonte solidarizou-se com o trabalho que a Igreja vem desenvolvendo na defesa dos direitos do trabalhador do ABC paulista. O bispo auxiliar, Dom Arnaldo Ribeiro, explicou ser "injusto considerar a Igreja como incitadora de greve".

"E, como quer a linguagem direitista, toda ação em favor dos que não têm voz nem vez é classificada de esquerdismo. A Igreja não tem como escapar da qualificação de esquerdista" — declarou o arcebispo metropolitano, de Florianópolis, Dom Afonso Niheus, referindo-se às críticas neste sentido que têm sido feitas à Igreja por apoiar o movimento popular do ABC paulista.

A Igreja — segundo Dom Afonso — deseja libertar o homem não só de seus males espirituais como também dos materiais e, desta maneira, "a luta da Igreja pelo alcance dos objetivos materiais dos segmentos menos favorecidos da população é uma continuação do trabalho realizado pela religião como elemento de fundo espiritual".

#### ORIENTAÇÃO

Em Porto Alegre, ao comentar a posição da Igreja diante da greve dos metalúrgicos paulistas, o cardeal Vicente Scherer afirmou que "os religiosos não devem encampar uma greve. Os responsáveis por ela são aqueles que a desencadeiam. Nossa função é de apenas dar uma orientação cristã se formos solicitados, não entrar no movimento".

Na sua opinião, a greve dos metalúrgicos paulistas deixou de ser um movimento reivindicatório e "assumiu um caráter político no momento em que a delegacia do Ministério do Trabalho o declarou ilegal, pois tratou-se de uma decisão superior do sistema. E no momento em que o sistema a condena, passa a haver um confronto político entre ambos".

A adesão de setores católicos ao movimento grevista dos metalúrgicos do ABC — para Dom Vicente Scherer — de certa forma conduziu a Igreja a uma ação "não muito proveitosa para seus ideais de evangelização e promoção humana". Observou que, ao dar cobertura aos grevistas, membros da Igreja conquistam "simpatias, talvez efêmeras, de um lado, perdendo apoio de outro".

Em entrevista ao jornal "Correio do Povo", desta capital, o arcebispo gaúcho, embora ressaltasse seu respeito e admiração ao senador Jarbas Passarinho, discordou de suas recentes declarações, enfatizando que "não participo de seu temor de sérias dificuldades e de profundo desentendimento entre a Igreja e o Governo".

Lamentou as críticas feitas ao Governo por alguns religiosos e destacou que as mesmas "não comprometem as relações Igreja-Estado, pois correm por conta de quem as manifesta e lamento também as agressões e ofensas pessoais dirigidas ao supremo mandatário da Nação que não ficam bem na boca de quem possui maiores responsabilidades na Igreja".

... indíce ontem foi de 20,2 por cento, contra 17,1 por cento no dia anterior, com uma evolução de 3,1 por cento.

Os dados foram levantados pela Delegacia Regional do Trabalho Murilo Macedo, em seu gabinete.

O ministro do Trabalho descartou ontem a possibilidade de o Governo vir a adotar novas medidas, para pôr fim ao impasse da greve no ABC, afirmando. "A greve vai ter que acabar um dia. Vamos esperar por isso, com o esvaziamento natural da greve". Destacou que "em Santo André a greve praticamente já chegou ao fim e, agora, ela só continua em São Bernardo do Campo".

O sr. Murilo Macedo acrescentou que, "mesmo que a greve continue, continuaremos aguardando pelo seu término "e enfatizou: O que é ponto pacífico para todos é que não haverá um retorno às negociações entre os trabalhadores e empregadores. Isso só ocorrerá de novo no dissídio do ano que vem". O ministro do Trabalho garantiu também que se empenhará em evitar as demissões de metalúrgicos em massa: "Eu me colocarei ao lado dos trabalhadores para impedir isso".

Em Brasília, o ambiente acalmou-se ontem no Congresso e, salvo alguns pronunciamentos mais veementes de representantes do PMDB, do PTB, do PP e do PT, a crise do ABC não deu tanta movimentação como na véspera. O presidente do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, e o líder do PP, deputado Thales Ramalho, admitiram que o clima em São Bernardo tende a se tranquilizar, apesar dos incidentes registrados e da prisão do líder sindical Rubens Teodoro.

## DOPS prende mais um líder

SÃO PAULO — O vice-presidente deposto do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, sr. Rubens Teodoro de Arruda, "Rubão", foi preso ontem, logo depois da assembleia-geral dos operários em greve, realizada na praça em frente à Igreja-Matriz da cidade.

"Rubão" havia telefonado ao prefeito local, sr. Tito Costa, e tomou o Galáxio preto oficial da Prefeitura Municipal, dirigido por Ivair Roberto de Souza, para um encontro com aquela autoridade. No mesmo carro iam o correspondente do "Jornal do Brasil", no ABC, Edson Motta, os assessores do prefeito, Astrogildo Aguiar e Antonio Bonfiglio, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Monlevade, João Paulo Pires de Vasconcelos e o operário João Justino de Oliveira, "Janjão", preso e solto no último dia 20 pelo DOPS paulista.

A prisão foi feita como no cinema. Quando terminou a assembleia-geral dos grevistas, "Rubão" telefonou para o sr. Tito Costa, depois de conversar com o deputado federal Francisco Rossi (PDS-SP) e tomou o carro, que começou a ser seguido pelos dois Volkswagen sedan, placas UL-4303 e JL-1303 e um Opala com chapa não anotada.

O carrão oficial foi fechado por um dos veículos e dois dos saltaram quatro homens armados, um deles com metralhadora. Aos gritos, mandaram todos saírem do carro e se encostarem sobre ele. Jogaram as chaves a 500 metros de distância e saíram a toda velocidade, levando Rubens Teodoro de Arruda pela Rua Jurubatuba (a prisão aconteceu em frente ao Pronto Socorro Municipal daquela rua).

O sr. Rubens Teodoro de Arruda ia ao gabinete do sr. Tito Costa para conferenciar com o prefeito e os senadores Teotônio Vilela e Franco Montoro (PMDB) que ali se encontravam.

Correio de Notícias  
P. Greves  
25 04 80  
PK

SERVIÇO DE INFO

## Polícia espanca jornalista

"Já", foi a ordem, e o comandante da tropa da Polícia Militar, tenente Hugo, soltou a corda - colocada à frente dos soldados - e 26 policiais, desferindo tiros de festim, avançaram com cacetadas sobre 200 metalúrgicos, jornalistas, estudantes e curiosos que se encontravam na esquina formada pelas Ruas Marechal Deodoro e João Basso, a uma quadra do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Este foi o incidente mais sério registrado ontem em São Bernardo, trinta minutos após o encerramento da assembleia, na igreja matriz, por volta das 12h30, resultando em ferimentos no jornalista Robson Moreira, de "O Estado"; no motorista José Roberto Ribeiro da Silva, também de "O Estado"; no metalúrgico Ermelino Pereira Figueiredo, que também é estudante na escola de 1º e 2º grau "Cacique Tibiriça", localizada nas proximidades, em mais dois operários.

O incidente teve um início imprevisível. Não havia manifestações coletivas de protesto contra a polícia, mas somente gritos isolados. Ermelino Figueiredo foi atingido na cabeça com um tiro de festim, enquanto o motorista de "O Estado" levou cacetadas na perna, chegando o policial a quebrar o cabo da baioneta em seu joelho. Robson Moreira foi atacado pelas costas com o cano de um fuzil, quando sofreu uma queda. Dois policiais cometeram, então, a chutá-lo, enquanto aquele que o acertara inicialmente tentou por três vezes engatilhar seu fuzil. Ao mesmo tempo, ameaçava que, caso não corresse, atiraria. Conseguindo levantar, o jornalista Robson foi mais uma vez derrubado, desta vez com um pontapé na coxa esquerda. Depois correu, sendo socorrido por outros jornalistas que o levaram para o Hospital Assunção.

## Figueiredo nega "estado de emergência"

"Não tem fundamento, não estou pensando nisso" - disse o presidente Figueiredo, em resposta a uma pergunta se pretendia decretar o "Estado de Emergência" como solução para a greve dos metalúrgicos do ABC, durante rápida entrevista concedida no percurso que fez a pé entre o Hotel Sinuelo e a Prefeitura de Jaguarão, no final da tarde de ontem. O presidente afirmou também que "não há dia 'D' para a solução da greve. 'Para mim - explicou - dia 'D' é 'D' de domingo".

# Greve até novo diálogo

*Duas horas antes da assembleia, a polícia foi retirada da praça. E os metalúrgicos decidiram continuar a greve. Até o diálogo*

**R**EUNIDOS em assembleia-geral ontem, na igreja-matriz de São Bernardo do Campo e na praça em frente - liberada duas horas e 20 minutos antes do encontro - 40 mil metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema decidiram permanecer em greve até que os patrões concordem em reabrir as negociações.

Desde o início da greve, a assembleia de ontem foi a que contou com o maior número de parlamentares e transcorreu num clima de tensão, tanto pelos 17 sobrevôos rantes de um helicóptero militar - com portas abertas e soldados que, ao contrário do habitual, não portavam metralhadoras ostensivamente - quando pelo fato de até poucas horas antes não se saber se a praça seria ou não liberada.

Após o discurso do bispo diocesano de Santo André, dom Cláudio Hummes, primeiro orador da assembleia, os dois oradores seguintes, Osmar Mendonça (Osmarzinho) e o vice-presidente da diretoria afastada, Rubens Teodoro de Arruda, preocuparam-se em tranquilizar os metalúrgicos, diante do

receio que muitos externaram de que, ao completarem nos próximos dias o 30º dias de greve, serão desligados da empresa, sem direitos, por abandono de emprego.

O bispo de Santo André, dom Cláudio Hummes, acentuou que as acusações feitas à igreja e particularmente ao cardeal dom Paulo Evaristo Arns estavam sendo respondidas pelos metalúrgicos ao comparecerem maciçamente à assembleia. Considerou essas acusações "manobras diversionistas, feitas para desviar a atenção da opinião pública e para evitar que continuem a se discutir as verdadeiras reivindicações de vocês".

Com dois caminhões "Brucutu" e dezenas de veículos da Rota e do Táctico Móvel, concentrados no quartel de bombeiros de São Bernardo do Campo, em meio à tensão dos metalúrgicos, receosos de que a praça da matriz fosse cercada, o orador seguinte, o líder de base Osmar Mendonça, "Osmarzinho", lembrou que "até há poucos momentos corria o boato de que não teríamos a praça. Insistimos e obtivemos a praça para o trabalhador. Isso é um exemplo de que não será

baixando a cabeça que venceremos. Nossas conquistas só serão obtidas se mantivermos a cabeça erguida".

Disse: "Tentam através de mentiras criar um clima de tensão, de iminência de catástrofe. São os boateiros da catástrofe que mais de uma vez nos últimos dias acenam com a possibilidade de que a nossa greve faça correr sangue no Brasil. Isso é mentira. Enquanto depender do trabalhador de São Bernardo do Campo e Diadema, isso não vai acontecer".

Osmar Mendonça e o vice-presidente deposto do sindicato, Rubens Teodoro de Arruda, puseram em votação e obtiveram aprovação unânime para a continuidade da greve. O vice-presidente deposto explicou aos trabalhadores que as empresas não poderão dispensá-los, "porque o abandono de emprego só se configura quando o trabalhador se afasta do emprego sem intenção de voltar. E todos sabem que não existe essa intenção de nossa parte. Estamos em greve e nela prosseguiremos. Mesmo que tenhamos de passar fome não voltaremos ao trabalho, enquanto as negociações não forem reabertas".

## Em apoio à greve



SOLIDARIEDADE  
Duas mil pessoas reuniram-se na Praça Osório

Mais de duas mil pessoas compareceram ontem, às 18 horas, na Praça Osório, ao "ato público" em solidariedade aos metalúrgicos do ABC e em repúdio às prisões de líderes sindicais.

Meia centena de entidades e organizações integrantes do "Comitê de Solidariedade à Greve dos Metalúrgicos do ABC", assinaram o manifesto de convocação do ato. No início da manifestação foi alertado para que os presentes não dessem atenção à presença de provocadores que pudessem estar no local, com objetivos de tumultuar.

Policiais das delegacias de Ordem Social e Vigilância Privada, identificados na Praça, não interferiram no protesto.

Após os pronunciamentos, os manifestantes seguiram em passeata em direção à Praça Generoso Marques. Durante o trajeto foram ditas estas palavras-de-ordem: "Povo unido jamais será vencido", ou "Com Lula, sem Lula, a greve continua".

# CNBB defende bispo e rejeita críticas

O presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, afirmou ontem que durante o encontro que manteve com o ministro Golbery do Couto e Silva, na quarta-feira, deixou claro que a Igreja não pretende cumprir um papel de intermediação na greve dos metalúrgicos e defendeu a liberação dos líderes sindicais como o primeiro de uma série de atos de boa vontade que deverão partir tanto por parte dos metalúrgicos, como dos empresários e do próprio governo para resolver o impasse que envolve as negociações.

Segundo D. Ivo, o ministro esclareceu que "a soltura dos presos já foi aventada como uma das alternativas eventuais" que vem sendo analisadas pelo governo para resolver a crise no ABC. "Achamos de extrema importância o reinício das conversações - disse Dom Ivo - mas não cabe a nós propormos soluções técnicas visando o término da greve. A igreja não pretende substituir as lideranças próprias dos trabalhadores e apenas pode aguardar gestos concretos por parte de todos os envolvidos.

O bispo afirmou que tanto o governo como a CNBB estão preocupados com a crise social, clima que pode sentir na conversa com Golbery. "No entanto - acentuou - senti também que o governo não vê da mesma forma que a igreja as formas mais viáveis de superação do impasse, não apresentando alternativas viáveis para o reinício das conversações". Dom Ivo desmentiu ainda que a igreja tivesse firmado qualquer tipo de pacto com o governo, comprometendo-se a atuar no sentido de motivar os trabalhadores a retornarem às fábricas.

Foi ao ministro Golbery levar a preocupação da CNBB em relação a dois pontos básicos: em primeiro lugar, sentir como o governo pretendia resolver o impasse no ABC e, em segundo, conversar sobre as relações igreja e estado, pois a CNBB não podia mais ficar quieta diante de tantas acusações".

Dom Ivo afirmou, ainda, durante a

entrevista, que a acusação feita pelo presidente Figueiredo de que a CNBB não representa a igreja no Brasil não tem sentido, pois, hoje em dia, "há uma comunhão substantiva entre os bispos brasileiros", o que pode ser sentido na aprovação de documentos complexos como "As Exigências Cristãs para uma Ordem Política", que recebeu apenas quatro votos contrários.

"Outros países invejam a nossa Conferência Episcopal - disse Dom Ivo - pela sua caminhada nos últimos anos. O bispo acrescentou que durante toda a noite de quarta-feira e ontem a direção da CNBB recebeu telegramas e telefonemas de solidariedade de várias partes do país.

Sobre um documento distribuído ontem pela presidência da CNBB e Comissão Episcopal de Pastoral, considerado bastante conceitual pelos jornalistas, Dom Ivo disse que ele procurou explicitar a missão da igreja e da CNBB.

Ao abordar, na nota, o papel de cada bispo, em sua diocese, Dom Ivo explicou que a CNBB quis deixar claro que os diversos bispos são responsáveis pelas suas dioceses, cabendo a eles interpretar a situação local e sugerindo o tipo de engajamento mais adequado da igreja local. Esta afirmação, segundo Dom Ivo, deixa claro que o bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes, tem total autonomia na área de sua diocese e é apoiado pela CNBB, o mesmo ocorrendo em relação a Dom Evaristo Arns.

Dom Ivo disse também que, ao divulgar o seu estatuto, a CNBB pretendeu esclarecer o real papel da Conferência Episcopal, destacando, entre outros pontos, a sua atribuição de "estudar assuntos de interesse comum da igreja no país, para melhor promover a ação pastoral orgânica", que envolve o compromisso em defesa dos pobres e marginalizados, conforme orientação da Conferência Episcopal Latino-americana realizada no México, no ano passado.

## Apenas Lula ainda incomunicável

São Paulo - O diretor do Dops de São Paulo, Romeu Tuma, anunciou ontem à tarde a quebra da incomunicabilidade de onze líderes sindicais, presos desde sábado passado. Luis Inácio da Silva (Lula) e Etevaldo Santiago de Arruda, no entanto, não foram citados na lista. Romeu Tuma confirmou também a prisão do ex-vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Rubens Teodoro de Arruda, ocorrida ontem pela manhã, logo após a assembleia realizada pelos tra-

balhadores, na igreja matriz local.

Quando os repórteres lhe perguntaram porque o Lula também não tinha sido beneficiado com a quebra da incomunicabilidade, o diretor do Dops disse que ele estava sendo interrogado naquele momento. Mas revelou que possivelmente até hoje "não havendo necessidade de nenhuma diligência especial", a incomunicabilidade do ex-presidente do Sindicato de São Bernardo será quebrada para os advogados e familiares.

# O Exemplo dos Metalúrgicos

SEVERO GOMES

A greve dos metalúrgicos do ABC recoloca no centro da cena o problema da organização da sociedade civil, para mostrar mais uma vez que todas as grandes questões econômicas, sociais e políticas, vão bater no mesmo beco, numa sucessão de impasses que se originam na incapacidade de mediação e harmonização de conflitos naturais, que derivam do caráter antagônico de qualquer sociedade contemporânea.

De um lado o Estado, atravessando nossa História num movimento pendular entre a tutela e a repressão e, por isso mesmo, do outro lado, uma sociedade desorganizada na asfixia, pela simples razão de que todas as formas espontâneas de solidariedade e de organização social ameaçavam e ameaçam a onipotência do Estado.

Os conflitos não resolvidos avolumam-se, intranquilizando o sistema de poder, que por sua vez se reforça desenvolvendo a ideologia de sua própria segurança, a justificar o aparelho repressivo que se desencadeia contra a Nação e o povo.

Assim vai navegando o Estado, confundido pelo próprio discurso que enaltece os valores que diariamente alveja e amortalha: democracia, justiça, ordem, paz, segurança e liberdade. Nada barra o caminho dessas forças, que consciente ou inconscientemente bloqueiam a modernização da sociedade e o nascimento de uma Nação. O empresário que não alimentar veleidades libertárias, patrióticas ou simplesmente humanas, só terá a ganhar e, se aplaudir o sistema, mais ainda. Os profissionais liberais terão tanto mais sucesso quanto menos liberais forem e a nossa velha Faculdade de Direito contraiu com a Nação, pelos "juristas bagageiros" que produziu para o Ministério da Justiça uma enorme dívida que está

sendo resgatada por Hélio Bicudo, Dalmo Dallari, José Carlos Dias e outros que ainda não foram indigitados. O burocrata acomodado pode garantir o essencial do dia a dia: a paz e o bem-estar de sua família. O militar também e, sem saber por quê, poderá chegar lá em cima, e, até, à alta hierarquia de uma empresa multinacional. Para os que exercitem o espírito crítico um pouco além dos interesses imediatos, estará reservado um caminho longo de privações, esquecimentos e, tantas vezes, a incompreensão fria dos amigos e companheiros, ou a acalorada dos familiares sacrificados. Quer dizer, quem pensar na sociedade brasileira, no futuro do País, perde, e quem fechar com o Estado, ganha de todo lado.

Os únicos que perdem sempre com o fortalecimento do Estado e que só poderão melhorar as condições de vida mobilizando a sociedade são os trabalhadores e isso explica o empenho da luta sindical e a força de sua solidariedade. É assim a singularidade de sua condição que coloca os trabalhadores na vanguarda da organização da sociedade civil, abrindo um caminho que, se for solitário, será longo e desastroso para todos, mas que poderá ser mais curto e menos penoso, se for solidário, com a compreensão dessa tão complexa e diferenciada sociedade brasileira de hoje, para suas angústias, para o seu exemplo, para a necessidade da construção de um destino que precisa ser comum, no projeto, no trabalho e na percepção dos frutos, com uma permanência que permita o permanente reajustamento dos interesses divergentes e a solução desses conflitos que felizmente afloram para mostrar que o País não está morto.

Severo Fagundes Gomes é empresário, sociólogo, ex-ministro da Agricultura e da Indústria e do Comércio.



## Artistas protestam contra cancelamento do "show" que fariam para os metalúrgicos

Vários artistas, tendo à frente o compositor Chico Buarque de Holanda, se reuniram no Restaurante Le Coin, no Leblon, para protestar contra a proibição, pela Polícia Federal, do show em Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, do qual participariam, destinado a angariar fundos para os metalúrgicos em greve. Já haviam sido arrecadados Cr\$ 6 milhões com a venda antecipada de 50 mil ingressos.

Os artistas contestaram os argumentos de falsificação de assinaturas e irregularidades na documentação, utilizados pela Polícia Federal para a proibição do show e manifestaram, em nota, "o repúdio à encenação das autoridades, que representa uma ofensa aos metalúrgicos, aos artistas é à opinião pública".

### SOLIDARIEDADE

A nota oficial da Superintendência Regional da Polícia Federal afirma que a proibição se baseia em "irregularidades na documentação necessária à aprovação do show pela Censura Federal". Informa, ainda, ter determinado a instauração de inquérito policial para a apuração de falsificação gráfica de assinaturas "grosseiramente originárias de um mesmo punho".

Segundo Chico Buarque de Holanda, a nota da Polícia Federal "coloca como criminosos a empresa Talento e Formosura, que promoveria o show, e a nós, artistas, como inocentes".

Queremos reafirmar a solidariedade dos artistas aos metalúrgicos, que não pode ser escamoteada por essa nota ridícula".

O show em Vila Euclides reuniria mais de 100 artistas, entre os quais Chico Buarque, MPB 4, Agnaldo Timóteo, Sérgio Ricardo, Miúcha, Silvio César, João Nogueira, Cristina, Alceu Valença, Gal Costa, Teca e Leonardo, Moraes Moreira, Beth Carvalho, Clara Nunes, Alcione, Ivan Lins, Paulinho Nogueira, Adoniran Barbosa, conjunto Boca Livre e Martinho da Vila. A previsão era de mais de 100 mil pessoas e já havia sido arrecadado Cr\$ 6 milhões que serão encaminhados aos metalúrgicos em greve.

P. Opaves  
Dat. 27 de 180 Estado R+

# Professores grevistas continuam refugiados na Assembléia

**Belo Horizonte** — Deputados e líderes dos professores em greve continuavam ontem em reunião permanente na Assembléia Legislativa de Minas — que se transformou em refúgio para o presidente da União dos Trabalhadores no Ensino, Luís Soares Dulci e dois diretores ameaçados de prisão — buscando uma solução para greve, que já entra em seu sexto dia. Amanhã, após conversar com o Ministro da Justiça, chega à Capital o Senador Tancredo Neves, para ser o mediador entre grevistas e o Governo mineiro.

Parlamentares do Partido Popular e do Governo estão temerosos de que o prolongado asilo dos dirigentes da UTE no recinto da Assembléia venha a colocar em risco a soberania do legislativo. O líder do PP, Deputado Dalton Canabrava, continua mantendo os dirigentes sob sua proteção pessoal, mas não afasta a hipótese de que, frente a uma ordem do Presidente do Legislativo, Deputado João Navarro, do PDS, tenha que entregá-los à polícia.

## ASILADOS

Os dirigentes da União dos Trabalhadores no Ensino de Minas — UTE, Luís Soares Dulci, Luís Carceroni e Isis Magalhães passaram a noite no carcer da sala de reuniões da liderança do PP, enquanto o Deputado Dalton Canabrava fazia de uma poltrona da ante-sala sua própria cama.

Por medida de segurança, o presidente da Assembléia Legislativa reforçou o policiamento em todas as dependências do prédio, sendo permitida a entrada apenas após mostrar documentação e ser aprovado por um dos deputados de plantão.

Reunidos até zero hora de ontem, os líderes do movimento grevista decidiram, a pedido dos deputados do Partido Popular, apresentar uma lista de reivindicações minimizadas em relação à primeira aprovada pela assembléia que decretou a greve, como forma de abertura dos diálogos. Agora, os professores já não exigem a efetivação de todos os contratados, mas apenas daqueles que tiverem dois anos de efetivo magistério no Estado até a data da publicação da lei de efetivação, a ser ainda aprovada pelo Legislativo e pelo Executivo.

Os professores, que pediram aumento de 104% a título de reposição de perdas salariais, já admitem voltar ao trabalho com um aumento equivalente ao do índice inflacionário, mais 15% a título de reposição. Mas aceitam que o índice de recomposição seja maior para os que ganham menos e menor para os que ganham mais.

O líder do PP, Deputado Dalton Canabrava, acompanhado dos colegas de Partido Nilson Gontijo, Milton Lima e Genésio Bernardino, depois de análise

rem as propostas, reuniram-se com o líder do Governo na Assembléia, Deputado Emílio Gallo, que se declarou incompetente para adiantar qualquer coisa sobre a proposta. Mas a transmitiu, por telefone, ao Governador Francelino Pereira, que viajara na tarde de sexta-feira para o Vale do Jequitinhonha, sua região eleitoral, onde passa o fim de semana inaugurando obras.

Atendendo ainda a pedidos, o Deputado Emílio Gallo telefonou quase meia-noite de antontem para o Secretário de Segurança, Coronel Amândeo Amaral, tentando convencê-lo, sem êxito, a adiar o início das prisões das 6h de sábado para o meio-dia, para que durante a manhã os deputados pudessem continuar os entendimentos com os líderes grevistas. O Secretário continua disposto a enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional, e o Deputado Emílio Gallo explicou que, em Minas, foram adotados os mesmos procedimentos policiais em relação à greve dos metalúrgicos do ABC paulista, o que impede que o Governo estadual aceite negociar.

No final da manhã, era grande o temor, entre parlamentares do PDS, de que o presidente do Legislativo, Deputado João Navarro, recebesse um ofício de alguma autoridade da Segurança exigindo que os três líderes grevistas fossem entregues à Polícia. Os deputados temem o ônus político de uma decisão de entregá-los e, mais ainda, as consequências de uma resistência ostensiva por parte do Legislativo. O líder do PP, também temeroso, sustenta que seus protegidos somente sairão da Assembléia para a prisão se eles mesmos concordarem ser esta a melhor solução.

Mas o presidente da UTE, Luís Soares Dulci, depois de consultar os outros dois — a diretora Isis Magalhães resolveu, sexta-feira, refugiar-se também na Assembléia Legislativa, por sentir-se ameaçada, já que de outra ocasião chegou a ser presa — decidiu que não se entregará aos policiais do DOPS, pois entende que, em liberdade, terão melhores oportunidades de conduzir as negociações.

O Deputado Marcelo Caetano, do PMDB, que na manhã de sexta-feira apresentará requerimento pedindo a transcrição nos anais da Assembléia mineira de notas distribuídas pela Arquidiocese de Belo Horizonte em apoio às greves dos professores e dos metalúrgicos paulistas, deverá se reunir com deputados de sua bancada para analisar a conveniência de retirar seu requerimento, como forma de amenizar a tensão entre o Legislativo e a área da Segurança, que já manifestou sua

## A repetição de um filme mudo

José de Castro

**Belo Horizonte** — É como assistir pela segunda vez um filme e, a julgar pelo silêncio do Governo em relação às reivindicações dos professores, um filme mudo. Quem assiste tem vontade de advertir o moicano do perigo logo a frente, mas é inútil. É difícil aprender com a história, principalmente quando ela é tão recente e os personagens exatamente os mesmos. O filme só não se torna monótono porque o Governo introduz elementos novos de suspense, como a bomba encontrada na semana passada pela polícia sob a cama de um professor, em Ouro Preto, em off, por um de seus assessores, para que o líder dos grevistas, o professor Luís Soares Dulci, seja preso. Com uma única condição: que não seja nem em sua casa, nem na sede da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas, aumentando o suspense.

Desde o ano passado, os mineiros já se acostumaram a ver na televisão o rosto magro e eternamente cansado do professor Dulci, a ouvir sua voz quase feminina, enganadoramente mansa. Para a maioria das professoras, será como ter um filho ou um irmão mais moço preso. E, se alguém duvida ainda da reação, é só lembrar o efeito, ano passado, das bombas de efeito moral e jatos d'água mandados jogar, pela polícia, sobre as professoras que, no dia 29 de maio, tentavam se reunir em manifestação pacífica na Praça da Liberdade. No dia anterior, havia 153 municípios sem aula. No dia seguinte, 214.

A greve do ano passado havia sido decretada no dia 12 de maio, em assembléia que contara com pouco mais de 300 dos 140 mil professores públicos de primeiro grau. Contra a greve estavam o Governo e a então poderosa presidenta da Confederação de Professores do Brasil e da Associação de Professores Primários de Minas, Maria Telma Lopes Cançado. Um comando de greve, a princípio de 20 membros e, no final, de 58, se organizou às pressas e, no dia 17, o movimento começou, com a adesão de 15 mil professores de Belo Horizonte e de 17 cidades do interior.

No dia seguinte, o Secretário Estadual de Educação, Deputado Paulino Cicero de Vasconcelos, sairia finalmente do silêncio, para fulminar, em entrevista à imprensa: "O movimento é ilegal, insensato, anônimo e não tem rosto, porque não tem ninguém com responsabilidade institucional para representar a classe e ninguém com quem possamos transigir, dialogar ou negociar". Dizia que só negociaria com a Associação dos Professores, cuja presidenta, no dia anterior, publicara nota condenando a greve. Os professores preferiram fazer uma grande concentração, para mostrar "o rosto da greve".

Até aí, são muitas as semelhanças com a greve deste ano e significativas as diferenças. As reivindicações são praticamente as mesmas — aumento de 100% dos salários, efetivação das professoras contratadas e melhoria das condições de ensino e aprendizagem — mas os efeitos se ampliaram, agora também para as serventes escolares e pessoal de apoio. O movimento governamental é o mesmo, só

quebrado, como da vez anterior, por falta de divulgação publicitária pela imprensa para convencer os pais a levarem seus filhos para as escolas, já que o ensino seria assegurado de qualquer forma, mesmo com a contratação de novas professoras.

As delegadas regionais de Ensino e as diretoras foram, igualmente, instruídas para pressionarem suas subordinadas a comparecerem. Mas a nova cópia do velho filme traz surpresas, aproveitando o clima geral criado pelos metalúrgicos do dia ABC. As vésperas da assembléia do dia 12, que decretou a greve — e que reuniu quatro vezes mais professores do que a do ano passado, Luís Soares Dulci foi convocado a prestar depoimento do DOPS e, depois, na Quarta Divisão de Exército. Logo após, foi liberado.

Quatro dias depois, seis dos 22 diretores da UTE — União dos Trabalhadores no Ensino — foram chamados ao DOPS para depor sobre a manifestação que promoveriam no dia seguinte, em Belo Horizonte, em comemoração ao Dia Nacional de Luta do Magistério. O delegado disse que era necessária uma autorização prévia para a concentração e, ali mesmo, eles a solicitaram. No dia seguinte, à tarde, o Secretário da Segurança proibiu a manifestação, e mandou para a praça 300 soldados fortemente armados. Os professores desistiram.

Um dia antes, o Governo já avisara que seria impedida, também, a manifestação dos professores, em homenagem a Tiradentes, marcada para dia 21 em Ouro Preto. No dia 20, os professores desistiram de ir até lá e o Governo mandou soldados. Dois dias antes, o DOPS anunciara ter encontrado na cidade, na casa de um professor, material explosivo e diversos livros considerados subversivos.

Apesar disso, anteontem, conforme programado, começou a greve. Segundo a Associação, com a adesão, já no início, de 52 mil professores e especialistas em educação das 50 mais importantes cidades mineiras. No mesmo dia, o Governador enviou um segundo substitutivo ao projeto que tramita desde o início da legislatura na Assembléia Legislativa, para efetivação das professoras contratadas, cujo número se eleva a mais de 70 mil. Este foi um dos pontos que o Governo teve que acatar, no ano passado, juntamente com o aumento de Cr\$ 3 mil para Cr\$ 6 mil no salário dos professores — conforme reivindicado desde o início — para pôr fim à greve, que já durava 40 dias.

Impacientes com a demora em atender à promessa, os professores não se mostravam ontem dispostos a parar a greve por causa desse segundo substitutivo e o número de professores parados já aumentara para 56 mil e o de municípios atingidos 87, segundo a UTE. A decretação da ilegalidade da greve, como da vez passada, também não surtiu o efeito desejado. Depois, o Governador assinou decreto autorizando a demissão dos professores grevistas. E, enfim, veio a ordem para a prisão de Luís Soares Dulci.

## A questão dos contratados

Incluída há vários anos como reivindicação secundária do professorado mineiro, a efetivação dos 73 mil contratados, quase 60% do magistério estadual, só a partir da greve de 40 dias do ano passado passou a ser, ao lado do reajuste salarial, o carro-chefe das aspirações da classe, devido à grande instabilidade que causava no emprego.

Para acabar com a paralisação de 1979, o Governador Francelino Pereira foi obrigado a garantir que a efetivação de todos os contratados até janeiro de 1980, através de concurso público, aceita pelo professorado, que pedia a simples nomeação dos que estavam no cargo. Como o Governo não tivesse tomado nenhuma providência até aquela data, em outubro passado o Deputado Ronaldo Canedo, da ex-Arena, apresentou projeto na Assembléia efetivando todos os contratados.

Traído pela bancada arenista, que se uniu ao MDB e o aprovou por unanimidade em dezembro, o Governador Francelino Pereira vetou integralmente o projeto de iniciativa parlamentar e instituiu uma comissão para elaborar nova mensagem à Assembléia. Houve protesto dos professores que se concentraram na Praça da Liberdade com faixas e cartazes.

A surpresa do magistério veio em 1º de março, quando o Governador enviou à Assembléia projeto de efetivação de cerca de 40 mil professores. "A classe está perplexa, decepcionada, desiludida e amargurada com o Sr Governador", declarou a presidenta da Associação dos Professores Primários, Sra Lília Mantovani, na ocasião, ao informar que o Sr Francelino Pereira se negou a receber uma comissão de mestras do interior que lhe foi levar subsídios. Em 14 de março, a UTE realizou uma concentração na Assembléia para derrubar o veto do Governador.

O Governador voltou a encaminhar substitutivo à Assembléia, prorrogando o prazo do primeiro por 30 dias para permitir, antes, a apreciação do veto ao projeto Ronaldo Canedo, mantido pela Assembléia. Os deputados voltaram a fazer um substitutivo ao projeto do Governo, efetivando todos os contratados e atendendo suas demais reivindicações. Estourada a greve, a Assembléia voltou a receber novo projeto do Governador Francelino Pereira, com índices de recomposição salarial e prevendo a efetivação em duas etapas, o que a classe também não aceita.

PT 1073.131

PT-1073-131

JORNAL: *de Brasil*  
*R. Soares*  
Data: *22 de 10 de 1964*

## Bahia solta detidos em passeata

Salvador — Foram soltas, na madrugada de ontem, as nove pessoas presas durante a manifestação pública de apoio aos metalúrgicos do ABC, reprimida anteontem nesta Capital, pela polícia. A informação da liberação foi fornecida pelo Comitê Baiano de Solidariedade aos Metalúrgicos.

O Governador Antônio Carlos Magalhães lembrou que, antes de se tornar áspero o diálogo que manteve com o Deputado Elquisson Soares (PMDB-BA), em relação à proibição da passeata, chegou a oferecer o Campo Grande — principal praça do Centro de Salvador — para

a realização de um ato público, em substituição à caminhada, e que sua sugestão foi recusada.

## Unidade sindical

Belo Horizonte — Em nota distribuída ontem, onde criticam a "insólita virificação das autoridades" e analisa a greve dos metalúrgicos do ABC e dos professores de Minas, o núcleo mineiro da Comissão Executiva Nacional da Unidade Sindical defende necessária e ur-

gente a reabertura do diálogo, para que se possa encontrar "uma saída honrosa para as duas partes".

Reafirma solidariedade "aos companheiros presos e cassados", repudia ameaças de prisão dos líderes da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas, e protesta contra a prisão e espancamento de trabalhadores e estudantes. "Reiteramos que a integridade física e moral dos companheiros presos é de exclusiva responsabilidade do Senhor General João Baptista Figueiredo e do Senhor Francelino Pereira."

230

22

# LSN em Minas para os líderes de greve

BELO HORIZONTE — (AE-GP) — Mesmo ainda tentando estabelecer negociações entre o Governo de Minas e o Comando Geral da greve dos professores da rede oficial de ensino, a Assembléia Legislativa, através de sua presidência e lideranças, começou a admitir ontem a possibilidade de ser intimada a entregar aos órgãos de segurança três líderes do magistério que se encontram no gabinete da liderança do Partido Popular.

Os três líderes — Luís Soares Dulci, presidente da União dos Trabalhadores no Ensino e os diretores da entidade, Luís Fernando Carceroni e Isis Magalhães — devem ser enquadrados na lei de segurança nacional, por incitamento à greve, como o professor Antonio Carlos Ramos Pereira, preso no DOPS desde quinta-feira. Os dois primeiros estão na Assembléia desde a noite de quinta-feira e a eles se juntou Isis Magalhães, na manhã de sexta-feira.

Os deputados Dalton Canabrava, Milton Lima Filho, Genésio Bernardino e Nilson Gontijo, todos do PP, integram a comissão que está tentando estabelecer negociações entre o governo e os grevistas. Os entendimentos estão sendo mantidos desde a noite de sexta-feira, quando foi apresentada ao líder do governo, Emílio Gallo, uma nova proposta de reivindicações do magistério que, ao decretar a greve, exigia aumento de 104,1 por cento e efetivação de 73 mil contratados. A categoria já admite os índices oficiais, mais um percentual escalonado, de acordo com as faixas salariais.

O deputado Emílio Gallo levou a proposta ao conhecimento do governo, mas ontem comentou que a negociação está muito difícil, porque o Estado não pode discutir com classes isoladas e está examinando, em conjunto, a situação do funcionalismo, embora mantendo seu compromisso de efetivar a recomposição salarial dos professores, por etapas. Nas negociações, ficou demonstrado que o governo considera o movimento do magistério semelhante à greve dos metalúrgicos do ABC. Neste caso, a atitude oficial em relação ao ABC condiciona definições e comportamentos, não havendo negociações com a manutenção da greve.

## PRESENÇA NA AL

Quanto a presença dos três dirigentes da União dos Trabalhadores do Ensino dentro da Assembléia Legislativa, os parlamentares já admitem a hipótese de sua entrega aos órgãos de segurança vir a ser solicitada ao Presidente João Navarro. A possibilidade foi discutida ontem pelo Presidente do Legislativo com os líderes Emílio Gallo e Dalton Canabrava, todos preocupados em evitar problemas, pois o Secretário de Segurança, Coronel Armando Amaral, já informou que os líderes da UTE serão pelo menos ouvidos em inquérito do DOPS, acusados de incitamento à greve, podendo ser enquadrados na LSN.

Alguns parlamentares lembram que a greve deste ano é diferente do movimento do ano passado, pois já foi declarada ilegal pelo Ministro do Trabalho, o que aconteceu com a paralisação de 40 dias em 79. O deputado Dalton Canabrava informou que a situação Legislativa será colocada para os líderes que se encontram na Assembléia, cabendo a eles a decisão sobre se apresentarem ou não aos órgãos de segurança. Apesar deste temor, os parlamentares continuam tentando estabelecer negociações com o governo, tendo o deputado Milton Lima Filho informado que o Presidente Nacional do PP, senador Tancredo Neves, se encontrará amanhã em Brasília com o Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, para discutir o assunto. Posteriormente viajará a Belo Horizonte para participar das tentativas de negociações que se desenvolvem na capital mineira. Todos os parlamentares destacam a importância de se evitar o surgimento de problemas entre o Legislativo e os órgãos de segurança.

## NORMALIZAÇÃO

O Governo de Minas, através da imprensa e relações públicas, divulgou ontem a previsão oficial de que "as atividades escolares na rede oficial de ensino, em Belo Horizonte, e da Prefeitura de Belo Horizonte, sejam normalizadas a partir de amanhã segundo levantamento feito pelas Secretarias de Educação e da Segurança Pública. Diversas providências de ordem administrativa serão adotadas pela Secretaria da Educação, para normalização do ensino em Belo Horizonte e na Grande BH".

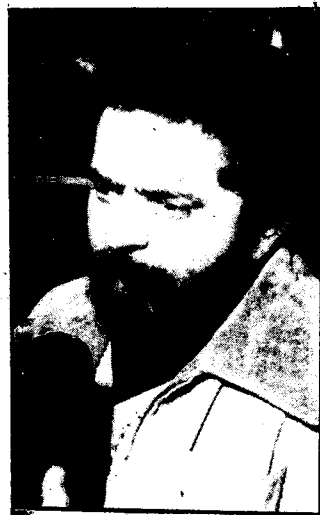
PT 1073.131



JORNAL Gazeta de Leno  
de Greves  
Data 27 04/80 Estado RJ

29

# Mais três metalúrgicos presos após assembleia



Luis Inácio, Lula

SÃO PAULO — (AE/GP) — O delegado Romeu Tuma, diretor do DEOPS paulista, informou ontem que Enilson Simões de Moura — conhecido como "Alemão", Gilson Luiz Correa de Menezes e José Venancio de Souza Luz, todos operários metalúrgicos, foram presos logo após terem participado de assembleia no interior da igreja do Bonfim, em São Bernardo do Campo. Os acusados deverão ser indiciados no artigo 36 incisos 2 e 3 da lei 6.620, de 17/12/1978 — Lei de Segurança Nacional —, juntamente com outros ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos daquele município, visto pesar contra os mesmos a acusação de incitação à greve que foi declarada ilegal pelo TRT.

O diretor do DOPS, em decorrência destas prisões,

falou pessoalmente com o deputado Freitas Nobre, que compareceu ao DOPS, e por telefone com os senadores Orestes Quêrcia, Franco Montoro e Teotônio Vilela, com o deputado federal Ulisses Guimarães e com o prefeito Tito Costa, de São Bernardo, demonstrando aos parlamentares as razões que deram motivo à prisão dos três acusados, que passaram ao regime de incomunicabilidade de acordo com solicitação feita à justiça militar.

Ontem à tarde, "Lula" recebeu a visita de um de seus advogados e seus familiares. Numa sala, o líder metalúrgico, sua esposa, parentes e filhos ficaram à vontade.

## VIOLENCIA

A violência, esperada durante a

realização da assembleia devido ao intenso policiamento e o clima de tensão criado, acabou acontecendo minutos após seu término. Dirigindo-se para o Paço Municipal, na companhia do líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre, o deputado estadual Geraldo Siqueira, dois ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Gilson Correa de Menezes e José Venancio Luz, foram tirados à força, sob ameaça de metralhadoras, do carro oficial que ocupavam, sem que ao menos as pessoas que o prenderam se identificassem.

Houve ainda a prisão do metalúrgico Enilson Simões de Moura, membro da comissão de mobilização e salários, que só não foi levado de imediato para o DEOPS devido interferência

do senador Franco Montoro, que exigiu mandado de prisão, no momento inexistente.

Em um Opala oficial da Assembleia Legislativa, estavam Enilson Simões, o senador Orestes Quêrcia, o deputado federal Antonio Russo e o deputado estadual Fernando Moraes. Quando chegavam próximos ao Paço Municipal, segundo narra Fernando Moraes, quatro veraneios, que os seguiam desde a igreja, cercaram o Opala, obrigando-os a parar. "Estavam ostensivamente armados, me parecendo elementos do DOI-CODI, com a carabina para fora da janela, enquanto nos seguiram" — explica Moraes. "Nossa primeira reação foi fechar os vidros, o que chamou a atenção de duas veraneios, quando o Quêrcia abria um pouco sua janela,

jogaram uma bomba de gás. Foi quando começaram a chegar outros carros oficiais, num deles o senador Franco Montoro".

Aos gritos, Franco Montoro saiu de seu carro exigindo que eles se retirassem pois "estavam ferindo a imunidade parlamentar e, antes de mais nada, que se identificassem". Isto foi negado, surgindo então uma pessoa de fora que se apresentou como delegado do DEOPS, querendo levar Enilson Simões imediatamente para o departamento. Franco Montoro disse que sem mandado de prisão ninguém sairia dali, indo todos para a Prefeitura, no gabinete do prefeito Tito Costa.

Chegando ao gabinete, com Enilson Simões apelidado de "Alemão", acompanhados por dois agentes do DEOPS, além

de Franco Montoro, Orestes Quêrcia e Fernando Moraes, houve tentativas de contatos com o jurista Raimundo Faoro e o diretor do DEOPS, Romeu Tuma. Pelo telefone, Romeu Tuma tentou convencer Enilson Simões de que "era melhor ele ir para lá, pois no DEOPS era mais seguro".

Contudo, o advogado Luiz Eduardo Greenhalg contestava os delegados do DEOPS, alegando que para prender, mesmo no caso da lei de segurança nacional, é obrigatório o mandado de prisão. Nesta altura, por volta das 13 e 30, chegaram mais doze agentes policiais (no total eram 19), que ficaram 10 minutos no gabinete do prefeito. Já havia a notícia de que o mandado estaria vindo para São Bernardo. Houve tempo ainda para Enilson Simões

conversar, por telefone, com o empresário Mário Gamero e Nildo Mazzini, dizendo ao primeiro "eu vou preso com muita tranquilidade, sabendo que você vai insistir junto ao grupo 14, para que se retomem as negociações".

Quando, às 14 e 15, o metalúrgico conversava com Nildo Mazzini, chegou a ordem de prisão. Alguns delegados do DEOPS insistiam em retirá-lo imediatamente do telefone, enquanto outros pediam calma. Já segurado por um dos braços, deu tempo de Enilson dizer ao empresário que "estão me apressando, mas gostaria de lhe comunicar que a gente nunca foi radical". Assinado o mandado, três delegados o levaram para o elevador, seguidos por repórteres, fotógrafos e parlamentares.

## Reuniões são feitas em igrejas

SANTO ANDRÉ — (AE/GP) — Impedidos de se reunirem no Estádio da Vila Euclides, e com o Paço Municipal cercado por pelotões da Polícia Militar e Polícia Federal, além de viaturas do Corpo de Bombeiros, os metalúrgicos de São Bernardo foram obrigados a realizar duas sessões na assembleia geral convocada para ontem, na igreja matriz Nossa Senhora da Boa Viagem. Oradores e platéia se revezaram mas mantinham a mesma posição — a greve continua, até que sejam soltos os líderes sindicais e se reiniciem as negociações.

Apesar do pouco espaço dentro da igreja, permitindo a entrada de cerca de duas mil pessoas em cada sessão, calculavam-se que mais de dez mil operários aguardavam o final da assembleia nas ruas próximas à praça da matriz. Ela foi iniciada às 10 e 30, com os metalúrgicos cantando o Hino Nacional. Nelson Campagnolo, que concluiu a assembleia, leu uma mensagem de Luis Inácio, enviada através de sua mulher, onde o ex-presidente do sindicato dizia que todos os presos estavam bem e que ele esperava que os metalúrgicos prosseguissem o que haviam iniciado. Quando seu nome foi citado, os operários interromperam com os gritos de "soltem o Lula" e "a greve continua".

Dom Cláudio, bispo diocesano de Santo André, foi o primeiro orador e transmitiu uma mensagem de Dom Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB: "A Igreja não vai se intimidar perante as acusações que tem sofrido, nem pelo aparato policial e o

clima de violência que vem assistindo. A Igreja é inviolável e é também a casa do povo. Ela vai continuar defendendo o direito dos trabalhadores, organizados em sindicatos, de reivindicarem por condições mais justas de trabalho". Dom Cláudio lamenta ainda a tomada da praça e a retirada dos autôfalantes das portas da matriz, impedindo os operários de participarem das decisões tomadas dentro da igreja "e dificultando a manutenção de um movimento pacífico".

João Pires de Vasconcelos, de Monlevade (MG), representante dos sindicatos de metalúrgicos de Minas Gerais, afirmou que a sorte dos trabalhadores brasileiros está lançada no ABC e que todos acompanham com interesse, confiança e esperança o desenrolar da greve dos metalúrgicos. Nesse momento a assembleia foi interrompida novamente com os gritos de "ninguém vai trabalhar se o Lula não voltar", enquanto o deputado Ulisses Guimarães assistia aos oradores abraçado por um operário. Outros políticos presentes, como Franco Montoro, Teotônio Vilela, Cláudio Lembo e o próprio prefeito Tito Costa, apesar de serem aclamados e chamados pelos presentes várias vezes, preferiram apenas assistir à assembleia. A segunda sessão iniciou-se assim que os metalúrgicos se revezaram dentro da igreja e novamente foram saudados por Dom Cláudio. Nesse momento surgiram bandeiras do Brasil e faixas pedindo pela continuidade da greve.

## Operação e estratégia militar

SANTO ANDRÉ — (AE — GP) — As 6 horas da manhã de ontem, duzentos policiais militares, armados de fuzis, enfileiraram-se em torno da praça da igreja matriz de São Bernardo do Campo. Era o começo de uma operação que durou mais de duas horas e que mobilizou mais de dois mil políci-

Maluf é ladrão". O comandante comunicou ao deputado federal Antônio Carlos que "se continuarem as ofensas ao governador vou dar ordem para avançar". Os operários atenderam ao pedido do deputado, cessando as manifestações contra Maluf.

## Abi fica irritado

SANTO ANDRÉ — (AE-GP) — O telefonema do senador oposicionista Teotônio Vilela ao Ministro Abi-Ackel, para relatar os acontecimentos que se seguiram após a assembleia dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, com a prisão de três dirigentes sindicais, não trouxe novidades ao Ministro da Justiça. Abi-Ackel mostrou-se irritado com a notícia de que Osmar Mendonça, integrante da Comissão de Mobilização e Salários, não havia sido preso com os demais. "O Ministro disse que sabia de tudo e até cobrou a prisão de outro dirigente sindical", disse laconicamente o senador alagoano depois de desligar o telefone, após 10 minutos de conversa com o Ministro.

A intenção de Teotônio Vilela era pedir, ao representante do Governo Federal, providências no sentido de amenizar a violência que ele tem acompanhado pessoalmente em São Bernardo do Campo. "Senhor Ministro, estamos aqui falando do gabinete do prefeito Tito Costa, para relatar os atos de violência que vem sendo praticados contra os representantes dos metalúrgicos e outros políticos da oposição. Prenderam três dirigentes sindicais, jogaram bombas de gás em carros oficiais que transportavam parlamentares e até feriram a sua imunidade, pois levaram Freitas Nobre, líder da oposição na Câmara, preso junto com alguns dirigentes", informou Teotônio Vilela ao Ministro. E prosseguiu: "antes que isso acontecesse, quero informar que a assembleia dos metalúrgicos dentro da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo transcorreu dentro da mais perfeita ordem, sem maiores incidentes. A violência, entretanto, foi registrada após sua realização. Sem ser interrompido pelo Ministro, Vilela relatou ainda a prisão de Enilson Simões de Moura, apelidado de "Alemão", membro da Comissão de Mobilização e Salários, e de outros dois dirigentes sindicais e pediu providências no sentido de estabelecer uma ordem na situação. "Não estamos fazendo críticas, estou, apenas, fazendo uma reportagem dos acontecimentos", concluiu o senador oposicionista.

## Plantão da oposição

SANTO ANDRÉ (AE/GP) — Os representantes da Oposição

As comandados pela elite da polícia militar dentro do município. Um helicóptero da FAB, ocupado por soldados do exército; 25 viaturas da tropa de choque; dezenas de viaturas da rádio patrulha e tático móvel; pelo menos seis caminhões de tropa da PM, quatro "brucutus" e "espinhas de peixe"; mais de uma dezena de viaturas do Degran, quatro da Garra, policiais civis armados de cassetetes. Todos eles cercaram as imediações da praça, mantendo-se em permanente circulação pelas principais ruas do centro da cidade, enquanto mais de dez mil metalúrgicos procuravam se aproximar da igreja matriz, liberada a partir das escadas centrais e pelas laterais.

As 9h45min., o comandante da PM, Coronel Arnaldo Braga, circula em torno da praça e impede a aproximação de jornalistas: "É ordem dele: ninguém pode se aproximar. Com a imprensa ele fala mais tarde" — disse um assessor. Nesse momento chegavam à igreja diretores afastados do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e membros da comissão de salários, acompanhados por deputados.

As 10 horas surge na porta da igreja a primeira faixa: "a greve continua", momento em que começam os cânticos de "a praça é do povo", "a greve continua", liberdade, liberdade; "arroz, feijão,

As 10h30min. começou a primeira sessão da assembleia, enquanto do lado de fora o clima era de muita tensão: "O confronto é inevitável" — dizia o deputado Geraldo Siqueira; "Só há uma solução, assembleias-relâmpago em rodízio e imediato esvaziamento da igreja" — comentou o advogado Luiz Eduardo Greenhalg; "Basta alguém dar um grito para isso se transformar em tumulto geral" — disse o deputado Ayrton Soares. Enquanto isso, o helicóptero da FAB continuava sobrevoando a igreja, em vôos rasantes e sob vaias. Os coros de "Lula, Lula, Lula", "liberdade", "a greve continua". A polícia continuava circulando, sem contudo reprimir. O comércio baixou as portas durante toda a manhã. A aglomeração dos operários tomou toda a entrada da igreja e as ruas próximas.

estarão fazendo esquema de plantão na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, para dar proteção aos representantes da Comissão de Mobilização e Salários, em atividade durante a greve dos metalúrgicos. A informação foi prestada ontem pelo deputado federal, Antônio Russo, depois de uma rápida reunião com diversos representantes da Oposição, entre eles os senadores Teotônio Vilela e Franco Montoro, além dos deputados Ulisses Guimarães e Cláudio Lembo, ex-presidente da Arena Paulista. Atual membro do Partido Popular, Lembo afirmou que "o Brasil precisa começar a compreender o ABC, que é onde, indubitavelmente, vão surgir novas formas de convivência social. Se o Governo compreender que a democracia é acima de tudo um ato de tolerância, ele efetivamente terá condições de dialogar com o povo".

Freitas Nobre, líder do PMDB na Câmara Federal, também se referiu a atitude violenta do governo com relação a situação do ABC. "O Governo deveria seguir o modelo americano que não interviu nos sindicatos, nem prendeu qualquer dirigente sindical", por ocasião da recente greve dos transportes coletivos de Nova Iorque. Os demais políticos referiram-se ao direito de reunião que, embora permitido pela Constituição, vem sendo impedido por militares em São Bernardo do Campo.

Por outro lado o líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho, informou ontem que não existe a intenção de estender as prisões a maior número de líderes metalúrgicos e, na medida em que os inquéritos forem concluídos, haverá a libertação e ninguém deverá ser privilegiado, inclusive Luis Inácio da Silva.

PT 1073-134

BS

271

12

## Sociólogos abordam greve de São Paulo

Há possibilidade de que o governo promova um retrocesso político, mas isso significará um fracasso na sua estratégia. Ao promover a abertura, o governo tinha consciência de que correria o risco de enfrentar problemas sociais graves, como é o caso da greve do ABC, em São Paulo. "A abertura veio para contralar, mas ao abrir, o controle perde sua eficácia". As opiniões são do cientista político José Alvaro Moisés.

Moisés e Francisco Weffort vieram a Curitiba para participar de palestras no Colégio São José, sábado, a convite da Aditep — Associação de Difusão de Treinamentos e Projetos Pedagógicos. Para Weffort, "o governo está indeciso" sobre qual atitude tomar em relação à greve dos metalúrgicos. Segundo ele, o aspecto mais importante da greve é que 200 mil trabalhadores paralisaram o trabalho, sem a existência de piquetes, o que significa que "todos tinham consciência que era do interesse deles".

José Alvaro Moisés também afirma que o governo está num impasse. Os metalúrgicos, segundo ele, demonstraram maior capacidade de resistência do que o regime seria capaz de suportar. As prisões, a intervenção, ao invés de eliminarem a greve, fizeram com que outros setores resolvessem apoiar a movimentação, como é o caso da própria igreja. Assim, a saída do governo é o recuo. Ele diz que é o momento para a ação das oposições.

A primeira coisa que a oposição deveria fazer, diz o cientista político, seria reconhecer a sua debilidade. O plano político está desvinculado do plano social. A solução seria a oposição tentar alcançar este plano social, o que não acontece hoje: "Muitos integrantes do PMDB e do PP não estão de acordo com as ocorrências do ABC", isto é, não apóiam a causa dos operários. Os partidos atuais não são capazes "de conviverem com o conflito social".

Para o sociólogo Francisco Weffort, o interesse do governo no caso do ABC seria o de reprimir a greve para desincentivar os trabalhadores de outras regiões a se movimentarem, já que "o ABC é o ponto mais alto da capacidade de reivindicações". Além deste motivo, havia outro, político: impedir a projeção de Lula e, conseqüentemente, do PT. Mas, mesmo as empresas, segundo Weffort, não gostaram da ação do governo. "As empresas querem lucro, e estão tendo prejuízo com a paralisação". Com a ação do governo, não se conseguiu reprimir o movimento — a greve continua.

# Polícia impede assembleia

SANTO ANDRÉ — (AE) — São Bernardo do Campo voltou a viver momentos de tensão novamente ontem, quando tropas montadas, do tático móvel e da Rota cercaram o estádio de Vila Euclides para onde estava programado um show com artistas conhecidos para arrecadar fundos para a greve, embora, desde sexta-feira proibido pela censura federal, e também a Praça da Matriz, bloqueando ainda ruas vizinhas a igreja.

Por volta de 15 horas chegaram as viaturas com sirenas ligadas procurando dispersar grupos que estavam próximos da Rua Urubutuba, que dá acesso ao estádio. Poucos minutos depois bloquearam o trânsito da Rua Marechal Deodoro, em três quadras vizinhas a praça da Igreja matriz. A presença dos policiais acabou chamando a atenção de pessoas que saíam de um cinema próximo, que se aglomeraram na calçada. Isso foi suficiente para que oito viaturas do

tático móvel ligassem novamente as sirenas e saíssem alta velocidade pela rua interdita.

A igreja, porém, esteve vazia, à tarde, assim como o salão paroquial que vem sendo utilizado para distribuição de mantimentos do fundo de greve nenhum incidente mais grave, porém, foi registrado.

Apesar do aparato policial de sábado, dado retorno da polícia na tarde de ontem e da continuidade da proibição pelo Dops de utilização das praças públicas para realização de eventos que contrariem a sentença do TRT a assembleia dos metalúrgicos de São Bernardo de Diadema está programada para hoje às 10 horas, na igreja matriz de São Bernardo.

Em Boletim fartamente distribuído ontem nos bairros dos dois municípios e assinado pela diretoria do sindicato comissão de salários, convoca todos para a igreja, onde serão realizadas assembleias em turnos

sucessivos.

O boletim denuncia "o sequestro" de Gilson Correia de Menezes e Venâncio Luz, diretores afastados do sindicato, bem como de Enilson Simões de Moura, ao mesmo tempo em que informa que, apesar da repressão policial, a assembleia de sábado transcorreu "na mais perfeita ordem".

"Companheiros: o desespero é sinal de fraqueza. Podem prender dez, vinte, mas nós somos 140 mil. Cada um de nós é um Lula, um diretor do Sindicato. Nossa luta é justa e, unidos estamos cada vez mais firmes e fortes" — diz o boletim com timbre do Sindicato. Por fim relata os prejuízos das empresas, do governo, em consequência da greve: Cr\$ 10 bilhões da indústria automobilística; Cr\$ 3 bilhões do setor de eletrodomésticos; 8 bilhões do setor de autopeças e Cr\$ 22,2 bilhões do governo em impostos não arrecadados.

# Uma solução muito difícil

SÃO PAULO — (AE) — O secretário de Trabalho do Estado de São Paulo, Sebastião de Paula Coelho, declarou ontem que a solução para o impasse criado com a greve dos metalúrgicos do ABC está muito difícil.

Para ele "a normalidade tem que ser restabelecida o mais breve possível para que nós possamos, com a volta ao trabalho, tentar intervir junto aos empregadores, para que se possa rever algumas das reivindicações

anteriormente postuladas. Eu não vejo nenhuma possibilidade de solução do problema, a não ser o imediato retorno dos trabalhadores, para um posterior reexame da situação".

As declarações do secretário foram feitas no município de Itu, logo após a inauguração do centro de lazer do trabalhador. Ao ser indagado por um repórter sobre a posição dos metalúrgicos que exigem a imediata libertação dos líderes presos, Sebastião

de Paula Coelho observou que os trabalhadores "visam forçar uma situação para obter alguns resultados", mas lembrou que "uma coisa é nós reivindicarmos aquilo que a realidade sócio-econômica do país permite e outra é nós lutarmos por aquilo que nós sonhamos". Disse também o secretário que diante do impasse "há necessidade de que prevaleça o bom senso" e conclamou tanto os trabalhadores quanto os empresários a que "desarmem os espíritos".

# Prefeito pede mais liberdade sindical

SANTO ANDRÉ — (AE) — O prefeito Tito Costa, de São Bernardo emitiu nota oficial sábado, relatando as ocorrências durante e após a assembleia dos metalúrgicos e apela ao presidente da República e ao bom senso de nossas autoridades, a fim de que empenhem na solução do impasse, transformado em crise política, que preocupa toda a família brasileira.

Esta é a íntegra da nota:

"Diante dos fatos ocorridos ontem (26) em meu município, testemunhados por deputados e senadores da República, além da Imprensa Nacional e do Exterior, tenho o dever, na condição de prefeito de São Bernardo do Campo, de vir a público para denunciar à minha comunidade e à Nação, o seguinte:

— Tenho reiterado, insistentemente, que a liberação do estádio de Vila Euclides, ocupado pela Polícia Militar, significará maior segurança para a população, pois as reuniões dos trabalhadores ficam ali concentradas, fora do centro da cidade.

2 — Os trabalhadores vêm realizando no interior da Igreja Matriz reuniões pacíficas e ordeiras. Quanto à reunião de ontem (26) é necessário que se registre, também, a prudência com que se conduziu o coronel Braga, à frente do policiamento, evitando exaltações de ânimo e excessos de seus comandados.

3 — Apesar de todos os esforços no sentido do entendimento, forças da repressão não claramente identificadas, violaram imunidades de parlamentares e invadiram meu gabinete de trabalho para efetuar prisões.

— Tais arbitrariedades foram testemunhadas por deputados e senadores, legitimamente eleitos pelo voto direto, que, aqui representando o Congresso Nacional, levam consigo a convicção de que é impossível a anunciada "abertura", quando se vive um clima de violência e arbítrio, sob a invocação da Lei de Segurança Nacional.

5 — Cumpre-me, ainda uma vez, apelar para Sua Excia o sr. Presidente da República e ao bom senso de nossas autoridades a fim de que se empenhem na solução do impasse, transformado em crise política, que preocupa toda a família brasileira".



JORNAL: Correio de Notícias

P. Greves

Data: 29 04 1980 Estado RJ

88

## Greve já preocupa empresas da CIC

Se a greve dos metalúrgicos da região do ABC paulista prosseguir por mais uma semana, as empresas instaladas na Cidade Industrial de Curitiba que se abastecem comprando peças e outros acessórios necessários em suas produções daquele Estado, poderão sofrer reflexos negativos. Este pelo menos já é um problema que a Volvo admite correr o risco de passar, uma vez que adquire muita coisa de São Paulo e de Minas Gerais.

Segundo fontes da empresa, na semana passada haviam sido constatadas o não fornecimento de sete tipos de peças, embora a firma disponha de estoques. Mesmo assim confirmam que se o movi-

mento dos metalúrgicos continuar por mais um tempo, suas atividades que hoje ainda estão normais poderão complicar-se.

Já o empresário Ophir Woirowicz da Inepar, afirma que em sua indústria não existe este problema, "pois importamos muitas peças e as chapas de aço utilizadas em nossa fabricação são mantidas sob grandes estoques". Porém informa ainda, como presidente da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, haver uma certa apreensão por parte das metalúrgicas que atuam naquele local, quanto as possibilidades de em breve virem a ser afetadas pela greve do ABC.

Jornal Recife de Notícias  
 R. Queres  
 29.04.80 R

**Processadores  
 apóiam os  
 metalúrgicos**

As associações de profissionais de processamento de Dados, reunidas no VI Encontro Nacional de APPD's, realizado no Recife, no Domingo, divulgaram uma nota de apoio aos metalúrgicos em greve no ABC paulista, pedindo imediata reabertura das negociações, suspensão da intervenção nos sindicatos, libertação dos líderes sindicais, e liberdade sindical. Seis associações assinam a nota. Elas estão, atualmente, atravessando a fase de discussão interna para a formação de sindicato para a clas-

## Paranaguá não teve sucesso nas vacinas

**Paranaguá** - A campanha de vacinação contra a poliomielite em Paranaguá não surtiu os efeitos esperados pela Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social. Das vinte e cinco mil crianças que deveriam ter sido imunizadas, mais de dez mil não o foram, principalmente as da zona rural, segundo o vereador Massami Takayama. Ele ficou alarmado com o índice, e diz que essas crianças não foram vacinadas por falta de verbas e material humano no Centro de Saúde de Paranaguá.

Ele lembra que no ano passado, quando houve uma campanha de vacinação antirábica, a cidade inteira foi atingida, inclusive a zona rural. "Parece que o cão é mais importante que o ser humano, principalmente uma

criança que será o adulto de amanhã", diz o vereador.

### Faltaram muitos

Os números divulgados pelo Centro de Saúde mostram que foram vacinados exatamente 14.492 crianças em todo o município. A informação foi publicada na imprensa local, logo depois da denúncia do vereador, que está terminando um relatório para encaminhar ao secretário da Saúde, Oscar Alves, e ao ministro Waldir Arcóverde, mostrando que a campanha de vacinação em Paranaguá foi um fracasso.

## Prefeito deixa crianças sem aula

**Paranaguá** - O vereador Massami Takayama, que denunciou o fracasso da campanha de vacinação contra a poliomielite em Paranaguá, está informando também que há crianças que não estão tendo aulas na zona rural do município, porque o prefeito Vicente José Elias cortou a verba de custeio de transporte das professoras até as escolas.

O prefeito anterior, Nelson Barbosa custeava as despesas e as aulas eram dadas normalmente, e o problema vem se arrastando agora, sem que o prefeito solucione. Com isso, não há ensino e não é feita também a distribuição de merenda escolar. A diretora do Ensino Municipal Regina Pinho, não remete as informações solicitadas a respeito dessa particularidade pelo vereador.

### Cabide de emprego

Para ele, "há departamentos da Prefeitura que servem apenas de cabide de emprego para muita gente". Na periferia da cidade, a Escola Bento Munhoz da Rocha não tem água encana-

da, e as crianças são obrigadas a levar o líquido em garrafas para as aulas.

No bairro de Emboguaçu, até o ano passado, a Prefeitura utilizava uma sala, que foi cedida pela Igreja católica, que não permitiu a função este ano, em virtude da situação precária das instalações. E a Prefeitura não reformou o lugar, conforme havia sido prometido.

As crianças de melhor situação financeira foram estudar em outros locais, mas as carentes de recursos estão sem aulas desde o início do ano letivo. Outra escola, no balneário de Sangri-lá, não oferece a mínima garantia e pode desabar a qualquer momento, mas Regina Pinho, sabendo disso, não toma providências, diz Massami.

Ele afirma que dos municípios da região litorânea o único que cuida mesmo do ensino primário é Morretes. As outras cidades estão na mesma situação de Paranaguá, com falta de verbas e professores, que são mal remunerados. As crianças ficam privadas da escola por culpa exclusiva dos prefeitos, diz.

## Piscina do Cefet é causa de poluição

Comício de Natal  
L. G. Soares  
29.04.80

85

# A Greve, as Prisões e os CBAs

Perseu Abramo

Os cárceres políticos brasileiros encheram-se novamente de presos no início da semana passada. Em São Paulo, já no sábado eram presos Lula e numerosas outras pessoas, entre sindicalistas, dois advogados e um jornalista. Até o momento de encerrarmos este artigo, haviam sido liberadas seis pessoas, mas novas prisões foram efetuadas nos dias seguintes. Em Minas, no final da semana passada foram presas cerca de 160 pessoas, em turnos, posteriormente liberadas. E, no Ceará, continua preso José Sales.

Não foram apenas as prisões. Na semana retrasada, decretada a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, desencadeou-se brutal repressão contra numerosos operários, que não aceitaram passivamente a presença da PM na sua entidade e na sua cidade. Na ocasião, houve vários feridos, alguns graves. E, durante toda a semana, uma vigilância policial ostensiva e excessiva, cercando casas de sindicalistas, invadindo outras, espionando os transeuntes nas praças de São Bernardo e Santo André.

Tudo isso significa a confirmação de uma mudança de tendência na repressão, iniciada no final de 1978: a Ditadura, tendo considerado que já desbaratara a esquerda organizada, passa agora a voltar sua força contra os movimentos econômicos e sociais, notadamente as greves.

Essa mudança de direção na ação repressiva da Ditadura constitui uma resposta a uma mudança equivalente ocorrida nas forças oposicionistas, mais ou menos na mesma época: a luta unificada da sociedade civil contra os abusos da repressão (luta que se traduz por palavras de ordem tipo "liberdades democráticas", e "Estado de Direito") começa a apresentar, em seu interior, um traço distinto e diferenciador — a luta de classes — expressa, inicialmente, pela greve dos metalúrgicos do ABC em maio de 78 e depois, disseminada por numerosas cam-

do, feroz e pouco inteligente do poder ditatorial local (Maluf, Tavares etc.), obcecado em sufocar qualquer reação popular ampla e democrática. Nesse último contexto também se explicam o cerco à residência de Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado de presos políticos, membro da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese e um dos mais destacados líderes dos movimentos de anistia do Brasil, e, ainda, a invasão da casa de Salvador Pires, presidente da Frente Nacional do Trabalho, o cerco policial à casa de David de Moraes, presidente do Sindicato dos Jornalistas, e a prisão de outras pessoas.

As formas de captura dos que foram presos também evidenciam dois estilos, duas orientações diferentes, embora não opostas ou antagônicas, sequer divergentes: alguns dos presos no final da semana retrasada em São Paulo foram capturados de forma pouco violenta, dando-se-lhe, até, em certos casos, a oportunidade de terminar o café e de se vestirem; outros foram outros foram praticamente sequestrados, arrancados de casa em pijamas, ou cercados na rua por carros e policiais fortemente armados, algemados, jogados na bagageira das C-14, ocultos sob um cobertor até a chegada ao Deops, recebendo ameaças das mais variadas: este último estilo lembra a famigerada Oban, precursora do Doi Codi do II Exército. Enfim, a repressão da "abertura" mostrou a sua face.

Ora, a libertação de Lula e dos demais presos, sindicalistas ou não — tarefa prioritária das oposições — jamais será conseguida se houver um fragoroso recuo dos metalúrgicos, sintetizado por uma negociação espúria de fim incondicional da greve, barganhada por comissões mediadoras indevidas e sem terem recebido expressa delegação para tal.

- Ao contrário, somente a força e a firmeza dos metalúrgicos em greve poderão fazer reverter a situação a seu favor.

Pais. A anistia parcial e a reforma da legislação partidária limitada - duas outras respostas da Ditadura para enfrentar a nova conjuntura - contemplam, em parte, os anseios oposicionistas (tanto liberais quanto esquerdistas) por liberdades políticas, mas não resolvem, sequer parceladamente, as novas demandas expressas nas greves.

Tudo isso também confirma o acerto das previsões de modificação da conjuntura repressiva, feitas pelos movimentos de anistia em reuniões e encontros parciais a partir dos meados do ano passado, e finalmente consubstanciadas em teses e resoluções aprovadas no II Congresso Nacional de Anistia realizado em novembro, em Salvador. Nessa ocasião, os Comitês Brasileiros de Anistia, os Movimentos Femininos pela Anistia e as Sociedades de Defesa dos Direitos Humanos de todo o País não só constataram essas mudanças, como também firmaram sua nova linha política: libertação de todos os presos, volta de todos os exilados, reintegração de todos os afastados, recuperação da memória das vítimas, fim do aparato repressor, revogação da Lei de Segurança Nacional, e (aqui o elemento novo) apoio às lutas dos setores populares e dos trabalhadores contra a repressão.

Reviver essas bandeiras, agora, não só é oportuno, como fundamental. Depois do II Congresso, houve um inegável e progressivo esvaziamento do movimento de anistia e das entidades que o compõem, em parte gerado pelo fato concreto de que, paulatinamente, quase todos os presos foram saindo da cadeia, ora anistiados, ora em liberdade condicional, e de que praticamente voltaram ao Brasil quase todos os que se encontravam fora, sob diversas circunstâncias (a mais recente foi Flávia Schilling). Mas continua intacta a repressão da Ditadura, embora esta tenha modificado seu estilo e aquela tenha redirecionado suas ações.

Ea repressão reaparece de forma sagaz e brutal, incorporando e combinando formas antigas e novas. Nos últimos acontecimentos ligados à greve dos metalúrgicos do ABC, por exemplo, percebe-se claramente a justaposição de duas políticas: a uma orientação geral, de ordem federal, para reprimir, adicionaram-se, na sua execução, peculiaridades regionais paulistas.

A prisão de Lula e dos demais dirigentes sindicais de São Bernardo e Santo André certamente se explica pelo blandicioso direitismo do poder central da Ditadura (Golbery, Delfim, Macedo), dedicado à causa de servir às multinacionais; mas a de José Carlos Dias e Dalmo Dalari, da Pontifícia Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, só se compreende pelo anti-comunismo fascista, desabri-

substância em conduzir a greve de forma a conseguir negociações que lhes sejam favoráveis, são os metalúrgicos, somente, os que têm em suas mãos a faculdade de obter a libertação de Lula e dos demais sindicalistas, e não devem nem abrir mão desse poder nem delegá-lo seja aos seus inimigos - os patrões e o Estado - seja a falsos aliados, mais preocupados em preservar a própria pele ou o próprio status do que em defender os interesses reais da classe operária.

A firmeza dos metalúrgicos depende prioritariamente deles mesmos, mas depende, embora secundariamente mas não irrelevantemente, da solidariedade dos demais trabalhadores e de todas as forças efetivamente democráticas e oposicionistas.

E é aí que podem e devem ressurgir, de forma oportuníssima e inadiável, as teses do II Congresso de Anistia: a imediata e total incorporação de todas as entidades de anistia ao trabalho de organização dessa solidariedade.

Em São Paulo e em outros locais isso já está se dando, mas é preciso que o movimento de solidariedade se alastre e intensifique. Ora reunindo-se a outros movimentos democráticos e a parlamentares de partidos de oposição, ora tomando a iniciativa nos locais e nos casos em que a oposição é mais fraca, os Comitês Brasileiros de Anistia têm, agora, uma clara e urgente tarefa.

A solidariedade é um sentimento difuso, e, no caso presente, ela existe de forma evidente, entre as classes trabalhadoras, os setores populares e entre as camadas mais proletarizadas das classes médias. A tarefa prioritária dos CBAs, em conjunto com outras entidades democráticas, é a de organizar essa solidariedade, ou seja, de transformá-la em apoio efetivo, que se dá em dois planos, o material e o político.

O primeiro se traduz em auxílio financeiro e em espécie, em assistência jurídica e médica a presos e vítimas da repressão policial, em divulgação e propaganda tanto dos fatos quanto das reivindicações dos grevistas. O segundo exprime-se pela organização ou pela participação em manifestações populares de pressão contra as autoridades, que vão desde a emissão de notas e manifestos até os comícios, atos públicos, passeatas, e, nos casos em que isso for possível, greves de apoio mesmo que simbólicas e parciais.

Com a autoridade moral e política que já adquiriram no recentíssimo passado de lutas, e com a capacidade de trabalho e organização de que já deram cabais demonstrações, os CBAs, os MFPA's e as SDDH's têm, novamente, a sua oportunidade de provar a atualidade e a permanência da palavra de ordem de anistia ampla, geral e irrestrita.



## Metalúrgico diz que não trabalha com Lula preso

SANTO ANDRÉ (AE—O ESTADO) — O presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, Jacó Bittar, prometeu aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema - reunidos em assembléia na manhã de ontem, na Igreja Matriz de São Bernardo - "uma resposta mais efetiva à altura que os trabalhadores do ABC merecem por parte do movimento sindical do Brasil".

Jacó Bittar - que na semana passada rompeu com a unidade sindical - prometeu reunir-se ainda ontem com um grupo de dirigentes sindicais para discutir "inclusive greve de solidariedade aos metalúrgicos do ABC". Não quis revelar, porém, o local da reunião, nem quem participará dela. A assembléia ocorreu no interior da igreja praticamente sem incidentes, em duas sessões de 40 minutos cada uma. Jacó Bittar, que abriu a primeira sessão, foi o único orador não pertencente à categoria dos metalúrgicos do ABC. Depois da prisão de Enilson Simões de Moura e Gilson Menezes, oradores fixos de todas as assembléias, a palavra foi aberta a outros dirigentes afastados como Juracy Batista de Magalhães e Manoel Anísio, que não haviam usado o microfone anteriormente.

O mais aplaudido, no entanto, foi Osmar Mendonça, da Comissão de Mobilização e Salários, que começou dizendo que "não são as prisões dos dirigentes do sindicato ou dos membros da comissão de salários que vão forçar o retorno ao trabalho. Só vamos voltar - disse - depois que nossas reivindicações forem atendidas". Neste momento ecoou dentro da igreja, gritos de "a greve continua; se não soltarem o Lula, ninguém vai trabalhar".

Osmar, no entanto, fez questão de "deixar claro que a greve é por melhores salários e garantia de emprego. Nossa greve — explicou — não é política. É reivindicatória. O governo é que está querendo transformá-la em política, promovendo prisões de nossos companheiros". E acrescentou: "O governo, que teria que defender a Nação, tomou o partido dos patrões e nos ameaça com a Lei de Segurança Nacional, além de querer envolver dom Claudio Hummes e dom Paulo Evaristo, que estão do nosso lado, numa briga suja. O governo se jogou contra a Nação, contra o Congresso Nacional, contra a Igreja, contra os trabalhadores, agora está fraco e sairá derrotado da nossa campanha".

Todos os oradores, por outro lado, procuraram tranquilizar os metalúrgicos em greve, diante da "ameaça dos patrões de demitir todo mundo por justa causa, por abandono de emprego". "É mentira - disse o ex-dirigente Juracy Magalhães. Uma equipe de advogados trabalhistas reuniu-se e concluiu que "abandona o emprego aquele que não quer mais trabalhar. Nós, ao contrário, estamos lutando pela estabilidade no emprego. Estamos querendo continuar trabalhando, mas com melhores salários". Para João Batista, da comissão de mobilização e salários, "essa ameaça representa fraqueza dos patrões, que já estão com a água no pescoço e não aguentam mais suas máquinas paradas. Não precisam temer, porque não há mão-de-obra para substituir 140 mil metalúrgicos parados. Não vão contratar "peão" para quebrar máquinas, que só nós, especializados, sabemos mexer".

Juracy Magalhães colocou em votação a proposta de Mario Garnero: "Voltar ao trabalho com o financiamento de 70%, dos dias parados e promessa verbal de não punição aos grevistas". A resposta foi uma vaia sucedida de gritos de "a greve continua".

Nova assembléia foi marcada para hoje, no Estádio de Vila Euclides, às 10 horas. "Caso continue ocupado pela polícia, vamos ao paço de São Bernardo. Se também estiver fechado venham para a igreja, porque aqui polícia não entrará", disse Nelson Campanholo, ex-diretor do sindicato.

Por sua vez, Juracy Magalhães convocou os metalúrgicos para as comemorações de 1.º de maio, no Estádio de Vila Euclides, às 10 horas. "estejam aqui às 9 horas, para seguirmos junto até o Estádio no dia 1.º" - disse.

O deputado federal Benedito Marcilio, presidente afastado do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, ocupou o microfone para cobrar do presidente da República, "mão estendida à conciliação. Se ele estendeu mesmo a mão - disse - que demita esse ministro do capital e o ministro do Planejamento e nos deixem livres para negociar com os patrões, porque nossa greve só continuará com acordo". Marcilio disse que desmentiria publicamente o governo que "diz que a greve em Santo André está acabando. É mentira. 70% da nossa categoria continua em greve, junto com os companheiros de São Bernardo e Diadema. E vamos juntos até o fim", completou.

87  
tempo e disse que  
ceções, assim como fal  
nientes que, às vezes pa  
novo presidente da Ad  
prometeu reivindicar ma  
onde empresas estatais  
Estalizer para não desnatonalizar, suspiram,  
Civicamente reconfortados, os tecnocratas de  
trabalho Na sua m

A Acominas já quebrou o tabu: é a penetração  
da iniciativa estatal no mercado dos não-plantos,  
com sua oferta de 2 milhões de toneladas a partir  
de 1982.  
\*  
Estalizer para não desnatonalizar, suspiram,  
Civicamente reconfortados, os tecnocratas de  
trabalho Na sua m

### A greve dos metalúrgicos

# Grevistas marcam para amanhã passeata da igreja ao estádio

A celebração de uma missa na Igreja Matriz, às 9 horas, e uma caminhada até o estádio de Vila Euclides, onde, às 10 horas, será realizada uma manifestação unitária de todos os trabalhadores, é a forma como os metalúrgicos de São Bernardo pretendem comemorar o dia 1.º de maio. Nelson Campanholo, único membro da diretoria afastada do Sindicato de São Bernardo ainda em liberdade, pediu que todos os metalúrgicos compareçam com suas famílias e tragam bandeirinhas e flores para a caminhada, que será "uma demonstração de que não somos desordeiros e que queremos a paz".

Se o estádio de Vila Euclides estiver cercado pela polícia, os metalúrgicos deverão encaminhar-se para o Paço Municipal onde, mesmo se a ocupação policial for mantida, deverão sentar-se e manifestar-se pacificamente. Essa programação foi definida pelos diretores destituídos do Sindicato e pela Comissão de Salários de São Bernardo, e terá a participação de centenas de sindicatos e entidades que fazem parte da Unidade Sindical e do Comitê de Solidariedade da Assembléia Legislativa.

O programa do 1.º de maio foi anunciado ontem em São Bernardo aos metalúrgicos que participaram das duas sessões da assembléia na Igreja Matriz, isolada pela polícia, e decidiram, mais uma vez, continuar a greve. A tensão dentro da igreja lotada cresceu muito quando foi espalhada uma substância que fazia as pessoas espirrarem.

Fora da igreja, onde foi diminuído o espaço liberado para os grevistas pelo policiamento, também houve espirros. Segundo o coronel Arnaldo Braga, comandante da PM, o pó que vem sendo jogado na igreja e no meio da multidão, é uma espécie de pó de milho "que só pode estar sendo jogado contra nós e contra os trabalhadores por elementos infiltrados, para tumultuar o ambiente, pois nós pensamos que são os metalúrgicos que jogam contra nós e eles pensam que atiramos contra eles". O comandante afirmou que a PM não usa esse tipo de material. Os metalúrgicos, por sua vez, criaram um novo coro: "Nós vamos espirrar mas ninguém vai trabalhar."

**ULTIMA CARTADA**  
Todos os oradores da assembléia insistiram em que os trabalhadores devem prevenir-se contra uma "nova ofensiva dos patrões" para esvaziar o movimento, através de ameaças de demissões por justa causa e da divulgação de dados irreais sobre o comparecimento ao trabalho. A paralisação em São Bernardo, segundo Nelson Campanholo, está como nos primeiros dias e as grandes fábricas continuam sem produzir. A ameaça de demissão por abandono de emprego depois de 30 dias de ausência é, para o dirigente sindical, a última cartada dos empresários, que não poderão dispensar todos os grevistas.

Membros da Comissão de Salários informaram também que o auxílio que vem sendo prestado ao Fundo de Greve garante a distribuição de mantimentos por mais 60 dias. Cerca de 3 toneladas diárias de alimentos têm sido doadas e mais 40 são compradas.



Volkswagen, 15h42 de ontem: a linha de produção estava parada.



O comandante do Batalhão de Choque também lacrimeja com o rapé.

## PM e piquete têm confronto

Um violento confronto entre cerca de cem metalúrgicos que participavam de um piquete grevista diante da empresa General Electric e soldados da tropa de choque transportados por três caminhões da Polícia Militar ocorreu ontem, entre 5 e 6 horas em Santo André, informou, pela manhã, um porta-voz da Comissão de Greve que funciona na Igreja de Nosso Senhor do Bonfim.

Segundo a Comissão o piquete tentava impedir a entrada de fumaças e gases em um prédio das indústrias automobilísticas. As indústrias automobilísticas são as que mais estão sofrendo com a paralisação do trabalho em Santo André e São Bernardo, observou o ministro do Trabalho.

Segundo o empresário Roberto De La Manna, que acompanhava o ministro, as empresas de São Bernardo estão dispostas a cumprir a lei, hoje, no tocante à caracterização do abandono do emprego. A seu ver, o movimento grevista tende a entrar em rápido processo de desintegração.

## Francês atropelado está preso no Deops

O francês Jean Vincent Eglin, de 27 anos, que foi atropelado sexta-feira, em Osasco, por uma viatura do Tático Móvel da Polícia Militar, está preso no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) desde domingo, quando dois investigadores o retiraram do Hospital das Clínicas numa ação não esclarecida pelo estabelecimento hospitalar ou pelo próprio Deops. Eglin, acusado de envolvimento na greve do ABC, poderá ser expulso ou deportado do País, segundo o Deops. O caso adquiriu características diplomáticas com a intervenção do cônsul geral da França em São Paulo e movimentação junto à Chancelaria francesa em Paris.



O francês Jean Vincent Eglin.

Jean Vincent entrou no Brasil há seis meses, como turista, com visto de permanência para três meses, prazo posteriormente prorrogado por igual período e vencido ontem.

Segundo o delegado Manuel Aranha Peixe, da Delegacia de Expulsões do Deops, Jean Vincent está preso à disposição do Ministério da Justiça, sob a acusação de ter "desvirtuado sua condição de turista". Acrescentou que há um processo em tramitação na Divisão de Ordem Social, a cargo do delegado Otacilio de Oliveira Andrade, apurando o envolvimento de Jean na greve dos metalúrgicos do ABC. Quando foi atropelado na última sexta-feira, em Osasco, pela viatura do Tático Móvel, prefixo 209, Jean Vincent tinha em seu poder alguns panfletos e o exemplar de um jornal sobre a greve dos metalúrgicos, material descrito em auto de apreensão preparado pelo Deops.

Procurado por um irmão de Jean Vincent, residente em Mulhouse, o deputado giscardeano Adrian Zeller encampou o assunto e deverá interpor hoje à tarde o ministro das Relações Exteriores, Jean François Poncet, durante a sessão das quartas feiras, em que os parlamentares interrogam os membros do governo na Assembléia Nacional.

Segundo J.B. Natali, a noção de "sequestro" de um prisioneiro internado possui na França uma péssima conotação, lembrando os métodos aplicados pelos policiais do Uruguai e da Argentina em episódios que, ao envolverem cidadãos de nacionalidade francesa, obtiveram uma ampla cobertura da imprensa e enorme mobilização da diplomacia de Paris.

### ESTRANHEZA

O advogado do francês, Antônio Funari Filho, estranhou ontem a forma pela qual Jean Vincent foi retirado do Hospital das Clínicas, domingo, apesar de estar ferido nas costas, cabeça, tórax e pernas. Jean Vincent prestou depoimento ontem de manhã.

No início da noite de ontem o cônsul geral da França em São Paulo, François Roey Coquais, visitou Jean Vincent no Deops. "Qualquer problema com um cidadão francês envolve a participação do consulado, que tem o dever de defender seus direitos" — explicou.

O cônsul discutiu com o diretor do Deops as condições carcerárias do detido e pediu que ele seja solto o mais rápido possível.

### DEPOIMENTOS

O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Antonio Augusto de Oliveira Campos e a ex-diretora Maria Cristina Fachini foram intimados pelo Deops a prestar depoimentos sobre o movimento de arrecadação de fundos para a greve dos metalúrgicos. Ademar Lopes de Almeida e Washington Luis Moura Lima, diretores afastados do sindicato, também deverão prestar depoimentos hoje à tarde.

Na Assembléia Legislativa, o comitê de solidariedade a greve dos metalúrgicos denunciou a ocorrência de mais cinco prisões: os bancários Sandra Cajazeiras e Antonio Carlos Portela de Castro, os metalúrgicos Lucas de Moraes Godinho, Carlos

PT 1073 131

## Repórteres vêm a Volks paralisada

Na véspera, a Volkswagen do Brasil informou oficialmente à imprensa que havia reiniciado a produção de veículos. Cerca de trinta jornalistas, inclusive vários correspondentes estrangeiros, foram ontem à tarde à Volkswagen para documentar a fábrica em funcionamento. Mas ficaram confinados em duas salas da assessoria de imprensa, aguardando uma autorização da diretoria da empresa, que acabou sendo negada para ontem. Os jornalistas foram convidados a retornar hoje, às 9 horas.

Mas durante as quase duas horas em que permaneceram dentro da fábrica, na ala 2, os jornalistas puderam verificar que as máquinas encontravam-se paradas. Segundo funcionários da empresa, isso se devia à troca de turno, exatamente naquele horário. Dois repórteres do "Jornal do Brasil", no entanto, que se encontravam na fábrica desde as 14 horas — bem antes, portanto, do encerramento do turno, às 16 horas — encontraram o mesmo quadro de máquinas paradas e operários conversando.

Quando entraram na ala 2, os jornalistas encontraram apenas um operário, número que nas duas horas seguintes não passou de 10. Estes operários informaram que, dos 600 que trabalham nesta ala, apenas 70 têm comparecido à fábrica. Alguns deles disseram que haviam voltado ao trabalho apenas para bater o ponto, evitando a demissão por justa causa por abandono de emprego (o prazo de 30 dias se esgota hoje).

Alguns repórteres encontraram um operário dormindo sobre as máquinas na ala 2, enquanto outros entravam e saíam dos banheiros, evitando os fotógrafos. Enquanto se aguardava a autorização do diretor de relações industriais, Admorm Ganém, um assessor de imprensa forneceu a relação dos veículos produzidos, segundo a empresa, na segunda-feira: 5 carros Brasília, 22 Volkswagen, 13 Kombi, 63 Passat. Indagado sobre a produção de ontem, o assessor nada soube responder.

Um operário de barbicha, escondido atrás de um tapume junto ao banheiro, informou que a volta ao trabalho aumentou desde a última sexta-feira. Preocupado com um cinegrafista da TV Globo — "vê lá, vocês não vão me mostrar na televisão..." — ele apenas perguntou: "Por que vocês não falam desses padres que mandam baixar o pau em quem está trabalhando?" Perguntado sobre onde obteve esta informação, ele respondeu: "Aqui na fábrica mesmo."

No setor 1240, serralheria, estão trabalhando 7 dos 25 operários. Um deles, solteiro, reclamou que ontem obrigaram o ônibus em que se encontrava a parar em São Caetano e o fizeram descer. Ele era o único passageiro no ônibus e não soube dizer o que pensa da greve: "Eu saio muito à noite, por isso não vejo televisão..." Depois que um dos assessores de imprensa informou aos repórteres que a visita à fábrica estava definitivamente proibida e adiada para hoje, alguns jornalistas conseguiram entrar na ala 14, montagem final. Lá, um funcionário estava mostrando uma papeleta, da qual constava a produção de 17 veículos na segunda-feira (segundo a empresa foram 103) e 59 ontem, mas logo foi advertido por um gerente de que não poderia dar entrevistas.

### IMPOSSÍVEL

Segundo os membros da Comissão de Salários dos metalúrgicos que realizaram um levantamento do comparecimento dos operários do turno da manhã da Volkswagen, a empresa não pôde produzir nenhum veículo nesse turno. O comparecimento nas seções de usinagem e estamparia, segundo verificaram, foi muito pequeno e sem estas seções não é possível a montagem final.

PT 4073.13.1

apenas como José Leite e provavelmente um ferido (Antônio Barros, posteriormente internado no Hospital Bartira) teriam sido os resultados ao final do confronto, que se registrou na avenida Industrial.

A Comissão de Greve, que até o início da tarde não tinha maiores informações, "pois o piquete foi realizado sem o nosso conhecimento", acrescentou que "a pancadaria da PM foi generalizada, tendo sido agredidos os transeuntes que por acaso passavam pela avenida Industrial e os próprios fura-greves".

Outras versões indicavam que teriam sido presas mais quatro ou cinco pessoas. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Cúria de Santo André foi acionado pela comissão de greve dos metalúrgicos e um advogado tentava, no início da tarde, localizar a repartição policial onde estaria detido José Leite bem como tentaria entrevistar Antônio Barros, no hospital, para comprovar ter sido ele agredido pelos policiais quando do incidente na GE.

### SEM REPRESENTAÇÃO

A Comissão de Greve dos metalúrgicos de Santo André informou, ontem de manhã, que representantes da empresa Morris, de Sertãozinho, reunidos com uma comissão de dez empregados da indústria, asseguraram aos trabalhadores que estes não sofrerão represálias por terem aderido à greve e que a empresa estaria disposta a um acordo com os grevistas.

A mesma Comissão de Greve revelou que um representante da direção das indústrias do "grupo Philips" (Philips, Ibrape e Constanta), manifestou antontem a possibilidade de "um diálogo" entre os empregados e a direção das empresas. A comissão de greve aguardava, durante todo o dia de ontem, um novo contato do representante empresarial, enquanto os empregados do "grupo Philips" programavam uma assembleia para as 16 horas.

### MULHERES

Cerca de duzentas mulheres de metalúrgicos em greve reuniram-se ontem na Igreja do Bonfim e, por unanimidade, resolveram enviar abaixo-assinado ao governador Paulo Salim Maluf, respondendo às afirmações por ele feitas terça-feira passada, segundo as quais seus maridos recebem cem mil cruzeiros por mês. "Onde está o restante do salário de nossos maridos?", pergunta o documento, além de sugerir a troca do pagamento entre eles e o governador, "por um mês que fosse".

As mulheres resolveram, ainda, participar das manifestações de 1.º de Maio na região e denunciaram que "várias empresas estão impedindo as compras nas cooperativas de empregados". Segundo elas, tratase de mais uma pressão que o pessoal volte ao trabalho, "mas não adianta: estamos cada vez mais dispostas a continuar até a vitória".

## Macedo acha que hoje é o "Dia D" para a greve

"Amanhã (hoje) é o dia D, para se avaliar o fim da greve em São Bernardo", disse ontem o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, ao reunir a imprensa para os informes oficiais sobre o movimento grevista do ABC. Segundo as declarações do ministro, aumentou o índice de retorno ao trabalho nas principais empresas de São Bernardo. A greve em Santo André foi considerada extinta por ele.

Murilo Macedo disse que serão anunciados hoje os índices do salário mínimo, que poderão variar entre 41,3 e 42,2%, conforme deu a entender, ou seja, o INPC, estimado ao redor de 38%, mais 10% do índice. Visivelmente fatigado, o ministro informou que as empresas poderão despedir, a partir de hoje, por caracterização de abandono do emprego, os empregados grevistas, mas que não era essa a orientação de seu Ministério. "Solicitamos que elas evitem demissões em massa, para não agravar o problema social, mas, se cumprirem o espírito da lei, poderão vir a dispensar o pessoal em greve há trinta dias", salientou.

"O governo federal está sendo informado com extrema precisão de tudo o que vem ocorrendo nas empresas", disse o empresário e acrescentou: "Hoje (ontem), algumas empresas já começaram a triagem para a contratação de novos trabalhadores e a produção poderá ser recuperada já a partir da próxima semana."

Indagado sobre a qualidade da mão-de-obra que deverá substituir os grevistas, De La Manna afirmou: "Está havendo alguma dificuldade, mas tão logo sejam feitas as triagens, será possível substituir os trabalhadores por outros vindos de outras regiões". Entretanto, não quis informar de onde procedia essa mão-de-obra qualificada.

### DEMISSÕES

"O operário que não estiver trabalhando hoje, estará se demitindo. A decisão é dele", reafirmou ontem o assessor-jurídico da Fiesp, Benjamin Monteiro, após participar da reunião com Macedo. O advogado entende que as empresas sequer precisariam esperar os trinta dias para ver configurado o abandono de emprego e demitir por justa causa: "O simples fato de a greve ter sido declarada ilegal já justificaria a medida", opinião semelhante à do ministro.

Benjamin Monteiro esclareceu que os empresários se reunirã oportunamente para discutir as lições deixadas pela greve, mas já adiantou uma conclusão: "A greve faz parte da democracia. O que não faz é a bagunça e a desordem."

## Planalto e Trabalho divergem nos números

As contradições sobre o número de operários em greve — que se mantiveram desde o início do movimento — chegaram ontem às fontes oficiais, a ponto de o Ministério do Trabalho e do palácio do Planalto terem divulgado números distintos sobre a volta ao trabalho na Gemmer de São Bernardo do Campo. Para Murilo Macedo, o número de comparecimento subiu de 36 para 46%, enquanto o Planalto calculava que havia aumentado de 38 para 43%. Divergem, também, as avaliações da Federação das Indústrias e do Ministério do Trabalho sobre as firmas Mercedes-Benz, Scania, Brastemp, Perkins, Cofap, Isan e General Electric. E, naturalmente, os comandos de greve dão números diferentes tanto dos do Ministério como da Fiesp.

Enquanto Macedo afirma que a greve em Santo André está extinta, o comando de greve garante que 55% dos horistas estão parados nas grandes empresas e 60% nas pequenas e médias. Em São Bernardo, o comando fala numa paralisação de 90%, enquanto a Fiesp informa que só 44,3% não estão trabalhando.

E o seguinte o aumento no índice de comparecimento de antontem para ontem, segundo o Ministério do Trabalho:

Santo André — Isam, de 85% para 90%; GE, de 85% para 86%; Ibrape, de 64% para 66%; Phillips, de 43% para 53%; Cofap, de 91% para 94%; Chrysler, de 60% para 74%; Alcan, manteve-se em 98%; Ottis, de 40% para 53%; Nordon, de 70% para 80%; Eaton, manteve-se em 97%.

São Bernardo — Volkswagen, de 38% para 46%; Perkin, de 12% para 18%; Ford, de 23% para 28%; Mercedes, de 22% para 30%; Scania, de 51% para 60%; Chrysler, de 15% para 22%; Karman Guia, de 45% para 50%; Villares, manteve-se em 88%; Brastemp, de 35% para 39%; Buffalo, de 90% para 91%; Arteb, de 65% para 70%; Fabrini, de 51% para 55%; Toshiba, de 59% para 60%; Schuller, manteve-se em 70%; Gemmer, de 35% para 46%.

Participaram desta cobertura Cecília Pires, Edson Fiosi, Gisela Bisordi, Jair Borin, Odilon Guimarães, Ricardo Kotscho, Roberto Camargo, Odilon Guimarães, Agência "Folhas", Sucursais. Coordenação geral: Clóvis Rossi.

informação de que o caso está entregue ao Ministério da Justiça, em Brasília.

O correspondente da "Folha" em Paris, J.B. Natali informa que o cônsul recebeu da Chancelaria francesa instruções discretas para que não permitisse interrogatórios sem que o paciente desfrutasse das condições necessárias a uma perfeita lucidez.

## Tito e Teotônio foram a Gonzaga

Um encontro bastante discreto ocorreu, ontem à tarde, na Secretaria da Segurança Pública, em São Paulo. O senador Teotônio Vilela e o prefeito de São Bernardo, Tito Costa, estiveram reunidos, durante cerca de uma hora, com o secretário Otávio Gonzaga Júnior. Há duas versões sobre o objetivo da conversa. Uma delas é a do próprio prefeito, ao sair do gabinete:

"O objetivo do encontro, como já ficou claro, era pedir ao secretário a liberação do estádio (referindo-se ao estádio de Vila Euclides), assim como discutir a situação em minha cidade. Acho que a liberação do estádio seria a única solução para evitar um conflito maior."

Segundo Tito Costa, nem ele nem o senador Teotônio Vilela conseguiram coisa alguma com o secretário, que teria alegado que o assunto "não é de sua alçada". Para o prefeito, agora, não há mais nada a fazer:

"O secretário nos disse que também não sabe a quem compete isso. Se ele não sabe, como

Viana, de São Bernardo do Campo, po.

No Deops, mais quatro dirigentes sindicais presos tiveram revogado o regime de incomunicabilidade: Emílio Simões de Moura ("Alemao"), José Venâncio de Souza Luz, Rubens Teodoro Arruda e Gilson Correa de Menezes. Eles foram visitados ontem pelo advogado Luis Eduardo Greenhalg.

nós vamos saber a quem recorrer? Estou torcendo para que não aconteça nada, a partir de agora."

Já o desembargador Otávio Gonzaga Júnior, ouvidopouco depois que Teotônio Vilela e Tito Costa deixaram seu gabinete, assegurou, dando, inclusive, "sua palavra de honra", que durante o encontro não se falou em liberação do estádio:

"Tito Costa e Teotônio Vilela estiveram aqui no meu gabinete para, mais uma vez, externar ao secretário de Segurança Pública as suas preocupações em relação ao movimento grevista de São Bernardo do Campo. Não pediram a liberação do estádio."

Queriam saber se não haveria uma solução para os acontecimentos, se eu não encontraria uma saída para isso. Eu lhes disse que isso extravaa a área de competência da Secretaria de Segurança Pública. Nossa função é manter a ordem, a segurança. O fim da greve não depende de nós."

## Deputado pede a convocação de Válder Pires e Abi Ackel

O deputado Antonio Russo (PMDB-SP) requereu ontem na Câmara Federal, a convocação dos ministros do Exército, general Válder Pires, e da Justiça, Abi Ackel, para que compareçam ao plenário e expliquem o por que da "mão armada do poder central". Ao justificar o requerimento, Russo afirmou que o Estado de São Paulo sofre um processo de intervenção federal não declarada.

O deputado afirmou ainda que as violências no ABC, inclusive contra parlamentares, foram praticadas por homens portando armas normalmente usadas pelas Forças Armadas e que o secretário da Segurança Pública do Estado assegurou aos senadores Franco Montoro e Teotônio Vilela que dele não partiu a ordem para "as arbitrariedades da última semana".

Por sua vez, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Celio Borja (PDS-RJ), declarou, após avistar-se com o ministro da Justiça, Abi Ackel, que a crise no ABC "pode ser resolvida nas próximas 24 horas". Ele admitiu ter recebido pedido da Igreja Católica para realizar gestões em busca de uma solução e, nesse sentido apresentou ao ministro algumas sugestões, cujo teor não revelou.

Na Câmara Federal, a ban-

cada do PDS na Comissão de Trabalho e Legislativo Social, deverá encaminhar hoje ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, um documento de análise da CLT propondo "uma abertura sindical compatível com a abertura político-partidária".

Na Assembleia Legislativa de São Paulo, o presidente Robson Marinho condenou "a intervenção branca no Estado de São Paulo, em função da greve dos metalúrgicos e graças à omissão do governador Paulo Maluf". O governador por sua vez, disse ontem que não houve violência da polícia contra senadores e deputados sabado em São Bernardo. Sobre a atitude do presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marçilio, de pedir a apuração de responsabilidades ao ministro Abi Ackel, Maluf disse que "é uma maneira do parlamentar querer alguma notoriedade".

A OAB de São Paulo promoveu, ontem à noite, uma sessão de desagravo dos juristas Dalmo de Abreu Dalari e José Carlos Dias, presos pelo Deops. "Acredito que o agravo que sofremos, embora profundamente injusto e claramente ilegal, foi útil à causa do Direito, da Justiça e da Paz" — afirmou Dalari.

22

## Clima para violência

BRASÍLIA (AE - O ESTADO) - O receio de que um incidente de maior gravidade entre polícia e grevistas poderá levar o movimento dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo para o terreno político, com todo o caudal reflexos negativos dessa situação, foi demonstrado ontem pelo deputado Ulysses Guimarães, ao chegar a Brasília. O presidente do PMDB mostrou que a possibilidade de um incidente entre grevistas e policiais não é remota, uma vez ambos estão cansados e esgotados e consequentemente, exaltados. Qualquer desentendimento poderá redundar nesse incidente, com a adoção de atos de violência e de retaliação de ambas as partes.

Ulysses Guimarães observou que a situação em São Bernardo atingiu um ponto que provoca a interferência de outros seg-

mentos da sociedade para a solução da greve, entre os quais, os partidos políticos e a igreja. Tudo isso pela intransigência do governo. O melhor no caso, segundo ele, seria deixar que problemas de salários fossem resolvidos diretamente entre as partes interessadas; isto é, os empresários e os empregados.

Ulysses Guimarães, depois de externar seu receio de que a crise de São Bernardo Descambe para um campo de soluções de caráter político, frisou que os partidos políticos não poderiam ficar alheios ao que ali ocorre, diante do impasse criado pela intransigência patronal e governamental, sem uma perspectiva de solução de um problema que já começa a preocupar a todos, principalmente neste momento em que se procura restabelecer as franquias democráticas no País.

## Greve pode terminar

BRASÍLIA (AE—O ESTADO) — “O governo espera que amanhã se encerre a crise provocada pela greve dos metalúrgicos de São Paulo, assim como se inicie de fato a superação das divergências com a Igreja e o reinício do diálogo entre empresários e trabalhadores”, afirmou ontem o deputado Celio Borja (PDS—RJ), após rápido encontro com o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Celio Borja, ex-presidente da Câmara e ex-líder do governo, procurou Abi-Ackel, atendendo a pedidos, provavelmente da Comissão Justiça e Paz — não quis revelar —, e lhe apresentou sugestões nesse sentido, que preferiu não divulgar, alegando ser o sigilo importante nas negociações que implicam concessões de parte a parte. O ministro da Justiça, “talentoso e muito hábil”, segundo Celio Borja, não tem condições de decidir, mas

apenas influir na estratégia em curso traçada pelo Palácio do Planalto para a solução da crise. Não há possibilidade de ações isoladas, afirmou o deputado, para quem Abi-Ackel demonstrou boa vontade em colaborar na superação dos impasses que poderá ocorrer “nas próximas 24 horas”.

O ex-presidente deposto do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Lula, poderá voltar às atividades sindicais, disse Celio Borja, acrescentando que “não há pena capital nesse setor”.

“Não se fala em revogar as disposições da Justiça, pois a ordem social está baseada no ordenamento jurídico”, mas encontrar uma solução política para isso, disse, concluindo que a política também poderá restabelecer um clima de entendimentos entre patrões e empregados.

JORNAL Dist. de Paraná  
P. Greves  
Data: 30/04/80 5:00 PM

PT 1073.131



## Metalúrgicos farão passeata pelo retorno das negociações

SANTO ANDRÉ - Amanhã, às 9 horas, metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema participarão de uma missa na Igreja Matriz de São Bernardo e depois realizarão uma passeata (denominada marcha pelo retorno das negociações) até o Estádio da Vila Euclides, onde pretendem, junto com trabalhadores de todo o Estado, convidados para o ato, comemorar o 1º de maio, Dia do Trabalhador. Caso o Estádio esteja cercado por policiais, irão para a Praça do Paço Municipal. A orientação, caso também no Paço seja impedida a manifestação, é que todos permaneçam sentados em volta da Praça.

Em assembléia realizada hoje pela manhã, quando aproximadamente 10 mil pessoas se reuniram em duas sessões no interior da Igreja Matriz, metalúrgicos de São Bernardo e Diadema acatarem proposta do comando de greve, quanto a manifestação do dia 1º de maio. Para o ato foram convidados esposas e filhos dos trabalhadores e é idêntica distribuir bandeiras do Brasil e flores para as crianças. Um dos pontos mais destacados na assembléia, além da importância de uma comemoração do 1º de maio, foi a questão dos 30 dias de greve que, segundo os empresários estão divulgando, poderá gerar dispensa por justa causa sob alegação de abandono de emprego.

O presidente destituído do Sindicato de Santo André, deputado federal Benedito Marcillo, comentou: Precisamos ter uma coisa em nossa cabeça. Estamos vivendo em estado de greve, ou perdemos ou vencemos. Não podemos de forma alguma fazer o jogo do governo e dos patrões, voltando ao trabalho. Da comissão de greve, o metalúrgico Wagner Lino Alves, disse que os patrões não terão peito de pôr todo mundo na rua. Não há como substituir, por exemplo, quatro mil operários qualifi-

cados da ferramentaria da Volkswagen.

Destacou ainda que a ameaça é a última cartada dos empresários. Ninguém vai voltar. A Volkswagen falou que ontem fabricou 100 carros. Os repórteres pediram para ver, eles não deixaram. É mentira. A decisão dos metalúrgicos foi continuar o movimento, manifestada através de coro a greve continua por diversas vezes. Também dois ex-diretores do sindicato, Juraci Batista Guimarães e Nelson Campanholo, falaram do trigésimo dia de greve.

Não existe abandono de emprego para 142 mil operários - comentou Juraci, o que foi reafirmado por Nelson: Consultamos alguns advogados trabalhistas e eles nos disseram que realmente não existe abandono de emprego por ocasião de uma greve, isto no mundo inteiro. Abandono de emprego é quando o trabalhador não quer trabalhar. Nós queremos.

Dois requerimentos, convocando os ministros do Exército, Walter Pires, e da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, para prestarem esclarecimentos, no plenário da Câmara, sobre as prisões dos metalúrgicos pelo deputado Antonio Russo (PMDB-SP). A presença de agentes subordinados ao II Exército e de helicópteros das Forças Armadas, segundo Antonio Russo, caracterizam a inconstitucionalidade de uma intervenção federal que só pode ser efetivada após decreto do presidente da República.

Observou ainda o deputado, em sua justificativa, que as autoridades estaduais não se responsabilizaram pelas prisões. O secretário de segurança pública do Estado, segundo ele, chegou a mostrar-se chocado, por exemplo, com a prisão de dois ilustres advogados, apresentando-lhes as suas desculpas e assegurando que nem dele e nem de

das teria partido a ordem. Além disso, acrescentou Antonio Russo que, tanto no local dos acontecimentos, como em círculos oficiais e da imprensa, com insistência se assegurava serem os agentes, autores de atentados, subordinados ao comando do II Exército e acantonados no DOI-CODI.

É preciso que alguém esclareça e responda por estas transgressões de direitos, seguidamente repetidos, fazendo da Constituição e das leis um repositório inútil de normas escritas. Antônio Russo afirmou ainda que foram violados, de uma só vez, os princípios de imunidade parlamentar, da liberdade individual, do direito de reunião, a autonomia do Estado de São Paulo e autonomia do município de São Bernardo. Seus requerimentos serão votados na próxima semana pelo plenário.

MALUF

O governador Paulo Salim Maluf negou hoje que qualquer parlamentar, estadual ou federal, tenha sido vítima de violência policial durante a prisão de três líderes sindicais em São Bernardo, no sábado, acrescentando que as reclamações feitas são uma maneira do parlamentar adquirir alguma notoriedade. Acentuou ainda que na testa de nenhum parlamentar está escrito que ele é senador da República ou deputado federal e todos foram respeitados quando identificados. Na opinião do governador, os parlamentares, todos da oposição, vieram para desmoralizar uma decisão do Judiciário, em vez de pedir, como seria mais útil, o respeito a esse Poder Judiciário. O governador referia-se aos acontecimentos de sábado, quando os senadores Orestes Quercia, Franco Montoro e Teotônio Vilela, além de deputados federais, tentaram impedir a prisão de três ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

PT 1073.131



## Proibidos os atos públicos no ABC

São Paulo - Manifestações, concentrações e passeatas estão sumariamente proibidas hoje, na região do ABC, seja em estádios, praças ou avenidas. A informação é do Secretário de Comunicação, Blota Júnior, e foi transmitida aos jornalistas no fim da tarde de ontem no Palácio dos Bandeirantes. Ele explicou que o policiamento será ostensivo e a determinação a ser cumprida pelos soldados é a mesma que vigora desde a decretação da ilegalidade da greve dos metalúrgicos.

Mas o secretário admitiu que em outras regiões do estado essas manifestações poderão ocorrer, desde que sejam antecipadamente autorizadas pelas autoridades de segurança, "pois este assunto é regulamentado". Além

disso, prosseguiu o porta-voz do governo, "já estão programadas concentrações, como a da final da tarde de hoje no Pacaembu", onde será realizado um "Show" com o apresentador de televisão, Raul Gil.

Blota Júnior disse ainda que só serão toleradas aglomerações em cultos no interior de igrejas, ou nas comemorações oficiais programadas para o dia do trabalho. Um jornalista, neste instante, argumentou que o comportamento do governo "era idêntico ao criticado por Costa Gavras no filme "Z". O secretário não só concordou "inteiramente", como ainda acrescentou: "mas isso é assim mesmo, aqui, em Cuba, na Colômbia, ou em qualquer lugar".

## Proibição de ato público em Manaus

Autoridades do estado proibiram a realização de um ato público programado para hoje, às 7 horas na Praça São Sebastião, no centro de Manaus, por cerca de 8 entidades de trabalhadores, entre elas o Partido dos Trabalhadores, de apoio à greve dos metalúrgicos da região do ABC, em São Paulo. Os organizadores do movimento não tiveram também o apoio da Igreja local para que pudessem realizar o ato numa das igrejas, pois o arcebispo residente, dom Milton Corrêa, não atendeu à solicitação que lhe fizeram os 8 sindicatos.

O ato público de hoje seria o fato mais importante programado para o dia do trabalhador em Manaus, que assim terá apenas a abertura solene da 8ª Olimpíadas Operárias do Amazonas, com a participação de cerca de três mil trabalhadores. Na terça-feira o governo do estado recebeu instruções do Palácio do Planalto para que proibisse, a nível estadual, qualquer mani-

festação pública de trabalhadores. A decisão repercutiu negativamente na Assembléia Legislativa do Estado, onde os deputados Josué Filho (PDS) e Francisco Queirós (MDB) denunciaram "o retorno do arbítrio" contra os trabalhadores brasileiros. A ordem de Brasília transmitida ao governo amazonense não proíbe, entretanto, reuniões de trabalhadores no interior das igrejas. Choques da Polícia Militar deverão guarnecer hoje a Praça São Sebastião, para evitar a aglomeração de trabalhadores no local.

Em nota distribuída à imprensa, o Comitê Pró-Primeiro de Maio, organizado pelo PT-AM, denunciou "o ato arbitrário do governo contra os trabalhadores" e recomenda que todas as entidades de trabalhadores realizem atos em suas próprias sedes, com distribuição de um documento em que os trabalhadores amazonenses "repõem a verdade e reafirmam a sua luta por dias melhores dentro da paz e da justiça social".

JORNAL *Comunidade Potigua*  
P UNE  
Data 10-05-80 Estado RJ

91

## A Une denuncia

Através de uma "Carta aos Estudantes Pernambucanos" a UNE e diversas entidades estudantis denunciaram, que a Universidade Católica de Pernambuco, cujos alunos estão, em greve há 21 dias, "está ameaçada de ser invadida por forças policiais", afirmando que a Reitoria procura um pre-

texto para justificar "a invasão do campus".

O reitor padre Amaral Rosa, no entanto, refuta as acusações. A Unicap, em razão dos incidentes do primeiro dia da greve, quando saiu ferido o estudante de Direito Luis Tenório de Alemida, entrou em recesso.

## Interesses externos na greve dos metalúrgicos de São Paulo

SÃO PAULO — Um interesse externo na greve dos metalúrgicos do ABC, em consequência de uma preocupação com relação aos produtos que o Brasil está exportando, foi reiniciado ontem pelo general Túlio Chagas Nogueira, comandante da 2ª Região Militar. Como somos já grandes exportadores - explicou - começamos a preocupar aqueles que estão disputando o mesmo comércio internacional. Segundo o general, o movimento grevista do ABC sofre a ingerência política e de interesses nacionais ou não nacionais.

Com a viagem inesperada à Brasília do comandante do II Exército, general Milton Tavares, ontem, cedo, o general Túlio Chagas Nogueira o representou na abertura da Exposição Filatélica e Numismática, no Círculo Militar, que iniciou a semana de homenagens ao centenário da morte de Duque de Caxias. Em entrevista à imprensa, Túlio Chagas Nogueira afirmou: a greve começa com o interesse do operário e depois é envolvida por diversas ingerências, inclusive política e de interesses nacionais ou não nacionais. Nesse ponto o operário fica desavisado, com sua aspiração conturbada e prejudicada.

Quanto a interesses não nacionais, explicou o comandante da 2ª Região Militar: como somos já grandes exportadores, começamos a preocupar aqueles que estão disputando o mesmo comércio internacional. Existe, com toda certeza, uma preocupação externa com relação aos produtos que o Brasil está exportando. Como exemplo, posso dizer que nosso projeto nacional era, durante o ano de 1980, a exportação de 20 bilhões de dólares. E, com espanto, verificamos o encerramento do primeiro trimestre com um faturamento de 10 bilhões de dólares nesse setor. Isso preocupa os concorrentes.

Sobre a greve, o general Túlio Chagas Nogueira afirmou que o prejuízo do país e do próprio trabalhador é tão grande que todo o Brasil estava esperando o fim dessa situação bastante preocupante. Capital e trabalho tem de viver em acordo e entendimento. Pelas estatísticas que temos de empresários e de líderes sindicais, o retorno ao trabalho é muito grande. Apesar de alguns que nunca desejam o acordo, acredito que esta greve chegou ao fim.

SÃO PAULO — A FIESP, segundo seu presidente, Theobaldo de Negrís, não recomenda-

rá - nunca agimos dessa forma - que as empresas procedam a demissões em massa, atingindo os trabalhadores em greve. Resalvou, no entanto, que existe a ameaça da própria lei, ao lembrar que a CLT estabelece que se caracteriza o abandono de emprego após ausência de 30 dias do serviço.

O presidente da FIESP falou à imprensa, em Ribeirão Preto, quinta-feira, quando da inauguração do conjunto educacional, assistencial e esportivo do SESI, manifestando-se preocupado com a situação das empresas subsidiárias de multinacionais, que não tem estrutura e potencialidade para suportar 30 dias de paralisação. Espera que elas sejam atendidas pelo Governo, no que necessitarem.

Manifestando a perspectiva de que haverá retorno total ao trabalho segunda-feira, no ABC, Theobaldo de Negrís disse que poderá haver o diálogo com os metalúrgicos, desde que não se alterem as condições do julgamento do TRT, que considerou ilegal a greve. Nós acatamos a decisão, mesmo não nos sendo favorável, por entender que a sentença judicial deve ser respeitada, acrescentou.

Na condição de católico, disse entender que o comportamento dos bispos, tomando uma posição parcial, induzindo a greve, não está de acordo com os princípios da Igreja. A atuação de caráter social da Igreja - acrescentou - deve ocorrer no sentido de somar esforços para a boa solução do problema.

SANTO ANDRÉ — A indústria automobilística de São Bernardo do Campo e as principais fábricas de Santo André não tiveram expediente ontem, preferindo prolongar o feriado de 1º de maio até segunda-feira. Em Santo André, na Coferraz e na General Elétric, as únicas que funcionaram, o índice de paralisação cresceu, segundo dados fornecidos pelas próprias empresas.

Na primeira, que no dia 30 apresentou percentual de 95% de comparecimento dos horistas, ontem caiu para 90%. Na General Elétric, o índice de presença foi de 92%, contra os 98%, registrados na véspera do Dia do Trabalho. Por outro lado, os comandos de greve de São Bernardo do Campo e Santo André não dispunham de dados para fornecer, já que, além do não funcionamento das indús-

trias programada para ontem. Mesmo assim, o índice de paralisação dos últimos quatro dias, é o seguinte:

SANTO ANDRÉ				
Empresa	Emp. Paralisada	29 dia	30 dia	02/05
Copfap	7.312	7%	4%	—
General Elétric	2.080	10%	2%	8%
TRW	2.767	20%	8%	—
Isam	1.830	—	7%	—
Phillips	1.885	—	29%	—
Contanta	1.282	29,4%	28%	—
Elevadores				
Otis	1.500	60%	20,8%	—
Chrysler	830	26,6%	—	16% —
Fichet	1.437	—	30%	—
Paralisação segundo CG				
Dia 29	Dia 30	dia 02/05		
20%	—	—		
40%	—	—		
15%	—	—		
60%	—	—		
90%	—	—		
20%	—	—		
40%	—	—		
40%	—	—		
90%	—	—		
80%	—	—		
85%	—	—		

SÃO BERNARDO			
Empresa	Emp. Paralisada	29 dia	30 dia
Scanla	2.767	38%	32%
Chrysler	2.500	78%	60%
Ford	12.000	72%	61%
Mercedes Benz	16.000	52%	5%
Volkswagen	37.500	54%	39%
Brastemp	4.665	54%	30%
TRW	1.230	—	42%
Paralisação segundo CG			
Dia 29	Dia 30	02/05	
—	95%	—	
—	95%	—	
—	98%	—	
—	95%	—	
—	97%	—	
—	93%	—	

“No dia 2, as empresas não funcionaram, preferindo prolongar o feriado.

“Comando de greve de Santo André não fez levantamento por fábrica no dia 30, mas informou que a paralisação oscilava entre 50 e 55%.

No dia 29, o comando de greve de São Bernardo tinha o controle de 56 empresas com um total de 135 mil horistas dos quais, segundo o comando, 90%, estavam em greve. Não existia o levantamento por empresa.

No dia 2, por não haver nenhuma programação, os comandos de greve, tanto de Santo André como de São Bernardo, não forneceram dados, já que as empresas prolongaram o feriado.

# Líderes metalúrgicos vão propor o fim do movimento

**SANTO ANDRÉ (AE-GP)** - A Comissão de Salários e a diretoria afastada do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André será colocada em discussão na assembleia de hoje, a partir das 10 horas, na Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, a proposta de fim da greve na base territorial do sindicato (Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra).  
Esta decisão foi tomada depois de quatro horas de discussão da comissão e de remanescentes da diretoria do sindicato, na noite de sexta-feira. "A proposta - disse João Albuquerque, diretor afastado - partiu do pressuposto de que a greve não poderia mais ser sustentada, uma vez que a maioria das empresas já estavam funcionando e apenas a Mollins, uma indústria de máquinas automáticas, instalada em Mauá, continuava inteiramente paralisada, na sexta-feira. Para Albuquerque, a ameaça de desemprego em massa feita pelo FIESP, sob alegação de abandono de emprego, foi o que mais contribuiu para o retorno ao trabalho assim como a repressão policial durante a madrugada, aos comandos de vigilância. João Albuquerque fez questão de deixar claro, porém, que "a decisão do fim da greve será da assembleia geral, a mesma que aprovou a greve na noite de 30 de março".

De qualquer forma, o eventual fim da greve foi aventado durante a reunião de mulheres metalúrgicas e esposas de operários em greve, realizada ontem à tarde, na Igreja de Nosso Senhor do Bonfim. Francisco das Chagas Barros, vice-presidente afastado, disse: "Talvez seja o momento de recuo tático agora, para acumularmos força para continuar a luta objetivando uma série de conquistas, entre elas, a liberdade para nossos companheiros presos".

Francisco Barros justificou esta atitude "até mesmo pelo fato de ter reduzido ontem o número de mulheres na reunião, em relação à anterior, quando compareceram mais de 300 companheiras e ontem, a metade". Francisco Barros também colocou a necessidade de colaboração dos familiares dos metalúrgicos para fortalecer a

luta pela liberdade sindical, pela estabilidade no emprego, por melhores salários.

Por sua vez, Sebastiana de Almeida, mãe do dirigente afastado e preso, José Maria de Almeida, conclamou as mulheres a lutarem pela liberdade dos dirigentes sindicais detidos "por que eles não são criminosos", no que foi muito aplaudida. Visivelmente emocionada, Dona Sebastiana disse: "Quantas vezes a gente achou ruim que nossos filhos e marido entrassem nessa briga de sindicato. A gente mesmo mandava eles voltarem a trabalhar, não é mesmo? Agora, diante de tanta injustiça, nós estamos aqui reunidas e vamos nos juntar a eles e lutar até o fim".

A assembleia dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema está marcada para amanhã na Igreja Matriz, onde vêm sendo realizada desde que a polícia interditou o estádio de Vila Euclides. Essa, pelo menos, é a instrução contida no boletim com timbre do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, e assinado pela diretoria e pela comissão de salários, distribuído ontem no ABC.

Os membros da diretoria afastada e da comissão de salários não foram localizados ontem, mas um grupo de operários mantiveram plantão no salão paroquial da igreja matriz colhendo assinaturas para o abaixo-assinado a ser enviado às autoridades, exigindo a liberdade dos dirigentes sindicais presos.

O boletim diz também que "os patrões e o governo tentaram criar um clima de terror para nós com essa estória de abandono de emprego depois de 30 dias de greve. Nossa resposta a isto: "A greve continua".

Em São Bernardo, ontem, o policiamento era bastante discreto. Apenas algumas viaturas do Tático Móvel circulavam pela cidade, enquanto alguns soldados mantinham plantão nas imediações do sindicato, atrás de barreiras formadas com tambores e cordas, nas quadras próximas.

## Decisão do STM soluciona problema no ABC

**SÃO PAULO (AJB/GP)** - Comandante da 2.ª Região Militar, General-de-Divisão Túlio Chagas Nogueira, disse anteontem achar que a decisão, promulgada anteontem pelo Superior Tribunal Militar - STM -, somando-se ao acórdão do Tribunal Regional do Trabalho - TRT - de São Paulo, "soluciona, de uma vez, o problema do ABC, pois todos os acontecimentos de uma sociedade devem transcorrer em regime de legalidade".

Na inauguração de dois pavilhões do Hospital Geral Militar de São Paulo, o Comandante da 2.ª Região Militar negou também que esteja havendo um confronto entre a Igreja e o Estado. Na sua opinião, "a Igreja é uma instituição nacional como é a família, como são as Forças Armadas, como é a imprensa, se admitíssemos que está havendo um fracionamento entre tais instituições, estaríamos admitindo também uma grande crise nacional, o que efetivamente não ocorre".

O General Túlio Chagas Nogueira não quis fazer um julgamento a respeito da sugestão que o delegado Edsel Magnotti fez a Justiça Militar de também indicar o Bispo Diocesano de Santo André,

Dom Cláudio Hummes, por incitação a greve. Segundo ele, "o assunto é complexo. A Igreja é um Estado dentro do Estado".

Mas declarou ainda: "O que temos assistido aqui, e isso tem sido afirmado por diversos chefes militares e por personalidades civis, não se trata da Igreja, mas de alguns padres, alguns bispos, alguns arcebispos que estão apresentando uma tese nova, que deve ser reexaminada antes de ser julgada. Essa tese é um pouco progressista demais. Nosso povo é conservador, altamente religioso. Por isso alguns prelados podem criar confusões em seu rebanho e esse rebanho talvez se sinta perdido, com uma direção que não está bem definida".

O comandante da 2.ª Região Militar reafirmou que o Exército espera não intervir no episódio da greve dos metalúrgicos do ABC. "pois acredito que as autoridades estaduais têm plenas condições de resolver o problema. É preciso que o empregado e o empregador vão de braços dados, juntos, para erguer este País. Não vai ser necessária a intervenção militar federal neste episódio".

## Novo "habeas-corpus" em favor de grevistas

**SÃO PAULO (AJB/GP)** - O advogado Idibal Piveta informou ontem que entrou com novo "habeas-corpus", junto ao STM, em favor de 7 metalúrgicos de Santo André, presos no DOPS, pedindo exclusivamente informação se houve a apresentação de mandado de prisão no momento em que foram detidos por agentes do DOPS".

O primeiro pedido de "habeas-corpus" impetrado pelo advogado foi recusado, na última sexta-feira, no mesmo STM, por 8 votos a 2, apesar de 5 ministros se manifestarem pela necessidade de apresentação do mandado no momento da prisão. Idibal Piveta defende os metalúrgicos José Cicotte, Ernesto Ceizini, Orlando Francellino, José Maria de Almeida, Isaias Urbano, José Hipólito de Araújo e José Timóteo, todos ligados ao Sindicato de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

- Eu não pude apresentar as provas de que as prisões foram feitas sem mandado porque não tive vista aos autos - informou o

advogado. Explicou que entrou com novo "habeas-corpus" e logo após o julgamento primeiro e que ele já foi distribuído com o número 0338.

Idibal Piveta acredita que o seu pedido será distribuído para o relator hoje mesmo e espera que ele seja julgado na terça-feira, no máximo quarta-feira. "Pretendo enviar todas as informações necessárias segunda-feira por telex para o STM, inclusive as declarações do Presidente da Comissão Justiça e Paz, José Carlos Dias, do jurista Daimo Dallari, do engenheiro Ricardo Zarattinin, que foram presos no mesmo dia dos metalúrgicos, de que não receberam mandado de prisão.

O advogado está confiante que o novo "habeas-corpus" será concedido "pois vários ministros do STM, durante o julgamento, deixaram claro que ninguém pode ser preso sem a apresentação de ordem escrita, ou seja, do mandado".

## Igreja é criticada

**BAURU (AE-GP)** - "A Igreja está só olhando para os metalúrgicos e não para os demais assalariados. Eu vi o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Evaristo Arns, apresentar a mulher do "Lula" na Igreja e ela ser aplaudida. Mas eu nunca vi o Cristo ser aplaudido dentro da Igreja". Estas palavras foram ditas ontem, em Bauru, pelo deputado federal Alcides Franciscatto (PDS-SP), vice-líder do Governo na Câmara Federal e um dos parlamentares mais chegados à Granja do Torto e ao presidente João Figueiredo.

O deputado, discordando muito da posição assumida pela Igreja na greve do ABC, fez um alerta aos metalúrgicos que, para ele, estão errando "porque continuam parados, mesmo depois da greve ser declarada ilegal.

## Paz em São Bernardo

**SÃO BERNARDO DO CAMPO (AG-GP)** - São Bernardo teve ontem um dia tranquilo. Apenas o discreto policiamento no estádio de Vila Euclides, demonstrava um pouco de tensão pela qual a cidade tem passado nos últimos 34 dias, tempo da greve dos metalúrgicos.

Os trabalhadores fizeram algumas reuniões de avaliação do movimento e de organização da assembleia de amanhã, marcada para o estádio, tendo como alternativa a Igreja Matriz, caso a praça de esportes continue interditada.

PT 1073

Correio de Notícias  
P. Quevedo  
06.05.80 PR

Uma tarde inteira de distúrbios nas ruas

# A violência em São Bernardo

Choques esporádicos entre policiais fardados ou civis, que jogavam jatos d'água e bombas de gás lacrimogêneo e usavam cassetetes e escudos de proteção, e manifestantes, que atiravam pedras nas viaturas policiais, transformaram ontem o centro de São Bernardo do Campo num verdadeiro campo de batalha.

Os incidentes tiveram início nas proximidades da igreja matriz da cidade, em que os metalúrgicos realizavam a primeira de suas duas assembleias-gerais. Mas depois se espalharam por toda a cidade durante o dia inteiro e tinham como protagonistas não mais os operários em greve, mas transeuntes e curiosos, na maioria jovens, e gente totalmente estranha ao movimento.

A seguir, a evolução dos acontecimentos:

**10h20** - Na frente da igreja - alguns manifestantes gritam "um, dois, três, Maluf no xadrez". O comandante da Polícia Militar, coronel Arnaldo Braga, dirige-se pessoalmente ao grupo, afirmando que não permitia quaisquer ofensas às autoridades. A ordem muda para "se não solta o Lula, ninguém vai trabalhar".

**10h30** - Começa a primeira assembleia-geral dentro da igreja, mas o som do alto-falante, instalado na nave do templo, atinge a praça e o comandante da PM se irrita, comentando com parlamentares: "Isso não é permitido. Nossa paciência tem limites".

**10h40** - Manifestantes de fora da igreja, calculados em cerca de 2 mil, cantam "chora, Figueiredo, Figueiredo, chora, chora Figueiredo que chegou a sua hora". O coronel Arnaldo Braga ordena aos bombeiros que dispersem o grupo com jatos d'água. Em resposta, os manifestantes atiram pedras nos bombeiros.

**10h45** - A água não é suficiente. A polícia atira as primeiras bombas de efeito moral, em resposta às pedras. Os manifestantes tentam se refugiar num terreno baldio ao lado da igreja. Aproveitando a concentração, os policiais jogam muitas bombas, provocando ferimentos em várias pessoas. As bombas são devolvidas junto com pedras. A praça é ocupada e os manifestantes insultam os policiais.

**11h** - Antes do fim da primeira assembleia-geral, o bispo diocesano de Santo André, d. Cláudio Hummes, e alguns deputados saem da igreja e percorrem as quadras próximas, pedindo a quem está fora que vá assistir à assembleia.

**11h15** - Os manifestantes, com paus e pedras, impediram o trânsito, depedram o supermercado Pão de Açúcar, entre as ruas Faria Lima e Padre Lustosa, e desmontam os postes de sinalização de trânsito e que marcam os pontos de ônibus. Passam, em seguida, a apedrejar ônibus, provocando pânico em seus passageiros, particularmente mulheres, e carros particulares. As viaturas policiais são recebidas com pedradas e vários vidros são quebrados. O comércio fecha as portas e os manifestantes refugiam-se em alguns bares que teimam em se manter abertos. A tropa de choque da polícia, comandada pelo coronel PM Dauterdimas Rigonatto, atira bombas dentro dos bares para forçar sua saída.

**11h27** - O grupo começa a se dispersar e a polícia continua jogando bombas. Os confrontos sucedem-se nas ruas Rio Branco, Padre Lustosa, Marechal Deodoro, Faria Lima, Coronel Flaquer e São Bernardo. Na Rua Coronel Flaquer, a polícia persegue alguns manifestantes e tenta arrombar a portinhola da porta do Colégio São José numa escola de primeiro grau para crianças de seis a dez anos de idade. Não conseguem, e jogam bombas dentro da escola, provocando pânico, porque as crianças começam a gritar e algumas que já estão prontas para sair, dentro de duas kombis, para voltar para casa, sofrem os efeitos das bombas e são retiradas às pressas dos veículos, levadas de volta para dentro do colégio.

**11h28** - O deputado federal Airton Soares (PT-SP) tenta conter os manifestantes e é apedrejado. Chegam o senador Teotônio Vilela (PMDB-AL) e o deputado estadual Almir Pazzianotto Pinto (também do PMDB).

**11h30** - Termina a primeira assembleia-geral e quem está dentro da igreja sai calmamente para evitar se envolver no tumulto, mas os confrontos entre policiais e manifestantes, nas ruas próximas, continua. Num momento, a polícia avança. E em seguida, é obrigada a recuar, em escaramuças.

**11h46** - Os manifestantes invadem, pedras nas mãos, a casa "Markhan" e começam a chegar os caminhões "brucutus" que contornam a igreja pela Avenida Faria Lima. Da praça da matriz, o coronel Arnaldo Braga comanda toda a operação. Um agente do Dops transmite pelo rádio: "O negócio aqui está preto". Iniciada, den-



SE FICAR...  
Por toda a cidade, conflitos e correrias

tro da igreja, a segunda assembleia, do lado de fora, o conflito continua.

**12h03** - O Dops tem dificuldades para manter suas posições na praça da matriz por causa das pedradas dirigidas preferencialmente aos soldados da PM. Os manifestantes continuam reagindo: apanham da polícia, correm, se dispersam, mas, logo adiante, reúnem-se e voltam a enfrentar a polícia com pedras e paus.

**12h10** - Agentes do Dops pedem, pelo rádio, sobrevoos dos helicópteros. Os conflitos continuam. Dos prédios chovem pedras na polícia, que continua a usar jatos d'água, cassetetes e bombas contra pedras e paus. D. Cláudio Hummes vai para o centro da praça, numa tentativa de serenar os ânimos.

**12h26** - Os incidentes alastraram-se de forma alarmante. A polícia garante que o estopim de tudo foram as pedras contra os bombeiros na porta da igreja, denificando-se inclusive uma viatura. O Dops acha que os manifestantes não são metalúrgicos, mas jovens, principalmente estudantes. Quatro helicópteros particulares sobrevoam a área, mas os policiais militares ainda não apareceram.

**12h40** - Termina a segunda assembleia, aos gritos de "a greve continua", dentro da igreja. Fora, continua a batalha campal. O deputado federal Airton Soares, do PT, se dirige ao comandante da tropa de choque, coronel PM Deuterdimas Rigonatto, denunciando: "tem um metalúrgico sendo massacrado ali atrás daquela viatura do Doi-Codi". O comandante responde: não posso manter contato com esse pessoal. Não tenho ligações com esse pessoal".

**12h56** - "Brucutus" soltam fumaça nas proximidades da igreja-matriz. O tumulto continua a aparecer esporadicamente nas ruas próximas, mas o coronel Arnaldo Braga volta à praça da matriz, em que está a polícia. O Dops começa a prender manifestantes e parece que tudo vai acalmar.

**12h58** - Os tumultos são esparsos e os "brucutus" percorrem a cidade soltando gás.

**13h02** - Um helicóptero militar começa a sobrevoar a área. O Dops informa que o deputado Airton Soares desafiou policiais para brigar. A polícia atira bombas num estacionamento usado como refúgio por manifestantes.

**13h12** - Manifestantes põem cavaletes na rua atrás da matriz, congestionando o trânsito.

**13h17** - Um ônibus azul e branco conduz manifestantes que, de dentro, atiram pedras. O helicóptero o persegue.

**13h40** - Na Rua Jurubatuba, os manifestantes quebram a cerca da colônia de férias das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo e fazem uma fogueira, a guisa de barricada, na esquina da Rua Padre Lustosa.

**13h45** - Postes de sinalização de trânsito e de pontos de ônibus são quebrados e aumentam a fogueira. São feitas também mais duas fogueiras: na esquina da Aveni-

da Faria Lima e Rua Padre Lustosa e outra na esquina da Avenida Faria Lima e Rua Rio Branco. Os bombeiros apagam as fogueiras, mas, imediatamente, elas são novamente acesas pelos manifestantes.

**13h50** - A polícia admite que os conflitos estão recrudescendo. Na Rua Marechal Deodoro, os confrontos são frequentes e violentos. O helicóptero militar realiza vôos rasantes e as viaturas do Dops continuam fazendo prisões.

**14h06** - A situação se acalma e a polícia começa a desativar o dispositivo de repressão, mantendo apenas o de prevenção. Mas aparecem conflitos isolados em ruas próximas ao estádio. As aglomerações maiores são nos pontos de ônibus, em que os participantes das assembleias se colocam, tentando voltar para casa.

**14h14** - O Pronto Socorro Municipal informa que atendeu 30 casos, sendo 27 leves, de intoxicação, e 3, mais graves, com queimaduras, encaminhados aos hospitais da cidade.

**14h23** - Novo conflito surge na Avenida Faria Lima, onde é feita nova fogueira como barricada.

**14h45** - Policiais detêm 11 pessoas, mantendo-as com as mãos levantadas durante 5 minutos e as põem em três caminhonetes C-14, sem placa; antes de sua saída, chegam viaturas do Tático Móvel e os detidos são transferidos para a Polícia Militar. Enquanto os policiais civis e militares discutem a posse dos presos, os manifestantes cercam as caminhonetes, atirando pedras e insultando os policiais, que reagem com cassetetes e bombas de gás. Os PMs correm atrás dos manifestantes e os policiais civis sacam revólveres, mostrando-os aos curiosos.

**15 horas** - Os bombeiros entram novamente em ação para apagar fogueiras na Rua Marechal Deodoro. Tropa de choque dispersa curiosos com bombas de efeito moral.

**15h05** - Os manifestantes quebram, com pedras, os vidros de uma caminhonete C-14 sem chapa, cheia de policiais civis.

**15h07** - Formam-se aglomerações na esquina das Ruas Padre Lustosa e Marechal Deodoro. Viaturas do Tático Móvel e do Dops levam presas dez pessoas.

**15h45** - Um blindado "Barney" percorre a Rua Marechal Deodoro soltando gás e dispersando curiosos.

**15h53** - Tudo parece recomeçar com a

intensidade de antes. O helicóptero militar retorna. São usados "brucutus", blindados "Barney" e "Tatus" para expulsar todos que estão na praça. Mais uma vez, são usados jatos d'água, cassetetes e bombas. Os policiais acusam o proprietário da Loja Lisa Novidades, na esquina da Rua Coronel Flaquer e Avenida Faria Lima, de dar cobertura aos manifestantes.

**16 horas** - Um repórter-fotográfico da revista "Isto É" é agredido por policiais e tem três filmes operados apreendidos.

**16h15** - Viaturas da Rota e pelotões de choque deixam a praça da matriz.

**16h40** - Explodem bombas esporadicamente.

**16h45** - Uma fogueira é feita na praça da matriz. O trânsito continua fluindo, mas logo é interrompido, quando surge um novo conflito: cinco viaturas da Rota, em alta velocidade, derrubam uma barricada feita com postes de sinalização e de pontos de ônibus, e os policiais atiram bombas contra os manifestantes. Enquanto os policiais atiram bombas, os bombeiros tentam apagar a fogueira. A maioria dos manifestantes não parecem ser de metalúrgicos, mas jovens estudantes. Das calçadas, ao lado da igreja-matriz, são atiradas pedras contra a polícia.

**17 horas** - Os conflitos são dispersos e são feitas prisões. Sempre que passam pelas ruas viaturas policiais, surgem pedras de todas as direções contra seus vidros. Os repórteres-fotográficos dos jornais e revistas são avisados: "se fotografarem os conflitos, também podem apanhar e os filmes serão retidos". Quase todo o comércio no centro da cidade já fechou as portas. O policiamento continua intenso.

**17h50** - O secretário da Saúde da Prefeitura de São Bernardo do Campo, Caio Ramaciotti, informa que há 54 feridos. Desse, 37 passaram pelo Pronto Socorro Municipal, a maioria com intoxicação provocada pelos gases das bombas. Há cinco casos graves: dois feridos com queimaduras provocadas por explosões de bombas; dois com traumatismo craniano, provocado por pancadas; e uma criança, de cinco anos, atingida por uma pedrada. Os casos mais graves foram distribuídos para os hospitais Humberto Primo e Assunção, para os quais também foram os outros 17 casos, todos com ferimentos generalizados.

**17h45** - Continua o confronto.

**18 horas** - Finalmente a paz. Ou apenas uma trégua.

PT 1093 131



Juiz auditor afirma:

## Líderes serão soltos se a greve terminar

**A** libertação dos líderes metalúrgicos está condicionada ao término da greve. A justiça determinou ontem a libertação de seis operários de Santo André onde decidiu-se voltar ao trabalho. Lula e os demais líderes de São Bernardo, onde a greve continua, permanecem presos. O juiz Nelson da Silva Machado Guimarães, titular da 2ª Auditoria Militar, que indeferiu o pedido de prisão preventiva para os metalúrgicos de Santo André, determinan-

do a sua libertação admitiu que a sorte dos que estão ainda presos pode estar ligada à volta ao trabalho em São Bernardo.

### Prisão urgente

Nelson da Silva Machado Guimarães decretou também ontem a "prisão urgente" de Osmar Santos de Mendonça. Segundo o despacho do juiz, este chefia a greve ilegal em São Bernardo, no lugar dos líderes presos. Foi decretada,

igualmente, a prisão preventiva de José Maria de Almeida, de Santo André, que teria admitido vínculos com a Convergência Socialista. O mesmo permanecerá sob custódia até que sua situação seja esclarecida.

Em sua decisão de ontem, o juiz indeferiu a prisão preventiva de Ernesto Sensine, Orlando Francelino da Mota, José Cicoti, Isaias Urbano da Cunha, Etevaldo Santiago de Araujo e José Timóteo da Silva.

## Taxistas rompem com sindicato

**A** oposição à diretoria do Sindicato dos Motoristas de Táxis de São Paulo criou anteontem uma união independente de taxistas. Sua proposta básica é a reivindicação ao Governo Federal de um subsídio de 50% para os combustíveis. O presidente do Sindicato diz ignorar o movimento "que não sobreviverá" pois é realizado fora da sede. Afirma também que o Sindicato que não teve qualquer participação no policiamento em frente ao prédio da Faculdade de História e Geografia e que impediu a participação de vários motoristas.

"Os responsáveis pelo policiamento devem ser procurados na

Secretaria da Segurança Pública", afirmou. Segundo ele, a solução do impasse está na conversão dos motores para álcool e que o Sindicato solicitou à Secretaria de Indústria, Comércio e Tecnologia, autorização para montar oficinas próprias para diminuir o custo.

### Transporte coletivo

Os motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo deverão ter uma assembléia geral hoje onde discutirão outra vez a proposta patronal de aumentos escalonados de 8, 7 e 5 por cento, como taxa de produtividade. Essa proposta havia sido recusada na assembléia

de anteontem e uma greve decretada. Porém somente 433 trabalhadores aderiram ao movimento e esse número foi considerado inexpressivo tendo-se em vista que a categoria agrupa 45 mil pessoas. Se a proposta for aceita o sindicato poderá assinar o acordo salarial de toda a categoria em nome dos trabalhadores da Companhia Municipal dos Transportes Coletivos e dos das empresas particulares.

Na tarde de ontem o delegado da Dops havia confirmado a prisão de 35 elementos que faziam piquetes e distribuíam panfletos conclamando à greve. Houve também a depreciação de ônibus em alguns bairros paulistas.

## Professores mantêm greve de fome

**O**s professores mineiros em greve de fome há quatro dias estão dispostos a manter sua posição até que sejam reabertas as negociações pelo governo. Essa foi a declaração de seus familiares após uma visita feita aos professores presos no Dops de Belo Horizonte, ontem à tarde.

Segundo os médicos que os assistem, os professores apresentam sintomas normais ligados à privação prolongada de ingestão de

alimentos como dores de cabeça, náuseas, vertigens e fraqueza. O diretor do Dops, Delegado Ediraldo Brandão, disse que ainda não se pensa transferi-los para o hospital. "Isso será feito desde que haja recomendação médica", disse.

### Intimação

As professoras Marcia Mara de Araujo Abreu e Rosaura de Magalhães Pereira, integrantes do Comando Geral da Greve - CGG,

dos professores foram intimadas a comparecer ao Dops. As mesmas devem depor no inquérito "sobre crime previsto no artigo 36" ou seja, incitação à greve ilegal.

As intimações foram entregues às duas horas da manhã na sede do comando geral da greve. As mesmas serão libertadas após prestarem as informações ao delegado Francisco Eustachio Rabelo. O diretor do Dops garantiu de que não há risco de ficarem detidas.

JORNAL: *Conceito de Notícias*

P. *Opere*

Data *07 05 80* Estado: *PR*

96

## **Advogados acusam governo**

"A greve é um estado de fato que não pode ser limitado pela lei". Essa é uma das conclusões do II Encontro dos Advogados Trabalhistas de Minas Gerais e faz parte da "Carta de Minas Gerais". A "Carta", que contém todas as conclusões do Encontro, pede ainda o restabelecimento da garantia do emprego e a implantação da liberdade sindical, sem a tutela do estado. Condena também a violência cometida contra advogados no exercício da profissão.

### **Repúdio**

No documento, assinado entre outros, pelo presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, Celso da Silva, os advogados, repudiam a ação das autoridades que "a pretexto de agir em nome da Segurança Nacional, atingem a autoridade legítima, ferem os direitos humanos, violam a Constituição e forçam o retorno a uma situação político-social já esquecida da consciência cívica da nação". Diz que "a implantação de uma democracia plena, com o retorno às liberdades institucionais e ao estado de direito, constitui-se numa aspiração de todos, eliminando-se as exceções que atingem o conceito da nação e os países civilizados".

PT 1073-131

JORNAL O Est. de Parauari
P. Gomes
Data 07 05 80 Estado PL

## Seis líderes sindicais de Santo André livres

**SÃO PAULO (AE—O ESTADO)** — A Justiça determinou ontem a libertação de seis líderes sindicais de Santo André, onde a greve dos metalúrgicos terminou, e aguardará o desenrolar dos acontecimentos em São Bernardo do Campo para decidir quanto à situação de Luiz Inácio da Silva, o Lula, e os demais líderes daquela cidade. O juiz Nelson da Silva Machado Guimarães, titular da Segunda Auditoria Militar, que indeferiu o pedido de prisão preventiva para os líderes de Santo André, determinando sua libertação, o que ocorrerá a qualquer momento, admitiu ontem que a libertação de Lula e outros dirigentes de São Bernardo pode estar ligada à volta ao trabalho dos operários.

Nelson da Silva Machado Guimarães também decretou ontem a prisão preventiva de José Maria de Almeida, de Santo André, que admitiu ser membro da Convergência Socialista e permanecerá custodiado até que sua situação seja melhor esclarecida, e a urgente prisão de Osmar Santos de Mendonça, que, segundo o despacho do juiz, chefia a greve ilegal em São Bernardo em substituição aos líderes presos.

Em sua decisão de ontem, o juiz Nelson da Silva Machado Guimarães indeferiu a prisão preventiva de Ernesto Sensine, Orlando Francelino da Mota, José Cicoti, Isaias Urbano da Cunha, Etevaldo Santiago de Araújo e José Timoteo da Silva, determinando a expedição de alvará de soltura ao DOPS.

### DIÁLOGO POSSÍVEL

O secretário das Relações do Trabalho, Sebastião de Paula Coelho, afirmou ontem, em São José dos Campos, que o regime implantado no País há 16 anos "nunca se preocupou com o campo social", ocorrendo, por isso, no seu entender, os constantes conflitos reivindicatórios dos empregados, "principalmente agora, devido à abertura política". Mas o governo, neste diálogo, só pode atuar como mediador. Quanto aos conflitos ocorridos em São Bernardo, Coelho afirmou que a Polícia Militar está apenas cumprindo uma obrigação constitucional, "que é preservar a ordem". Entretanto, garantiu, "isso não quer dizer que o diálogo entre as partes foi interrompido ou serão paralisados, já que em um processo de abertura política o diálogo é a pedra de toque".

Para Sebastião Coelho, "a verdade é que o trabalhador ficou praticamente 16 anos de joelhos e somente agora está se levantando". Ocorre que oportunistas - "que não são democratas e muito menos cristãos" - fizeram com que uma greve, no início essencialmente reivindicatória, se transformasse em um movimento de confronto com as autoridades constituídas, "que se evidenciou a partir do desacato da decisão do Tribunal Regional do Trabalho". Sebastião Coelho garantiu que os incidentes verificados em São Bernardo "foram motivados por provocações de elementos infiltrados entre os poucos metalúrgicos, já que a maioria voltou ao trabalho".

JORNAL: <i>Leve de bon</i>
<i>dina</i>
Data <i>07.05/80</i> Estado

*R. F. F. F.*

85

## Indeferido pedido de prisão de 6 líderes metalúrgicos

SÃO PAULO. -- O juiz-auditor Nelson da Silva Machado Guimarães indeferiu ontem o pedido de prisão preventiva de seis ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, argumentando que não há mais greve na área, mas não decidiu quanto à decretação da prisão de Lula e demais diretores depostos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, requisitando à polícia informações sobre a greve, que ali ainda continua.

O juiz da 2a. Auditoria da 2a. Circunscrição de Justiça Militar, além de pedir à polícia que prenda Osmar Mendonça, decretou a prisão preventiva de apenas um dos presos no DOPS: José Maria de Almeida, que não era diretor, mas simples associado do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e, mesmo assim -- segundo contou a polícia -- participou de piquetes. Além disso, informou ser "membro da notória organização subversiva autodenominada "Convergência Socialista", e isso torna manifesta a atuação, do movimento operário, de grupos que lhe são estranhos, e cujo fim é instrumentalizá-lo para objetivos inaceitáveis".

A respeito dos diretores depostos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o juiz resolveu o seguinte: "Voltem-me os autos, para decidir quanto à prisão preventiva de Luis Inácio da Silva e demais membros do sindicato de São Bernardo, que se acham no DOPS; requisitem-se à autoridade policial, enquanto isso, informação quanto à atual situação em São Bernardo do Campo, no tocante ao prosseguimento, ou não, da greve já declarada ilegal, e de ações outras que possam tipificar, em tese, os delitos a que se refere o ministério público no seu requerimento". Além de Lula, estão nessa situação Rubens Teodoro de Arruda, Severino Alves da Silva, Expedito Soares Batista, Djalma de Souza Bom, José Venâncio de Souza Luz, Devanir Ribeiro e Enilson Simões de Moura, "Alemão".

O juiz-auditor fez também uma referência especial ao líder Osmar dos Santos Mendonça "que no inquérito policial figura como foragido, constando que vem exercendo, em substituição aos líderes presos, posição de chefia na greve ilegal ora em curso, que já

atingiu lamentáveis proporções nos acontecimentos de ontem em São Bernardo. Urge, pois, que seja preso, para que venham para os autos suas declarações e se apure a verdade sobre sua participação nos acontecimentos que os autos noticiam".

### INDEFERIDO

Os ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, Ernesto Sencine, Orlando Francelino da Motta, José Cicote, Isaias Urbano da Cunha, Etevaldo Santiago de Araujo e José Timóteo da Silva, foram soltos por decisão do juiz-auditor.

O juiz escreveu, a seu respeito, que "os indiciados, pertencentes ao Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, com exceção de um deles, não podem ficar presos neste momento em que se sabe, conforme farto noticiário jornalístico de hoje, e conforme notícia trazida a este juízo pela autoridade policial, que não há mais greve em Santo André. Assim, entendo de indeferir o pedido quanto aos ex-dirigentes do sindicato de Santo André, deixando claro, porém, que ficam sujeitos, a qualquer momento, a serem presos, caso se utilizem dessa liberdade que lhes é devolvida para qualquer prática criminosa".

Segundo o auditor Nelson da Silva Machado Guimarães, "é manifesto que uma greve em desacato a uma decisão judicial não é mais greve e, sim, tentativa de sedição. Mesmo que os operários em causa tenham razão em reivindicações não atendidas, que haja justiça em suas pretesões, e que haja até consenso incluindo membros proeminentes do empresariado quanto à necessidade de uma reforma legislativa sobre as convenções coletivas de trabalho e a regulamentação do direito de greve, o meio de se lutar por esses objetivos não pode ser a sedição, o desacato ao Poder Judiciário".

Pois, segundo ele, "é no Judiciário que os cidadãos, especialmente os mais fracos, têm encontrado, ao longo de nossa história, proteção e segurança contra o poder dos mais fortes e o poder do Estado-Executivo, não obstante todos os erros e falhas que se possam atribuir ao Poder Judiciário, o que, aliás, não é de causar surpresa, posto que é um poder humano".

## Professores de Minas marcam o fim da greve

Da sucursal de  
BELO HORIZONTE

Os professores da rede oficial de ensino de Minas, ainda em greve deverão; retornar ao trabalho a partir da próxima segunda-feira, segundo decisão tomada em assembléia ontem à tarde. O retorno às aulas foi proposto pelo próprio comando geral do movimento. A greve, que completou ontem 17 dias, já estava praticamente encerrada: das mais de cinco mil escolas do Estado, estavam sem aulas apenas 35 na região metropolitana de Belo Horizonte e sete no interior e outras 161 funcionavam parcialmente.

Mesmo voltando às aulas, os professores mineiros decidiram que "a luta continua sob novas formas" e que todas as reivindicações entregues no último dia 2 de abril ao governador Francelino Pereira continuam valendo. Hoje, às 14 horas, uma comissão tentará um encontro com o governador, a quem solicitará a libertação dos cinco dirigentes do movimento, presos e em greve de fome, a não punição dos grevistas e o atendimento das reivindicações, entre as quais o aumento de 104,1% e a efetivação dos 73 mil professores contratados.

A assembléia decidiu também que os professores deverão usar, a partir de segunda-feira, tarjas negras "até que sejam libertados os colegas presos". Os cinco dirigentes do movimento grevista detidos no Dops enviaram mensagem escrita à Assembléia Legislativa, manifestando sua "disposição de manter a greve de fome até que o governo abra o diálogo e garanta que não haverá punições".

O médico Célio de Castro, que presta assistência aos professores juntamente com seu colega Gumerindo Borges de Lima, disse ontem que os cinco continuam apresentando sinais visíveis de "perda de peso, abatimento, prostração e outros sintomas", mas assegurou, no sexto dia da greve de fome, que "não há qualquer risco de vida".

O diretor do Dops, Ediraldo Brandão, informou que, além dos dois professores intimados para depor hoje (Tarcisio Ferreira e Maria de Lourdes Parafuso Coutinho), pelo menos mais dez deverão prestar depoimento no inquérito policial em andamento, com base na Lei de Segurança Nacional. Ontem, foram tomados os depoimentos dos professores Rosaura de Magalhães Pereira e Marcus Vinícius Oliveira Silva.

### LUTA CONTINUA

Além da volta às aulas, a

partir de segunda-feira, os professores mineiros decidiram fazer manifestações públicas em todos os municípios do Estado na próxima quarta-feira, "pela libertação dos presos, não punição aos grevistas e pelo atendimento das reivindicações". No dia 17, haverá uma assembléia estadual extraordinária, que poderá determinar o retorno à greve, se até lá os líderes continuarem detidos.

Outra decisão tomada é de que nenhum professor irá contribuir com dinheiro para a Caixa Escolar — e nem deixará que os pais de alunos contribuam, "porque a responsabilidade de manter a escola é do Estado". Resolveram, também, manter reuniões regionais e organizar, a partir de hoje, esquemas de pressão sobre a Assembléia Legislativa, onde está em tramitação projeto do Executivo que dispõe sobre a efetivação dos professores contratados. Foi rejeitada proposta de fazer concentração em frente à Secretaria de Segurança Pública, para "exigir a libertação dos presos".

Outras propostas foram feitas, mas acabaram não sendo votadas na assembléia, uma das quais propondo que o retrato do governador Francelino Pereira fosse retirado de todas as escolas públicas do Estado e que todos os professores, quando tivessem de ensinar aos alunos, quem era o governador, não deixassem de dizer que "ele é um fascista".

Os professores da rede municipal de Contagem, que entraram em greve junto com os da rede estadual em 22 de abril passado, retornam ao trabalho hoje, mas em condições diferentes: conseguiram negociar com o prefeito José Luiz de Souza e obtiveram aumento de 55%, mais 15% a título de produtividade, além da incorporação do abono que havia sido concedido no ano passado. Com esse aumento, o salário inicial do professor de Contagem, que era de Cr\$ 2.700,00 em abril de 1979, passou a Cr\$ 10.200,00 desde abril último.

Na rede municipal de Belo Horizonte, a paralisação continua hoje e a assembléia realizada anteontem decidiu que a categoria "tem condições de sustentar a greve".

A greve geral dos professores do Mato Grosso do Sul, com início previsto para o dia 13, foi suspensa depois que a Associação Douradense de Professores votou favoravelmente à medida, diante das promessas do governo do Estado de enquadrar até outubro os dez mil membros do magistério que estão em situação indefinida desde a divisão do Mato Grosso.

PT 1073-1



Boleto de  
por James  
Data: 10 05 18

f. gomes

600

PT 1073.131

A greve dos metalúrgicos

# A volta ao trabalho será proposta amanhã

O comando da greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo propôs formalmente a volta ao trabalho na assembleia marcada para amanhã à tarde. Esta é a informação que um dos diretores depostos do sindicato e integrante do comando adiantou a alguns jornalistas na saída da assembleia realizada ontem cedo na igreja matriz de São Bernardo, e que decidiu pela continuidade da greve.

O mesmo líder sindical acrescentou que a decisão de encaminhar tal proposta foi tomada durante a reunião dos 16 membros do comando da greve, no dia anterior, quinta-feira à noite.

O clima da assembleia de ontem já prenunciava esse desfecho. O número de metalúrgicos que compareceu à igreja matriz foi bem inferior ao das reuniões anteriores, não tendo sido necessário realizar uma segunda sessão, como tradicionalmente acontecia. E os discursos de todos os líderes procuraram preparar os metalúrgicos para o final da greve. Enquanto isso, Nelson Campanholo, único membro da diretoria afastada do sindicato, insistia que a assembleia marcada para amanhã às 14 horas seria decisiva.

## RETORNO

"Foram feitas grandes pressões para acabar com nosso movimento.

Mas eu quero dizer que assim como nós iniciamos a greve, nós mesmos é que vamos acabar com ela, na hora em que for necessário", afirmou Juraci Magalhães Batista, diretor destituído do sindicato, que encerrou a assembleia de ontem.

Juraci pediu aos metalúrgicos que se lembrassem da responsabilidade que assumiram com Lula, e atendessem aos dirigentes na hora em que eles decidirem pedir a volta ao trabalho.

Osmar Mendonça, da Comissão de Salários, o orador mais aplaudido da assembleia, também falou sobre o final da greve. "Nós sa-

## O comparecimento, segundo a Fiesp

O movimento nas principais indústrias metalúrgicas de São Bernardo, excluindo as montadoras de automóveis, foi normal ontem segundo garantiu o departamento de Cooperação Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Ainda segundo o departamento, o comparecimento junto às montadoras foi o seguinte:

	Ontem	Dia 8
Volkswagen	79%	75%
Ford	70%	66%
Scania	92%	100%
Fiat	95%	94%
Mercedes-Benz	95%	95%
Chrysler	83%	75%
Toyota	88%	87%
Kubota	95%	93%

blamos desde o início que um dia voltaríamos ao trabalho porque precisamos de nosso emprego e nosso salário", ele disse. Mas ameaçou: "Atrás de cada máquina, o Governo terá um inimigo. Nós não podemos nos responsabilizar pelo que acontecer daqui a 15 dias, quando estivermos dentro da fábrica."

A duração do movimento que ontem completou 39 dias, já é uma grande vitória, segundo Osmar. Os prejuízos dos patrões, diz ele, são incalculáveis, mas "o Governo está financiando as empresas com dinheiro que é do povo brasileiro". Ele insistiu que os trabalhadores têm responsabilidade de continuar a luta para reconquistar o sindicato, recolocar a diretoria desti-

tuida e "conquistar novas vitórias para a classe trabalhadora".

No encerramento da assembleia, informou-se que Luis Inácio da Silva e os outros nove ex-dirigentes do sindicato de São Bernardo, presos no Deops, inclaram na manhã de ontem uma greve de fome. Houve um momento de silêncio entre os presentes logo seguido por palmas e gritos de "Lula, Lula". O deputado Airton Soares, que esteve no Deops anteontem à noite e ontem pela manhã, transmitiu, então, o recado dos líderes sindicais presos. Segundo disse o deputado, os que estão em greve de fome justificam o ato dizendo que "tendo em vista a nossa situação de presos, afastados da categoria, só temos uma forma de contribuir com os nossos companheiros para a reabertura das negociações". Lula, que assinou o recado em nome dos demais, escreveu ainda: "Esperamos que os companheiros estejam otimistas porque isso não nos falta."

## MISSÃO EM BRASÍLIA

Até amanhã, uma delegação formada pelo bispo de Santo André, dom Cláudio Hummes, os dirigentes sindicais Jacó Bittar, dos Petroleiros de Paulínia, e João Paulo Pires Vasconcelos, dos Metalúrgicos de João Monlevade, e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tentará, em Brasília, fazer contatos prévios para tornar possível um diálogo entre o presidente Figueiredo e os trabalhadores. Vários líderes dos metalúrgicos no entanto, afirmavam, não acreditam nas possibilidades dessa última tentativa de reinício de conversações.

A proposta da viagem a Brasília foi apresentada à assembleia por dom Cláudio, em nome da Igreja, insistindo em que os representantes não irão dialogar em nome dos trabalhadores mas apenas fazer "contatos para que esse diálogo seja feito por vocês de forma contínua". Os metalúrgicos aprovaram a proposta de dom Cláudio, que partiu, para Brasília com os outros líderes sindicais às 14h30 de ontem.



Após dias de violência, policiais já se mostram mais amistosos.

## Em São Bernardo, já há clima de final de greve

Dez horas da manhã: o trânsito flui normalmente pelas ruas de São Bernardo do Campo, mulheres puxam seus carrinhos de volta da feira, velhos conversam nas praças. O aparato policial ainda é o mesmo, cercando o Paço Municipal e a praça da Igreja da Matriz. Em volta da igreja, no entanto, já não se ouve o burburinho dos peões como nos outros dias de assembleia. Na falta deles, os policiais, os cães pastores, os "tatus" e os "brucutus" lembram agora personagens de um jogo de futebol sem bola e sem torcida.

De boca em boca, de olho em olho, corre célere a notícia: a greve acabou. A assembleia prossegue ainda, lá estão os repórteres e os agentes secretos, já não tão secretos, disfarçados de repórteres. Mas já não é encontrável o coronel Arnaldo Braga, comandante da PM, — o sintoma mais evidente de que o confronto, 39 dias depois, está praticamente terminado.

Outro coronel, Dalterdimas Rigonato, comandante da tropa de choque, até se permite brincar: "Foi só o Braga não aparecer que eu acabei com esta greve..." Na verdade, pelas conversas em voz baixa dos peões que vão deixando a igreja, pode-se concluir que a greve acabou simplesmente pela falta de qualquer perspectiva de reabertura de negociações. Um deles, ferramenteiro da Chrysler, barba por fazer há vários dias, nega que o principal motivo do seu desânimo seja a fome, ou a repressão policial destes últimos dias: "A

gente já se acostumou com a polícia e o fundo de greve estava dando comida para quem precisava. Mas ninguém aguenta mais essas assembleias todo dia, sem nenhuma novidade, sem nada para discutir. O pessoal perdeu as esperanças de que os patrões voltem a negociar e aí não tem mais jeito."

Muitos ainda ficam pela igreja conversando, depois de encerrada a assembleia, em seus rostos a mesma perplexidade. O comando de greve marcou uma nova assembleia para amanhã à tarde, mas para todos já ficou evidente que essa será a última, apenas a pá de cal nesta agonia que perdeu o sentido.

Os peões, no entanto, não admitem que a tristeza de ontem signifique o fim da sua luta. Lembram que foi assim também no ano passado quando a greve acabou, sem que a maioria das suas reivindicações fossem atendidas. Houve desânimo, teve gente que chegou a rasgar sua carteirinha de associado do sindicato e por um bom tempo os metalúrgicos do ABC desapareceram do noticiário dos jornais. Um ano depois, porém, lá estavam eles novamente reunidos no estadinho de Vila Euclides para decretar a mais longa greve da história recente do País — uma greve que, sem piquetes, deixou paralisado durante mais de um mês o principal centro industrial da América Latina.

Uma greve acarreta riscos, diz Macedo

Comissão foi ao DF tentar a audiência

Líderes presos

Lula, na encruzilhada

"O processo democrático pressupõe a No mesmo instante em que chegava on-

WALTER CENEVIVA

Luis Inácio da Silva, o "Lula", e mais nove líderes sindicais presos no Deops, entraram em greve de fome, ontem, às oito horas da manhã, quando recusaram um lanche de café, leite, pão e manteiga. Luis Eduardo Greenhalg, advogado destes presos, explicou os motivos que os levaram à greve de fome.

"Eles me contaram que se suspende a greve de fome depois que as negociações entre patrões e operários forem restabelecidas em São Bernardo do Campo e cessarem as violências policiais. Eles deixaram claro que não entraram em greve de fome por causa da decretação da prisão preventiva."

Luis Eduardo Greenhalg reuniu a imprensa, em seu escritório, para relatar uma longa conversa que tivera, na noite de anteontem, com os líderes sindicais, na prisão do Deops. Luis Eduardo Greenhalg resumiu o que ouviu dos presos:

1. Eles acham que não podem ser responsabilizados pela situação, pois, enquanto estão presos, a greve continua. Entendem que a lei só tem valor para ser usada contra os operários, pois a Justiça do Trabalho, depois de se julgar incompetente, acabou julgando contra os trabalhadores;

2. Eles se queixam da ação da Polícia Militar para agredir os operários, com bombas e pauladas, fechando o seu sindicato e prendendo os seus líderes em suas casas, sem mandato judicial e sem que nenhuma autoridade policial tenha assumido a responsabilidade por essas prisões.

3. Eles entendem que foram sequestrados e, depois, indiciados em inquéritos por crimes que não cometeram e entendem, também, que os culpados pela greve não são os trabalhadores, sim, os patrões, que auferem lucros extraordinários, pagam pouco e provocam desemprego através da manobra da rotatividade no trabalho.

4. Eles estão decepcionados com a Justiça do Trabalho e com a Justiça Militar, que os mantêm presos, injusta e desumanamente, pois não se consideram criminosos e entendem que apenas os criminosos devem ser presos. Estão decepcionados com a Justiça do Trabalho porque mudou de opinião para vir aos interesses dos patrões, tão decepcionados com a Justiça Militar porque ela nega liberdade aos operários presos."

O advogado Luis Eduardo Greenhalg esclareceu que os líderes sindicais presos no Deops só podem tomar sol uma hora por dia e, mesmo assim, em condições precárias.

Com a decretação da prisão preventiva, anteontem, os dez líderes sindicais passaram a ter o direito de aguardar o julgamento em presídio regular e, sobre isso, o advogado Luis Eduardo Greenhalg explicou: "Segunda-feira eu pedirei à Justiça Militar que os presos sejam removidos para o Presídio Romão Gomes, no Barro Branco, que é destinado a presos políticos. Eles não podem mais continuar presos no Deops. Não são mais presos da Polícia. Agora são presos da Justiça".

"Lula" e os outros nove líderes sindicais, com a prisão preventiva decretada, aguardarão na cadeia o julgamento, que — segundo alguns cálculos — poderá demorar seis meses ou mais. Luis Eduardo Greenhalg, porém, explicou como tentará obter a liberdade para "Lula" e seus companheiros através de habeas corpus que será

Após o último conflito mundial, o pensamento juridico passou por reformulação na qual a confrontação entre o direito escrito e o direito justo apareceu em destaque.

É direito e é lei, sob o governo ditatorial o que este e seus acompanhantes querem. Para eles a lei é adaptada ao sabor do momento, dando juridicidade formal às condutas que o regime de força considera convenientes.

Através desse processo chega-se a um círculo vicioso: a ditadura decreta uma legislação de sua conveniência e, depois, quando as vítimas do arbítrio reclamam de sua aplicação, responde apenas que cumpre a lei. Isso ocorre todas as vezes, em que o exclusivo controle da produção legislativa está em mãos de quem vai aplicá-la e que, por isso, pode manuseá-la em seu proveito próprio.

Sob governos de Executivo forte e Legislativo emasculado os operadores do direito dizem: "É necessário cumprir e fazer cumprir a lei!" A proposição é correta, mas passa a dar suporte ao arbítrio e à violência no momento em que "cumprir a lei", consiste em aplicar o direito positivo decretado ao saber das conveniências do poder e do mando do ditador. A proposição é, ainda, formalmente inatacável, pois corresponde à consciência de todos os cidadãos que a lei existe para ser cumprida.

É certo, porém, que as leis, editadas por um poder ditatorial, que atua ao sabor de seus interesses momentâneos, embora escritas e publicadas no órgão oficial, são um produto arbitrário e injusto em si mesmo. Dirá alguém em resposta: pode ser que o processo de elaboração da lei tenha sido ditatorial, mas se ela subsiste é porque está ajustada ao pensamento do povo. Isto é: a omissão e o silêncio do povo, constituiriam aprovação pelo menos, aceitação da lei, mesmo ditatorial. A longo prazo a consciência popular acaba levantando-se contra as leis injustas. Entretanto, o processo de resistência é lento. Demora em encontrar os caminhos e os canais de sua manifestação.

Enquanto não ganhe seu momento de força tende a ser cerceado, limitado. No longo período entre o início do processo de resistência contra a legislação arbitrária, e a possibilidade de êxito deste processo, os que forem atingidos são vítimas de arbítrio, embora formalmente aplicado com suporte na lei vigente.

Sabe-se que a segurança da estrutura social exige leis escritas, a serem aplicadas por órgãos competentes. Todavia, a segurança jurídica não é valor preponderante realizável pelo direito. O valor preponderante consiste na possibilidade de realização do justo, da Justiça, através do Direito.

Nesse quadro, por exemplo, se encaixa a atual situação dos líderes metalúrgicos, cuja prisão preventiva foi decretada. Do ponto de vista formal, o decreto de prisão preventiva tem suporte na lei e está tecnicamente lançado. A lei, entretanto, não tem apoio na consciência jurídica de uma sociedade em tempos de abertura. A legislação de greve é tão restritiva que

prática, torna impossível a reivindicação salarial eficaz. Trata-se de produto legislativo lançado em circulação com o evidente propósito de, sob a alegação de regulamentar a greve, impedi-la. A categoria profissional, assim, é submetida a um torniquete em que os contrastes são claros. Contrastes que se retratam, por exemplo, em um dos argumentos determinantes da prisão preventiva dos metalúrgicos.

Argumentou o titular da Segunda Auditoria com a passeata das mulheres, então apenas programada, como um desafio das autoridades constituídas. Todavia, no momento da realização, as ruas foram liberadas pela polícia, que, portanto, admitiu o ato. E mais: as mulheres foram protegidas pela Polícia Feminina. O Estado não só permitiu a caminhada como lhe deu garantia. Um dos argumentos relevantes do decreto de prisão preventiva foi invalidado por outro ramo do Poder Público.

Contrastes como os indicados e a justa aplicação do direito exigem do jurista que, na súpula de Gustav Radbruch, participe da luta contra o positivismo, pelo positivismo, da lei escrita pela lei escrita. É necessário pensar que há leis que não constituem Direito e que há Direito situado acima das leis. O Direito acima das leis, no momento atual, demonstra a urgente necessidade de modificar a legislação em vigor, de excluir da área da segurança nacional temas típicos de relação do trabalho. Essa modificação é compatível com o verdadeiro sentido da prometida abertura democrática.

nalidades por ofensa à lei" — declarou, ontem, em Uberaba, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo. "Assim, se alguém paga um preço por desrespeitar as leis, logo os outros passarão a pensar sobre a mesma possibilidade."

O ministro, que foi a Uberaba para visitar a 46.ª Exposição Nacional de Gado Zebu, disse não acreditar que a prisão de Lula e outros líderes metalúrgicos tenha, por si só, esvaziado o movimento grevista do ABC. "Ocorre que outros operários passaram a raciocinar melhor sobre sua atitude" — argumentou.

Murilo Macedo não comentou a prisão preventiva decretada para Lula e outros nove dirigentes sindicais de São Bernardo, admitindo apenas que tinha conhecimento da decisão da Justiça Militar.

O ministro negou que a atual legislação trabalhista esteja defasada, justificando que ela vem "sofrendo modificações durante todo esse período". Admitiu, porém, que "mesmo não considerando a legislação defasada", o governo está estudando a sua modificação.

"Enquanto isso não ocorre — ponderou — é bom ressaltar que, no processo democrático, a sociedade deve viver sob o império da lei."

A mudança da CLT, segundo Macedo, "acompanhará a nova dinâmica sindical ocorrida nos últimos tempos". No entanto, o ministro afirmou que a heterogeneidade do País é o maior problema a ser enfrentado nesse processo: "Hoje temos operários da indústria automobilística do ABC ganhando em média cerca de 25 mil cruzeiros, sendo que no Nordeste a situação é crítica."

Sobre a situação do ABC, o ministro do Trabalho disse: "Muito mais do que a greve e reivindicações a greve foi um pano de fundo para um processo político."

com o presidente Figueiredo, visando encontrar uma solução para o problema do ABC, um categorizado assessor do Palácio do Planalto afirmava que o chefe do governo não pretende receber os representantes sindicais, que já se encontram no Distrito Federal.

"A possibilidade de estudar o assunto quando todos voltassem ao trabalho — disse o assessor — foi colocada como um sinal de gentileza do presidente", dando a entender, por outro lado, que o Planalto estaria irritado com a forma como está sendo colocado o caso. Mais especialmente com a declaração feita pelo prefeito de São Bernardo, Tito Costa, de que iria ao presidente sem consultas prévias.

Enquanto esse fato complicador surgia, os líderes sindicais que se faziam acompanhar do bispo de Santo André, d. Cláudio Humes, e do presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, manifestavam sua crença de que a vinda a Brasília ensinaria o encontro de uma solução.

No Congresso o vice-líder do governo no Senado, José Lins, anunciava quase à mesma hora o fim da greve dos metalúrgicos e garantia — como fizera na véspera o líder Jarbas Passarinho — que o presidente Figueiredo havia concordado com o encontro com os líderes sindicais. A noite, José Lins reafirmava que o presidente teria "muito prazer" em receber os sindicalistas, mas aí já oferecia a ressalva de que estava falando "em nome pessoal".

Os líderes dos metalúrgicos mantiveram, na sede da CNBB, uma série de reuniões com a cúpula do órgão representativo da Igreja, presente também o nuncio apostólico, d. Carmine Rocco. Eles estão hospedados na própria CNBB e hoje, devem retornar a São Paulo e comunicar o resultado da missão à assembléia de amanhã dos metalúrgicos.

Participaram da cobertura Ricardo Kotscho, Odilon Guimarães, Edson Flosi, Ulisses Capozoli, Roberto Camargo, Agência "Folhas" e Sucursais.

Assinatura: *Luiz Soares Dulci*  
*Luiz Soares Dulci*  
Data: 11:05/80

*P. Soares*

1092  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO

101

## Docentes presos podem ser soltos ainda hoje

**BELO HORIZONTE (Sucursal)** — Os cinco diretores da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE), presos no Dops, entre os quais o presidente da entidade, Luis Soares Dulci, suspenderam ontem à tarde a greve de fome que sustentavam há uma semana, depois que a comissão de negociações dos professores da rede oficial iniciou os primeiros entendimentos com o Executivo, representado pelo secretário do Governo, Humberto de Almeida. A diretoria da UTE acredita que os presos serão liberados hoje cedo.

A comissão de negociações tinha pressa em concretizar oficialmente a abertura de diálogo com o governo do Estado por estar preocupada com as precárias condições físicas dos cinco diretores da UTE presos no DOPS. A comissão pretende obter do Executivo permissão para que os colegas presos possam responder ao processo em liberdade, caso eles não sejam liberados até amanhã. Os professores pretendem retornar às escolas amanhã, mas prometem usar braçadeiras negras até que os colegas sejam libertados.

### PUNIÇÕES

Em novas reuniões a serem marcadas com representantes governamentais, a comissão pedirá a

revisão das punições impostas aos grevistas, bem como um pronunciamento oficial quanto às reivindicações da categoria, entregues antes da greve ao secretário do Governo, e que incluem reajuste salarial de 104%.

Quanto às punições, tudo indica que o governo mineiro não voltará atrás, considerando-se as recentes declarações do governador Francisco Pereira de que o Estado cumpriu a lei e não há, portanto, motivo para recuar.

Com base no decreto 20.500/80, a Secretaria da Educação puniu 409 professores e especialistas de educação, entre contratados (demitidos) e efetivos (suspensos). Segundo dados da própria Secretaria, foram demitidos 207 contratados, suspensos por quinze dias 180 efetivos, além de sete diretores de escola e cinco vice-diretores que perderam o cargo por se negarem a aplicar o decreto 20.500.

O secretário adjunto da Educação, Herbert Duarte, admitiu que o decreto 20.500, sancionado a 24 de abril, foi usado unicamente para tentar manter as escolas abertas e cumprir o calendário escolar. A UTE já contratou cinco advogados para defender os professores demitidos.

PT 1073-131

P. Gleres

108

ATAG

## II Exército culpa comunistas e Lula

São Paulo — O Comandante do II Exército, General Milton Tavares de Souza, responsabilizou ontem o movimento comunista internacional e o líder sindical Luiz Inácio da Silva pelo fracasso da greve no ABC e os enormes prejuízos à nação. Acusou a imprensa — “que está muito infiltrada” — de tentar apresentar o Governo como “algoz” dos trabalhadores.

O General afirmou que “nenhuma greve, por mais importante que seja, terá força suficiente para colocar em risco o processo de redemocratização. A maior verdade do país neste momento é a união e coesão das Forças Armadas bem como a sua posição profundamente anticomunista”. Ele viajou ontem para Cuiabá, onde empossará os comandantes da 9ª Região Militar e da 13ª Brigada de Infantaria.

### CONTESTAÇÃO

Segundo o General Milton Tavares de Souza, tudo o que acontece de importante no Brasil “tem a mão do comunismo internacional, que aspira ao domínio do mundo e executa suas ações de forma fria e planejada. Numa greve como esta do ABC, mobilizando milhares de operários, a classe trabalhadora melhor organizada do país não poderia ficar imune à ação comunista. Representado por vários dos seus braços, dos quais se destacou a Convergência Socialista, os comunistas procuraram transformar uma greve salarial em um movimento político de contestação, de desacato aos poderes constituídos”.

Disse que Lula “cometeu sério erro ao perder a oportunidade de sair vitorioso da greve, quando recusou o aumento concedido pela Justiça Trabalhista. Para isso, no entanto, os metalúrgicos precisavam de um líder sindical autêntico e Lula já se havia transformado em político, no fundador do PT, e desvirtuou tudo, pensando

em ser senador ou governador paulista, num futuro próximo. Agora perdeu a vez e será muito difícil sua reabilitação. É possível que ele tenha sido mal assessorado, uma vez que o fim da greve não interessava aos comunistas”.

De acordo com o militar, a ação do Governo na greve foi a de manter a ordem, cumprir a lei e prestigiar uma decisão judiciária. “Infelizmente, propagou-se que o Governo é contra o trabalhador. Absolutamente, isso é uma inverdade, uma falsidade comunista. A imprensa de vocês está infiltrada de comunistas e distorceu o noticiário sobre a greve, apresentando os trabalhadores como vítimas e o Governo como algoz. Isso é uma farsa, uma mentira”.

O Comandante do II Exército declarou que os responsáveis pela prisão dos dirigentes sindicais foram os próprios trabalhadores, “ao desrespeitarem a lei. Mas também não vou bancar o anjinho e dizer que não tive participação. Sempre que existe momento de crise no Estado eu me aproximo do Governador Paulo Maluf e dou meus palpites. O que ficou bem claro nesta guerra do ABC é que contestação e desordens são coisas bem diferentes de greve de trabalhador”.

“Agora tudo terminou e o país, que atravessa momento muito difícil, sofreu bilhões de cruzeiros de prejuízos com esse movimento. Em nome do patriotismo e do bom senso, é preciso entender que é hora de darmos as mãos, porque não conseguiremos resolver nossos problemas lutando entre nós.”

Contudo, o General Milton Tavares não acredita muito na viabilidade da tese de união nacional: “Isso é uma coisa que exige muita grandeza e creio que ela ainda não existe. Tanto que o Presidente Figueiredo estendeu a mão desde que assumiu o Governo, de coração aberto e de forma honesta, e até hoje ninguém a apertou.”

## Multidão apóia Lula no enterro da mãe

São Paulo — “Queremos Lula livre. Lula é nosso líder”, gritado em coro; aplausos e um princípio de confusão, com populares querendo tocar o Sr Luiz Inácio da Silva, marcaram ontem, em São Bernardo, o sepultamento da mãe do líder sindical. Duas mil pessoas esperaram o túmulo ser fechado para se manifestar abertamente.

Lula, que está preso no DOPS à disposição da Justiça Militar, foi escoltado por um delegado e um agente. No cemitério de Vila Paulicéia, foi recebido por 300 operários da Thyssen-Huller, vestidos com macacão de trabalho. Saindo de São Caetano, onde houve missa de corpo presente, o cortejo, que se alongava por dois quilômetros, recebeu pelo caminho manifestações de populares.

Na capela do Hospital da Beneficência Portuguesa, o Bispo Claudio Hummes rezou missa de corpo presente. “Se é verdade que pelos frutos se conhece a

árvore, nós conhecemos a alma e personalidade de Dona Eurídice, pois nós a reconhecemos nos seus filhos. Felizes os que têm sede de justiça, pois serão saciados”, disse no sermão.

Dom Claudio Hummes lembrou as dificuldades de Dona Eurídice para educar oito filhos. “Ela deixou a mensagem de como é difícil ser pobre numa sociedade em que os pobres não são considerados. A gente pode parecer que perde, que fracassa, mas isso é temporário para quem é cristão. Deus é mais forte que todo mal”.

O Bispo transmitiu recado do Cardeal Evaristo Arns à família de Lula e pediu que o irmão leigo Carlos Alberto Libânio de Christo, o Frei Beto, amigo da família, falasse. “Na sexta-feira, Dona Lindú, como era chamada na intimidade, queria ver Lula, seu filho. Mas não teve forças para se levantar. O encontro se dá, agora, no coração dos seus filhos”.

PT 1073.131

OSCAR DE OLIVEIRA DE PAIVA  
2 - J. G. G. G.  
Data 26/05/80 Estado RJ

103

## Lula afirma que nova greve pode acontecer brevemente

SANTO ANDRÉ (AE) — "Quando menos o governo esperar, paramos de novo São Bernardo do Campo e Diadema". A declaração é de Luís Inácio da Silva, presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Ao dirigir à assembléia da categoria, ontem à tarde, no Estádio de Vila Euclides, com cerca de 15 mil pessoas. Toda pautada sobre a importância de uma luta pela reconquista do Sindicato, colocado sob intervenção e de não permitir o desmembramento da entidade em nove, como pretende o Ministério do Trabalho, a assembléia - que não foi deliberativa - teve ainda a afirmação do operário Osmar Mendonça, um dos presos pelo Deops, de que "Lula vai se recandidatar novamente à presidência da entidade".

O presidente destituído do sindicato confirmou tal possibilidade: "Diante da intervenção, a minha disposição é brigar pela conquista do sindicato e até para provar que somos os legítimos representantes dos trabalhadores, vamos nos candidatar outra vez" - afirmou Lula. Rojões saudaram a entrada de Luís Inácio no estádio, por volta

das 13e40 horas, quando alguns metalúrgicos o carregaram nos braços, enquanto a maioria gritava seu nome. Os cumprimentos a ele e a outros metalúrgicos que foram presos, se seguiram durante toda a assembléia, ouvindo-se no início coros de "o Lula é nosso líder", "o sindicato é nosso" e "um, dois, três, Macedo no xadrez". Assim, 38 dias depois, os metalúrgicos voltaram a se reunir no estádio, que teve seu uso proibido pelo Deops durante a greve. E nova assembléia de avaliação foi marcada para o dia 8 de junho, um domingo.

"A luta continua", foi uma das principais palavras de ordem da assembléia. "Ficou patenteado com nossa greve uma grande vitória comentou Luís Inácio da Silva. Sabemos agora, mais do que nunca, de que lado o governo está e quanto nossos patrões são ditadores e opressores. Ficou patenteado que o governo está subordinado ao poder econômico e que somente a ele representa. A nossa disposição de luta, continua. Talvez ainda este ano voltemos a fazer, com muito mais organização, tudo de novo, para conquistarmos o que não conseguimos, nós

demos ao Brasil e ao mundo uma demonstração de coragem".

Lula informou aos trabalhadores que diariamente a diretoria deposta fará plantão na igreja matriz de São Bernardo, das 8 às 20 horas, e que, a partir desta semana, ela voltará às portas das fábricas. "Nossa luta teve apenas uma trégua e nossa força agora é muito maior. Sei que existem alguns companheiros achando que amanhã é dia de fazer nova greve. Mas não podemos precipitar nossa luta. No momento certo, vamos nos reunir aqui novamente e começar tudo outra vez, para conquistarmos tudo aquilo que não conseguimos por causa do governo e da repressão".

Para Luís Inácio da Silva o governo com suas atitudes, simplesmente desperdiçou uma coisa sagrada: o desejo de liberdade, "depois de ficar preso 31 dias, a minha sede de liberdade é muito maior. E tenho certeza que a de vocês também. Nós não tivemos ganhos econômicos, mas tivemos ganho moral. Ninguém neste País tem o direito de andar de cabeça erguida como vocês".

## Ministro diz que o Lula não vai voltar

BRASÍLIA — (AE) — O ministro Murilo Macedo, do Trabalho, afirmou, em entrevista exclusiva publicada ontem no jornal "O Estado de S. Paulo", que Luís Inácio da Silva, presidente afastado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, não voltará mais ao sindicalismo, porque "é irrecuperável". Ele afirmou que a estabilidade de 12 meses, como pretendiam os metalúrgicos do ABC, foi encarada pelo governo como uma tentativa de impor a volta do regime de estabilidade no emprego e o fim do regime de FGTS, este, uma conquista da revolução de 1964.

Murilo Macedo disse que o governo decidiu adotar uma posição dura diante da greve dos metalúrgicos do ABC, porque a paralisação poderia levar o resto do País a promover movimentos semelhantes com reivindicações descabidas e injustas.

## Metalúrgicos pedem reintegração agora

SANTO ANDRÉ — (AE) — Garantia de emprego, reintegração dos demitidos por justa causa, arquivamento dos processos de Lei de Segurança Nacional contra os líderes sindicais destituídos, negociação dos dias parados e fim da intervenção nos sindicatos. Essa foi a pauta de reivindicações aprovadas por cerca de 20.000 metalúrgicos de Santo André, presentes à assembléia realizada hoje pela manhã, no salão paroquial da igreja Senhor do Bonfim. Uma comissão de cinco membros deverá levar a manifestação da assembléia ao presidente Figueiredo, em Brasília. Foram aprovados, ainda, a realização de um ato público juntamente com os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema - a ser marcado; doação de uma hora de trabalho aos demitidos por justa causa e uma campanha intersindical contra a divisão da categoria dos metalúrgicos em nove sindicatos, conforme proposta do ministro Murilo Macedo, do Trabalho.

Todas as reivindicações foram apresentadas por José Maria de Almeida, um dos líderes sindicais que esteve preso no Dops. O segundo orador, Etevaldo Santiago Araújo, ex-diretor do Sindicato de Santo André, que também esteve preso, levantou dúvidas quanto à validade de se formar uma comissão para ir a Brasília. "O presidente Figueiredo - disse ele - perdeu uma grande oportunidade de se tornar popular sem ser demagogo, quando poderia ter sido intermediário nas negociações entre empregados e patrões. Depois de intervir nos sindicatos e prender os líderes, acho que acabou essa oportunidade e nós devemos discutir, a partir de agora, diretamente com os empresários e não mais com o governo, pois está provado que a tão falada abertura não passa de uma abertura de ratoeira: ela abre, mas se você entrar, não pode sair mais, fica preso".

No entanto, outros oradores, como o diretor destituído João Albuquerque, foram favoráveis à ida a Brasília, alegando que o presidente disse que receberia o representante dos metalúrgicos, assim que terminasse a greve. "Não devemos, portanto, perder essa oportunidade e pedir a ele que arquite os processos de enquadramento dos líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional, que nos devolva o Sindicato e que force os empresários a voltar às negociações. Se ele se negar a nos receber, podemos tomar uma nova posição em cima dessa negativa".

O último orador foi Benedito Marcílio, presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, que reúne 60 mil trabalhadores, comentando as explicações de Murilo Macedo para a atuação do governo durante a greve no ABC. "É muito difícil justificar o injustificável e explicar a intervenção - frisou. O que o governo queria, na realidade, era a cabeça dos líderes sindicais do ABC. Agora, ele quer mais ainda: dividir o Sindicato em nove categorias, com isso nossa abertura, que já é fraca, vai enfraquecer mais ainda e, posteriormente, será proposta a mudança da data base para as diferentes categorias. Dessa forma, não estará dividido apenas o Sindicato do ABC mas de todo o País, que, bem mais fraco, poderá ser controlado pelo governo da forma que ele quiser".

## Faoro critica esta abertura comentada

SANTO ANDRÉ (AE) - O jurista Raimundo Faoro, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, afirmou ontem, em São Bernardo do Campo, que "o episódio da greve dos metalúrgicos do ABC demonstra que a elitização do projeto de abertura tornou-se muito chocante". Designado pelo comitê de luta pelas liberdades democráticas para acompanhar a assembléia dos operários, no Estádio de Vila Euclides, Faoro comentou que os trabalhadores conseguiram caracterizar uma situação séria: a conquista das liberdades democráticas ainda não chegou para eles".

Frisando a "elitização da abertura", o jurista disse que

PT 1073.131



# Lula afirma que nova greve pode acontecer brevemente

SANTO ANDRÉ (AE) — "Quando menos o governo esperar, paramos de novo São Bernardo do Campo e Diadema". A declaração é de Luís Inácio da Silva, presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Ao dirigir à assembleia da categoria, ontem à tarde, no Estádio de Vila Euclides, com cerca de 15 mil pessoas. Toda pautada sobre a importância de uma luta pela reconquista do Sindicato, colocado sob intervenção e de não permitir o desmembramento da entidade em nove, como pretende o Ministério do Trabalho, a assembleia - que não foi deliberativa - teve ainda a afirmação do operário Osmar Mendonça, um dos presos pelo Deops, de que "Lula vai se recandidatar novamente à presidência da entidade".

O presidente destituído do sindicato confirmou tal possibilidade: "Diante da intervenção, a minha disposição é brigar pela conquista do sindicato e até para provar que somos os legítimos representantes dos trabalhadores, vamos nos candidatar outra vez" - afirmou Lula. Rojões saudaram a entrada de Luís Inácio no estádio, por volta

das 13e40 horas, quando alguns metalúrgicos o carregaram nos braços, enquanto a maioria gritava seu nome. Os cumprimentos a ele e a outros metalúrgicos que foram presos, se seguiram durante toda a assembleia, ouvindo-se no início coros de "o Lula é nosso líder", "o sindicato é nosso" e "um, dois, três, Macedo no xadrez". Assim, 38 dias depois, os metalúrgicos voltaram a se reunir no estádio, que teve seu uso proibido pelo Deops durante a greve. E nova assembleia de avaliação foi marcada para o dia 8 de junho, um domingo.

"A luta continua", foi uma das principais palavras de ordem da assembleia. "Ficou patenteado com nossa greve uma grande vitória comentou Luís Inácio da Silva. Sabemos agora, mais do que nunca, de que lado o governo está e quanto nossos patrões são ditadores e opressores. Ficou patenteado que o governo está subordinado ao poder econômico e que somente a ele representa. A nossa disposição de luta, continua. Talvez ainda este ano voltemos a fazer, com muito mais organização, tudo de novo, para conquistarmos o que não conseguimos, nós

demos ao Brasil e ao mundo uma demonstração de coragem".

Lula informou aos trabalhadores que diariamente a diretoria deposta fará plantão na igreja matriz de São Bernardo, das 8 às 20 horas, e que, a partir desta semana, ela voltará às portas das fábricas. "Nossa luta teve apenas uma trégua e nossa força agora é muito maior. Sei que existem alguns companheiros achando que amanhã é dia de fazer nova greve. Mas não podemos precipitar nossa luta. No momento certo, vamos nos reunir aqui novamente e começar tudo outra vez, para conquistarmos tudo aquilo que não conseguimos por causa do governo e da repressão".

Para Luís Inácio da Silva o governo com suas atitudes, simplesmente despertou uma coisa sagrada: o desejo de liberdade, "depois de ficar preso 31 dias, a minha sede de liberdade é muito maior. E tenho certeza que a de vocês também. Nós não tivemos ganhos econômicos, mas tivemos ganho moral. Ninguém neste País tem o direito de andar de cabeça erguida como vocês".

## Ministro diz que o Lula não vai voltar

BRASÍLIA — (AE) — O ministro Murilo Macedo, do Trabalho, afirmou, em entrevista exclusiva publicada ontem no jornal "O Estado de S. Paulo", que Luís Inácio da Silva, presidente afastado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, não voltará mais ao sindicalismo, porque "é irrecuperável". Ele afirmou que a estabilidade de 12 meses, como pretendiam os metalúrgicos do ABC, foi encarada pelo governo como uma tentativa de impor a volta do regime de estabilidade no emprego e o fim do regime de FGTS, este, uma conquista da revolução de 1964.

Murilo Macedo disse que o governo decidiu adotar uma posição dura diante da greve dos metalúrgicos do ABC, porque a paralisação poderia levar o resto do País a promover movimentos semelhantes com reivindicações descabidas e injustas.

## Metalúrgicos pedem reintegração agora

SANTO ANDRÉ — (AE) — Garantia de emprego, reintegração dos demitidos por justa causa, arquivamento dos processos de Lei de Segurança Nacional contra os líderes sindicais destituídos, negociação dos dias parados e fim da intervenção nos sindicatos. Essa foi a pauta de reivindicações aprovadas por cerca de 20.000 metalúrgicos de Santo André, presentes à assembleia realizada hoje pela manhã, no salão paroquial da igreja Senhor do Bonfim. Uma comissão de cinco membros deverá levar a manifestação da assembleia ao presidente Figueiredo, em Brasília. Foram aprovados, ainda, a realização de um ato público juntamente com os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema - a ser marcado; doação de uma hora de trabalho aos demitidos por justa causa e uma campanha intersindical contra a divisão da categoria dos metalúrgicos em nove sindicatos, conforme proposta do ministro Murilo Macedo, do Trabalho.

Todas as reivindicações foram apresentadas por José Maria de Almeida, um dos líderes sindicais que esteve preso no Deops. O segundo orador, Etevaldo Santiago Araújo, ex-diretor do Sindicato de Santo André, que também esteve preso, levantou dúvidas quanto à validade de se formar uma comissão para ir a Brasília. "O presidente Figueiredo - disse ele - perdeu uma grande oportunidade de se tornar popular sem ser demagogo, quando poderia ter sido intermediário nas negociações entre empregados e patrões. Depois de intervir nos sindicatos e prender os líderes, acho que acabou essa oportunidade e nós devemos discutir, a partir de agora, diretamente com os empresários e não mais com o governo, pois está provado que a tão falada abertura não passa de uma abertura de ratoeira: ela abre, mas se você entrar, não pode sair mais, fica preso".

No entanto, outros oradores, como o diretor destituído João Albuquerque, foram favoráveis à ida a Brasília, alegando que o presidente disse que receberia o representante dos metalúrgicos, assim que terminasse a greve. "Não devemos, portanto, perder essa oportunidade e pedir a ele que arquite os processos de enquadramento dos líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional, que nos devolva o Sindicato e que force os empresários a voltar às negociações. Se ele se negar a nos receber, podemos tomar uma nova posição em cima dessa negativa".

O último orador foi Benedito Marcílio, presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, que reúne 60 mil trabalhadores, comentando as explicações de Murilo Macedo para a atuação do governo durante a greve no ABC. "É muito difícil justificar o injustificável e explicar a intervenção - frisou. O que o governo queria, na realidade, era a cabeça dos líderes sindicais do ABC. Agora, ele quer mais ainda: dividir o Sindicato em nove categorias, com isso nossa abertura, que já é fraca, vai enfraquecer mais ainda e, posteriormente, será proposta a mudança da data base para as diferentes categorias. Dessa forma, não estará dividido apenas o Sindicato do ABC mas de todo o País, que, bem mais fraco, poderá ser controlado pelo governo da forma que ele quiser".

## Faoro critica esta abertura comentada

SANTO ANDRÉ (AE) - O jurista Raimundo Faoro, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, afirmou ontem, em São Bernardo do Campo, que "o episódio da greve dos metalúrgicos do ABC demonstra que a elitização do projeto de abertura tornou-se muito chocante". Designado pelo comitê de luta pelas liberdades democráticas para acompanhar a assembleia dos operários, no Estádio de Vila Euclides, Faoro comentou que os trabalhadores conseguiram caracterizar uma situação séria: a conquista das liberdades democráticas ainda não chegou para eles".

Frisando a "elitização da abertura", o jurista disse que "não há nada de mais que os liberais estejam acompanhando o processo de luta dos metalúrgicos, por uma participação popular mais ampla, que terá que chegar ao nível de participação no poder", na sua opinião. O representante do comitê de luta pelas liberdades democráticas, criado recentemente em São Paulo, acrescentou que a greve dos metalúrgicos tornou visível a exclusão da classe trabalhadora do projeto de abertura.

- Agora - ressaltou Raimundo Faoro - a apropriação do poder por uma minoria tornou-se exacerbada. Até há pouco, foi possível agir com paternalismo. Hoje, porém, o que se vê é a manifestação dos trabalhadores visando a conquista de seus direitos na sociedade.

Para o jurista, a paralisação dos metalúrgicos, encerrada dia 12 passado, apresenta uma oportunidade de reflexão aos liberais: "É preciso que se faça uma revisão do velho liberalismo".

PT 1073. A31

## Justiça julgará greves

BRASÍLIA (AE — O ESTADO) — O ministro Murilo Macedo foi surpreendido ontem com a aprovação, pelo Senado, do projeto de lei que modifica a atual Lei da Greve, transferindo para a Justiça o poder de julgar a legalidade ou não dos movimentos e também de intervir nos sindicatos, por prazos nunca superiores a um ano.

A Assessoria Parlamentar, que havia recebido o projeto do senador Aluisio Chaves, em setembro do ano passado, e o havia encaminhado para outras secretarias para obtenção de pareceres, não pode fornecer ao ministro as

informações que ele precisava. Foi apenas no avião, a caminho do Rio de Janeiro, no início da tarde, que o ministro do Trabalho tomou conhecimento do texto completo aprovado pelo Senado.

Murilo Macedo tratou ontem com o ministro Golbery do Couto e Silva, da Casa Civil, do problema dos empregados da TV-Tupi. Macedo confirmou que o governo não dará novos financiamentos aos atuais proprietários, mas não estava informado sobre a transferência da rede para um outro grupo, nem tinha ainda uma solução para as ameaças de demis-

sões dos grevistas. "Estamos estudando juridicamente o processo e verificando a possibilidade de uma solução, mas ainda não a temos" - disse ele.

Macedo disse também que não tem opinião sobre a possível aliança entre Lula e Brizola, mas tornou a repetir que "Lula não poderá ser candidato às eleições sindicais".

Quanto aos sindicatos sob intervenção no ABC paulista, ele garantiu: "Tão logo termine a auditoria, pretendo retirar os interventores e nomear uma junta governativa de operários que procederá a nova eleição".

## Jurista condena restrições ao direito de greve no País

Ao encerrar o Seminário de Assuntos Trabalhistas, promovido pela Associação Comercial, em conjunto com a Associação dos Advogados de Londrina e a Associação dos Advogados do Paraná e Santa Catarina, o professor Sergio Ferraz, autoridade em Direito do Trabalho e Processo Civil, denunciou as constantes restrições ao direito de greve no Brasil. Frisou que o direito de greve é um instrumento de luta do trabalhador para a conquista de melhorias, entre as quais a justa remuneração do seu trabalho. "Este direito deve ser exercitado sem a interferência de qualquer órgão do Estado para ser eficaz", disse.

Ressaltou o jurista a importância da Constituição de 1946 para os trabalhadores: "A Carta Constitucional em vigência até 1967 não admitia qualquer restrição ao direito de greve e assegurava ao trabalhador essa conquista dos povos civilizados. No entanto, a partir de 1967, o direito de greve no Brasil começou a sofrer restrições. Primeiramente com a Lei 4.330 e, posteriormente, com as emendas inseridas no bojo da Constituição de 1967 e da Constituição de 1969, que está em vigor. Estes instrumentos legais criaram a figura da atividade essencial e proibiram a greve aos trabalhadores do setor. Desta forma, não podem fazer greve os trabalhadores vinculados às chamadas atividades essenciais, o que retira de considerável parte da massa obreira no País esse direito elementar e que se constitui hoje, no mundo democrático, uma prerrogativa inalienável de todas as categorias de trabalhadores".

Sergio Ferraz observou que no embate entre capital e trabalho os trabalhadores são a parte menos favorecida. "Na realidade, não detendo os instrumentos da produção — salientou o mestre da Universidade Católica do Rio de Janeiro — os trabalhadores ficam em situação de inferioridade. Daí a necessidade de o Estado assegurar-lhe instrumentos capazes de compensar esta diferença, de modo que eles possam ter assegurados os seus direitos. A greve é um destes instrumentos. Através dela o empregado pode coagir o empregador a respeitar-lhe os direitos, entre os quais o da justa paga pelo seu serviço. Retirar o direito de greve ou criar-lhe restrições é desfavorecer uma categoria que tem justamente na greve a única forma de impedir que seus direitos sejam vilipendiados".

Analisando mais profundamente a realidade brasileira do setor, Sergio Ferraz, que é também Procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro, criticou os termos da legislação em vigor, que impõe ao trabalhador a obri-

gação de avisar ao empregador sua disposição de entrar em greve e aguardar que ele se pronuncie, além de esperar que a greve seja julgada pela Justiça do Trabalho. O jurista vê nestas exigências obstáculo ao livre exercício do direito de greve. Condenou particularmente o lapso de tempo que se cria entre a reivindicação do trabalhador e a deflagração da greve. Salientou que, nestes casos, o passar do tempo sempre favorece ao empregador. Acentuou que, face a tão absurdas exigências, jamais no Brasil elas foram respeitadas, o que quer dizer que, de 1967 até hoje, jamais houve qualquer greve que pudesse ter sido considerada legal.

Extrapolando da teoria para a prática, o professor analisou a greve no ABC. Disse que somente na hipótese do uso da violência ela poderia ter sido considerada ilegal. "Como os metalúrgicos se pautaram dentro da ordem e da disciplina, não havia como considerar o seu movimento antijurídico". Criticou o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo por ter mudado de posição em relação àquela greve. Primeiramente o TRT havia considerado a greve legal e, posteriormente, inverteu sua posição. "Isso é um absurdo", disse Sergio Ferraz, acrescentando que aquela corte de justiça revelou-se impotente para aplicar a lei.

— "Não resta dúvida — disse — que os acontecimentos do ABC foram uma farsa. O que ali vimos foi um ministro do Trabalho colocando-se a serviço dos patrões em detrimento do direito dos trabalhadores. Achou também um absurdo a prisão dos líderes sindicais. Ela, sim, violou a lei e foi inconstitucional. Os líderes não cometeram crime que justificasse a restrição que sofreram em sua liberdade. É necessário que estes resquícios de violência sejam banidos do País, pois o direito de greve é incompatível com qualquer forma de autoritarismo".

Antes de encerrar sua conferência, o professor Sergio Ferraz procedeu a análise de diversas instituições do Direito do Trabalho, dando ênfase particular à condenação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que, na sua opinião, surgiu no Brasil com o objetivo de retirar a estabilidade do trabalhador, que era uma das suas mais importantes conquistas. E enfatizou: "O FGTS é uma infâmia, na medida em que está perpetuando um clima de insegurança na classe operária, pois é uma balela dizer que o trabalhador pode optar por ele ou pelo sistema antigo. O que acontece, de fato, é que o empregador não lhe deixa opção: ou adere ao FGTS ou não ganha o emprego".

## *Metalúrgicos de Niterói poderão parar ainda hoje*

RIO (Sucursal) — Os 12 mil metalúrgicos da indústria naval de Niterói confirmaram para hoje a assembléia geral que irá discutir a questão salarial do pessoal ligado às empreiteiras que atuam nos estaleiros. O presidente do sindicato da classe, José Moreira, assegurou que permanece a possibilidade de os metalúrgicos deflagrarem uma greve geral, "devido à intransigência dos patrões em reconhecer suas reivindicações".

Segundo José Moreira, a própria Delegacia Regional do Trabalho não está cooperando com a classe, "pois solicitada várias vezes, não convocou as empresas para uma reunião". Os trabalhadores, de acordo com o líder da categoria, "afirmam que não vão esperar mais pelo prometido diálogo" e se mostram dispostos a cruzar os braços para assegurar seus direitos. Os metalúrgicos querem o cumprimento da convenção coletiva de trabalho assinada com o Sindicato Nacional da Indústria Naval, que estabeleceu produtividade de até 10%, e os patrões só querem dar 5%.

A assembléia está marcada para as 18 horas, no Clube Niteroiense, e até ontem, segundo o presidente do sindicato dos metalúrgicos, os patrões não se manifestaram com outras contrapropostas, "a não ser a que oferece a produtividade de 5%, baseada na convenção coletiva de trabalho do setor metalúrgico".

O sindicato aceitou essa proposta, segundo José Moreira, "porque os trabalhadores de empreiteiras são metalúrgicos da construção naval, pois essas empresas atuam dentro dos estaleiros, sendo, portanto, ligadas à construção de navios, não de pontes ou viadutos, como querem nos impor os patrões".

# Lula diz que metalúrgicos se preparam para outra greve

O ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio da Silva, o Lula, afirmou ontem num debate com professores e alunos da USP que "o governo não conseguiu derrotar os trabalhadores do ABC que já estão começando a se preparar para a possibilidade de uma nova greve no ano que vem". "Agora temos que nos organizar para fazer uma greve não de quinze ou quarenta e dois dias, como foram as anteriores, mas de 84 dias", afirmou.

O debate com professores e alunos da USP, classificado pelo presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, Braz José de Araújo, como histórico, serviu para que Lula analisasse o movimento sindical no ABC desde a greve da Scania em 1977.

Segundo Lula, as greves anteriores, que serviram para uma reivindicação econômica, se transformaram este ano num instrumento "para desmascarar a política salarial do governo, exigindo além do aumento, estabilidade no emprego, delegado sindical e outras reivindicações importantes, para a classe trabalhadora".

Referindo-se à atual situação econômica e política do País, Lula disse aos professores e alunos que todos devem se organizar a curto prazo, "para evitar que seja dado outro golpe como ocorreu em 1964".

Lula afirmou que não existirá solução para os problemas econô-

micos do País enquanto não houver um debate democrático sobre as questões econômicas. "Os 90% de inflação se devem não às greves que foram feitas, mas a incapacidade administrativa do governo", afirmou.

O debate com os professores e alunos foi o primeiro aceito por Lula, que sempre se negou a participar de iniciativas desse tipo quando era convidado pelos estudantes.

## *Na Ford, não vai haver compensação*

Trabalhadores metalúrgicos da Ford-Ipiranga reunidos ontem na sede do sindicato decidiram não concordar com a compensação de horário de trabalho pretendido pela empresa como forma de recuperar a produção afetada pela greve dos metalúrgicos do ABC.

Com a greve do ABC houve falta de peças para a montagem na fábrica do Ipiranga e a empresa reduziu a jornada de trabalho durante uma semana, no total de 32 horas que seriam compensadas durante este mês. De acordo com a decisão tomada ontem, entretanto, se a empresa não pagar como horas-extras o período que vem sendo trabalhado a mais os trabalhadores pretendem recorrer à Justiça ou mesmo a uma greve geral, segundo o vice-presidente do sindicato, José Maria Vicentini.

## *Ackel responde a deputados*

BRASÍLIA (Sucursal) — O ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, encaminhou ontem ao presidente da Câmara, deputado Flávio Marcellio, ofício em que nega ter havido "qualquer excesso de atuação policial contra a participação e presença parlamentar na recémfinda greve metalúrgica paulista".

Trata-se de resposta do titular da Justiça à queixa de deputados e senadores opositoristas alegando que houve "desrespeito e inobservância aos princípios do instituto da imunidade parlamentar".

Abi Ackel mandou anexar ao ofício uma carta do secretário de Segurança de São Paulo, Otávio Gonzaga Júnior, afirmando que "desconhece oficialmente quaisquer ofensas físicas ou morais praticadas por policiais estaduais a membros do Poder Legislativo durante a greve dos metalúrgicos".

Também foi anexado telegrama do diretor do Deops, Romeu Tuma, dizendo não haver qualquer registro referente a "agressão contra parlamentar".

Folha da Paul  
p. Opere  
10-05-06/80 Estado SP

PT 1073-134

Gravado do Paraná  
p. Greves  
Dia 10 06/80 Estado PR

607

## Metalúrgicos estudam a situação dos demitidos

SANTO ANDRÉ — Em reunião na sede do Sindicato, cerca de 400 metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, demitidos em função da greve, decidiram realizar uma reunião com toda a categoria no dia 20, às 19 horas, e novo encontro dos demitidos na sexta-feira, às 10 horas. O objetivo foi reivindicar do interventor Oswaldo Pereira D'Aguiar Baptista uma solução para o problema do desemprego. Ele, contudo, limitou-se a dizer que "recebe ordens superiores, nada podendo definir-se imediato". Os metalúrgicos reivindicaram "o fim das demissões, que possam usar a gráfica, do sindicato e que o dinheiro da entidade seja colocado à disposição dos dispensados por justa causa".

"Se até sexta-feira próxima não houver resposta aos

nossos pedidos, voltaremos às portas das fábricas para que elas parem outra vez. Só assim garantimos nossa estabilidade" - comentou Enilson Simões de Moura, membro da Comissão de Mobilização e Salários. De concreto, o único dado apresentado pelo interventor foi que "as autoridades farão gestão junto às empresas que demitiram por justa causa, na tentativa de que realizem com seus ex-funcionários o mesmo acordo proposto pela Mercedes Benz" (paguem todos os direitos, com exceção do aviso prévio, cancelando, portanto, a justa causa).

Enilson Simões de Moura denunciou cinco empresas como as que mais estão demitindo por justa causa: Volkswagen, Filtros Fram, Car Friz, Coldex e Prestécnica.



108

### **Caminhoneiros em greve**

**SÃO PAULO (AE/O ESTADO)** - Cerca de 250 caminhoneiros, que se abastecem no terminal da Petrobrás em Paulínia, paralisaram suas atividades ontem, às seis horas da manhã, mesmo sem a realização de assembléia. Enquanto isso, em São Paulo, após nove horas de negociação, o Sindicato Nacional do Comércio Atacadista de Derivados de Petróleo decidiu aumentar a sua proposta de aumento de 30 por cento para o frete de combustíveis refinados e de 15 por cento para o frete de óleo preto no "city-market" (transporte dentro do município). A proposta, no entanto, não deverá ser satisfatória, pois os caminhoneiros afirmam que somente voltarão ao trabalho se forem concedidos 42 por cento de aumento para o frete num rateio de 60 quilômetros.

Na paralisação de ontem, os carreteiros não ficaram estacionados às margens da rodovia de acesso ao terminal, como das vezes anteriores. Logo ao meio-dia, alguns postos de serviço da área urbana já anunciavam que suas reservas haviam se esgotado. Isso ocasionou uma corrida aos postos, que se intensificou após às 17 horas. Pelo menos a metade dos estabelecimentos da área urbana ainda possuía combustível ontem à noite, mas, se persistir a greve, a previsão é de que poderá faltar gasolina ainda hoje na cidade.

Em São Paulo, a decisão dos caminhoneiros sobre a aceitação da proposta foi retardada, entre outras coisas, porque o presidente da Associação dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Barueri, José Fonseca Lopes (que deveria conduzir a assembléia da categoria), foi "convidado a prestar esclarecimentos no DOPS, sobre a possibilidade de uma greve geral".

Enquanto aguardavam a chegada de José Fonseca, os 150 caminhoneiros presentes à assembléia diziam ser impossível a aceitação do reajuste de 30 por cento, porque, nesse caso, estariam "pagando para trabalhar".

JORNAL: *Sebastião do Paraná*  
P- *Opções*  
Data *14/06/80* Estado *PR*

509

## Policiais ocuparam Sindicato, de novo

SANTO ANDRÉ (AE) — três, Maluf no xadrez".  
Cerca de 70 policiais militares, armados de fuzis e cassetetes, voltaram a ocupar ontem o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Marcada na segunda-feira passada, na presença do interventor Oswaldo Pereira D'Aguiar Baptista, que não colocou qualquer objeção, estava prevista para ontem uma reunião dos metalúrgicos demitidos em função da greve da categoria. Com quase duas horas de atraso, o encontro acabou acontecendo na praça da igreja matriz, para onde cerca de 100 operários se dirigiram em passeata, interrompendo o trânsito de veículos na Rua Marechal Deodoro e gritando slogans como o "sindicato é nosso", e "um, dois, três, Maluf no xadrez".  
O ex-presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva, esteve na praça da igreja, onde cerca de 150 metalúrgicos - independentemente da proibição - decidiram realizar novo encontro dos demitidos na sede da entidade às 16 horas da próxima terça-feira. Hoje, no final da tarde, os demitidos deverão passar na matriz para pegar boletins, a serem distribuídos na madrugada de segunda-feira, convocando todos os empregados a participarem do encontro.  
Não foi também desmarcada a assembleia geral de sexta-feira próxima, às 19 horas, no sindicato. "Aquele prédio não tem um tostão do governo, foi todo feito pelos trabalhadores."